ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 139

Brasília - DF, segunda-feira, 25 de julho de 2022

SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 3
Presidência da República 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Cidadania 6
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 9
Ministério das Comunicações 10
Ministério da Defesa 13
Ministério do Desenvolvimento Regional 14
Ministério da Economia 16
Ministério da Educação 57
Ministério da Infraestrutura 105
Ministério da Justiça e Segurança Pública 120
Ministério do Meio Ambiente 124
Ministério de Minas e Energia 124
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 133
Ministério das Relações Exteriores 146
Ministério da Saúde 147
Ministério do Trabalho e Previdência 161
Ministério do Turismo 162
Controladoria-Geral da União 165
Ministério Público da União 165
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 166

Esta edição é composta de 166 páginas

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 14.422, DE 22 DE JULHO DE 2022

Institui o Dia Nacional do Endocrinologista.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Endocrinologista, a ser celebrado anualmente no dia 1º de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de julho de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes

LEI Nº 14.423, DE 22 DE JULHO DE 2022

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões "idoso" e "idosos" pelas expressões "pessoa idosa" e "pessoas idosas", respectivamente.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A ementa da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências."

Art. 2º A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos." (NR)

"Art. 2º A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade." (NR)

"Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º .....

III - destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à pessoa idosa;

IV - viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio da pessoa idosa com as demais gerações;

V - priorização do atendimento da pessoa idosa por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;

VI - capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços às pessoas idosas;

.....

§ 2º Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas." (NR)

"Art. 4º Nenhuma pessoa idosa será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

§ 1º É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos da pessoa idosa.

....." (NR)

"Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais da Pessoa Idosa, previstos na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, zelarão pelo cumprimento dos direitos da pessoa idosa, definidos nesta Lei." (NR)

"Art. 10. É obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

.....

§ 3º É dever de todos zelar pela dignidade da pessoa idosa, colocando-a a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor." (NR)

"Art. 11. Os alimentos serão prestados à pessoa idosa na forma da lei civil." (NR)

"Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores." (NR)

"Art. 14. Se a pessoa idosa ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao poder público esse provimento, no âmbito da assistência social." (NR)

"Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde da pessoa idosa, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente as pessoas idosas.

§ 1º A prevenção e a manutenção da saúde da pessoa idosa serão efetivadas por meio de:

.....

IV - atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para as pessoas idosas abrigadas e acolhidas por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o poder público, nos meios urbano e rural;

.....

§ 2º Incumbe ao poder público fornecer às pessoas idosas, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

§ 3º É vedada a discriminação da pessoa idosa nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

§ 4º As pessoas idosas com deficiência ou com limitação incapacitante terão atendimento especializado, nos termos da lei.

§ 5º É vedado exigir o comparecimento da pessoa idosa enferma perante os órgãos públicos, hipótese na qual será admitido o seguinte procedimento:

I - quando de interesse do poder público, o agente promoverá o contato necessário com a pessoa idosa em sua residência; ou

II - quando de interesse da própria pessoa idosa, esta se fará representar por procurador legalmente constituído.

§ 6º É assegurado à pessoa idosa enferma o atendimento domiciliar pela perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pelo serviço público de saúde ou pelo serviço privado de saúde, contratado ou conveniado, que integre o SUS, para expedição do laudo de saúde necessário ao exercício de seus direitos sociais e de isenção tributária.

§ 7º Em todo atendimento de saúde, os maiores de 80 (oitenta) anos terão preferência especial sobre as demais pessoas idosas, exceto em caso de emergência." (NR)

"Art. 16. À pessoa idosa internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.

Parágrafo único. Caberá ao profissional de saúde responsável pelo tratamento conceder autorização para o acompanhamento da pessoa idosa ou, no caso de impossibilidade, justificá-la por escrito." (NR)

"Art. 17. À pessoa idosa que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável.

Parágrafo único. Não estando a pessoa idosa em condições de proceder à opção, esta será feita:

I - pelo curador, quando a pessoa idosa for interditada;

II - pelos familiares, quando a pessoa idosa não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil;

....." (NR)

"Art. 18. As instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades da pessoa idosa, promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores familiares e grupos de autoajuda." (NR)

"Art. 19. Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra pessoas idosas serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos:

.....

III - Conselho Municipal da Pessoa Idosa;

IV - Conselho Estadual da Pessoa Idosa;

V - Conselho Nacional da Pessoa Idosa.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se violência contra a pessoa idosa qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico.

....." (NR)

"Art. 20. A pessoa idosa tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade." (NR)

"Art. 21. O poder público criará oportunidades de acesso da pessoa idosa à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ela destinados.

§ 1º Os cursos especiais para pessoas idosas incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

§ 2º As pessoas idosas participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais." (NR)

"Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização da pessoa idosa, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria." (NR)

"Art. 23. A participação das pessoas idosas em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais." (NR)

AVISO

Foi publicada em 22/7/2022 a edição extra nº 138-A do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

"Art. 24. Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados às pessoas idosas, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento." (NR)

"Art. 25. .....

Parágrafo único. O poder público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados à pessoa idosa, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual." (NR)

"Art. 26. A pessoa idosa tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas." (NR)

"Art. 27. Na admissão da pessoa idosa em qualquer trabalho ou emprego, são vedadas a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

....." (NR)

"Art. 28. .....

I - profissionalização especializada para as pessoas idosas, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas;

.....

III - estímulo às empresas privadas para admissão de pessoas idosas ao trabalho." (NR)

"Art. 33. A assistência social às pessoas idosas será prestada, de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), na Política Nacional da Pessoa Idosa, no SUS e nas demais normas pertinentes." (NR)

"Art. 34. Às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário mínimo, nos termos da Loas.

....." (NR)

"Art. 35. .....

§ 1º No caso de entidade filantrópica, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação da pessoa idosa no custeio da entidade.

§ 2º O Conselho Municipal da Pessoa Idosa ou o Conselho Municipal da Assistência Social estabelecerá a forma de participação prevista no § 1º deste artigo, que não poderá exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pela pessoa idosa.

....." (NR)

"Art. 36. O acolhimento de pessoas idosas em situação de risco social, por adulto ou núcleo familiar, caracteriza a dependência econômica, para os efeitos legais." (NR)

"Art. 37. A pessoa idosa tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhada de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.

.....

§ 2º Toda instituição dedicada ao atendimento à pessoa idosa fica obrigada a manter identificação externa visível, sob pena de interdição, além de atender toda a legislação pertinente.

§ 3º As instituições que abrigarem pessoas idosas são obrigadas a manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades delas, bem como provê-las com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, sob as penas da lei." (NR)

"Art. 38. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa idosa goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte:

I - reserva de pelo menos 3% (três por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento às pessoas idosas;

II - implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados à pessoa idosa;

III - eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade à pessoa idosa;

.....

Parágrafo único. As unidades residenciais reservadas para atendimento a pessoas idosas devem situar-se, preferencialmente, no pavimento térreo." (NR)

"Art. 39. .....

§ 1º Para ter acesso à gratuidade, basta que a pessoa idosa apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.

§ 2º Nos veículos de transporte coletivo de que trata este artigo, serão reservados 10% (dez por cento) dos assentos para as pessoas idosas, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para pessoas idosas.

....." (NR)

"Art. 40. .....

I - a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para pessoas idosas com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos;

II - desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para as pessoas idosas que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos.

....." (NR)

"Art. 41. É assegurada a reserva para as pessoas idosas, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade à pessoa idosa." (NR)

"Art. 42. São asseguradas a prioridade e a segurança da pessoa idosa nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos do sistema de transporte coletivo." (NR)

"Art. 43. As medidas de proteção à pessoa idosa são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

....." (NR)

"Art. 44. As medidas de proteção à pessoa idosa previstas nesta Lei poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, e levarão em conta os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários." (NR)

"Art. 45. .....

.....

IV - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, à própria pessoa idosa ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação;

....." (NR)

"'TÍTULO IV

Da Política de Atendimento à Pessoa Idosa'

.....

'Art. 46. A política de atendimento à pessoa idosa far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.' (NR)

'Art. 47. .....

.....

IV - serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por pessoas idosas abandonados em hospitais e instituições de longa permanência;

V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos das pessoas idosas;

VI - mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento da pessoa idosa.' (NR)

'CAPÍTULO II

Das Entidades de Atendimento à Pessoa Idosa'

'Art. 48. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observadas as normas de planejamento e execução emanadas do órgão competente da Política Nacional da Pessoa Idosa, conforme a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.

Parágrafo único. As entidades governamentais e não governamentais de assistência à pessoa idosa ficam sujeitas à inscrição de seus programas perante o órgão competente da Vigilância Sanitária e o Conselho Municipal da Pessoa Idosa e, em sua falta, perante o Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento, observados os seguintes requisitos:

.....' (NR)

'Art. 49. .....

.....

III - manutenção da pessoa idosa na mesma instituição, salvo em caso de força maior;

IV - participação da pessoa idosa nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo;

V - observância dos direitos e garantias das pessoas idosas;

VI - preservação da identidade da pessoa idosa e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade.

Parágrafo único. O dirigente de instituição prestadora de atendimento à pessoa idosa responderá civil e criminalmente pelos atos que praticar em detrimento da pessoa idosa, sem prejuízo das sanções administrativas.' (NR)

'Art. 50. .....

I - celebrar contrato escrito de prestação de serviço com a pessoa idosa, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso;

II - observar os direitos e as garantias de que são titulares as pessoas idosas;

.....

VIII - proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade da pessoa idosa;

.....

XII - comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de pessoa idosa com doenças infectocontagiosas;

.....

XIV - fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem das pessoas idosas;

XV - manter arquivo de anotações no qual constem data e circunstâncias do atendimento, nome da pessoa idosa, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento;

.....' (NR)

'Art. 51. As instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos prestadoras de serviço às pessoas idosas terão direito à assistência judiciária gratuita.' (NR)

.....

'Art. 52. As entidades governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa serão fiscalizadas pelos Conselhos da Pessoa Idosa, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei.' (NR)

.....

'Art. 55. .....

.....

II - .....

.....

e) proibição de atendimento a pessoas idosas a bem do interesse público.

§ 1º Havendo danos às pessoas idosas abrigadas ou qualquer tipo de fraude em relação ao programa, caberá o afastamento provisório dos dirigentes ou a interdição da unidade e a suspensão do programa.

.....

§ 3º Na ocorrência de infração por entidade de atendimento que coloque em risco os direitos assegurados nesta Lei, será o fato comunicado ao Ministério Público, para as providências cabíveis, inclusive para promover a suspensão das atividades ou dissolução da entidade, com a proibição de atendimento a pessoas idosas a bem do interesse público, sem prejuízo das providências a serem tomadas pela Vigilância Sanitária.

§ 4º Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a pessoa idosa, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes da entidade.' (NR)

'Art. 56. .....

Parágrafo único. No caso de interdição do estabelecimento de longa permanência, as pessoas idosas abrigadas serão transferidas para outra instituição, a expensas do estabelecimento interditado, enquanto durar a interdição.' (NR)

'Art. 57. Deixar o profissional de saúde ou o responsável por estabelecimento de saúde ou instituição de longa permanência de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra pessoa idosa de que tiver conhecimento:

..... ' (NR)

'Art. 58. Deixar de cumprir as determinações desta Lei sobre a prioridade no atendimento à pessoa idosa:

Pena - multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 1.000,00 (mil reais) e multa civil a ser estipulada pelo juiz, conforme o dano sofrido pela pessoa idosa.' (NR)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

'CAPÍTULO V
Da Apuração Administrativa de Infração às Normas de Proteção à Pessoa Idosa'

.....

'Art. 60. O procedimento para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à pessoa idosa terá início com requisição do Ministério Público ou auto de infração elaborado por servidor efetivo e assinado, se possível, por 2 (duas) testemunhas.

....." (NR)

.....

'Art. 62. Havendo risco para a vida ou à saúde da pessoa idosa, a autoridade competente aplicará à entidade de atendimento as sanções regulamentares, sem prejuízo da iniciativa e das providências que vierem a ser adotadas pelo Ministério Público ou pelas demais instituições legitimadas para a fiscalização.' (NR)

.....

'Art. 65. O procedimento de apuração de irregularidade em entidade governamental e não governamental de atendimento à pessoa idosa terá início mediante petição fundamentada de pessoa interessada ou iniciativa do Ministério Público.' (NR)

'Art. 66. Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade ou outras medidas que julgar adequadas, para evitar lesão aos direitos da pessoa idosa, mediante decisão fundamentada.' (NR)

....."

"Art. 70. O poder público poderá criar varas especializadas e exclusivas da pessoa idosa." (NR)

"Art. 71. .....

....."

§ 4º Para o atendimento prioritário, será garantido à pessoa idosa o fácil acesso aos assentos e caixas, identificados com a destinação a pessoas idosas em local visível e caracteres legíveis.

§ 5º Dentre os processos de pessoas idosas, dar-se-á prioridade especial aos das maiores de 80 (oitenta) anos." (NR)

"Art. 74. .....

I - instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos da pessoa idosa;

II - promover e acompanhar as ações de alimentos, de interdição total ou parcial, de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida e oficiar em todos os feitos em que se discutam os direitos das pessoas idosas em condições de risco;

III - atuar como substituto processual da pessoa idosa em situação de risco, conforme o disposto no art. 43 desta Lei;

IV - promover a revogação de instrumento procuratório da pessoa idosa, nas hipóteses previstas no art. 43 desta Lei, quando necessário ou o interesse público justificar;

.....

VI - instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, para a apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à pessoa idosa;

VII - zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados à pessoa idosa, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

.....

X - referendar transações envolvendo interesses e direitos das pessoas idosas previstos nesta Lei.

.....

§ 3º O representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, terá livre acesso a toda entidade de atendimento à pessoa idosa." (NR)

"Art. 79. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à pessoa idosa, referentes à omissão ou ao oferecimento insatisfatório de:

.....

II - atendimento especializado à pessoa idosa com deficiência ou com limitação incapacitante;

III - atendimento especializado à pessoa idosa com doença infectocontagiosa;

IV - serviço de assistência social visando ao amparo da pessoa idosa.

Parágrafo único. As hipóteses previstas neste artigo não excluem da proteção judicial outros interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, próprios da pessoa idosa, protegidos em lei." (NR)

"Art. 80. As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do domicílio da pessoa idosa, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores." (NR)

"Art. 84. Os valores das multas previstas nesta Lei reverterão ao Fundo da Pessoa Idosa, onde houver, ou na falta deste, ao Fundo Municipal de Assistência Social, ficando vinculados ao atendimento à pessoa idosa.

....." (NR)

"Art. 87. Decorridos 60 (sessenta) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória favorável à pessoa idosa sem que o autor lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados, como assistentes ou assumindo o polo ativo, em caso de inércia desse órgão." (NR)

"Art. 90. Os agentes públicos em geral, os juízes e tribunais, no exercício de suas funções, quando tiverem conhecimento de fatos que possam configurar crime de ação pública contra a pessoa idosa ou ensejar a propositura de ação para sua defesa, devem encaminhar as peças pertinentes ao Ministério Público, para as providências cabíveis." (NR)

"Art. 96. .....

.....

§ 3º Não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa." (NR)

"Art. 97. Deixar de prestar assistência à pessoa idosa, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública:

....." (NR)

"Art. 98. Abandonar a pessoa idosa em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado:

....." (NR)

"Art. 99. Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, da pessoa idosa, submetendo-a a condições desumanas ou degradantes ou privando-a de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado:

..... " (NR)

"Art. 101. Deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida nas ações em que for parte ou interveniente a pessoa idosa:

....." (NR)

"Art. 102. Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento da pessoa idosa, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade:

....." (NR)

"Art. 103. Negar o acolhimento ou a permanência da pessoa idosa, como abrigada, por recusa desta em outorgar procuração à entidade de atendimento:

....." (NR)

"Art. 104. Reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão da pessoa idosa, bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida:

....." (NR)

"Art. 105. Exibir ou veicular, por qualquer meio de comunicação, informações ou imagens depreciativas ou injuriosas à pessoa idosa:

..... " (NR)

"Art. 107. Coagir, de qualquer modo, a pessoa idosa a doar, contratar, testar ou outorgar procuração:

....." (NR)

"Art. 115. O Orçamento da Seguridade Social destinará ao Fundo Nacional de Assistência Social, até que o Fundo Nacional da Pessoa Idosa seja criado, os recursos necessários, em cada exercício financeiro, para aplicação em programas e ações relativos à pessoa idosa." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de julho de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Cristiane Rodrigues Britto

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 11.146, DE 22 DE JULHO DE 2022

Convoca a 4ª Conferência Nacional de Educação, edição 2022.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica convocada a 4ª Conferência Nacional de Educação - Conae, edição 2022, a ser realizada na cidade de Brasília, Distrito Federal, com o tema "Inclusão, equidade e qualidade: compromisso com o futuro da educação brasileira".

§ 1º O Ministério da Educação, observado o disposto no art. 8º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, promoverá a realização da 4ª Conae, edição 2022, a ser precedida de conferências estaduais, distrital e municipais.

§ 2º As conferências de que trata o § 1º serão articuladas e coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação - FNE, nos termos do disposto no art. 6º da Lei nº 13.005, de 2014.

Art. 2º A 4ª Conae, edição 2022, será realizada com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação - PNE vigente e subsidiar a sua elaboração para o decênio subsequente.

Art. 3º São objetivos específicos da 4ª Conae, edição 2022:

I - acompanhar e avaliar as deliberações da 3ª Conae, edição 2018, a fim de verificar seus impactos e proceder às atualizações necessárias;

II - avaliar a implementação do PNE, com ênfase no cumprimento das metas e das estratégias intermediárias, sem prejuízo da análise global do referido Plano; e

III - avaliar a implementação dos planos de educação estaduais, distrital e municipais e os avanços e os desafios para as políticas públicas educacionais.

Art. 4º O tema central da 4ª Conae, edição 2022, será dividido nos seguintes eixos temáticos:

I - O PNE 2024-2034 - avaliação das diretrizes e das metas;

II - Uma escola para o futuro - tecnologia e conectividade a serviço da educação; e

III - Criação do Sistema Nacional de Educação - avaliação da legislação inerente e do modelo em construção.

Art. 5º Ao FNE, na organização da 4ª Conae, edição 2022, compete:

I - coordenar, supervisionar e promover a realização da 4ª Conae, edição 2022, observados os aspectos técnicos, políticos e administrativos;

II - elaborar o regimento geral da 4ª Conae, edição 2022, e as orientações para as conferências estaduais, distrital e municipais;

III - elaborar o Documento Referência da 4ª Conae, edição 2022;

IV - elaborar a programação e a metodologia para sua operacionalização;

V - mobilizar e articular a participação dos segmentos da educação e dos setores sociais nas conferências nacional, estaduais, distrital e municipais;

VI - viabilizar a infraestrutura necessária para a realização da 4ª Conae, edição 2022, com o suporte técnico e o apoio financeiro da União, em regime de colaboração com os demais entes federativos; e

VII - elaborar propostas de divulgação e de estratégia de comunicação.

Art. 6º A Secretaria-Executiva do Ministério da Educação:

I - supervisionará e orientará as atividades de articulação e de coordenação dispostas no art. 6º da Lei nº 13.005, de 2014; e

II - adotará as medidas administrativas e gerenciais necessárias ao cumprimento dos objetivos da 4ª Conae, edição 2022, e das competências estabelecidas no art. 5º.

Art. 7º Ato do Ministro de Estado da Educação disciplinará a realização da 4ª Conae, edição 2022.

Art. 8º As despesas com a realização da 4ª Conae, edição 2022, correrão à conta das dotações orçamentárias vinculadas ao Ministério da Educação, respeitada sua capacidade financeira e em conformidade com a respectiva dotação orçamentária.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de julho de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Victor Godoy Veiga

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 408, de 22 de julho de 2022. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 14.422, de 22 de julho de 2022.

Nº 409, de 22 de julho de 2022. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022.

Nº 410, de 22 de julho de 2022. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de Goiás e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se à reestruturação de dívida do Estado, no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal instituído pela Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

INDEFIRO o credenciamento da AR BOZZA & COLLODEL CERTIFICAÇÃO DIGITAL. Processo n° 00100.001071/2022-15.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MAPA Nº 459, DE 22 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 12 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006 e no art. 31 do Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007, resolve:

Art. 1º Autorizar, nos termos da justificativa anexa a esta Portaria, a concessão florestal, cujo objeto é a prática do manejo florestal sustentável e a exploração de produtos e serviços nas Unidades de Manejo Florestal (UMF) I, II, III e IV, localizadas na Floresta Nacional do Jatuarana, no estado do Amazonas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS MONTES CORDEIRO

ANEXO

JUSTIFICATIVA

A seleção da Floresta Nacional do Jatuarana - AM, como floresta pública a ser submetida ao processo de concessão florestal, conforme previsto na Lei 11.284, de 2 de março de 2006, atende às disposições legais sobre o tema e aos princípios da gestão de florestas públicas, definidos no Artigo 2º do diploma legal supracitado.

A Floresta Nacional do Jatuarana - AM é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável com 568.887,48 hectares, criada pelo Decreto s/n de 19 de setembro de 2002. O Plano de Manejo da Flona do Jatuarana foi aprovado pela Portaria nº 751 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), de 6 de dezembro de 2019, publicada no DOU em 8 de janeiro de 2020, e encontra-se devidamente registrada no Cadastro Nacional de Florestas Públicas sob o número FPA-AM: -7.61627 S, -59.45475 W, em conformidade com o Artigo 14 da Lei 11.284, de 2 de março de 2006.

O Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) de 2022, aprovado pela Portaria MAPA nº 245, de 29 de julho de 2021, publicada no DOU do dia 30 de julho de 2021, lista a Floresta Nacional do Jatuarana entre as Florestas Públicas Federais passíveis de concessão florestal.

A Floresta Nacional do Jatuarana foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) para fins de concessão florestal (Decreto nº 10.676/2021).

Considerando o atendimento de todos os requisitos legais preliminares e os resultados dos estudos de viabilidade técnica e econômica, incluindo aspectos de natureza social e ambiental, realizados para subsidiar a elaboração do edital de concessão florestal da Floresta Nacional do Jatuarana, o Poder Concedente avalia como conveniente e oportuna a publicação de edital de licitação, que tem por objeto a delegação do direito da prática do manejo florestal sustentável e a exploração de produtos e serviço florestais, em Unidades de Manejo Florestal (UMF) localizadas nesta Floresta Nacional.

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO CEARÁ

PORTARIA Nº 79, DE 22 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 292, do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado no DOU de 13 de abril de 2018, no uso da competência que lhe confere a Portaria SE/MAPA nº 3.121 de 23/09/2019, publicada no DOU de 24/09/2019, resolve:

Art.1º- Habilitar o Médico Veterinário, GLEBSOM CELSO PORTELA, CRMV-CE 04024-VP, para fins de emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, para Equídeos e Ruminantes, em eventos com aglomerações de animais, no município de Cariré/CE, observando as normas e dispositivos legais em vigor, de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FRANCISCO MILTON HOLANDA NETO

PORTARIA Nº 81, DE 22 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 292, do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado no DOU de 13 de abril de 2018, no uso da competência que lhe confere a Portaria SE/MAPA nº 3.121 de 23/09/2019, publicada no DOU de 24/09/2019, resolve:

Art. 1º - Habilitar o Médico Veterinário, GIOVAN ANGONESE - CRMV-CE 04121-VP, para fins de EMISSÃO DE GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL - GTA, para aves nos municípios de Paracuru, Paraipaba e São Gonçalo do Amarante /CE, observando as normas e dispositivos legais em vigor, de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FRANCISCO MILTON HOLANDA NETO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 37, DE 21 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições do Regimento Interno da Secretaria Executiva(SE/MAPA), aprovado através da Portaria Ministerial nº561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU no dia 13 de abril de 2018, e Portaria SE/MAPA nº326 de 09 de março 2018, publicada no DOU no dia 19 de março de 2018, e tendo em vista o disposto no artigo 8º da Instrução Normativa SDA nº 36, de 24 DE NOVEMBRO DE 2009, na Lei 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074 de 04 de janeiro de 2002,e o que consta no processo 21034.013860/2019-12, resolve:

Art. 1° O endereço da sede da Estação Experimental G12 SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, credenciada junto ao Ministério da Agricultura. Pecuária e Abastecimento pela Portaria 5.905 de 27 de dezembro de 2019, publicada em DOU em 30/12/2019, passa a ser Rua Guaíra, nº4643, Bairro Batel, Guarapuava-PR, CEP 85015-280.

Art. 2°Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLEVERSON FREITAS

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 33, DE 8 DE JULHO DE 2022

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL da DDA/SFA-PR, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e pela Portaria SE/MAPA nº 1.962 de 29 de maio de 2019, publicada no DOU no dia 31 de maio de 2019, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21034.009094/2020-17, resolve:

Art. 1° Cadastrar, sob o número BR-PR0777, a empresa MADEIREIRA COSTA PALU LTDA, inscrita sob o CNPJ: 07.705.880/0001-40, localizada na Av. Getúlio Vargas, 1400, Bairro Barreiros, Mandirituba- PR, CEP: 83800-000, para na qualidade de empresa cadastrada realizar tratamentos fitossanitários com fins quarentenários, sem prestação de serviço para terceiros, em atendimento aos programas e controles oficiais de competência legal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na(s) seguinte(s) modalidade(s):

Tratamento térmico por calor - Secagem em estufa

Art. 2° Revogar a Portaria nº 26 de 17/08/2021, publicada no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2021.

Art. 3° A concessão do cadastro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não isenta a empresa de suas obrigações legais junto a outros órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal e municipais, responsáveis pelos setores da agricultura, saúde, meio ambiente e segurança do trabalhador.

Art. 4° A empresa cadastrada deverá comunicar à área técnica da sanidade vegetal da representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná qualquer alteração nos dados fornecidos por ocasião do cadastro, no prazo de trinta dias da ocorrência, acompanhada da documentação correspondente.

Art. 5° A inclusão de modalidades de tratamento ou de destruição deverá ser requerida à representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná.

Art. 6° O cadastro terá validade indeterminada, estando a empresa supramencionada sujeita à fiscalização e a observância das disposições da Portaria 385/2021 e da legislação relacionada.

Art. 7° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO BRESSAN

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 344, DE 21 DE JULHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 292, do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado na Seção 1 do Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018 . CONSIDERANDO o disposto no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934.

CONSIDERANDO e o que determina os Artigos 3º e 4º, da Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e

CONSIDERANDO o disposto no processo eletrônico 21044.002874/2022-89, resolve:

Art. 1º - Habilitar a Médica Veterinária CAMILA SILVA COSTA FERREIRA, CRVM RJ 14259, não vinculada ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a colheita de amostras para testes diagnósticos de Mormo com a finalidade de trânsito de EQUÍDEOS, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018, devendo a habilitada observar as normas e dispositivos legais em vigor.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor 07 (sete) dias após a sua publicação.

STELLA ALVES BRANCO ROMANOS

PORTARIA Nº 345, DE 21 DE JULHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 292, do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado na Seção 1 do Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018 e CONSIDERANDO o disposto no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934

CONSIDERANDO e o que determina os Artigos 3º e 4º, da Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e

CONSIDERANDO o disposto no processo eletrônico 21044.002868/2022-21, resolve:

Art. 1º - Habilitar o Médico Veterinário PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA ALMEIDA FILHO, CRMV RJ 18122, não vinculada ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a colheita de amostras para testes diagnósticos de Mormo com a finalidade de trânsito de EQUÍDEOS, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018, devendo a habilitada observar as normas e dispositivos legais em vigor.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor 07 (sete) dias após a sua publicação.

STELLA ALVES BRANCO ROMANOS

PORTARIA Nº 346, DE 22 DE JULHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 292, do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado na Seção 1 do Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018 e CONSIDERANDO o disposto no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934

CONSIDERANDO e o que determina os Artigos 3º e 4º, da Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e

CONSIDERANDO o disposto no processo eletrônico 21044.002990/2022-06, resolve:

Art. 1º - Habilitar a Médica Veterinária PRISCILA ALVES FIALHO CRVM RJ 18125, não vinculada ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a colheita de amostras para testes diagnósticos de Mormo com a finalidade de trânsito de EQUÍDEOS, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018, devendo a habilitada observar as normas e dispositivos legais em vigor.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor 07 (sete) dias após a sua publicação.

STELLA ALVES BRANCO ROMANOS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 341 de 12 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 14 de julho de 2022, na Seção 1, página 4,

Onde se lê:

"Art. 1º - ATUALIZAR a habilitação do médico Veterinário ANDRÉ LUIZ GOMES BARRETO não vinculada ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, referente à movimentação de Animais Aquáticos, nos Municípios Duque de Caxias e Rio de Janeiro, situados no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, devendo a habilitada observar as normas e dispositivos legais em vigor

Art. 2º - Fica Revogada a Portaria nº 121, de 21 de agosto de 2016".

Leia-se: "Art. 1º - ATUALIZAR a habilitação do médico Veterinário ANDRÉ LUIZ GOMES BARRETO não vinculada ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, referente à movimentação de Animais Aquáticos, nos Municípios Duque de Caxias e Rio de Janeiro, situados no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, devendo o habilitado observar as normas e dispositivos legais em vigor

Art. 2º - Fica Revogada a Portaria nº 121, de 21 de agosto de 2020, publicada na Seção 1 do DOU de 16/09/2020."

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 167, DE 20 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2.194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria nº 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de médico(a) veterinário(a) para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), GISELI LEORATTO, inscrito(a) no CRMV/SC nº 8462, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21050.001344/2019-39, no estado de Santa Catarina.

Revoga-se a Portaria de Habilitação nº 089, de 29/03/2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.151, DE 21 DE JULHO DE 2022

Altera os Anexos I e II da Instrução Normativa MPA nº 10, de 14 de outubro de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura, que regulamenta a subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumidos por embarcações pesqueiras nacionais, de que cuida o Decreto nº 7.077, de 26 de janeiro de 2010.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, na Lei nº 9.445, de 17 de março de 1997, no Decreto nº 7077, de 26 de janeiro de 2010, e o que consta no Processo nº 21000.052228/2022-79, resolve:

Art. 1° A Instrução Normativa MPA nº 10, de 14 de outubro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"ANEXO I .....

.....

1.1 disponibilizar, no sitio https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/oleo-diesel, acesso ao Sistema de Subvenção ao Abastecimento do Diesel Pesqueiro - SSADP, que integrará os procedimentos necessários: ao cadastro das entidades de classe do setor produtivo da pesca; de beneficiários; de embarcações pesqueiras; e de fornecedores de combustível; bem como suporte às análises dos processos de ressarcimento da subvenção; (NR)

.....

2. O período para protocolar a documentação para a habilitação dos interessados na subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumidos por embarcações pesqueiras nacionais será de 1º de agosto a 30 de setembro do ano anterior ao exercício fiscal pleiteado. (NR)

.....

5.1 O beneficiário ou sua entidade de classe deverá requerer sua habilitação no SSADP, preferencialmente de forma digital, com preenchimento de formulário eletrônico disponibilizado no sítio https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/oleo-diesel, inserindo o Termo de Responsabilidade do Beneficiário datado e assinado, conforme disponibilizado na Folha 2 do Anexo II desta Instrução, ou, ainda, por meio de ofício, perante a Superintendência da Unidade da Federação onde esteja domiciliado. (NR)

.....

7.2 apresentar o formulário de requerimento, preferencialmente de forma digital, no sítio eletrônico https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/oleo-diesel, ou, ainda, versão impressa devidamente preenchida e assinada, conforme modelo constante no Anexo II desta Instrução Normativa.

.....

8.2 apresentar o formulário de requerimento, preferencialmente de forma digital, no sítio eletrônico https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/oleo-diesel, ou, ainda, versão impressa devidamente preenchido e assinado, conforme modelo constante no Anexo II desta Instrução Normativa.

.....

14. Caso as solicitações de cadastramento dos beneficiários, das embarcações, das entidades de classe e dos fornecedores de combustível sejam realizadas por meio físico, caberá às Superintendências Federais de Agricultura no estado de residência do responsável legal da embarcação pesqueira ou da entidade representativa, no uso das suas atribuições, receber e protocolar as solicitações, formalizando o processo, por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI -, e o encaminhando ao setor responsável do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para análise. (NR)"

"ANEXO II

.....

(1ª FOLHA)

CADASTRO DE BENEFICIÁRIOS E EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS

MODELO 2

DADOS DO INTERESSADO

É representado? ( ) Sim ( ) Não | Entidade de classe:
Tipo de cadastro: ( ) Pessoa Física ( ) Pessoa Jurídica | Nome:
CPF/CNPJ: | UF: | Cidade:
Endereço: |CEP:
Celular: ( ) | Fixo: ( ) |E-mail:
Categoria: ( ) Pescador Profissional ( ) Armador de Pesca ( ) Empresa Pesqueira| Nº. Registro RGP:

EMBARCAÇÃO:

Nome	Nº RGP	Nº de inscrição de embarcação na Capitania dos Portos (TIE)	Comprimento (m)	Arqueação Bruta (AB)	Potência do Motor principal (HP)	Tancagem (L)	Código da frota no RGP	Participante do PREPS
								( )Sim ( )Não
								( )Sim ( )Não
								( )Sim ( )Não
								( )Sim ( )Não
								( )Sim ( )Não
								( )Sim ( )Não

_____ _____

Local e Data Assinatura do beneficiário

(2ª FOLHA)

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO BENEFICIÁRIO

Eu, _____, RG _____, CPF _____, assumo total responsabilidade pelas informações aqui prestadas, bem como assumo o compromisso de cumprir a legislação vigente do Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel. Estou ciente de que declaração falsa constitui crime previsto no art. 299 do Código Penal.

_____ _____

Local e Data Assinatura do beneficiário"(NR)

Art. 2º. Fica revogada a Instrução Normativa MPA nº 14, de 16 de julho de 2014 , do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.152, DE 21 DE JULHO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SHIRA, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2 do Anexo II, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SHIRA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 ao Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 03, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21000.053395/2022-37, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SHIRA, de propriedade de Ivan Maia de Araujo, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0031999-4 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 442-014679-6, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SHIRA, de propriedade de Ivan Maia de Araujo, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0031999-4 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 442-014679-6, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 625, DE 21 DE JULHO DE 2022

Altera a denominação da Associação Brasileira de Criadores de Cavalo de Corrida para Associação Brasileira de Criadores e Proprietários do Cavalo de Corrida.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das atribuições conferidas nos incisos I e II do art. 1º da Portaria MAPA nº 430, de 03 de maio de 2022 e no art. 24 do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 4.716, de 29 de junho de 1965, no Decreto nº 8.236, de 5 de maio de 2014 e, que consta no processo sob nº 21052.023847/2021-60, resolve:

Art. 1º Alterar a denominação da Associação Brasileira de Criadores de Cavalo de Corrida para Associação Brasileira de Criadores e Proprietários do Cavalo de Corrida, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob o nº 10, na categoria de entidade de âmbito nacional, para efetuar o serviço de registro genealógico de equinos da raça Puro Sangue Inglês.

Art. 2º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 200, de 13 de dezembro de 1967;

II - a Portaria nº 476, de 19 de dezembro de 1985; e

III - a Portaria nº 170, de 28 de julho de 1988.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 1.511, DE 21 DE JULHO DE 2022

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19 da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, combinado com o art. 110 do Regimento Interno aprovado pela Portaria/INCRA/P/nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no DOU nº 57 do dia 24 de março de 2020, e;

Considerando o disposto no Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a Instrução Normativa/INCRA nº 57/2009;

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), relativo à regularização das terras da Comunidade Quilombola Vidal Martins, bem como o respectivo Edital, publicado no DOU, nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2020, e no DOE/SC, nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2020;

Considerando os termos da Resolução do Conselho Diretor nº 25, de 10 de junho de 2022, publicada no DOU no dia 14 de junho de 2022, que determinou a retificação do perímetro do Território Quilombola Vidal Martins, bem como o respectivo Edital de Retificação, publicado no DOU em 15 de julho de 2022;

Considerando as determinações relacionadas à Ação Civil Pública nº 5026964-94.2018.4.04.7200/SC;

Considerando, por fim, tudo o que consta nos autos do Processo Administrativo INCRA nº 54210.001914/2013-74, resolve:

Art. 1º Reconhecer e declarar como terras da Comunidade Quilombola Vidal Martins, a área de 961,2893 ha (novecentos e sessenta e um hectares, vinte e oito ares e noventa e três centiares), localizada no Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

§ 1º A planta e o memorial descritivo estão disponíveis no Processo Administrativo INCRA nº 54210.001914/2013-74 e no Acervo Fundiário do INCRA, pelo endereço eletrônico http://acervofundiario.incra.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO

Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MC Nº 799, DE 22 DE JULHO DE 2022

Institui o Programa de Integridade Cidadania em Foco no âmbito do Ministério da Cidadania.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso da atribuição que lhe conferem o artigo 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e o Decreto nº 11.023, de 31 de março de 2022, e, nos termos do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, a Portaria CGU nº 57, de 4 de janeiro de 2019, a Resolução MC nº 01, de 15 de abril de 2019 e o Decreto nº 10.756, de 27 de julho de 2021, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa de Integridade Cidadania em Foco no âmbito do Ministério da Cidadania, com o objetivo de promover um conjunto estruturado de medidas e ações institucionais voltadas para prevenção, detecção, punição e remediação de atos de fraudes, corrupção, irregularidades e desvios éticos e de conduta.

§ 1º O Programa Cidadania em Foco deverá nortear o planejamento estratégico ou documento que venha a exercer este papel no âmbito do Ministério da Cidadania, e ser integrado às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos relevantes para a execução da gestão estratégica e para o alcance dos objetivos e metas relacionados, em todos os níveis da organização.

§ 2º O Programa instituído nesta Portaria e suas eventuais normas complementares, planos, manuais e procedimentos aplicam-se às unidades administrativas do Ministério da Cidadania, abrangendo todos os agentes públicos desta pasta.

§ 3º São unidades administrativas os órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado e os órgãos específicos singulares.

Art. 2º O Programa Cidadania em Foco se estrutura pelos seguintes pilares fundamentais:

I - Comprometimento e apoio da alta direção;

II - Fortalecimento das instâncias de integridade;

III - Análise e gestão de riscos; e

IV - Estratégias de monitoramento contínuo.

Art. 3º O Programa Cidadania em Foco será operacionalizado a partir de Plano de Integridade, que organizará as medidas relacionadas aos seguintes eixos:

I - Promoção da Ética e de regras de conduta;

II - Promoção da transparência ativa, do acesso à informação e de governo aberto;

III - Tratamento de conflitos de interesses e nepotismo;

IV - Tratamento de denúncias;

V - Funcionamento de controles internos;

VI - Responsabilização; e

VII - Proteção de dados pessoais.

§ 1º O Plano de Integridade de que trata o caput deverá ser elaborado com base no mapeamento de riscos de integridade e/ou na avaliação das medidas de integridade existentes, com a finalidade de identificar vulnerabilidades de integridade no âmbito do Ministério da Cidadania e propor medidas para sua mitigação.

§ 2º O Plano de Integridade contemplará, no mínimo, prazo para execução das medidas, seus responsáveis e meios de monitoramento.

§ 3º As instâncias que compõem o arranjo de governança, as unidades responsáveis pelas funções de integridade, bem como as demais unidades administrativas do Ministério da Cidadania deverão, no cumprimento de suas atribuições institucionais, considerar como prioritária a condução das atividades previstas no Plano de Integridade.

§ 4º O Plano de Integridade será aprovado pelo Comitê Interno de Governança do Ministério da Cidadania.

Art. 4º A elaboração, desenvolvimento, monitoramento e execução do Programa de Integridade Cidadania em Foco caberá às seguintes instâncias, sem prejuízo das competências e atribuições legais dos órgãos que compõem o Ministério da Cidadania:

I - Comitê Interno de Governança do Ministério da Cidadania, como instância estratégica e decisória;

II - Unidade de Gestão de Integridade, como instância de coordenação, monitoramento e avaliação;

III - Câmara Técnica de Integridade, como instância propositiva, consultiva e de supervisão; e

IV - Alta Administração, sem prejuízo das responsabilidades dos gestores dos processos organizacionais e de programas de governos nos seus respectivos âmbitos de atuação, como instância de execução do Programa Cidadania em Foco.

Art. 5º Os ocupantes de cargos em comissão executivos e funções comissionadas executivas, códigos CCE e FCE de nível 12 e superior, ou equivalentes, deverão participar no mínimo anualmente de palestra ou seminário sobre temas relativos à integridade.

§ 1º Os ocupantes dos cargos referidos no caput deverão prestar anualmente informações sobre os eventos relativos à integridade de que participaram, em formato que será definido pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, para posterior encaminhamento e apreciação pela Câmara Técnica de Integridade.

§ 2º Os servidores que venham a ser nomeados para os cargos referidos no caput deverão, por ocasião de sua posse, formalizar ciência do inteiro teor desta Portaria.

Art. 6º O Programa de Integridade Cidadania em Foco deverá ser objeto de ampla divulgação nas unidades administrativas do Ministério da Cidadania, abrangendo todos os agentes públicos desta pasta, assim como demais agentes que se relacionem com o Ministério da Cidadania.

Parágrafo único. Deverá ser dada ciência sobre o inteiro teor desta Portaria aos fornecedores, convenentes e demais partícipes em instrumentos firmados com o Ministério da Cidadania, por ocasião do início de suas atividades junto à pasta.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor 1º de agosto de 2022.

RONALDO VIEIRA BENTO

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18/SEDS/SENARC/MC, DE 22 DE JULHO DE 2022

Antecipa o calendário anual de pagamento dos benefícios financeiros do Programa Auxílio Brasil referente ao mês de agosto de 2022.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 29 do Decreto nº 11.023, de 31 de março de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, no artigo 25, inciso I, do Decreto nº 10.852, de 08 de novembro de 2021, e nos arts. 4º e 5º da Portaria MC nº 775, de 2 de junho de 2022,

CONSIDERANDO a necessidade de ampla divulgação das datas em que as famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil poderão realizar o saque mensal dos benefícios financeiros do Programa, resolve:

Art. 1º Fica antecipado o calendário anual de pagamento dos benefícios financeiros do Programa Auxílio Brasil referente ao mês de agosto de 2022, conforme Anexo.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ÁTILA BRANDÃO DE OLIVEIRA JUNIOR

ANEXO

CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL

Final de NIS	DIA E MÊS DO PAGAMENTO											
1	18/jan	14/fev	18/mar	14/abr	18/mai	17/jun	18/jul	09/ago	19/set	18/out	17/nov	12/dez
2	19/jan	15/fev	21/mar	18/abr	19/mai	20/jun	19/jul	10/ago	20/set	19/out	18/nov	13/dez
3	20/jan	16/fev	22/mar	19/abr	20/mai	21/jun	20/jul	11/ago	21/set	20/out	21/nov	14/dez
4	21/jan	17/fev	23/mar	20/abr	23/mai	22/jun	21/jul	12/ago	22/set	21/out	22/nov	15/dez
5	24/jan	18/fev	24/mar	22/abr	24/mai	23/jun	22/jul	15/ago	23/set	24/out	23/nov	16/dez
6	25/jan	21/fev	25/mar	25/abr	25/mai	24/jun	25/jul	16/ago	26/set	25/out	24/nov	19/dez
7	26/jan	22/fev	28/mar	26/abr	26/mai	27/jun	26/jul	17/ago	27/set	26/out	25/nov	20/dez
8	27/jan	23/fev	29/mar	27/abr	27/mai	28/jun	27/jul	18/ago	28/set	27/out	28/nov	21/dez
9	28/jan	24/fev	30/mar	28/abr	30/mai	29/jun	28/jul	19/ago	29/set	28/out	29/nov	22/dez
0	31/jan	25/fev	31/mar	29/abr	31/mai	30/jun	29/jul	22/ago	30/set	31/out	30/nov	23/dez

SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE INCENTIVO E FOMENTO AO ESPORTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DA LEI FEDERAL DE INCENTIVO AO ESPORTE
COMISSÃO TÉCNICA

DELIBERAÇÃO Nº 1.539, DE 22 DE JULHO DE 2022

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 13/07/2022.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Secretaria Especial do Esporte - Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019) de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 357, de 20 de fevereiro de 2019, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 13/07/2022.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO JUNQUEIRA PELEGRINETI LOURENÇO
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 71000.044182/2022-92
Proponente: Associação Nacional de Desenvolvimento Esporte e Educação
Título: Projeto Integrar Voleibol 6 ano
Registro: 2200720
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 08.488.961/0001-07
Cidade: Santos UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 268.181,67
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2896 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 48563-2
Período de Captação até: 13/07/2024

2 - Processo: 71000.056180/2022-46
Proponente: Associação Natividade Incentivo ao Esporte, Cultura e Lazer
Título: Jovens Olimpicos III - Incentivando o breakdance, escalada, skate e basquete 3x3
Registro: 2200908
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 26.020.723/0001-46
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 1.252.596,11
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3068 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 91892-X
Período de Captação até: 13/07/2024

3 - Processo: 71000.056181/2022-91
Proponente: Associação Natividade Incentivo ao Esporte, Cultura e Lazer
Título: Clube da Escalada - Edição II
Registro: 2200911
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 26.020.723/0001-46
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 628.061,98
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3068 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 91894-6
Período de Captação até: 13/07/2024

4 - Processo: 71000.056179/2022-11
Proponente: Associação Natividade Incentivo ao Esporte, Cultura e Lazer
Título: BreakDance - Sonho Olímpico
Registro: 2200902
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 26.020.723/0001-46
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 521.665,39
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3068 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 91898-9
Período de Captação até: 13/07/2024

5 - Processo: 71000.044402/2022-88
Proponente: Associação Paradesportiva de Deficiência Intelectual de Joinville
Título: Atletismo Paralímpico Inclusivo Ano I
Registro: 2200739
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 36.341.370/0001-30
Cidade: Joinville UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 697.740,19
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2981 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 53318-1
Período de Captação até: 13/07/2024

6 - Processo: 71000.052839/2022-95
Proponente: Associação Pilotos Amadores
Título: "DNA de Vencedor"
Registro: 2200853
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 31.672.691/0001-01
Cidade: Pelotas UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 624.300,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2942 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 68654-9
Período de Captação até: 13/07/2024

7 - Processo: 71000.056347/2022-79
Proponente: Associação Sorrisense de Futebol Americano
Título: Todos pela Bola Oval 3
Registro: 2200917
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 24.568.617/0001-76
Cidade: Sorriso UF: MT
Valor autorizado para captação: R$ 829.518,14
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1492 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 68077-X
Período de Captação até: 13/07/2024

8 - Processo: 71000.044400/2022-99
Proponente: Associação Sorrisense de Tiro
Título: SCT - Formação
Registro: 2200737
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 09.549.362/0001-00
Cidade: Sorriso UF: MT
Valor autorizado para captação: R$ 426.234,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1917 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 14106-2
Período de Captação até: 13/07/2024

9 - Processo: 71000.051020/2022-19
Proponente: Associação Swell Surf Baia Formosa
Título: Swell Storm ISwell Storm I
Registro: 2200827
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 35.054.838/0001-42
Cidade: Baía Formosa UF: RN
Valor autorizado para captação: R$ 556.321,88
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1731 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 50469-6
Período de Captação até: 13/07/2024

10 - Processo: 71000.054020/2022-62
Proponente: Associação Swell Surf Baia Formosa
Título: Swell Storm ISwell Storm II
Registro: 2200876
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 35.054.838/0001-42
Cidade: Baía Formosa UF: RN
Valor autorizado para captação: R$ 888.264,60

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1731 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 50420-3
Período de Captação até: 13/07/2024

11 - Processo: 71000.054016/2022-02
Proponente: Associação de Taekwondo da Grande Vitoria Associação de Taekwondo da Grande Vitoria
Título: Taekwondo Cidadão
Registro: 2200874
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 31.752.041/0001-68
Cidade: Vitória UF: ES
Valor autorizado para captação: R$ 780.744,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3480 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 41356-9
Período de Captação até: 13/07/2024

12 - Processo: 71000.047837/2022-84
Proponente: Instituto Geração 4
Título: Gerando na Alta 2
Registro: 2200790
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 14.390.824/0001-20
Cidade: Recife UF: PE
Valor autorizado para captação: R$ 397.963,35
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1245 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 86178-2
Período de Captação até: 13/07/2024

13 - Processo: 71000.053478/2022-02
Proponente: Instituto Geração 4
Título: Gerando Sonhos V
Registro: 2200865
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 14.390.824/0001-20
Cidade: Recife UF: PE
Valor autorizado para captação: R$ 399.842,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1245 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 86179-0
Período de Captação até: 13/07/2024

14 - Processo: 71000.052952/2022-71
Proponente: Seleto Esporte Clube
Título: Sou Seleto - Ano 5
Registro: 2200856
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 28.285.102/0001-10
Cidade: Guaramirim UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 446.528,90
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2095 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 37541-1
Período de Captação até: 13/07/2024

15 - Processo: 71000.048328/2022-79
Proponente: União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região
Título: Vencer pelo Jiu-jitsu - Jardim de Lótus
Registro: 2200780
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 38.883.732/0001-40
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.063.668,04
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5853 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 2412-0
Período de Captação até: 13/07/2024

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 71000.029580/2021-06.
No Diário Oficial da União nº 113, de 18 de junho de 2021, na Seção 1, página 13 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.451/2021, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº º 5238 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 09531-1, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3163 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 109531-5

Resolve:
Brasil
Cidadania
Publique-se
Informações oficiais
Memória
Transparência
Modernidade
Fonte
exclusiva da
informação oficial
Credibilidade
Preservando
Acessibilidade
Tradição
DESDE 1808
Divulgando e preservando
a história oficial brasileira
IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.131, DE 20 DE JULHO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.020746/2021-62, de 8 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Epson do Brasil Indústria e Comércio Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 52.106.911/0003-63, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 52.106.911/0003-63, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Impressora a jato de tinta líquida, com largura de impressão inferior ou igual a 420 mm.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.020746/2021-62, de 8 de dezembro de 2021.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.132, DE 20 DE JULHO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.013978/2021-64, de 13 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Falker Automação Agrícola Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 07.736.144/0001-50, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 07.736.144/0001-50, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

I - Medidor eletrônico de teor clorofila, por meio de transmitância luminosa, baseado em técnica digital;

II - Medidor digital de compactação do solo com operação manual, baseado em técnica digital;

III - Medidor Automatizado de Compactação de Solo próprio para montagem em veículos, baseado em técnica digital;

IV - Medidor eletrônico de umidade do solo, baseado em técnica digital;

V - Sensor de umidade do solo, baseado em técnica digital; e

VI - Medidor Automatizado de Compactação de Solo com deslocamento por tração manual, baseado em técnica digital.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.013978/2021-64, de 13 de agosto de 2021.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.133, DE 20 DE JULHO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.014432/2021-21, de 22 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Falker Automação Agrícola Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 07.736.144/0001-50, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 07.736.144/0001-50, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Medidor de Condutividade Elétrica do Solo, baseado em técnica digital.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.014432/2021-21, de 22 de agosto de 2021.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.134, DE 20 DE JULHO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.014431/2021-86, de 22 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Falker Automação Agrícola Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 07.736.144/0001-50, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 07.736.144/0001-50, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Sensor de Refletância de Lavouras NDVI para medição do índice de vegetação normalizada, baseado em técnica digital.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.014431/2021-86, de 22 de agosto de 2021.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.135, DE 20 DE JULHO DE 2022

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.019885/2021-43, resolve:

Art. 1º Reconhecer que os produtos e respectivos modelos abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa DMC Importação e Exportação de Equipamentos Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 02.827.605/0001-86, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - Aparelho eletromédico de uso cirúrgico, com uso de diodo laser, baseado em técnica digital, modelos: MEDILASER S 450; THERA BLU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA MCOM Nº 5.312, DE 13 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta no Processo nº 53115.009221/2022-36, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade MEC - MINERAÇÃO ESPORTE CLUBE, CNPJ nº 05.178.595/0001-93, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de ORIXIMINÁ (Porto Trombetas)/PA, o canal 40 (quarenta), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria n° 4.287, de 21 de setembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 22 DE JULHO DE 2022

Expede às entidades abaixo relacionadas autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 10.776 - Processo nº 53516.010002/2022-87: OURO VERDE LOCACAO E SERVICO S/A, CNPJ nº 75.609.123/0001-23.

Nº 10.777 - Processo nº 53516.010015/2022-56: GRACIELE BOSCATTO GUSSO, CPF nº ***.738.449-**.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 10.162, DE 13 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53504.003982/2022-09.

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à USINA SÃO DOMINGOS AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A, CNPJ nº 47.063.128/0001-68, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 10.700, DE 20 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53504.006320/2022-82.

Expede autorização ao FLAVIO AUGUSTO SILVEIRA PUGLIESE, CPF nº ***.805.618-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATOS DE 21 DE JULHO DE 2022

Nº 10.739 - Processo nº 53504.007684/2022-80.

Expede autorização ao RODRIGO JOSE FRANCO, CPF nº ***.461.218-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 10.740 - Processo nº 53504.007691/2022-81.

Expede autorização à Hinove Agrociencia S.A., CNPJ nº 14.031.191/0001-63, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 10.757, DE 21 DE JULHO DE 2022

Expedir autorização à Fort Motos Ltda, CPF/CNPJ nº 02.950.028/0003-87, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATOS DE 20 DE JULHO DE 2022

Nº 10.683 - Processo nº 53542.009626/2022-34.

Expede autorização a HELADIO MENDES DE CAMPOS MACIEL, CPF nº ***.769.381-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 10.692 - Processo nº 53542.009563/2022-16.

Expede autorização a BRAVIA ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, CNPJ nº 21.518.739/0001-60, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 10.693 - Processo nº 53542.009521/2022-85.

Expede autorização a EUCLIDES ELIAS JUNIOR, CPF nº ***.562.431-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 10.701 - Processo nº 53542.001955/2022-37.

Extingue, por cassação, a autorização outorgada a SEBASTIAO BALBINO DE SOUZA, CPF nº ***.977.629-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 10.703 - Processo nº 53542.001954/2022-92.

Extingue, por cassação, a autorização outorgada a RAIMUNDO BALBINOT, CPF nº ***.459.129-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 10.704 - Processo nº 53542.001952/2022-01.

Extingue, por cassação, a autorização outorgada a PAULO SIQUIERI, CPF nº ***.903.131-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 10.705 - Processo nº 53542.001950/2022-12.
Extingue, por cassação, a autorização outorgada a ORLANDO BORGES SANTANA, CPF nº ***.021.871-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 10.707 - Processo nº 53542.001949/2022-80.
Extingue, por cassação, a autorização outorgada a MILTON LAUTERT, CPF/CNPJ nº ***.852.929-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 10.709 - Processo nº 53542.001948/2022-35.
Extingue, por cassação, a autorização outorgada a LUIS CARLOS APRINIO, CPF nº ***.833.101-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 10.711 - Processo nº 53542.001944/2022-57.
Extingue, por cassação, a autorização outorgada a JOSE ARIMATEIA SANTOS MACIEL, CPF nº ***.946.424-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 10.712 - Processo nº 53542.001943/2022-11.
Extingue, por cassação, a autorização outorgada a JOAO NILTON CAMPOS, CPF nº ***.155.489-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 21 DE JULHO DE 2022

Nº 10.730 - Processo nº 53542.009625/2022-90.
Expede autorização a MAFRO TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 08.858.785/0001-40, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 10.741 - Processo nº 53542.001744/2022-02.
Extingue, por cassação, a autorização outorgada a ROBERTO PEREIRA BRAGA, CPF nº ***.560.281-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 10.743 - Processo nº 53542.001746/2022-93.
Extingue, por cassação, a autorização outorgada a ROGERIO RIBEIRO PIMENTA, CPF nº ***.461.406-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 10.744 - Processo nº 53542.001747/2022-38.
Extingue, por cassação, a autorização outorgada a RONIVALDO GONCALVES DE MARINHO, CPF nº ***.440.531-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 10.745 - Processo nº 53542.001751/2022-04.
Extingue, por cassação, a autorização outorgada a THIAGO NUNES SOARES, CPF nº ***.489.471-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

PORTARIA ANATEL Nº 2.423, DE 21 DE JULHO DE 2022

O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 248, parágrafo único, IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 114, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 14, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

CONSIDERANDO o disposto nos Pareceres nº 503/2021/PFE-ANATEL/PGF/AGU, de 16 de setembro de 2021 (SEI nº 7437804), e nº 37/2022/PFE-ANATEL/PGF/AGU, de 30 de março de 2022 (SEI nº 8259671);

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo de Contratações: Normatização, Orientações e Diretrizes Gerais nº 53542.000128/2022-26, resolve:

Art. 1º Delegar ao a(o) Assessor(a) Técnico(a) da Gerência Regional da Anatel nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins (GR07AT) a competência para aplicação das sanções de advertência e de multa e para decisão acerca de rescisões contratuais, no âmbito da Gerência Regional nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins (GR07).

Parágrafo único. Nos casos de afastamentos ou impedimentos legais do titular, o substituto, formalmente designado, atuará com as prerrogativas estabelecidas no caput deste artigo.

Art. 2º O prazo da presente delegação é indeterminado, podendo ser revogada a qualquer tempo.

Parágrafo único. A presente delegação não envolve a perda, pelo delegante, dos correspondentes poderes, sendo-lhe facultado, quando entender conveniente e a qualquer tempo, exercê-los mediante avocação do caso, sem prejuízo da validade da delegação.

Art. 3º Os documentos assinados sob a égide desta Portaria devem mencionar explicitamente esta qualidade, nos termos do art. 14, § 3º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, sendo considerados, para todos os efeitos, editados pelo delegado.

Art. 4º Convalidar os atos praticados pelo(a) Assessor(a) Técnico desta Gerência Regional nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins (GR07), em decorrência da Portaria nº 455, de 5 de junho de 2013 (SEI nº 7918159).

Art. 5º Revogar a Portaria nº 455, de 5 de junho de 2013 (SEI nº 7918159).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO AURÉLIO PEREIRA DA SILVA

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 8.198, DE 13 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53548.000753/2022-18.
Declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, HELIO NOTARANGELI, CPF nº ***.118.481-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.286, DE 14 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53548.000810/2022-69.
Declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, EMERSON ROQUE PIRES, CPF nº ***.069.768-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 13 DE JULHO DE 2022

Nº 10.145 - Processo nº 53548.000654/2022-36.
Declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, LUCIO HENRIQUE QUEIROZ SCHIMIDT, CPF nº ***.547.841-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 10.148 - Processo nº 53548.000631/2022-21.
Declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, MAIKON DA SILVA BOGADO, CPF nº ***.864.831-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 10.163 - Processo nº 53548.001191/2022-20.
Expede autorização à LUIZ ANTONIO STAUT VILAFANHA, CPF nº ***.040.678-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 10.165 - Processo nº 53548.001192/2022-74.
Expede autorização à PEDRO HENRIQUE ISHIYAMA SANCHES, CPF nº ***.808.021-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituta

ATO Nº 10.663, DE 19 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53548.001222/2022-42.
Declara extinta, por renúncia, a autorização outorgada à entidade, EDSON BEZERRA JUNIOR, CPF nº ***.695.944-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declara também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 10.679, DE 20 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53548.001223/2022-97.
Expede autorização à LEOMIR ANZILAGO, CPF nº ***.921.911-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 50, DE 18 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 156 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, submete a comentários e sugestões do público geral, constante dos autos do processo nº 53500.295591/2022-32, proposta de Alteração nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Radiodifusão.

As propostas de inclusão e de alteração de canais em Planos Básicos visam tão somente avaliar a viabilidade técnica de canais de Radiodifusão, que, ou já foram outorgados, ou serão objeto de novas outorgas a serem realizadas pelo Ministério das Comunicações. Consequentemente, o que se pretende com esta Consulta Pública é simplesmente verificar se as alterações propostas provocam interferência em canais de outros prestadores de serviço, que, nesse caso, devem se manifestar.

Desta forma, a Consulta Pública em tela não se refere a iniciativa de cunho normativo e, por isso, não está vinculada ao disposto na Lei 13.848, de 25 de junho de 2019 e no Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, que expressamente se aplicam a Atos normativos expedidos pela Anatel, sendo, portanto, despiciendo a atendimento do prazo para consulta pública e a elaboração de Análise de Impacto Regulatório previstos nos citados dispositivos.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico https://apps.anatel.gov.br/ParticipaAnatel/Home.aspx, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo Participa, de Consulta Pública, indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, até às 23 horas e 59 minutos do décimo dia da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 15 DE JULHO DE 2022

Nº 10.383 - Processo nº 53500.292242/2022-69.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO WALPECAR - WALDEVINO PEREIRA DE CARVALHO, CNPJ 04.080.894/0001-28, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Boa Esperança/PR.

Nº 10.384 - Processo nº 53500.292246/2022-47.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NC COMUNICACOES SA, CNPJ 79.227.963/0001-82, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santo Amaro da Imperatriz/SC.

Nº 10.385 - Processo nº 53500.292247/2022-91.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NC COMUNICACOES SA, CNPJ 79.227.963/0001-82, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Anitápolis/SC.

Nº 10.386 - Processo nº 53500.292249/2022-81.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NC COMUNICACOES SA, CNPJ 79.227.963/0001-82, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Major Gercino/SC.

Nº 10.387 - Processo nº 53500.292250/2022-13.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NC COMUNICACOES SA, CNPJ 79.227.963/0001-82, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Bonifácio/SC.

Nº 10.388 - Processo nº 53500.292251/2022-50.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NC COMUNICACOES SA, CNPJ 79.227.963/0001-82, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Bonifácio/SC.

Nº 10.389 - Processo nº 53500.292253/2022-49.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Papanduva/SC.

Nº 10.390 - Processo nº 53500.292256/2022-82.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Salete/SC.

Nº 10.391 - Processo nº 53500.292257/2022-27.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Saudades/SC.

Nº 10.392 - Processo nº 53500.292258/2022-71.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Xaxim/SC.

Nº 10.393 - Processo nº 53500.292260/2022-41.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Matos Costa/SC.

Nº 10.394 - Processo nº 53500.292261/2022-95.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Peritiba/SC.

Nº 10.395 - Processo nº 53500.292262/2022-30.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Salto Veloso/SC.

Nº 10.396 - Processo nº 53500.292263/2022-84.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Xavantina/SC.

Nº 10.397 - Processo nº 53500.292286/2022-99.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Aratiba/RS.

Nº 10.398 - Processo nº 53500.292288/2022-88.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Barra do Rio Azul/RS.

Nº 10.399 - Processo nº 53500.292289/2022-22.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cacique Doble/RS.

Nº 10.400 - Processo nº 53500.292290/2022-57.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Camargo/RS.

Nº 10.401 - Processo nº 53500.292292/2022-46.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campinas do Sul/RS.

Nº 10.402, DE 15 DE JULHO DE 2022
Processo nº 53500.292294/2022-35.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Esmeralda/RS.

Nº 10.403 - Processo nº 53500.292295/2022-80.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Herval/RS.

Nº 10.404 - Processo nº 53500.292296/2022-24.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Maximiliano de Almeida/RS.

Nº 10.405 - Processo nº 53500.292297/2022-79.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Muçum/RS.

Nº 10.406 - Processo nº 53500.292298/2022-13.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Araçá/RS.

Nº 10.407 - Processo nº 53500.292300/2022-54.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Palma/RS.

Nº 10.408 - Processo nº 53500.292301/2022-07.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Putinga/RS.

Nº 10.409 - Processo nº 53500.292303/2022-98.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rondinha/RS.

Nº 10.410 - Processo nº 53500.292313/2022-23.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV TAPAJOS LTDA, CNPJ 04.844.676/0001-12, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Curuá/PA.

Nº 10.411 - Processo nº 53500.292318/2022-56.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UMBU LTDA, CNPJ 89.294.565/0001-32, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Camargo/RS.

Nº 10.412 - Processo nº 53500.292319/2022-09.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UMBU LTDA, CNPJ 89.294.565/0001-32, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ibiaçá/RS.

Nº 10.413 - Processo nº 53500.292331/2022-13.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RBS PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ 68.737.857/0001-22, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Serafina Corrêa/RS.

Nº 10.414 - Processo nº 53500.292332/2022-50.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RBS PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ 68.737.857/0001-22, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de André da Rocha/RS.

Nº 10.415 - Processo nº 53500.292333/2022-02.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RBS PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ 68.737.857/0001-22, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Esmeralda/RS.

Nº 10.416 - Processo nº 53500.292334/2022-49.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RBS PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ 68.737.857/0001-22, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Araçá/RS.

Nº 10.417 - Processo nº 53500.292338/2022-27.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NSC TV CRICIUMA LTDA, CNPJ 82.916.503/0001-76, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Treze de Maio/SC.

Nº 10.418 - Processo nº 53500.292339/2022-71.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NSC TV CRICIUMA LTDA, CNPJ 82.916.503/0001-76, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Urussanga/SC.

Nº 10.419 - Processo nº 53500.292352/2022-21.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NSC TV CRICIUMA LTDA, CNPJ 82.916.503/0001-76, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio Fortuna/SC.

Nº 10.420 - Processo nº 53500.292354/2022-10.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NSC TV CRICIUMA LTDA, CNPJ 82.916.503/0001-76, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Rosa de Lima/SC.

Nº 10.421 - Processo nº 53500.292355/2022-64.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NSC TV CRICIUMA LTDA, CNPJ 82.916.503/0001-76, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Martinho/SC.

Nº 10.422 - Processo nº 53500.292356/2022-17.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NSC TV CRICIUMA LTDA, CNPJ 82.916.503/0001-76, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Timbé do Sul/SC.

Nº 10.423 - Processo nº 53500.292358/2022-06.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NSC TV CRICIUMA LTDA, CNPJ 82.916.503/0001-76, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Rosa de Lima/SC.

Nº 10.424 - Processo nº 53500.292390/2022-83.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE SA, CNPJ 76.494.806/0001-45, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Salto do Itararé/PR.

Nº 10.425 - Processo nº 53500.292392/2022-72.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ALTO URUGUAI SA, CNPJ 89.424.113/0001-28, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Barra do Rio Azul/RS.

Nº 10.426 - Processo nº 53500.292398/2022-40.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ALTO URUGUAI SA, CNPJ 89.424.113/0001-28, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campinas do Sul/RS.

Nº 10.427 - Processo nº 53500.292401/2022-25.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ALTO URUGUAI SA, CNPJ 89.424.113/0001-28, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Erval Grande/RS.

Nº 10.428 - Processo nº 53500.292403/2022-14.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ALTO URUGUAI SA, CNPJ 89.424.113/0001-28, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itatiba do Sul/RS.

Nº 10.429 - Processo nº 53500.292404/2022-69.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ALTO URUGUAI SA, CNPJ 89.424.113/0001-28, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jacutinga/RS.

Nº 10.430 - Processo nº 53500.292408/2022-47.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ALTO URUGUAI SA, CNPJ 89.424.113/0001-28, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Machadinho/RS.

Nº 10.431 - Processo nº 53500.292412/2022-13.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BANDEIRANTES DO PARANA LTDA, CNPJ 77.969.145/0001-20, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Salto do Itararé/PR.

Nº 10.432 - Processo nº 53500.292420/2022-51.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CHAPECO S/A, CNPJ 76.851.492/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Quilombo/SC.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATOS DE 20 DE JULHO DE 2022

Nº 10.685 - Processo nº 53500.294286/2022-23.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à Inviolavel Lagoa Vermelha Servicos de Monitoramento de Sistemas de Seguranca Eletronico Eireli, CNPJ nº 17.411.248/0001-48, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado, aplicação Supervisão e Controle.

Nº 10.688 - Processo nº 53500.045528/2022-57.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à COMUNICATEL ELETRONICA E TELECOMUNICACOES LTDA - EPP, CNPJ nº 24.841.488/0001-48, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

Nº 10.689 - Processo nº 53500.042692/2022-11.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ANGLO AMERICAN MINERIO DE FERRO BRASIL S/A, CNPJ nº 02.359.572/0004-30, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado, aplicação Móvel Privativo.

Nº 10.698 - Processo nº 53500.292605/2022-66.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à COMERCIAL E INSTALADORA ELETRO-ELETRONICA LTDA ME, CNPJ nº 01.241.898/0001-52, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

Nº 10.699 - Processo nº 53500.292602/2022-22.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à COMERCIAL E INSTALADORA ELETRO-ELETRONICA LTDA ME, CNPJ nº 01.241.898/0001-52, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATOS DE 21 DE JULHO DE 2022

Nº 10.728 Processo n° 53500.292048/2022-83.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à NORTE LINE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 06.943.829/0001-04, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

Nº 10.733 - Processo nº 53500.291917/2022-52.
Expede autorização à SONDA INFOVIA DIGITAL DO ESTADO DE MS SERVICOS DE TRANSPORTE DE DADOS SPE S.A., CNPJ/MF nº 46.567.023/0001-83, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 10.736 - Processo nº 53500.294151/2022-68.
Expede autorização à EI FIBER SERVICOS DE TELECOMUNICACOES MULTIMIDIA LTDA, CNPJ/MF nº 38.145.418/0001-60, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 10.737 - Processo nº 53500.292248/2022-36.
Expede autorização à AGORA FIBRA INFORMATICA E TELECOMUNICACAO LTDA, CNPJ/MF nº 43.761.258/0001-13, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 10.759 - Processo nº 53115.010616/2022-81.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, associada à autorização para execução de Serviço Especial Para Fins Científicos ou Experimentais.

Nº 10.760 Processo n° 53500.288306/2022-27.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à Comradio Servicos Tecnicos Ltda, CNPJ nº 32.541.329/0001-56, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATOS DE 22 DE JULHO DE 2022

Nº 10.786 - Autoriza FUNDACAO CANAL 20, CNPJ nº 04.083.151/0001-01, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 30/07/2022 a 31/07/2022.

Nº 10.787 - Autoriza PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Aracruz/ES, no período de 27/07/2022 a 24/09/2022.

Nº 10.792 - Autoriza MENDLOC COMERCIO SERVICOS E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 21.129.464/0001-72, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 25/07/2022 a 25/08/2022.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
GABINETE DO COMANDANTE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2/MB/MD, DE– 21 DE JULHO DE 2022

Diretrizes gerais para a atuação da Marinha do Brasil no cumprimento da atribuição subsidiária conferida pelo art. 16-A da Lei Complementar n° 97, de 9 de junho de 1999.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4° da Lei Complementar n° 97, de 9 de junho de 1999, e os incisos XIV e XXIII do art. 26 do anexo I ao Decreto n° 5.417, de 13 de abril de 2005, resolve:

Art. 1° Considerar o disposto no art. 16-A da Lei Complementar n° 97, de 1999, como uma atribuição subsidiária comum conferida às Forças Armadas (FA), na faixa de fronteira terrestre e nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), cujas ações decorrentes, preventivas e repressivas, no âmbito da Marinha do Brasil (MB), podem ser realizadas por qualquer meio e são regulamentadas por esta Instrução Normativa.

Parágrafo único. A atribuição subsidiária prevista no caput do art. 16-A da Lei Complementar n° 97, de 1999, não caracteriza a atuação da MB na garantia da lei e da ordem, regulada pelo disposto nos §§ 2° ao 6° do art. 15 da Lei Complementar n° 97, de 1999, e no Decreto n° 3.897, de 24 de agosto de 2001.

Art. 2° O emprego dos meios do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário e da Diretoria de Hidrografia e Navegação deve ser realizado, preferencialmente, em apoio logístico, de modo a preservar a segurança do pessoal envolvido na missão.

Art. 3° A MB, quando em atuação conjunta com as demais FA, deve pautar-se pelas orientações estabelecidas pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Parágrafo único. A atuação integrada dos órgãos de segurança pública e das FA, com base no Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, instituído pelo Decreto n° 8.903, de 16 de novembro de 2016, não inibe a atuação da Força Naval em operações singulares ou conjuntas.

Art. 4° Para os efeitos desta instrução, considera-se:

I - delito transfronteiriço - todos aqueles previstos no ordenamento jurídico, quando:

a) for cometido em mais de um Estado;

b) for cometido em um só Estado, mas uma parte substancial da sua preparação, planejamento, direção e controle tenha lugar em outro Estado;

c) for cometido em um só Estado, mas envolva a participação de agente ou grupo organizado que pratique atividades criminosas em mais de um Estado; ou

d) for cometido em um só Estado, mas produza efeitos substanciais em outro Estado;

II - delito ambiental - todos aqueles previstos na Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e demais diplomas legais em vigor.

Parágrafo único. Na atuação da MB contra os delitos transfronteiriços, devem ser privilegiadas as ações relacionadas ao combate do tráfico ilícito de drogas e afins, tráfico internacional de arma de fogo, tráfico de pessoas, contrabando, descaminho e imigração ilegal.

Art. 5° Delegar ao Comandante de Operações Navais o planejamento, a coordenação, a execução e a elaboração de orientações específicas relacionadas às ações preventivas e repressivas, a serem conduzidas pela MB.

Art. 6° Definir o mar territorial e águas interiores como os ambientes de atuação da MB, com quaisquer meios, podendo as unidades em Patrulha Naval atuar nas AJB, conforme disciplina prevista nos diplomas legais em vigor, respeitados os tratados, convenções e demais atos internacionais ratificados pelo Brasil.

Art. 7° Em se tratando de crime militar, observar as competências previstas no Capítulo Único do Título II do Livro I do Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei n° 1.002, de 21 de outubro de 1969), que trata da Polícia Judiciária Militar.

Art. 8° Estabelecer as seguintes Diretrizes:

I - intensificar a capacitação do pessoal envolvido e a prontificação de meios;

II - empregar a força nas ações repressivas, obedecendo ao princípio da proporcionalidade;

III - intensificar os mecanismos de cooperação com os órgãos de segurança pública e ambientais, especialmente quanto ao intercâmbio de dados de inteligência; e

IV - intensificar a coordenação com os órgãos envolvidos, na atuação isolada ou coordenada com outros órgãos extra-MB, de modo a serem evitadas interferências mútuas ou efeitos colaterais indesejáveis.

Art. 9° Fica revogada a Instrução Normativa n° 1, de 5 de março de 2013, conforme consta do anexo da Portaria n° 285/MB, de 28 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União n° 187, de 29 de setembro de 2020, Seção 1, Página 15.

Art. 10° Esta Instrução Normativa entra em vigor em 25 de julho de 2022.

ALMIR GARNIER SANTOS

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 2.341, DE 20 DE JULHO DE 2022

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Gandu - BA, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Gandu - BA, no valor de R$ 171.122,72 (cento e setenta e um mil cento e vinte e dois reais e setenta e dois centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.006392/2022-61.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Notas de Empenho n. 2022NE001001, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.342, DE 20 DE JULHO DE 2022

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Medina - MG, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Medina - MG, no valor de R$ 272.650,86 (duzentos e setenta e dois mil seiscentos e cinquenta reais e oitenta e seis centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.006540/2022-48.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2022NE000714, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.343, DE 20 DE JULHO DE 2022

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Entre Folhas - MG, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Entre Folhas - MG, no valor de R$ 130.208,33 (cento e trinta mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.006394/2022-51.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2022NE000670, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.360, DE 21 DE JULHO DE 2022

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Sem-Peixe - MG, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Sem-Peixe - MG, no valor de R$ 7.669.827,96 (sete milhões, seiscentos e sessenta e nove mil oitocentos e vinte e sete reais e noventa e seis centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.005831/2021-38.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2021NE000519, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0329; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em três parcelas nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.369, DE 22 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AM	Coari	Inundações - 1.2.1.0.0	988	31/05/2022	59051.016918/2022-31
BA	Tanhaçu	Estiagem - 1.4.1.1.0	231	11/07/2022	59051.016916/2022-42
CE	Deputado Irapuan Pinheiro	Estiagem - 1.4.1.1.0	022	22/06/2022	59051.016936/2022-13
PE	Barreiros	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	028	05/07/2022	59051.016857/2022-11
PE	Belém de Maria	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	028	02/07/2022	59051.016818/2022-13
PE	Calçado	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	017	04/07/2022	59051.016780/2022-71
PE	Capoeiras	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	029	04/07/2022	59051.016758/2022-21
PE	Ibirajuba	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	099	05/07/2022	59051.016783/2022-12
PE	Jupi	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	038	05/07/2022	59051.016720/2022-58
PE	Lagoa dos Gatos	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	1.167	04/07/2022	59051.016777/2022-57
PE	São João	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	045	03/07/2022	59051.016778/2022-00
RN	Coronel Ezequiel	Estiagem - 1.4.1.1.0	126	09/07/2022	59051.016876/2022-39
RS	Barros Cassal	Enxurradas - 1.2.2.0.0	035	29/06/2022	59051.016917/2022-97
SC	Curitibanos	Inundações - 1.2.1.0.0	5.751	11/05/2022	59051.016300/2022-71

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.373, DE 22 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Extremoz - RN, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Extremoz - RN, no valor de R$ 179.484,69 (cento e setenta e nove mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.011002/2022-85.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.374, DE 22 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Cortês - PE, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Cortês - PE, no valor de R$ 566.262,50 (quinhentos e sessenta e seis mil duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.011000/2022-96.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.375, DE 22 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Araçoiaba - PE, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Araçoiaba - PE, no valor de R$ 402.766,00 (quatrocentos e dois mil setecentos e sessenta e seis reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.010177/2022-75.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.376, DE 22 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Jaboatão dos Guararapes - PE, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Jaboatão dos Guararapes - PE, no valor de R$ 266.253,97 (duzentos e sessenta e seis mil duzentos e cinquenta e três reais e noventa e sete centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.010139/2022-12.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.377, DE 22 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Tefé - AM, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Tefé - AM, no valor de R$ 1.425.440,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e cinco mil quatrocentos e quarenta reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.010620/2022-16.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.378, DE 22 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Cortês - PE, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Cortês - PE, no valor de R$ 81.213,20 (oitenta e um mil duzentos e treze reais e vinte centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.011041/2022-82.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

RETIFICAÇÃO

Na portaria n°2345, de 20 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 22 de julho de 2022, edição: 138, seção 1, página 44.

Onde se lê: "Art. 14. Ficam revogadas as Portarias nº 2.867, de 13 de novembro de 2021 e nº 2.222, de 3 de setembro de 2021".

Leia-se: "Art.14. Ficam revogadas as Portarias SEDEC/MDR nº 2.833, de 16 de novembro de 2021 e nº 131, de 25 de janeiro de 2021".

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

RESOLUÇÃO ANA Nº 125, DE 21 DE JULHO DE 2022

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 135, inciso III, do Anexo I da Resolução ANA nº 104, de 8 de outubro de 2021, publicada no DOU de 14 de outubro de 2021, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 850ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 19 de julho de 2022, considerando o disposto na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e na Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, e com base nos elementos constantes do processo nº 02501.005680/2018-70, resolveu:

Estabelecer procedimentos e rotinas para avaliação da prestação de contas anual dos contratos de gestão celebrados entre a ANA e as entidades delegatárias de funções de Agências de Água.

Fica revogada a Resolução ANA nº 15, de 11 de março de 2019.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Resolução, bem como as demais informações pertinentes estão disponíveis no site www.gov.br/ana.

VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS

ATOS DE 21 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 1.190 - MOYSES ALVINO COVRE, PCH Machado Mineiro, Município de Ninheira/MG, irrigação, transferência.

Nº 1.191 - PCH Machado Mineiro, PCH Machado Mineiro, Município de Águas Vermelhas/MG, irrigação, transferência.

Nº 1.192 - SAMIR LUCAS MENDES e VICTOR GOMES ARRUDA SPOSITO, rio Pardo, Município de Águas Vermelhas/MG, irrigação, transferência.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site hwww.gov.br/ana.

PATRICK THOMAS

ATOS DE 21 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 de 30/10/2017, resolveu indeferir os pedidos de outorga de direito de uso de recursos hídricos de:

Nº 1.193 - RONALDO ELIAS DE LIMA, Ribeirão Chato, Município de Araguaçu/TO, irrigação.

Nº 1.194 - AREAL VALE DO PARAIBA 2146 LTDA - ME, rio Paraíba do Sul, Município de Barra Mansa/RJ, mineração.

Nº 1.195 - LAKESIDE CLUB RESIDENCE EMPREENDIMENTOS SPE LTDA, UHE Luis Eduardo Magalhães/TO, esgotamento sanitário.

O inteiro teor dos Indeferimentos de Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

PATRICK THOMAS

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO
COMITÊ ESTRATÉGICO DE DESBUROCRATIZAÇÃO, INOVAÇÃO, PROCESSOS E PROJETOS

RESOLUÇÃO CDIPP/ME Nº 6, DE 21 DE JULHO DE 2022

Institui a Referência em Maturidade de Gestão de Projetos para o Ministério da Economia (RMProj-ME).

O COMITÊ ESTRATÉGICO DE DESBUROCRATIZAÇÃO, INOVAÇÃO, PROCESSOS E PROJETOS no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos VIII e XII do Art. 7º da Portaria ME nº 339, de 8 de outubro de 2020, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Referência em Maturidade de Gestão de Projetos para o Ministério da Economia - RMProj-ME, na forma do Anexo.

Parágrafo único. A RMProj-ME é instrumento de apoio que tem como objetivo fomentar o aumento da maturidade das unidades organizacionais do Ministério da Economia em temas relacionados à Gestão de Projetos.

Art. 2º Para fins desta resolução, considera-se:

I - unidades organizacionais: as secretarias especiais, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria de Gestão Corporativa da Secretaria Executiva;

II - temas: primeiro nível da Referência em Maturidade de Gestão de Projetos, são constituídos pelo tripé estrutura, pessoas e processos;

III - assuntos: segundo nível da Referência em Maturidade de Gestão de Projetos, indicam quais aspectos relacionados aos temas serão avaliados;

IV - referências: indicam os paradigmas compreendidos como ideais a serem seguidos pelas unidades organizacionais;

V - direcionadores: perguntas que norteiam as respostas para se compreender o nível de maturidade das unidades em cada assunto;

VI - níveis: indicam os graus de maturidade em cada assunto; e

VII - Escritório Local de Projetos (ELP): unidade, área ou núcleo nas unidades organizacionais que seja responsável por atividades relacionadas à gestão de projetos, como a coleta de dados e informações acerca dos projetos do órgão, a facilitação da comunicação entre Líderes de Projetos e a alta administração da unidade e o fomento à gestão de projetos na unidade.

Art. 3º O impulsionamento da maturidade ocorrerá por ciclos com as seguintes etapas:

I - aplicação do questionário da Referência em Maturidade de Gestão de Projetos nas unidades organizacionais;

II - comparação dos resultados obtidos com a Referência em Maturidade de Gestão de Projetos, de forma a se estabelecer o nível de maturidade de cada unidade nos assuntos avaliados;

III - elaboração de relatório apresentando a maturidade das unidades organizacionais nos temas e assuntos avaliados;

IV - elaboração de planos de ações pelas unidades organizacionais, com vistas a estabelecer atividades a serem executadas no decorrer do ano que possibilitarão o aumento da sua maturidade em gestão de projetos; e

V - execução dos planos de ações previstos na etapa anterior.

§ 1º Os ciclos serão executados anualmente, com início em fevereiro.

§ 2º Os titulares das unidades organizacionais designarão os responsáveis por responder os questionários da Referência em Maturidade de Gestão de Projetos.

§ 3º A Diretoria de Gestão Estratégica fornecerá apoio técnico e operacional para a realização das etapas previstas no caput.

Art. 4º Anualmente, antes do início do ciclo, poderão ser propostas alterações na Referência em Maturidade de Gestão de Projetos ao Comitê Estratégico de Desburocratização, Inovação, Processos e Projetos.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de agosto de 2022.

FERNANDO FERREIRA
Presidente do Comitê

ANEXO I

REFERÊNCIA EM MATURIDADE DE GESTÃO DE PROJETOS PARA O MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Tema:	1. Estrutura
Assunto:	1.1 Existência de área que exerça o papel de Escritório Local de Projetos
Referência:	Para que seja possível acompanhar adequadamente os projetos executados no âmbito da unidade organizacional, é necessária a instituição de um Escritório Local de Projetos (ELP) ou área correlata responsável por apoiar a gestão de projetos. As responsabilidades do ELP devem ser definidas formalmente para tornar claro o seu papel institucional.
Direcionador:	Há área na unidade organizacional que centralize informações sobre gestão de projetos na forma de um Escritório Local de Projetos (ELP) ou estrutura similar?
Respostas Disponíveis	
Nível 1	Não há área que centralize informações sobre o tema Gestão de Projetos.
Nível 2	Sim, há área que centralize informações sobre o tema Gestão de Projetos, mas não se encontra formalmente instituída.
Nível 3	(este assunto não possui nível 3)
Nível 4	Sim, há área que centralize informações sobre o tema Gestão de Projetos formalmente instituída, mas não exerce atribuições somente de um ELP.
Nível 5	Sim, há área que exerça formalmente as competências de um ELP e com atribuições específicas voltadas a temas relacionados à Gestão de Projetos e correlatos.

Tema:	1. Estrutura
Assunto:	1.2Impulsionamento do uso de ferramentas e técnicas de gestão de projetos
Referência:	O uso de ferramentas e técnicas na gestão do dia a dia dos projetos é essencial para se obter sucesso no alcance dos objetivos definidos e para documentar os resultados alcançados. Nesse sentido, é papel do Escritório Local de Projetos ou área correlata prospectar, definir e incentivar o uso de ferramentas que facilitem a gestão do dia a dia e padronizem as informações disponíveis sobre os projetos, considerando as diretrizes estabelecidas para todo o Ministério.
Direcionador:	O Escritório Local de Projetos ou unidade correlata disponibiliza ferramentas aos líderes de projetos e incentiva o seu uso na gestão do dia a dia dos projetos?
Respostas Disponíveis	
Nível 1	O Escritório Local de Projetos ou área correlata não disponibiliza ou incentiva o uso de ferramentas e técnicas de gestão do dia a dia de projetos.
Nível 2	O Escritório Local de Projetos ou área correlata disponibiliza ferramentas e técnicas de gestão do dia a dia de projetos.
Nível 3	(este assunto não possui nível 3)
Nível 4	O Escritório Local de Projetos ou área correlata disponibiliza ferramentas e técnicas de gestão do dia a dia de projetos e realiza ações de incentivo para que líderes de projetos as utilizem.
Nível 5	O Escritório Local de Projetos ou área correlata disponibiliza ferramentas e técnicas de gestão do dia a dia de projetos, realiza ações de incentivo para que líderes de projetos as utilizem e acompanha os resultados de forma a ser possível prospectar novas ferramentas.

Tema:	2. Pessoas
Assunto:	2.1. Grau de conhecimento dos colaboradores que atuam no Escritório Local de Projetos
Referência:	Quanto maior é o conhecimento em Gestão de Projetos dos colaboradores que atuem no Escritório Local de Projetos (ELP) ou área correlata, maior tende a ser a maturidade do órgão em gestão de projetos. Assim, a referência prevê que todos os colaboradores que atuem no ELP tenham formação ou certificação específica em gestão de projetos.
Direcionador:	Os colaboradores que atuam no Escritório Local de Projetos ou área correlata possuem formação ou certificação específica em gestão de projetos?
Respostas Disponíveis	
Nível 1	Nenhum colaborador que atue no Escritório Local de Projetos ou área correlata participou de cursos ou treinamentos relacionados ao tema nos últimos dois anos.
Nível 2	Alguns colaboradores que atuam no Escritório Local de Projetos ou área correlata frequentaram até 80 horas de cursos relacionados ao tema nos últimos dois anos.
Nível 3	Alguns colaboradores que atuam no Escritório Local de Projetos ou área correlata frequentaram mais de 80 horas de cursos relacionados ao tema nos últimos dois anos.
Nível 4	Alguns colaboradores que atuam no Escritório Local de Projetos ou área correlata possuem, no mínimo, especialização em gerenciamento de projetos ou alguma certificação relacionada ao tema.
Nível 5	Todos os colaboradores que atuam no Escritório Local de Projetos ou área correlata possuem, no mínimo, especialização em gerenciamento de projetos ou alguma certificação relacionada ao tema.

Tema:	2. Pessoas
Assunto:	2.2 Fomento à capacitação de pessoas
Referência:	Quanto mais colaboradores da unidade organizacional forem capacitados em gestão de projetos, maior tende ser a maturidade do órgão. Desse modo, a referência prevê que o Escritório Local de Projetos ou área correlata incentive e promova capacitações em gestão de projetos para os colaboradores da unidade organizacional de modo regular e mantenha registros de colaboradores capacitados com a finalidade de possibilitar melhor planejamento das ações de capacitação.
Direcionador:	O Escritório Local de Projetos ou área correlata promove capacitação em gestão de projetos aos colaboradores da unidade organizacional?
Respostas Disponíveis	
Nível 1	O Escritório Local de Projetos ou área correlata não atua no incentivo ou promoção de capacitações em gestão de projetos.
Nível 2	O Escritório Local de Projetos ou área correlata incentiva a capacitação de colaboradores da unidade organizacional fornecendo lista de cursos disponíveis na internet.
Nível 3	O Escritório Local de Projetos ou área correlata promove eventos ou capacitações em gestão de projetos de forma esporádica direcionados a todos os colaboradores da unidade organizacional ou aos Líderes de Projetos.
Nível 4	O Escritório Local de Projetos ou área correlata promove eventos ou capacitações em gestão de projetos de forma regular direcionados a todos os colaboradores da unidade organizacional.
Nível 5	O Escritório Local de Projetos ou área correlata promove eventos ou capacitações em gestão de projetos de forma regular direcionados a todos os colaboradores da unidade organizacional além de manter registro de servidores capacitados.

Tema:	2. Pessoas
Assunto:	2.3. Seleção e preparação de Líderes de Projetos Estratégicos
Referência:	A seleção e preparação dos colaboradores que exercerão papel de Líderes de Projetos influencia no grau de sucesso do projeto. Desse modo, a referência prevê que o processo de definição de Líderes de Projetos Estratégicos Ministeriais e demais projetos da própria unidade organizacional seja estruturado, incluindo processos de preparação prévia, com capacitações específicas.
Direcionador:	O Escritório Local de Projetos ou área correlata definiu processos de seleção e preparação de Líderes de Projetos?
Respostas Disponíveis	
Nível 1	O Escritório Local de Projetos ou área correlata não acompanha o processo de seleção de Líderes de Projetos.
Nível 2	A escolha de Líderes de Projetos Estratégicos ocorre por meio de indicação das áreas responsáveis pelas iniciativas, sem interferência do Escritório Local de Projetos ou área correlata.
Nível 3	A escolha de Líderes de Projetos Estratégicos ocorre por meio de indicação das áreas responsáveis pelas iniciativas, sem interferência do Escritório Local de Projetos ou área correlata, com posterior preparação dos indicados por meio de fornecimento de materiais de consulta ou capacitação específica.

Nível 4	O Escritório Local de Projetos ou área correlata mantém processo estruturado de seleção de Líderes de Projetos e, após a definição, realiza processo de preparação desses Líderes com fornecimento de materiais de consulta ou capacitação específica.
Nível 5	O Escritório Local de Projetos ou área correlata mantém processo estruturado de preparação prévia de colaboradores para gestão de projetos e posterior seleção de Líderes de Projetos entre aqueles capacitados, quando necessário.

Tema:	3. Processos
Assunto:	3.1. Capacidade de coleta e análise de dados no acompanhamento de projetos
	A capacidade de coletar e analisar dados e informações de projetos da unidade organizacional demonstra o grau de maturidade em gerir o conhecimento relacionado a projetos e em como utilizar essa informação para melhoria das suas entregas. Por este motivo, o Escritório Local de Projetos
Referência:	ou área correlata deve ser capaz de coletar informações sobre os projetos, realizar avaliação dessas informações e, eventualmente, ajustá-las juntamente com os Líderes dos Projetos, além de promover feedback por meio de eventos periódicos para discutir os avanços dos projetos e possíveis melhorias.
Direcionador:	Como ocorre o acompanhamento realizado pelo Escritório Local de Projetos ou área correlata em relação aos projetos da unidade organizacional?
Respostas Disponíveis	
Nível 1	O Escritório Local de Projetos (ELP) ou área correlata é capaz de coletar informações sobre os Projetos Estratégicos Ministeriais e repassá-las ao Escritório Central de Projetos (ECP) e alta administração.
Nível 2	O ELP ou área correlata é capaz de coletar informações sobre os Projetos Estratégicos Ministeriais, realizar análise e, eventualmente, ajustá-las juntamente com os Líderes de Projetos antes de repassá-las ao ECP e à alta administração.
Nível 3	(este assunto não possui nível 3)
Nível 4	O ELP ou área correlata é capaz de coletar informações sobre os Projetos Estratégicos Ministeriais, realizar avaliação dessas informações e, eventualmente, ajustá-las juntamente com os Líderes de Projetos antes de repassá-las ao ECP e à alta administração, além de realizar relatórios e outras análises necessárias a respeito desses projetos.
Nível 5	O ELP ou área correlata é capaz de coletar informações sobre os Projetos Estratégicos Ministeriais, realizar avaliação dessas informações e, eventualmente, ajustá-las juntamente com os líderes dos projetos antes de repassá-las ao ECP e à alta administração, além de promover feedback por meio de eventos internos periódicos para discutir os avanços dos projetos e possíveis melhorias.

Tema:	3. Processos
Assunto:	3.2. Monitoramento de indicadores de projetos
	Projetos podem ser acompanhados por meio do monitoramento de indicadores de resultados, que medem o impacto da realização dos projetos em curto, médio ou longo prazo de forma a mostrar se a iniciativa foi capaz de atingir seu objetivo final, ou de indicadores operacionais ou de desempe nho,
Referência:	que medem se o projeto está sendo executado conforme o planejado em termos de escopo executado, prazo e custos. A referência prevê que os projetos acompanhados pelo Escritório Local de Projetos ou área correlata tenham indicadores de resultados e de desempenho medidos periodicamente e acompanhados pela alta administração do órgão. Este acompanhamento também pode se dar por meio de comitê responsável por fornecer direcionamentos quanto aos projetos da unidade organizacional.
Direcionador:	Os projetos acompanhados pelo Escritório Local de Projetos ou unidade correlata possuem indicadores definidos e acompanhados periodicamente?
Respostas Disponíveis	
Nível 1	O Escritório Local de Projetos (ELP) ou área correlata não realiza acompanhamento de indicadores relacionados a projetos.
Nível 2	O ELP ou área correlata monitora periodicamente indicadores operacionais ou de desempenho dos projetos, de forma a acompanhar a saúde dos projetos.
Nível 3	O ELP ou área correlata monitora periodicamente indicadores operacionais ou de desempenho dos projetos, de forma a acompanhar a saúde dos projetos, e encaminha essas informações à alta administração ou comitê da própria unidade organizacional para auxiliar na tomada de decisão.
Nível 4	(este assunto não possui nível 4)
Nível 5	O ELP ou área correlata monitora periodicamente indicadores de desempenho dos projetos juntamente com indicadores de resultados e encaminha essas informações à alta administração ou comitê estratégico do órgão para auxiliar a tomada de decisão.

Tema:	3. Processos
Assunto:	3.3. Controle de recursos orçamentários para a execução de projetos
Referência:	Projetos que tenham custos envolvidos necessitam de previsão orçamentária para a sua execução. Cabe à unidade organizacional alinhar as necessidades orçamentárias dos projetos ao orçamento anual, estabelecendo os vínculos dos projetos com os programas, ações e planos orçamentários. Assim, a referência prevê que
	a unidade organizacional estabeleça processo de planejamento orçamentário que considere a necessidade de alocação de recursos para a execução de projetos estratégicos, com a participação do Escritório Local de Projetos, além de posterior monitoramento da execução orçamentária.
Direcionador:	O Escritório Local de Projetos acompanha os recursos orçamentários destinados a projetos da unidade organizacional?
Respostas Disponíveis	
Nível 1	O Escritório Local de Projetos não realiza controle de recursos orçamentários destinados a projetos da unidade organizacional.
Nível 2	O Escritório Local de Projetos possui informações não estruturadas sobre os projetos e os respectivos recursos orçamentários disponíveis para sua execução.
Nível 3	Há vínculos dos projetos com os programas, ações e planos orçamentários e o ELP acompanha o processo de planejamento orçamentário.
Nível 4	Há vínculos dos projetos com os programas, ações e planos orçamentários, o ELP acompanha o processo de planejamento orçamentário e monitora a execução orçamentária dos projetos.
Nível 5	O processo de planejamento orçamentário da unidade organizacional considera a necessidade de alocação de recursos para a execução de projetos estratégicos, mantendo vínculos dos projetos com os programas, ações e planos orçamentários, com a participação do Escritório Local de Projetos e posterior monitoramento da execução orçamentária dos projetos.

Tema:	3. Processos
Assunto:	3.4. Gestão de riscos em projetos
Referência:	A gestão de riscos em projetos é fundamental para aumentar suas chances de sucesso. Por este motivo, o Escritório Local de Projetos deve se preocupar com a gestão dos riscos relacionados aos projetos da unidade organizacional, definindo os processos relacionados e auxiliando Líderes de Projetos na identificação, avaliação, elaboração de respostas e monitoramento periódico dos riscos.
Direcionador:	O Escritório Local de Projetos (ELP) ou área correlata promove a gestão de riscos dos projetos?
Respostas Disponíveis	
Nível 1	O Escritório Local de Projetos (ELP) ou área correlata não fomenta ou acompanha o tratamento de riscos relacionados aos projetos da unidade organizacional.
Nível 2	O ELP ou área correlata fomenta o uso de ferramentas que auxiliem a gestão de riscos de projetos junto aos Líderes de Projetos.
Nível 3	O ELP ou área correlata fomenta o uso de ferramentas, além de auxiliar Líderes de Projetos a identificar, a avaliar e a elaborar respostas a riscos dos projetos.
Nível 4	O ELP ou área correlata fomenta o uso de ferramentas, auxilia Líderes de Projetos e realiza monitoramento periódico dos riscos.
Nível 5	O ELP ou área correlata possui processo definido para gestão de riscos em projetos que estabeleça as ferramentas, a identificação, a avaliação, a elaboração de respostas e o monitoramento periódico dos riscos dos projetos.

SECRETARIA EXECUTIVA
SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO EM SÃO PAULO

PORTARIA SRA-SP/SGC/ME Nº 6.459, DE 20 DE JULHO DE 2022 - UASG 170131

O Superintendente Regional de Administração do Ministério da Economia no Estado de São Paulo, no uso das atribuições conferidas pelo art. 184 do Decreto 9745/2019, e tendo em vista o disposto na Orientação Normativa AGU nº 48/2014 e subdelegação de competência prevista no art. 2º da Portaria 13.578, de 3 de junho de 2020, da Secretaria de Gestão Corporativa da Secretaria Executiva do Ministério da Economia e, ainda o Processo SEI 12600.101476/2022-09, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada ao Chefe da Divisão de Recursos Logísticos da Superintendência Regional de Administração/SRA-SP, no âmbito da Superintendência Regional de Administração/SRA-SP, a competência para a celebração de contratos, convênios, ajustes, contratos de repasse, acordos, termos de execução descentralizada e outros instrumentos congêneres, inclusive internacionais, quando cabível, bem como para a aplicação das penalidades administrativas previstas na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8666/1993, excepcionada a sanção de declaração de inidoneidade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DONIZETI DE CARVALHO ROSA

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO GECEX Nº 378, DE 22 DE JULHO DE 2022

Estabelece serviço digital de informações sobre o comércio exterior brasileiro.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso IX do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, e tendo em consideração os artigos 1.2 e 1.3 do Acordo sobre a Facilitação do Comércio da Organização Mundial do Comércio, promulgado pelo Decreto nº 9.326, de 3 de abril de 2018, e tendo em vista a deliberação de sua 196ª Reunião Ordinária, ocorrida em 15 de julho de 2022, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido serviço digital de informações sobre o comércio exterior brasileiro no Portal Único de Comércio Exterior do Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex.

§ 1º O serviço de que trata o caput deverá apresentar, sem prejuízo de outras, as seguintes informações acerca de operações de comércio exterior:

I - manuais de procedimentos para importação, exportação e trânsito aduaneiro, abrangendo as etapas de tratamento administrativo e despacho aduaneiro;

II - horário de atendimento ao público dos órgãos e entidades da Administração Pública nos diferentes locais onde atuem, bem como as informações de contato;

III - formulários e documentos exigidos, inclusive em meio digital, e acesso a sistemas de governo necessários ao processamento de operações de importação, exportação e trânsito aduaneiro;

IV - tributos incidentes sobre comércio exterior, e medidas de defesa comercial em vigor aplicadas sobre ou em conexão com importações, exportações e trânsito;

V - regras para a classificação ou a valoração de bens para fins aduaneiros;

VI - leis, regulamentos e decisões administrativas de aplicação geral relativos a regras de origem;

VII - restrições ou proibições à importação, à exportação e ao trânsito aduaneiro;

VIII - disposições sobre penalidades em caso de descumprimento de formalidades nas etapas de tratamento administrativo e despacho aduaneiro;

IX - procedimentos de recurso ou de revisão de decisões administrativas;

X - procedimentos para a correção de erros nas etapas de etapas de tratamento administrativo e despacho aduaneiro;

XI - acordos ou partes de acordos internacionais em matéria de importação, exportação ou trânsito aduaneiro;

XII - procedimentos relativos à administração de quotas tarifárias; e

XIII - procedimentos simplificados de importação, exportação e trânsito aduaneiro.

§ 2º Caberá conjuntamente à Secretaria de Comércio Exterior - Secex, da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB, ambas do Ministério da Economia, administrar o serviço de que trata o caput.

§ 3º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal com atribuições legais relacionadas ao comércio exterior são responsáveis por manter atualizadas, em cooperação com os órgãos de que trata o § 2º, as informações relativas aos assuntos de suas áreas de competência.

§ 4º O serviço de que trata o caput não invalida a prestação de informações em outros sítios eletrônicos do governo.

§ 5º Sempre que viável, as informações de que trata o §1º também serão disponibilizadas em um dos idiomas oficiais da Organização Mundial do Comércio.

Art. 2º Deverá ser disponibilizado, no serviço de que trata o art. 1º, centro de informações para responder a questões apresentadas por governos, intervenientes nas operações de comércio exterior e outros interessados nas informações abrangidas pelo § 1º do art. 1º.

§ 1º A prestação de informações será gratuita e a consulta dar-se-á mediante formulário digital acessível por meio do serviço de que trata o art. 1º.

§ 2º O tratamento de questões apresentadas não configura processos administrativos de consulta que possuam regulamentação específica dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, não gerando quaisquer dos efeitos atribuídos a esses processos.

§ 3º As informações prestadas pelo centro de informações não substituem a legislação pertinente nem vinculam a Administração Pública.

§ 4º Não serão objeto de resposta pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados;

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade;

IV - que sejam classificadas como sigilosas na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

V - relativos a processos e requerimentos individuais; ou

VI - sobre situações que devam ser tratadas por meio de processos administrativos de consulta que possuam regulamentação específica dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Art. 3º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal com atribuições legais relacionadas ao comércio exterior integrarão o centro de informações de que trata o art. 2º para atender demandas relacionadas às suas competências.

§ 1º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal definirão, em conjunto com a Secex e a RFB a forma e meios para o tratamento e intercâmbio de informações para atendimento das demandas de que trata o caput.

§ 2º A habilitação de respondentes dos órgãos que integrarão o centro de informações deverá ser feita perante à Secex.

§ 3º O órgão ou entidade integrante responsável responderá ao solicitante nos prazos previstos no art. 11 da Lei nº 12.527, de 2011.

Art. 4º Caberá ao Comitê Nacional de Facilitação do Comércio - Confac da Câmara de Comércio Exterior, em relação aos serviços de que tratam os arts. 1º e 2º:

I - emitir diretrizes complementares;

II - monitorar seu funcionamento; e

III - disponibilizar relatórios periódicos acerca de sua utilização.

Art. 5º Fica revogada a Resolução Camex nº 78, de 2 de outubro de 2013.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

MIGUEL RAGONE DE MATTOS
Presidente do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO GECEX Nº 380, DE 22 DE JULHO DE 2022

Altera a Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, e dá outras providências

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o 7º, incisos IV e V, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, e considerando o disposto nas Diretrizes nºs 75 e 76, de 2022, da Comissão de Comércio do Mercosul - CCM, datadas de 08 de julho de 2022, na Resolução nº 49, de 07 de novembro de 2019, do Grupo Mercado Comum - GMC, e de acordo com as deliberações de suas 192ª e 193ª reuniões ordinárias, ocorridas em março e abril de 2022, respectivamente, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos no Anexo IV da Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, os produtos conforme descrições, alíquotas, e prazos discriminados no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º A Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia editará norma complementar visando estabelecer os critérios de alocação das quotas mencionadas nesta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

MIGUEL RAGONE DE MATTOS
Presidente do Comitê
Substituto

ANEXO ÚNICO

NCM	Nº EX	ALÍQUOTA (%)	DESCRIÇÃO	QUOTA	UNIDADE QUOTA	ENQUADRAMENTO ANEXO RES. GMC 49/19	INÍCIO DA VIGÊNCIA	TÉRMINO DA VIGÊNCIA
5503.40.00	001	0	Fibras de polipropileno descontínuas, não cardadas, não penteadas, nem transformadas de outro modo para fiação, com ponto de fusão entre 160 Graus Celsius e 165 Graus Celsius e alongamento igual ou superior a 220%.	1.590	toneladas	Art. 2º Inciso 3	01/08/2022	31/07/2023
8516.80.90	001	0	Resistência de degelo por radiação térmica com potência inferior ou igual a 260 W, tensão de operação de 127 V ou de 220 V, com uma ou mais zonas de densidade de potência e isolamento elétrico em MgO (óxido de magnésio), com até dois fusíveis do tipo térmico contendo rede elétrica e conectores, para refrigeradores do tipo doméstico.	1.200.000	unidades	Art. 2º Inciso 1	16/08/2022	15/08/2023

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

1ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 09 a 11/08/2022.

Pauta ordinária de julgamento dos recursos das sessões presenciais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sobreloja, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado; e

2) Solicitação de sustentação oral poderá ser encaminhada por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF.

DIA 9 de Agosto de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: RETORNO DE PAUTA
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
1 - Processo nº: 16561.720139/2013-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EAGLE DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS S.A.
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
2 - Processo nº: 16327.904145/2013-61 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
3 - Processo nº: 10140.721844/2013-70 - Recorrentes: THEODORO BARRIGUELLA e FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO - EMPRESA VEÍCULO
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
4 - Processo nº: 16682.722689/2016-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GOL LINHAS AEREAS S.A.
5 - Processo nº: 16682.722956/2015-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GOL LINHAS AEREAS S.A.
6 - Processo nº: 16682.720184/2014-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GOL LINHAS AEREAS S.A.
TEMA 3: PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
7 - Processo nº: 16327.721046/2015-16 - Recorrente: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: DEDUÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
8 - Processo nº: 10120.730937/2014-12 - Recorrente: JAEPEL PAPEIS E EMBALAGENS S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
9 - Processo nº: 16682.722946/2015-23 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A.

DIA 9 de Agosto de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 5: RETORNO DE PAUTA
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
10 - Processo nº: 16643.720059/2013-15 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: LUCRO NO EXTERIOR - APLICAÇÃO DE TRATADOS
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
11 - Processo nº: 16643.720045/2013-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PALLAS MARSH SERVICOS LTDA.
12 - Processo nº: 16561.000111/2008-66 - Recorrentes: PALLAS MARSH SERVICOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
13 - Processo nº: 16682.722218/2017-83 - Recorrente: OSX BRASIL SA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
14 - Processo nº: 10600.720021/2014-43 - Recorrente: ESAB INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO - EMPRESA VEÍCULO
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
15 - Processo nº: 10980.724907/2016-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ARCELORMITTAL GONVARRI BRASIL PRODUTOS SIDERURGICOS S/A
16 - Processo nº: 16561.720016/2015-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CLARO S.A.
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
17 - Processo nº: 16561.720180/2014-38 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e CLARO S.A.
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
18 - Processo nº: 16682.721208/2012-16 - Embargante: COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: MULTA QUALIFICADA
19 - Processo nº: 10580.721584/2012-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GOTEMBURGO VEICULOS LTDA
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
20 - Processo nº: 19515.004164/2007-19 - Recorrentes: NESLIP S.A. e FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Agosto de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 9: SUBVENÇÕES
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
21 - Processo nº: 11516.723135/2012-03 - Recorrente: CAPITAL TRADE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: DECADÊNCIA - MULTAS ISOLADAS
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
22 - Processo nº: 10980.728232/2013-16 - Recorrente: PROCOPIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11: AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO - EMPRESA VEÍCULO
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
23 - Processo nº: 16561.720017/2015-56 - Recorrente: SKY BRASIL SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
24 - Processo nº: 16561.720115/2013-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BEMIS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA.
TEMA 12: DEDUÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
25 - Processo nº: 16561.720178/2015-40 - Recorrente: TAM LINHAS AEREAS S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
26 - Processo nº: 10980.720341/2017-19 - Recorrentes: TCP - TERMINAL DE CONTEINERES DE PARANAGUA S/A e FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: PRELIMINAR
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
27 - Processo nº: 16327.720692/2011-24 - Recorrente: RSBF PARTICIPACOES E SERVICOS DE ESCRITORIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Agosto de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 14: IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
28 - Processo nº: 16682.722942/2016-26 - Recorrente: GERDAU ACOS LONGOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

TEMA 15: AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO - EMPRESA VEÍCULO
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
29 - Processo nº: 16561.720161/2017-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SERASA S.A.
TEMA 16: CSLL - ÁGIO
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
30 - Processo nº: 10920.725013/2018-02 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SCHULZ S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
31 - Processo nº: 10830.001530/2009-01 - Recorrente: CPFL GERACAO DE ENERGIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
32 - Processo nº: 16682.722758/2016-86 - Recorrente: BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
33 - Processo nº: 16682.720889/2011-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LOJAS AMERICANAS S.A.
TEMA 17: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS - GANHO DE CAPITAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
34 - Processo nº: 16561.720133/2015-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: HEMAVA ADMINISTRACAO E EMPREENDIMENTOS LTDA.
TEMA 18: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
35 - Processo nº: 19515.000862/2004-01 - Recorrente: ULTRAPAR PARTICIPACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
36 - Processo nº: 19515.000784/2010-84 - Recorrente: SANTHER FABRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 19: PER/DCOMP - HOMOLOGAÇÃO TÁCITA
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
37 - Processo nº: 11610.001436/2003-13 - Recorrente: TELEFONICA BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
38 - Processo nº: 10805.900224/2008-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROTEGE S/A PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
39 - Processo nº: 10880.915560/2008-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PARIBAS DO BRASIL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA.

DIA 11 de Agosto de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 20: RETORNO DE PAUTA
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
40 - Processo nº: 10283.721246/2008-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SHOWA DO BRASIL LTDA
TEMA 21: PREÇO DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
41 - Processo nº: 16561.720134/2016-09 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 16561.720136/2014-28 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 22: AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO
Relator(a): ANDRE MENDES DE MOURA
43 - Processo nº: 10600.720035/2013-86 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
44 - Processo nº: 16327.721089/2015-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: HDI SEGUROS S.A.
TEMA 23: CONHECIMENTO
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
45 - Processo nº: 13116.722753/2012-66 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
46 - Processo nº: 15586.720577/2015-60 - Recorrente: IGREJA CRISTA MARANATA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Agosto de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 24: DEPÓSITOS BANCÁRIOS - INTIMAÇÃO
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
47 - Processo nº: 19515.720738/2015-18 - Recorrente: VOX LINE - CONTACT CENTER INTERMEDIACAO DE PEDIDOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 25: LUCRO ARBITRADO
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
48 - Processo nº: 10932.720037/2015-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LUCKMETAIS COMERCIO DE METAIS LTDA
TEMA 26: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
49 - Processo nº: 10932.720041/2015-43 - Recorrente: STAR METAL'S INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 27: JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
50 - Processo nº: 11065.720392/2012-31 - Recorrentes: VONPAR REFRESCOS S A e FAZENDA NACIONAL
TEMA 28: DECADÊNCIA
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
51 - Processo nº: 11610.006196/2003-35 - Embargante: CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta extraordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais, agendadas para o dia 05/08/2022, utilizando videoconferência a serem realizadas nos períodos a seguir mencionados.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral e pedidos de retirada de pauta devem ser enviadas em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia em que o processo tenha sido agendado;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg; e

3) O julgamento do(s) processo(s) constante(s) na tabela abaixo, coluna "ITEM" e "PROCESSO", servirá como paradigma para o julgamento do(s) processo(s) constante do(s) item(ns) na coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao(s) processo(s) repetitivo(s) de que trata a coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela abaixo, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
8	10830.900784/2016-24	9 a 15
29	16327.721601/2011-78	30
31	10670.722431/2019-18	32

DIA 5 de Agosto de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: RETORNO DE PAUTA
Redator(a) AD HOC: EDELI PEREIRA BESSA
1 - Processo nº: 16327.001710/2010-94 - Recorrente: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: PER/DCOMP
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
2 - Processo nº: 15374.900321/2008-09 - Recorrente: TSN TRANSMISSORA SUDESTE NORDESTE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
3 - Processo nº: 14033.000516/2007-66 - Recorrente: CAIXA ECONOMICA FEDERAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
4 - Processo nº: 13005.906682/2009-12 - Recorrente: AGRO-COMERCIAL AFUBRA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
5 - Processo nº: 16327.903458/2008-35 - Recorrente: SANTANDER S.A. - CORRETORA DE CAMBIO E TITULOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 16327.903459/2008-80 - Recorrente: SANTANDER S.A. - CORRETORA DE CAMBIO E TITULOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 16327.913251/2009-50 - Recorrente: SANTANDER BRASIL ASSET MANAGEMENT S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: MULTA QUALIFICADA
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
8 - Processo nº: 10830.900784/2016-24 - Recorrente: COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
9 - Processo nº: 10830.900782/2016-35 - Recorrente: COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10830.900783/2016-80 - Recorrente: COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10830.900785/2016-79 - Recorrente: COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10830.900786/2016-13 - Recorrente: COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10830.900787/2016-68 - Recorrente: COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10830.900788/2016-11 - Recorrente: COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10830.900790/2016-81 - Recorrente: COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
16 - Processo nº: 11040.720726/2013-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MASTER TRANSPORTES LTDA
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
17 - Processo nº: 10469.720886/2010-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DASMIL CONSULTORIA EM ALIMENTOS LTDA.
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
18 - Processo nº: 19311.720066/2015-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DEMAC PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
19 - Processo nº: 10530.725536/2015-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MINDOM PROMOTORA LTDA
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
20 - Processo nº: 19515.008296/2008-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: KINSBERG COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE TECIDOS LTDA
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
21 - Processo nº: 10314.729357/2014-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CORSET ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA
22 - Processo nº: 10314.729356/2014-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CORSET ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA

DIA 5 de Agosto de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: MULTA QUALIFICADA
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
23 - Processo nº: 10670.001917/2010-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMERCIAL MM COMBUSTIVEIS LTDA
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
24 - Processo nº: 14120.000075/2009-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BOI VERDE ALIMENTOS LTDA
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
25 - Processo nº: 19515.004878/2010-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SETORIAL SERVICOS E ASSESSORIA CONTABIL EIRELI
26 - Processo nº: 10830.726986/2012-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RESTAURANTE E PIZZARIA MORAES SALLES LTDA
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
27 - Processo nº: 18088.720390/2011-41 - Recorrente: FURLAN DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
28 - Processo nº: 19515.720763/2014-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PAULO ROBERTO MURRAY - SOCIEDADE DE ADVOGADOS
TEMA 4: MULTAS ISOLADAS
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
29 - Processo nº: 16327.721601/2011-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
30 - Processo nº: 16327.721715/2011-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
TEMA 5: LUCRO PRESUMIDO - COEFICIENTE DE PRESUNÇÃO
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
31 - Processo nº: 10670.722431/2019-18 - Recorrente: HOSPITAL DE OLHOS DO NORTE DE MINAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
32 - Processo nº: 10670.720660/2019-90 - Recorrente: HOSPITAL DE OLHOS DO NORTE DE MINAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
33 - Processo nº: 10865.004063/2008-84 - Recorrente: PRO ORTHOS CLINICA ESPECIALIZADA ORTOPEDIA SOCIEDADE SIMPLES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: ESTIMATIVAS COMPENSADAS/PARCELADAS
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
34 - Processo nº: 11080.927863/2011-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA - CEEE-T
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
35 - Processo nº: 10880.972305/2011-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CIA SAO GERALDO DE VIACAO
36 - Processo nº: 10880.949851/2011-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CIA SAO GERALDO DE VIACAO

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
37 - Processo nº: 12448.911212/2012-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EMPRESA CARIOCA DE PRODUTOS QUIMICOS S A
TEMA 7: MULTA DE OFÍCIO - PRAZO PARA PAGAMENTO COM MULTA DE MORA
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
38 - Processo nº: 19515.000274/2009-73 - Recorrente: TAM LINHAS AEREAS S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.031, DE 21 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 21 de julho de 2022, com base nos arts. 4º, inciso VI, da referida Lei, 30 e 33 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, e 36 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, resolveu:

Art. 1º Fica estabelecido que as condições financeiras aplicáveis às operações realizadas com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) são as previstas nesta Resolução.

Art. 2º São as seguintes as condições a serem observadas nas operações de financiamento contratadas por empresa brasileira ou estrangeira para a construção de embarcação em estaleiro brasileiro, bem como contratadas por estaleiro brasileiro para a produção de embarcação destinada a empresa brasileira de navegação:

I - para construção ou produção de embarcação de carga com 65% (sessenta e cinco por cento) ou mais de conteúdo nacional:

a) itens nacionais: juros de 2% a.a. (dois por cento ao ano) a 4,5% a.a. (quatro inteiros e cinco décimos por cento ao ano), com financiamento de até 90% (noventa por cento) do valor total de itens nacionais para o caso de contratação por empresa brasileira, e de até 80% (oitenta por cento) do mesmo valor para o caso de contratação por empresa estrangeira;

b) itens importados: juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a 6% a.a. (seis por cento ao ano), com financiamento de até 90% (noventa por cento) do valor total de itens importados para o caso de contratação por empresa brasileira, e de até 80% (oitenta por cento) do mesmo valor para o caso de contratação por empresa estrangeira;

II - para construção ou produção de embarcação de carga abaixo de 65% (sessenta e cinco por cento) de conteúdo nacional:

a) itens nacionais: juros de 2% a.a. (dois por cento ao ano) a 4,5% a.a. (quatro inteiros e cinco décimos por cento ao ano), com financiamento de até 90% (noventa por cento) do valor total de itens nacionais para o caso de contratação por empresa brasileira, e de até 80% (oitenta por cento) do mesmo valor para o caso de contratação por empresa estrangeira;

b) itens importados: juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano) a 7% a.a. (sete por cento ao ano) com financiamento de até 70% (setenta por cento) do valor total de itens importados;

III - para construção ou produção de embarcação de apoio marítimo e de apoio a atividades offshore com 60% (sessenta por cento) ou mais de conteúdo nacional:

a) itens nacionais: juros de 2% a.a. (dois por cento ao ano) a 4,5% a.a. (quatro inteiros e cinco décimos por cento ao ano), com financiamento de até 90% (noventa por cento) do valor total de itens nacionais para o caso de contratação por empresa brasileira, e de até 80% (oitenta por cento) do mesmo valor para o caso de contratação por empresa estrangeira;

b) itens importados: juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a 6% a.a. (seis por cento ao ano) com financiamento de até 70% (setenta por cento) do valor total de itens importados;

IV - para construção ou produção de embarcação de apoio marítimo e de apoio a atividades offshore abaixo de 60% (sessenta por cento) de conteúdo nacional:

a) itens nacionais: juros de 2% a.a. (dois por cento ao ano) a 4,5% a.a. (quatro inteiros e cinco décimos por cento ao ano), com financiamento de até 90% (noventa por cento) do valor total de itens nacionais para o caso de contratação por empresa brasileira, e de até 80% (oitenta por cento) do mesmo valor para o caso de contratação por empresa estrangeira;

b) itens importados: juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano) a 7% a.a. (sete por cento ao ano) com financiamento de até 60% (sessenta por cento) do valor total de itens importados;

V - para construção ou produção de embarcação de apoio à navegação (rebocadores e empurradores) com 50% (cinquenta por cento) ou mais de conteúdo nacional:

a) itens nacionais: juros de 2% a.a. (dois por cento ao ano) a 4,5% a.a. (quatro inteiros e cinco décimos por cento ao ano), com financiamento de até 90% (noventa por cento) do valor total de itens nacionais para o caso de contratação por empresa brasileira, e de até 80% (oitenta por cento) do mesmo valor para o caso de contratação por empresa estrangeira;

b) itens importados: juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a 6% a.a. (seis por cento ao ano) com financiamento de até 75% (setenta e cinco por cento) do valor total de itens importados;

VI - para construção ou produção de embarcação de apoio à navegação (rebocadores e empurradores) abaixo de 50% (cinquenta por cento) de conteúdo nacional:

a) itens nacionais: juros de 2% a.a. (dois por cento ao ano) a 4,5% a.a. (quatro inteiros e cinco décimos por cento ao ano), com financiamento de até 90% (noventa por cento) do valor total de itens nacionais para o caso de contratação por empresa brasileira, e de até 80% (oitenta por cento) do mesmo valor para o caso de contratação por empresa estrangeira;

b) itens importados: juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano) a 7% a.a. (sete por cento ao ano) com financiamento de até 60% (sessenta por cento) do valor total de itens importados;

VII - para construção ou produção de embarcação de transporte de passageiros com 30% (trinta por cento) ou mais de conteúdo nacional:

a) itens nacionais: juros de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) a 5% a.a. (cinco por cento ao ano), com financiamento de até 90% (noventa por cento) do valor total de itens nacionais para o caso de contratação por empresa brasileira, e de até 80% (oitenta por cento) do mesmo valor para o caso de contratação por empresa estrangeira, observado o disposto no parágrafo único do art. 24;

b) itens importados: juros de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) a 5% a.a. (cinco por cento ao ano) com financiamento de até 75% (setenta e cinco por cento) do valor total de itens importados, observado o disposto no parágrafo único do art. 24;

VIII - para construção ou produção de embarcação de transporte de passageiros abaixo de 30% (trinta por cento) de conteúdo nacional:

a) itens nacionais: juros de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) a 5% a.a. (cinco por cento ao ano), com financiamento de até 90% (noventa por cento) do valor total de itens nacionais para o caso de contratação por empresa brasileira, e de até 80% (oitenta por cento) do mesmo valor para o caso de contratação por empresa estrangeira, observado o disposto no parágrafo único do art. 24;

b) itens importados: juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano) a 6% a.a. (seis por cento ao ano) com financiamento de até 60% (sessenta por cento) do valor total de itens importados, observado o disposto no parágrafo único do art. 24;

IX - para construção ou produção de navios-sonda com 65% (sessenta e cinco por cento) ou mais de conteúdo nacional:

a) itens nacionais: juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a 5% a.a. (cinco por cento ao ano), com financiamento de até 90% (noventa por cento) do valor total de itens nacionais para o caso de contratação por empresa brasileira, e de até 80% (oitenta por cento) do mesmo valor para o caso de contratação por empresa estrangeira;

b) itens importados: juros de 3,5% a.a. (três inteiros e cinco décimos por cento ao ano) a 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano) com financiamento de até 20% (vinte por cento) do valor total de itens importados;

X - para construção ou produção de navios-sonda abaixo de 65% (sessenta e cinco por cento) de conteúdo nacional:

a) itens nacionais: juros de 3,5% a.a. (três inteiros e cinco décimos por cento ao ano) a 6% a.a. (seis por cento ao ano), com financiamento de até 90% (noventa por cento) do valor total de itens nacionais para o caso de contratação por empresa brasileira, e de até 80% (oitenta por cento) do mesmo valor para o caso de contratação por empresa estrangeira;

b) itens importados: não serão financiados;

XI - para construção ou produção de embarcações destinadas a pesca com 30% (trinta por cento) ou mais de conteúdo nacional:

a) itens nacionais: juros de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) a 5% a.a. (cinco por cento ao ano), com financiamento de até 100% (cem por cento) do valor total de itens nacionais para o caso de contratação por empresa brasileira, e de até 80% (oitenta por cento) do mesmo valor para o caso de contratação por empresa estrangeira;

b) itens importados: juros de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) a 5% a.a. (cinco por cento ao ano), com financiamento de até 100% (cem por cento) do valor total de itens importados para o caso de contratação por empresa brasileira, e de até 80% (oitenta por cento) do mesmo valor para o caso de contratação por empresa estrangeira;

XII - para construção ou produção de embarcações destinadas a pesca abaixo de 30% (trinta por cento) de conteúdo nacional:

a) itens nacionais: juros de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) a 5% a.a. (cinco por cento ao ano), com financiamento de até 100% (cem por cento) do valor total de itens nacionais para o caso de contratação por empresa brasileira, e de até 80% (oitenta por cento) do mesmo valor para o caso de contratação por empresa estrangeira;

b) itens importados: juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano) a 6% a.a. (seis por cento ao ano) com financiamento de até 70% (setenta por cento) do valor total de itens importados.

§ 1º Para os financiamentos concedidos no âmbito do FMM previstos nos incisos I a VIII, XI e XII do caput deste artigo, a empresa fará jus a prazo de carência de até 4 (quatro) anos, e prazo de amortização de até 20 (vinte) anos.

§ 2º Para os financiamentos concedidos a estaleiro para a produção de embarcações no âmbito do FMM previstos nos incisos I a VIII, XI e XII do caput deste artigo, o pagamento será em única parcela até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao do fechamento do câmbio relativo ao pagamento do preço da embarcação ou na data de vencimento estabelecida no Contrato de Financiamento à Produção, o que ocorrer primeiro.

§ 3º Para os financiamentos concedidos no âmbito do FMM previstos nos incisos IX e X do caput deste artigo, a empresa fará jus a prazo de carência de até 4 (quatro) anos e prazo de amortização de até 15 (quinze) anos.

Art. 3º São as seguintes as condições a serem observadas nas operações contratadas por estaleiro brasileiro para:

I - construção, expansão e modernização de suas unidades industriais com 60% (sessenta por cento) ou mais de conteúdo nacional:

a) itens nacionais: juros de 2% a.a. (dois por cento ao ano) a 4,5% a.a. (quatro inteiros e cinco décimos por cento ao ano) com financiamento de até 90% (noventa por cento) do valor total de itens nacionais;

b) itens importados: juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano) a 6% a.a. (seis por cento ao ano) com financiamento de até 75% (setenta e cinco por cento) do valor total de itens importados;

II - construção, expansão e modernização de suas unidades industriais abaixo de 60% (sessenta por cento) de conteúdo nacional:

a) itens nacionais: juros de 2% a.a. (dois por cento ao ano) a 4,5% a.a. (quatro inteiros e cinco décimos por cento ao ano) com financiamento de até 90% (noventa por cento) do valor total de itens nacionais;

b) itens importados: juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano) a 7% a.a. (sete por cento ao ano) com financiamento de até 60% (sessenta por cento) do valor total de itens importados.

Parágrafo único. Para os financiamentos concedidos no âmbito do FMM previstos neste artigo, observar-se-á prazo de carência de até 4 (quatro) anos, e prazo de amortização de até 20 (vinte) anos.

Art. 4º São as seguintes as condições a serem observadas nas operações contratadas por estaleiro brasileiro para financiamento à produção de embarcação destinada à exportação:

I - para produção de embarcação destinada à exportação com 20% (vinte por cento) ou mais de conteúdo nacional em estaleiro brasileiro:

a) itens nacionais: juros de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) a 5% a.a. (cinco por cento ao ano) com financiamento de até 90% (noventa por cento) do valor total de itens nacionais;

b) itens importados: juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano) a 6% a.a. (seis por cento ao ano) com financiamento de até 75% (setenta e cinco por cento) do valor total de itens importados;

II - para produção de embarcação destinada à exportação abaixo de 20% (vinte por cento) de conteúdo nacional em estaleiro brasileiro:

a) itens nacionais: juros de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) a 5% a.a. (cinco por cento ao ano) com financiamento de até 90% (noventa por cento) do valor total de itens nacionais;

b) itens importados: juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano) a 8,5% a.a. (oito inteiros e cinco décimos por cento ao ano) com financiamento de até 75% (setenta e cinco por cento) do valor total de itens importados.

Parágrafo único. Para os financiamentos concedidos no âmbito do FMM previstos neste artigo, o pagamento será em uma única parcela, até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao fechamento do câmbio relativo ao pagamento do preço de embarcação ou na data de vencimento estabelecida no contrato de financiamento à produção, o que ocorrer primeiro.

Art. 5º São as seguintes as condições a serem observadas nas operações de financiamento contratadas por empresa brasileira ou estrangeira para as seguintes finalidades, no que couber:

I - para jumborização, conversão ou modernização de embarcação, em estaleiro brasileiro ou realizadas por empresa brasileira especializada:

a) prazo de carência: até 4 (quatro) anos;

b) prazo de amortização: até 15 (quinze) anos;

c) juros: de 3% a.a. (três por cento ao ano) a 6% a.a. (seis por cento ao ano);

II - para aquisição e instalação de equipamentos, quando realizada por estaleiro brasileiro ou por empresa brasileira especializada:

a) prazo de carência: até 2 (dois) anos;

b) prazo de amortização: até 5 (cinco) anos;

c) juros: de 3% a.a. (três por cento ao ano) a 6% a.a. (seis por cento ao ano) e, no caso de o equipamento financiado ter conteúdo nacional mínimo de 60% (sessenta por cento), de 3% a.a. (três por cento ao ano) a 4% a.a. (quatro por cento ao ano);

III - para reparo ou manutenção de embarcação em estaleiro brasileiro ou realizado por empresa brasileira especializada:

a) prazo de carência: até 1 (um) ano;

b) prazo de amortização: até 2 (dois) anos;

c) juros: de 3% a.a. (três por cento ao ano) a 6% a.a. (seis por cento ao ano);

IV - jumborização, conversão ou modernização de qualquer tipo de embarcação de aplicação comercial, industrial ou extrativista, quando realizada em estaleiro brasileiro ou por empresa brasileira especializada:

a) prazo de carência: até 4 (quatro) anos;

b) prazo de amortização: até 15 (quinze) anos;

c) juros: de 3% a.a. (três por cento ao ano) a 6% a.a. (seis por cento ao ano);

V - para docagem em estaleiro brasileiro ou realizada por empresa brasileira especializada:

a) prazo de carência: até 1 (um) ano;

b) prazo de amortização: até 2 (dois) anos;

c) juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a 6% a.a. (seis por cento ao ano).

§ 1º Na hipótese definida no inciso II deste artigo, poderão ser financiados materiais e equipamentos adquiridos diretamente pela empresa brasileira de navegação, bem como os serviços do estaleiro ou das empresas especializadas.

§ 2º Na hipótese de a docagem estar diretamente associada aos custos de execução de outro serviço passível de financiamento com recursos do FMM para a mesma embarcação, deverá ser aplicada a condição financeira do serviço de maior valor na contratação desse financiamento.

Art. 6º São as seguintes as condições a serem observadas nas operações de financiamento contratadas por estaleiro brasileiro, para reparo de embarcação:

I - prazo de carência: até 1 (um) ano;

II - prazo de amortização: até 2 (dois) anos;

III - juros: de 3% a.a. (três por cento ao ano) a 6% a.a. (seis por cento ao ano).

Art. 7º São as seguintes as condições a serem observadas nas operações de financiamento contratadas por estaleiros, arsenais e bases navais brasileiras:

I - para expansão e modernização de suas instalações:

a) prazo de carência: até 2 (dois) anos;

b) prazo de amortização: até 10 (dez) anos;

c) juros: de 3% a.a. (três por cento ao ano) a 5% a.a. (cinco por cento ao ano);

II - para construção de novas instalações:

a) prazo de carência: até 2 (dois) anos;

b) prazo de amortização: até 20 (vinte) anos;

c) juros: de 3% a.a. (três por cento ao ano) a 5% a.a. (cinco por cento ao ano).

Art. 8º São as seguintes as condições a serem observadas nas operações de apoio financeiro reembolsável contratadas por pessoa física ou jurídica que explore a pesca artesanal:

I - prazo de carência: até 4 (quatro) anos;

II - prazo de amortização: até 20 (vinte) anos;

III - juros: de 1% a.a. (um por cento ao ano) a 3% a.a. (três por cento ao ano).

Art. 9º São as seguintes as condições a serem observadas nas operações de apoio financeiro reembolsável contratadas por entidades públicas, instituições de pesquisa e outros órgãos, inclusive os representativos de classe dos setores de marinha mercante e de construção naval, para construção de embarcações auxiliares, hidrográficas e oceanográficas em estaleiro brasileiro:

I - prazo de carência: até 4 (quatro) anos;

II - prazo de amortização: até 15 (quinze) anos;

III - juros: de 3% a.a. (três por cento ao ano) a 5% a.a. (cinco por cento ao ano).

Art. 10. São as seguintes as condições a serem observadas nas operações de apoio financeiro reembolsável contratadas por empresa brasileira de navegação, estaleiro e outras empresas ou entidades brasileiras, inclusive as representativas de classe dos setores de marinha mercante e de construção naval para projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico e formação e aperfeiçoamento de recursos humanos voltados para os setores de marinha mercante, construção ou reparo naval:

I - prazo de carência: até 2 (dois) anos;

II - prazo de amortização: até 10 (dez) anos;

III - juros: de 1% a.a. (um por cento ao ano) a 3% a.a. (três por cento ao ano).

Art. 11. São as seguintes as condições a serem observadas nas operações de apoio financeiro reembolsável contratadas por empresas públicas não dependentes vinculadas ao Ministério da Defesa para construção e reparos, em estaleiros brasileiros, de embarcações auxiliares, hidrográficas, oceanográficas, e de embarcações a serem empregadas na proteção do tráfego marítimo nacional:

I - prazo de carência: até 1 (um) ano para reparo e até 4 (quatro) anos para construção;

II - prazo de amortização: até 2 (dois) anos para reparo e até 20 (vinte) anos para construção;

III - juros: de 1% a.a. (um por cento ao ano) a 2% a.a. (dois por cento ao ano).

Art. 12. São as seguintes as condições a serem observadas nas operações de financiamento de outras aplicações de investimentos no interesse do desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras:

I - investimentos em projeto com 65% (sessenta e cinco por cento) ou mais de conteúdo nacional:

a) itens nacionais: juros de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) a 5% a.a. (cinco por cento ao ano), com financiamento de até 90% (noventa por cento) do valor total de itens nacionais para o caso de contratação por empresa brasileira, e de até 80% (oitenta por cento) do mesmo valor para o caso de contratação por empresa estrangeira;

b) itens importados: juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a 6% a.a. (seis por cento ao ano) com financiamento de até 70% (setenta por cento) do valor total de itens importados;

II - investimentos em projeto abaixo de 65% (sessenta e cinco por cento) de conteúdo nacional:

a) itens nacionais: juros de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) a 5% a.a. (cinco por cento ao ano), com financiamento de até 90% (noventa por cento) do valor total de itens nacionais para o caso de contratação por empresa brasileira, e de até 80% (oitenta por cento) do mesmo valor para o caso de contratação por empresa estrangeira;

b) itens importados: juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano) a 7% a.a. (sete por cento ao ano) com financiamento de até 60% (sessenta por cento) do valor total de itens importados.

Parágrafo único. Para os financiamentos concedidos no âmbito deste artigo, far-se-á jus a prazo de carência de até 4 (quatro) anos e a prazo de amortização de até 15 (quinze) anos.

Art. 13. São as seguintes as condições a serem observadas nas operações de financiamento para a realização de obras de infraestrutura portuária e aquaviária:

I - obras com 60% (sessenta por cento) ou mais de conteúdo nacional:

a) itens nacionais: juros de 2% a.a. (dois por cento ao ano) a 4,5% a.a. (quatro inteiros e cinco décimos por cento ao ano) com financiamento de até 90% (noventa por cento) do valor total de itens nacionais;

b) itens importados: juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano) a 6% a.a. (seis por cento ao ano) com financiamento de até 75% (setenta e cinco por cento) do valor total de itens importados;

II - obras abaixo de 60% (sessenta por cento) de conteúdo nacional:

a) itens nacionais: juros de 2% a.a. (dois por cento ao ano) a 4,5% a.a. (quatro inteiros e cinco décimos por cento ao ano) com financiamento de até 90% (noventa por cento) do valor total de itens nacionais;

b) itens importados: juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano) a 7% a.a. (sete por cento ao ano) com financiamento de até 60% (sessenta por cento) do valor total de itens importados.

Parágrafo único. Para os financiamentos concedidos no âmbito do FMM previstos neste artigo, observar-se-á prazo de carência de até 4 (quatro) anos e prazo de amortização de até 20 (vinte) anos.

Art. 14. O Conteúdo Nacional de embarcações deverá ser calculado conforme as diretrizes constantes do anexo a esta Resolução.

Parágrafo único. Caso seja necessária a conversão de moedas, deverá ser utilizada como base para conversão a data de emissão da nota fiscal de venda emitida pelo fabricante.

Art. 15. Caso, ao final da construção da embarcação, não sejam comprovadas as participações relativas dos itens nacionais e importados, inicialmente acordadas, as condições contratuais do financiamento serão imediatamente revistas.

Art. 16. Além dos juros estabelecidos nos arts. 2º a 13, na forma do art. 35 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, as operações de financiamento estão sujeitas à incidência da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), da Taxa de Longo Prazo (TLP) ou do índice de variação da taxa de câmbio calculado com base na cotação de fechamento do dólar dos Estados Unidos da América, divulgada pelo Banco Central do Brasil, observado o art. 2º da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, sendo que:

I - a parcela do crédito destinada a gastos em moeda nacional será calculada de acordo com o critério estabelecido pela TJLP ou pela TLP, e a parcela destinada a gastos em moedas estrangeiras será referenciada em dólar dos Estados Unidos da América;

II - parte do saldo devedor, na mesma proporção das receitas previstas em moeda nacional a serem geradas pelo projeto aprovado, será remunerada pela TJLP ou pela TLP, e o restante, na mesma proporção das receitas previstas em moedas estrangeiras a serem geradas pelo projeto aprovado, será referenciado em dólar dos Estados Unidos da América; e

III - de comum acordo entre o tomador e o agente financeiro, poderá haver a combinação dos critérios referidos nos incisos I e II.

§ 1º Caso não seja contratado seguro-garantia na modalidade executante construtor, os juros, nas situações passíveis de enquadramento nessa modalidade de seguro, não estão sujeitos aos limites máximos estabelecidos nos arts. 2º a 13, durante o período da construção.

§ 2º Os critérios para fixação de juros serão estabelecidos pelo agente financeiro conforme sua política de crédito e elementos mitigadores de custos e riscos, observadas as condições previstas nos arts. 2º a 13 e no § 1º deste artigo.

§ 3º Os juros podem ser capitalizados durante o período de carência, por solicitação do beneficiário da operação.

§ 4º Após a contratação do financiamento, a alteração do critério escolhido pelo tomador dependerá do consenso das partes.

§ 5º Não será admitida a cobrança de qualquer outra despesa além das previstas neste artigo e dos juros previstos nos arts. 2º a 13.

Art. 17. Em todas as operações poderão ser cobradas:

I - comissão de estudo de até 0,2% (dois décimos por cento) do valor da operação financeira pleiteada, observado o limite máximo estipulado pelo agente financeiro para as suas operações ordinárias;

II - comissão de reserva de crédito de até 0,1% (um décimo por cento), cobrável por período de 30 (trinta) dias ou fração, observadas as condições estipuladas pelo agente financeiro;

III - reescalonamento de financiamento: até 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da dívida;

IV - alteração da beneficiária, quando implicar nova análise econômico-financeira da operação: até 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor do saldo devedor, limitada a R$214.582,00 (duzentos e quatorze mil quinhentos e oitenta e dois reais), valor nominal de 1º de julho de 2009, reajustados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na data-base de 1º de julho; e

V - demais casos de alteração contratual: até R$11.921,00 (onze mil novecentos e vinte e um reais), valor nominal de 1º de julho de 2009, reajustados anualmente pelo IPCA na data-base de 1º de julho.

Art. 18. Aplicam-se às operações destinadas à complementação de recursos na forma prevista no art. 26, incisos III e IV, da Lei nº 10.893, de 2004, os mesmos prazos de carência e de amortização, bem assim os encargos financeiros, pactuados na operação principal.

Art. 19. Em caso de inadimplência, aplicam-se às operações de que trata esta Resolução os encargos previstos na regulamentação em vigor para as demais operações de crédito.

Art. 20. Os recursos repassados aos agentes financeiros para realização das operações de financiamento de que trata esta Resolução serão reembolsados ao FMM, observadas as seguintes condições:

I - prazos de carência e de amortização: os mesmos da operação de financiamento;

II - encargos remuneratórios:

a) itens nacionais: juros de 0,1% a.a. (um décimo por cento ao ano), acrescidos da TJLP, da TLP ou do índice de variação da taxa de câmbio, conforme pactuado na operação de financiamento;

b) itens importados: juros de 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano), acrescidos da TJLP, da TLP ou do índice de variação da taxa de câmbio, conforme pactuado na operação de financiamento.

§ 1º Ocorrendo inadimplência no pagamento de prestações do financiamento, o agente financeiro do FMM deve restituir o valor devido ao fundo no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da data do inadimplemento.

§ 2º Nos contratos de financiamento com previsão de um único pagamento para sua liquidação, o FMM deverá ser reembolsado pelo agente financeiro em 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do inadimplemento.

Art. 21. No caso de atraso no repasse de recursos aos agentes financeiros, a diferença entre o custo dos recursos captados pelo agente e a remuneração pactuada nos financiamentos contratados com os beneficiários finais será suportada, exclusivamente, com recursos do FMM.

Art. 22. A comissão remuneratória do agente financeiro em operações aprovadas pelo Ministério responsável pela gestão do FMM, com base no § 5º do art. 12 do Decreto-Lei nº 1.801, de 18 de agosto de 1980, ou contratadas até 31 de dezembro de 1987, cujo risco seja de responsabilidade do FMM, será de 1% (um por cento), calculada sobre o reembolso das prestações de principal e encargos dos contratos de financiamento, pagável na liquidação destas.

Art. 23. A comissão devida ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a título de administração das contas vinculadas, será de 1% (um por cento), deduzida a cada liberação realizada.

Art. 24. O valor máximo financiado com recursos do FMM é de até 90% (noventa por cento) do valor total do projeto para o caso de contratação por empresa ou estaleiro brasileiro, e de até 80% (oitenta por cento) para o caso de contratação por empresa estrangeira.

Parágrafo único. O percentual de financiamento poderá ser de até 100% (cem por cento) nos casos previstos nos incisos VII e VIII do art. 2º, desde que se refiram a transporte fluvial de passageiros de elevado interesse social; no art. 8º, quando a contratação ocorrer por empresa brasileira de navegação ou estaleiro brasileiro; e nos arts. 9º e 11, quando a contratação ocorrer por empresa ou entidade brasileira.

Art. 25. Fica revogada a Resolução CMN nº 4.919, de 24 de junho de 2021.

Art. 26. Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

ANEXO

CÁLCULO DO CONTEÚDO NACIONAL
CN = (1 - X / Y) x 100
em que:
CN: Conteúdo Nacional
X: é o valor dos componentes importados, inclusive matéria-prima, somando-se:
a) valor Cost Insurance Freight (CIF), acrescido do respectivo Imposto de Importação, dos componentes importados diretamente pelo FABRICANTE e incorporados à embarcação;
b) valor CIF, acrescido do respectivo Imposto de Importação, dos componentes importados diretamente pelo COMPRADOR e incorporados à embarcação;
c) valor dos componentes importados por terceiros e adquiridos no mercado interno pelo FABRICANTE, excluindo-se Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).
Y: é o preço de venda efetivamente praticado, excluindo-se IPI e ICMS; nos casos em que a embarcação não for comercializada pelo próprio FABRICANTE, deve-se considerar o preço de venda para o respectivo DISTRIBUIDOR ou empresa que venha a comercializá-la.

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.032, DE 21 DE JULHO DE 2022

Revoga expressamente a Resolução nº 254, de 15 de março de 1973, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 21 de julho de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 5º, 7º e 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolveu:
Art. 1º Fica revogada a Resolução nº 254, de 15 de março de 1973.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.033, DE 21 DE JULHO DE 2022

Revoga atos normativos do Conselho Monetário Nacional para cumprimento do disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 21 de julho de 2022, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, dos arts. 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e dos arts. 5º e 6º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolveu:
Art. 1º Ficam revogadas:
I - a Resolução nº 3.636, de 13 de novembro de 2008;
II - a Resolução nº 3.679, de 29 de janeiro de 2009;
III - a Resolução nº 3.711, de 16 de abril de 2009;
IV - a Resolução nº 3.799, de 16 de outubro de 2009;
V - a Resolução nº 3.905, de 30 de setembro de 2010; e
VI - a Resolução nº 4.077, de 4 de maio de 2012.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.034, DE 21 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a fórmula de cômputo do prazo médio ponderado e sobre o procedimento simplificado de que trata a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 21 de julho de 2022, com base no art. 1º, § 2º, da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, resolveu:
Art. 1º Para fins do disposto no art. 1º, § 1º, inciso I, e § 1º-B, inciso I, da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, o prazo médio ponderado do título ou valor mobiliário deve ser calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$PMP = \frac{\sum_{j=1}^{n} \frac{F_j}{d_j} * d_j}{\frac{(1+i)^{252}}{VP}} * \frac{1}{252}$$, sendo:

I - PMP = prazo médio ponderado em anos;
II - F_j = cada parte do fluxo de pagamentos;
III - d_j = dias úteis a decorrer (da data de cálculo do PMP até a data de cada pagamento);
IV - i = taxa interna de retorno de emissão efetiva ao ano em base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias; e
V - VP = valor presente do título (PU).

Art. 2º Para fins do disposto no art. 1º, § 1º, inciso VI, § 1º-A, inciso VI, e § 1º-B, inciso VI, da Lei nº 12.431, de 2011, o prospecto ou, nas ofertas de valores mobiliários em que não haja divulgação de prospecto, os documentos da oferta devem conter tópico específico dentro da seção de destinação de recursos da oferta no qual conste o compromisso de alocar os recursos obtidos com a emissão dos títulos ou valores mobiliários em projetos de investimento de que trata a referida Lei.
§ 1º Exceto nos casos de ofertas de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o compromisso de alocação de recursos captados pode envolver pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados aos projetos de investimento.
§ 2º Os projetos de investimento referidos no caput devem ser descritos de forma a permitir sua individualização, incluindo, no mínimo, informações relativas ao:
I - objetivo do projeto;
II - prazo estimado para o seu início e encerramento ou, para os projetos de investimento já em curso, a descrição da fase em que se encontram e a estimativa do seu encerramento;
III - volume estimado dos recursos financeiros necessários para realização do projeto; e
IV - percentual que se estima captar com a emissão dos títulos ou valores mobiliários, frente às necessidades de recursos financeiros do projeto.
Art. 3º Fica revogada a Resolução nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS
SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA SECEX Nº 201, DE 22 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a certificação de pessoa jurídica específica no Programa OEA-Integrado Secex, no âmbito do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado - Programa OEA.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos IV e XX, do art. 91, do Anexo I, ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e considerando o disposto na Portaria Conjunta RFB/SECINT/ME nº 85, de 19 de agosto de 2021 e na Portaria Secex nº 107, de 19 de agosto de 2021, resolve:
Art. 1º Tendo em vista o atendimento aos critérios estabelecidos no Programa de Certificação da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) no âmbito do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (Programa OEA), denominado OEA-Integrado Secex, certifico como membro do referido Programa, em caráter precário e com prazo de validade indeterminado, a empresa ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 18.565.382/0001-66.
Art. 2º Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HERLON ALVES BRANDÃO

PORTARIA SECEX Nº 202, DE 22 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a certificação de pessoa jurídica específica no Programa OEA-Integrado Secex, no âmbito do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado - Programa OEA.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos IV e XX, do art. 91, do Anexo I, ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e considerando o disposto na Portaria Conjunta RFB/SECINT/ME nº 85, de 19 de agosto de 2021 e na Portaria Secex nº 107, de 19 de agosto de 2021, resolve:
Art. 1º Tendo em vista o atendimento aos critérios estabelecidos no Programa de Certificação da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) no âmbito do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (Programa OEA), denominado OEA-Integrado Secex, certifico como membro do referido Programa, em caráter precário e com prazo de validade indeterminado, a empresa MINERACAO SERRA GRANDE S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 42.445.403/0001-94.
Art. 2º Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HERLON ALVES BRANDÃO

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

PORTARIA SEDGG/ME Nº 6.066, DE 11 DE JULHO DE 2022

Estabelece as regras e os procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, incluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista, quando da cessão ou requisição de servidores públicos efetivos, empregados públicos de que trata a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, e empregados de empresas estatais.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 31 do Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, resolve:
Art. 1º Estabelecer as regras e os procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, incluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista, quando da cessão ou requisição de servidores públicos efetivos, empregados públicos de que trata a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, e empregados de empresas estatais.
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:
I - cessão: ato autorizativo pelo qual o agente público, sem suspensão ou interrupção do vínculo funcional com a origem, passa a ter exercício em outro órgão ou entidade;
II - requisição: ato irrecusável em que o agente público requisitado passa a ter exercício no órgão ou na entidade requisitante, sem alteração da lotação no órgão ou na entidade de origem;
III - reembolso: é a restituição das parcelas despendidas por órgãos e entidades com o agente público cedido ou requisitado, respeitado o disposto no Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, e nas normas específicas, inclusive quanto ao limite disposto no inciso XI do caput do art. 37 da Constituição Federal;
IV - cedente: órgão ou entidade de origem do agente público cedido;
V - cessionário: órgão ou entidade onde o agente público exercerá suas atividades;
VI - requisitado: órgão ou entidade de origem do agente público requisitado;
VII - requisitante: órgão ou entidade que possui prerrogativa expressa de requisição, no qual o agente público exercerá suas atividades; e
VIII - agente público: servidores públicos efetivos, empregados públicos de que trata a Lei nº 8.878, de 1994, e empregados de empresas estatais.
CAPÍTULO II
DA CESSÃO E REQUISIÇÃO
Seção I
Cessão
Art. 3º O agente público poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios nas seguintes hipóteses:
I - para exercício de cargo em comissão ou função de confiança; ou
II - para atender a situações previstas em leis específicas.
§ 1º As cessões que impliquem reembolso pela administração pública federal, direta ou indireta, somente ocorrerão para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança com graduação mínima equivalente ao nível 4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.
§ 2º A limitação de que trata o § 1º não se aplica à cessão em que figure como cessionária empresa estatal não dependente de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral.
§ 3º Na hipótese de cessão em curso há mais de um ano, o cessionário poderá exigir a manutenção da cessão, no interesse da administração pública, pelo prazo de até um mês, contado da data de recebimento da notificação do cedente ou do requerimento do agente público.

§ 4º Não atendida a notificação de que trata o § 3º no prazo estabelecido, o agente público será notificado diretamente pelo cedente para se apresentar ao órgão ou à entidade de origem no prazo de um mês, contado da data de recebimento da notificação pelo agente público, sob pena de caracterização de ausência imotivada.

Art. 4º O pedido de cessão deverá ser apresentado nos moldes do Anexo I e será efetivado por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União, conforme o Anexo II.

§ 1º A nomeação para o cargo em comissão ou a designação para a função de confiança independem da publicação da portaria de cessão, ficando o efetivo exercício condicionado à publicação da portaria de cessão.

§ 2º O agente público deverá continuar exercendo suas atividades no cedente até a sua entrada em efetivo exercício no cessionário, sob pena de perda da remuneração, na forma da legislação pertinente.

§ 3º O cessionário deverá informar ao cedente a data da efetiva entrada em exercício do agente público cedido para fins das atualizações sistêmicas pertinentes à movimentação efetivada.

§ 4º Torna-se sem efeito o ato de cessão na hipótese de o servidor não se apresentar ao órgão cessionário no prazo máximo de trinta dias contados da publicação da portaria.

Art. 5º Será dispensado novo ato de cessão nas hipóteses de alteração:

I - do cargo ou da função de confiança exercido; ou

II - do órgão, da autarquia ou da fundação pública de exercício no âmbito da administração pública federal.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput:

I - será obrigatória a comunicação, com antecedência, ao cedente; e

II - será verificada a manutenção das condições legais e regulamentares para a cessão.

Art. 6º Quando a nomeação ou a exoneração do cargo em comissão e a designação ou dispensa da função de confiança implicar o deslocamento de sede, o agente público terá no mínimo, dez e, no máximo, trinta dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, na nova sede.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput ao deslocamento dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas.

Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade cessionária acompanhar a frequência do agente público durante o período da cessão e informar ao órgão cedente qualquer ocorrência, inclusive faltas não justificadas ou em desacordo com a legislação vigente.

Seção II

Requisição

Art. 8º O agente público poderá ser requisitado para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, outros entes federativos e órgãos constitucionalmente autônomos, que possuam prerrogativa expressa de requisição.

§ 1º O pedido de requisição de que trata o caput:

I - não será nominal, observando-se a disponibilidade de perfil do agente público que atenda a necessidade dos serviços do órgão requisitante; e

II - será realizado nos moldes do Anexo III.

§ 2º O disposto no inciso I do § 1º não se aplica às requisições para a Presidência da República ou a Vice-Presidência da República.

§ 3º A requisição deve ser disponibilizada por meio de portaria, publicada no Diário Oficial da União, conforme o Anexo IV.

Art. 9º Compete ao órgão ou à entidade requisitante acompanhar a frequência do agente público durante o período da requisição e informar ao órgão requisitado qualquer ocorrência, inclusive faltas não justificadas ou em desacordo com a legislação vigente.

Art. 10. A requisição independe de exercício de cargo em comissão ou de função de confiança.

Art. 11. A requisição será concedida por prazo indeterminado, exceto se houver disposição legal em contrário.

Parágrafo único. A requisição não poderá ser encerrada por ato unilateral do órgão ou da entidade requisitada.

CAPÍTULO III

DO PEDIDO DE CESSÃO E REQUISIÇÃO

Art. 12. A solicitação de cessão ou requisição efetuada por órgãos ou entidades da administração pública federal, direta e indireta, incluídas as empresas públicas dependentes, que implique ou não reembolso será apresentada nos moldes do Anexo I ou III, conforme o caso.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA

Art. 13. A competência para autorizar a cessão ou disponibilizar a requisição é do Ministro de Estado ou da autoridade máxima da entidade a que pertencer o agente público, ressalvada a hipótese prevista no § 4º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 1990.

§ 1º Na hipótese de cessão ou requisição para outro Poder ou ente federativo, a delegação será permitida apenas às autoridades a que se refere o Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016.

§ 2º Na hipótese de cessão ou requisição de agente público de empresa estatal, dependente ou não dependente de recursos do Tesouro Nacional, para outro Poder ou ente federativo ou para órgãos constitucionalmente autônomos, a competência será da autoridade máxima da entidade.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. É vedada a previsão de efeitos retroativos nas portarias de cessão ou requisição, bem como a convalidação de atos cujos efeitos já se exauriram.

Art. 15. As unidades de gestão de pessoas dos órgãos e das entidades de origem e de destino, após a publicação do ato de cessão ou de requisição do agente público, deverão adotar imediatamente todas as providências cabíveis quanto às atualizações sistêmicas pertinentes à movimentação efetivada.

Art. 16. Os órgãos setoriais, seccionais ou correlatos deverão observar orientações do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec na realização de consultas ao Ministério da Economia relacionadas à orientação e ao esclarecimento de dúvidas quanto à aplicação desta Portaria.

Art. 17. Ficam convalidados os atos procedimentais praticados com fundamento na Portaria nº 357, de 2 de setembro de 2019, realizados entre 3 de janeiro de 2022 até a entrada em vigor desta Portaria.

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO JOSÉ MATTOS SULTANI

ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE CESSÃO	
Órgão cedente:	
Órgão cessionário:	
Servidor(a)/Empregado(a):	
Matrícula:	
Cargo/Emprego:	
Fundamento legal da cessão:	
Cargo/função a ser ocupada:	
Reembolso:	( ) Sim ( )Não
Unidade onde serão desempenhadas as atividades:	
Localidade onde serão desempenhadas as atividades:	
Competências institucionais da unidade:	
Atividades que serão desempenhadas:	
Entregas previstas:	

ANEXO II

O MINISTRO DE ESTADO (nome da pasta), considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 15 seguinte, e na Lei nº (lei do cargo ou carreira a que pertence o servidor), e demais informações que constam do processo nº (nº do processo), resolve:

Art. 1º Ceder o(a) servidor(a)/empregado(a) (nome) _____, matrícula nº (número) _____, pertencente ao Quadro de Pessoal do (a) (nome do órgão ou entidade), _____ para exercício no (nome do órgão ou entidade) _____.

Art. 2º O ônus pela remuneração ou salário é do órgão (cedente/cessionário).

Art. 3º O(a) servidor(a)/empregado(a) deverá apresentar-se imediatamente ao órgão cedente ao término da cessão, observado o disposto no art. 8º do Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021.

Art. 4º Torna-se sem efeito o disposto nesta Portaria caso o(a) servidor(a)/empregado(a) não se apresente ao órgão cessionário no prazo de trinta dias.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NOME DO MINISTRO DE ESTADO

MINISTRO DE ESTADO DO (A) (NOME DA PASTA)

ANEXO III

SOLICITAÇÃO DE REQUISIÇÃO	
Órgão requisitante:	
Órgão requisitado:	
Servidor(a)/Empregado(a):	
Matrícula:	
Cargo/Emprego:	
Fundamento legal para a requisição:	
Reembolso:	( )Sim ( ) Não
Unidade onde serão desempenhadas as atividades:	
Localidade onde serão desempenhadas as atividades:	
Competências institucionais da unidade:	
Atividades que serão desempenhadas:	
Entregas previstas:	
Competências necessárias do(a) servidor(a)/empregado(a):	
Competências desejadas:	
Formação acadêmica:	
Prazo da requisição, se houver:	
Outras informações relevantes:	

ANEXO IV

O MINISTRO DE ESTADO (nome da pasta), considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 15 seguinte, e, ainda, pela (o) (ato que concedeu poder de requisição ao órgão), e demais informações que constam do processo nº (nº do processo), resolve:

Art. 1º Disponibilizar a requisição do(a) servidor(a)/empregado(a) (nome) _____, matrícula nº (número) _____, pertencente ao Quadro de Pessoal do (a) (nome do órgão ou entidade), _____ para exercício no (nome do órgão ou entidade).

Art. 2º O ônus pela remuneração ou salário é do órgão (requisitado/requisitante).

Art. 3º Torna-se sem efeito o disposto nesta Portaria caso o(a) servidor(a)/empregado(a) não se apresente ao órgão requisitante no prazo de trinta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NOME DO MINISTRO DE ESTADO

Ministro de Estado do (a) (nome da Pasta)

_____

(*) Republicação por incorreção do original, publicada no Diário Oficial da União, nº 131, de 13 de julho de 2022, Seção 1, páginas 123 e 124.

SECRETARIA DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 50, DE 22 DE JULHO DE 2022

Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec sobre o regime de previdência complementar de que trata a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e III do art. 138, do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto no §14 do art. 40 da Constituição Federal, na Lei n° 12.618, de 30 de abril de 2012, no Decreto n° 7.808, de 20 de setembro de 2012, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe e orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec) quanto aos procedimentos a serem adotados no âmbito do regime de previdência complementar (RPC), instituído pela Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.

Disposições Gerais

Art. 2º Estão sujeitos ao regime de previdência complementar de que trata a Lei nº 12.618, de 2012:

I - os servidores públicos federais que tenham ingressado ou venham a ingressar em cargo público efetivo do Poder Executivo Federal a partir de 4 de fevereiro de 2013, exceto a previsão constante no inciso V deste artigo;

II - os servidores públicos federais oriundos dos Poderes Legislativo e Judiciários da União, da Defensoria Pública da União, do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal que tenham ingress zado nesses poderes ou órgãos a partir de 4 de fevereiro de 2013 e que, posteriormente, venham a ingressar em cargo efetivo do Poder Executivo;

III - os servidores públicos federais egressos de órgãos ou entidades de quaisquer dos entes da federação, que tenham ingressado ou venham a ingressar em cargo público efetivo do Poder Executivo Federal a partir de 4 de fevereiro de 2013;

IV - os servidores públicos federais egressos das carreiras militares que tenham ingressado ou venham a ingressar em cargo público efetivo do Poder Executivo Federal após 4 de fevereiro de 2013;

V - os servidores que ingressaram a partir de 13 de novembro de 2019 na Carreira da Polícia Federal, na Carreira de Policial Rodoviário Federal, na Carreira de Agente Federal de Execução Penal, e no Cargo de Policial Ferroviário Federal, em consonância com o Parecer Vinculante JL - 04, da Advocacia-Geral da União; e

VI - os servidores públicos federais que ingressaram em cargo público efetivo federal antes de 4 de fevereiro de 2013 e optaram pela migração para o RPC, nos termos do § 7º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, ou legislações específicas.

§ 1º Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - servidores egressos de outros entes da federação, de que trata o inciso III do caput deste artigo, aqueles oriundos de órgãos ou entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios que passaram a ocupar cargo público efetivo do Poder Executivo Federal; e

II - servidores públicos egressos de carreiras militares, de que trata o inciso IV do caput deste artigo, aqueles que foram membros das Forças Armadas, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares.

§ 2º O disposto nos incisos III e VI do caput deste artigo aplica-se, inclusive, aos servidores que tenham tomado posse no respectivo órgão ou entidade federal sem interrupção com o vínculo anterior, nos termos do § 6º deste artigo.

§ 3º Os servidores de que tratam os incisos I a VI do caput deste artigo terão suas aposentadorias e pensões, bem como as contribuições ao Regime Próprio de Previdência Social da União - RPPS da União - submetidas ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

§ 4º Os servidores públicos de que tratam o parágrafo anterior que aderirem ao Plano Executivo Federal (ExecPrev) administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Poder Executivo Federal (Funpresp-Exe), terão direito ao recebimento de benefícios previdenciários complementares, em conformidade com as regras previstas na legislação e no Regulamento do Plano.

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica aos servidores públicos federais oriundos dos Poderes Legislativo e Judiciários da União, da Defensoria Pública da União, do Tribunal de Contas da União e do Min istério Público Federal, que tenham ingressado nesses órgãos antes de 4 de fevereiro de 2013 e que venham a ingressar em cargo do Poder Executivo a qualquer tempo, desde que não haja interrupção com o vínculo anterior.

§ 6º Não haverá interrupção com o vínculo anterior desde que o servidor cumpra aos seguintes requisitos:

I) a vacância do cargo anterior e a posse no novo cargo produzam efeitos na mesma data; e

II) o efetivo exercício tenha início no prazo previsto no §1º, artigo 13 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 3º O servidor público que tiver ingressado no serviço público federal em data anterior a 4 de fevereiro de 2013, e, posteriormente, solicitar vacância para assumir cargo público inacumulável em outro Poder da União, órgãos constitucionalmente autônomos federais ou ente da Federação, ao solicitar recondução ao primeiro cargo, não será vinculado ao Regime de Previdência Complementar (RPC), desde que não tenha adquirido a estabilidade no segundo cargo.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se ao servidor que retorne ao Poder Executivo Federal mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, sem aquisição de estabilidade em cargo de outro ente da federação, desde que não haja interrupção com o vínculo anterior, nos termos do § 6º do artigo 2º.

Competências dos Órgãos Integrantes do Sipec

Art. 4º Competem aos órgãos e entidades integrantes do Sipec:

I - orientar os servidores públicos e esclarecer as suas dúvidas em relação ao Regime de Previdência Complementar instituído pela Lei n° 12.618, de 2012;

II - acompanhar o desconto das contribuições devidas pelos servidores públicos e da contrapartida do patrocinador e transferi-las à Funpresp-Exe, conforme previsto no Regulamento do Plano;

III - receber e encaminhar à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp-Exe) os formulários de inscrição dos servidores públicos que optarem por aderir ao Plano Executivo Federal - ExecPrev, quando a adesão não for possível de ser realizada por meio eletrônico;

IV - informar aos candidatos nomeados para investidura em cargo efetivo federal, no momento da posse, da existência do Plano Executivo Federal - ExecPrev;

V - comunicar à Funp resp-Exe, no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data do fechamento da folha de pagamento do mês em que ocorreu o fato, conforme cronograma mensal disponibilizado no SIAPENET:

a) os afastamentos e licenças sem direito à remuneração dos servidores públicos que sejam Participantes do Plano Executivo Federal - ExecPrev;

b) a ocorrência de vacância no cargo público dos Participantes do Plano Executivo Federal - ExecPrev; e

c) a ocorrência de reversão de aposentadoria ou a perda do direito à pensão do beneficiário.

VI - em caso de ocorrência de perda do vínculo funcional, aposentadoria, falecimento ou concessão de pensão por morte, orientar os servidores públicos Participantes do Plano Executivo Federal - ExecPrev, seus beneficiários e dependentes a entrar em contato com a Funpresp-Exe, objetivando formalizar o requerimento de eventuais benefícios ou institutos previstos no Regulamento do Plano; e

VII - fornecer à Funpresp-Exe as demais informações solicitadas pela entidade em relação aos servidores vinculados ao plano de benefício, respeitando os dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Parágrafo único. Os Sistemas Estruturantes de Gestão de Pessoal da Administração Pública Federal calcularão automaticamente o valor das contribuições devidas pelo servidor público à Funpresp-Exe.

Adesão ao Plano Executivo Federal - ExecPrev

Art. 5º O servidor público federal, que tenha ingressado em cargo público efetivo do Poder Executivo Federal, poderá aderir ao Plano de Benefícios da Funpresp-Exe a partir do exercício no cargo público efetivo.

§ 1º A partir de 5 de novembro de 2015, data da entrada em vigor da Lei nº 13.183, de 4 de novembro de 2015, os servidores ocupantes de cargo efetivo, cuja remuneração seja superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, serão automaticamente inscritos no Plano Executivo Federal - ExecPrev pelo órgão central do Sipec.

§ 2º Fica assegurado ao participante o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua inscrição, nos termos do regulamento do plano de benefícios.

§ 3º Na hipótese de o cancelamento ser requerido no prazo de até noventa dias da data da inscrição automática, fica assegurado o direito à restituição integral das contribuições vertidas, a serem pagas em até sessenta dias do pedido de cancelamento, corrigidas monetariamente.

§ 4º O cancelamento da inscrição previsto no § 3º não constitui resgate.

§ 5º A contribuição aportada pelo patrocinador, no caso do cancelamento da inscrição automática previsto no § 3º, será devolvida à respectiva fonte pagadora, no mesmo prazo da devolução da contribuição aportada pelo participante.

§ 6º A adesão do servidor público ao Plano Executivo Federal - ExecPrev poderá ser realizada por meio dos Sistemas Estruturantes de Gestão de Pessoal da Administração Pública Federal.

Participantes do Plano Executivo Federal - ExecPrev

Art. 6º No momento da sua adesão ao Plano Executivo Federal - ExecPrev, o servidor público será classificado em uma das seguintes categorias:

I - Participante Ativo Normal: servidor público que esteja submetido ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e cuja base de contribuição seja superior ao teto RGPS; ou

II - Participante Ativo Alternativo:

a) servidor público que esteja submetido ao teto do RGPS e cuja base de contribuição seja igual ou inferior ao mesmo teto; ou

b) servidor público que não esteja submetido ao teto do RGPS.

§ 1º Nos casos em que a base de contribuição do servidor público, classificado como Participante Ativo Alternativo, que esteja submetido ao teto do RGPS, seja aumentada a um nível superior ao teto do RGPS, será reclassificado automaticamente na categoria de Participante Ativo Normal, conforme previsto no regulamento do plano.

§ 2º Caso a base de contribuição do servidor público, classificado como Participante Ativo Normal, seja reduzida a um nível igual ou inferior ao teto do RGPS, o servidor poderá, em conformidade com as regras previstas no regulamento do plano:

I - optar pelo instituto do Autopatrocínio; ou

II - não optar pelo instituto do Autopatrocínio, sendo reclassificado automaticamente na categoria de Participante Ativo Alternativo.

§ 3º Na definição da base de contribuição para os fins da classificação e da reclassificação de que tratam o caput e os §§ 1º e 2º deste artigo, será levada em consideração a remuneração do cargo efetivo devida ao servidor público por um mês regular de trabalho, independentemente de eventuais variações excepcionais e transitórias decorrentes de:

I - pagamento de exercícios anteriores;

II - pagamento de meses anteriores;

III - decisões judiciais;

IV - devoluções diversas;

V - reposições e indenizações ao erário;

VI - faltas;

VII - atrasos;

VIII - aplicação de sanção disciplinar de suspensão;

IX - férias; e

X - outros eventos e ocorrências similares.

§ 4° Em caso de afastamentos e licenças sem direito à remuneração, o servidor público poderá optar pelo instituto do Autopatrocínio, conforme previsto no regulamento do plano.

§ 5º Em caso de perda do vínculo funcional o servidor público poderá optar pelos institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido, da Portabilidade ou do Resgate, conforme previsto no regulamento do plano.

Art. 7º A Unidade de Gestão de Pessoas, ao constatar a perda parcial ou total da remuneração do servidor ativo normal participante do Plano Executivo Federal - ExecPrev, deverá proceder à sua imediata notificação para possibilitar o exercício da opção pelo instituto do Autopatrocínio, ou efetuar a escolha do salário de participação e respectiva alíquota de contribuição, na condição de participante ativo alternativo.

§ 1º Se o participante não se manifestar no prazo de até cinco dias, a contar da data do recebimento da notificação, será automaticamente reclassificado para a categoria Participante Ativo Alternativo, nos termos do previsto no inciso II do § 2º do art. 6º desta Instrução Normativa.

§ 2º Se o participante Ativo Alternativo não indicar o valor de seu salário de participação será utilizado o valor correspondente à dez Unidades de Referência do Plano - URPs vigentes no mês de competência, nos termos do regulamento do plano.

Base de Contribuição e Salário de Participação ao Plano Executivo Federal - ExecPrev

Art. 8º Para os fins desta Instrução Normativa considera-se base de contribuição aquela definida pelo § 1° do art. 4° da Lei n° 10.887, de 18 de junho de 2004, podendo o servidor público optar pela inclusão de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência do local de trabalho e do exercício de cargo em comissão ou função de confiança, conforme previsto no § 1° do art. 16 da Lei n° 12.618, de 2012.

§ 1º A inclusão das parcelas remuneratórias percebidas em decorrência do local de trabalho e do exercício de cargo em comissão ou função de confiança de que trata o caput será realizada diretamente nos Sistemas Estruturantes de Gestão de Pessoal da Administração Pública Federal, podendo o servidor também optar por incluí-las na base de cálculo de contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor (PSS), conforme previsto no art. 4º da Lei nº 10.887, de 2004.

§ 2º A opção de que trata o parágrafo anterior poderá ser revista a qualquer tempo pelo servidor.

Art. 9º O servidor público que aderir ao Plano Executivo Federal - ExecPrev deverá escolher a alíquota da contribuição incidente sobre o seu Salário de Participação, de acordo com uma das seguintes opções, em conformidade com o previsto no regulamento do plano:

I - 7,5%;

II - 8%; ou

III - 8,5%.

§ 1º Na ausência de definição da alíquota da Contribuição Básica e da Contribuição Alternativa pelo participante, aplicar-se-á o percentual de 8,5%.

§ 2º Caso o servidor público deseje contribuir regularmente com alíquota superior a 8,5%, deverá fazê-lo na forma de contribuição facultativa, conforme previsto no regulamento do plano.

§ 3º O Salário de Participação do servidor público classificado na categoria Participante Ativo Normal será equivalente à parcela da sua base de contribuição que exceder o teto do RGPS.

§ 4º O Salário de Participação do servidor público classificado na categoria Participante Ativo Alternativo será definido pelo próprio servidor, observados os seguintes limites:

I - limite mínimo: valor equivalente a dez URPs, conforme previsto no regulamento do plano; e

II - limite máximo: valor equivalente à sua base de contribuição.

§ 5º Se o Participante de que trata o parágrafo anterior não indicar o valor do seu Salário de Participação, este será o valor correspondente a 10 URPs vigentes no mês da sua competência, conforme previsto no regulamento do plano.

Art. 10. O servidor cedido a órgãos e entidades da União, que não esteja inserido no Sistema de Gestão e Governança Estratégica de Pessoal Civil da Administração Federal ou para outros entes da Federação, poderá optar pela inclusão de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência do local de trabalho e do exercício de cargo em comissão ou função de confiança, em sua base de contribuição para o plano de benefícios administrado pela Funpresp-Exe, observando-se o seguinte fluxo de recolhimento:

I - o servidor deverá apresentar requerimento à Funpresp-Exe solicitando a inclusão de parcelas remuneratórias na sua base de cálculo da contribuição (disponível no site da Funpresp-Exe);

II - a Funpresp-Exe solicitará ao participante cópia de contracheque referente à parcela remuneratória adicional;

III - a Funpresp-Exe notificará o Órgão Patrocinador sobre o requerimento do participante;

IV - a Funpresp-Exe emitirá boleto ou outro meio de cobrança com valor da contribuição (apenas parte do participante) para pagamento a ser realizado pelo Participante; e

V - no momento da confirmação do pagamento do boleto, a Funpresp-Exe informará o órgão patrocinador, com a documentação pertinente, para que este adote providências de repasse da parte patronal, nos termos do Regulamento do Plano ExecPrev, alertando que a responsabilidade pela ausência deste repasse será tratada conforme preconiza o art. 62 do Decreto n° 4.942, de 30 de dezembro 2003.

Contribuição da União ao Plano Executivo Federal - ExecPrev

Art. 11. A alíquota da contribuição devida pelo órgão ou entidade integrante do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, em benefício do servidor público classificado na categoria Participante Ativo Normal, será igual à alíquota escolhida pelo servidor e incidirá sobre o seu respectivo Salário de Participação, observado o limite de 8,5%.

Parágrafo único. Não será devida pelos órgãos e entidades integrantes do Sipec qualquer contribuição em benefício do servidor público classificado na categoria Participante Ativo Alternativo e nem ao optante pelo Autopatrocínio.

Regime de Tributação

Art. 12. O servidor público que aderir ao Plano Executivo Federal - ExecPrev deverá escolher o regime de tributação do Imposto de Renda, progressivo ou regressivo:

I - no ato de adesão ao plano, por meio dos Sistemas Estruturantes de Gestão de Pessoal da Administração Pública Federal; ou

II - até o último dia útil do mês subsequente ao da adesão, por meio dos Sistemas Estruturantes de Gestão de Pessoal da Administração Pública Federal ou na Funpresp-Exe.

Parágrafo único. Caso não realize a opção de que trata o caput deste artigo, o servidor público será automaticamente vinculado ao regime de tributação progressivo, conforme previsto no § 6º do art. 1º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004.

Disposições Finais

Art. 13. Os servidores vinculados ao RPC somente poderão ser aposentados por regras cujo cálculo dos proventos seja realizado pela média aritmética de que trata o art. 1º da Lei nº 10.887, de 2004, ou pelo art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Art. 14. A remuneração de contribuição do servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor (PSS) será utilizada tanto no cálculo do benefício especial quanto do benefício no RPPS, não implicando em pagamento em duplicidade.

Art. 15. Para viabilizar o repasse das contribuições devidas à Funpresp-Exe serão disponibilizados mensalmente, no portal dos Sistemas Estruturantes de Gestão de Pessoal da Administração Pública Federal, relatórios sobre a adesão dos servidores públicos ao Plano Executivo Federal - ExecPrev, observado o cronograma da folha de pagamento.

Art. 16. As contribuições devidas pelos servidores públicos e pelos órgãos e entidades integrantes do Sipec à Funpresp-Exe serão repassadas à fundação até o dia dez do mês seguinte ao da sua competência, sob pena de ensejar a aplicação dos acréscimos de mora previstos para os tributos federais e de sujeitar o responsável pelo atraso às sanções penais e administrativas cabíveis, conforme previsto no art. 11 da Lei n° 12.618, de 2012.

Art. 17. As orientações para o registro da adesão dos servidores públicos ao Plano Executivo Federal (ExecPrev) estão disponíveis no portal dos Sistemas Estruturantes de Gestão de Pessoal da Administração Pública Federal.

Art. 18. A adesão ao plano de benefícios poderá ser realizada junto à Funpresp-Exe, inclusive por meio de agentes autorizados pela Fundação, e em caso de questionamentos os servidores deverão entrar em contato diretamente com a Entidade, por meio dos canais de atendimento disponíveis.

Art. 19. O Órgão Central do Sipec disporá, em ato específico, sobre os efeitos do Parecer JL-04, da Advocacia-Geral da União, para os servidores que ingressaram, antes de 13 de novembro de 2019, na Carreira da Polícia Federal, na Carreira de Policial Rodoviário Federal e na Carreira de Agente Federal de Execução Penal.

Art. 20. Ficam revogados os seguintes atos normativos:

I - Orientação Normativa SGP/MP nº 2, de 13 de abril de 2015;

II - Orientação Normativa nº 9, de 19 de novembro de 2015; e

III - Orientação Normativa nº 10, de 2 de dezembro de 2015.

Art. 21. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1° de agosto de 2022.

EDUARDO BERGAMASCHI FELIZOLA

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA SPU/ME Nº 6.510, DE 21 DE JULHO DE 2022

A SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso I, da Portaria SEDDM/ME nº 12.485, de 20 de outubro de 2021, tendo em vista o disposto no artigo 23 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e considerando a ata de reunião (SEI 26502895), realizada em 19 de julho de 2022, conforme previsto no art. 10-A do Anexo I da Portaria nº 8729, de 20 de julho de 2021, com alteração dada pela Portaria SPU/ME nº 11.067, de 9 de setembro de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar a alienação onerosa dos bens a seguir discriminados, mediante venda, precedida de licitação, na modalidade concorrência pública eletrônica, nos termos das Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 9.636, de 15 de maio de 1998, observando-se, no que couber, o disposto na Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e nas demais normas aplicáveis:

Item	UF	Município	Endereço	Matrícula	Cartório	Tipo de Imóvel	Área (m²)
1	GO	Goiânia	Avenida Independência s/n, Quadra 67-A Lote 26-A, Setor Aeroporto	68.209	Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição	Terreno	491,50
2	SP	Ituverava	Alameda João Paulino Ferreira, 308, lote 09 da quadra 16, Jardim Tropical II	19.012	Registro de Imóveis da Comarca de Ituverava	Terreno	487,50
3	RR	Boa Vista	Avenida Ville Roy, 5267, Lote 91, Quadra 60, São Pedro	3.053	Cartório de Registro de Imóveis de Boa Vista	Terreno	568,35
4	SC	Laguna	Rua Roberto Pedro Prudêncio, esquina com a rua Padre Walmor de Castro, Sala 04, Centro Executivo Izabel Prudêncio, Esperança	28.295	Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laguna	Sala Comercial	163,28

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA RODOPOULOS

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

DESPACHO

Processo nº 19687.106891/2022-87

Interessado: ALCIDES BORTOL IANTUNES

A SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, DA SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da atribuição de que trata o art. 2º, §1º, inciso II, do Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018, declara:

Ficam registrados os compromissos da pessoa física ALCIDES BORTOLI ANTUNES (CPF 017.548.790-12), nos termos do art. 2º do Decreto nº 9.557, de 2018.

Para fins da emissão do presente ato o interessado ALCIDES BORTOLI ANTUNES apresentou declaração de compromisso de atendimento aos requisitos de que tratam os incisos I a III do caput do art. 1º do Decreto nº 9.557, de 2018.

A verificação do atendimento aos requisitos será feita diretamente pelo Ministério da Economia ou por intermédio de auditorias realizadas por entidades credenciadas pela União, contratadas pelo interessado.

O presente ato tem vigência de 5 (cinco) anos, contados a partir de 18 de julho de 2022, podendo, ao final do quinto ano, ser renovado por solicitação do interessado. Brasília, na data da assinatura digital.

GLENDA BEZERRA LUSTOSA

RETIFICAÇÃO

No Despacho da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços, referente ao processo 19687.100924/2022-85, publicado no Diário Oficial da União de 04 de fevereiro de 2022, Seção 1, página 26, Onde se lê: "Ficam registrados os compromissos da pessoa jurídica FIRST S.A (CNPJ 00.802.235/0007-92), nos termos do art. 2º do Decreto nº 9.557, de 2018." Leia-se: "Ficam registrados os compromissos da pessoa jurídica FIRST S.A (CNPJ 00.802.235/0001-05), nos termos do art. 2º do Decreto nº 9.557, de 2018."

SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO

PORTARIA Nº 6.311, DE 20 DE JULHO DE 2022

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 277, de 6 de junho de 2019, do Senhor Ministro de Estado da Economia, Substituto, e tendo em vista o disposto no art. 1.134 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e demais informações que constam nos autos do Processo nº 19974.100229/2022-88, resolve:

Art. 1º Fica a DSWT - COMÉRCIO INTERNACIONAL, UNIPESSOAL LDA., com sede na Estrada de Santa Rita, 14 - 1º frente - Elvas - Portugal - CP 7350-313, autorizada a funcionar no Brasil, por intermédio de filial, com a denominação social DSWT - COMÉRCIO INTERNACIONAL, UNIPESSOAL LDA., tendo sido destacado o capital de R$ 10.000,00 (dez mil reais), concernente ao desempenho de suas operações no Brasil, que consistirá em: comércio, representação, importação e exportação de produtos e serviços oriundos e para o mercado exterior, em especial de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, inclusive vinhos e vinagres e outros derivados de uva; produtos alimentícios; máquinas e equipamentos industriais e comerciais; ferro, aço e suas obras; utensílios para o lar, material de escritório e papelaria; equipamentos de informática e eletro-eletrônicos; suprimentos para informática; madeiras e seus derivados; móveis; mármores, granitos e outras pedras ornamentais e outros minerais, assessoria comercial e de marketing, nos termos das Ata de Deliberação, de 14 de julho de 2022.

Art. 2º Ficam ainda estabelecidas as seguintes obrigações:

I - a DSWT - COMÉRCIO INTERNACIONAL, UNIPESSOAL LDA., é obrigada a ter permanentemente um representante legal no Brasil, com plenos e ilimitados poderes para tratar quaisquer questões e resolvê-las definitivamente, podendo ser demandado e receber citação inicial pela sociedade;

II - todos os atos que praticar no Brasil ficarão sujeitos às leis e aos tribunais brasileiros, sem que, em tempo algum, possa a empresa reclamar qualquer exceção fundada em seus Estatutos;

III - a sociedade não poderá realizar no Brasil atividades constantes de seus Estatutos vedadas às sociedades estrangeiras e somente poderá exercer as que dependam de aprovação prévia de órgão governamental, sob as condições autorizadas;

IV - dependerá de aprovação do Governo brasileiro qualquer alteração nos Estatutos da empresa, que implique mudança de condições e regras estabelecidas na presente autorização;

V - publicado o ato de autorização, fica a empresa obrigada a providenciar o arquivamento, na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar, das folhas do Diário Oficial da União e dos documentos que instruíram o requerimento desta autorização;

VI - ao encerramento de cada exercício social, deverá apresentar à Junta Comercial da unidade federativa onde estiver localizada, para anotação nos registros, folha do Diário Oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o caso, e de jornal de grande circulação, contendo as publicações obrigatórias por força do art. 1.140 do Código Civil; e

VII - a infração de qualquer das obrigações, para a qual não esteja cominada pena especial, será punida, considerando-se a gravidade da falta, com cassação da autorização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMANDA MESQUITA SOUTO

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.098, DE 22 DE JULHO DE 2022

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.984, de 27 de outubro de 2020, que dispõe sobre a habilitação de declarantes de mercadorias para atuarem no comércio exterior e de pessoas físicas responsáveis pela prática de atos nos sistemas de comércio exterior em seu nome, bem como sobre o credenciamento de seus representantes para a prática de atividades relacionadas ao despacho aduaneiro de mercadorias e dos demais usuários dos sistemas de comércio exterior que atuam em seu nome.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, no inciso II do § 7º do art. 46 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no § 2º do art. 809 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 - Regulamento Aduaneiro, e na Portaria MF nº 350, de 16 de outubro de 2002, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.984, de 27 de outubro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 25. .....

.....

§ 1º O arquivamento a que se refere o caput será cientificado ao declarante de mercadorias mediante despacho motivado no respectivo dossiê digital de atendimento.

§ 1º-A. O declarante poderá, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contado da ciência do despacho a que se refere o § 1º, sanear a instrução do requerimento, o qual será arquivado na ausência de manifestação.

§ 1º-B. Depois do prazo a que se refere o § 1º-A, caso seja identificado que o requerimento foi apenas parcialmente saneado pelo declarante, deverão ser repetidos, uma única vez, os procedimentos previstos nos §§ 1º e 1º-A.

§ 1º-C. Após os procedimentos previstos no § 1º-B, caso o requerimento não tenha sido integralmente saneado, o processo será arquivado.

....." (NR)

"Art.31. .....

.....

Parágrafo único. A análise documental e o reenquadramento previstos neste artigo poderão ser efetuados pelo Analista Tributário da Receita Federal do Brasil, sob supervisão do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, observados o disposto nos arts. 30 a 32 e a competência prevista no art. 20 em matéria decisória." (NR)

"Art.32. .....

.....

§ 1º O arquivamento a que se refere o caput será cientificado ao declarante de mercadorias mediante despacho motivado no respectivo dossiê digital de atendimento.

§ 1º-A. O declarante poderá, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contado da ciência do despacho a que se refere o § 1º, sanear a instrução do requerimento, o qual será arquivado na ausência de manifestação.

§ 1º-B. Depois do prazo a que se refere o § 1º-A, caso seja identificado que o requerimento foi apenas parcialmente saneado pelo declarante, deverão ser repetidos, uma única vez, os procedimentos previstos nos §§ 1º e 1º-A.

§ 1º-C. Após os procedimentos previstos no § 1º-B, caso o requerimento não tenha sido integralmente saneado, o processo será arquivado.

....." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de agosto de 2022.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR/MG Nº 60, DE 21 DE JULHO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, coabilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911 de 11/10/2019.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADA NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n°. 13031.165647/2022-84, declara:

Art. 1° .COABILITADA a pessoa jurídica SISNERGY SOLUCOES E SISTEMAS INTEGRADOS LTDA inscrita no CNPJ n° 21.471.093/0001-02, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019

A coabilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria nº 595/GM/MME, de 04/01/2022 2022 - DOU 06/01/2022 e seus anexos, que aprovou o projeto de implantação e exploração da Central Geradora Eólica EOL Ventos de Santa Luzia 12, no Município de Boninal/BA - CEG: EOL.CV.BA.051586-8.01, para a Ventos de São Guilherme Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 42.495.350/0001-16, habilitada pelo ADE-DRF/FOR nº 44/2022 de 18/04/2022-DOU de 25/04/2022 , com fundamento nas disposições do Decreto 6.144/2007.

NOME DA PESSOA JURIDICA	SISNERGY SOLUCOES E SISTEMAS INTEGRADOS LTDA
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	21.471.093/0001-02
NOME DO PROJETO	Central Geradora Eólica EOL Ventos de Santa Luzia 12,
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria nº 595/GM/MME, de 04/01/2022 2022 - DOU 06/01/2022
N° ADE DE HABILTAÇÃO DO PROJETO	ADE ADE DRF/FOR nº 44/2022 de 18/04/2022-DOU de 25/04/2022
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO DA OBRA PORTARIA MME	De 01/01/2023 a 01/01/2024

Art. 2º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.11, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR/MG Nº 61, DE 21 DE JULHO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, coabilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911 de 11/10/2019.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADA NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n°. 13031.207860/2022-71, declara:

Art. 1° .COABILITADA a pessoa jurídica SISNERGY SOLUCOES E SISTEMAS INTEGRADOS LTDA inscrita no CNPJ n° 21.471.093/0001-02, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019

A coabilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria nº 1.020/SPE/MME, de 15/10/2021-DOU de 18/10/2021 e seus anexos, que aprovou o projeto de instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.088 de 25/05/2021, de acordo com o Contrato de Concessão n°30/2018 da ANEEL. O Contrato de Concessão n°30/2018 da ANEEL regula a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no Anexo 6-19 do Edital do LEILÃO nº 02/2018-ANEEL para a ENERGISA PARA TRANSMISSORA DE ENERGIA II SA, CNPJ 28.201.009/0001-80, habilitada pelo ADE DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 08, de 11/05/2022-DOU 13/05/2022 com fundamento nas disposições do Decreto 6.144/2007.

NOME DA PESSOA JURIDICA	SISNERGY SOLUCOES E SISTEMAS INTEGRADOS LTDA
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	21.471.093/0001-02
NOME DO PROJETO	Projeto de instalação de transmissão de energia elétrica conforme determinação do ONS (Operador Nacional do Sistema), nos termos do Termos de Compromisso - POTEE 2020, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.088 de 25/05/2021, de acordo com o Contrato de Concessão n°30/2018 da ANEEL.
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria nº 1.020/SPE/MME, de 15/10/2021-DOU de 18/10/2021
N° ADE DE HABILTAÇÃO DO PROJETO	ADE DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 08, de 11/05/2022-DOU 13/05/2022
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO DA OBRA PORTARIA MME	De 08/06/2021 a 08/06/2023.

Art. 2º A presente coaabilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.11, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR/MG N° 62, DE 22 DE JULHO 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, Habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911, de 11/10/2019.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADA NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n° 13031.153296/2022-69, declara:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica JUA ENERGIA S A inscrita no CNPJ n° 14.582.568/0001-72 para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A Habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria nº 1.295/SPE/MME, de 12/04/2022-DOU de 13/04/2022 e seus anexos, que aprovou projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Hidrelétrica Juá - CEG: CGH.PH.MG.046523-2.02, objeto da Licença Ambiental Simplificada nº 5.734, de 23/12/ 2020, e da Nota Técnica nº 236/2022-SCG/ANEEL de 30/03/2022, de titularidade da Interessada.

NOME DA PESSOA JURIDICA	JUA ENERGIA S A
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	14.582.568/0001-72
NOME DO PROJETO	Central Geradora Hidrelétrica Juá
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria nº 1.295/SPE/MME, de 12/04/2022-DOU de 13/04/2022
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO DA OBRA PORTARIA MME	De 07/03/2022 a 29/09/2023

Art. 2º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/NIT Nº 13, DE 22 DE JULHO DE 2022

Declara a concessão de habilitação para a empresa exercer procedimentos simplificados para o despacho aduaneiro de exportação de petróleo bruto.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 6º da Portaria nº 231 da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal (SRRF07), de 05 de abril de 2016 e no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III, § 1º, do art. 299 e inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27 de julho de 2020, em deferimento ao processo administrativo nº 13113.216875/2022-10 e tendo em vista o disposto nos artigos 2º e 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013, declara:

Art. 1º - Habilitada a empresa Petroleo Brasileiro SA - Petrobras, situada à Avenida República do Chile nº 65, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031-912, inscrita no CNPJ sob nº 33.000.167/0001-01, a utilizar os Procedimentos Simplificados de Exportação de petróleo bruto, produzido em seus estabelecimentos exportadores e unidades de produção abaixo discriminados, conforme IN/RFB 1.381/2013, única e exclusivamente na modalidade de embarque prevista em seu artigo 7º, inciso I.

§1º Os estabelecimentos em terra (filiais) também habilitados a utilizar os referidos procedimentos, além do estabelecimento matriz, são:

a) no CNPJ nº 33.000.167/0183-10, Av. Elias Agostinho nº 665, Parte, Imbetiba, Macaé (RJ)

b) no CNPJ nº 33.000.167/0353-20, Consorciada - Petrobras Sépia Unitizado (JU), Rua Francisco de Souza e Melo nº 1590, bairro Cordovil, Rio de Janeiro (RJ)

c) no CNPJ nº 33.000.167/0088-62, Rodovia Washington Luis, BR 040, S/N, KM 113,7, Campos Elí- seos, Duque de Caxias (RJ)

§2º As exportações serão realizadas a partir da seguinte unidade de produção no mar:

Unidade flutuante: FPSO CARIOCA

CNPJ: 33.000.167/0353-20

Campo/Bacia: Campo de Sépia / Bacia de Santos (RJ)

Localização Geográfica: Latitude: 22° 13' 37,355" S Longitude: 42° 34' 12,909" W

Art. 2º - Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar o referido procedimento simplificado tem caráter precário, podendo ser suspensa ou cancelada, consoante o disposto no artigo 4º, Parágrafo Único da IN RFB nº 1.381/2013.

Art. 3º - Os procedimentos simplificados para os embarques e despachos aduaneiros de exportação de petróleo deverão ser processados conforme o disposto nos artigos 5º a 9º da IN RFB nº 1.381/2013.

Art. 4° - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE CORREA LISBOA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
EQUIPE DE GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DO DIREITO CREDITÓRIO 4

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 79, DE 22 DE JULHO DE 2020

Concede habilitação ao Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, nos arts. 541 a 547 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2009, e o que consta do dossiê nº 10906.006077/2022-67, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, de que trata o art. 40 da Lei nº 10.865/2004, a empresa INDUSTRIA E COMERCIO DE COUROS INTERNACIONAL LTDA, CNPJ nº 07.143.575/0001-02, e todos os seus estabelecimentos, observado o disposto no § 2º do art. 541 e no art. 550 da IN RFB nº 1.911/2019 e nos §§ 2º e 9º do art. 40 da Lei nº 10.865/2004.

Art. 2º A fruição está condicionada ao compromisso de auferir receita decorrente de exportação para o exterior em percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) de sua receita total de venda de bens e serviços, durante o período de 3 (três) anos-calendário subsequentes ao início da utilização dos bens adquiridos no regime, conforme Termo de Compromisso apresentado pela beneficiária, fundado na legislação citada.

Art. 3º A aplicação do regime será extinta na ocorrência de alguma das hipóteses elencadas no art. 548 da IN RFB nº 1.911/2019.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
SEÇÃO DE CONTROLE DE INTERVENIENTES, CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/CTA Nº 36, DE 22 DE JULHO DE 2022

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE DE INTERVENIENTES, CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA - SACIT/ALF/CURITIBA, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 e pelos poderes delegados pela Portaria ALF/CTA n° 3, de 12 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros as seguintes pessoas físicas:

-DINILSON JOSE DEBIASI, CPF nº 893.530.219-87, Processo nº 10906.212563/2022-12.

-PAMELA VARELA DE SANTANA, CPF nº 105.224.569-28, Processo nº 10906.287734/2022-67.

Art. 2º Os Ajudantes de Despachantes Aduaneiros supramencionados deverão incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros. O número de registro do Ajudante de Despachante Aduaneiro corresponderá ao mesmo número do seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) na RFB, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RAPHAEL SCHEFFER CONTIN

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

DESPACHO DE 22 DE JULHO DE 2022

Processo nº 17944.104360/2021-65
Interessado: Município de Camboriú - SC
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia relativos a operação de crédito interna, a ser celebrada entre Município de Camboriú e a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) com recursos destinados a financiar investimentos de infraestrutura e saneamento urbano.
Despacho: Aprovo o Parecer SEI nº 10006/2022/ME, de 29 de junho de 2022, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 6º do art. 2º da Portaria MF nº 5.194, de 8 de junho de 2022, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 22 DE JULHO DE 2022

Processo nº 17944.104224/2021-75
Interessado: Município de Maquiné, RS.
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia à operação de crédito interna, a ser celebrada entre o Município de Maquiné, RS e a Caixa Econômica Federal, no valor de R$3.600.000,00 (três milhões, seiscentos mil reais), destinados a pavimentação de ruas e avenidas, iluminação ciclovia e perímetro urbano da ERS 484, obras de implantação de sistemas de abastecimento público de água nas comunidades, aquisição de hidrômetros, aquisição de máquinas, equipamentos e veículos, no âmbito do Programa FINISA - Financiamento para Infraestrutura e Saneamento.
Despacho: Aprovo o Parecer SEI Nº 10173/2022/ME, de 01/07/2022 , da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto no parágrafo 6º do art.2º da Portaria ME nº 5.194, de 8 de junho de 2022, em vigor a partir de 1º de julho de 2022, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

Revogue-se o Despacho SETO de 15.07.2022.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/ICMS N° 61, DE 22 DE JULHO DE 2022

Divulga a base de cálculo do ICMS para as operações com Gasolina Automotiva Comum - GAC, Gasolina Automotiva Premium - GAP, Gás Liquefeito de Petróleo GLP/P13 e GLP.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 192, 11 de março de 2022, bem como na cláusula segunda do Convênio ICMS nº 82, 30 de junho de 2022,

CONSIDERANDO a decisão judicial prolatada em caráter cautelar no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7164 pelo Min. André Mendonça, e

CONSIDERANDO os valores da média móvel dos preços médios praticados ao consumidor final nos 60 (sessenta) meses anteriores a sua fixação, recebidos das administrações tributárias das unidades federadas, registrados no processo 12004.100620/2022-19, torna público:

Art. 1º Fica divulgada, na forma do Anexo Único deste ato, a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, a ser adotada pelas unidades federadas a partir de 1º de agosto de 2022, nas operações com Gasolina Automotiva Comum - GAC, Gasolina Automotiva Premium - GAP, Gás Liquefeito de Petróleo - GLP/P13 e GLP, conforme determina a cláusula segunda do Convênio ICMS nº 82, 30 de junho de 2022.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ANEXO ÚNICO

ITEM	UF	GAC (R$/ litro)	GAP (R$/ litro)	GLP (P13) (R$/kg)	GLP (R$/kg)
1	AC	*5,3825	*5,3825	*6,9063	*6,9063
2	AL	*4,9620	*4,9620	-	*5,6074
3	AM	*4,8180	*4,8180	-	*6,2330
4	AP	*4,3222	*4,3222	*6,7476	*6,7476
5	BA	*4,9872	*4,9872	*5,4125	*5,4125
6	CE	*4,9712	*4,9712	5,8500	5,8500
7	DF	*4,9000	*4,9000	*5,9370	*5,9370
8	ES	*4,8805	*4,8805	5,5149	5,5149
9	GO	*5,0587	*5,0587	*6,1904	*6,1904
10	MA	*4,7209	*4,7209	*5,9796	*5,9796
11	MG	*5,0802	*5,0802	*6,0194	*6,0194
12	MS	*4,7554	*4,7554	5,6770	5,6770
13	MT	*4,8970	*4,8970	*7,8343	*7,8343
14	PA	4,9120	4,9120	*6,4007	*6,4007
15	PB	*4,6905	*4,6905	-	*5,8541
16	PE	*4,8086	*4,8086	*5,4836	*5,4836
17	PI	*5,0242	*5,0242	*6,0452	*6,0452
18	PR	*4,6752	*4,6752	*5,6000	*5,6000
19	RJ	*5,3637	*5,7931	-	*5,4492
20	RN	*5,0231	*5,0231	*5,9481	*5,9481
21	RO	*4,9550	*4,9550	-	*6,8280
22	RR	4,5741	4,5741	6,8837	6,8837
23	RS	*4,9640	*6,9766	*5,8821	*5,8821
24	SC	*4,6362	*6,2990	*6,1405	*6,1405
25	SE	4,8279	4,8279	5,9029	5,9029
26	SP	*4,6133	*4,6133	*5,8466	*5,8466
27	TO	5,0167	5,0167	6,7438	6,7438

* valores alterados.

ATO COTEPE/ICMS Nº 62, DE 22 DE JULHO DE 2022

Divulga a base de cálculo do ICMS, para fins de substituição tributária, nas operações com Diesel S10 e Óleo Diesel.

O Diretor da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 192, 11 de março de 2022, bem como na cláusula segunda do Convênio ICMS nº 81, 28 de junho de 2022,

CONSIDERANDO a decisão judicial prolatada em caráter cautelar no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7164 pelo Min. André Mendonça, e

CONSIDERANDO os valores da média móvel dos preços médios praticados ao consumidor final nos 60 (sessenta) meses anteriores a sua fixação, recebidos das administrações tributárias das unidades federadas, registrados no processo 12004.100589/2022-16, torna público:

Art. 1º Fica divulgada, na forma do Anexo Único deste ato, a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, a ser adotada pelas unidades federadas a partir de 1º de agosto de 2022, para fins de substituição tributária, nas operações com Diesel S10 e Óleo Diesel conforme determina o art. 7º da Lei Complementar nº 192, 11 de março de 2022, e a cláusula segunda do Convênio ICMS nº 81, 28 de junho de 2022.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ANEXO ÚNICO

ITEM	UF	DIESEL S10 (R$/ litro)	ÓLEO DIESEL (R$/ litro)
1	AC	*4,8600	*5,0051
2	AL	*4,1771	*4,1108
3	AM	*4,1186	*4,0084
4	AP	*4,5979	*4,2715
5	BA	*4,0752	*3,9810
6	CE	*4,1756	*4,1649
7	DF	*4,2030	*4,0840
8	ES	3,9056	3,7969
9	GO	*4,1317	*4,0347
10	MA	*4,0339	*3,9567
11	MG	*4,1031	*4,0089
12	MS	*4,1574	*4,0357
13	MT	*4,3549	*4,2669
14	PA	*4,2841	*4,2736
15	PB	*4,0017	*3,9196
16	PE	*3,9228	*4,0677
17	PI	*4,1545	*4,0893
18	PR	*3,8360	*3,7497
19	RJ	*4,1727	*4,0551
20	RN	*4,2422	*4,0664
21	RO	*4,2720	*4,2020
22	RR	4,0903	4,0372
23	RS	*3,9677	*3,8763
24	SC	*3,9371	*3,8571
25	SE	4,0543	3,9626
26	SP	*3,9902	*3,8692
27	TO	3,9444	3,9075

* valores alterados.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA SOF/ME Nº 6.540, DE 22 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 42, caput, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, e

Considerando a necessidade de adequação da disponibilidade orçamentária no âmbito da Administração Direta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mediante o remanejamento entre as fontes 48 - Operações de Crédito Externas - em Moeda e 76 - Outras Contribuições Sociais, de forma a permitir a execução de despesas com a celebração de instrumentos junto ao Instituto Nacional do Semiárido - INSA e à Embrapa Alimentos e Territórios, relativos ao Projeto Dom Helder Câmara II;

Considerando a necessidade de ajustar os recursos da fonte 48, no âmbito do Acordo de Empréstimo para implementação do Projeto FIP-CAR, e a possibilidade de utilização da fonte 29 - Recursos de Concessões e Permissões para viabilizar o fomento à prática de atividades florestais sustentáveis, incluindo a criação, gestão de programas de treinamento, capacitação, pesquisa e assistência técnica, com a promoção de ações voltadas ao desenvolvimento florestal, à recuperação de áreas degradadas, a desmatamentos e conservação dos recursos naturais, no Serviço Florestal Brasileiro - SFB;

Considerando que a fonte 70 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica, que ora financia a ação "20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação", a cargo da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, teve sua arrecadação impactada pela alteração do § 6º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e a possibilidade de utilização da fonte 00 - Recursos Primários de Livre Aplicação na execução da referida ação; e

Considerando o baixo fluxo de arrecadação atualmente observado para a fonte 50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação, que ora financia a ação "2843 - Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros" na Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, e a viabilidade de uso da fonte 00 para garantir sua execução, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no que concerne aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e do Desenvolvimento Regional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARIOSTO ANTUNES CULAU

ANEXO I

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	1031	Agropecuária Sustentável							5.000.000
		Atividades							
20 608	1031 210V	Estruturação e Inclusão Produtiva dos Agricultores Familiares e dos Pequenos e Médios Produtores Rurais							2.500.000
20 608	1031 210V 0001	Estruturação e Inclusão Produtiva dos Agricultores Familiares e dos Pequenos e Médios Produtores Rurais - Nacional							2.500.000
			F	3	2	30	0	148	1.000.000
			F	3	2	90	0	148	1.500.000
20 606	1031 21B6	Assistência Técnica e Extensão Rural							2.500.000
20 606	1031 21B6 0001	Assistência Técnica e Extensão Rural - Nacional							2.500.000
			F	3	2	90	0	176	2.500.000
TOTAL - FISCAL									5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.000.000

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22106 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais							1.560.000
		Atividades							
18 573	1041 20WB	Pesquisa e Informações Florestais							1.560.000
18 573	1041 20WB 0001	Pesquisa e Informações Florestais - Nacional							1.560.000
			F	3	2	90	0	129	1.560.000
TOTAL - FISCAL									1.560.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.560.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	2217	Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano							715.000
		Atividades							
04 127	2217 20WQ	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação							715.000
04 127	2217 20WQ 0050	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação - Na Região Centro-Oeste							715.000
			F	3	2	90	0	100	715.000
TOTAL - FISCAL									715.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									715.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

UNIDADE: 53209 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							24.235.013
		Atividades							
15 453	0032 2843	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros							24.235.013
15 453	0032 2843 0001	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros - Nacional							24.235.013
			F	3	2	90	0	100	11.235.013
			F	4	2	90	0	100	13.000.000
TOTAL - FISCAL									24.235.013
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.235.013

ANEXO II

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	1031	Agropecuária Sustentável							5.000.000
		Atividades							
20 608	1031 210V	Estruturação e Inclusão Produtiva dos Agricultores Familiares e dos Pequenos e Médios Produtores Rurais							2.500.000
20 608	1031 210V 0001	Estruturação e Inclusão Produtiva dos Agricultores Familiares e dos Pequenos e Médios Produtores Rurais - Nacional							2.500.000
			F	3	2	30	0	176	1.000.000
			F	3	2	90	0	176	1.500.000
20 606	1031 21B6	Assistência Técnica e Extensão Rural							2.500.000
20 606	1031 21B6 0001	Assistência Técnica e Extensão Rural - Nacional							2.500.000
			F	3	2	90	0	148	2.500.000
TOTAL - FISCAL									5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.000.000

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22106 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais							1.560.000
		Atividades							
18 573	1041 20WB	Pesquisa e Informações Florestais							1.560.000
18 573	1041 20WB 0001	Pesquisa e Informações Florestais - Nacional							1.560.000
			F	3	2	90	0	148	1.560.000
TOTAL - FISCAL									1.560.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.560.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	2217	Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano							715.000
		Atividades							
04 127	2217 20WQ	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação							715.000
04 127	2217 20WQ 0050	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação - Na Região Centro-Oeste							715.000
			F	3	2	90	0	170	715.000
TOTAL - FISCAL									715.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									715.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

UNIDADE: 53209 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							24.235.013
		Atividades							
15 453	0032 2843	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros							24.235.013
15 453	0032 2843 0001	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros - Nacional							24.235.013
			F	3	2	90	0	150	11.235.013
			F	4	2	90	0	150	13.000.000
TOTAL - FISCAL									24.235.013
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.235.013

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA POR MEIO DO APLICATIVO TEAMS EM 13 DE JUNHO DE 2022

Aos 13 dias do mês de junho do ano de 2022, às 15 horas, por meio do aplicativo Teams, realizou-se a a reunião Extraordinária do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do estado do Rio Grande do Sul, sob a Presidência da Conselheira Sarah Tarsila Araújo Andreozzi, registrando a presença do Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira (Representante do TCU), do Conselheiro Paolo Mazzoncini Martinez (Representante do Estado), da Conselheira Sarah Tarsila Araújo Andreozzi (Representante do ME), do conselheiro substituto Guilherme Laux, da conselheira substituta Taís Vieira Bonatto, do Procurador do Estado Thiago Josué Ben, e da equipe de assessoria técnica: Luiza Basílio Lage, Diogo Pires Geraldini, Daniella Correa Eschiletti, Sheila Lelia Medeiros, Ricardo Kalil Moraes, Polliana Gonçalves Rodrigues e Iolanda Pereira Lima.

Durante a Reunião, foram tomadas as seguintes decisões:

1. As reuniões ordinárias do Conselho no segundo semestre de 2022 ocorrerão nos dias 28/07, 25/08, 29/09, 27/10, 24/11, 22/12, preferencialmente às 14h, podendo ser alterado o horário.

2. A respeito das operações no SISRRF, foi informado pelo conselheiro Paolo já terem sido oficiados os Poderes, que dispõem de prazo até 24/06 para indicação.

3. O Estado do RS irá propor nova redação para a minuta de Resolução do CSRRF-RS, especialmente quanto à caracterização das violações ao art. 8º.

4. Acerca da indicação dos servidores do Estado para composição do Conselho, o conselheiro do Estado indicou que até o final do corrente mês terá a definição de 2 servidores.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Sarah Tarsila Araújo Andreozzi encerrou a reunião às 16h20min, do que lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, vai por todos assinada eletronicamente.

EXTRATO DE ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA POR MEIO DO APLICATIVO TEAMS EM 14 DE JULHO DE 2022

Aos 14 dias do mês de julho do ano de 2022, às 14 horas e 32 minutos, por meio do aplicativo Teams, realizou-se a a reunião Ordinária do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do estado do Rio Grande do Sul, sob a Presidência da Conselheira Sarah Tarsila Araújo Andreozzi representante do Ministério da Economia, registrando-se a presença do Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira, representante do Tribunal de Contas da União, do Conselheiro Paolo Mazzoncini Martinez, representante do Estado do Rio Grande do Sul, e da equipe de assessoria técnica: Luíza Basilio Lage, Daniella Correa Eschiletti, Eduardo Voltan Cominato e Carini de Oliveira.

O Conselho deliberou acerca dos seguintes processos: 19953.100599/2022-63, 19953.100595/2022-85 e 19953.100594/2022-31.

1) PROCESSO 19953.100599/2022-63:

O processo trata de proposta de Resolução nº 1 do CSRRF-RS que especifica as violações às vedações previstas nos incisos do artigo 8º da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Rio Grande do Sul concluiu pela aprovação da Resolução nº 1 do CSRRF-RS, conforme texto constante do processo SEI nº 19953.100599/2022-63, que deverá ser publicado no Boletim de Serviços do SEI, no sítio eletrônico do Conselho e no Diário Oficial da União, para a adequada publicidade do ato.

2) PROCESSO 19953.100595/2022-85:

O processo trata de deliberação sobre a informação pelo Estado sobre a efetiva execução de atos discriminados devidamente ressalvados no Plano de Recuperação.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Rio Grande do Sul concluiu pelo envio de ofício ao Estado solicitando a projeção financeira para todos os anos da vigência do plano.

3) PROCESSO 19953.100594/2022-31:

O processo trata de deliberação sobre solicitação de remanejamento de R$ 22.596.600,00 relativamente ao exercício de 2022 e de R$ 11.298.300,00 relativamente ao exercício de 2023 do limite das ressalvas estabelecidas no inciso XI do art. 8º da LC nº

159/2017 para o inciso VI do art. 8º da LC nº 159/2017 do Poder Executivo constante da Tabela 2 do Anexo IV.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Rio Grande do Sul concluiu pelo envio de ofício ao Rio Grande do Sul para "informar ao estado do Rio Grande do Sul de que seria possível proceder a uma solicitação de compensação financeira mediante a aprovação prévia do CSRRF-RS, utilizando como fonte de recursos os saldos existentes no inciso XI do Poder Executivo da Tabela de Ressalvas às vedações do art. 8º da LC nº 159/2017, na medida em que há saldos suficientes para a implementação da Bolsa de Formação de Gestores Escolares da Secretaria Estadual de Educação, independente da impossibilidade atual de remanejamento de saldos entre incisos no anexo de ressalvas."

Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Sarah Tarsila Araújo Andreozzi encerrou a reunião às 15 horas e 33 minutos.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

PORTARIA CVM/PTE/Nº 113, DE 22 DE JULHO DE 2022

Prorroga o término do período de vacância para a entrada em vigor da Portaria CVM/PTE/nº 102, de 14 de julho de 2022, e altera os Anexos da Portaria CVM/PTE/nº 101, de 14 de julho de 2022, e da Portaria CVM/PTE/nº 103, de 14 de julho de 2022.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno aprovado pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado, para 3 de outubro de 2022, o término do período de vacância para a entrada em vigor da Portaria CVM/PTE/nº 102, de 14 de julho de 2022.

Art. 2º O art. 3º do Anexo da Portaria CVM/PTE/nº 101, de 14 de julho de 2022, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 3º .....

.....

III - houver indisponibilidade do editor de textos cujo prolongamento possa causar dano à eficiência do processo;

IV - tratar-se de documento produzido no âmbito do Colegiado; ou

V - existir previsão de exceção em regulamentação específica.

Parágrafo único. No caso da exceção prevista no inciso III do caput, os atos processuais podem ser praticados e assinados segundo as regras aplicáveis aos processos físicos, podendo receber numeração manual sequencial provisória, e, quando do retorno da disponibilidade do sistema, devem ser imediatamente digitalizados, capturados para o sistema e arquivados, devendo o servidor ou autoridade competente apontar a exceção utilizada." (NR)

Art. 3º O art. 51 do Anexo da Portaria CVM/PTE/nº 103, de 14 de julho de 2022, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 51. .....

.....

§ 3º Ressalvado o caso dos processos sancionadores, até a disponibilização de meios que permitam tarjar documentos e outros arquivos inseridos no processo eletrônico por meio do SEI, caberá ao componente organizacional que deliberou o acesso parcial apor as tarjas." (NR)

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor no dia 1º de agosto de 2022.

JOÃO PEDRO NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 19.998, DE 22 DE JULHO DE 2022

O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a LASS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 23.455.855, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 292, DE 20 DE JULHO DE 2022

Altera o Regimento Interno do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo artigo 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso VI, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, 1º do Decreto de 29 de julho de 1998, e 105, inciso VI, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC, e delegada pelo artigo 3º, parágrafo único, do Decreto nº 2.488, de 2 de fevereiro de 1998, e pela Cláusula Sétima, inciso III, alínea "b", do Contrato de Desempenho nº 3/2021/SEPEC/ME, firmado entre a União, por intermédio do Ministério da Economia - ME e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro;

Considerando a necessidade de revisão do Regimento Interno desta Autarquia;

Considerando que as alterações não implicam aumento de despesa;

Considerando não haver afronta ao preconizado na Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016;

Considerando que a autoridade máxima do órgão ou da entidade poderá, dentro do respectivo quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança, alocar e permutar cargos em comissão e funções de confiança, nos moldes do Decreto nº 9.739 de 28 de março de 2019;

Considerando a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

Considerando o disposto na Portaria nº 228, de 30 de maio de 2022, publicada no DOU de 31 de maio de 2022, Edição nº 102, Seção nº 1 e

Considerando o que consta no processo SEI nº 0052600.003767/2022-49, resolve:

Art. 1º O artigo 2º do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

"2. Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Cored

2.1 Divisão de Gestão Administrativa da Coordenação-Geralda RBMLQ-I - Digea

2.2 Divisão de Gestão Técnica da RBMLQ-I - Diget

2.3 Núcleo de Inteligência - Ninte

2.4 Setor de Gestão Corporativa - Segec

2.5 Serviço de Acompanhamento das Atividades Delegadas - Seaco"

Art. 2º O artigo 9º do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

"III - apoiar o Presidente na coordenação das atividades das Superintendências do INMETRO;

IV - coordenar, em conjunto com a Diretoria de Administração e Finanças e com a Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional, as ações de repasses orçamentários e financeiros à RBMLQ-I;

V - coordenar a elaboração dos planos anuais de investimento para a RBMLQ-I;

VI - coordenar ações de identificação e priorização de necessidades, bem como de implementação do desenvolvimento e capacitação da força de trabalho dos órgãos da RBMLQI;

VII - propor, desenvolver e implementar projetos de modernização e uniformização da execução das atividades delegadas pelo INMETRO;

VIII - coordenar a aquisição e a distribuição do material necessário para a execução das atividades delegadas aos órgãos integrantes da RBMLQ-I (NR)"

Art. 3º O artigo 10 do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

"I - assessorar a Cored na gestão administrativa da RBMLQ-I;

II - gerenciar, em conjunto com Dplan e Diraf, a pactuação e execução dos planos de aplicação e investimentos da RBMLQ-I; e

III - assessorar a Cored nas ações de repasses orçamentários e financeiros à RBMLQ-I. (NR)"

Art. 4º Acrescentar os artigos 10-A, 10-B, 10-C e 10-D ao Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10-A. À Divisão de Gestão Técnica da RBMLQ-I - Diget, compete:

I - assessorar a Cored na gestão técnica da RBMLQ-I;

II - gerenciar, em conjunto com Dimel e Dconf, a pactuação e a execução dos planos de trabalho da RBMLQ-I;

III - gerenciar a aquisição e a distribuição dos padrões de trabalho e materiais metrológicos;

IV - coordenar ações de identificação e priorização de necessidades de capacitação da força de trabalho da RBMLQ-I em conjunto com Dimel e Dconf e em colaboração com Cicma.

Art. 10-B. Ao Núcleo de Inteligência - Ninte, compete:

I - assessorar a Cored por meio da coleta, tratamento, análise e compartilhamento de dados;

II - gerenciar a elaboração de estudos e projetos visando ao aprimoramento das atividades da Cored e da RBMLQ-I; e

Art. 10-C. Ao Setor de Gestão Corporativa - Segec - compete:

I - coordenar o Sistema de Gestão da Qualidade da Cored;

II - promover a implementação e manutenção da Gestão de Riscos e Controle Interno;

III- assessorar a Cored no processo de formulação e monitoramento do seu planejamento tático e na gestão operacional.

Art. 10-D. Ao Serviço de Acompanhamento das Atividades Delegadas - Seaco, compete:

I - dar suporte a definição e a elaboração dos termos dos instrumentos jurídicos necessários para a delegação e execução das atividades;

II- dar suporte à coordenação dos ciclos de relacionamento entre Inmetro e RBMLQ-I;

III- acompanhar as atividades de supervisão e coordenação dos convênios com os órgãos delegados; e

IV - orientar as atividades dos servidores da Cored lotados nos escritórios de representação do Inmetro nos Estados. (NR)"

Art. 5º Alterar o Regimento Interno do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e tecnologia - INMETRO, constante do anexo I da Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, promovendo, as modificações, conforme exposto abaixo:

ANEXO I da Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017 (ATUAL)
(Alterada pelo Decreto nº 9.526, de 15 de outubro de 2018)

UNIDADE	CARGO- FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO CARGO	DAS/FG/FCPE
COORDENAÇÃO-GERAL DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2

ANEXO I da Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017 (MODIFICADO)
(Alterada pelo Decreto nº 9.526, de 15 de outubro de 2018)

UNIDADE	CARGO- FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO CARGO	DAS/FG/FCE
COORDENAÇÃO-GERAL DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE	1	Coordenador-Geral	FCE 1 13
	1	Assistente	FCE 2 04
Divisão	2	Chefe	FCE 1 07
Divisão	1	Chefe	FCE 1 05
Divisão	1	Chefe	FCE 1 02
Divisão	1	Chefe	FCE 1 01

"(NR)

Art 6º Publicar esta Portaria no Diário Oficial da União, observando que o início da produção de seus efeitos se dará em 1º de agosto de 2022, e a permuta dos cargos no sistema informatizado do SIORG deverá ser realizada até o dia 31 de julho.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLVIEIRA JUNIOR
Presidente do Instituto

RETIFICAÇÃO

No Anexo Único da Portaria Inmetro nº 159, de 09 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2021, Edição: 67 Seção: 1 Página: 72,

Onde se lê:

"1. Códigos de NCM aptas à anuência do Inmetro por meio do módulo LPCO no Portal Único de Comércio Exterior

1.1 40112010
1.240112090
1.3 84143011
1.4 84143019
1.5 84143091
1.6 84143099
1.7 84238110
1.8 84501100
1.9 84501200
1.10 84501900
1.11 84502090
1.12 87087010
1.13 87087090";

Leia-se:

"1. Códigos de NCM aptas à anuência do Inmetro por meio do módulo LPCO no Portal Único de Comércio Exterior

1.1 40111000
1.2 40112010
1.3 40112090
1.4 40114000
1.5 65061000
1.6 84143011
1.7 84143019
1.8 84143091
1.9 84143099
1.10 84238110
1.11 84238190
1.12 84501100
1.13 84501200
1.14 84501900
1.15 84502090

1.16 84521000
1.17 85101000
1.18 85102000
1.19 85103000
1.20 85163100
1.21 85163200
1.22 85164000
1.23 85395200
1.24 85414300
1.25 87087090
1.26 85167100
1.27 85167990".

RETIFICAÇÃO

No Anexo B - Lista de Autoverificação - LAV, do Anexo II da Portaria Inmetro nº 433, de 15 de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2021, páginas 36 a 45 , seção 1,

Onde se lê:

"1. REQUISITOS GERAIS

[...]

b) Carteira de trabalho ou contrato de trabalho ou documento que comprove o vínculo do responsável operacional, do montador e do auxiliar administrativo.

[...]

e) Certificados de treinamento ou registros similares do responsável operacional e do montador, evidenciando suas capacitações em cursos ou treinamentos, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas e com a descrição do conteúdo programático, podendo a carga horária ser evidenciada através do somatório de diversos cursos ou treinamentos.

e) Programa de treinamento, visando à capacitação de novos funcionários da área técnica e reciclagem da capacitação daqueles já existentes, pertinente à reforma de pneus. Este programa deve conter sua periodicidade, carga horária e conteúdo programático, e a sua realização deve ser devidamente comprovada.

f) Relação de funcionários das áreas técnica e administrativa.

g) Sistemática para registro e controle.

h) Relação de patrimônio e quantidade dos equipamentos.

i) Certificados dentro da validade e programas de calibração dos equipamentos.

j) Sistema de Gestão da Qualidade contendo procedimento de avaliação da qualidade dos materiais empregados na reforma de pneus, podendo ser uma auditoria de segunda parte, realização de ensaios (pelo próprio fornecedor ou por outra parte) ou outra forma de avaliação.";

Leia-se:

"1. REQUISITOS GERAIS

[...]

b) Carteira de trabalho ou contrato de trabalho ou documento que comprove o vínculo do responsável operacional, dos operadores do serviço de reforma e do auxiliar administrativo.

[...]

e) Certificados de treinamento ou registros similares do responsável operacional e dos operadores do serviço de reforma, evidenciando suas capacitações em cursos ou treinamentos, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas e com a descrição do conteúdo programático, podendo a carga horária ser evidenciada através do somatório de diversos cursos ou treinamentos

f) Programa de treinamento, visando à capacitação de novos funcionários da área técnica e reciclagem da capacitação daqueles já existentes, pertinente à reforma de pneus. Este programa deve conter sua periodicidade, carga horária e conteúdo programático, e a sua realização deve ser devidamente comprovada.

g) Relação de funcionários das áreas técnica e administrativa.

h) Sistemática para registro e controle.

i) Relação de patrimônio e quantidade dos equipamentos.

j) Certificados dentro da validade e programas de calibração dos equipamentos.

k) Sistema de Gestão da Qualidade contendo procedimento de avaliação da qualidade dos materiais empregados na reforma de pneus, podendo ser uma auditoria de segunda parte, realização de ensaios (pelo próprio fornecedor ou por outra parte) ou outra forma de avaliação.".

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA DIMEL Nº 203, DE 20 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de velocidade de veículos automotores, aprovado pela Portaria Inmetro nº 158/2022; e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.001439/2020-46, resolve:

Aprovar o modelo SPL-MFO2, de medidor de velocidade de veículos automotores, marca Splice, de acordo com as condições de aprovação especificadas, disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA SUSEP Nº 10, DE 19 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre os procedimentos para concessão de diárias e passagens aos servidores e empregados, no desempenho de suas funções, no âmbito da Susep, bem como, aos colaboradores eventuais.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e VIII do art. 45 do Regimento Interno de que trata a Resolução CNSP nº 428, de 12 de novembro de 2021, e com base no Decreto nº 91.800, de 18 de outubro de 1985, no Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, no Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009, no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022 e o que consta do Processo SEI nº 15414.605183/2020-11, resolve:

Art. 1º A concessão de diárias e a emissão de passagens aos servidores e empregados, no desempenho de suas funções no âmbito da Susep, bem como, aos colaboradores eventuais, devem obedecer aos procedimentos previstos nesta instrução normativa, observada a legislação em vigor.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para fins desta instrução normativa, considera-se:

I - Proposto: é a pessoa que realiza viagem a serviço no interesse da Administração Pública, podendo este ser:

a) Servidor: a pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo e/ou cargo em comissão em exercício na Susep;

b) Empregado: profissional que passa a integrar o quadro funcional da Susep, com base em Acordo de Cooperação Técnica, movimentado exclusivamente para o exercício de funções compatíveis com as atividades praticadas na sua instituição de origem; ou

c) Colaborador Eventual: qualquer outra pessoa que, sem vínculo com o serviço público federal, seja convidada a prestar colaboração, em caráter excepcional;

II - Gestor Setorial é o responsável por orientar os servidores da Autarquia no processo de concessão de diárias e passagens, na aplicação da legislação pertinente, na boa articulação entre os usuários envolvidos, na disseminação das informações e na capacitação de todos os usuários no âmbito da Susep;

III - Proposta de Concessão de Diárias e Passagens (PCDP): proposta cadastrada no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), onde constam os dados do Proposto, as informações do deslocamento, os documentos comprobatórios da demanda e os dados financeiros;

IV - Solicitante de Viagem: é o responsável pela inclusão no SCDP de todas as informações relativas ao cadastramento da solicitação, da alteração, do cancelamento, da antecipação, da prorrogação, da complementação e da prestação de contas da viagem;

V - Proponente: autoridade responsável pela aprovação da viagem no SCDP e pela aprovação da prestação de contas da viagem realizada;

VI - Ordenador de Despesas: autoridade responsável por autorizar ou rejeitar a emissão de empenho e o pagamento da despesa prevista na PCDP, em conformidade com a legislação e as aprovações superiores; e

VII - Assessor Especial: é o servidor que acompanha o dirigente máximo da Susep em seus afastamentos.

VIII - Cartão de Pagamento do Governo Federal - (CPGF) - Passagem Aérea: meio de pagamento eletrônico, operacionalizado por instituição financeira autorizada, de uso exclusivo para pagamento das despesas relativas à aquisição direta de passagens aéreas; e

IX - Credenciamento: procedimento público para habilitação das empresas de transporte aéreo, visando à aquisição direta de passagens pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

CAPÍTULO II

DO REGISTRO NO SCDP

Art. 3º A concessão de diárias e emissão de passagens será feita, obrigatoriamente, por meio do SCDP.

§ 1º As solicitações de afastamento deverão ser encaminhadas através do SCDP pelo Solicitante de Viagem, Servidor ou Empregado formalmente indicado por cada Unidade Organizacional, que preencherá os dados do Proposto e do deslocamento na Proposta de Concessão de Diárias e Passagens - PCDP.

§ 2º Cada unidade organizacional da Susep deverá informar ao Gestor Setorial, através de e-mail, o nome de dois Solicitantes de Viagens, para que sejam cadastrados e recebam o perfil necessário para atuar junto ao sistema.

§ 3º A operacionalização do SCDP poderá ser realizada por funcionários terceirizados apenas no perfil de solicitantes de viagens, sob a autorização expressa do titular da unidade solicitante.

§ 4º O procedimento previsto no §1º aplica-se mesmo nos casos de afastamento sem ônus ou com ônus limitado.

§ 5º A solicitação de viagem deverá ser realizada de forma a garantir que a reserva dos trechos ou, na impossibilidade, a emissão da passagem ocorra com antecedência mínima de quinze dias, da data prevista de partida.

§ 6º A PCDP deverá ser instruída com todas as informações e respectivos documentos que justificam a viagem.

Art. 4º As diárias e passagens serão concedidas pelo Ordenador de Despesas da Susep.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À COTAÇÃO DE PREÇOS, RESERVA DOS VOOS E AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS

Art. 5º O Gestor Setorial realizará a pesquisa de preços, a escolha da tarifa, a indicação da reserva e a solicitação de autorização para a emissão dos bilhetes de passagens, por meio do SCDP.

Parágrafo único. Quando a demanda não estiver contemplada pelo credenciamento, quando houver impedimento para emissão junto à empresa credenciada ou em casos emergenciais devidamente justificados no SCDP, a aquisição de passagens aéreas será realizada com a intermediação de agência de turismo, que realizará a pesquisa de preços, providenciará a reserva e a emissão dos bilhetes.

Art. 6º A autorização da emissão do bilhete deverá ser realizada com a maior antecedência possível, considerando o horário e o período de participação do Proposto no evento/trabalho/missão, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando a garantir condição laborativa produtiva, preferencialmente, observando os seguintes parâmetros:

I - a escolha do voo deve recair prioritariamente em percurso de menor duração, evitando-se, sempre que possível, trechos com escalas e conexões;

II - o embarque e o desembarque deverão estar compreendidos no período entre sete e vinte e uma horas, salvo em casos excepcionais, como de inexistência de voos que atendam a esses horários;

III - em viagens nacionais, deve-se priorizar o horário do desembarque que anteceda em, no mínimo, três horas o início previsto do trabalho, evento ou missão;

IV - em viagens internacionais, em que a soma dos trechos da origem até o destino ultrapasse oito horas, e que sejam realizadas no período noturno, o embarque, prioritariamente, deverá ocorrer com um dia de antecedência; e

V - a escolha da tarifa deve privilegiar o menor preço, prevalecendo, sempre que possível, a tarifa em classe econômica.

Art. 7º A competência geral para autorizar a concessão de diárias e passagens no SCDP ao Proposto é do Superintendente, que poderá delegá-la, em ato específico, a outras autoridades da Susep.

Parágrafo único. Não são delegáveis as autorizações para a concessão de diárias e passagens referentes aos afastamentos:

I - por período superior a cinco dias contínuos;

II - em quantidade superior a trinta diárias, intercalada por pessoa, no ano;

III - de mais de cinco pessoas para o mesmo evento;

IV - solicitados com antecedência inferior a quinze dias da data da partida;

V - que envolvam o pagamento de diárias nos finais de semana; e

VI - para o exterior, em qualquer caso.

Art. 8º Nos seus deslocamentos, o Proposto receberá passagens correspondentes aos trechos autorizados da respectiva viagem, sendo de sua inteira responsabilidade as alterações de percurso ou de datas e horários de deslocamento, quando não autorizados ou determinados pela Susep.

Art. 9º Existindo a necessidade de prorrogação do prazo de afastamento inicialmente estabelecido e autorizado ou alteração da rota, o Proposto deverá apresentar os esclarecimentos necessários, na PCDP, para a autorização pelas autoridades competentes para autorizar a concessão de diárias e passagens no SCDP.

Art. 10. Nos deslocamentos em caráter eventual ou transitório ocorridos no interesse da administração para localidade diversa da unidade de exercício do agente público, o participante do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) fará jus a diárias e passagens e será utilizado como ponto de referência:

I - a localidade, a partir da qual exercer as suas funções remotamente; ou

II - caso implique menor despesa para a administração pública federal, o endereço do órgão ou da entidade de exercício.

Parágrafo único. O servidor ou empregado participante do PGD na modalidade teletrabalho que residir em localidade diversa da unidade em que tem exercício não fará jus a reembolso de qualquer natureza ou a diárias e passagens referentes às despesas decorrentes do comparecimento presencial à unidade de exercício.

CAPÍTULO IV

PAGAMENTO DAS DIÁRIAS

Art. 11. As diárias serão concedidas, por dia de afastamento, e destinam-se a indenizar o Proposto por despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana.

Parágrafo único. O Servidor e o Empregado farão jus somente à metade do valor da diária, nos seguintes casos:

I - nos deslocamentos dentro do território nacional:

a) quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede do serviço;

b) no dia do retorno à sede do serviço;

c) quando a União custear, por meio diverso, as despesas de pousada; ou

d) quando a hospedagem se der em imóvel pertencente à União ou que esteja sob administração do Governo ou de suas entidades; e

II - nos descolamentos para o exterior:

a) quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede;

b) no dia da partida do território nacional, quando houver mais de um pernoite fora do país;

c) no dia da chegada em território nacional;

d) quando a União custear, por meio diverso, as despesas de pousada;

e) quando a hospedagem se der em imóvel pertencente à União ou que esteja sob administração do governo brasileiro ou de suas entidades; ou

f) quando o governo estrangeiro no organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere custear as despesas com pousada.

Art. 12. Será concedido adicional, no valor fixado no Anexo II do Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009, por localidade de destino, nos deslocamentos dentro do território nacional, destinado a cobrir despesas de deslocamento até o local de embarque e do desembarque e até o local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa.

Parágrafo único. Nas hipóteses de deslocamento previstas no caput, caso o Proposto venha optar pelo uso do serviço oficial de locomoção da Administração Federal (TaxiGov), não terá direito ao adicional de deslocamento, devendo o Solicitante da Viagem, no ato do registro do afastamento no SCDP, desmarcar o campo que indica a referida opção.

Art. 13. O Assessor Especial, acompanhando o dirigente máximo da Autarquia em seus afastamentos, fará jus ao recebimento de diárias no mesmo valor concedido à autoridade acompanhada.

Art. 14. As diárias serão pagas no prazo de até cinco dias úteis, antes do início da viagem, de uma só vez, exceto nos seguintes casos, a critério do Proponente:

I - situações de urgência, devidamente caracterizadas; e

II - quando o afastamento compreender período superior a quinze dias, caso em que poderá ser efetuado parceladamente.

Art. 15. As diárias recebidas em excesso ou não utilizadas deverão ser restituídas pelo Proposto, no prazo máximo de cinco dias, contados da data do retorno à sede do serviço, ou da data do impedimento do afastamento, conforme o caso.

Art. 16. Os afastamentos que envolvam finais de semana e que contenham o pagamento de diárias devem ser justificados e necessitam de aprovação do Superintendente para a sua realização, antes da autorização de pagamento pelo Ordenador de Despesas.

Art. 17. Quando o afastamento se estender por tempo superior ao previsto, o Proposto fará jus, ainda, às diárias correspondentes ao período prorrogado, desde que autorizada sua prorrogação pelas respectivas autoridades competentes para autorizar a concessão de diárias e passagens no SCDP.

CAPÍTULO V

PEDIDO DE REEMBOLSO

Art. 18. Nos deslocamentos realizados para localidades fora da jurisdição da sede de destino via passagem aérea, que exijam traslados de viagem adicionais aos adquiridos previamente no SCDP, o Proposto terá direito ao reembolso do custo do transporte utilizado, mediante apresentação do respectivo bilhete.

Art. 19. Caso ocorra necessidade de deslocamento a serviço, cujo transporte não possa ser providenciado previamente, o Servidor e o Empregado poderão solicitar o reembolso dos gastos, anexando o(s) comprovante(s), acompanhado(s) de justificativa da autoridade competente por autorizar a concessão de diárias e passagens no SCDP.

§ 1º Em casos excepcionais, poderá ser autorizado o reembolso ao Servidor e ao Empregado que tenham efetuado remarcação de bilhete diretamente com a companhia aérea, por exclusiva necessidade do serviço, sendo devidamente justificado, com apresentação do respectivo comprovante da despesa.

§ 2º O pedido de reembolso deverá ser formalizado através de processo eletrônico, encaminhado à Coordenação-Geral de Planejamento, Gestão de Pessoas e Documentos (CGPED) ou ao ordenador de despesas designado pelo Superintendente.

CAPÍTULO VI

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 20. A prestação de contas do afastamento deverá ser realizada por meio do SCDP, no prazo máximo de cinco dias, contados do retorno da viagem.

Art. 21. Para fins de prestação de contas, o Proposto deverá apresentar ao Solicitante de Viagem que cadastrou o afastamento no SCDP, para instrução na respectiva proposta, os seguintes documentos:

I - os bilhetes ou canhotos dos cartões de embarque, em original ou segunda via, ou recibo do passageiro obtido quando da realização do check in via internet, ou a declaração fornecida pela companhia aérea; e

II - relatório de viagem, devidamente preenchido e assinado, conforme modelo constante do Anexo I desta instrução normativa.

Art. 22. A prestação de contas é devida também na hipótese de cancelamento da viagem, devendo o Proposto prestar as informações necessárias relativas à devolução de diárias.

Parágrafo único. O Solicitante de Viagem deverá anexar à PCDP o comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União - GRU fornecido pelo Proposto, correspondente ao valor das diárias devolvido em virtude de viagem não realizada.

CAPÍTULO VII

CANCELAMENTO DA VIAGEM

Art. 23. Após emitidas as passagens aéreas, havendo necessidade do cancelamento, o Proposto deverá comunicar, imediatamente, ao Gestor Setorial, através de e-mail, para que seja efetuado o cancelamento dos bilhetes.

Parágrafo único. O Solicitante da Viagem deverá efetuar o cancelamento da PCDP, no SCDP, conforme solicitação do Proposto.

CAPÍTULO VIII

DAS VIAGENS INTERNACIONAIS

Art. 24. As viagens ao exterior a serviço ou com a finalidade de aperfeiçoamento poderão ser de três tipos:

I - com ônus, quando implicarem direito a passagens e diárias, assegurados ao servidor o vencimento ou salário e demais vantagens de cargo, função ou emprego;

II - com ônus limitado, quando implicarem direito apenas ao vencimento ou salário e demais vantagens do cargo, função ou emprego; e

III - sem ônus, quando implicarem perda total do vencimento ou salário e demais vantagens do cargo, função ou emprego, e não acarretarem qualquer despesa para a Administração.

Parágrafo único. O Servidor e o Empregado que realizarem viagem dos tipos com ônus ou com ônus limitado, ficarão obrigados, dentro do prazo de trinta dias, contado da data do término do afastamento do país, a apresentar relatório circunstanciado das atividades exercidas no exterior.

Art. 25. O afastamento do país para aperfeiçoamento, realizado por meio da participação em cursos, seminários, encontros, licença para capacitação ou eventos assemelhados, deverá ser efetivado observando-se as determinações contidas em norma específica.

§ 1º O afastamento do país poderá ser concedido apenas a um Servidor ou Empregado, para cada evento.

§ 2º Em casos excepcionais, justificados pelo Superintendente da Susep, o afastamento poderá ser concedido a mais de um Servidor ou Empregado, para o mesmo evento.

§ 3º O ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança somente poderá afastar-se do país pelo período máximo de trinta dias.

Art. 26. Em nenhuma hipótese, o período de afastamento do país poderá exceder a quatro anos consecutivos, mesmo nos casos de prorrogação.

Art. 27. Se a viagem ao exterior tiver por finalidade o cumprimento de missão ou a realização de curso de aperfeiçoamento, após a conclusão, o Servidor e o Empregado somente poderão ausentar-se do país, com a mesma finalidade, depois de decorrido prazo igual ao do seu último afastamento.

Art. 28. O Servidor e o Empregado que viajarem a convite direto de entidade estrangeira de qualquer espécie ou custeado por entidade brasileira sem vínculo com a administração pública terão sua viagem considerada sem ônus.

Art. 29. O afastamento do país fica restrito ao período necessário ao cumprimento do objeto da viagem, acrescido do tempo de trânsito.

Art. 30. A autorização deverá ser publicada no Diário Oficial da União, até a data do início da viagem ou de sua prorrogação, com a indicação do nome do Servidor/Empregado, cargo, órgão de origem, finalidade resumida da missão, país de destino, período e tipo de afastamento.

Art. 31. A solicitação de afastamento do país deverá ser registrada no SCDP com a maior brevidade possível, a fim de a Coordenação-Geral de Planejamento, Gestão de Pessoas e Documentação (CGPED) ou o ordenador de despesas designado pelo Superintendente realize os procedimentos necessários para as devidas autorizações, via sistema, independentemente da publicação do afastamento do servidor no Diário Oficial da União, levando em conta a diretriz de aquisição de bilhetes com o menor custo.

Parágrafo Único. Na hipótese prevista no caput, para a emissão das passagens aéreas, deverá ser observado se o processo eletrônico que trata da viagem ao exterior do Servidor ou Empregado foi devidamente instruído com o documento indicando a aprovação do afastamento pela autoridade competente.

Art. 32. Nos casos em que o afastamento implicar apenas na contratação de seguro viagem, ainda assim, deverá ser cadastrada a viagem no SCDP como ônus limitado.

Art. 33. Os valores das diárias no exterior serão pagos em dólares norte-americanos, ou, no caso de solicitação do Servidor e do Empregado, pelo valor equivalente em moeda nacional.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. Todos os atos de concessão de diárias e passagens serão publicados no Boletim de Pessoal da Susep, observada ainda a necessidade de publicação no Diário Oficial da União prevista no Artigo 30.

Art. 35. Ficam revogadas:

I - a Instrução Susep nº 123, de 21 de janeiro de 2021;

II - a Instrução Normativa Susep nº 2, de 28 de outubro de 2021; e

III - a Instrução Normativa Superintendente/Susep nº 2, de 29 de junho de 2022.

Art. 36. Esta Instrução Normativa entra em vigor no dia 1º de agosto de 2022.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

ANEXO I

RELATÓRIO DE VIAGEM NACIONAL			
Servidor:			
Cargo:	Matrícula:	DAS:	Unidade:
IDENTIFICAÇAO DO AFASTAMENTO:			
Autorização do Afastamento:			
Percurso:		Meio de locomoção:	
Saída:	Chegada:		Diárias recebidas (dias):
DESCRIÇAO DA VIAGEM:			
Data:		Atividades:	
DADOS DO BILHETE:			
Número de Ordem:	Transportador:		Número do Bilhete:
DOCUMENTOS ANEXADOS (SE NECESSÁRIO):			
Data:		Assinatura do Servidor:	

DIRETORIA TÉCNICA 1
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 821, DE 18 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.608763/2022-22, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administrador de JUNTO SEGUROS S.A., CNPJ nº 84.948.157/0001-33, com sede na cidade de Curitiba - PR, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 28 de março de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 822, DE 18 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, e o que consta do processo Susep nº 15414.608767/2022-19, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administrador de JUNTO RESSEGUROS S.A., CNPJ nº 09.594.758/0001-70, com sede na cidade de Curitiba - PR, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 28 de março de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 823, DE 18 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.608016/2022-94, resolve:

Art. 1º Homologar a reforma e consolidação do estatuto social de SOMPO SEGUROS S.A., CNPJ nº 61.383.493/0001-80, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 28 de março de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 824, DE 18 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.607512/2022-21, resolve:

Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de UNIMED SEGURADORA S.A., CNPJ nº 92.863.505/0001-06, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2022:

I- aumento do capital social em R$ 300.000.000,07, elevando-o para R$ 1.099.999.997,86, representado por 5.230.794.392 ações, sendo 4.078.925.767 ordinárias e 1.151.868.625 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal; e

II - reforma e consolidação do estatuto social

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 825, DE 18 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.608993/2022-91, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administradores de MBM SEGURADORA S.A., CNPJ nº 87.883.807/0001-06, com sede na cidade de Porto Alegre - RS, conforme deliberado nas reuniões do conselho de administração realizadas em 31 de março de 2022 e 14 de junho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 826, DE 18 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.609847/2022-83, resolve:

Art. 1º Homologar a reforma e consolidação do estatuto social de LUIZASEG SEGUROS S.A., CNPJ nº 07.746.953/0001-42, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 31 de março de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 827, DE 18 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do processo Susep nº 15414.609581/2022-79, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de membros do comitê de auditoria de BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 15.138.043/0001-05, com sede na cidade de Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 31 de março de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 828, DE 18 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da SUSEP, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.604249/2022-18, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administrador de AIG SEGUROS BRASIL S.A., CNPJ nº 33.040.981/0001-50, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado nas reuniões do conselho de administração realizadas em 10 de fevereiro de 2022 e 14 de abril de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 829, DE 18 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.603835/2022-45, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administradores de ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ nº 06.136.920/0001-18, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 24 de janeiro de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 830, DE 18 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.603833/2022-56, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administradores de ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 87.376.109/0001-06, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 24 de janeiro de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 831, DE 18 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 39 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e o que consta do processo Susep nº 15414.612783/2022-06, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administradores de FUTURO PREVIDÊNCIA PRIVADA, CNPJ nº 92.812.098/0001-08, com sede na cidade de Porto Alegre - RS, conforme deliberado na reunião do conselho deliberativo realizada em 25 de maio de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 832, DE 18 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.614180/2022-31, resolve:

Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 42.516.278/0001-66, com sede na cidade de Curitiba - PR, na assembleia geral extraordinária realizada em 10 de maio de 2022:

I -aumento do capital social em R$ 2.500.003,00, elevando-o para R$ 30.410.006,00, representado por 10.621.362 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 833, DE 19 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.610166/2022-68, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administrador de SANTANDER AUTO S.A., CNPJ nº 30.617.319/0001-21, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 26 de abril de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 834, DE 20 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.605823/2022-55, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administradores de SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A., CNPJ nº 17.643.407/0001-30, com sede na cidade de Maringá - PR, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 22 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 835, DE 20 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.608226/2022-82, resolve:

Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelo acionista único de SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 01.704.513/0001-46, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 30 de março de 2022:

I - eleição de administradores; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 836, DE 20 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.607274/2022-53, resolve:

Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS, CNPJ nº 33.041.062/0001-09, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 30 de março de 2022:

I - eleição de administradores; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

DECISÃO DIR9 Nº 34, DE 19 DE JULHO DE 2022

Processo Administrativo de Responsabilização n. 02/2021.

No exercício das atribuições a mim conferidas pela Portaria PRESI nº 043/2020 - BNDES, de 10.08.2020, ADOTO como fundamento deste ato, as conclusões contidas no Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização n. 02/2021, Despacho Corregedor nº 001/2022 - BNDES, de 10.06.2022, e pela manifestação de regularidade do processo dada pela Consultoria Jurídica do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e DECIDO PELO ARQUIVAMENTO do referido processo acusatório, sem aplicação de penalidade/sanção no âmbito da Lei Anticorrupção.

Publique-se a Decisão no Diário Oficial da União e sítio eletrônico do BNDES.

Após o trânsito em julgado da Decisão, remetam-se os autos ao Corregedor do BNDES para encaminhamento ao gestor do contrato para realização de avalição, sob ótica contratual, se houve infração de obrigação contratual e a adoção de medidas cabíveis se aplicáveis.

CLAUDENIR BRITO PEREIRA
Diretor de Compliance e Riscos

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE FUNDO DE GARANTIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO FGTS - EXERCÍCIO 2021
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		**613.483.764**	**565.694.065**	**618.098.760**	**570.319.982**
Ativo Circulante		**95.071.880**	**79.670.634**	**115.465.554**	**105.997.262**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**4**	**29.087.878**	**25.735.856**	**31.546.379**	**33.757.165**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**6**	**-**	**-**	**8.200.386**	**8.783.134**
Títulos e valores mobiliários		-	-	101.919	124.324
Instrumento de patrimônio		-	-	8.047.459	8.637.598
Outros ativos financeiros de natureza imobiliária	10	-	-	51.008	21.212
Ativos financeiros ao custo amortizado	**7**	**22.835.792**	**8.835.744**	**30.757.003**	**16.531.256**
Títulos e valores mobiliários		22.835.792	8.835.744	30.754.682	16.508.294
Empréstimos e recebíveis		-	-	2.321	22.962
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	**9**	**43.098.124**	**45.084.460**	**43.098.124**	**45.084.460**
Financiamentos setor público e privado		43.098.124	45.084.460	43.098.124	45.084.460
Outros ativos de natureza imobiliária	**10**	**-**	**-**	**414.074**	**357.182**
Outros ativos circulantes	**10**	**50.086**	**14.574**	**1.449.588**	**1.484.065**
Ativo Não Circulante		**518.411.884**	**486.023.431**	**502.633.206**	**464.322.720**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**6**	**1.688.635**	**1.846.166**	**5.784.244**	**5.922.255**
Instrumentos financeiros derivativos		1.688.635	1.846.166	1.688.635	1.846.166
Outros ativos financeiros de natureza imobiliária		-	-	4.095.609	4.076.089
Ativos financeiros ao custo amortizado	**7**	**121.468.869**	**96.195.932**	**121.546.527**	**96.268.456**
Títulos e valores mobiliários		121.468.869	96.195.932	121.468.869	96.195.932
Outros ativos financeiros de natureza imobiliária		-	-	77.658	72.524
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	**9**	**374.385.362**	**361.329.419**	**374.385.362**	**361.329.419**
Financiamentos setor público e privado		365.751.372	352.235.494	365.751.372	352.235.494
Outros empréstimos e recebíveis		8.633.990	9.093.925	8.633.990	9.093.925
Propriedades para investimento	**10**	**-**	**-**	**446.000**	**428.100**
Outros ativos não circulantes	**10**	**200.018**	**193.788**	**367.998**	**202.502**
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	**5**	**20.669.000**	**26.458.126**	**103.075**	**171.988**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo e Patrimônio Líquido		**613.483.764**	**565.694.065**	**618.098.760**	**570.319.982**
Passivo Circulante		**495.142.487**	**452.560.025**	**495.231.345**	**452.659.356**
Passivos financeiros ao custo amortizado		**494.874.351**	**452.232.297**	**494.963.209**	**452.331.628**
Depósitos vinculados do FGTS	11	493.534.632	450.871.389	493.534.632	450.871.389
Prêmio de opção de compra - POC	12	-	-	1.348	-
Obrigações diversas	13	1.339.719	1.360.908	1.427.229	1.460.239
Provisões e contingências		**268.136**	**327.728**	**268.136**	**327.728**
Provisões diversas	14	268.136	327.728	268.136	327.728
Passivo Não Circulante		**-**	**-**	**4.526.138**	**4.526.586**
Passivos financeiros ao custo amortizado		**-**	**-**	**4.526.138**	**4.526.586**
Prêmio de opção de compra - POC	12	-	-	4.511.574	4.514.245
Adiantamentos de clientes e parceiros		-	-	14.564	12.341
Patrimônio Líquido	**15**	**118.341.277**	**113.134.040**	**118.341.277**	**113.134.040**
Fundo conta geral		118.341.277	113.134.040	118.341.277	113.134.040

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras		**13.067.027**	**9.461.453**	**14.906.069**	**10.313.102**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6	-	772.370	(320.189)	948.985
Ativos financeiros ao custo amortizado	7	13.067.027	8.689.083	14.323.502	9.364.117
Ganhos/perdas com valor justo de ativos financeiros	6	-	-	902.756	-
Despesas Financeiras		**(157.584)**	**(102.828)**	**(97.829)**	**(802.970)**
Perdas esperadas com ativos financeiros (líquidos)	8	(53)	(102.828)	(97.829)	328.325
Ganhos/perdas com valor justo de ativos financeiros	6	(157.531)	-	-	(1.131.295)
Receitas Financeiras Líquidas		**12.909.443**	**9.358.625**	**14.808.240**	**9.510.132**
Receitas Operacionais		**22.322.322**	**21.006.988**	**22.556.414**	**21.217.053**
Rendas de caixa e equivalentes de caixa	4	1.257.329	784.324	1.491.421	970.594
Rendas financeiras de empréstimos e financiamentos	9	20.957.751	20.002.579	20.957.751	20.002.579

Contribuições sociais - LC nº 110/01	16	107.242	220.085	107.242	220.085
Recuperação de despesa com ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (líquidos)	8	-	-	-	23.795
Outras Receitas Operacionais		**4.097.363**	**3.683.234**	**2.074.629**	**2.759.637**
Rendas com imóveis e aluguéis	10	-	-	9.175	2.382
Receita de equivalência patrimonial	5	2.192.267	1.251.746	-	-
Receita de distribuição do resultado	5	-	1.736	102.863	89.065
Receita com venda de imóveis		-	-	9.086	-
Recuperação de despesa		432.706	874.855	432.706	874.855
Reversão de valor recuperável de ativos permanentes	5	-	-	14.420	11.421
Outros ganhos/perdas a valor justo		-	-	14.973	214.806
Demais rendas operacionais	17	1.472.390	1.554.897	1.491.406	1.567.108
Receitas Operacionais Líquidas		**24.690.222**	**29.215.458**	**23.976.690**	**29.700.437**
Total das Receitas		**39.329.128**	**34.048.847**	**39.439.283**	**33.486.822**
Despesas Operacionais		**(24.075.015)**	**(23.897.136)**	**(24.155.799)**	**(23.991.537)**
Taxa de administração	13	(2.643.000)	(2.640.801)	(2.723.784)	(2.735.202)
Despesas administrativas		(74.703)	(72.766)	(74.703)	(72.766)
Descontos concedidos	19	(7.315.745)	(8.209.966)	(7.315.745)	(8.209.966)
Despesas de depósitos vinculados	11	(14.041.567)	(12.973.603)	(14.041.567)	(12.973.603)
Outras Despesas Operacionais e Administrativas		**(1.918.624)**	**(1.683.794)**	**(1.947.995)**	**(1.027.368)**
Devolução de contribuições sociais	16	(3.620)	(8.876)	(3.620)	(8.876)
Despesa de equivalência patrimonial	5	(81.885)	(731.476)	(36.667)	(47.975)
Perdas esperadas com empréstimos e financiamentos (líquidos)	8	(1.562.797)	-	(1.562.797)	-
Perdas esperadas com valores a receber de outros ativos (líquidos)	8	-	-	(14.317)	-
Ajuste a valor justo de ativos permanentes	5	-	-	(38.468)	-
Outras despesas operacionais	18	(270.322)	(943.442)	(292.126)	(970.517)
Despesas Operacionais Líquidas		**(25.993.639)**	**(25.580.930)**	**(26.103.794)**	**(25.018.905)**
Total das Despesas		**(25.993.639)**	**(25.580.930)**	**(26.103.794)**	**(25.018.905)**
Lucro Líquido do Exercício		**13.335.489**	**8.467.917**	**13.335.489**	**8.467.917**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Líquido do Exercício	**13.335.489**	**8.467.917**	**13.335.489**	**8.467.917**
Outros Resultados não Realizados	-	-	-	-
Efeitos dos Impostos	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**13.335.489**	**8.467.917**	**13.335.489**	**8.467.917**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Fundo conta geral
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**112.030.909**
Resultado líquido do exercício	8.467.917
Distribuição do resultado	(7.364.786)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**113.134.040**
Resultado líquido do exercício	13.335.489
Distribuição do resultado	(8.128.252)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**118.341.277**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Recebimento de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	2.950.438	3.640.575	3.999.564	5.229.132
Liberação de operações de crédito	(61.143.365)	(63.465.311)	(61.143.365)	(63.465.311)
Recebimento em operações de crédito	69.220.257	60.712.740	69.220.257	60.712.740
Aplicação em ativos financeiros de natureza imobiliária ao valor justo	-	-	(6.100)	-
Recebimento de outros ativos de natureza imobiliária	-	-	19.198	-
Pagamento de taxa de administração	(2.643.000)	(2.869.436)	(2.729.350)	(2.971.407)
Liberação/Devolução de descontos	(6.904.326)	(7.901.222)	(6.904.326)	(7.901.222)
Recebimento de Multa e demais encargos	32.016	(160.018)	32.016	(160.018)
Recebimento de juros e atualiz. monet. de caixa e equivalentes de caixa	1.221.819	785.834	1.455.475	971.091
Demais pagamentos / recebimentos operacionais	(11.981)	780.587	(33.048)	766.270
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) pelas Atividades Operacionais	**2.721.858**	**(8.476.251)**	**3.910.321**	**(6.818.725)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aplicação em títulos públicos federais	(51.872.132)	(51.850.944)	(51.872.132)	(51.850.944)

Recebimento de títulos públicos federais	17.120.130	46.780.282	17.120.130	46.780.282
Recebimento de remuneração de títulos públicos federais	5.807.286	4.693.855	5.807.286	4.693.855
Aplicação em títulos e valores mobiliários ao valor justo	-	-	8.509	(7.940)
Recebimento de títulos e valores mobiliários ao valor justo	-	-	-	340.000
Recebimento de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	-	-	-	4.471
Aplicação em instrumentos de patrimônio ao valor justo	-	-	(474)	(474)
Recebimento de instrumentos de patrimônio ao valor justo	-	-	1.111.676	108.028
Recebimento de empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	-	-	3.506	10.036
Recebimento de outros ativos de natureza imobiliária	-	-	5.150	115
Recebimento de propriedades para investimento	-	-	-	9.335
Aplicação em investimentos permanentes	-	-	(6.802)	(2.525)
Recebimento de investimentos permanentes	7.904.505	10.884	5.000	10.703
Demais pagamentos / recebimentos de investimento	(5.337)	-	11.332	1.278
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) pelas Atividades de Investimento	**(21.045.548)**	**(365.923)**	**(27.806.819)**	**96.220**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Arrecadação Recebida em depósitos vinculados do FGTS	137.053.928	163.878.448	137.053.928	163.878.448
Recebimento de Recursos do PIS/PASEP - MP 946/2020	-	22.597.458	-	22.597.458
Pagamento de Saques de depósitos vinculados do FGTS	(115.378.216)	(176.932.685)	(115.378.216)	(176.932.685)
Recebimento por Atualização de Patrimônio Líquido	-	-	10.000	-
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) pelas Atividades de Financiamento	**21.675.712**	**9.543.221**	**21.685.712**	**9.543.221**
Aumento/(Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.352.022**	**701.047**	**(2.210.786)**	**2.820.716**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**25.735.856**	**25.034.809**	**33.757.165**	**30.936.449**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	**29.087.878**	**25.735.856**	**31.546.379**	**33.757.165**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Conciliação	**Controladora**		**Consolidado**	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Resultado Líquido do período	**13.335.489**	**8.467.917**	**13.335.489**	**8.467.917**
(-) Aumento nos ativos financeiros ao valor justo	157.531	(772.370)	(398.952)	408.111
(-) Aumento nos ativos financeiros a custo amortizado	(10.328.269)	(5.200.294)	(10.562.608)	(5.109.129)
(-) Aumento em empréstimos e financiamentos	(11.069.607)	(21.949.234)	(11.069.607)	(21.949.234)
(-) Aumento em outros ativos de natureza imobiliária	-	-	(62.042)	(1.165)
(-) Aumento em propriedades para investimento	-	-	(17.900)	19.280
(-) Aumento em investimentos em coligadas e controlados em conjunto	(2.115.379)	(864.205)	70.715	138.253
(-) Aumento (Redução) em outros créditos	(41.742)	182.500	(127.952)	(61.595)
(+) Aumento nos depósitos vinculados FGTS	20.987.531	19.106.522	20.987.531	19.106.522
(+) Prêmio de opção de compra	-	-	(1.323)	(23.784)
(+) Redução nas obrigações diversas	(15.852)	25.547	(20.452)	(307.492)
(+) Redução nas provisões e contingências	(59.592)	(107.848)	(64.589)	(107.848)
(+) Amortização de cotas	(8.128.252)	(7.364.786)	(8.138.253)	(7.364.785)
(+) Dividendos/ juros sobre capital próprio	-	-	(19.736)	(33.776)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) pelas Atividades Operacionais	**2.721.858**	**(8.476.251)**	**3.910.321**	**(6.818.725)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

(A) INFORMAÇÕES GERAIS

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS" ou "Fundo") foi criado pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, e atualmente é regido pela Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990. Os recursos do FGTS provêm de contribuições mensais dos empregadores e outros recursos a ele incorporados, devendo ser aplicados com atualização monetária e juros, de modo a assegurar a cobertura de suas obrigações. As contribuições mensais correspondem a 8% (oito por cento) da remuneração base dos trabalhadores, depositadas em contas vinculadas e individualizadas com o objetivo de assegurar ao trabalhador a formação de um pecúlio relativo ao tempo de serviço em uma ou mais empresas.

Também objetiva fomentar políticas públicas por meio de financiamento de programas de habitação popular, de saneamento básico, em infraestrutura urbana e em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas, bem como às instituições que atuam e prol para pessoas com deficiência, e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), desde que as disponibilidades financeiras sejam mantidas em volume que satisfaça as condições de liquidez e de remuneração mínima necessária à preservação do poder aquisitivo da moeda.

O depósito mensal do FGTS efetuado pelo empregador é individualizado em nome do trabalhador por meio de crédito em uma conta vinculada específica. O trabalhador tem uma conta vinculada para cada contrato de trabalho firmado com recolhimentos realizados pelo empregador. Os valores serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros da TR e capitalização de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano).

São incorporados ainda a esses saldos, na hipótese de despedida sem justa causa pelo empregador, a importância de 40% (quarenta por cento) do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, a título de multa rescisória. As contas vinculadas recebem, ainda, os créditos de distribuição do resultado positivo auferido pelo Fundo, conforme parágrafo 5º do artigo 13, da Lei 8.036/90, sendo que este crédito acrescido dos juros e atualização monetária, não integrará a base de cálculo para apuração do valor da multa rescisória.

Aos estoques de contas vinculadas foram incorporadas também, o patrimônio do Fundo PIS-PASEP, por meio da publicação da Medida Provisória nº 946, de 7 de abril de 2020, passando a integrar o patrimônio do FGTS em 31 de maio de 2020, e possuem os mesmos critérios aplicáveis às contas vinculadas do FGTS. Os saldos disponíveis em contas vinculadas individualizadas de origem do PIS-PASEP estão disponíveis para saque integral pelo titular ou, na falta deste, por seus dependentes ou beneficiários.

Conforme a Lei nº 8.036/90, art. 13 parágrafo 4º e art. 2º parágrafo 2º, os saldos das contas vinculadas são garantidos pelo Governo Federal e são absolutamente impenhoráveis. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o FGTS apresentou o seguinte quantitativo e saldo de contas vinculadas:

Descrição	**2021**		**2020**	
	Quantidade milhares	**Valor**	**Quantidade milhares**	**Valor**
Contas ativas com saldo	105.282	444.452.066	88.540	405.067.205
Contas ativas - LC nº 110/01	4.216	3.567.842	4.239	3.489.533
Contas PIS/PASEP	10.772	23.581.885	10.771	22.655.376
Contas inativas com saldo	88.815	19.555.443	89.487	18.910.679
Contas com saldo zerado	669.474	-	660.634	-
Variação monetária e juros a incorporar	-	993.941	-	757.846
Valores a desdobrar	-	1.383.455	-	(9.250)
Total	**878.559**	**493.534.632**	**853.671**	**450.871.389**

A seguir apresenta-se a movimentação financeira das contas vinculadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	**2021**	**2020**
Arrecadação Recebida	**137.053.929**	**186.475.906**
Depósitos recebidos	134.416.405	124.745.901
Recebimento PIS/PASEP - MP 946/2020	-	22.597.458
Recomposição de saques	-	36.479.728
Restituição FMP	140.788	79.390
Demais entradas de recursos	2.496.736	2.573.429
Pagamento de Saques	**(115.378.216)**	**(176.932.685)**
Saques efetuados *	(119.125.009)	(178.156.770)
Devolução de valores	(572)	(102.287)
Cancelamento de Saques	1.474.048	1.326.372
Recomposição de contas	2.273.317	-
Arrecadação Líquida	**21.675.713**	**9.543.221**

* Referem-se aos saques efetivamente pagos

Os saques concentram-se nas principais modalidades:

Descrição	2021	2020
Demissão sem Justa Causa	48,9%	60,3%
Habitação	19,0%	13,9%
Aposentadoria	9,3%	10,2%
Saque-aniversário	15,1%	7,6%
Outras modalidades	7,7%	8,0%
Total	**100,0%**	**100,0%**

(B) ADMINISTRAÇÃO DO FGTS

O FGTS é regido e administrado pelo Conselho Curador do FGTS - CCFGTS, colegiado tripartite composto por entidades representativas dos trabalhadores, dos empregadores, além de órgãos e entidades governamentais. O CCFGTS é presidido pelo Ministro de Estado da Economia ou por representante por ele indicado. O colegiado constituído não faz jus a qualquer tipo de remuneração às expensas do FGTS.

A Caixa Econômica Federal - CAIXA é o Agente Operador com mandato administrativo-operacional estabelecido no regulamento do Fundo. Em contrapartida, faz jus à remuneração mensal a título de Taxa de Administração, nos termos e parâmetros determinados pelo CCFGTS, conforme regulamenta na Lei 8.036/90.

Para fins de definição e pagamento da Taxa de Administração do FGTS devida ao Agente Operador e estabelecida em resolução do CCFGTS anualmente, utiliza-se como base a Carta de Serviços apresentada pelo Agente Operador ao Grupo de Apoio Permanente – GAP. O valor anual não é superior a 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) do valor total dos ativos do Fundo ao final do exercício anterior, conforme preconiza o disposto no parágrafo 8º, art. 5º da Lei nº 8.036/90. Para o exercício de 2020 e 2021 as Resoluções CCFGTS nº 956/20 e 992/20 fixaram o valor de R$ 2.643.000 (dois bilhões, seiscentos e quarenta e três milhões de reais) pagos em parcelas mensais e proporcionais.

Os serviços a serem prestados pelo Agente Operador elencados na Carta de Serviços compreendem, dentre outros, a centralização dos recursos do FGTS, a manutenção e controle das contas vinculadas, dos procedimentos administrativos e operacionais da arrecadação dos depósitos e saque dos trabalhadores, a gestão e operacionalização das disponibilidades financeiras, dos investimentos no mercado de capitais e na carteira de empréstimos e recebíveis, bem como a gestão contábil do FGTS, a elaboração de peça orçamentária e a troca de informações gerenciais com as demais partes envolvidas na administração do Fundo.

(B.1) ADMINISTRAÇÃO DAS CONTROLADAS

Pelos serviços de administração das controladas do FGTS, a CAIXA, na qualidade de "Administradora", aufere os seguintes valores a títulos de taxa de administração, fixada nos termos da Lei nº 8.036/90 e/ou do regulamento de cada controlada:

i) Fundo de Investimento do FGTS – ("FI-FGTS") – 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) sobre o valor do patrimônio líquido deste fundo, deduzidas as disponibilidades - sobre estas incide 0,10% a.a. (um décimo por cento ao ano), a partir de 2020, conforme disposto na Lei nº 13.932/19. A taxa de administração não compreende os serviços de custódia, controladoria e demais serviços contratados pelo Fundo e é vedada a cobrança de taxa de performance;

ii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") – 0,20% a.a. (vinte décimos por cento ao ano) sobre a parcela do patrimônio líquido que represente os direitos creditórios efetivamente investidos neste fundo, sendo o pagamento mínimo mensal de R$ 10 (dez mil reais).

iii) Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha ("FII-Porto Maravilha") – 1% a.a. (um por cento ao ano) sobre o valor do patrimônio líquido do fundo;

iv) Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Desenvolvimento Imobiliário ("FII – Caixa Desenvolvimento Imobiliário") – 1% a.a. (um por cento ao ano) sobre o valor do patrimônio líquido do fundo a título de taxa de administração; 0,04% a.a. (quatro centésimos por cento ao ano) sobre o patrimônio líquido do fundo, pela custódia e controladoria;

v) Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Convida SUAPE ("FII – Caixa Convida SUAPE") – 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o patrimônio líquido do fundo; e

vi) Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Incorporação ("FII – Caixa Incorporação") – remuneração variável escalonada, sobre o patrimônio líquido do fundo, variando de 0,7% a.a. (sete décimos por cento ao ano) até o limite de R$ 600.000, 0,69125% a.a. (sessenta e nove mil, cento e vinte e cinco centésimos de milésimos por cento ao ano) o que exceder R$ 600.000 até R$ 800.000 e 0,6825% a.a. (seis mil, oitocentos e vinte e cinco décimos de milésimos por cento ao ano) sobre a parcela que superar R$800.000.

(C) RISCO DE CRÉDITO

Pelo regulamento do FGTS, as aplicações com recursos do FGTS serão realizadas, exclusivamente, segundo critérios fixados pelo CCFGTS, em consonância com suas políticas operacionais.

A Lei 8.036/90, no parágrafo 8º do art. 9º institui a União como garantidora do risco de crédito das aplicações efetuadas até 1º de junho de 2001, com recursos do FGTS, pelos demais órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitação - SFH e pelas entidades credenciadas pelo Banco Central do Brasil como agentes financeiros, sub-rogando nas garantias prestadas à CAIXA.

O risco de crédito das operações realizadas a partir de 02 de junho de 2001, nas áreas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana passa a ser da CAIXA, na qualidade de agente operador do FGTS, conforme previstos no art. 9º parágrafo 1º da Lei 8.036/90. Para fazer frente a essa cobertura de risco de crédito, o agente operador fica autorizado a instituir percentual diferenciado de taxa de risco de crédito por tomador, levando em consideração ao *rating* atribuído, limitado à cobrança de taxa de risco de 0,8% a.a. (oito décimos por cento ao ano) do valor da contratação.

O risco de crédito das operações realizadas com às entidades hospitalares filantrópicas e instituições que operam na área de pessoas com deficiências, sem fins lucrativos, que participam de forma suplementar ao Sistema Único de Saúde - SUS são dos agentes financeiros contratantes, mediante pagamento de taxa de risco de crédito acrescida à taxa de juros, a ser definida pelo CCFGTS, limitada a 3% a. a (três por cento ao ano).

(D) GARANTIAS DOS INVESTIMENTOS

Nos termos do art. 7º, inciso IX, da Lei nº 8.036/90, será garantida pela CAIXA, na qualidade de Agente Operador do FGTS, aos recursos alocados no FI-FGTS em cotas de titularidade do FGTS, remuneração aplicável às contas vinculadas, nos termos do art. 13º da citada lei, sendo seus valores apurados no momento do resgate total de cotas ou na liquidação do FI-FGTS.

Para os investimentos constantes no rol das Carteiras Administradas - CA do FGTS, como as cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII), Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), debêntures e Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), será garantido pela CAIXA, na qualidade de Agente Operador o rendimento mínimo equivalente à atualização monetária das contas vinculadas acrescidas de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano), mediante o recebimento por esta de taxa de risco de 1% (um por cento) sobre o total dos rendimentos auferidos pelo FGTS, nos termos das resoluções do CCFGTS que estabelecem estes investimentos.

(E) GESTÃO DOS RECURSOS

A gestão dos recursos do FGTS é realizada por órgão do Poder Executivo, representado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, responsável pela política de habitação, e segue as normas e diretrizes estabelecidas pelo CCFGTS. Ao gestor da aplicação compete praticar todos os atos necessários a gestão da aplicação, expedir a normatização dos atos, elaborar os orçamentos anuais e planos plurianuais de aplicação dos recursos, bem como acompanhar a execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana previsto no orçamento do FGTS e implementados pela CAIXA.

O agente operador é responsável pela operacionalização dos recursos, de acordo com as normas e diretrizes estabelecidas pelo CCFGTS. À CAIXA compete a centralização e manutenção dos recursos em contas vinculadas, sua operacionalização, expedir e normatizar os procedimentos administrativos e operacionais dos bancos depositários, agentes financeiros, empregadores e trabalhadores participantes do FGTS, a execução dos programas habitacionais, emissão de certificado de regularidade do FGTS e, ainda, elaborar as peças orçamentárias e as demonstrações contábeis do FGTS, dentre outros.

A alocação dos recursos centralizados segue os critérios definidos na regulamentação do FGTS, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana estabelecidas pelo Governo Federal.

(F) RESERVA TÉCNICA

O FGTS possui uma reserva técnica instituída inicialmente nos termos da Resolução CCFGTS nº 9, de 28 de fevereiro de 1990, alterada pela Resolução CCFGTS nº 702, de 4 de outubro de 2012, e posteriormente pela Resolução CCFGTS nº 980, de 3 de novembro de 2020, destinada ao atendimento de gastos eventuais não previstos.

A reserva técnica é constituída por aplicações em títulos públicos federais de médio e longo prazo, com vencimento em exercícios futuros, e seu valor deverá corresponder, no mínimo, ao valor dos saques das contas vinculadas ocorridos nos 3 (três) meses imediatamente anteriores, consolidados e em escala móvel. Não são considerados, na base de cálculo, os valores de saques excepcionais.

(G) SAQUES

Entre outras, os depósitos nas contas vinculadas poderão ser sacados nas seguintes situações:

i) Demissão sem justa causa;

ii) Rescisão por acordo;

iii) Término do contrato por prazo determinado;

iv) Extinção total da empresa e fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências;

v) Rescisão do contrato de trabalho, por motivo de culpa recíproca ou força maior;

vi) Aposentadoria concedida pela Previdência Social ou equivalente;

vii) Falecimento do trabalhador;

viii) Ser o trabalhador ou seu dependente portador do vírus HIV;

ix) Ser o trabalhador ou seu dependente acometido de neoplasia maligna;

x) Pagamento de parte das prestações e liquidação ou amortização do saldo devedor de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH;

xi) Pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria;

xii) Permanência do titular, por três anos ininterruptos, fora do regime do FGTS, para os contratos de trabalho extintos desde 14 de julho de 1990;

xiii) Suspensão total do trabalho avulso, por período igual ou superior a 90 dias;

xiv) Necessidade pessoal, em face da urgência e gravidade decorrente de desastre natural;

xv) Titular de conta vinculada com idade igual ou maior que 70 anos;

xvi) Encontrar-se o trabalhador ou seu dependente em estágio terminal de vida;

xvii) Compra de órtese e/ou prótese para trabalhadores com deficiência de natureza física ou sensorial (auditiva e visual), que produza efeitos pelo prazo mínimo de dois anos; e

xviii) Anualmente, no mês de aniversário do trabalhador, caso o trabalhador efetue essa opção, com valores que variam conforme o saldo das contas, inclusive por meio de alienação ou cessão fiduciária em favor de qualquer instituição financeira, do Sistema Financeiro Nacional.

xix) Conta com saldo inferior a R$ 80,00 (oitenta reais), quando não houver ocorrido depósitos ou saques por, no mínimo, 1 (um) ano.

xx) Saque das cotas PIS/PASEP incorporadas pelo FGTS em 2020.

(H) TRIBUTAÇÃO

O resultado obtido pelo FGTS está isento de tributação, com base na legislação vigente, devido à natureza de suas atividades.

NOTA 2 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(A) POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como as normas e procedimentos legais previstos para o FGTS.

O patrimônio líquido e o resultado consolidados atribuíveis ao controlador, constante nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado do controlador constante nas demonstrações contábeis individuais, ambos de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não apresentam diferença, motivo pelo qual optou-se por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conjunto, lado a lado.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinados bens e direitos que tiveram seus valores mensurados reavaliados a valor justo no final de cada período do relatório, conforme especificado nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico corresponde ao valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços na data da aquisição.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a entidade leva em consideração suas características no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e divulgação nestas demonstrações contábeis consolidadas é determinado nessa base, exceto se divulgado de outra forma.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às mesmas informações utilizadas na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Fundos Governamentais e Loterias – CFGL em 15/07/2022.

(B) CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração tem, na data de aprovação das demonstração contábeis, expectativa razoável de que o Fundo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incerteza material que possa restar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim essas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

(C) MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do FGTS. Todos os valores apresentados neste documento estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo e estão arredondados de tal maneira que expressem precisamente os totais apresentados.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a apresentação e contabilização das informações e para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do grupo, sendo as seguintes:

(A) BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas incluem o FGTS e as entidades sobre as quais, independente da natureza de seu envolvimento, possui direitos a retornos variáveis decorrente de seu envolvimento com essas entidades e o Fundo possui a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre estas entidades.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis do controlador.

Os saldos e transações, que correspondem quaisquer receitas ou despesas não realizadas nas transações entre o Fundo e suas controladas, assim como ganhos ou perdas oriundos de transações com as controladas e registrados por equivalência patrimonial, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

As entidades controladas objeto de consolidação, refere-se a entidades de Fundo de Investimentos Exclusivo constituídas com o objetivo de servir de extensão da política operacional do Fundo por meio de veículo próprio e estruturado de carteira diversificada, sendo o FGTS o único cotista. Dessa forma, não estão sendo apresentadas quaisquer participações de não controladores no balanço patrimonial como componente segregado do patrimônio.

As entidades consolidadas nas demonstrações contábeis do FGTS são: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Caixa RB Capital Habitação (FIDC Caixa RB Capital Habitação), Caixa Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha (FII Caixa Porto Maravilha), Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Desenvolvimento Imobiliário (FII Caixa Desenvolvimento Imobiliário), Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Incorporação (FII Caixa Incorporação), Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Convida Suape - FII (FII Caixa Convida Suape) e refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do FGTS e de suas controladas.

As demonstrações contábeis dos fundos de investimento são preparadas utilizando práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento conforme as normas e orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e, especificamente pela Instrução CVM nº 462/07 aplicada ao FI-FGTS, Instrução CVM nº 489/11 aplicada ao FIDC Caixa RB Capital Habitação e Instrução CVM nº 516/11 aplicada ao FII Caixa Porto Maravilha, FII Caixa Desenvolvimento Imobiliário, FII Caixa Incorporação e FII Caixa Convida Suape, e quando aplicável são realizados ajustes de práticas contábeis de acordo às Normas Brasileiras de Contabilidade para fins de equivalência patrimonial e consolidação.

As controladas indiretas são aquelas entidades nas quais o FGTS possui relacionamento por meio de suas controladas, os Fundos de Investimentos e detêm influência preponderante das políticas financeiras e/ ou operacionais, embora não detém esse controle de forma direta.

As entidades controladas indiretas não estão contempladas na consolidação dessas demonstrações contábeis, em consonância com os requisitos do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, dentro da prerrogativa que as controladoras dessas entidades são fundos de investimentos e avalia seu desempenho, substancialmente, com base no valor justo.

(B) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos que são aplicadas às políticas contábeis são realizadas pela Administradora e possuem impacto significativo sobre os valores contábeis reportados de ativos e passivos que não são facilmente obtidos por outras fontes. A Administradora utiliza como base a experiência histórica e outros fatores relevantes ao elaborar as estimativas e respectivas premissas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas periodicamente, e os efeitos decorrente da revisão feita são reconhecidos no período em que são revisadas, se afetar apenas o período, ou no período da revisão e nos períodos seguintes, se afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Os principais julgamentos pela Administradora quanto às estimativas e premissas são relativos a: mensuração das provisões e passivos contingentes; provisão para perdas de créditos esperadas de instrumentos financeiros; provisão para perdas de empréstimos e recebíveis; mensuração a valor justo e processos de avaliação de instrumentos financeiros; mensuração de propriedades para investimentos; estimativas de vida útil de ativos não financeiros; avaliação do modelo de negócio; avaliação quanto ao aumento significativo no risco de crédito; avaliação quanto a redução ao valor recuperável de investimentos permanentes; dentre outras. Sendo assim os valores reais podem apresentar variações em relação às estimativas, tornando-os conhecidos somente por ocasião da sua liquidação.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes com base na expectativa que sejam realizados no decurso normal do ciclo operacional do FGTS. Os demais ativos e passivos que não se enquadram nesse critério são classificados como não circulantes. Os passivos referentes a depósitos vinculados do FGTS são classificados como circulantes com base na expectativa que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal e em função da disponibilidade dos recursos para seus depositários.

A demonstração de valor adicionado ("DVA") não está sendo apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis, por se tratar de informação financeira adicional e de uso não obrigatório para o FGTS, dentro do escopo do CPC – 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

(C) APURAÇÃO DO RESULTADO

As receitas e despesas são registradas na apuração de seu fato gerador, segundo o regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem.

As receitas de juros e as despesas de taxas e tarifas são reconhecidas quando o valor, os custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados.

As receitas de juros são mensuradas com base na taxa efetiva de juros - TJE para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado. A TJE é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. É estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro e seu cálculo considera todos os termos contratuais do instrumento financeiro e inclui quaisquer taxas ou custos incrementais diretamente atribuíveis ao instrumento que integram a taxa efetiva.

(D) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Correspondem aos saldos de disponibilidade e aplicações financeiras com liquidez imediata remuneradas pela Taxa SELIC, mantidos com o objetivo de fazer frente às obrigações de curto prazo e com risco insignificante de mudança no seu valor de mercado.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são títulos de crédito com compromisso de revenda em data futura, com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação e prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data de contratação. As operações compromissadas são consideradas operações financeiras com garantia e lastro em títulos públicos federais e realizadas por meio de instituições financeiras do mercado.

(E) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço consolidado quando o FGTS se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos. São inicialmente mensurados a valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros, exceto para aqueles instrumentos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado, são deduzidos ao valor justo dos ativos e passivos financeiros, quando aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado, ao valor justo no resultado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, dependendo da classificação atribuída dos ativos financeiros, estabelecida com base no modelo de negócio produzido pela Administração.

O modelo de negócio representa a maneira como a entidade gerencia seus ativos para atingir uma determinada estratégia de resultado, tendo essencialmente como objetivo: a) coletar fluxos de caixa contratuais (principal e juros); b) coletar fluxos de caixa contratuais e/ para vendê-los; e c) negociá-los ativamente (compra e venda no curto prazo).

Os instrumentos de dívida que atendem às condições de: a) modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e b) os termos do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamento de principal e juros, incidentes sobre o valor do principal em aberto, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

Os instrumentos de dívida que atendem às condições de: a) modelo de negócio cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e b) os termos do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamento de principal e juros, incidentes sobre o valor do principal em aberto, são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Quando o ativo financeiro não atende a nenhuma dessas condições são subsequentemente mensurados a valor justo por meio do resultado.

A entidade pode fazer ainda, como opção irrevogável, no reconhecimento inicial de investimentos em instrumentos de patrimônio, apresentar as variações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes, ou para àqueles investimentos em instrumentos de dívida que atenda aos critérios de classificação ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como mensurado ao valor justo por meio do resultado, se ao fazer isso eliminar ou reduzir um descasamento contábil.

A administração do FGTS avaliou, com base nos requisitos exigidos pela norma contábil, as características contratuais dos fluxos de caixa e o modelo de negócio de seus ativos financeiros, a fim de classificá-los na categoria correspondente.

(F) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensuração a custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Representam nas demonstrações contábeis consolidadas as aplicações em instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e instrumentos financeiros derivativos, classificados ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócio definido pela Administração, adquiridos ou mantidos com a intenção de mantê-los para "negociação ativa", sendo seu valor de mercado, consideradas as garantias dadas, equivalente ao valor contábil.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são mensurados ao valor justo por meio do resultado no final de cada período do relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que ocorrem. O valor justo é determinado conforme descrito na sessão a seguir.

(F.1) MENSURAÇÃO A VALOR JUSTO

Para a apresentação das demonstrações contábeis, a Administradora estabelece procedimentos relacionados a mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros. Isso inclui as políticas e divulgações contábeis e as avaliações efetuadas por meio de avaliadores independentes, que não tem relação com o FGTS.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros no final dos períodos reportados compreendem o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Ao mensurar o valor justo para ativos ou passivos financeiros a Administradora se utiliza de dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, que refletem o preço de transações recentes para instrumentos similares, ou na ausência deste, por meio de laudo de avaliação determinado por empresa independente. Se informações de terceiros, tais como cotação em corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar o valor justo, é efetuado uma análise sobre as evidências obtidas de terceiros, para suportar se tais avaliações atendem os requisitos da norma CPC 46 – Mensuração a Valor Justo, incluindo o nível de hierarquia classificado.

A classificação das mensurações do valor justo nos diferentes níveis de hierarquia de valor justo depende do grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para mensuração do valor justo. Os valores justos são classificados em níveis de hierarquia, baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

i) Nível 1 – são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

ii) Nível 2 – inputs, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

iii) Nível 3 – são aquelas resultantes de técnicas de avaliação que incluem informações do ativo ou passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

O FGTS reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

(F.2) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O FGTS utiliza instrumentos financeiros derivativos para mitigar exposições a riscos de taxas e retornos de determinados investimentos.

O CCFGTS por meio da Resolução n° 681, de 10 de janeiro de 2012 e alterações, regulamenta os termos e condições a serem observados na aquisição de investimentos, no rol das Carteiras Administradas do FGTS, efetuados pelo Agente Operador. Este instrumento legal estabelece que o Agente Operador assegurará ao Fundo, no conjunto dos investimentos realizados, o rendimento mínimo igual à atualização monetária das contas vinculadas, acrescido de juros nominais de 6% (seis por cento) ao ano. Para isso o Agente Operador fará jus a um percentual de 1% (um por cento) dos rendimentos auferidos pelo FGTS nos investimentos, a título de taxa de risco.

A Resolução CCFGTS nº 913/18 estabeleceu a forma de reconhecimento dessa garantia de rentabilidade mínima por meio de um instrumento financeiro derivativo, exclusivamente destinado à proteção da Carteira Administrada do FGTS, registrado no ativo em contrapartida ao resultado.

A cada período de reporte, o instrumento financeiro derivativo é reavaliado e mensurado, de acordo com técnicas de precificação aceitas e aplicáveis a instrumentos financeiros derivativos.

(G) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A CUSTO AMORTIZADO

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado antes do ajuste para qualquer provisão de perdas.

Representam nas demonstrações consolidadas os instrumentos de dívida, definidos pela Administração como gerenciados com o objetivo de recebimento dos fluxos de caixa contratuais de principal e juros, com base em seus modelos de negócio. Para essa definição, esses instrumentos financeiros foram submetidos ao teste de *SPPI (Solely Payments of Principal and Interest)* que aprovou a classificação e mensuração a custo amortizado.

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento de dívida e alocar sua receita de juros ao período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados, incluindo todos os custos da transação, excluindo as perdas de crédito esperadas durante a vida estimada do instrumento financeiro.

As receitas de juros dos instrumentos de dívida, mensurados subsequentemente ao custo amortizado, são apropriadas pro rata die, observando o regime de competência, com base na taxa efetiva de juros correspondente à remuneração dos contratos e, registradas em conta de resultado incluída como receita financeira.

Para os instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do instrumento financeiro após o reconhecimento inicial.

(H) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS AO CUSTO AMORTIZADO

Os ativos mensurados nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo custo histórico, deduzido do custo da transação, e avaliados subsequentemente, com base no modelo de negócio definido, ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros são registrados pelo regime de competência, somado ao principal em cada período em contrapartida ao resultado do período em rendas de financiamentos.

Os empréstimos e financiamentos são compostos por operações de crédito de:

i) Financiamentos habitacionais;

ii) Financiamentos para saneamento básico;

iii) Financiamentos para infraestrutura urbana;

iv) Refinanciamento nos termos da Lei nº 8.727/93;

v) Cessão de direitos creditórios;

vi) Financiamento a entidades hospitalares filantrópicas e instituições que atuam no campo para pessoas com deficiência e sem fins lucrativos;

vii) Garantias do FCVS a receber.

As garantias das operações com o FCVS a receber representam os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, os quais estão em processo de novação. Tais créditos não possuem um prazo de realização definido, pois estão atrelados ao processo de novação, cuja conclusão se dará pela emissão de títulos CVS pelo Tesouro Nacional.

O Risco de Crédito para as operações efetuadas até 1º de junho de 2001 é da União, e para as operações realizadas a partir 02 de junho de 2001 é da CAIXA, na qualidade de agente operador do FGTS, conforme Lei 8.036/90.

O risco de crédito dos financiamentos com as entidades filantrópicas e instituições que atuam no campo para pessoas com deficiência ficará a cargo dos agentes financeiros participantes, conforme Lei nº 13.778/18, sendo estes, a CAIXA, o Banco do Brasil e o BNDES.

(I) ESTIMATIVAS DE PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS DE ATIVOS CLASSIFICADOS AO CUSTO AMORTIZADO

O FGTS reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre os investimentos em instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado. O valor das perdas esperadas é atualizado em cada data de relatório, para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

A metodologia de estimativa de perda de crédito esperada apresentada nestas demonstrações contábeis consolidadas envolve o julgamento da Administração do FGTS, que considera nas estimativas e premissas, análises e projeções de fatores externos e internos, condições macroeconômicas, histórico de pagamentos, renegociações, avaliações de riscos da contraparte e garantias, para as definições de probabilidade de *default* e aumento significativo do risco de crédito.

Para a mensuração das perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros são realizadas análises ao final de cada período, a fim de identificar se houve alguma indicação de que os ativos, dentro do escopo, possam ter sofrido aumentos significativos no risco de crédito. Para isso, é levado em consideração a definição de perdas para 12 meses e para a vida inteira do contrato, com base no risco de inadimplência, probabilidade de *default* e alocação dos estágios.

A metodologia se baseia em (i) premissas para classificar se o instrumento financeiro apresenta ou não aumento significativo de risco de crédito; (ii) taxa efetiva para desconto da curva de amortização futuros; e (iii) estimativas de valor de cada garantia de instrumento para avaliar o valor não recuperável do instrumento dada a situação de *default*.

Para instrumentos financeiros que estiverem apresentado aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são mensuradas perdas de crédito esperadas correspondentes a vida inteira do ativo. Para os instrumentos financeiros sobre os quais o risco de crédito não apresentou piora desde o reconhecimento inicial, é mensurada a provisão para perdas em um valor correspondente a perdas de crédito para o período de 12 meses, exceto para os financiamentos setor público e setor privado que é calculada para toda a vida remanescente do contrato.

Os ativos financeiros do FGTS, sujeitos a tal metodologia, são: (i) Debêntures; (ii) Certificados de Recebíveis Imobiliários; (iii) Letras de Crédito Imobiliário; (iv) Financiamentos setor público e setor privado e (v) Carteira de Crédito do FGTS perante o FCVS. Não estão sujeitos à aplicação da metodologia de perdas esperadas os Títulos Público Federais e os Créditos de Valores Securitizados (títulos CVS) do FGTS, uma vez que são garantidos pela União.

A metodologia para a estimativa de perda de crédito esperada aplicada para as carteiras de Financiamentos setor público e setor privado e para a Carteira de Crédito do FGTS perante o FCVS, foi estabelecida a partir do exercício de 2021, visando a apresentação da melhor estimativa para os ativos impactados.

(I.1) AUMENTO SIGNIFICATIVO NO RISCO DE CRÉDITO

Para avaliar se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, a Administração compara o risco de inadimplência na data de reporte, levando em consideração, por exemplo, informações de *rating* atribuído ao tomador/operação, atrasos superiores a 30 dias para os empréstimos e recebíveis ao custo amortizado, eventos de inadimplemento, ainda que já sanados, ou aspectos qualitativos que afetem a percepção quanto ao risco de crédito. A classificação dos *ratings* é atribuída, internamente, pela administração e/ou externamente por agências especializadas, e a cada classe de risco de crédito, é atribuído um percentual da probabilidade de *default* correspondente.

As percepções qualitativas sobre a situação do ativo que caracteriza um aumento significativo no risco de crédito, correspondem àquelas obtidas sem esforços e sem custos financeiros significativos pela Administração, e compreendem:

(i) Dificuldade financeira significativa do emissor ou mutuário;

(ii) Quebra de contrato, como por exemplo, inadimplência ou pagamentos vencidos;

(iii) O credor do devedor, por motivos econômicos ou contratuais relacionados à dificuldade financeira do devedor, dá ao devedor uma concessão que o credor, de outro modo, não consideraria;

(iv) Tornar-se provável que o devedor entrará em falência ou passará por outra reorganização financeira;

(v) O desaparecimento de mercado ativo para esse ativo financeiro, por causa de dificuldades financeiras; ou

(vi) Compra ou concessão de ativo financeiro com grande desconto, que reflita as perdas de crédito incorridas.

Após avaliação quanto a percepção de eventual aumento do risco de crédito, a Administração classifica os instrumentos financeiros em três estágios:

a. Estágio 1: ativos sem aumento significativo do risco de crédito, para o qual a mensuração de perda esperada considera apenas os próximos 12 meses, com exceção das perdas calculadas para os financiamentos setor público e setor privado que é calculada para toda a vida remanescente do contrato

b. Estágio 2: ativos com aumento significativo de risco de crédito, mesmo sem *default*, para o qual a mensuração de perda esperada considera a vida remanescente do contrato.

c. Estágio 3: ativos em *default*, sem perspectiva de reversão da situação no curto prazo, para o qual a mensuração de perda esperada considera a vida remanescente da dívida.

(I.2) DEFINIÇÃO DE INADIMPLÊNCIA E PROBABILIDADE DE *DEFAULT*

As condições do evento de inadimplência para fins de gestão de risco de crédito interno, uma vez que a experiência histórica indica que os ativos financeiros que atendem a esses critérios são em geral não recuperáveis são: a) descumprimento das obrigações financeiras *(covenants)* pelo devedor, e b) operações classificadas nos piores níveis de *rating*, ou sem nota de crédito, na data do relatório.

O *default* se consigna pela inexistência de pagamento ou descumprimento de cláusulas contratuais. A probabilidade de *default* é apurada com base em percentual estabelecido para cada categoria de *rating* apresentada e designada para as operações/tomadores. Com essa classificação é possível prever a capacidade do devedor honrar a dívida dentro do prazo e condições contratuais.

(I.3) MENSURAÇÃO DA PROVISÃO DE PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

A Administração realiza análise dos instrumentos financeiros na data base, a fim de apurar os valores resultantes entre a diferença dos fluxos de caixa devidos com os fluxos de caixa esperados. A mensuração das perdas de crédito esperadas é uma função desta análise, que considera (i) a exposição ao risco de *default* (EAD); (ii) o percentual de exposição em caso de *default* (LGD); e (iii) a probabilidade de ocorrência do *default* (PD). A EAD é a exposição ao risco de *default*, ou seja, a posição atual do saldo devedor em determinada data-base. A LGD é o percentual que representa quanto do valor do ativo seria perdido em caso de *default*, apurado conforme descrito no item (i.1), que presume os fluxos de caixa esperado, ajustado a valor presente por meio da taxa efetiva de juros, descontado as garantias existentes em cada operação. A PD é a probabilidade de ocorrer *default* em um determinado período futuro.

Para o cálculo da perda esperada para cada ativo financeiro, multiplica-se as variáveis analisadas: a) valor de exposição do ativo dado o *default*; b) o percentual de exposição dado o *default*; e c) a probabilidade dado o *default*. Para os ativos financeiros que atendem aos critérios de inadimplência constante no item (i.2), e percebidos pela Administração como alto risco de crédito diante de quaisquer condições econômico-financeiras vigentes, os mesmos são classificados como 100% (cem por cento) do valor não recuperável na data base.

Para as perdas esperadas relacionadas a carteira de créditos do FGTS perante o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais) a metodologia para o cálculo da provisão dos contratos busca captar o risco vinculado ao recebimento dos ativos, considerando o histórico da carteira de créditos e utiliza as informações mais recentes disponíveis, como eventuais mudanças regulamentares que afetem o comportamento da carteira, definindo os níveis de provisão de todas as operações cobertas pelo FCVS.

Os valores de provisão para perdas esperadas são registrados em conta redutora do ativo, em contrapartida com o resultado do período. Caso os aspectos que determinaram o reconhecimento da provisão para perdas esperadas do ativo financeiro em períodos anteriores não mais se façam presentes, é feita a reversão da referida provisão, até o limite provisionado, assim como, se a perda for confirmada, o ativo é desreconhecido.

(I.4) BAIXA DE ATIVOS FINANCEIROS

Para o ativo financeiro que apresenta condição de *default* na data de reporte, e que com base na análise da Administração é identificado que o devedor está com graves problemas financeiros e não há perspectivas realistas de recuperação, por exemplo, quando o devedor está em processo de liquidação judicial ou declarou falência, ou para contratos vencidos a mais de dois anos, o ativo financeiro é baixado, mesmo se estiver sujeito a processo de execução ou quaisquer procedimentos de recuperação. Qualquer valor recuperado é reconhecido no resultado em que o evento ocorrer.

(J) INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, COLIGADAS E EMPREENDIMENTO CONTROLADOS EM CONJUNTO

Para o FGTS, controlador único dos Fundos de Investimentos FI-FGTS, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e Fundos de Investimentos Imobiliários – FII's,

conforme descriminados na nota 2 (a), são entidades constituídas sob a forma de condomínio fechado, destinados a investimentos em construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos em infraestrutura nos setores de: rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia, saneamento e aeroportos (FI-FGTS) e operações que possuam lastro nas áreas de Habitação e operações urbanas consorciadas (FIDC e FII's).

Estes Fundos, controlados pelo FGTS na qualidade de cotista exclusivo, estão sendo apresentados nestas demonstrações contábeis como investimentos classificados como permanentes. Os resultados e os ativos e passivos desses Fundos são incorporados pelo método de equivalência patrimonial com base nos valores de suas cotas de fechamento no patrimônio líquido de cada fundo. De acordo com o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas, coligadas e controle conjunto, é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo, e ajustado subsequentemente de forma a reconhecer a participação do FGTS no resultado da controlada.

Para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada a investimentos em controladas, coligadas ou controladas em conjunto, são aplicados os requisitos do CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Quando necessário o valor contábil do investimento é submetido ao teste de redução ao valor recuperável como um único ativo, comparando seu valor recuperável com seu valor contábil. As perdas ou reversão dessas perdas ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do período.

Os investimentos indiretos de natureza permanente, por meio destas controladas do FGTS, com relação de controle, controle conjunto ou coligadas são compostos por aplicações em fundos de investimentos (FIDC e FIP) e cotas de ações de Sociedade de Propósito Específico (SPE) com e sem cotação em bolsa de valores, conforme discriminados na Nota 5.

Dos instrumentos de patrimônio de propriedade do FI-FGTS, as cotas de fundos de investimentos são avaliadas pelo valor da cota de fechamento divulgada pela administradora dos respectivos fundos, desde que substancialmente represente o valor justo, e caso contrário, são ajustadas para refletir tal valor. As ações de companhias abertas são avaliadas com base na última cotação de fechamento divulgada pela Bolsa de Valores. As ações sem cotação são avaliadas a valor justo, determinado por meio de laudo de avaliação emitido por empresa especializada. E, as ações preferenciais, são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal atualizado pela variação acumulada do IPCA, desde a data de subscrição das ações até a data de cada pagamento de dividendos, e ajustados ao valor recuperável.

O investimento em cotas de ações, detido pelo FII – Desenvolvimento Imobiliário, é classificado como instrumento de patrimônio e é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido, inicialmente, pelo seu valor de custo de aquisição, acrescido ou deduzido, conforme o caso, do ágio na aquisição de investimentos à época da aquisição, em consonância com o CPC 18 – Investimentos em Coligada, em Controlada e Empreendimentos Controlados em Conjunto.

As cotas de ações preferenciais de SPE do FII Convida Suape não possuem cotação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado e estão sendo mensuradas a valor justo, determinado através de laudo de avaliação elaborado por empresa independente.

As cotas de ações de SPE, mantidas pelo FII Caixa Incorporação, são, em parte classificadas como instrumento de dívida, cujos rendimentos são apropriados de acordo com parâmetros de rentabilidade definidos em Acordo de Cotistas. Anualmente a Administração realiza a contratação de consultoria especializada para avaliação das sociedades de propósito específico com e sem retorno preferencial definido. A forma de apreçamento considera eventuais ajustes de provisões para perdas por redução ao valor recuperável, sempre que houver evidência de redução de valore recuperável do investimento. A outra parte é classificada como instrumento de patrimônio, e avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, de forma que o valor do investimento é apurado mediante aplicação do percentual de participação do Fundo na SPE, sobre o valor do patrimônio líquido, com efeitos nas demonstrações do resultado do exercício.

As cotas de ações em SPE de propriedade do FII – Porto Maravilha, classificadas como investimento permanente, são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, registradas inicialmente ao custo, e ajustadas subsequentemente pelas mudanças no valor da participação societária, deduzidas por provisão para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

(K) PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

As propriedades para investimento são propriedades para obter rendas com aluguéis e/ ou valorização do capital, incluindo as imobilizações em andamento para tal propósito. As propriedades para investimentos do Fundo são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após seu reconhecimento inicial as propriedades são mensuradas ao valor justo. Todos os rendimentos provenientes do arrendamento operacional de bens para fins de ganho de aluguel ou apreciação do capital são registrados como propriedades para investimentos e mensurados utilizando o método de valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de variações no valor justo são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem.

As propriedades para investimentos apresentadas no balanço consolidado compreendem os empreendimentos em construção (MDL Empreendimentos Porto Vista e TSP Empreendimentos Aqwa Corporate Torre II) e imóveis acabados (Edifício Aqwa Corporate Torre I), localizados na cidade do Rio de Janeiro – RJ, de propriedade do FII Porto Maravilha.

(L) OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

Representam os valores a receber do Tesouro Nacional referentes às operações de crédito com Liquidandas e Repassadoras, conforme estabelecida na Lei nº 6.024/74, remunerados à TR mais juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano) decorrentes de financiamentos habitacionais anteriores a 1º de junho de 2001, cujo risco de crédito é da União.

Apesar desses ativos estarem sobre o aval de risco de crédito garantido pela União, em 2016 o Conselho Curador do FGTS emitiu a Resolução CCFGTS nº 831/2016 autorizando a provisão de perdas dos créditos referentes ao agente MINASCAIXA, além das exigibilidades dos juros correspondentes, em razão de evidências que apontam alto grau de incerteza quanto ao recebimento desse ativo junto à União, uma vez que esta estabelece diversos ritos a serem seguidos pela Administradora para a assunção do risco de crédito.

Para os demais ativos financeiros deste grupo, nenhuma provisão de perdas está sendo constituída pelos motivos já expostos acima. Todos os ativos elencados nesse grupo são classificados como não circulantes, pois não há, até o momento, expectativa de realização nos próximos 12 meses.

(M) DEPÓSITOS VINCULADOS DO FGTS

Compostos por recolhimentos realizados pelos empregadores à alíquota de 8% (oito por cento) da remuneração bruta dos trabalhadores, com contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Os depósitos são remunerados pela TR mais juros anuais de 3% a.a. (três por cento ao ano), reconhecidos como despesas no resultado do período.

Os depósitos vinculados representam a constituição de um funding relativo ao tempo de serviço para o trabalhador, relativo ao tempo de serviço, que fará jus aos recursos nos termos e condições legais, estabelecidas na regulamentação, que dispõe sobre a época e certeza de sua movimentação.

Resguardando sua natureza e disposições legais, os depósitos não apresentam vencimento definido uma vez que as condições para o saque são disciplinadas pela Lei, não possuindo o FGTS o poder incondicional de recusar ou adiar sua liquidação e, por isso, essas obrigações são mantidas, essencialmente, no passivo circulante.

(N) CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

De acordo com o regulamento do FGTS os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 07 (sete) do mês subsequente, em conta vinculada ao empregado, o correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração paga ou devida no mês anterior, incluídas as demais remunerações, respondendo por este a incidência de acréscimos legais apurados com base na TR do período, acrescido de juros de mora de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) e multas, quando do não recolhimento.

As contribuições ao FGTS constituem um direito do trabalhador a reserva vinculada, em contrapartida a uma obrigação do empregador para sua constituição. Esta reserva é constituída pelos depósitos efetuados na rede arrecadadora, não correspondendo obrigações do Fundo por contribuições devidas e não recolhidas.

A Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994, regulamenta a fiscalização, apuração e cobrança judicial das contribuições e multas devidas ao FGTS, representação judicial e extrajudicial, inscrição em dívida ativa e, estabelece as prerrogativas para sua operacionalização, de competência do Ministério da Economia, CAIXA e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Os créditos de contribuições pendentes de recolhimento, em processo administrativo, inscritos em dívida ativa da União ou em condição de parcelamento, não estão contabilizados no patrimônio do Fundo, dado o carácter contingente desses créditos, o grau de incerteza dos reais benefícios econômicos futuros gerados, seus valores e à época dependendo de eventos futuros e incertos, somada às disposições legais para a constituição dos depósitos vinculados, visto que o FGTS não configura pólo ativo ou passivo, oriundos por direitos e obrigações de trabalhadores e empregadores, das contribuições devidas e não efetivadas.

(O) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

As provisões são reconhecidas quando a entidade possui uma obrigação presente, legal ou presumida, resultante de evento passado, que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando existe a probabilidade de movimentação dos recursos, que somente venham a se confirmar em acontecimentos futuros, pela ocorrência de um ou mais eventos que não estejam sob o controle do FGTS. É mensurada com base na experiência histórica e a análise é realizada de forma consistente com a utilização de bases confiáveis para determinação das estimativas.

(P) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Fundo Conta Geral é constituído pelo resultado líquido apurado até o exercício de 2015, acrescido da parte do resultado não distribuído anualmente, após a distribuição de percentual do valor do resultado positivo auferido pelo FGTS, mediante crédito nas contas vinculadas, conforme estipulado no seu regulamento, incluído pela Lei nº 13.446, de 25 de maio de 2017.

(Q) DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO

O Conselho Curador define, após a divulgação do resultado positivo auferido em cada exercício, o montante do resultado que será distribuído a todas as contas vinculadas que apresentem saldo positivo em 31 de dezembro do exercício-base do resultado, de forma proporcional ao saldo existente em cada conta vinculada. A distribuição será efetivada até o dia 31 de agosto do ano seguinte ao exercício de apuração, conforme estabelece o regulamento do FGTS.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

(A) COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depósito Bancário	**5.745.845**	**3.611.790**	**5.745.879**	**3.611.828**
Operações compromissadas[1]	**23.342.033**	**22.124.066**	**25.800.500**	**30.145.337**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.404.700	-
Letras do Tesouro Nacional	23.342.033	22.124.066	23.395.800	22.960.800
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	7.184.537
Total	**29.087.878**	**25.735.856**	**31.546.379**	**33.757.165**

[1] Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

(B) RENDAS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Rendas de depósito remunerado	**194.150**	**197.351**	**194.150**	**197.351**
Rendas de operações compromissadas	**1.063.179**	**586.973**	**1.297.271**	**773.243**
Letras Financeiras do Tesouro	30.488	21.764	72.545	29.788
Letras do Tesouro Nacional	188.368	151.743	298.971	270.166
Notas do Tesouro Nacional	844.323	413.466	925.755	473.289
Total	**1.257.329**	**784.324**	**1.491.421**	**970.594**

NOTA 5 – INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

São entidades em que o FGTS detém, de forma direta ou indireta, o controle ou controle compartilhado, são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo, incluindo o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada, se aplicável.

Devido ao estágio em que os sócios discutem a continuidade do Convida Suape S.A, entendeu que a melhor forma de contabilização seria por meio do Valor Justo relacionado aos mecanismos de proteção do investimento do fundo.

Descrição	Grau de Relacionamento	Quantidade de ações/cotas	Participação
Fundos investidos			
FGTS			
FI-FGTS	Controle direto	8.749.524.061	100,00%
FIDC RB Habitação	Controle direto	394	100,00%
FII Porto Maravilha	Controle direto	4.735.662.339	100,00%
FII Desenvolvimento Imobiliário	Controle direto	298	100,00%
FII Caixa Incorporação	Controle direto	467	100,00%
FII Convida SUAPE	Controle direto	180	100,00%
Sociedades de Propósito Específicos - SPE			
FII-Convida Suape			
Convida Suape S.A.	Controle conjunto	41.374	49,00%
FII-Desenvolvimento Imobiliário			
Karagounis Participações S.A.	Controle conjunto	576	80,00%
FII-Caixa Incorporação			
Sipavale	Controle indireto	41.092.746	99.99%
Colors Home Art	Controle indireto	13.761.716	99.99%
Viva Tucurui	Controle indireto	39.448.228	99.99%
Tiner	Controle indireto	100.000	99.99%
Ecopark	Controle indireto	22.752.079	99.99%
FII-Porto Maravilha			
Leste Maravilha	Controle indireto	35.306.366	100,00%

(A) COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
FI-FGTS	19.661.618	25.436.516	-	-
FIDC RB Habitação	8.418	37.440	-	-
FII Convida SUAPE	76.777	116.342	-	-
FII Desenvolvimento Imobiliário	-	7.497	-	-
FII Caixa Incorporação	214.244	316.343	-	-
FII Porto Maravilha	707.943	543.988	-	-
Sociedades de Propósito Específicos - SPE	-	-	193.636	412.018
Ágio da aquisição de SPEs	-	-	59.500	59.500
(-) Provisão para Perdas	-	-	(150.061)	(299.530)
Total	**20.669.000**	**26.458.126**	**103.075**	**171.988**

(B) MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Descrição	2020	Aplicação / Resgates	Equivalência patrimonial	Ajuste a valor justo	Provisão para perdas	Valores a pagar	2021
FI-FGTS	25.436.516	(7.784.105)	2.009.207	-	-	-	19.661.618
FIDC RB Habitação	37.440	(11.500)	(17.522)	-	-	-	8.418
FII Convida SUAPE	116.342	-	(39.565)	-	-	-	76.777
FII Desenvolvimento Imobiliário	7.497	-	(12.494)	-	-	4.997	-
FII Caixa Incorporação	316.343	(108.900)	6.801	-	-	-	214.244
FII Porto Maravilha	543.988	-	163.955	-	-	-	707.943
Total Controladora	**26.458.126**	**(7.904.505)**	**2.110.382**	**-**	**-**	**4.997**	**20.669.000**
Sociedades de Propósito Específicos - SPE	171.988	(8.198)	(36.667)	(38.468)	14.420	-	103.075
Total consolidado	**171.988**	**(8.198)**	**(36.667)**	**(38.468)**	**14.420**	**-**	**103.075**

(C) DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS

Descrição	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021		2020
	Equivalência Patrimonial	Equivalência Patrimonial	Equivalência Patrimonial	Ajuste a valor justo	Equivalência Patrimonial
FI-FGTS	2.009.207	1.118.666	-	-	-
FIDC RB Habitação	(17.522)	(8.482)	-	-	-
FII Convida SUAPE	(39.565)	999	-	-	-
FII Desenvolvimento Imobiliário	(12.494)	(33.053)	-	-	-
FII Caixa Incorporação	6.801	6.155	-	-	-
FII Porto Maravilha	163.955	(562.279)	-	-	-
Sociedades de Propósito Específicos - SPE	-	-	(36.667)	(38.468)	(47.975)
Total	**2.110.382**	**522.006**	**(36.667)**	**(38.468)**	**(47.975)**

(D) FI-FGTS

Foi instituído pela Lei nº 11.491/07 destinado a investimentos construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia, saneamento e aeroportos, de acordo com as diretrizes, critérios e condições dispostas na Resolução nº 530/07, do CCFGTS.

A aprovação dos seus investimentos é de responsabilidade do Comitê de Investimentos, colegiado constituído pelo CCFGTS, que tem por finalidade, dentre outras, deliberar sobre os investimentos e desinvestimentos do FI-FGTS. Os ativos que compõe a carteira do FI-FGTS estão distribuídos entre instrumentos de participação societária, debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa, cotas de fundos de investimentos imobiliário, cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios, cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios, contratos derivativos e títulos públicos federais.

O FI-FGTS teve suas demonstrações financeiras emitidas em 16 de maio de 2022. O relatório dos auditores independentes apresentou as seguintes ênfases aqui transcritas:

"Ênfases

(a) Incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional de companhias investidas

Chamamos a atenção para as Notas 4, 5 e 6, que mencionam que os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 das companhias investidas, por meio de ações e/ou debêntures, OTP S.A. (anteriormente denominada Odebrecht TransPort S.A.) Energimp S.A., MDCPAR S.A. Logbras Participações e Desenvolvimento Logísticos S.A., Hidrotérmica S.A. e Brasilterm Participações S.A.; e da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR, companhia investida do Yosemite Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que correspondam a 3,69% do patrimônio líquido do Fundo, contêm seção de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessas companhias investidas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

(b) Investigações em andamento em companhias investidas

Chamamos a atenção para as Notas 4, 5 e 6, que mencionam que os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 das companhias investidas, por meio de ações ou debêntures, Hidrotérmica S.A., Santo Antônio Energia S.A. e Brasilterm Participações S.A.; e da Madeira Energia S.A., companhia investida do Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Amazônia Energia, que correspondem a 24,12% do patrimônio líquido do Fundo, contêm ênfases em relação as investigações e/ou outras medidas legais por autoridades públicas em andamento, como detalhado nas referidas notas explicativas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto."

(E) FIDC

O FIDC Caixa RB Capital Habitação, investimento com participação exclusiva do FGTS, foi constituído sob a forma de condomínio fechado, aprovado pela Resolução CVM n° 2.842/09, com prazo de duração determinado, regido por regulamento próprio e pelas disposições legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis, destinado a aplicação em direitos creditórios de natureza imobiliária.

O FIDC teve suas demonstrações financeiras emitidas em 04 de abril de 2022. O relatório dos auditores independentes apresentou as seguintes itens aqui transcritos:

"Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 23 às demonstrações contábeis finas em 31 de dezembro 2021, em assembléia geral de cotistas realizada em 25 de março de 2022, foi prorrogado o prazo para 31 de março de 2023, As demonstrações contábeis do Fundo não consideram eventuais efeitos de descontinuidade de suas atividades. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2021, A administração reviu a recuperabilidade dos direitos creditórios vencidos detidos pelo Fundo, na modalidade de Células de Créditos Imobiliários, emitidos pela Santa Mônica Empreendimentos e Participações SPE Ltda., no montante de R$ 26.826 mil em 31 de dezembro de 2020 e decidiu por reapresentar aquelas demonstrações contábeis, refletindo a perda esperada dos créditos em sua totalidade, sendo a parcela revista no montante de R$ 18.231 mil. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Desenquadramento do Fundo

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5 às demonstrações contábeis finas em 31 de dezembro de 2021, o fundo detém direitos creditórios líquidos de provisão no montante de R$ 2.321 mil, os quais representam 27,57% do seu patrimônio líquido, estando em desacordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as quais determinam como sendo o mínimo de 50% a manutenção em direitos creditórios. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Reconhecimento de receita em competência indevida

Conforme nota explicativa nº 17, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o administrador apurou cobrança indevida de taxa de administração no montante de R$ 220 mil realizadas em exercícios anteriores, procedendo o ressarcimento ao Fundo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."

(F) FII – CAIXA CONVIDA SUAPE

O Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Convida SUAPE foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado, regido por regulamento próprio, pela Lei nº 8.668/93, pela Instrução CVM nº 472/08 e por demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O Fundo tem por objetivo investimentos em ativos imobiliários e ativos financeiros, observado o disposto em seu regulamento, na legislação e regulamentação aplicável expedida pela CVM.

O FII Caixa Convida SUAPE teve suas demonstrações financeiras emitidas em 14 de abril de 2022. O relatório dos auditores independentes apresentou o seguinte item aqui transcrito:

"Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme detalhado na nota explicativa nº 3.d e 5 às demonstrações financeiras, o Fundo investe em propriedades para investimento através de participação na Convida Suape S.A. ("Companhia"), para as quais, através de instrumento contratuais, busca mecanismos de proteção para reaver o saldo investido, mediante a ocorrência de eventos futuros, uma vez que a Companhia encontra-se com suas atividades paralisadas e seus acionistas discutem sua eventual continuidade, com consequente desinvestimento. Até a conclusão do nosso exame, não houve definição desta questão. As demonstrações financeiras do Fundo em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."

(G) FII – CAIXA DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO

O Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Desenvolvimento Imobiliário foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado, regido por regulamento próprio, pela Lei nº 8.668/93, pela Instrução CVM nº 472/08 e por demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Conforme decidido em Assembléia Geral de Quotistas encerrada em 12 de fevereiro de 2021 o prazo de duração do Fundo foi prorrogado até 31 de outubro de 2022.

O Fundo tem por objetivo a aplicação, direta ou indiretamente, em ativos imobiliários, sendo suas cotas custodiadas no mercado secundário através do SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

O FII Caixa Desenvolvimento Imobiliário teve suas demonstrações financeiras emitidas em 13 de maio de 2022. O relatório dos auditores independentes apresentou os seguintes itens aqui transcritos:

"Ênfase – Base de elaboração das demonstrações financeiras

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 2, que descreve que as demonstrações financeiras do Fundo não foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, em decorrência de que o prazo de duração do Fundo se encerrará em 31 de outubro de 2022. Adicionalmente, conforme a demonstração da posição financeira do Fundo, este apresenta insuficiência de recursos para a liquidação dos passivos contabilizados no curto prazo, e a companhia investida pelo Fundo, Karagounis Participações S.A ("Companhia"), teve suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 4 de abril de 2022 contendo parágrafo de incerteza relevante relacionada à continuidade operacional da companhia, devido às negociações em andamento com o Ministério Público do Rio Grande do Sul e município de Porto Alegre, no âmbito de Ação Civil Pública, conforme nota explicativa nº 5. Devido aos fatos supracitados, as demonstrações financeiras do Fundo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas com base nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto."

(H) FII – CAIXA INCORPORAÇÃO

O Caixa Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Incorporação foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado, regido por regulamento próprio, pela Lei nº 8.668/93, pela Instrução CVM nº 472/08 e por demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O Fundo tem por objeto investir na realização de empreendimentos imobiliários residenciais, de unidades enquadradas nas regras do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, de acordo com o disposto no regulamento e na Resolução CCFGTS nº 578/08 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O FII- Caixa Incorporação teve suas demonstrações financeiras emitidas em 03 de junho de 2022. O relatório dos auditores independentes apresentou a ênfase abaixo transcrita:

"Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Conforme nota explicativa n° 5 b às demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2021, o Fundo detém investimentos na Colors Home Art SPE Empreendimentos Imobiliários e Sipavale Empreendimentos Imobiliários ("Companhias Investidas"), cujas demonstrações contábeis das Companhias Investidas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentam situação de incerteza relevante relacionada a suas respectivas continuidades operacionais, dependendo da ocorrência de eventos e condições para o sucesso do seu plano de recuperação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto".

(I) FII – PORTO MARAVILHA

O Caixa Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado, regido por regulamento próprio, pela Lei nº 8.668/93, pela Instrução CVM nº 472/08 e por demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O Fundo tem por objeto a viabilização da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro ("OUCPRJ"), criada pela Lei Complementar nº 101/9 do município do Rio de Janeiro, com a finalidade de promover a reestruturação urbana da Área de Especial Interesse Urbanístico ("AEIU"), por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da região do Porto do município do Rio de Janeiro, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, e a sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região, com ampliação do seu patrimônio, exclusivamente, no âmbito da OUCPRJ, inclusive de forma a gerar os recursos necessários ao pagamento das contraprestações devidas em função dos serviços e obras a serem implementadas na AEIU por meio da parceria público-privada no âmbito da Operação Urbana Consorciada, objeto do Edital de Licitação para Concorrência Pública nº 001/2010 e seus anexos, especialmente o Contrato de Parceria Público-Privada ("PPP") na modalidade Concessão Administrativa.

Os investimentos consistem na realização de operações imobiliárias, com aquisição de bens e direitos no âmbito da OUCPRJ, imóveis, direitos reais sobre bens imóveis e Certificados de Potencial Adicional de Construção ("CEPAC"), investimentos em ações e cotas de sociedades cujo propósito de investimento seja o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários na AEIU.

O FII- Porto Maravilha teve suas demonstrações financeiras emitidas em 17 de junho de 2022. O relatório dos auditores independentes apresentou os seguintes itens abaixo transcritos:

"Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas 1 e 28 às demonstrações financeiras, que descrevem que devido a deterioração das condições de mercado vivida nos últimos anos e o respectivo impacto na monetização e no baixo volume de negociação de ativos, o Fundo declarou ao Fundo de Investimento Imobiliário da Região do Porto ("FII Região do Porto") e à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) estar em Situação de Iliquidez. Essa declaração foi efetuada previamente ao início das Etapas 6, em maio de 2016, Etapa 7, em maio de 2018, Etapa 8, em maio de 2019, Etapa 9, em abril de 2020, Etapa 10, em maio de 2021 e Etapa 11, em maio de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, o Fundo possui o montante de R$ 4.512.922 mil de Prêmio de Opção de Compra a liquidar junto ao FII Região do Porto, oriundos da aquisição de CEPAC em leilão público para a continuidade dos serviços e obras relacionadas a melhoria da infraestrutura da região do Porto Maravilha. Em maio de 2020, o Fundo iniciou processo judicial com o objetivo de revisão dos termos e condições da operação na região do Porto Maravilha. Consequentemente, as incertezas relacionadas às obrigações do Fundo referentes ao Prêmio de Opção de Compra e à realização dos ativos imobiliários pelos valores estimados, dependem do desfecho do processo judicial, da continuidade e da finalização das obras de infraestrutura e da melhoria das condições do mercado imobiliário na região.

Essas situações indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional do Fundo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Investigação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal

Chamamos a atenção para a Nota 1, que menciona que o Fundo foi estruturado com o objetivo da viabilização da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio de Janeiro ("OUCPRJ"), com a finalidade de promover a reestruturação urbana da Área de Especial Interesse Urbanístico. Conforme descrito na Nota 1, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal estão conduzindo investigações envolvendo o investimento do FGTS no Fundo e algumas operações imobiliárias do Fundo. A administração da Caixa Econômica Federal adotou ações internas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados e administradores. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto."

NOTA 6 – ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

(A) COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Títulos e Valores Mobiliários	**-**	**-**	**101.919**	**124.324**
Ações cotadas e não cotadas	-	-	95.729	109.790

Fundo de Investimento	-	-	6.190	14.534
Instrumento de Patrimônio	**-**	**-**	**8.047.459**	**8.637.598**
Ações Cotadas e não cotadas	-	-	6.756.299	6.904.316
Fundo de Investimento	-	-	1.291.160	1.733.282
Instrumento Financeiro Derivativo	**1.688.635**	**1.846.166**	**1.688.635**	**1.846.166**
Outros ativos financeiros de natureza imobiliária	**-**	**-**	**4.146.617**	**4.097.301**
CEPAC	-	-	4.146.617	4.097.301
Total	**1.688.635**	**1.846.166**	**13.984.630**	**14.705.389**
Circulante	**-**	**-**	**8.200.386**	**8.783.134**
Não Circulante	**1.688.635**	**1.846.166**	**5.784.244**	**5.922.255**

(B) HIERARQUIA DE VALOR JUSTO

Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/12/2020
Instrumento Financeiro Derivativo	**-**	**-**	**1.688.635**	**1.688.635**
Total Controladora	**-**	**-**	**1.688.635**	**1.688.635**
Títulos e Valores Mobiliários	**-**	**-**	**101.919**	**101.919**
Ações cotadas e não cotadas	**-**	**-**	**95.729**	**95.729**
Hidrotérmica S.A.	-	-	95.729	95.729
Fundos de Investimento	**-**	**-**	**6.190**	**6.190**
Fundo de Investimento Renda Fixa BRL Referenciado DI Longo Prazo	-	-	6.190	6.190
Instrumento de Patrimônio	**-**	**-**	**8.047.459**	**8.047.459**
Ações Cotadas e não cotadas	**-**	**-**	**6.756.299**	**6.756.299**
BRK Ambiental Participações Saneamento S.A.	-	-	3.217.274	3.217.274
VLI S.A.	-	-	2.809.454	2.809.454
Cone S.A.	-	-	325.037	325.037
Brado Logística e Participações S.A.	-	-	249.157	249.157
MDCPar S.A.	-	-	59.766	59.766
Logbras Participações Desenvolvimento Logístico S.A.	-	-	42.636	42.636
Ijui Energia S.A.	-	-	52.975	52.975
Fundos de Investimento	**-**	**-**	**1.291.160**	**1.291.160**
Fundo de Investimento Imobiliário Região do Porto	-	-	69	69
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste – SN2	-	-	645.723	645.723
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste – SN1	-	-	645.368	645.368
Outros ativos financeiros de natureza imobiliária	**-**	**-**	**4.146.617**	**4.146.617**
CEPAC	**-**	**-**	**4.146.617**	**4.146.617**
CEPAC	-	-	4.146.617	4.146.617
Total Consolidado	**-**	**-**	**13.984.630**	**13.984.630**

(C) MOVIMENTAÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Descrição	2020	Aplicação / Resgates	Rendimentos	Variações do valor justo	Valores a receber	Resultado nas negociações	Provisão para perdas	2021
Instrumento Financeiro Derivativo	**1.846.166**	**-**	**-**	**(157.531)**	**-**	**-**	**-**	**1.688.635**
Total Controladora	**1.846.166**	**-**	**-**	**(157.531)**	**-**	**-**	**-**	**1.688.635**
Títulos e Valores Mobiliários	**124.324**	**(8.509)**	**165**	**28.559**	**-**	**-**	**(42.620)**	**101.919**
Ações cotadas e não cotadas	109.790	-	-	28.559	-	-	(42.620)	95.729
Fundos de Investimento	14.534	(8.509)	165	-	-	-	-	6.190
Instrumento de Patrimônio	**8.637.598**	**(1.111.202)**	**(320.354)**	**909.277**	**9.661**	**(77.521)**	**-**	**8.047.459**
Ações Cotadas e não cotadas	6.904.316	(979.773)	-	909.277	-	(77.521)	-	6.756.299
Fundos de Investimento	1.733.282	(131.429)	(320.354)	-	9.661	-	-	1.291.160
Instrumento Financeiro Derivativo	**1.846.166**	**-**	**-**	**(157.531)**	**-**	**-**	**-**	**1.688.635**
Outros ativos financeiros de natureza imobiliária	**4.097.301**	**6.100**	**-**	**70.528**	**(34.902)**	**7.590**	**-**	**4.146.617**
CEPAC	4.097.301	6.100	-	70.528	(34.902)	7.590	-	4.146.617
Total Consolidado	**14.705.389**	**(1.113.611)**	**(320.189)**	**850.833**	**(25.241)**	**(69.931)**	**(42.620)**	**13.984.630**

(D) COMPOSIÇÃO DOS RENDIMENTOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Títulos e Valores Mobiliários	**-**	**-**	**165**	**95**
Fundos de Investimento	-	-	165	95
Instrumento de Patrimônio	**-**	**-**	**(320.354)**	**176.520**
Fundos de Investimento	-	-	(320.354)	176.520
(-) Ajuste a Valor Justo	**(157.531)**	**772.370**	**902.756**	**(358.925)**
Total	**(157.531)**	**772.370**	**582.567**	**(182.310)**

(E) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se às garantias prestadas pelo Agente operador, conforme definidas na Resolução CCFGTS nº 913/18, no conjunto dos investimentos que compõem a Carteira Administrada, rendimento mínimo igual à atualização monetária das contas vinculadas acrescida de juros nominais de 6% a. a. (seis por cento ao ano).

(F) CEPAC - CERTIFICADOS DE POTENCIAL ADICIONAL DE CONSTRUÇÃO

Os CEPAC que compõem a carteira do Fundo estão precificados pelo valor justo e são atualizados anualmente por meio de laudo de avaliação elaborado por empresa especializada independente. A avaliação relativa ao exercício de 2021 foi realizada pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

Conforme avaliação, o valor individual para os 5.358.265 (2020 – 5.386.149) títulos CEPAC existentes em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 773,87 (2020 – 760,71) e não possuem prazo de vencimento determinado.

Considerando a discussão em juízo dos termos da operação, além de uma série de iniciativas adotadas pela CAIXA para a obtenção de liquidez com os ativos do Fundo, consideraram-se as negociações de CEPAC que estavam mais avançadas ao final de 2021 para determinar o estoque de CEPAC de curto prazo, mantendo-se a quantidade remanescente no longo prazo.

O valor de 51.008 alocado no ativo circulante refere-se a quantia de 65.913 CEPAC a serem vendidos, conforme contratos de compromisso de compra e venda firmados em 7 de dezembro de 2021 e 10 de junho de 2022.

NOTA 7 – ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

O FGTS efetua aplicações com a intenção e capacidade financeira para mantê-los até seus respectivos vencimentos, com base no modelo de negócio definido pela Administração e seus fluxos de caixa contratuais possuem característica de somente pagamento de principal e juros. Esses investimentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, incluído dos custos de transação identificados na data da negociação e, avaliados, subsequentemente, ao custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros identificada para as operações.

As aplicações nesta categoria estão compostas por operações com lastro nas áreas de habitação, saneamento básico, infraestrutura urbana e operações urbanas consorciadas, lançadas por empresas públicas ou privadas, incorporadoras e cooperativas habitacionais, sociedade de propósito específico (SPE's) e entidades afins, respeitadas as áreas de atuação das entidades, em consonância com a política de aplicação do FGTS.

(A) COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Descrição	Controladora				Consolidado			
	Circulante	Não circulante	Perdas esperadas	31/12/2021	Circulante	Não circulante	Perdas esperadas	31/12/2021
Títulos e Valores Mobiliários	**22.938.673**	**121.468.869**	**(102.881)**	**144.304.661**	**32.626.639**	**121.468.869**	**(1.871.957)**	**152.223.551**
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	402.625	2.376.936	(20)	2.779.541	402.625	2.376.936	(20)	2.779.541
Créditos Securitizados - CVS	248.438	1.014.458	-	1.262.896	248.438	1.014.458	-	1.262.896
Debêntures	178.968	1.745.715	(102.823)	1.821.860	9.866.934	1.745.715	(1.871.899)	9.740.750
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	101.338	405.368	(38)	506.668	101.338	405.368	(38)	506.668
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.209.729	32.291.446	-	38.501.175	6.209.729	32.291.446	-	38.501.175
Notas do Tesouro Nacional - NTN	15.797.575	83.634.946	-	99.432.521	15.797.575	83.634.946	-	99.432.521
Empréstimos e recebíveis	**-**	**-**	**-**	**-**	**56.563**	**-**	**(54.242)**	**2.321**
Direitos Creditórios	-	-	-	-	56.563	-	(54.242)	2.321
Outros ativos financeiros de natureza imobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100.739**	**(23.081)**	**77.658**
SPE	-	-	-	-	-	100.739	(23.081)	77.658
Total	**22.938.673**	**121.468.869**	**(102.881)**	**144.304.661**	**32.683.202**	**121.569.608**	**(1.949.280)**	**152.303.530**

Descrição	Controladora				Consolidado			
	Circulante	Não circulante	Perdas esperadas	31/12/2020	Circulante	Não circulante	Perdas esperadas	31/12/2020
Títulos e Valores Mobiliários	**8.938.572**	**96.195.932**	**(102.828)**	**105.031.676**	**18.328.843**	**96.195.932**	**(1.820.549)**	**112.704.226**
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	579.823	4.082.232	(305)	4.661.750	579.823	4.082.232	(305)	4.661.750
Créditos Securitizados - CVS	209.922	1.066.297	-	1.276.219	209.922	1.066.297	-	1.276.219
Debêntures	220.990	1.973.320	(102.483)	2.091.827	9.611.261	1.973.320	(1.820.204)	9.764.377
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	97.292	510.328	(40)	607.580	97.292	510.328	(40)	607.580
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	14.615.575	-	14.615.575	-	14.615.575	-	14.615.575
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.830.545	73.948.180	-	81.778.725	7.830.545	73.948.180	-	81.778.725
Empréstimos e recebíveis	**-**	**-**	**-**	**-**	**56.307**	**-**	**(33.345)**	**22.962**
Direitos Creditórios	-	-	-	-	56.307	-	(33.345)	22.962
Outros ativos financeiros de natureza imobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**91.102**	**(18.578)**	**72.524**
SPE	-	-	-	-	-	91.102	(18.578)	72.524
Total	**8.938.572**	**96.195.932**	**(102.828)**	**105.031.676**	**18.385.150**	**96.287.034**	**(1.872.472)**	**112.799.712**

(B) DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Títulos e Valores Mobiliários	**13.067.027**	**8.689.083**	**14.307.905**	**9.349.308**
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	244.944	374.970	244.944	374.970
Créditos Securitizados - CVS	40.404	42.264	40.404	42.264
Debêntures	146.319	167.349	1.387.197	827.574
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	40.681	47.656	40.681	47.656
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.846.961	1.049.670	1.846.961	1.049.670
Notas do Tesouro Nacional - NTN	10.747.718	7.007.174	10.747.718	7.007.174
Empréstimos e recebíveis	**-**	**-**	**3.762**	**3.836**
Direitos Creditórios	-	-	3.762	3.836
Outros ativos financeiros de natureza imobiliária	**-**	**-**	**11.835**	**10.973**
SPE	-	-	11.835	10.973
Total	**13.067.027**	**8.689.083**	**14.323.502**	**9.364.117**

(C) MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Descrição	2020	Aplicação / Resgates	Recebimento de Juros	Rendimentos	Reclassificação de valores a receber/ Novação	Valorização / Desvalorização	Aumento/ redução de *impairment*	2021
CRI	4.661.750	(2.127.438)	-	244.944	-	-	285	2.779.541
CVS	1.276.219	(265.460)	-	40.404	211.733	-	-	1.262.896
Debêntures	2.091.827	(415.946)	-	146.319	-	-	(340)	1.821.860
LCI	607.580	(141.595)	-	40.681	-	-	2	506.668
LTN	14.615.575	22.038.639	-	1.846.961	-	-	-	38.501.175
NTN	81.778.725	12.713.364	(5.807.286)	10.747.718	-	-	-	99.432.521
Total Controladora	**105.031.676**	**31.801.564**	**(5.807.286)**	**13.067.027**	**211.733**	**-**	**(53)**	**144.304.661**
CRI	4.661.750	(2.127.438)	-	244.944	-	-	285	2.779.541
CVS	1.276.219	(265.460)	-	40.404	211.733	-	-	1.262.896
Debêntures	9.764.377	(1.465.072)	-	1.387.197	32.420	51.923	(30.095)	9.740.750
LCI	607.580	(141.595)	-	40.681	-	-	2	506.668
LTN	14.615.575	22.038.639	-	1.846.961	-	-	-	38.501.175
NTN	81.778.725	12.713.364	(5.807.286)	10.747.718	-	-	-	99.432.521
Direitos Creditórios	22.962	(3.506)	-	3.762	-	-	(20.897)	2.321
SPE	72.524	-	-	11.835	(2.197)	-	(4.504)	77.658
Total Consolidado	**112.799.712**	**30.748.932**	**(5.807.286)**	**14.323.502**	**241.956**	**51.923**	**(55.209)**	**152.303.530**

(D) CVS – CRÉDITOS SECURITIZADOS

Os créditos securitizados são formados por Títulos Públicos - CVS recebidos dos agentes financeiros no âmbito do processo de securitização e os decorrentes das novações de créditos cedidos (Nota 9 b). Os títulos CVS - séries A e C rendem TR + 6,17% a. a. (seis inteiros e dezessete centésimos por cento ao ano), e os de séries B e D rendem TR + 3,12% a. a. (três inteiros e doze centésimos por cento ao ano), a serem resgatados em até 30 (trinta) anos contados a partir de 1º de janeiro de 1997.

Descrição	Controladora / Consolidado	
	2021	2020
CVS - Série A	39.008	45.663
CVS - Série B	1.165.693	1.160.949
CVS - Série C	515	616
CVS - Série D	57.680	68.991
Total	**1.262.896**	**1.276.219**

(E) SEGREGAÇÃO POR PRAZOS

Controladora						
Descrição	**Até 1 Ano**	**de 1 a 5 Anos**	**de 5 a 10 Anos**	**Acima de 10 Anos**	**Valor Contábil 2021**	**Valor Contábil 2020**
Títulos Públicos Federais	**22.007.304**	**59.566.079**	**56.360.313**	**-**	**137.933.696**	**96.394.300**
LTN	6.209.729	32.291.446	-	-	38.501.175	17.014.762
NTN	15.797.575	27.274.633	56.360.313	-	99.432.521	79.379.538
CVS – Créd. Securitizados	**248.438**	**1.014.458**	**-**	**-**	**1.262.896**	**1.276.219**
Certificados de recebíveis - CRI	**402.625**	**1.284.452**	**1.030.630**	**61.854**	**2.779.561**	**4.662.055**
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	**101.338**	**405.368**	**-**	**-**	**506.706**	**607.620**
Debêntures	**178.968**	**1.356.341**	**389.374**	**-**	**1.924.683**	**2.194.310**
Total 2021	**22.938.673**	**63.626.698**	**57.780.317**	**61.854**	**144.407.542**	**-**
Total 2020	**8.938.572**	**68.265.657**	**27.567.300**	**362.975**	**-**	**105.134.504**

NOTA 8 – PERDAS DE CRÉDITO ESPERADA DE ATIVOS FINANCEIROS

Para fins de avaliação das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa dos investimentos financeiros em certificados de recebíveis imobiliários – CRI e das letras de crédito imobiliária – LCI, foram considerados como tendo risco de crédito baixo, uma vez que, a contraparte possui classificação nos níveis de *rating* entre "AAA" a "A+", os títulos da carteira são, em sua totalidade, constituídos por créditos imobiliários que possuem lastro em imóveis performados, isto é, imóveis concluídos, e são instituídos pelo regime fiduciário onde os créditos são excluídos do patrimônio comum da companhia, passando a constituir patrimônio separado, sem alcance no caso de falência da securitizadora, além das garantias reais adicionais firmadas nos termos de escritura. Portanto, para fins de avaliação e mensuração das perdas estimadas desses ativos financeiros, a provisão para perdas é mensurada a um valor equivalente a perdas do período de 12 meses.

Quanto aos investimentos em debêntures, a análise demonstrou, tanto títulos como tendo risco de crédito baixo, referente àquelas emissões adimplidas ou com atrasos pontuais não superiores a 30 dias e operações/tomadores classificados dentro do intervalo de *rating* de "AAA" a "C-", para as quais a avaliação da provisão para perdas esperadas é mensurada a um valor equivalente a perdas do período de 12 meses, como também títulos considerados com aumento significativo no risco de crédito, desde o reconhecimento inicial, devido, principalmente, aos níveis de classificação de *rating* dentro do intervalo de "D+" até "F", somado a fatores qualitativos referente a situação atual da concessionária identificado, que ocasionaram, inclusive, deterioração do *rating*, mesmo sem *default* aparente. Sendo que, para estes títulos a avaliação da provisão de perdas esperadas foi mensurada considerando todo o prazo remanescente do contrato.

Foi analisado ainda, no rol dos investimentos em debêntures do Grupo, títulos em emissão com situação de *default*, sem perspectiva de reversão da situação no curto prazo, classificadas nos níveis de *rating* dentro do intervalo de "G" a "H" ou sem *rating* atribuído, somado aos indícios de dificuldade financeira apresentada pela concessionária, incluindo as honras e garantias, para os quais a avaliação e mensuração de perdas considerou o saldo remanescente do contrato, considerando que o ativos com *rating* "H" ou sem *rating* constitui 100% do seu valor classificado como não recuperável.

Ao determinar as perdas de crédito esperada a Administração leva em consideração também, a experiência de inadimplência histórica, a situação financeira das contrapartes, bem como as perspectivas futuras dos setores nos quais os emissores atuam, considerando fontes internas e externas de informações econômicas reais e projetadas, conforme aplicável, ao estimar a probabilidade de inadimplência de cada um desses ativos financeiros, dentro do horizonte de tempo da avaliação, bem como a perda por inadimplência em cada caso.

As tabelas a seguir descreve o valor contábil bruto, a provisão para perdas, bem como a base de mensuração das perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros, por classificação do risco de crédito.

(A) EXPOSIÇÃO MÁXIMA POR CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Emissão	Escala de *Rating*	PCLD	Investimento	Provisão para perdas	31/12/2021
Debêntures			**1.924.683**	**102.823**	**1.821.860**
5ª Emissão de Debenture de Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG	Grau de Investimento	12 meses	171.260	152	171.108
1ª Emissão de Debênture de AQUAPOLO Ambiental S.A.	Grau de Investimento	12 meses	237.861	564	237.297

3ª Emissão de Debênture de MANSO S.A. - ODEBRECHT AMBIENTAL	Grau de Investimento	12 meses	286.631	840	285.791
1ª Emissão de Debênture de Araucária Saneamento S.A.	Grau de Investimento	12 meses	87.239	286	86.953
12ª Emissão de Debênture de SABESP - COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	Grau de Investimento	12 meses	160.187	276	159.911
3ª Emissão de Debênture de Linha Amarela S.A. - LAMSA	Grau de Especulação	Vida Útil	106.047	28.086	77.961
8ª Emissão de Debênture de METROBARRA S.A. - METROBARRA	Grau de Especulação	Vida Útil	875.458	72.619	802.839
Títulos Públicos Federais			**137.933.696**	**-**	**137.933.696**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Grau de Investimento	Vida Útil	38.501.175	-	38.501.175
Notas do Tesouro Nacional - NTN	Grau de Investimento	Vida Útil	99.432.521	-	99.432.521
CRI			**2.779.561**	**20**	**2.779.541**
4ª Emissão Gaia Série 31	Grau de Investimento	12 meses	126.249	-	126.249
1ª Emissão Brazilian Securities Série 265	Grau de Investimento	12 meses	1.608	-	1.608
2ª Emissão CIBRASEC Série 165	Grau de Investimento	Vida Útil	12.979	1	12.978
2ª Emissão CIBRASEC Série 166	Grau de Investimento	Vida Útil	41.973	1	41.972
2ª Emissão CIBRASEC Série 184	Grau de Investimento	Vida Útil	13.107	18	13.089
1ª Emissão RB Capital Série 75	Grau de Investimento	12 meses	326.322	-	326.322
5ª Emissão Gaia Série 22	Grau de Investimento	12 meses	11.773	-	11.773
4ª Emissão Gaia Série 43	Grau de Investimento	12 meses	278.157	-	278.157
1ª Emissão Brazilian Securities Série 313	Grau de Investimento	12 meses	18.030	-	18.030
4ª Emissão Gaia Série 45	Grau de Investimento	12 meses	19.477	-	19.477
4ª Emissão Gaia Série 73	Grau de Investimento	12 meses	28.666	-	28.666
1ª Emissão RB Capital Série 110	Grau de Investimento	12 meses	232.370	-	232.370
1ª Emissão RB Capital Série 123	Grau de Investimento	12 meses	147.597	-	147.597
1ª Emissão RB Capital Série 123	Grau de Investimento	12 meses	147.597	-	147.597
4ª Emissão Gaia Série 83	Grau de Investimento	12 meses	18.471	-	18.471
1ª Emissão Gaia Série 3	Grau de Investimento	12 meses	78.259	-	78.259
2ª Emissão CIBRASEC Série 268	Grau de Investimento	12 meses	75.372	-	75.372
2ª Emissão CIBRASEC Série 265	Grau de Investimento	12 meses	922.784	-	922.784
2ª Emissão CIBRASEC Série 279	Grau de Investimento	12 meses	132.663	-	132.663
2ª Emissão CIBRASEC Série 276	Grau de Investimento	12 meses	293.704	-	293.704
LCI			**506.706**	**38**	**506.668**
16L00152495 Banco do Brasil	Grau de Investimento	12 meses	271.254	21	271.233
16L00178112 CAIXA	Grau de Investimento	12 meses	31.539	2	31.537
16L00152445 Santander	Grau de Investimento	12 meses	203.913	15	203.898
CVS			**1.262.896**	**-**	**1.262.896**
CVSA970101, CVSB970101, CVSC970101, CVSD970101	Grau de Investimento	Vida Útil	1.262.896	-	1.262.896
Total Controladora			**144.407.542**	**102.881**	**144.304.661**
Debêntures			**9.687.966**	**1.769.076**	**7.918.890**
Santo Antônio Energia S.A.	Grau de Especulação	Vida Útil	4.622.932	360.195	4.262.737
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Grau de Investimento	Vida Útil	1.104.562	-	1.104.562
Porto do Açu Operações S.A.	Grau de Especulação	Vida Útil	1.984.384	350.087	1.634.297
Teles Pires Participações S.A.	Grau de Investimento	Vida Útil	541.567	-	541.567
Light Serviços de Eletricidade S.A.	Grau de Investimento	Vida Útil	197.288	-	197.288
Odebrecht TransPort S.A.	Grau de Investimento	Vida Útil	134.921	-	134.921
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA	Grau de Investimento	Vida Útil	30.925	-	30.925
Light Energia S.A.	Grau de Investimento	Vida Útil	12.593	-	12.593
Brasil Term Participações S.A.	Grau de Especulação	Vida Útil	1.058.794	1.058.794	-
Direitos Creditórios			**56.563**	**54.242**	**2.321**
CCI RB002	-	-	10.043	10.043	-
CCI RB042	-	-	29.978	29.978	-
CCI RB046	-	-	8.194	8.194	-
CCI RB072	-	-	3.527	1.206	2.321
CCI RB092	-	-	4.821	4.821	-
SPE			**100.739**	**23.081**	**77.658**
Projeto Imobiliário Residencial Viver Teresópolis SPE 63 Ltda.	-	-	37.995	4.377	33.618
Alto da Glória Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	-	-	16.400	8.400	8.000
Debens-RJ Dr. Sardinha Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	-	-	48.243	10.304	37.939
MC1 Empreendimento Imobiliário Ltda.	-	-	5	-	5
Créditos recebidos e não identificados	-	-	(1.904)	-	(1.904)
Total Consolidado			**154.252.810**	**1.949.280**	**152.303.530**

(B) EXPOSIÇÃO MÁXIMA POR CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO DOS EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS AO CUSTO AMORTIZADO

Emissão	Escala de *Rating*	PCLD	Investimento	Provisão para perdas	31/12/2021
Setor público			**404.681.713**	**405.812**	**404.275.901**
Habitacional	Grau de Investimento	Vida Útil	366.235.801	405.754	365.830.047
Saneamento	Grau de Investimento	Vida Útil	20.831.688	8	20.831.680
Infraestrutura e desenvolvimento	Grau de Investimento	Vida Útil	17.312.312	50	17.312.262
Saúde	Grau de Investimento	Vida Útil	301.912	-	301.912
Setor privado			**4.872.178**	**298.583**	**4.573.595**
Habitacional	Grau de Investimento	Vida Útil	3.858.415	298.583	3.559.832

Saneamento	Grau de Investimento	Vida Útil	884.081	-	884.081
Infraestrutura e desenvolvimento	Grau de Investimento	Vida Útil	129.682	-	129.682
Total Controladora			**409.553.891**	**704.395**	**408.849.496**

(C) CATEGORIAS DO RISCO DE CRÉDITO

Categoria	Descrição	Papel/Título
Adimplente	A contraparte apresenta baixo risco de inadimplência e não apresenta valores vencidos.	**Controladora**
		Debêntures
		Títulos Públicos Federais
		CRI
		LCI
		CVS
		Financiamentos setor público e privado
		Habitacional
		Saneamento
		Infraestrutura e desenvolvimento
		Saúde
		Controladas
		Debêntures
		SPE
Duvidosa	O valor está vencido há >30 dias ou há aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.	**Controladora**
		Debêntures
		Financiamentos setor público e privado
		Habitacional
		Controladas
		Debêntures
		SPE
Inadimplente	O valor está vencido há > 90 dias ou há evidência indicando que o ativo está sujeito à redução ao valor recuperável.	**Controladora**
		Financiamentos setor público e privado
		Habitacional
		Controladas
		Debêntures
		Direitos Creditórios
Baixa	Há evidência indicando que o devedor enfrenta graves problemas financeiros e a entidade não possui perspectiva realista de recuperação.	**Controladora**
		Debêntures
		Financiamentos setor público e privado
		Habitacional

(D) EXPOSIÇÃO POR TIPO DE ATIVO E CLASSIFICADA POR ESTÁGIO DOS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/12/2021
Debêntures	**943.178**	**981.505**	**-**	**1.924.683**
Linha Amarela S.A. - LAMSA	-	106.047	-	106.047
Metrobarra S.A.	-	875.458	-	875.458
CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO EST. DE SP - SABESP	160.187	-	-	160.187
AQUAPOLO AMBIENTAL S.A.	237.861	-	-	237.861
CIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG	171.260	-	-	171.260
ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.	87.239	-	-	87.239
ODEBRECHT AMBIENTAL - MANSO S.A.	286.631	-	-	286.631
Títulos Públicos Federais	**137.933.696**	**-**	**-**	**137.933.696**
CRI	**2.711.502**	**68.059**	**-**	**2.779.561**
4ª Emissão Gaia Série 31	126.249	-	-	126.249
1ª Emissão Brazilian Securities Série 265	1.608	-	-	1.608
2ª Emissão CIBRASEC Série 165	-	12.979	-	12.979
2ª Emissão CIBRASEC Série 166	-	41.973	-	41.973
2ª Emissão CIBRASEC Série 184	-	13.107	-	13.107
1ª Emissão RB Capital Série 75	326.322	-	-	326.322
5ª Emissão Gaia Série 22	11.773	-	-	11.773
4ª Emissão Gaia Série 43	278.157	-	-	278.157
1ª Emissão Brazilian Securities Série 313	18.030	-	-	18.030
4ª Emissão Gaia Série 45	19.477	-	-	19.477
4ª Emissão Gaia Série 73	28.666	-	-	28.666
1ª Emissão RB Capital Série 110	232.370	-	-	232.370
1ª Emissão RB Capital Série 123	147.597	-	-	147.597
4ª Emissão Gaia Série 83	18.471	-	-	18.471
1ª Emissão Gaia Série 3	78.259	-	-	78.259
2ª Emissão CIBRASEC Série 268	75.372	-	-	75.372
2ª Emissão CIBRASEC Série 265	922.784	-	-	922.784
2ª Emissão CIBRASEC Série 279	132.663	-	-	132.663

2ª Emissão CIBRASEC Série 276	293.704	-	-	293.704
LCI	**506.706**	**-**	**-**	**506.706**
CVS	**1.262.896**	**-**	**-**	**1.262.896**
Total Controladora	**143.357.978**	**1.049.564**	**-**	**144.407.542**
Debêntures	**2.021.856**	**6.607.316**	**1.058.794**	**9.687.966**
Santo Antônio Energia S.A.	-	4.622.932	-	4.622.932
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	1.104.562	-	-	1.104.562
Porto do Açu Operações S.A.	-	1.984.384	-	1.984.384
Teles Pires Participações S.A.	541.567	-	-	541.567
Ligth Serviços de Eletricidade S.A.	197.288	-	-	197.288
Odebrecht TransPort S.A.	134.921	-	-	134.921
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA	30.925	-	-	30.925
Ligth Energia S.A.	12.593	-	-	12.593
Brasil Term Participações S.A.	-	-	1.058.794	1.058.794
Direitos Creditórios	**-**	**3.527**	**53.036**	**56.563**
CCI RB002	-	-	10.043	10.043
CCI RB042	-	-	29.978	29.978
CCI RB046	-	-	8.194	8.194
CCI RB072	-	3.527	-	3.527
CCI RB092	-	-	4.821	4.821
SPE	**(1.899)**	**102.638**	**-**	**100.739**
Projeto Imobiliário Residencial Viver Teresópolis SPE 63 Ltda.	-	37.995	-	37.995
Alto da Glória Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	-	16.400	-	16.400
Debens-RJ Dr. Sardinha Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	-	48.243	-	48.243
MC1 Empreendimento Imobiliário Ltda.	5	-	-	5
Créditos recebidos e não identificados	(1.904)	-	-	(1.904)
Total Consolidado	**145.377.935**	**7.763.045**	**1.111.830**	**154.252.810**

(E) EXPOSIÇÃO POR TIPO DE ATIVO E CLASSIFICADA POR ESTÁGIO DOS EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS AO CUSTO AMORTIZADO

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/12/2021
Setor Público	**400.229.757**	**105.369**	**4.346.587**	**404.681.713**
Habitacional	361.784.372	105.369	4.346.060	366.235.801
Saneamento	17.312.256	-	56	17.312.312
Infraestrutura e Desenvolvimento	20.831.217	-	471	20.831.688
Saúde	301.912	-	-	301.912
Setor Privado	**1.671.798**	**-**	**3.200.380**	**4.872.178**
Habitacional	658.035	-	3.200.380	3.858.415
Saneamento	129.682	-	-	129.682
Infraestrutura e Desenvolvimento	884.081	-	-	884.081
Total	**401.901.554**	**105.369**	**7.546.967**	**409.553.891**

(F) MOVIMENTAÇÃO DAS PERDAS ESPERADAS

Descrição	2020	Aumento/ redução de *impairment*	2021
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	(305)	285	(20)
Debêntures	(102.483)	(340)	(102.823)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(40)	2	(38)
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado			
Financiamentos setor público e privado	-	(704.394)	(704.394)
Créditos vinculados – FCVS	-	(858.402)	(858.402)
Total Controladora	**(102.828)**	**(1.562.849)**	**(1.665.677)**
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	(305)	285	(20)
Debêntures	(1.820.204)	(30.095)	(1.850.299)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(40)	2	(38)
Direitos Creditórios	(33.345)	(20.897)	(54.242)
SPE	(18.578)	(4.503)	(23.081)
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado			
Financiamentos setor público e privado	-	(704.394)	(704.394)
Créditos vinculados – FCVS	-	(858.402)	(858.402)
Outros ativos circulantes			
Valores a receber com SPE	(4.045)	(14.317)	(18.362)
Total Consolidado	**(1.876.517)**	**(1.632.321)**	**(3.508.838)**

NOTA 9 – EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

São avaliados em conjunto de operações, possuem características de somente recebimento de principal e juros e a administração os mantêm em um modelo de negócio cujo objetivo seja obter apenas os fluxos de caixa contratuais que correspondem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto, avaliados inicialmente pelo valor justo acrescidos do custo de transação e, avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

Os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal de cada período, sendo seu valor reduzido pelas amortizações de principal.

(A) FINANCIAMENTOS SETOR PÚBLICO E SETOR PRIVADO

Os financiamentos são destinados aos setores público e privado e contratados exclusivamente nas áreas de habitação, saneamento, infraestrutura e saúde, detalhados nos itens a seguir.

(A.1) COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS POR SETOR DE ATIVIDADE

Descrição	Controladora / Consolidado	
	2021	2020
Setor público		
Habitacional	366.235.801	353.146.986
Saneamento	20.831.688	20.823.593
Infraestrutura e desenvolvimento	17.312.312	17.392.316
Saúde	301.912	1.158.253
(-) Provisão para perdas	(405.812)	-
Total setor público	**404.275.901**	**392.521.148**
Setor privado		
Habitacional	3.858.415	3.796.624
Saneamento	884.081	757.628
Infraestrutura e desenvolvimento	129.682	244.553
(-) Provisão para perdas	(298.583)	
Total setor privado	**4.573.595**	**4.798.805**
Total geral	**408.849.496**	**397.319.953**
Circulante	**43.098.124**	**45.084.459**
Não circulante	**365.751.372**	**352.235.494**

(A.2) CONCENTRAÇÃO DOS PRINCIPAIS TOMADORES

Descrição	Controladora / Consolidado	
	2021	2020
10 maiores tomadores	402.965.295	390.329.363
Demais	6.588.596	6.990.590
(-) Provisão para perdas	(704.395)	-
Total	**408.849.496**	**397.319.953**

(A.3) COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS POR FAIXA DE VENCIMENTO

Descrição	Controladora / Consolidado			
	Setor Público	Setor Privado	Total 2021	Total 2020
Circulante				
De 0 a 90 dias	10.861.993	47.181	10.909.174	10.512.848
De 91 a 360 dias	27.519.216	223.931	27.743.147	29.750.594
Não circulante				
De 1 ano até 3 anos	76.293.451	342.399	76.635.850	73.408.576
De 3 anos até 5 anos	68.604.486	286.979	68.891.465	69.210.780
De 5 anos até 15 anos	200.422.076	738.073	201.160.149	194.869.083
Mais de 15 anos	19.027.248	36.660	19.063.908	14.747.055
Total vincendo	**402.728.470**	**1.675.223**	**404.403.693**	**392.498.936**
Total vencido	**1.953.243**	**3.196.955**	**5.150.198**	**4.821.018**
(-) Provisão para perdas	**(405.812)**	**(298.583)**	**(704.395)**	**-**
Total geral	**404.275.901**	**4.573.595**	**408.849.496**	**397.319.953**

(A.4) COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS POR AGENTES

Descrição	Controladora / Consolidado	
	2021	2020
Financiamentos imobiliários [(i)]		
Agente financeiro CAIXA	328.396.124	312.254.072
Encargos a receber (agente financeiro CAIXA)	661.388	496.525
Direitos creditórios	64.847	65.107
Encargos a receber (Direitos Creditórios)	7	-
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	1.336.814	1.639.381
Encargos a receber (FAR)	5.393	6.621
Outros agentes financeiros	37.648.561	40.405.103
Encargos a receber (outros agentes financeiros)	108.168	103.829
(-) Provisão para perdas	(529.595)	-
Financiamentos para saneamento básico, infraestrutura e desenvolvimento [(ii)]		
Agente financeiro CAIXA	33.428.893	33.271.648
Encargos a receber (agente financeiro CAIXA)	74.202	72.245
Outros agentes financeiros	5.639.647	5.859.254
Encargos a receber (outros agentes financeiros)	14.425	14.279
(-) Provisão para perdas	(5)	-
Financiamentos para saúde [(iii)]		
Agente financeiro CAIXA	301.175	1.155.958
Encargos a receber (agente financeiro CAIXA)	737	2.295
Operações refinanciadas [(iv)]		
Lei nº 8.727/93	1.852.909	1.972.246
Encargos a receber	20.623	1.390
(-) Provisão para perdas	(174.795)	-
Total	**408.849.496**	**397.319.953**

(I) FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os financiamentos imobiliários incluem operações com mutuários finais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH. Os eventuais saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento imobiliário, em relação aos quais tenha havido, quando devida, contribuição ao FCVS, serão de responsabilidade do FCVS, consoante Lei nº 10.150/00. Mensalmente é lançada a provisão prevista na Resolução CCFGTS nº 517, de 20 de novembro de 2006, expressando a expectativa do desconto a ser concedido na liquidação ou renegociação da dívida proveniente desses ativos, conforme estipula o normativo.

Inclui, também, empréstimos concedidos ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, instituído nos termos da Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que são atualizados pela variação da TR.

(II) FINANCIAMENTOS PARA SANEAMENTO BÁSICO, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Os financiamentos para saneamento básico, infraestrutura e desenvolvimento incluem operações com agentes financeiros por meio dos programas: Saneamento para todos, determinada pela Resolução CCFGTS nº 476 de 2005, Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), consoante Resolução CCFGTS nº 989 de 2020 e Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades), previsto na Resolução CCFGTS nº 897 de 2018.

Os projetos de saneamento básico e infraestrutura urbana, financiados com recursos do FGTS, deverão ser complementares aos programas habitacionais, conforme determina a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

(III) FINANCIAMENTOS PARA SAÚDE

Os financiamentos para saúde deriva da atualização do texto da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, pela Medida Provisória nº 859, de 2018, regulamentada pela Lei nº 13.778, de 2018, que viabiliza a aplicação de recursos do FGTS em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde, incumbindo o Ministério da Saúde de Subsidiar o Conselho Curador do FGTS no aprimoramento operacional e definição de metas a serem alcançadas para essas operações de crédito. A medida estabelece o risco das operações de crédito aos agentes financeiros participantes (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES), mediante a uma taxa de risco de crédito, a ser definido pelo Conselho Curador, limitada a 3% a.a. (três por cento ao ano), e estabelecendo que as garantias poderão ser exigidas isolada ou cumulativamente.

(IV) OPERAÇÕES REFINANCIADAS

As operações refinanciadas efetuadas pelo FGTS compreendem contratos de refinanciamento de dívidas dos governos estaduais e municipais, efetuados com base na Lei nº 8.727/93 e estão garantidas pelo Fundo de Participação dos Estados e Municípios - FPE/FPM.

(A.5) VALORES CONTRATADOS A LIBERAR

Os valores contratados a liberar de financiamentos imobiliários, saneamento e infraestrutura em 31 de dezembro apresentaram os saldos a seguir:

Descrição	2021	2020
Financiamentos para habitação		
Setor público	1.065.367	1.326.186
Setor privado	29.440.074	32.082.781
Financiamentos para saneamento básico, infraestrutura e desenvolvimento		
Setor público	17.962.895	22.664.726
Setor privado	2.653.466	1.890.350
Total	**51.121.802**	**57.964.043**

(B) OUTROS EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Compreendem os valores residuais de contratos encerrados, a serem ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), abaixo relacionados, decorrentes de renegociações com agentes financeiros, que cederam créditos com cobertura do FCVS para pagamento de dívida.

Descrição	Controladora / Consolidado	
	2021	2020
FCVS a receber - não homologados [(i)]	1.756.371	1.700.868
FCVS a receber - Habilitados/homologados [(ii)]	6.345.934	6.213.691
FCVS a receber - Pré novado	469.479	319.533
FCVS a receber - Homologados com negativa cobertura [(iii)]	985.681	945.026
FCVS a receber - Descontos concedidos [(iv)]	(70.257)	(90.376)
FCVS - a receber - Espécie ou Títulos referentes a Novação de Dívidas do FCVS [(v)]	5.184	5.183
(-) Perdas esperadas Créditos vinculados – FCVS	(858.402)	-
Total	**8.633.990**	**9.093.925**

[(i)] São compostos de contratos cedidos pelos agentes financeiros, ainda em estágio de habilitação e mudança de titularidade junto ao FGTS.

[(ii)] Contratos habilitados e homologados, já avaliados e aceitos pelo FCVS. Em fila para o processo de securitização, nos termos constantes na Lei nº 10150/00, para a sua finalização.

[(iii)] Créditos que não foram reconhecidos pelo FCVS. Para estes contratos o FGTS não incorrerá em perdas haja vista: a manutenção da responsabilidade do agente cedente em substituir o crédito por outro com as mesmas características ou; pagamento em espécie nas situações em que houver rejeição ou; garantia da União.

[(iv)] Provisão para desconto líquido, correspondente à diferença entre os juros do contrato de empréstimo com o agente e os juros dos créditos recebidos em pagamento da dívida, na validação do saldo de cessão da carteira de cada agente nos termos da Resolução CCFGTS nº 509, de 29 de agosto de 2006.

[(v)] Contratos encerrados e novados, com valores pendentes de recebimento em títulos CVS.

(C) MOVIMENTAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Descrição	2020	Liberações / Recebimentos	Juros e outros Encargos	Demais Movimentações	Aumento/ redução de *impairment*	2021
Financiamentos imobiliários	**354.970.638**	**(4.738.923)**	**18.256.193**	**(266.606)**	**(529.595)**	**367.691.707**
Agente financeiro CAIXA	312.750.597	(7.050)	16.384.879	(70.914)	(30)	329.057.482
Direitos creditórios	65.107	(2.945)	1.601	1.091	-	64.854
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	1.646.002	(375.848)	72.042	11	(12)	1.342.195
Outros agentes financeiros	40.508.932	(4.353.080)	1.797.671	(196.794)	(529.553)	37.227.176
Financiamentos para saneamento básico e desenvolvimento	**39.217.426**	**(2.290.974)**	**2.237.089**	**(6.374)**	**(5)**	**39.157.162**
Agente financeiro CAIXA	33.343.893	(1.790.522)	1.954.991	(5.267)	(3)	33.503.092
Outros agentes financeiros	5.873.533	(500.452)	282.098	(1.107)	(2)	5.654.070
Financiamentos para saúde	**1.158.253**	**(898.248)**	**41.907**	**-**	**-**	**301.912**
Agente financeiro CAIXA	1.158.253	(898.248)	41.907	-	-	301.912

Operações refinanciadas	**1.973.636**	**(148.696)**	**49.363**	**(793)**	**(174.795)**	**1.698.715**
Lei nº 8.727/93	1.973.636	(148.696)	49.363	(793)	(174.795)	1.698.715
Outros empréstimos e recebíveis	**9.093.925**	**(51)**	**373.199**	**25.319**	**(858.402)**	**8.633.990**
Créditos vinculados – FCVS	9.093.925	(51)	373.199	25.319	(858.402)	8.633.990
Total Controladora	**406.413.878**	**(8.076.892)**	**20.957.751**	**(248.454)**	**(1.562.797)**	**417.483.486**

(D) RENDAS DE EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Descrição	Controladora / Consolidado	
	2021	2020
Habitacionais	18.256.193	17.336.872
Saneamento, Infraestrutura e Desenvolvimento	2.237.089	2.218.505
Operações refinanciadas	49.363	78.597
Saúde	41.907	58.770
Créditos vinculados - FCVS	373.199	309.835
Total	**20.957.751**	**20.002.579**

(E) JUROS MÉDIOS ANUAIS E PRAZO MÉDIO DE VENCIMENTO DOS EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Os empréstimos e recebíveis do FGTS possuem vencimento médio e juros médios anuais, acrescidos pela variação da TR, conforme detalhado abaixo.

Descrição	Juros Médios a.a.		Vencimento Médio (Anos)	
	2021	2020	2021	2020
Financiamentos setor público e setor privado				
Habitacional	5,01%	5,02%	22,22	22,09
Operações com o setor público e setor privado	5,01%	5,02%	22,22	22,09
Habitacional - Empréstimo FAR	4,90%	4,90%	4,33	5,33
Direitos creditórios - Valores com usuários finais	8,01%	7,95%	11,00	10,33
Saneamento	5,47%	5,56%	11,78	12,26
Infraestrutura e desenvolvimento	5,81%	5,79%	14,39	15,27
Saúde	6,50%	6,50%	7,91	8,44
Outros empréstimos e recebíveis				
FCVS com recursos do FGTS	3,12%	3,12%	-	-
FCVS com outros recursos	6,17%	6,17%	-	-
Operações refinanciadas				
Operações refinanciadas nos termos da Lei nº 8.727	3,47%	3,49%	0,17	0,17

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS

(A) OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Valores a Receber	**50.086**	**14.574**	**1.045.515**	**1.012.592**
Rendimentos a receber - Depósitos na CAIXA	50.086	14.574	50.086	14.574
Valores a receber - ações	-	-	900.750	933.168
Valores a receber - CEPAC	-	-	70.848	27.952
Valores a receber - SPE	-	-	40.898	40.636
(-) Ajustes para perda de crédito - Valores a receber CEPAC	-	-	(18.362)	(4.045)
Aluguéis a Receber	-	-	1.295	307
Dividendos e Bonificações a Receber	**-**	**-**	**393.404**	**310.763**
Despesas Antecipadas	**-**	**-**	**10.669**	**160.710**
Total	**50.086**	**14.574**	**1.449.588**	**1.484.065**

(B) OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

Representam os Financiamentos Habitacionais das operações do FGTS cujo risco de crédito é da União, conforme previsto no artigo 9º, § 8º da Lei 8.036/90, e demais valores a receber pelos Fundos de parceiros e sobre imóveis.

Os Financiamentos Habitacionais das operações do FGTS, cujo risco de crédito é da União, são compostos, substancialmente, por contratos referentes às Liquidandas e Repassadoras decorrentes da Lei nº 6.024/74.

Com o advento da Resolução CCFGTS nº 831, de 15 de dezembro de 2016, foi autorizada a constituição de provisão de perdas do contrato firmado pelo agente financeiro MINASCAIXA com o FGTS e enquadrados na Lei nº 6.024/74.

(B.1) COMPOSIÇÃO DO GRUPO

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Valores a receber - Parceiros	-	-	10.457	8.714
Tesouro Nacional – pagamentos a ressarcir	200.018	193.788	200.018	193.788
Valores a receber de imóveis	-	-	157.523	-
Total	**200.018**	**193.788**	**367.998**	**202.502**

(B.2) TESOURO NACIONAL – PAGAMENTO A RESSARCIR

Descrição	Controladora	
	2021	2020
Saldo devedor	1.231.829	1.164.922
Saldo a incorporar	6.249	5.354
(-) Provisão de crédito Lei 6.024/74	(1.038.060)	(976.488)
Total	**200.018**	**193.788**

(B.3) MOVIMENTAÇÃO DO TESOURO NACIONAL – PAGAMENTO A RESSARCIR

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	**193.788**	**187.821**
Financiamentos Habitacionais - Juros e Atualização monetária	67.801	63.610
Financiamentos Habitacionais - Provisão Res. 831/2016	(61.571)	(57.643)
Valores a receber - PMCMV		
Liberações	-	131.884
Demais devoluções	-	(131.884)
Saldo Final	**200.018**	**193.788**

(C) OUTROS ATIVOS DE NATUREZA IMOBILIÁRIA

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
Estoque de Terrenos	**255.674**	**268.112**
Gasômetro	228.500	230.826
Pátio Praia Formosa	27.174	37.286
Imóveis para venda - em construção	**158.400**	**89.070**
Porto 2016	135.000	57.870
Hotel IHG	23.400	31.200
Total	**414.074**	**357.182**

(C.1) MOVIMENTAÇÃO DO ESTOQUE DE TERRENOS

Descrição	Gasômetro	Pátio Praia Formosa	Total
Estoque de terrenos em 2019	**230.826**	**37.286**	**268.112**
Ajuste ao valor realizável líquido de imóveis disponíveis para venda	-	-	-
Estoque de terrenos em 2020	**230.826**	**37.286**	**268.112**
Venda	-	(10.112)	(10.112)
Ajuste ao valor realizável líquido de imóveis disponíveis para venda	(2.326)	-	(2.326)
Estoque de terrenos em 2021	**228.500**	**27.174**	**255.674**

(C.2) MOVIMENTAÇÃO IMÓVEIS PARA VENDA – EM CONSTRUÇÃO

Descrição	Porto 2016	Hotel IHG	TOTAL
Saldo em 2019	**57.870**	**30.150**	**88.020**
Provisão para ajuste ao valor de realização	-	1.050	1.050
Saldo em 2020	**57.870**	**31.200**	**89.070**
Provisão para ajuste ao valor de realização	77.130	(7.800)	69.330
Saldo em 2021	**135.000**	**23.400**	**158.400**

(D) PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
Imóveis para renda - em construção	**245.700**	**268.100**
MDL	85.100	85.100
TSP	160.600	183.000
Imóveis para renda - acabados	**200.300**	**160.000**
TSP	200.300	160.000
Total	**446.000**	**428.100**

(D.1) MOVIMENTAÇÃO IMÓVEIS PARA RENDA

Descrição	MDL	TSP	Total
Saldo em 2019	**79.500**	**358.700**	**438.200**
Ajuste a valor justo	5.600	(15.700)	(10.100)
Saldo em 2020	**85.100**	**343.000**	**428.100**
Ajuste a valor justo	-	17.900	17.900
Saldo em 2021	**85.100**	**360.900**	**446.000**

Em 31 de dezembro de 2021, o valor justo dos imóveis acima citados está suportado por laudo de avaliação, elaborado em 25 de abril de 2022, tendo por data base dezembro de 2021, realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

NOTA 11 – DEPÓSITOS VINCULADOS DO FGTS

Os depósitos vinculados do FGTS estão segregados conforme quadro a seguir.

Descrição	Controladora / Consolidado	
	2021	2020
Contas ativas	444.452.066	405.067.205
Contas ativas - LC nº 110/01	3.567.842	3.489.533
Contas inativas	19.555.443	18.910.679
Contas PIS/PASEP	23.581.885	22.655.376
Juros e atualização monetária de depósitos vinculados a incorporar	993.941	757.846
Valores a desdobrar	1.383.455	(9.250)
Total geral	**493.534.632**	**450.871.389**

(A) MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS ATIVAS, ATIVAS - LEI COMPLEMENTAR Nº 110/01, INATIVAS E PIS/PASEP

Descrição	2020	Entrada de recursos	Saída de recursos	Atualização monetária e juros	2021
Contas ativas [i]	405.067.205	165.380.058	(138.426.985)	12.431.788	444.452.066
Contas ativas - LC nº 110/01 [ii]	3.489.533	116.758	(155.746)	117.297	3.567.842
Contas inativas [iii]	18.910.679	404.940	(335.338)	575.162	19.555.443
Contas PIS/PASEP [iv]	22.655.376	467.788	(222.504)	681.225	23.581.885
Total Controladora/ Consolidado	**450.122.793**	**166.369.544**	**(139.140.573)**	**13.805.472**	**491.157.236**

[i] Correspondem às contas de trabalhadores com vínculo de trabalho ativo, passíveis de recebimento de depósitos.

[ii] Correspondem às contas que, depois de firmado o Termo de Adesão, recebem o crédito do complemento da atualização monetária liberado, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/01.

[iii] São as contas vinculadas sem recebimento de depósitos, em consequência do rompimento dos vínculos trabalhistas que as originaram.

[iv] Representa as contas vinculadas individuais dos participantes do Fundo PIS-PASEP, mantidas pelo FGTS após a transferência, remuneradas e disponíveis para movimentação pelos participantes.

(B) JUROS E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE DEPÓSITOS VINCULADOS A INCORPORAR

Sobre os depósitos incidem atualização monetária equivalente à fixada pela TR e juros de 3% a.a. (três por cento ao ano), capitalizados mensalmente, incorporados no dia 10 de cada mês nas contas de origem.

Descrição	Controladora / Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	**757.846**	**689.309**
Juros e atualização monetária - contas ativas	217.449	24.129
Juros e atualização monetária - LC 110	1.354	666
Juros e atualização monetária - contas inativas	7.726	5.907
Juros e atualização monetária - PIS/PASEP	9.566	37.835
Saldo final	**993.941**	**757.846**

(C) VALORES A DISCRIMINAR

Correspondem aos valores de documentos de pagamentos não classificados e arrecadações ainda não processadas nas contas vinculadas, bem como transferência de domicílio de contas.

Descrição	Controladora / Consolidado	
	2021	2020
Saque moradia a desdobrar [i]	11	5
Transferências expedidas/recebidas [ii]	77	76
Arrecadação a discriminar (-) [iii]	(294.130)	(23.516)
Saque a repassar [iv]	40.072	14.185
Saque a ressarcir [v]	1.637.425	-
Total	**1.383.455**	**(9.250)**

[i] Representa as movimentações não finalizadas de saques para utilização em moradia própria.

[ii] São os valores provenientes da transferência entre as contas ativas, inativas, planos econômicos e PIS/PASEP.

[iii] Composta pelos valores arrecadados cuja movimentação não foi finalizada no processo de individualização para crédito nas conta vinculadas.

[iv] Apresenta os valores repassados ao agente financeiro, referentes aos saques efetuados nas contas vinculadas, aguardando a finalização do pagamento pelos canais de saques disponibilizados ao trabalhador.

[v] Contém os valores a serem ressarcidos ao agente financeiro, referentes aos saques efetuados nas contas vinculadas, quando do efetivo pagamento pelos canais de saques disponibilizados ao trabalhador.

NOTA 12 – PRÊMIO DE OPÇÃO DE COMPRA – POC

Se referem a obrigações contraídas por compra de CEPAC, o valor sofre atualização anual a partir de 2012 com base no reajuste do saldo da dívida de CEPAC e no reajuste de valor de pagamento da Parceria Público-Privada ("PPP"), em 31 de dezembro de 2021, o FII Porto Maravilha possui o montante de R$ 4.512.922 (2020 - R$ 4.514.245) a liquidar junto ao FII Região do Porto oriundos de aquisição de CEPAC em leilão público, devendo ser pagos nos termos definidos no Edital. Este montante encontra-se registrado na rubrica e Prêmio de Opção de Compra – POC no balanço patrimonial segregados entre circulante e não circulantes, de acordo com a expectativa de pagamento.

Em 2021, a classificação de maior parte do montante para vencimento em longo prazo se deu em função da ação judicial que tramita na 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro – TRF2, faz com que não se tenha expectativas de desembolsos relevantes pelo FII Porto Maravilha no curto prazo e adicionalmente não foi feita a atualização do POC a pagar conforme fórmula expressa no edital. Os pagamentos de POC efetuados pelo Fundo, durante o exercício de 2021, foram relacionados somente aos custos do ofertante, conforme Edital.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES DIVERSAS

(A) COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Taxa de administração	220.250	220.250	298.754	304.297
Taxa de risco e estruturação	362.983	358.751	362.983	358.751
Valores a pagar a coligadas e controladas	4.997	-	9.661	-
Valores a repassar à União - risco de crédito	527.347	510.153	527.347	510.153
Saldos credores de financiamentos	215.205	271.042	215.205	271.042
Serviços da PGFN	8.937	712	8.937	712
Contas a pagar	-	-	1.970	1.814
Impostos	-	-	17	2
Outras Obrigações	-	-	2.355	13.468
Total	**1.339.719**	**1.360.908**	**1.427.229**	**1.460.239**

(B) TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Descrição	Controladora / Consolidado	
	2021	2020
FGTS	2.643.000	2.640.801
FI-FGTS	77.738	89.335
FIDC	(171)	183
FII Porto Maravilha	1.580	2.082
FII Desenvolvimento Imobiliário	983	1.027
FII Caixa Incorporação	82	384
FII Caixa Convida SUAPE	572	1.390
Total	**2.723.784**	**2.735.202**

Em 2021, houve reembolso ao FIDC no valor de R$ 220 referente à Taxa de Administração paga a maior pelo Fundo em exercícios anteriores.

(C) FGTS - VALORES A REPASSAR À UNIÃO - RISCO DE CRÉDITO

Corresponde aos valores recebidos dos agentes financeiros referentes à taxa de risco de crédito a serem repassados à União, em decorrência da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, a qual transferiu para a União o risco de crédito das operações contratadas com recursos do FGTS até 1º de junho de 2001. Estes valores são remunerados pela SELIC e totalizam em 2021 o montante R$ 527.347 (2020 – R$ 510.153).

NOTA 14 – PROVISÕES CONTINGENTES

(A) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Referem-se às ações judiciais contra o FGTS, que requerem a aplicação da progressividade da taxa de juros, e ao pagamento do complemento da diferença de atualização monetária, aplicada às contas vinculadas, decorrente da edição dos planos econômicos Verão e Collor.

(B) PROGRESSIVIDADE DA TAXA DE JUROS

Em relação à progressividade da taxa de juros, o CCFGTS, por meio da Resolução CCFGTS nº 608, de 12 de novembro de 2009, autorizou o Agente Operador do FGTS a aplicar a progressão de taxa nas contas vinculadas, por solicitação administrativa dos requerentes, além de poder realizar acordos ou transações em juízo, terminar litígios, e não interpor recursos para os casos previstos na citada Resolução.

(B.1) MOVIMENTAÇÃO DA PROGRESSIVIDADE DA TAXA DE JUROS

Descrição	Controladora/Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	96.058	158.964
Pagamentos	(10.839)	(6.947)
Estorno determinação judicial	2.492	463
Reversão de provisão [i]	(10.174)	(56.422)
Saldo final	**77.537**	**96.058**

[i] Reversão a partir de estimativa calculada anualmente decorrente de metodologia desenvolvida pela administração baseada em sua experiência e nos dados históricos

(C) PLANOS ECONÔMICOS VERÃO E COLLOR

No exercício de 2021, visando o processo contínuo de acompanhamento e revisão dos critérios estabelecidos para a constituição dos valores de provisão e no âmbito das análises técnicas realizadas, foi verificado que não há a necessidade de reavaliação dos valores provisionados, tendo como fundamento basilar o intento de se consignar a atual probabilidade, com base na melhor estimativa do volume de pagamentos, relativos aos Planos Econômicos Verão e Collor, que ainda devem ser realizados pelo FGTS.

(C.1) MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES:

Descrição	Controladora/Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	231.670	276.612
Pagamentos	(50.945)	(53.635)
Estorno determinação judicial	9.874	8.693
Saldo final	**190.599**	**231.670**

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Constituído, exclusivamente, dos lucros acumulados de períodos anteriores, deduzidas das distribuições de parte do resultado líquido auferido. O valor do resultado positivo auferido a ser distribuído anualmente é definido e autorizado pelo Conselho Curador, conforme preconiza o art. 13º §5º, da Lei nº 8.036/90.

Conforme determinação do CCFGTS, fundamentada na Resolução nº 1.003, de 17 de Agosto de 2021, ficou autorizada a distribuição de até R$ 8.129.200, referentes à parte do resultado positivo auferido pelo FGTS no exercício de 2020, na ordem de R$ 8.467.917, distribuídos de forma proporcional, a todas as contas vinculadas com saldo naquela data base, cujo crédito foi efetuado até 31 de agosto de 2021, no montante de R$ 8.128.252 (2020 – R$ 7.499.168, deduzido da incorporação da RAC -Reserva para Ajuste de Cotas PIS/PASEP MP 946/2020 R$ 134.390 adicionada de R$ 8 referentes a regularizações).

NOTA 16 – CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – LC Nº 110/01

Referem-se às contribuições sociais instituídas pala Lei Complementar nº 110/01, que regulamenta o recolhimento mensal obrigatório pelos empregadores, à alíquota de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre a remuneração devida, no mês anterior, de cada trabalhador, e 10% (dez por cento) sobre os valores rescisórios

As contribuições sociais de que tratam esta Lei, são incorporadas ao patrimônio do FGTS e registradas em subtítulos próprios como receitas efetivas do período, em caso de arrecadação, e despesas efetivas do período, em caso de devolução.

A Lei 13.932/19 extinguiu, a partir de 01º de janeiro de 2020, a contribuição social instituída pela LC nº 110/01, portanto os valores arrecadados em 2020 e 2021 referem-se às contribuições em atraso relativas ao período em que Lei Complementar esteve vigente.

NOTA 17 – DEMAIS RENDAS OPERACIONAIS

Referem-se, principalmente, à atualização monetária de valores a ressarcir junto à União, à reversão das provisões dos planos econômicos, à recuperação de despesas de desconto com mutuário e remuneração do agente financeiro e às taxas e multas incidentes sobre a arrecadação recolhida em atraso:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Incorporação de depósitos - Res CCFGTS 627/10	123.965	52.325	123.965	52.325
Recebimento por recuperação judicial	-	-	-	77
Rendas sobre valores a ressarcir junto à União	67.801	63.610	67.801	63.610
Mora e outros encargos	35.425	84.105	43.554	87.814
Repasse de arrecadação	1.035.662	1.332.018	1.035.662	1.332.018
Ganhos com FCVS	189.462	19.010	189.462	19.010
Outras rendas operacionais	20.075	3.829	30.962	12.254
Total	**1.472.390**	**1.554.897**	**1.491.406**	**1.567.108**

NOTA 18 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisão para pagamentos a ressarcir - Tesouro Nacional	(61.572)	(57.643)	(61.572)	(57.643)
Despesas financeiras	(1.923)	(437)	(2.897)	(2.363)
Perdas com FCVS	(168.385)	(753)	(173.138)	(753)
Taxa de gestão	-	-	(3.086)	(4.145)
Impostos e taxas	-	-	(1.597)	(2.848)
Taxas de risco e estruturação	(9.569)	(16.553)	(9.569)	(16.553)
Despesas com auditoria, controladoria, consultoria e assessoria	-	-	(9.494)	(5.581)
Atualização monetária de provisões e de risco de crédito	(22.022)	(13.647)	(22.022)	(13.647)
Perdas Judiciais	-	(793.673)	-	(657.043)
Outras despesas operacionais	(6.851)	(60.736)	(8.751)	(209.941)
Total	**(270.322)**	**(943.442)**	**(292.126)**	**(970.517)**

NOTA 19 – DESCONTOS CONCEDIDOS

Referem-se principalmente aos descontos concedidos aos mutuários e à remuneração do agente financeiro, conforme estabelecido pela Resolução CCFGTS Nº 460, de 14 de dezembro de 2004, atualizada pela Resolução CCFGTS Nº 702, de 04 de outubro de 2012:

Descrição	Controladora / Consolidado	
	2021	2020
Desconto mutuário aquisição/construção	2.372.171	2.437.796
Desconto mutuário - remuneração do agente financeiro	4.940.366	5.768.007
Demais descontos	3.208	4.163
Total	**7.315.745**	**8.209.966**

NOTA 20 – GERENCIAMENTO DE RISCOS DO FGTS

O Administração realiza continuamente a avaliação da estrutura, da governança, dos processos e sistemas e das metodologias aplicadas no gerenciamento de riscos e capital, buscando identificar oportunidades de melhoria, com vistas ao aprimoramento da gestão.

O processo de gestão de riscos do FGTS considera um modelo integrado, e envolve os diversos níveis de hierarquia, sendo de fundamental importância para sustentabilidade e manutenção de capital do Fundo. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos busca resguardar o capital e suas operações, permitindo o cumprimento da missão, dos valores e dos objetivos estratégicos do Fundo.

(A) IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS RELEVANTES

O processo de identificação dos riscos engloba todos os riscos financeiros aos quais uma entidade está exposta, como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, concentrando na imprevisibilidade do mercado financeiro, de forma a minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho do Fundo.

A gestão de riscos realizada pelo Agente Operador segue as diretrizes emitidas pelo Conselho Curador do FGTS, o qual também estabelece diretrizes para as políticas de aquisição, uso e manutenção dos instrumentos financeiros do Fundo.

(A.1) SUMÁRIO DOS RISCOS DECORRENTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Riscos	Exposição	Metodologia Utilizada para Gestão	Gestão
Risco de mercado	Operações de Mercado; Carteiras Administradas; Empréstimos e Financiamentos	Modelo de custo amortizado; Monitoramento do mercado	Política de investimento; Classificação das carteiras; Diversificação da carteira; Estruturação dos títulos
Risco de Crédito	Operações de Mercado; Carteiras Administradas; Empréstimos e Financiamentos	Avaliação do crédito; Concentração do crédito; Análise e monitoramento dos limites de *rating*; Garantias de crédito	Política de investimento; Política de crédito; Entes tomadores; *Rating* mínimo; Garantia de rentabilidade (derivativos); Posição vendida de risco (CAIXA/União)

Risco de Liquidez	Operações de Mercado; Carteiras Administradas; Empréstimos e Financiamentos	Modelo de custo amortizado; Análise de liquidez de fluxos de caixa (orçamento); Reserva técnica; Indicadores e projeções	Política de investimento; Gestão ALM
Risco Operacional	Operações de Mercado; Carteiras Administradas; Empréstimos e Financiamentos	Sistema de identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, mitigação e reporte (ferramenta)	Gestão em 3 níveis hierárquicos (1ª, 2ª e 3ª linhas de defesa)
Risco Legal	Operações de Mercado; Carteiras Administradas; Empréstimos e Financiamentos	Segregação de funções; Mitigação de riscos	Política organizacional

(B) RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como o risco de o valor de mercado da carteira, instrumento ou investimento aumentar ou diminuir como resultado da volatilidade e do movimento imprevisível das avaliações dos títulos no mercado.

No âmbito das operações de créditos firmadas junto aos agentes financeiros, o FGTS possui um caráter sui generis no mercado, uma vez que as condições, limites e taxas são definidas por meio de política de crédito do Administrador, e as alocações de recursos ainda devem considerar os limites orçamentários aprovados anualmente, frente ao montante de demandas apresentadas pelo conjunto de agentes financeiros.

Cumpre ressaltar que as amortizações e juros do saldo devedor das operações são reajustadas pelo mesmo índice e com a mesma periodicidade que a atualização das contas vinculadas do FGTS, de modo que qualquer variação nos indicadores produzir-se-á impacto insignificante no resultado e patrimônio do FGTS.

Para os investimentos relacionados na carteira administrada do FGTS, este risco está bastante mitigado, uma vez que: (i) os ativos do FGTS não são negociados a mercado; (ii) são calculados conforme a curva de amortização e taxas previstas nos respectivos instrumentos, ou seja, ao custo amortizado; e (iii) a Administração tem a intenção de carregar os ativos até o vencimento.

Nesse sentido, a mensuração deste risco para a carteira por meio de metodologias como Value At Risk – VaR, teste de estresse ou análise de sensibilidade, sendo estes métodos estatísticos e de simulação utilizados para pressupor como as variações nas taxas de mercado afetam os preços de instrumentos financeiros, não mensura de forma representativa os valores de risco de mercado da carteira e suas exposições.

Isso se justifica porque as carteiras administradas do FGTS são ativos que apresentam características únicas, decorrente de critérios estabelecidos pelo CCFGTS para essas aplicações, como setores de atividades dos preponentes, taxas de juros mínimas, indexador, finalidade do investimento, *rating* mínimo do tomador, designação dos recursos e prazos de retorno. A estruturação desta carteira é feita nos moldes específicos para a política de investimentos e destinação de recursos conforme estratégia do Fundo. Sendo o volume alocado por meio de oferta privada, em operações estruturadas, customizadas, que contém características não comuns em mercados de negociação, de forma a atender as especificidades do FGTS, não sendo esses títulos de crédito comumente negociados em bolsas e balcões.

(C) RISCOS DE CRÉDITO

Risco de um devedor não liquidar integralmente os seus compromissos em tempo hábil. É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações nos termos pactuados.

O risco de crédito decorre das operações de mercado, que são instrumentos de dívida e instrumentos de patrimônio, avaliados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, tanto por meio direto pelo FGTS como indireto, por meio de suas controladas, bem como os investimentos em operações de crédito, contratos de cessão e garantias a receber, nas área de habitação, saneamento básico, infraestrutura urbana e saúde filantrópica, seja de forma direta, ou por meio de lastros conforme políticas de investimentos do Administrador.

A aquisição de ativos em operações de mercado ocorre mediante as autorizações do Conselho Curador do FGTS, o qual estabelece estrategicamente as condições necessárias para cumprimento pelo Agente Operador, tendo como base o estudo e as estratégias de políticas públicas.

A política de crédito contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Fundo. Aplica-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito, de modo a ser observado nas operações de negócio pelo Agente Operador, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

Essa política de crédito orienta, ainda, sobre o gerenciamento contínuo, integrado e prospectivo do risco de crédito, e compreende todas as etapas do processo de crédito, a gestão dos ativos sujeitos a esse risco, assim como o processo de cobrança e recuperação de créditos, inclusive daqueles realizados por conta e risco de terceiros.

Para mitigar o risco de crédito, os investimentos realizados contam com estrutura de garantias, dentre aquelas aceitas pelo FGTS, seja por meio da Lei, ou por meio dos atos administrativos do CCFGTS que vieram a autorizar os investimentos realizados.

Para as operações de mercado o FGTS utiliza metodologia de perdas esperadas, que considera o valor recuperável estimado e as perdas esperadas por instrumento, de acordo com os requisitos da norma. A metodologia utiliza probabilidade de *default*, exposição ao risco de crédito e perda dado o *default*. A metodologia se baseia em (i) premissas para classificar se o instrumento financeiro apresenta ou não aumento significativo do risco de crédito, (ii) taxa efetiva para desconto da curva de pagamentos futuros e (iii) estimativa de valor das garantias de cada instrumento para avaliar o valor não recuperável do instrumento em situação de *default*.

Destaca-se que, no encerramento do exercício 2021, 26,49% o ativo do Fundo está representado por títulos públicos federais e operações compromissadas, ou seja, risco de crédito soberano, sobre o qual não se mensuram perdas esperadas por *default*, 66,64% do ativo são operações de crédito nos setores de habitação, saneamento, infraestrutura urbana e saúde (hospitais), as quais contam com garantia da União ou da CAIXA, o que as caracteriza como operações de baixo risco de crédito, e os demais ativos são operações de mercado em papeis privados, tais como debêntures, cotas de fundos de investimento, Certificados de Recebíveis Imobiliários e Letras de Crédito Imobiliário, os quais possuem garantia de rentabilidade mínima assegurada pela CAIXA.

No tocante às operações de crédito do FGTS, constituídos por contratos de empréstimos aos agentes financeiros, na condição de tomadores de recursos, a Lei 8.036/90, no parágrafo 8º do art. 9º, transferiu à União o risco de crédito das aplicações efetuadas até 1º de junho de 2001, com recursos do FGTS, pelos demais órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitação - SFH e pelas entidades credenciadas pelo Banco Central do Brasil como agentes financeiros, sub-rogando nas garantias prestadas à CAIXA. O risco de crédito das operações realizadas após aquela data, nas áreas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana passa a ser da CAIXA, na qualidade de agente operador do FGTS.

O risco de crédito das operações realizadas com as entidades hospitalares filantrópicas e instituições que operem na área de pessoas com deficiências, sem fins lucrativos, que participam de forma suplementar ao Sistema Único de Saúde - SUS são dos agentes financeiros contratantes, definidos na forma da Lei nº 8.036/90, art. 9º, parágrafo 10, mediante o pagamento de taxa de risco de crédito acrescido à taxa de juros, a ser definida pelo CCFGTS, limitada a 3% a. a (três por cento).

Cumpre ressaltar que a CAIXA, seja na condição de Agente Operador, o qual suporta o risco de crédito das operações firmadas a partir de 02 JUN 2001, ou de agente financeiro, que garante o risco de crédito nas operações do FGTS-Saúde, assim como os demais agentes financeiros autorizados a operar nesse programa, todos possuem a União como controlador comum.

Salienta-se que os riscos de crédito dos instrumentos financeiros de emissão do Governo Federal não são mensurados, por serem considerados de risco soberano, atrelado à capacidade fiscal do país, ao desempenho econômico e à gestão orçamentária.

Os agentes financeiros com interesse em operar com recursos do FGTS são submetidos a avaliação de risco de crédito, com atribuição de limites e *rating* no padrão CAIXA, cuja formulação de políticas e gestão de risco de crédito é conduzida de forma segregada da gestão do FGTS, haja vista que a Lei nº 8.036/90 atribuiu à CAIXA o risco das aplicações a partir de 02 JUN 2001.

Na avaliação de risco das operações, além da ponderação do risco do tomador, são considerados a qualidade das garantias e os garantidores, que guardam suas especificidades em operações com recursos oriundos do FGTS.

A avaliação prevê ainda que, o agente financeiro apresentará garantias de, no mínimo, 100% do montante contratado, definidas no art. 9º da Lei nº 8.036/90 ou demais garantias autorizadas pelo CCFGTS, e que o Agente Operador sub-rogar-se-á automaticamente, de pleno direito, dos créditos e garantias constituídas pelo tomador final ao agente financeiro, derivados dos financiamentos concedidos.

A abertura de limite de crédito não implica na disponibilização integral dos recursos, que fica condicionada à efetiva necessidade de alocação que vier a ser apresentada pelo conjunto de agentes financeiros, bem como eventual alteração no limite de crédito estabelecido e não utilizado e em razão de revisões periódicas nas avaliações de risco de crédito da instituição financeira proponente.

(C.1) CONCENTRAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO POR SEGMENTO DAS OPERAÇÕES DE MERCADO

Operações de mercado	2021		2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Privado	**5.210.950**	**15.056.218**	**7.463.985**	**17.001.665**
Habitação	**3.286.267**	**3.443.569**	**5.269.675**	**5.417.084**
CRI	2.779.561	2.779.561	4.662.055	4.662.055
LCI	506.706	506.706	607.620	607.620
Direitos Creditórios	-	56.563	-	56.307
SPE	-	100.739	-	91.102
Saneamento	**943.178**	**943.178**	**1.119.367**	**1.119.367**
Debêntures	943.178	943.178	1.119.367	1.119.367
Infraestrutura	**981.505**	**10.669.471**	**1.074.943**	**10.465.214**
Debêntures	981.505	10.669.471	1.074.943	10.465.214
Público	**139.196.592**	**139.196.592**	**97.670.519**	**97.670.519**
Governo	**139.196.592**	**139.196.592**	**97.670.519**	**97.670.519**
Títulos Públicos Federais	137.933.696	137.933.696	96.394.300	96.394.300
CVS	1.262.896	1.262.896	1.276.219	1.276.219
Total	**144.407.542**	**154.252.810**	**105.134.504**	**114.672.184**

(C.2) CONCENTRAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO POR SEGMENTO DOS EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Empréstimos e Recebíveis	Controladora/Consolidado	
	2021	2020
Setor público		
Habitacional	366.235.801	353.146.986
Saneamento	20.831.688	20.823.593
Infraestrutura e desenvolvimento	17.312.312	17.392.316
Saúde	301.912	1.158.253
FCVS a receber	9.492.392	9.093.925
Tesouro Nacional - pagamento a ressarcir	200.018	193.788
Total setor público	**414.374.123**	**401.808.861**
Setor privado		
Habitacional	3.858.415	3.796.625
Saneamento	884.081	757.628
Infraestrutura e desenvolvimento	129.682	244.553
Total setor privado	**4.872.178**	**4.798.806**
Total geral	**419.246.301**	**406.607.667**

(D) RISCO DE LIQUIDEZ

Risco de liquidez se caracteriza pela possibilidade de a entidade não honrar suas obrigações presentes e futuras, esperadas e inesperadas sem afetar suas operações e sem incorrer em perdas significativas. Podendo ocorrer de duas formas, risco de liquidez de mercado e risco liquidez de fluxo de caixa. O risco de liquidez de mercado é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação no tempo necessário, sem perdas significativas, enquanto o risco de liquidez de fluxos de caixa é a possibilidade de falta de recursos disponível para honrar as obrigações assumidas, em função de descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Quanto aos riscos de liquidez de mercado, a política de investimento financeiro do Fundo impõe que: (i) não sejam negociados em mercado; (ii) não efetue marcação a mercado; e (iii) sejam mantidos até o vencimento contratual. Dessa forma, o risco de liquidez de mercado é caracterizado como insignificante para o Fundo.

Em relação à gestão de ativos e passivos do FGTS, de acordo com o art. 5º da Lei 8.036/90, cabe ao Conselho Curador do FGTS a avaliação e a gestão econômica e financeira do Fundo, além da definição das diretrizes e dos programas de alocação de todos os recursos, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana estabelecidas pelo Governo Federal. Nesse sentido, a responsabilidade final pela gestão do risco de liquidez é do Conselho, que estabeleceu uma gestão do risco de liquidez adequada para as exigências de financiamento e liquidez de curto, médio e longo prazo do FGTS.

Nessa linha, a Resolução do CCFGTS n° 702/2012 estabelece as diretrizes para elaboração da proposta orçamentária do FGTS. Os estudos consideram a situação atual do Fundo e a projeção para os 3 (três) exercícios subsequentes, levando em consideração a influência dos fatores internos e externos que possam impactar a liquidez do FGTS.

Para elaboração do estudo orçamentário do FGTS, o Agente Operador recepciona do Gestor da Aplicação MDR, a previsão orçamentária de aplicação nas áreas de saneamento, infraestrutura, habitação e saúde. Com base nas informações recebidas e no último balancete fechado, o Agente Operador projeta o fluxo de caixa para os próximos 3 exercícios e o corrente, e o MDR submete à aprovação do Conselho Curador do FGTS estudo orçamentário.

A avaliação de liquidez do FGTS é realizada pelo menos duas vezes ao ano, ou sempre que necessário, com base na análise dos fluxos de caixa do Fundo, demonstração do resultado do exercício e balanço patrimonial, projetados de acordo com as premissas definidas.

Para o FGTS, a maior parte das obrigações são decorrentes de depósitos à vista e por isso classificadas como sem vencimento. Dessa forma, para fazer frente a seu passivo, o FGTS, além de contar com os recursos em caixa, detém Títulos Públicos Federais e R$ 23 bilhões (DEZ/2021) em operações compromissadas, que são utilizadas para a gestão diária da liquidez do FGTS.

Importante destacar que, conforme estabelece a RCCFGTS n° 980/2020, na ocorrência de fato superveniente, o Agente Operador poderá realizar a venda de Títulos Públicos Federais de propriedade definitiva do FGTS antes de seu vencimento, bem como, realizar operações de troca de títulos com o Tesouro Nacional, desde que autorizado pelo Conselho Curador do FGTS.

Ainda, o FGTS possui como diretriz a observância de Margem Prudencial, a ser monitorada pelo Agente Operador, por meio da qual é verificado se o conjunto das receitas do FGTS é suficiente para cobrir suas despesas, gerando ainda uma margem de segurança ("Margem Prudencial") de 1% em cada exercício. Quando do encerramento de cada exercício, se a Margem Prudencial estiver inferior a 1%, o Agente Operador deverá constituir provisão nas demonstrações contábeis do FGTS correspondente à diferença apurada.

Com tal estrutura, é mitigado o risco de liquidez associado à possibilidade de que o FGTS não consiga honrar suas obrigações relacionadas ao pagamento dos trabalhadores.

(E) RISCO OPERACIONAL

Risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos, ou de eventos externos.

O Agente Operador possui metodologia para catalogação de processos pelo BPM – Business Process Management, conforme adotada em todo o conglomerado CAIXA, de forma a garantir a visão estruturada, ampla e integrada da organização e de seus processos, propiciando a melhoria contínua e a eficiência dos negócios, aplicando-o aos processos do FGTS.

Ainda, o Agente Operador do FGTS adota o modelo de Linhas de Defesa, uma forma eficaz de melhoria do gerenciamento de riscos e controles que visa, por meio do esclarecimento de papeis e responsabilidades essenciais de cada unidade, a simplificação e eficácia da comunicação no gerenciamento dos riscos em todos os níveis. Na 1ª Linha, o Agente Operador é responsável por gerenciar os seus processos sob a ótica de controles e riscos, entre outras atividades. A 2ª Linha corresponde a Vice Presidência de Riscos, responsável por monitorar os controles da 1ª Linha. Por fim, a 3ª Linha corresponde à Auditoria CAIXA, responsável por auditar a atuação do gestor na 1ª Linha e da área de risco no monitoramento na 2ª Linha. Tanto a área de Risco quanto a Auditoria são áreas da CAIXA externas ao Agente Operador.

(F) RISCO LEGAL

O FGTS está sujeito às alterações legais que podem afetar seu equilíbrio financeiro, sejam relacionadas ao aumento da possibilidade de novos saques ou a suspensão de recolhimento por parte dos empregadores, que impactam na liquidez e no fluxo de caixa do Fundo, como também relacionadas ao índice de correção das contas vinculadas, aplicado no reajuste das prestações de amortização e juros e no saldo devedor das operações ativas do FGTS.

Decisões judiciais que autorizam saques em hipóteses diversas das já regulamentadas, alterações de índices de correção, bem como autorizações que impliquem em suspensão de recolhimento por parte dos empregadores, podem impactar a liquidez e a sustentabilidade do FGTS.

(G) DEMAIS RISCOS

Alterações na política econômica podem alterar a capacidade de realização de empréstimos aos Agentes Financeiros e de aplicações em títulos públicos federais e operações de mercado.

Alterações no regramento pertinente ao FGTS podem afetar o seu desempenho e a distribuição de resultados aos seus cotistas.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

(A) PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Conforme disposto na Lei n 8.036, de 11 de maio de 1990, as normas e diretrizes do FGTS são regidas pelo Conselho Curador do FGTS (CCFGTS), classificado como Pessoal Chave da Administração. Não há transação entre as partes relacionadas e estes conselheiros não recebem remuneração do FGTS.

A composição do CCFGTS, em 31 DEZ 2021, está apresentada no quadro abaixo:

Conselheiros titulares	Conselheiros suplentes
Ricardo de Souza Moreira	Romulo Machado e Silva
Francisco Onivaldo de Oliveira Segundo	Bruno Pessanha Negris
Geanluca Lorenzon	Paulo Henrique Siqueira Isobe
José Lopes Hott Junior	Janete Duarte Mol
Daniel de Oliveira Duarte Ferreira	Alice de Almeida Vasconcellos de Carvalho
Natalia Marcassa de Souza	Rafael Magalhães Furtado
Atevaldo Vieira Leitão	Luis Carlos de Oliveira
Neucir Paskoski	Clair Spanhol
José Abelha Neto	-
Rodrigo Souza Wermelinger	José da Silva Aguiar
Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves	Pablo Silva Cesário
Abelardo Campoy Diaz	Antonio Lisboa Cardoso

(B) ENTIDADE COM INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA

As partes relacionadas que exercem Influência Significativa sobre o FGTS estão apresentadas no quadro abaixo:

Nome	CNPJ	Influência
Ministério do Desenvolvimento Regional	03.353.358/0001-96	Gestor da Aplicação
Caixa Econômica Federal	00.360.305/0001-04	Agente Operador
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	00.394.460/0016-53	Dívida Ativa
SIT – Secretária de Inspeção do Trabalho	00.394.460/0564-49	Agente Fiscalizador

Os saldos e movimentações das transações com a Caixa Econômica Federal estão apresentados a seguir:

Descrição	2020	Aplicação/ Resgate Pagamento/ Recebimento Repasse	Rendimentos/ Despesa	Incorporação rendimentos/ encargos	Ajuste a Valor justo	Demais movimentações	2021
Controladora							
Ativo							
Outros créditos – remuneração a receber	14.574	-	194.150	(158.638)	-	-	50.086
Instrumentos financeiros derivativos	1.846.166	-	-	-	(157.531)	-	1.688.635
Operações de crédito - Agente financeiro CAIXA	347.252.743	(2.695.821)	18.381.779	-	-	(76.197)	362.862.504
Passivo							
Taxa de administração a pagar	220.250	(2.643.000)	2.643.000	-	-	-	220.250
Taxa de risco e estruturação a pagar	358.751	(5.338)	9.570	-	-	-	362.983
Consolidado							
Ativo							
Outros créditos – remuneração a receber	14.574	-	194.150	(158.638)	-	-	50.086
Instrumentos financeiros derivativos	1.846.166	-	-	-	(157.531)	-	1.688.635
Operações de crédito - Agente financeiro CAIXA	347.252.743	(2.695.821)	18.381.779	-	-	(76.197)	362.862.504
Passivo							
Taxa de administração a pagar	304.297	(2.729.327)	2.723.784	-	-	-	298.754
Taxa de risco e estruturação a pagar	358.751	(5.338)	9.570	-	-	-	362.983
Taxa de custódia a pagar	13	(80)	74	-	-	-	7

Os saldos e movimentações das transações com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN estão apresentados a seguir:

Descrição	2020	Provisão	Pagamento	2021
Passivo				
Valores a pagar - serviços de terceiros	712	12.942	(12.977)	677
Valores a pagar - serviços relativos à cobrança representação judicial	-	25.136	(21.167)	3.969

Os saldos e movimentações das transações com a Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT estão apresentados a seguir:

Descrição	2020	Provisão	Pagamento	2021
Passivo				
Valores a pagar - constituição e gestão dos créditos devidos ao FGTS	-	26.055	(21.763)	4.292

(C) ENTIDADES CONTROLADAS

Conforme previsto em Regulamento, os recursos do FGTS podem ser aplicados em Títulos e Valores Mobiliários, desde que vinculados à habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana.

O FGTS, como cotista integral, é classificado como Controlador Direto dos seguintes Fundos:

Nome	CNPJ
FI-FGTS – Fundo de Investimento do FGTS	09.234.078/0001-45
FIDC-Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	10.740.479/0001-56
FII-Porto Maravilha – Caixa Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha	12.989.974/0001-29
FII-Caixa Incorporação – Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Incorporação	12.969.125/0001-03
FII-Desenvolvimento Imobiliário – Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Desenvolvimento Imobiliário	13.020.465/0001-56
FII-Convida Suape – Fundo e Investimento Imobiliário Caixa Convida SUAPE.	22.211.522/0001-75

Os saldos e movimentações das transações com as investidas estão apresentados a seguir:

Descrição	2020	Aplicação / Resgates	Equivalência patrimonial	Valores a pagar	2021
Ativo					
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto					
FI-FGTS	25.436.516	(7.784.105)	2.009.207	-	19.661.618
FIDC RB Habitação	37.440	(11.500)	(17.522)	-	8.418
FII Convida SUAPE	116.342	-	(39.565)	-	76.777
FII Desenvolvimento Imobiliário	7.497	-	(12.494)	4.997	-
FII Caixa Incorporação	316.343	(108.900)	6.801	-	214.244
FII Porto Maravilha	543.988	-	163.955	-	707.943
Total Controladora	**26.458.126**	**(7.904.505)**	**2.110.382**	**4.997**	**20.669.000**
Passivo					
Obrigações diversas					
FII Desenvolvimento Imobiliário	-	-	-	4.997	4.997
Total Controladora	**-**	**-**	**-**	**4.997**	**4.997**

NOTA 22 – IMPACTOS DECORRENTES DA COVID-19

Durante o ano de 2021, continuou a se observar impactos na economia brasileira e mundial decorrentes da pandemia da COVID-19, declarada em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde.

A Administração informa que, até a data de divulgação de suas Demonstrações Contábeis de 2021, não foram identificados impactos ou efeitos relevantes nas suas operações causados pela pandemia da COVID-19, além daquelas elencadas abaixo, sobretudo em virtude da continuidade das atividades operacionais do FGTS.

Área	Fato operacional
01 - Pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, que institui; a redução proporcional de jornada de trabalho e de salários; e a suspensão temporária do contrato de trabalho	A MP 1045/2021 - Institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (covid-19) no âmbito das relações de trabalho.
02 - Parcelamento de débitos das contribuições devidas ao FGTS	A Resolução CCFGTS nº 1001/2021 estabeleceu regra, excepcional e transitória, para os parcelamentos de débitos para com o FGTS, em adequação ao disposto no parágrafo único do art. 26 da Medida Provisória nº 1.046, de 27 de abril de 2021.

NOTA 23 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A Caixa Econômica Federal na qualidade de Agente Operador do FGTS, estabeleceu os procedimentos operacionais para a utilização de recursos do FGTS por parte do trabalhador, de forma individual nos Fundos Mútuos de Privatização (FMP-FGTS) para aquisição de valores mobiliários, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização e/ou nos similares estaduais, aprovados pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos CPPI e em 14/06/2022 foi utilizado o valor de R$ 5.991.788 para aquisição da ações da Eletrobras via FMP.

Com a edição da Medida Provisória nº 1.105, de 17 de março de 2022, foi disponibilizado, até 15 de dezembro de 2022, aos titulares de conta vinculada do FGTS, o saque extraordinário de recursos até o limite de R$ 1.000,00 (mil reais) por trabalhador. O cronograma de atendimento para o saque foi determinado pelo Agente Operador (CAIXA), sendo normatizado com a Circular CAIXA nº 985 de 24 de março de 2022. A estimativa de pagamento até o término do cronograma é de R$ 30 bilhões, atribuídos ao montante de 42 milhões de trabalhadores. Até 31 de maio de 2022, foram disponibilizados $ 22,6 bilhões correspondente às contas de 32,8 milhões trabalhadores. Os valores disponibilizados aos trabalhadores podem retornar ao FGTS a pedido do trabalhador ou caso os valores não sejam movimentados, conforme dispõe a Medida Provisória nº 1.105/2022.

Com a edição da Medida Provisória nº 1.107, de 17 de março de 2022 o FGTS foi autorizado a destinar o montante de R$ 3.000.000 para aquisição de cotas em fundo garantidor de microfinanças, cuja finalidade é mitigar os riscos das operações de microcrédito concedidas a pessoas naturais e microempreendedores individuais.

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS

(ADMINISTRADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA)
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Conselho Curador
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ("Fundo"), administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA ("Administrador" ou "CAIXA"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Fundo e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL DE COMPANHIAS INVESTIDAS

(i) Chamamos a atenção para a nota explicativa 5(d), que descreve que os relatórios de auditoria relativos às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro

de 2021 das companhias sobre as quais o FI-FGTS detém investimentos que correspondem a 3,69% do patrimônio líquido do FI-FGTS, contém seção de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessas companhias investidas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

(ii) Chamamos a atenção para a nota explicativa 5(i), que descreve que devido a deterioração das condições de mercado vivida nos últimos anos e o respectivo impacto na monetização e no baixo volume de negociação de ativos, o FII-Porto Maravilha declarou estar em situação de iliquidez ao Fundo de Investimento Imobiliário da Região do Porto ("FII Região do Porto") e à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP). Em 31 de dezembro o FII-Porto Maravilha possui o montante de R$ 4.513 milhões de Prêmio de Opção de Compra a liquidar junto ao FII Região do Porto, oriundos da aquisição de CEPAC em leilão público para a continuidade dos serviços e obras relacionadas a melhoria de infraestrutura da Região do Porto Maravilha. Em maio de 2020, o FII-Porto Maravilha iniciou o processo judicial com o objetivo de revisão de termos e condições da operação na região do Porto Maravilha. Consequentemente, as incertezas relacionadas às obrigações do FII-Porto Maravilha referentes ao Prêmio de Opção de Compra e à realização dos ativos imobiliários pelos valores estimados, dependem do desfecho do processo judicial, da continuidade e da finalização das obras de infraestrutura e da melhoria das condições do mercado imobiliário na região. Essas situações indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional do FII-Porto Maravilha. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

RISCOS RELACIONADOS À NÃO CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS

(i) Chamamos a atenção para a nota explicativa 5(d), que descreve que o relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 das companhias investidas do FI-FGTS, por meio de ações ou debêntures, Hidrotérmica S.A., Santo Antônio Energia S.A. e Brasilterm Participações S.A.; e da Madeira Energia S.A., companhia investida do Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Amazônia Energia, que correspondem a 24,12% do patrimônio líquido do FI-FGTS, contêm ênfases em relação às investigações e/ou outras medidas legais por autoridades públicas em andamento. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

(ii) Chamamos a atenção para a nota explicativa 5(i), que descreve que o FII-Porto Maravilha foi estruturado com o objetivo da viabilização da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio de Janeiro ("OUCPRJ"), com a finalidade de promover a reestruturação urbana da Área de Especial Interesse Urbanístico. Conforme descrito na Nota 5(i), o Ministério Público Federal e a Polícia Federal estão conduzindo investigações envolvendo o investimento do FGTS no FII-Porto Maravilha e algumas operações imobiliárias do FII-Porto Maravilha. A administração da Caixa Econômica Federal adotou ações internas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados e administradores. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

CRÉDITOS VINCULADOS AO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS – FCVS

Chamamos a atenção para a nota explicativa 9, que descreve que em 31 de dezembro de 2021, o Fundo possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R$ 8.634 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R$ 1.756 milhões e sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. O FGTS possu metodologia para cálculo da provisão dos contratos a serem ressarcidos pelo FCVS para estimar o risco vinculado ao recebimento de tais ativos, para os quais constituiu provisão no valor de R$ 858 milhoes. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R$ 7.736 milhões, em 31 de dezembro de 2021, segue um processo de securitização (emissão de títulos pelo Tesouro Nacional), conforme previsto na Lei nº 10.150/2000. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília, 18 de julho de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE FUNDOS GOVERNAMENTAIS E LOTERIAS N° 493/2022

Dispõe sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referentes ao exercício de 2021.

A Secretaria Geral faz saber a seguinte deliberação do Conselho de Fundos Governamentais e Loterias da Caixa Econômica Federal, em sua reunião realizada em 15 de julho de 2022, Ata n° 244:

"O Conselho de Fundos Governamentais e Loterias da Caixa Econômica Federal, considerando o disposto no artigo 57, inciso IV, do Estatuto Social da CAIXA, bem como o Parecer do Comitê de Diretores Executivos de Fundos Governamentais e Loterias n° 109, de 14/07/2022, e no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

*Art. 1° **Aprovar** as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referentes ao exercício de 2021.*

Art. 2° Esta matéria deve ser submetida à deliberação do Conselho Curador do FGTS (CCFGTS)."

KARLA CRISTINA GADELHA APOLINÁRIO
Assinatura por delegação de competência,
nos termos da Portaria n°1773/2022 — PRESI

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1044, DE 22 DE JULHO DE 2022

Aprova as Demonstrações Financeiras Consolidadas e o Relatório de Gestão do FGTS, referentes ao exercício de 2021.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o inciso IV do art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, resolve:

Art. 1º Aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas e o Relatório de Gestão do FGTS, referentes ao exercício de 2021.

Parágrafo único - As Demonstrações Financeiras Consolidadas e o Relatório de Gestão do FGTS deverão ser disponibilizadas no sítio do FGTS (www.fgts.gov.br) na aba "Transparência e Prestação de Contas".

Art. 2º O Grupo de Apoio Permanente (GAP) deverá acompanhar o cumprimento das recomendações ou determinações feitas pelos órgãos de controle a partir de auditorias que vierem a ser efetuadas.

Art. 3º Fica declarada a revogação das seguintes resoluções do Conselho Curador do FGTS:

I - Resolução nº 862, de 22 de agosto de 2017; e

II - Resolução nº 933, de 19 de agosto de 2019.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO DE SOUZA MOREIRA
Presidente do Conselho

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 520, de 9 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 111, de 12 de junho de 2020, Seção 1, página 33, que trata do recredenciamento da Faculdade de Educação de Tangará da Serra - Faceduts, onde se lê: "(...) com sede na Rua José Corsino, nº 1.037, no Bairro Parque das Mansões, Município Tangará da Serra, Estado do Mato Grosso(...)", leia-se: "(...) com sede na Rua Deputado Hitler Sansão, nº 1.038-W, bairro Jardim do Lago, no município de Tangará da Serra, no estado do Mato Grosso (...)", conforme Nota Técnica nº 105/2022/CGCIES/DIREG/SERES/SERES (Registro e-MEC nº 201417957 e Processo SEI nº 23000.026505/2020-51).

RETITICAÇÃO

Na Portaria nº 680, de 26 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 101, de 29 de maio de 2017, Seção 1, página 23, que trata do recredenciamento do Instituto Salvador de Ensino e Cultura, onde se lê: "(...)com sede na Avenida Magalhães Neto, nº 571, loteamento Aquarius, no bairro Pituba, no município de Salvador(...)", leia-se: "(...)Avenida Jorge Amado, nº 780, no bairro Boca do Rio, no município de Salvador(...)", conforme a Nota Técnica nº 102/2022/CGCIES/DIREG/SERES/SERES (Registro e-MEC nº 201101418 e Processo SEI nº 23000.014556/2018-16).

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DE PARECERES
REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 4, 5, 6 E 7 DO MÊS DE JULHO/2022

CONSELHO PLENO

Processo: 23001.000265/2021-36 Parecer: CNE/CP 14/2022 Comissão: Maria Helena Guimarães de Castro (Presidente), Luiz Roberto Liza Curi e Suely Melo de Castro Menezes (Relatores), Alysson Massote Carvalho, Aristides Cimadon, Marilia Ancona Lopez, Mauro Luiz Rabelo, Mozart Neves Ramos, Tiago Tondinelli e Wagner Vilas Boas de Souza (membros) Interessado: Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno - Brasília/DF Assunto: Diretrizes Nacionais Gerais para o desenvolvimento do processo híbrido de ensino e aprendizagem na Educação Superior Voto da Comissão: A Comissão vota favoravelmente à aprovação das Diretrizes Nacionais Gerais para o desenvolvimento do processo híbrido de ensino e aprendizagem na Educação Superior, na forma deste Parecer e do Projeto de Resolução, anexo, do qual é parte integrante Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por unanimidade.

Processos: 23001.000110/2022-81 e 23000.033912/2021-04 Parecer: CNE/CP 19/2022 Comissão: Maria Helena Guimarães de Castro (Presidente), Suely Melo de Castro Menezes e Robson Maia Lins (Relatores), Amábile Aparecida Pacios, Luiz Roberto Liza Curi e Valseni José Pereira Braga (membros) Interessado: Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno - Brasília/DF Assunto: Aproveitamento, em Cursos de Graduação, de saberes, conhecimentos e competências constituídas em diferentes situações, formais e não formais, inclusive no trabalho Voto da Comissão: A Comissão Bicameral submete à apreciação do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação a aprovação do Projeto de Resolução, anexo a este Parecer, que dispõe sobre o aproveitamento, em Cursos de Graduação, de saberes, conhecimentos e competências constituídas em diferentes situações, formais e não formais, inclusive no trabalho, mediante avaliação individual dos estudantes Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 4º, da Portaria Normativa MEC nº 21/2017. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília-DF, 22 de julho de 2022.
PATRICIA FERNANDA LAPA LOBO NOGUEIRA
Secretária Executiva
Substituta

SÚMULA DE PARECERES
REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 2, 3, 4 E 5 DO MÊS DE MAIO/2022

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Processo: 23000.004878/2022-33 Parecer: CNE/CES 314/2022 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Ser Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade Univeritas Universus Veritas de Contagem (Veritas Contagem), com sede no município de Contagem, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Univeritas Universus Veritas de Contagem (Veritas Contagem), com sede na Rua Jequitibás, nº 393, bairro Eldorado, no município de Contagem, no estado de Minas Gerais, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que o Ser Educacional S.A. ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade Univeritas Universus Veritas de Contagem (Veritas Contagem) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.004875/2022-08 Parecer: CNE/CES 315/2022 Relator: Robson Maia Lins Interessado: Ser Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade Maurício de Nassau de Caxias do Sul (FMN Caxias Sul), com sede no município de Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Maurício de Nassau de Caxias do Sul (FMN Caxias Sul), com sede na Rua Sinimbu, nº 2.553, bairro São Pelegrino, no município de Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que o Ser Educacional S.A. ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade Maurício de Nassau de Caxias do Sul (FMN Caxias Sul) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202113269 Parecer: CNE/CES 319/2022 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC AR/RS - Porto Alegre/RS Assunto: Credenciamento do Centro Universitário SENAC - RS, por transformação da Faculdade SENAC Porto Alegre - FSPOA (SENAC/RS), com sede no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul Voto do Relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário SENAC - RS, por transformação da Faculdade SENAC Porto Alegre - FSPOA (SENAC/RS), com sede na Rua Coronel Genuíno, nº 130, Centro, no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201717276 Parecer: CNE/CES 322/2022 Relator: Anderson Luiz Bezerra da Silveira Interessado: Instituto de Educação Magistra Ltda. - Salvador/BA Assunto: Credenciamento da Faculdade de Ciências da Bahia (FACIBA), com sede no município de Salvador, no estado da Bahia, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto desfavoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade de Ciências da Bahia (FACIBA), com sede na Rua Direita da Piedade, nº 2, bairro Barris, no município de Salvador, no estado da Bahia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201901530 Parecer: CNE/CES 323/2022 Relator: Anderson Luiz Bezerra da Silveira Interessada: Editora e Distribuidora Educacional S/A - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade Pitágoras de Mossoró, a ser instalada no município de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Pitágoras de Mossoró, a ser instalada na Rua Doutor João Marcelino, nº 1.107, bairro Santo Antônio, no município de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Direito, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201927020 Parecer: CNE/CES 324/2022 Relator: Anderson Luiz Bezerra da Silveira Interessada: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas Fipe - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Escola de Ensino Superior da Fipe (FipeEES), a ser instalada no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Escola de Ensino Superior da Fipe (FipeEES), a ser instalada na Avenida Paulista, nº 1.499, 4º e 18º andares, Edifício Conde Andréa Matarazzo, bairro Bela Vista, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de tecnologia em Gestão Financeira e tecnologia em Gestão Pública, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202113374 Parecer: CNE/CES 325/2022 Relator: Anderson Luiz Bezerra da Silveira Interessada: Escola Superior da Amazônia S/C Ltda. - ESAMAZ - Belém/PA Assunto: Credenciamento do Centro Universitário da Amazônia (UNIESAMAZ), por transformação da Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ), com sede no município de Belém, no estado do Pará Voto do Relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário da Amazônia (UNIESAMAZ), por transformação da Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ), com sede na Travessa São Pedro, nº 544, bairro Batista Campos, no município de Belém, no estado do Pará, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202024266 Parecer: CNE/CES 326/2022 Relator: Alysson Massote Carvalho Interessada: Dom Negócios FVF Treinamento e Preparação para Concursos Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Brasileira Digital (FABRADI), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Brasileira Digital (FABRADI), com sede na Rua Estela, nº 515, bairro Vila Mariana, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta do curso superior de tecnologia de Gestão Pública, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202024212 Parecer: CNE/CES 327/2022 Relator: Aristides Cimadon Interessada: Dinâmica Organização Projetos e Consultoria Ltda. - ME - Itumbiara/GO Assunto: Credenciamento da Faculdade Santa Rita de Cássia (IFASC), com sede no município de Itumbiara, no estado de Goiás, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Santa Rita de Cássia (IFASC), com sede na Avenida Adelina Alves Vilela, nº 393, bairro Jardim Primavera, no município de Itumbiara, no estado de Goiás, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta do curso superior de Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201931364 Parecer: CNE/CES 328/2022 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessado: Sistema Alfa Universitário Ltda. - ALFA - Ipatinga/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade de Direito de Ipatinga (FADIPA), com sede no município de Ipatinga, no estado de Minas Gerais, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto da Relatora: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto desfavoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade de Direito de Ipatinga (FADIPA), com sede na Rua João Patrício de Araújo, nº 195, bairro Veneza, no município de Ipatinga, no estado de Minas Gerais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202023185 Parecer: CNE/CES 329/2022 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessada: Unipaulista Educacional Ltda. - Valparaíso/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade de Tecnologia Paulista (FAL), com sede no município de Lupércio, no estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto da Relatora: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade de Tecnologia Paulista (FAL), com sede na Avenida Santo Inácio, nº 1.089, bairro Jardim Floresta, no município de Lupércio, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta do curso superior de Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202024101 Parecer: CNE/CES 330/2022 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessado: Centro Social Clodoveu Arruda - Sobral/CE Assunto: Credenciamento da Faculdade Luciano Feijão (FLF), com sede no município de Sobral, no estado do Ceará, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto da Relatora: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Luciano Feijão (FLF), com sede na Rua José Lopes Ponte, nº 400, bairro Dom Expedito, no município de Sobral, no estado do Ceará, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da

oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Educação Física, bacharelado; tecnologia em Gestão de Recursos Humanos; Pedagogia, licenciatura e Serviço Social, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201901537 Parecer: CNE/CES 331/2022 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Editora e Distribuidora Educacional S/A - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade Pitágoras de Camaçari, a ser instalada no município de Camaçari, no estado da Bahia Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Pitágoras de Camaçari, a ser instalada na Rodovia BA-535, bairro Polo Petroquímico, no município de Camaçari, no estado da Bahia, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Direito, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201907366 Parecer: CNE/CES 332/2022 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Faculdade Araguapaz Itamar Bernadino Ltda. - Araguapaz/GO Assunto: Credenciamento da Faculdade Araguapaz Itamar Bernadino (FAIB ARAGUAPAZ), com sede no município de Araguapaz, no estado de Goiás, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto desfavoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Araguapaz Itamar Bernadino (FAIB ARAGUAPAZ), com sede na Rodovia 530, s/n, Quadra 3, Lote 1, bairro Vilas Boas, no município de Araguapaz, no estado de Goiás Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202014144 Parecer: CNE/CES 333/2022 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Associação de Ensino Superior de Goiás - AESGO - Rio Verde/GO Assunto: Credenciamento do Centro Universitário do Sul Goiano (UNIBRÁS), por transformação da Faculdade Unibras de Goiás (FACBRAS), com sede no município de Rio Verde, no estado de Goiás Voto do Relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário do Sul Goiano (UNIBRÁS), por transformação da Faculdade Unibras de Goiás (FACBRAS), com sede na Rua 12 de Outubro, nº 40, no município de Rio Verde, no estado de Goiás, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202023646 Parecer: CNE/CES 334/2022 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Associação Caruaruense de Ensino Superior - ASCES - Caruaru/PE Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA), com sede no município de Caruaru, no estado de Pernambuco, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA), com sede na Avenida Portugal, nº 584, bairro Universitário, no município de Caruaru, no estado de Pernambuco, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202023858 Parecer: CNE/CES 335/2022 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Sociedade Educacional do Vale do Itapocu S/S Ltda. - Guaramirim/SC Assunto: Credenciamento da Faculdade Leonardo da Vinci de Belo Horizonte, a ser instalada no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento, da Faculdade Leonardo da Vinci de Belo Horizonte, a ser instalada na Avenida Cristiano Machado, nº 11.833, bairro Vila Cloris, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Direito, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201806079 Parecer: CNE/CES 336/2022 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Brasil Educação S/A - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade SOCIESC de Educação de Itajaí, a ser instalada no município de Itajaí, no estado de Santa Catarina Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade SOCIESC de Educação de Itajaí, a ser instalada na Rua Brusque, nº 162, Centro, no município de Itajaí, no estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Engenharia Civil, bacharelado; Engenharia Mecânica, bacharelado e Processos Gerenciais, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201901536 Parecer: CNE/CES 337/2022 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Editora e Distribuidora Educacional S/A - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade Pitágoras de Cachoeiro de Itapemirim, a ser instalada no município de Cachoeiro de Itapemirim, no estado do Espírito Santo Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Pitágoras de Cachoeiro de Itapemirim, a ser instalada na Avenida Jones dos Santos Neves, nºs 256/258, bairro Maria Ortiz, no município de Cachoeiro de Itapemirim, no estado do Espírito Santo, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Direito, bacharelado; Engenharia Civil, bacharelado e Engenharia Mecânica, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201904210 Parecer: CNE/CES 338/2022 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: FACEC - Faculdade de Administração e Ciências Econômicas Ltda. S/S - Cianorte/PR Assunto: Credenciamento da Faculdade de Administração e Ciências Econômicas Ltda. (FACEC), com sede no município de Cianorte, no estado do Paraná, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade de Administração e Ciências Econômicas Ltda. (FACEC), com sede na Rua Monte Castelo, nº 375, bairro Zona 2, no município de Cianorte, no estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta do curso superior de tecnologia em Gestão da Qualidade, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201905201 Parecer: CNE/CES 339/2022 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: UNIDESC Ltda. - Luziânia/GO Assunto: Credenciamento da Faculdade ICESP de Anápolis (ICESP-Anápolis), a ser instalada no município de Anápolis, no estado de Goiás Voto do Relator: Voto desfavoravelmente ao credenciamento da Faculdade ICESP de Anápolis (ICESP-Anápolis), que seria instalada na Rodovia BR-153/060, Km 97, nº 3.400, bairro Zona Urbana, no município de Anápolis, no estado de Goiás, conforme o artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202013426 Parecer: CNE/CES 340/2022 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Faculdade Zona Leste Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Paulista de Bem Estar e Saúde, a ser instalada no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Paulista de Bem Estar e Saúde, a ser instalada na Rua Ulisses Cruz, nº 285, bairro Tatuapé, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Enfermagem, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202014010 Parecer: CNE/CES 341/2022 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Centro Integrado de Educação Ltda. - ME - João Pessoa/PB Assunto: Credenciamento da UNICORP Faculdades, com sede no município de João Pessoa, no estado da Paraíba, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da UNICORP Faculdades, com sede na Rua João Amorim, nº 256, Centro, no município de João Pessoa, no estado da Paraíba, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202023445 Parecer: CNE/CES 342/2022 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Plenitude Educação Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento do Instituto Plenitude Educação (IPLENI), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Instituto Plenitude Educação (IPLENI), com sede na Rua Verava, nº 97, bairro Santo Amaro, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta do curso superior de tecnologia em Gestão Comercial, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000181/2022-83 Parecer: CNE/CES 343/2022 Relator: Aristides Cimadon Interessada: Miriam Pereira Brito - Guarulhos/SP Assunto: Convalidação de estudos realizados no curso superior de Educação Física, bacharelado, ministrado pela Universidade Universus Veritas Guarulhos (Univeritas UNG), com sede no município de Guarulhos, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Miriam Pereira Brito, no curso superior de Educação Física, no período de 2014 a 2018, ministrado pela Universidade Universus Veritas Guarulhos (Univeritas UNG), com sede no município de Guarulhos, no estado de São Paulo, conferindo validade ao seu diploma de bacharel em Educação Física Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201901750 Parecer: CNE/CES 345/2022 Relator: José Barroso Filho Interessada: SOEC - Sociedade Olindense de Educação e Cultura - Olinda/PE Assunto: Credenciamento do Centro Universitário UNIFACOTTUR, por transformação da Faculdade de Comunicação e Turismo de Olinda (FACOTTUR), com sede no município de Olinda, no estado de Pernambuco Voto do Relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário UNIFACOTTUR, por transformação da Faculdade de Comunicação e Turismo de Olinda (FACOTTUR), com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 1.360, bairro Novo, no município de Olinda, no estado de Pernambuco, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201901952 Parecer: CNE/CES 346/2022 Relator: José Barroso Filho Interessada: Sociedade Educacional Famep Ltda. - ME - Teresina/PI Assunto: Credenciamento da Faculdades Famep - Unidade Campo Maior - PI (FAMEP), a ser instalada no município de Campo Maior, no estado do Piauí Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdades Famep - Unidade Campo Maior - PI (FAMEP), a ser instalada na Rua Coronel Costa Araújo, nº 451, Centro, no município de Campo Maior, no estado do Piauí, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201906152 Parecer: CNE/CES 347/2022 Relator: José Barroso Filho Interessada: Associação Educacional Nove de Julho - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Marechal Rondon de Mauá (FMR-MAUÁ), a ser instalada no município de Mauá, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Marechal Rondon de Mauá (FMR-MAUÁ), a ser instalada na Rua Rio Branco, nº 85, bairro Vila Augusto, no município de Mauá, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Enfermagem, bacharelado e Psicologia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201908154 Parecer: CNE/CES 348/2022 Relator: José Barroso Filho Interessada: Silvio Ricardo Sobral Gomes Eireli - ME - Salvador/BA Assunto: Credenciamento da Faculdade IESCFAC, com sede no município de Lauro de Freitas, no estado da Bahia, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto desfavoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade IESCFAC, com sede na Rua Queira Deus, nº 34, bairro Portão, no município de Lauro de Freitas, no estado da Bahia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201930856 Parecer: CNE/CES 349/2022 Relator: José Barroso Filho Interessada: Sociedade Avantis de Ensino e Escola de Aviação Civil S.A. - Balneário Camboriú/SC Assunto: Credenciamento da Faculdade Avantis Joinville, com sede no município de Joinville, no estado de Santa Catarina Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Avantis Joinville, a ser instalada na Rua Senador Felipe Schmidt, nº 159, Centro, no município de Joinville, no estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista nos Decretos nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Medicina Veterinária, bacharelado; Odontologia, bacharelado e Psicologia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202023069 Parecer: CNE/CES 350/2022 Relator: José Barroso Filho Interessado: Fractal Centro de Educação e Ensino Ltda. - Goiânia/GO Assunto: Credenciamento da Faculdade Fractal, a ser instalada no município de Goiânia, no estado de Goiás Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Fractal, a ser instalada na Avenida T9 c/ Rua U-42, nº 4.585, bairro Jardim Planalto, no município de Goiânia, no estado de Goiás, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência

avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Letras - Inglês, licenciatura e Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202023190 Parecer: CNE/CES 351/2022 Relator: José Barroso Filho Interessada: 10K Educação, Consultoria e Projetos Ltda. - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Sirius Escola Superior de Tecnologia, com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Sirius Escola Superior de Tecnologia, com sede na Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 681, - até 999 - lado ímpar, bairro Lagoinha, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta dos cursos superiores de tecnologia em Ciência de Dados e Inteligência Artificial e tecnologia em Desenvolvimento de Aplicações pela Internet, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201902802 Parecer: CNE/CES 353/2022 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: UNIMOGI - União Mogiana para o Desenvolvimento da Educação S/S Ltda. - Mogi Guaçu/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Mogiana (FAMOGI), a ser instalada no município de Mogi Mirim, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Mogiana (FAMOGI), a ser instalada na Rua Conde Álvares Penteado, nº 435, bairro Mirante, no município de Mogi Mirim, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir de oferta do curso superior de Administração, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201904952 Parecer: CNE/CES 354/2022 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: UNESVI - União de Ensino Superior do Vale do Ivaí Ltda. - Ivaiporã/PA Assunto: Credenciamento da Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí (FATEC-IVAI), com sede no município de Ivaiporã, no estado do Paraná, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí (FATEC-IVAI), com sede na Avenida Brasil, nº 45, Centro, no município de Ivaiporã, no estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta dos cursos superiores de Agronomia, bacharelado; Arquitetura e Urbanismo, bacharelado; Enfermagem, bacharelado; Engenharia Civil, bacharelado e Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201927501 Parecer: CNE/CES 355/2022 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: A. F. Comércio de Livros e Cursos Especializados Ltda. - Londrina/PR Assunto: Credenciamento da Faculdade FK Partners, a ser instalada no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade FK Partners, a ser instalada na Rua Fidêncio Ramos, nº 195, bairro Vila Olímpia, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Administração, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201929407 Parecer: CNE/CES 356/2022 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: Anhanguera Educacional Participações S/A - Valinhos/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Anhanguera do Amazonas, a ser instalada no município de Manaus, no estado do Amazonas Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Anhanguera do Amazonas, a ser instalada na Avenida Noel Nutels, nº 1.762, bairro Cidade Nova, no município de Manaus, no estado do Amazonas, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a partir da oferta do curso superior de Psicologia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201931169 Parecer: CNE/CES 357/2022 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: UNIMOGI - União Mogiana para o Desenvolvimento da Educação S/S Ltda. - Mogi Guaçu/SP Assunto: Credenciamento do Centro Universitário UNIMOGI, por transformação da Faculdade Mogiana do Estado de São Paulo (FMG), com sede no município de Mogi Guaçu, no estado de São Paulo Voto do Relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto desfavoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário UNIMOGI, por transformação da Faculdade Mogiana do Estado de São Paulo (FMG), com sede na Avenida Padre Jaime, nº 2.600, Centro, no município de Mogi Guaçu, no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202013573 Parecer: CNE/CES 358/2022 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessado: Colégio e Faculdade Visão Ltda. - Goianira/GO Assunto: Credenciamento da Faculdade Visão (FACVISÃO), com sede no município de Goianira, no estado de Goiás, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Visão (FACVISÃO), com sede na Rua San Diego, Quadra 7, Lote 10, bairro Parque Los Angeles I Etapa, no município de Goianira, no estado de Goiás, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta do curso superior de Administração, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201930962 Parecer: CNE/CES 359/2022 Relator: Alysson Massote Carvalho Interessada: Unidade de Ensino Superior Ingá Ltda. - Maringá/PR Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 420, de 3 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 4 de fevereiro de 2022, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Enfermagem, bacharelado, na modalidade a distância, pleiteado pelo Centro Universitário Ingá (UNINGÁ), com sede no município de Maringá, no estado do Paraná Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 420, de 3 de fevereiro de 2022, para autorizar o funcionamento do curso superior de Enfermagem, bacharelado, na modalidade a distância, a ser ofertado pelo Centro Universitário Ingá (UNINGÁ), com sede na Gleba Ribeirão Morangueiro, nº 21, Gleba Morangueiro, no município de Maringá, no estado do Paraná, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela SERES Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201931080 Parecer: CNE/CES 360/2022 Relator: Aristides Cimadon Interessado: A. B. Instituto Internacional de Ciências Sociais Ltda. - ME - Santo André/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 431, de 3 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 4 de fevereiro de 2022, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Pedagogia, licenciatura, na modalidade a distância, pleiteado pela Faculdade de Tecnologia Jardim (FATEJ), com sede no município de Santo André, no estado de São Paulo Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 431, de 3 de fevereiro de 2022, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Pedagogia, licenciatura, na modalidade a distância, que seria ministrado pela Faculdade de Tecnologia Jardim (FATEJ), com sede na Rua Almirante Protógenes, nº 68, bairro Jardim, no município de Santo André, no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201929658 Parecer: CNE/CES 362/2022 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessada: União das Escolas Superiores de Jaboatão - UNESJ - Jaboatão dos Guararapes/PE Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 1.082, de 24 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 27 de setembro de 2021, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de tecnologia em Redes de Computadores, pleiteado pela Faculdade Metropolitana da Grande Recife (UNESJ), com sede no município de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco Voto da Relatora: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 1.082, de 24 de setembro de 2022, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de tecnologia em Redes de Computadores, que seria ministrado pela Faculdade Metropolitana da Grande Recife (UNESJ), com sede na Avenida Barreto de Menezes, nº 809, bairro Piedade, no município de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000210/2022-15 Parecer: CNE/CES 363/2022 Relator: José Barroso Filho Interessada: Vera Lucia da Silva Wischneski - Jundiaí/SP Assunto: Convalidação de estudos realizados no curso superior de Biomedicina, bacharelado, ministrado pela Universidade Universus Veritas Guarulhos (Univeritas UNG), com sede no município de Guarulhos, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Vera Lucia da Silva Wischneski, no curso superior de Biomedicina, no período de 2018 a 2021, ministrado pela Universidade Universus Veritas Guarulhos (Univeritas UNG), com sede no município de Guarulhos, no estado de São Paulo, conferindo validade ao seu diploma de bacharelado em Biomedicina Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000052/2022-95 Parecer: CNE/CES 365/2022 Relator: Alysson Massote Carvalho Interessado: José Humberto Alves Júnior - Natal/RN Assunto: Recurso contra a decisão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que indeferiu o pedido de reconhecimento de diploma de Mestrado em Ciências da Educação, com especialização em Tecnologia Educativa, obtido na Universidade do Minho, na cidade de Braga, em Portugal Voto do Relator: Considerando o constante no presente parecer, recomendo à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que proceda à reanálise do pedido de reconhecimento de diploma de Mestrado em Ciências da Educação, com especialização em Tecnologia Educativa, obtido por José Humberto Alves Júnior, na Universidade do Minho, na cidade de Braga, em Portugal, no prazo de 60 dias, adequadamente referenciada em legislação pertinente, em especial, a Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, modificada pela Resolução CNE/CES nº 3, de 22 de junho de 2016, e a Portaria MEC nº 22, de 13 de dezembro de 2016, devendo a Comissão, caso mantenha-se desfavorável ao reconhecimento, especificar em seu parecer, com o detalhamento necessário, os motivos do indeferimento Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000710/2021-68 Parecer: CNE/CES 366/2022 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Camila Alexandra de Bortoli Silva - Naviraí/MS Assunto: Recurso contra a decisão da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que indeferiu o pedido de revalidação do diploma do curso superior de Medicina, obtido na Universidad Católica Boliviana "San Pablo", na cidade de La Paz, na Bolívia Voto do Relator: Conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que indeferiu o pedido de revalidação do diploma do curso superior de Medicina, obtido por Camila Alexandra de Bortoli Silva, emitido pela Universidad Católica Boliviana "San Pablo", na cidade de La Paz, na Bolívia, nos termos da Portaria Normativa MEC nº 22, de 13 de dezembro de 2016, e da Resolução CNE/CES nº 3, de 22 de junho de 2016 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.026280/2020-33 Parecer: CNE/CES 368/2022 Relator: Robson Maia Lins Interessada: Sociedade Mineira de Cultura - Belo Horizonte/MG Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 376, de 8 de julho de 2021, que tratou de recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 328, de 16 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 19 de outubro de 2020, aplicou medidas cautelares em face da oferta do curso superior de Direito, bacharelado, na modalidade a distância, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS), com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Voto, em sede de reexame, pela reforma do Parecer CNE/CES nº 376, de 8 de julho de 2021, que deu provimento ao recurso contra a decisão expressa na Portaria SERES nº 328, de 16 de outubro de 2020, e manifesto-me no sentido de manter as medidas cautelares em face da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS), com sede na Avenida Dom José Gaspar, nº 500, bairro Coração Eucarístico, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. Voto, ainda, no sentido de informar à SERES que não proceda com a inclusão no cadastro e-MEC da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS), do curso superior de Direito, bacharelado Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

DESPACHO DE ARQUIVAMENTO

e-MEC: 202114988 Relator: Robson Maia Lins Interessada: Sociedade Rondoniense de Ensino Superior Dr. Aparício Carvalho de Moraes Ltda. - Jaru/RO Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 526, de 10 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 11 de março de 2022, autorizou o funcionamento do curso superior de Medicina, pleiteado pela Faculdade de Educação de Jaru (UNICENTRO), com sede no município de Jaru, no estado de Rondônia, contudo, determinou a redução de 120 (cento e vinte) para 33 (trinta e três) vagas totais anuais Despacho do Relator: Arquivado Decisão da Câmara: APROVADO por uninimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 4º, da Portaria Normativa MEC nº 21/2017. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília-DF, 22 de julho de 2022.
PATRICIA FERNANDA LAPA LOBO NOGUEIRA
Secretária Executiva
Substituta

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 784, DE 22 DE JULHO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR substituta, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019; em conformidade com o disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e o disposto no art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017; tendo em vista as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC.

Art. 3º As instituições deverão solicitar o reconhecimento dos cursos, neste ato autorizados, nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MICHELINE SILVEIRA FORTE

ANEXO

(Autorização de Curso EAD)

Nº de ordem	Processo e-MEC nº	IES (Código)	Mantenedora	Curso (Grau)	Nº vagas totais anuais
1	201930111	Faculdade CENSUPEG (22578)	Sociedade de Educação, Cultura e Tecnologia São Fidelis Ltda. - EPP (CNPJ 10.158.686/0001-05)	GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA (Tecnológico)	750 (setecentas e cinquenta)
2	201932122	Faculdade Educamais - EDUCA+ (4995)	EGEA - Escola Global de Educacao Avançada S.A (CNPJ 07.863.991/0001-85)	TEOLOGIA (Bacharelado)	4500 (quatro mil e quinhentas)
3	201932143	Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana - FAESF/UNEF (2560)	UNEF - Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana Ltda. (CNPJ 03.401.083/0001-19)	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	7500 (sete mil e quinhentas)
4	202114047	Faculdade Realiza (22456)	Realiza Complexo Educacional EIRELI (CNPJ 14.024.130/0001-79)	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	1000 (mil)
5	202111440	Escola de Sociologia e Política de São Paulo (373)	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (CNPJ 63.056.469/0001-62)	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	200 (duzentas)
6	202113174	Faculdade Santo Antônio - FSA (18667)	Olhar Educacional Ltda. (CNPJ 29.174.552/0001-06)	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)

.

PORTARIA Nº 780, DE 22 DE JULHO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR Substituta, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MICHELINE SILVEIRA FORTE

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201926030	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA BRAZ LEME, 3029, MARTE, SANTANA, SÃO PAULO/SP
2	201815802	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Unopar de Campo Grande	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	BR 163, 3203, , CHÁCARA DAS MANSÕES, CAMPO GRANDE/MS
3	201926392	GASTRONOMIA (Tecnológico)	80 (oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAS - DR. EDMUNDO ULSON	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE ARARAS	AVENIDA ERNANI LACERDA DE OLIVEIRA, 100, , PARQUE SANTA CÂNDIDA, ARARAS/SP
4	201817635	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESPÍRITO SANTO	UNIAO DE EDUCACAO E CULTURA GILDASIO AMADO	AVENIDA TALMA RODRIGUES RIBEIRO, 41, PORTAL DE JACARAÍPE, SERRA/ES
5	202020841	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	CENESUP - CENTRO NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR LTDA	AVENIDA DJALMA BATISTA, 2.100, UNIDADE DE ENSINO XIV, CHAPADA, MANAUS/AM
6	202020842	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	CENESUP - CENTRO NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR LTDA	AVENIDA NOEL NUTELS, 1006, UNIDADE CIDADE NOVA, CIDADE NOVA, MANAUS/AM
7	201931167	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	CENESUP - CENTRO NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR LTDA	AVENIDA DJALMA BATISTA, 377, - ATÉ 434/435, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS (CHAPADA), MANAUS/AM
8	201929585	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	CENESUP - CENTRO NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR LTDA	AV. IGARAPÉ DE MANAUS, 211, UNIDADE DE ENSINO XI, CENTRO, MANAUS/AM
9	201930367	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	CENESUP - CENTRO NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR LTDA	AVENIDA DJALMA BATISTA, 377, - ATÉ 434/435, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS (CHAPADA), MANAUS/AM
10	201815922	ENGENHARIA DE MINAS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	Centro Universitário SATC	ASSOCIACAO BENEFICENTE DA INDUSTRIA CARBONIFERA DE SANTA CATARINA (SATC)	RUA PASCOAL MELLER, 73, UNIVERSITÁRIO, CRICIÚMA/SC
11	202005912	MÍDIAS DIGITAIS (Tecnológico)	100 (cem)	Centro Universitário União das Américas Descomplica	AIUA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA DAS CATARATAS, 1118, CAMPUS CENTRO, VILA YOLANDA, FOZ DO IGUAÇU/PR
12	201925937	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	Centro Universitário UNIRB - Alagoinhas	AMERICA EDUCACIONAL S.A	RUA ALTINO RIBEIRO ROCHA, S/N, ESPAÇO CLUBE DE CAMPO, ALAGOINHAS VELHA, ALAGOINHAS/BA
13	201708640	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	CONSERVATÓRIO BRASILEIRO DE MÚSICA - CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO	SOCIEDADE CIVIL CONSERVATORIO BRASILEIRO DE MUSICA	PRAÇA MARQUÊS DE HERVAL, 04, , SANTA CRUZ, RIO DE JANEIRO/RJ
14	201815507	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	80 (oitenta)	ESCOLA SUPERIOR DE CRICIÚMA - ESUCRI	ESUCRI - ESCOLA SUPERIOR DE CRICIUMA LTDA	RUA GONÇALVES LEDO, 185, , CENTRO, CRICIÚMA/SC
15	202016350	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	57 (cinquenta e sete)	Faculdade Alis de Itabirito	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DOS INCONFIDENTES - ASESI	RUA MATOZINHOS, 293, , MATOZINHOS, ITABIRITO/MG
16	202004237	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGÜERA DE BAURU	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA MOUSSA NAKHL TOBIAS, 3-33, PARQUE RESIDENCIAL DO CASTELO, BAURU/SP
17	201927487	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	210 (duzentas e dez)	FACULDADE ANHANGUERA DE SANTA BÁRBARA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1450, , 2º DISTRITO INDUSTRIAL, SANTA BÁRBARA D´OESTE/SP
18	201926192	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	210 (duzentas e dez)	FACULDADE ANHANGÜERA DE SOROCABA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA DOUTOR ARMANDO PANNUNZIO, 1478, CAMPUS - SOROCABA - ITANGUÁ, JARDIM VERA CRUZ, SOROCABA/SP
19	201926198	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	110 (cento e dez)	FACULDADE ANHANGUERA DE SUMARÉ	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA EUGÊNIO BIANCALANA DUARTE, 501, JARDIM PRIMAVERA, SUMARÉ/SP
20	202003223	SEGURANÇA PÚBLICA (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE APOGEU	APOGEU CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO LTDA - ME	ÁREA ESPECIAL 12, 0, LOTE D, SETOR SUL (GAMA), BRASÍLIA/DF
21	202002568	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS ESUDA	ASSOCIACAO RECIFENSE DE EDUCACAO E CULTURA	RUA ALMEIDA CUNHA, 100, SANTO AMARO, RECIFE/PE
22	202002571	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS ESUDA	ASSOCIACAO RECIFENSE DE EDUCACAO E CULTURA	RUA ALMEIDA CUNHA, 100, SANTO AMARO, RECIFE/PE
23	202020966	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS ESUDA	ASSOCIACAO RECIFENSE DE EDUCACAO E CULTURA	RUA ALMEIDA CUNHA, 100, SANTO AMARO, RECIFE/PE
24	202017624	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE ENGENHARIA E INOVAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL	CEITEP - CENTRO DE EDUCACAO E INOVACAO TECNICO PROFISSIONAL LTDA - EPP	AVENIDA PARANAVAÍ, 1164, CENTRO DE EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL LTADA - CEITEP, PARQUE INDUSTRIAL BANDEIRANTES, MARINGÁ/PR
25	201903246	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS DO ESPÍRITO SANTO	ASS. DE ENSINO INTEGRADO E ORGANIZADO UNIVERSITARIO	RUA BOLIVAR DE ABREU, 48, CAMPO GRANDE, CARIACICA/ES
26	201817493	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE INTERNACIONAL DA PARAÍBA	ASPEC SOCIEDADE PARAIBANA DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA MONSENHOR WALFREDO LEAL, 512, TAMBIÁ, JOÃO PESSOA/PB
27	201928559	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE SANTA TEREZINHA	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE S LUIZ	AVENIDA CASEMIRO JÚNIOR, 12, ANIL, SÃO LUÍS/MA

28	201927941	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Faculdades Integradas Desembargador Sávio Brandão	ASSOCIACAO DOM AQUINO CORREA - ADAC	RUA ARTHUR BERNARDES, S/N, , IPASE, VÁRZEA GRANDE/MT
29	202007159	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS DO BRASIL UNIFUTURO	UNIFUTURO FACULDADES INTEGRADAS DO BRASIL EIRELI	AVENIDA ODON BEZERRA, 184, LOJA 256 2º ANDAR - ESCRITÓRIOS, TAMBIÁ, JOÃO PESSOA/PB
30	202020699	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE UNIBRAS DE GOIÁS	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DE GOIAS-AESGO	RUA 12 DE OUTUBRO, 40, CENTRO, RIO VERDE/GO
31	201930380	CIÊNCIAS ECONÔMICAS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA.	AV. PAULISTA, 2000, CAMPUS PAULISTA, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
32	201906387	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE BRASIL	UNIVERSIDADE BRASIL LTDA.	ESTRADA PROJETADA F-1, S/N, , SANTA RITA, FERNANDÓPOLIS/SP
33	201715551	ENGENHARIA DE ENERGIAS (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE POSITIVO	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA	RUA PROFESSOR PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 5.300, UNIVERSIDADE POSITIVO - CAMPUS SEDE, CAMPO COMPRIDO, CURITIBA/PR
34	201901182	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA JABAQUARA, 1.870, UNIDADE JABAQUARA, MIRANDÓPOLIS, SÃO PAULO/SP

PORTARIA Nº 781, DE 22 DE JULHO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR substituta, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019; tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; a Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017; republicada em 3 de setembro de 2018, a Portaria nº 23 de 21 de dezembro de 2017, e em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 1012805-65.2021.4.01.0000, em trâmite no Tribunal Regional Federal da Primeira Região, e considerando o disposto no Processo SEI nº 23000.006629/2021-00, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8/2022/CGAACES/DIREG/SERES/SERES, resolve:

Art. 1º Fica deferido, parcialmente, o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento, para o curso de graduação em Medicina (1179501), Bacharelado, ministrado pela Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES (1041), no município de Lajeado/RS, mantida pela Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social - FUVATES (133).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 80 (oitenta) para 116 (cento e dezesseis) vagas totais anuais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MICHELINE SILVEIRA FORTE

PORTARIA Nº 782, DE 22 DE JULHO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR substituta, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em observância ao Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; considerando o disposto na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, em conformidade com a Portaria nº 572, de 18 de junho de 2018, invocando as razões presentes no Parecer SERES/DIREG/CGCP constante do Processo e-MEC nº 202015005 (relacionado com o Processo SEI nº 23000.018196/2022-16), resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de Medicina (cód. e-MEC nº 1536154), bacharelado, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais e prazo mínimo para integralização de 6 (seis) anos, a ser ministrado na Avenida Adno Musser, s/n, Quadra 0, Lote 04, Bairro Vila Jardim Sede, município de Porto Seguro/BA, pela Faculdade Atenas Porto Seguro (cód. e-MEC 25222), mantida pelo Centro Educacional Hyarte ML Ltda. (cód. e-MEC 1675), com sede na Rua Euridamas Avelino de Barros, nº 1400, Bairro Prado, no município de Paracatu/MG (CNPJ nº 01.428.030/0001-66).

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado no caput.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MICHELINE SILVEIRA FORTE

PORTARIA Nº 783, DE 22 DE JULHO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR substituta, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019; em conformidade com o disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e o disposto no art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017; tendo em vista as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC.

Art. 3º As instituições deverão solicitar o reconhecimento dos cursos, neste ato autorizado, nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MICHELINE SILVEIRA FORTE

ANEXO

(Autorização de curso)

Nº de ordem	Processo e-MEC nº	IES (Código)	Mantenedora	Curso (Grau)	Nº vagas totais anuais
1	201907485	Centro Universitário Academia - Uniacademia (337)	Associação Propagadora Esdeva (CNPJ 21.562.368/0001-13)	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	300 (trezentas)
2	201930351	Faculdade Católica de Fortaleza - FCF (2485)	Associação Educacional e Cultural Católica de Fortaleza - AECAF (CNPJ 34.711.483/0001-54)	PEDAGOGIA (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)
3	201928205	Faculdade Católica de Fortaleza - FCF (2485)	Associação Educacional E Cultural Católica de Fortaleza - AECAF (CNPJ 34.711.483/0001-54)	CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (Licenciatura)	300 (trezentas)
4	201928206	Faculdade Católica de Fortaleza - FCF (2485)	Associação Educacional E Cultural Católica de Fortaleza - AECAF (CNPJ 34.711.483/0001-54)	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	300 (trezentas)
5	201714427	Faculdade Academus - FAAC (22084)	Instituto Facuminas EaD Ltda (CNPJ 26.934.799/0001-87)	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)

PORTARIA Nº 785, DE 22 DE JULHO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR substituta, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019; em conformidade com o disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e o disposto no art. 16 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017; tendo em vista as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC.

Art. 3º As instituições deverão solicitar a renovação do reconhecimento dos cursos, neste ato reconhecidos, nos termos do art. 47 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MICHELINE SILVEIRA FORTE

ANEXO

(Reconhecimento de Curso EAD)

Nº de ordem	Registro e-MEC nº	IES (Código)	Mantenedora	Curso	Nº vagas totais anuais
1	201906735	Centro Universitário Cenecista de Osório - UNICNEC (626)	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNPJ 33.621.384/0001-19)	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	1000 (mil)
2	201709694	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT (3164)	Instituto Federal de Mato Grosso CNPJ 10.784.782/0001-50)	SEGURANÇA PÚBLICA (Tecnológico)	400 (quatrocentas)
3	202005407	Centro Universitário do Planalto de Araxá - UNIARAXÁ (1575)	Fundação Cultural de Araxá (CNPJ 17.806.696/0001-40)	LOGÍSTICA (Tecnológico)	300 (trezentas)
4	202007636	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (83)	Fundação Universidade do Vale do Itajaí (CNPJ 84.307.974/0001-02)	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	300 (trezentas)
5	202007875	Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI (1472)	Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda. (CNPJ 01.894.432/0001-56)	EVENTOS (Tecnológico)	1000 (mil)

PORTARIA Nº 786, DE 22 DE JULHO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR substituta, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em conformidade com o disposto nos artigos 10 e 44 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; considerando o disposto no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, invocando as razões presentes no Parecer COREAD/DIREG/SERES/MEC constante do processo e-MEC listado na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica indeferido o pedido de autorização do curso na modalidade a distância, relacionado no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MICHELINE SILVEIRA FORTE

ANEXO

(Indeferimento Autorização de Curso EAD)

Nº de ordem	Processo e-MEC nº	IES (Código)	Mantenedora	Curso (Grau)	Nº vagas totais anuais
1	201819611	Universidade Positivo (1042)	Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. (CNPJ 78.791.712/0001-63)	ENFERMAGEM (Bacharelado)	-

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria nº 233, de 20 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 100, em 27 de maio de 2019, Seção 1, página 21, onde se lê: "Centro Universitário Campo Limpo Paulista - UNIFACCAM", leia-se: "Centro Universitário Campo Limpo Paulista - UNIFACCAMP", conforme Nota Técnica nº 103/2022/CGCIES/DIREG/SERES/SERES (Registro e-MEC nº 201818969 e Processo SEI nº 23000.017352/2019-18).

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria nº 669, de 4 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 127, em 5 de julho de 2017, Seção 1, página 10, onde se lê: "Faculdade Campus Elíseos - FCE", leia-se: "Faculdade Campos Elíseos - FCE", conforme Nota Técnica nº 104/2022/CGCIES/DIREG/SERES/SERES (Registro e-MEC nº 201604315 e Processo SEI nº 23000.011986/2019-67).

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 804, DE 21 DE JULHO DE 2022

A REITORA, EM EXERCÍCIO, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, em substituição ao reitor nomeado pelo Decreto de 13 de abril de 2020, publicado no DOU de 13 de abril de 2020, seção 2, página 1, Edição Extra A, em conformidade com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no uso de suas atribuições legais, e considerando o art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, bem como as deliberações da 1ª reunião extraordinária de 2021 do Comitê de Governança, Riscos e Controles do IFPE, realizada em 11 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar, na forma dos Anexos desta Portaria, a listagem dos atos normativos vigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), conforme determina o art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Art. 2º Serão considerados vigentes os atos normativos publicados pelas unidades do IFPE após a compilação da listagem dos atos normativos do IFPE, na forma dos Anexos desta Portaria.

Parágrafo único. Os atos normativos de que trata o caput deste artigo serão objetos de posterior etapa da consolidação dos atos normativos no IFPE e terão como referência temporal a data de 1º de dezembro de 2020.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no sítio do IFPE na internet e/ou no Boletim de Serviços do IFPE.

MARIA CAROLINA BELLO CAVALCANTI DA SILVA

ANEXO I

ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	MACROPROCESSO
Resolução	47	2012	Conselho Superior	Aprova o Regulamento para Concessão de Título de Doutor *Honoris Causa* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	49	2013	Conselho Superior	Homologa a decisão sobre recurso impetrado ao Consup, referente ao processo nº 23295.013326.2012.86.	Originário	Pessoas
Resolução	92	2013	Conselho Superior	Aprova o Código de Conduta Ética Profissional dos Agentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	33	2015	Conselho Superior	Aprova o Regimento da Ouvidoria-Geral do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	66	2015	Conselho Superior	Convalida decisão.	Originário	Pessoas
Resolução	20	2017	Conselho Superior	Aprova a reformulação do Regulamento de Relações entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco e as suas Fundações de Apoio.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	21	2017	Conselho Superior	Homologa a FACTO como Fundação de Apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	41	2017	Conselho Superior	Aprova a Política Ambiental do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	46	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a prestação de contas e o relatório de gestão do ano de 2017 da FACTO.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	54	2018	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 46/2018, a qual aprovou, *ad referendum*, a prestação de contas e o relatório de gestão do ano de 2017 da FACTO.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	57	2018	Conselho Superior	Institui a Política de Gestão de Riscos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).	Originário	Gestão Executiva
Resolução	50	2019	Conselho Superior	Aprova o Regimento da Controladoria do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	85	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a prestação de contas e o relatório de gestão do ano de 2018 da FACTO, bem como a renovação da sua autorização como Fundação de Apoio do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	94	2019	Conselho Superior	Homologa a Fade-UFPE como Fundação de Apoio do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	16	2020	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 85/2019, a qual aprovou, *ad referendum*, a prestação de contas e o relatório de gestão do ano de 2018 da FACTO, bem como a renovação da sua autorização como Fundação de Apoio do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	34	2020	Conselho Superior	Designa, *ad referendum*, servidora para compor a Ouvidoria-Geral do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	41	2020	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 34 de 10 de julho de 2020, a qual designou, *ad referendum*, servidora para compor a Ouvidoria-Geral do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
CONSELHO SUPERIOR						
ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	MACROPROCESSO
Resolução	58	2012	Conselho Superior	Aprova a reestruturação do Regimento Interno do Conselho Superior do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	38	2018	Conselho Superior	Homologa o resultado da eleição que escolheu os membros do Conselho Superior do IFPE nos segmentos docente, técnico-administrativo, discente, egresso e aposentado para o biênio 2018/2020.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	39	2018	Conselho Superior	Homologa, *ad referendum*, o resultado da eleição que escolheu os membros do Conselho Superior do IFPE no segmento diretor-geral para o biênio 2018/2020.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	44	2018	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 39/2018, a qual homologou, *ad referendum*, o resultado da eleição que escolheu os membros do Conselho Superior do IFPE no segmento diretor-geral para o biênio 2018/2020.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	51	2018	Conselho Superior	Aprova a regulamentação padrão das normas do processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Superior do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	40	2019	Conselho Superior	Deflagra o processo de consulta à comunidade para escolha de dirigentes no âmbito do IFPE para o mandato 2020/2024.	Originário	Gestão Executiva
	40	2019	Conselho Superior	Errata da Resolução nº 40/2019.	Retificação	Gestão Executiva
Resolução	87	2019	Conselho Superior	Homologa o resultado do processo de consulta à comunidade para escolha de dirigentes no âmbito do IFPE para o mandato 2020/2024.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	88	2019	Conselho Superior	Aprova o calendário das reuniões ordinárias do ano de 2020 do Conselho Superior do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	22	2020	Conselho Superior	Designa Comissão Eleitoral para escolha da representação titular e suplente do Conselho Superior do IFPE para o biênio 2020/2022.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	24	2020	Conselho Superior	Institui grupo de trabalho para revisão do Regimento Interno do Consup.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	32	2020	Conselho Superior	Prorroga o mandato *pro tempore* dos/as conselheiros/as do biênio 2018/2020 do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	42	2020	Conselho Superior	Autoriza a realização de eleições remotas para a escolha dos conselheiros do biênio 2021/2023.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	47	2020	Conselho Superior	Substitui membro da Comissão Eleitoral para escolha da representação titular e suplente do Conselho Superior do IFPE para o biênio 2021/2023.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	48	2020	Conselho Superior	Aprova as normas do Processo Eleitoral para escolha dos membros do Conselho Superior do IFPE - Biênio 2021/2023.	Originário	Gestão Executiva
COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLES						
ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	MACROPROCESSO
Resolução	3	2019	Comitê de Governança, Riscos e Controles	Aprova o arrolamento dos colegiados criados, recriados ou modificados no IFPE nos termos do art. 6º do Decreto nº 9.757/2019.	Originário	Integridade
Resolução	4	2019	Comitê de Governança, Riscos e Controles	Aprova o checklist para criação, recriação ou modificação de colegiados no IFPE, nos termos do art. 6º do Decreto nº 9.757/2019.	Originário	Integridade

Resolução	5	2019	Comitê de Governança, Riscos e Controles	Aprova o mapeamento das estruturas de governança, riscos e controles do IFPE.	Originário	Integridade
Resolução	6	2019	Comitê de Governança, Riscos e Controles	Aprova a Cadeia de Valor Público do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	7	2019	Comitê de Governança, Riscos e Controles	Aprova a reformulação da Carta de Serviços ao Cidadão do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	8	2019	Comitê de Governança, Riscos e Controles	Aprova o Fluxo de Modelagem Processual do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	9	2019	Comitê de Governança, Riscos e Controles	Aprova o Formulário de Mapeamento de Processos do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	10	2019	Comitê de Governança, Riscos e Controles	Aprova o Sistema BPMN como ferramenta de tecnologia de suporte ao mapeamento dos processos do IFPE.	Originário	Tecnologia da Informação
Resolução	11	2019	Comitê de Governança, Riscos e Controles	Aprova o Sistema Agatha como ferramenta de tecnologia de suporte ao processo de gerenciamento de riscos do IFPE.	Originário	Tecnologia da Informação
Resolução	12	2019	Comitê de Governança, Riscos e Controles	Aprova o mapeamento em camadas dos processos do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	13	2019	Comitê de Governança, Riscos e Controles	Aprova os mecanismos de comunicação e institucionalização dos controles internos implementados no último trimestre do IFPE.	Originário	Integridade
Resolução	16	2019	Comitê de Governança, Riscos e Controles	Aprova o Regimento Interno do CGRC/IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	18	2019	Comitê de Governança, Riscos e Controles	Aprova os Processos de Trabalho do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	19	2019	Comitê de Governança, Riscos e Controles	Aprova a Catalogação e Indexação dos Macroprocessos com as Políticas Institucionais Permanentes e Temáticas do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	1	2020	Colomitê de Governança, Riscos e Controles	Aprova o Plano de Gestão de Riscos e Controles do IFPE.	Originário	Integridade
Portaria	840	2019	Gabinete da Reitoria	Designa as secretárias do CGRC.	Originário	Gestão Executiva
INTEGRIDADE						
ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	MACROPROCESSO
Portaria	615	2018	Reitor/a	Designa o Gabinete da Reitoria como responsável pela coordenação da estruturação, da execução e do monitoramento do Programa de Integridade no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).	Originário	Integridade
Portaria	674	2018	Reitor/a	Designa os/as gestores/as do e-SIC no IFPE e na Ouvidoria.	Originário	Integridade
Portaria	682	2018	Reitor/a	Designa membros de comissão.		
Portaria	852	2018	Reitor/a	Designa a Comissão de Nepotismo do IFPE e institui o fluxo de processos relacionados à ocorrência de nepotismo.	Originário	Integridade
Portaria	1258	2018	Reitor/a	Institui o fluxo de tratamento de denúncias.	Originário	Integridade
Portaria	1030	2018	Reitor/a	Fluxo de processos de tratamento de conflito de interesses.	Originário	Integridade
Portaria	1385	2018	Reitor/a	Estabelece o fluxo dos processos disciplinares.	Originário	Integridade
Portaria	1648	2018	Reitor/a	Fluxo de processos no âmbito da Comissão de Ética.	Originário	Integridade
Portaria	1655	2018	Reitor/a	Aprova o Plano de Integridade.	Originário	Integridade
Portaria	1693	2018	Reitor/a	Aprova o fluxo de processo de acumulação de cargos.	Originário	Integridade
Portaria	769	2019	Reitor/a	Institui o Comitê de Governança, Riscos e Controles do IFPE (CGRC).	Originário	Integridade
Portaria	809	2019	Reitor/a	Cria a Controladoria do IFPE.	Originário	Integridade
Portaria	172	2020	Reitor/a	Cria a Assessoria de Processos de Correição.	Originário	Integridade
Resolução	50	2019	Conselho Superior	Cria a Controladoria e aprova o seu Regimento.	Originário	Integridade
AUDITORIA INTERNA						
ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	MACROPROCESSO
Resolução	5	2020	Conselho Superior	Aprova o Regulamento que institui o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna do IFPE.	Originário	Integridade
Resolução	39	2019	Conselho Superior	Aprova a renúncia do cargo de Titular da Auditoria Interna do IFPE e a nomeação do novo ocupante do cargo.	Originário	Integridade
Resolução	89	2019	Conselho Superior	Aprova o PAINT 2020 do IFPE.	Originário	Integridade
Resolução	32	2017	Conselho Superior	Promove alterações na Resolução nº 58/2015 (Regulamento da AUDI do IFPE).	Alteração	Integridade
Resolução	58	2015	Conselho Superior	Aprova o Regulamento da Auditoria Interna do IFPE.	Originário	Integridade
COORDENAÇÃO DE ACESSO DISCENTE						
ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	MACROPROCESSO
Resolução	21	2010	Conselho Superior	Estabelece o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como sistema único de acesso ao Ensino Superior do IFPE e adota o Sistema de Seleção Unificada (SiSU).	Originário	Ensino
Resolução	64	2011	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a alteração do processo de seleção para cursos superiores do IFPE.	Alteração	Ensino
Resolução	56	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, ação afirmativa para a primeira edição do SiSU 2019.	Originário	Ensino
Resolução	64	2018	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 56/2018, a qual aprovou, *ad referendum*, ação afirmativa para a primeira edição do SiSU 2019.	Originário	Ensino
Resolução	83	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, ação afirmativa para a primeira edição do SiSU 2020.	Originário	Ensino
Resolução	20	2020	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 83 de 12 de novembro de 2019, a qual aprovou, *ad referendum*, ação afirmativa para a primeira edição do SiSU 2020.	Originário	Ensino
Resolução	18	2015	Conselho Superior	Suspende a adesão ao Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec).	Alteração	Ensino
Resolução	25	2020	Conselho Superior	Revoga, *ad referendum*, a Resolução IFPE/Consup nº 041/2013 e implementa reservas de vagas para ingresso de estudantes nos cursos oferecidos nos *campi*/polos do IFPE.	Originário	Integridade
Resolução	33	2020	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 25 de 23 de abril de 2019, a qual revogou, *ad referendum*, a Resolução Consup/IFPE nº 041/2013 e implementou reservas de vagas para ingresso de estudantes nos cursos oferecidos nos *campi*/polos do IFPE.	Originário	Ensino
Portaria	1525	2016	Reitor/a	Altera o quadro de funções da Reitoria desta Instituição Federal de Ensino.	Originário	Gestão Executiva
PRÓ-REITORIA DE ENSINO						
ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	MACROPROCESSO
Edital	8	2018	Reitor/a	CERTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO COM BASE NO EXAME NACIONAL PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS - ENCCEJA 2017	Originário	Ensino
Edital	71	2019	Reitor/a	CERTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO COM BASE NO EXAME NACIONAL PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS - ENCCEJA 2019	Originário	Ensino
Edital	19	2020	Reitor/a	SELEÇÃO DE BOLSISTAS PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA DO IFPE COM APOIO DA CAPES/ FNDE/ MEC/ IFPE	Originário	Ensino
Edital	20	2020	Reitor/a	SELEÇÃO DE BOLSISTAS SUPERVISORES E PRECEPTORES PARA OS PROGRAMAS INSTITUCIONAIS PIBID E RP DO IFPE COM APOIO DA CAPES/FNDE/MEC/IFPE	Originário	Ensino
Edital	2	2020	Reitor/a	PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA - PIBID	Originário	Ensino
Edital	18	2020	Reitor/a	SELEÇÃO DE BOLSISTAS PARA O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) DO IFPE COM APOIO DA CAPES/ FNDE/ MEC/ IFPE	Originário	Ensino
Ordem de Serviço	2	2020	Reitoria	Reformulação parcial do PPC do Curso Superior de Bacharelado em Enfermagem.	Originário	Ensino
Ordem de Serviço	3	2020	Reitoria	Reformulação parcial do PPC do Curso Técnico Subsequente em Logística.	Originário	Ensino

Orientação Normativa	1	2020	Pró-Reitor/a de Ensino	Estabelece, de forma complementar, os procedimentos para os *campi* e a Diretoria de Educação a Distância (DEaD) solicitarem autorização de funcionamento dos cursos técnicos e de graduação do IFPE.	Originário	Ensino
Orientação Normativa	2	2020	Pró-Reitor/a de Ensino	Estabelece, de forma complementar, os procedimentos para os *campi* e a Diretoria de Educação a Distância (DEaD) elaborarem os Projetos Pedagógicos de Curso, referentes à abertura de cursos técnicos e de graduação do IFPE.	Originário	Ensino
Orientação Normativa	3	2020	Pró-Reitor/a de Ensino	Estabelece diretrizes complementares a respeito dos procedimentos acadêmicos, para retomada e continuação do semestre 2020.1, após suspensão das aulas em virtude da situação excepcional e das medidas de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).	Originário	Ensino
Orientação Normativa	4	2020	Pró-Reitor/a de Ensino	Estabelece diretrizes complementares a respeito das atividades práticas, para retomada e continuação do semestre 2020.1, após suspensão das aulas em virtude de situação de período de excepcionalidade.	Originário	Ensino
Orientação Normativa	5	2020	Pró-Reitor/a de Ensino	Estabelece diretrizes complementares a respeito da normatização das atividades de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), para retomada e continuação do semestre 2020.1, após suspensão das aulas em virtude de situação de período de excepcionalidade.	Originário	Ensino
Orientação Normativa	6	2020	Pró-Reitor/a de Ensino	Estabelece orientações aos dirigentes dos *campi* do IFPE quanto à elaboração de Edital de Matrícula para processos seletivos simplificados.	Originário	Ensino
Orientação Normativa	7	2020	Pró-Reitor/a de Ensino	Estabelece orientações para a oferta de carga horária não presencial em cursos presenciais do IFPE.	Originário	Ensino
Orientação Normativa	8	2020	Pró-Reitor/a de Ensino	Estabelece diretrizes para o aproveitamento de estudos equivalentes, para os estudantes participantes do Programa Institucional de Residência Pedagógica, como componentes curriculares do Estágio Curricular Supervisionado nos cursos de licenciatura do IFPE.		
Orientação Normativa	1	2019	Pró-Reitor/a de Ensino	Orienta o regime de aprovação do Calendário Acadêmico Anual no âmbito institucional.	Originário	Ensino
Orientação Normativa	2	2019	Pró-Reitor/a de Ensino	Orienta o processo de análise de titulação de candidatos a docente em concursos públicos do IFPE.	Originário	Ensino
Orientação Normativa	3	2019	Pró-Reitor/a de Ensino	Orienta o processo de emissão de Declaração de Tramitação de Diploma para fins de matrícula em Instituições de Ensino Superior.	Originário	Ensino
Orientação Normativa	4	2019	Pró-Reitor/a de Ensino	Reclassificação de candidatos.	Originário	Ensino
Orientação Normativa	1	2018	Pró-Reitor/a de Ensino	Orienta o ajuste do Calendário Acadêmico após paralisação de atividades.	Originário	Ensino
Orientação Normativa	2	2018	Pró-Reitor/a de Ensino	Orienta solenidade de formatura.	Originário	Ensino
Orientação Normativa	3	2018	Pró-Reitor/a de Ensino	Orienta a realização de vestibulares simplificados para os cursos que não preencheram a totalidade de vagas no Vestibular 2018.1.	Originário	Ensino
Orientação Normativa	4	2018	Pró-Reitor/a de Ensino	Orienta sobre procedimentos de matrícula de alunos dos cursos Proeja.	Originário	Ensino
Orientação Normativa	5	2018	Pró-Reitor/a de Ensino	Orienta sobre a certificação com base nos resultados obtidos no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Encceja 2018.	Originário	Ensino
Orientação Normativa	6	2018	Pró-Reitor/a de Ensino	Orienta a publicidade, no site institucional, dos Planos de Trabalho Docente.	Originário	Ensino
Orientação Normativa	7	2018	Pró-Reitor/a de Ensino	Orienta sobre prazos de tramitação de Projeto Político Pedagógico para criação de novos cursos com ingresso previsto para o Exame Vestibular 2019.2.	Originário	Ensino
Portaria	774	2020	Reitor/a	Estabelece diretrizes para a organização do Calendário Acadêmico do IFPE.	Originário	Ensino
Portaria	843	2020	Reitor/a	Estabelece as diretrizes para colação de grau e expedição e registro de diplomas dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) em virtude da situação excepcional e das medidas de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).	Originário	Ensino
Portaria	864	2020	Reitor/a	Estabelece orientações a servidores e dirigentes dos *campi* do IFPE quanto à proteção dos direitos autorais e de imagem de agentes públicos e estudantes por ocasião das atividades de ensino remoto.	Originário	Ensino
Portaria	1029	2020	Reitor/a	Institui o Fórum Permanente do Sistema de Bibliotecas do IFPE.	Originário	Ensino
Portaria	1073	2020	Reitor/a	Designa a atualização da composição do Fórum Permanente Proeja do IFPE.	Originário	Ensino
Portaria	1075	2020	Reitor/a	Institui o Fórum de Pedagogia do IFPE.	Originário	Ensino
Portaria	1168	2020	Reitor/a	Designa a atualização da composição do Fórum Permanente das Licenciaturas do IFPE.	Originário	Ensino
Portaria	974	2015	Reitor/a	Estabelece as diretrizes para emissão e registro de diplomas dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).	Originário	Ensino
Portaria	1111	2018	Reitor/a	Designa coordenador.	Originário	Ensino
Portaria	343	2020	Reitor/a	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus (Covid-19).	Originário	Ensino
Portaria	510	2020	Reitor/a	Prorroga o prazo previsto no art. 1º da Portaria MEC nº 376, de 3 de abril de 2020.	Originário	Ensino
Portaria	544	2020	Reitor/a	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus (Covid-19), e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020.	Originário	Ensino
Portaria	617	2020	Reitor/a	Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio nas instituições do sistema federal de ensino, enquanto durar a situação da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).	Originário	Ensino
Portaria	1168	2020	Reitor/a	Designa a atualização da composição do Fórum Permanente das Licenciaturas do IFPE.	Originário	Ensino
Resolução	25	2019	Conselho Superior	Revoga, *ad referendum*, a Resolução IFPE/Consup nº 041/2013 e implementa reservas de vagas para ingresso de estudantes nos cursos oferecidos nos *campi*/polos do IFPE.	Originário	Ensino
Resolução	33	2020	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 25 de 23 de abril de 2019, a qual revogou, *ad referendum*, a Resolução Consup/IFPE nº 041/2013 e implementou reservas de vagas para ingresso de estudantes nos cursos oferecidos nos *campi*/polos do IFPE.	Originário	Ensino
Resolução	39	2015	Conselho Superior	Aprova a Política de Utilização do Nome Social.	Originário	Ensino
Resolução	14	2020	Conselho Superior	Autoriza, *ad referendum*, servidores a atuarem como coordenadores institucionais nos programas PIBID e Residência Pedagógica do IFPE.	Originário	Ensino
Resolução	19	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Organização Acadêmica Institucional - capítulo dos Cursos de Educação a Distância.	Originário	Ensino
Resolução	20	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, as orientações gerais para elaboração de Projeto Pedagógico dos cursos de licenciatura - PPC Licenciaturas.	Originário	Ensino
Resolução	21	2010	Conselho Superior	Estabelece o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como sistema único de acesso ao ensino superior do IFPE e adota o Sistema de Seleção Unificada (SiSU).	Originário	Ensino
Resolução	32	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, as Orientações Gerais para Elaboração de Planos de Cursos Técnicos (modalidade presencial) do IFPE.	Originário	Ensino
Resolução	81	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Organização Acadêmica Institucional do IFPE.	Originário	Ensino
Resolução	82	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o documento referência do Projeto Político Pedagógico do IFPE.	Originário	Ensino
Resolução	16	2014	Conselho Superior	Aprova o documento das Orientações Gerais para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do IFPE.	Originário	Ensino
Resolução	17	2014	Conselho Superior	Aprova o documento das Orientações Gerais para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos do IFPE.	Originário	Ensino
Resolução	14	2015	Conselho Superior	Aprova as Orientações Gerais para Elaboração de Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação - Bacharelado e Tecnologia.	Originário	Ensino
Resolução	16	2015	Conselho Superior	Aprova o regulamento que estabelece procedimentos para autorização de funcionamento de cursos técnicos e de graduação.	Originário	Ensino
Resolução	55	2015	Conselho Superior	Aprova o Documento Orientador de Estágio Curricular do IFPE.	Originário	Ensino
Resolução	80	2012	Conselho Superior	Regulamenta e estabelece critérios para a avaliação das atividades complementares desenvolvidas pelos estudantes dos cursos superiores do IFPE.	Originário	Ensino

Resolução	8	2013	Conselho Superior	Regulamenta as Normas Internas para uso de uniforme escolar pelos estudantes matriculados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).	Originário	Ensino
Resolução	68	2011	Conselho Superior	Aprova o Regulamento do Programa de Monitoria do IFPE.	Originário	Ensino
Resolução	81	2011	Conselho Superior	Aprova o Regulamento de Trabalhos de Conclusão dos cursos superiores do IFPE.	Originário	Ensino
Resolução	3	2011	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Regulamento para Oferta de Cursos de Especialização Técnica de Nível Médio.	Originário	Ensino
Resolução	45	2011	Conselho Superior	Homologa a Resolução Consup *ad referendum* nº 10/2011.	Originário	Ensino
Resolução	47	2012	Conselho Superior	Aprova o Regulamento para concessão de título de Doutor *Honoris Causa* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).	Originário	Ensino
Resolução	6	2015	Conselho Superior	Aprova a Sistemática para Realização de Visitas Técnicas.	Originário	Ensino
Resolução	4	2015	Conselho Superior	Aprova o Regime Disciplinar Discente.	Originário	Ensino
Resolução	13	2016	Conselho Superior	Aprova a Sistemática para Registro e Acompanhamento das Atividades de Ensino do IFPE.	Originário	Ensino
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO						
ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	MACROPROCESSO
Edital	2	2020	Reitor/a	PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (PIBIC, PIBICTEC, PIBIC AF, PIBITI E PIBITI TEC)	Retificação	Pesquisa e Inovação
Edital	10	2019	Reitor/a	CONCESSÃO DE BOLSAS E AUXÍLIOS A PESQUISADORES DO IFPE	Originário	Pesquisa e Inovação
Instrução Normativa	2	2020	Reitor/a	Normatiza e orienta quanto à utilização do Cartão Pesquisador do IFPE, regulamentado pela Resolução nº 11 de 27 de fevereiro de 2018, do Conselho Superior, que aprovou o Regulamento do Proprojetos Pesquisa e Inovação (PROPI) do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	272	2020	Reitor/a	Retifica a Portaria nº 253/2020/GR.	Retificação	Pesquisa e Inovação
Portaria	522	2020	Reitor/a	Altera a Portaria nº 253/2020/GR e inclui servidor.	Retificação	Pesquisa e Inovação
Portaria	994	2010	Reitor/a	Cria o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	1012	2020	Reitor/a	Designa Links do NIT e revoga a Portaria nº 640/2018/GR.	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	1299	2020	Reitor/a	Designa representantes - Gestoras de contrato 04/2020	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	54	2020	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de pós-graduação *lato sensu* em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica do IFPE - EaD.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	45	2020	Conselho Superior	Aprova o PPC da pós-graduação *lato sensu* em Ensino de Física e Matemática do *Campus* Pesqueira.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	29	2020	Conselho Superior	Homologa a Resolução *ad referendum* nº 33/2017, Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Tecnologia das Radiações do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	90	2019	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de pós-graduação *lato sensu* em Interdisciplinaridade em Educação e Ciências Humanas do IFPE - *Campus* Caruaru.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	78	2019	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 41/2018, a qual aprovou, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de pós-graduação *lato sensu* em Engenharia de Segurança do Trabalho do IFPE - *Campus* Caruaru.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	66	2019	Conselho Superior	Aprova o Regulamento de Gestão das Atividades de Pesquisa dos Programas de Iniciação Científica, Tecnológica e de Incentivo Acadêmico do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	56	2019	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de pós-graduação de Especialização em Educação Ambiental e Cultural do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	33	2019	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de pós-graduação *lato sensu* em Matemática Comercial, Contábil, Atuarial e Financeira.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	32	2019	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de pós-graduação *lato sensu* em Práticas Interpretativas em Música Popular com Ênfase no Frevo do IFPE - *Campus* Recife.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	30	2019	Conselho Superior	Altera o Projeto Pedagógico do curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica do IFPE, na modalidade de Educação a Distância, aprovado por meio da Resolução Consup/IFPE nº 16/2018, na forma do seu Anexo.	Alteração	Pesquisa e Inovação
Resolução	29	2019	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação do Campo do IFPE - *Campus* Afogados da Ingazeira.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	16	2019	Conselho Superior	Promove, *ad referendum*, alterações no PPC da pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública - EaD.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	14	2019	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 60/2018, a qual aprovou, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de pós-graduação *lato sensu* em Linguagem e Práticas Sociais do IFPE - *Campus* Garanhuns.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	71	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Ensino de Ciências do IFPE - EaD	alteração	Pesquisa e Inovação
Resolução	60	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de pós-graduação *lato sensu* em Linguagem e Práticas Sociais do IFPE - *Campus* Garanhuns.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	50	2018	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 33/2018, a qual aprovou, *ad referendum*, o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Agricultura Tropical do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	49	2018	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 43/2018, a qual aprovou, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de especialização *lato sensu* em Gestão Estratégica em Logística do IFPE - *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	48	2018	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 40/2018, que aprovou, *ad referendum*, a renovação da FACTO como Fundação de Apoio do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	43	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de especialização *lato sensu* em Gestão Estratégica em Logística do IFPE - *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	41	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de pós-graduação *lato sensu* em Engenharia de Segurança do Trabalho - *Campus* Caruaru.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	37	2018	Conselho Superior	Aprova o Projeto de Implementação da Editora do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	34	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Tecnologia de Alimentos.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	33	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Agricultura Tropical do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	21	2018	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de especialização em Sustentabilidade Urbana.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	20	2018	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de especialização em Matemática do IFPE - *Campus* Barreiros.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	19	2018	Conselho Superior	Aprova o Programa de Desenvolvimento da Inovação Tecnológica (PDIT) do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	11	2018	Conselho Superior	Aprova o Regulamento do Proprojetos Pesquisa e Inovação (PROPI) do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	10	2018	Conselho Superior	Aprova o Regulamento do Mestrado ProfEPT do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	7	2018	Conselho Superior	Aprova a reformulação do Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	46	2017	Conselho Superior	Aprova a Política Institucional de Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduação do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	45	2017	Conselho Superior	Altera o Regulamento Geral dos Grupos de Pesquisa.	Alteração	Pesquisa e Inovação
Resolução	36	2017	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de pós-graduação *lato sensu* em Desenvolvimento, Inovação e Tecnologias Emergentes do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	35	2017	Conselho Superior	Regulamento Geral dos Projetos de Pesquisa do IFPE.	Alteração	Pesquisa e Inovação
Resolução	33	2017	Conselho Superior	Aprova, *a*d referendum, o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia das Radiações.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	29	2017	Conselho Superior	Aprova o Termo de Anuência em Pesquisa.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	26	2017	Conselho Superior	Aprova a alteração do Regulamento dos Programas de Iniciação Científica.	Alteração	Pesquisa e Inovação
Resolução	22	2017	Conselho Superior	Estabelece as diretrizes para emissão e registro de diplomas dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação

Resolução	20	2017	Conselho Superior	Aprova a reformulação do Regulamento de Relações entre o IFPE e suas Fundações de Apoio.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	4	2017	Conselho Superior	Autoriza a oferta de curso de pós-graduação *stricto sensu* de Educação Profissional e Tecnológica do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	162	2016	Conselho Superior	Autoriza a oferta do curso de pós-graduação *stricto sensu* em Educação Profissional e Tecnológica.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	161	2016	Conselho Superior	Cria o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica e aprova seu Regulamento Interno.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	21	2016	Conselho Superior	Aprova o Projeto de Curso do Mestrado Acadêmico em Tecnologia das Radiações do *Campus* Recife.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	17	2016	Conselho Superior	Aprova as alterações no Regulamento Geral de Pesquisa do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	49	2015	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico de Curso da pós-graduação *lato sensu* em Inovação e Desenvolvimento de Software para Web e Dispositivos Móveis do *Campus* Garanhuns.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	47	2015	Conselho Superior	Aprova a Política de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	40	2015	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico de Curso da especialização em Gestão e Qualidade em Tecnologia da Informação e Comunicação.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	32	2015	Conselho Superior	Aprova o Programa de Apoio à Pesquisa, Inovação e Extensão do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	16	2015	Conselho Superior	Aprova o Regulamento que estabelece procedimentos para autorização de funcionamento de cursos técnicos e de graduação.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	9	2015	Conselho Superior	Altera a Orientação Normativa para Solicitação de Auxílio Financeiro para Participação de Servidores em Eventos Científicos, Tecnológicos e de Inovação.	Alteração	Pesquisa e Inovação
Resolução	8	2015	Conselho Superior	Altera a redação do art. 21, § 2º, e do art. 23, § 2º, do Regulamento Geral de Grupos de Pesquisa do IFPE.	Alteração	Pesquisa e Inovação
Resolução	43	2014	Conselho Superior	Aprova o Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	44	2014	Conselho Superior	Aprova o Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa com Animais do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	91	2013	Conselho Superior	Aprova o Regulamento Geral dos Programas e Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	69	2013	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 065/2013, que autoriza, *ad referendum*, o funcionamento do Curso de Especialização para Professores do Ensino Médio de Matemática e aprova o Projeto Político Pedagógico do Curso, a ser ofertado na Modalidade a Distância pelo IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	26	2013	Conselho Superior	Aprova o Regulamento do Curso de Mestrado Profissional em Gestão Ambiental do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	20	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização *Lato Sensu* - Proeja.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	45	2012	Conselho Superior	Homologa a Resolução *ad referendum* nº 035/2012.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	35	2012	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a criação do Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	84	2011	Conselho Superior	Homologa a Resolução Consup *ad referendum* nº 79/2011.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	59	2011	Conselho Superior	Aprova o Regimento do Comitê Científico do IFPE.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	51	2011	Conselho Superior	Homologa a Resolução Consup *ad referendum* nº 19/2011.	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	1639	2018	Gabinete da Reitoria	Cria a Coordenação do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Especialização em Gestão Estratégica em Logística e designa responsável. (Obs: Reitoria)	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	43	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização *lato sensu* em Gestão Estratégica em Logística do IFPE - *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	49	2018	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 43/2018, a qual aprovou, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização *lato sensu* em Gestão Estratégica em Logística do IFPE - *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Alteração	Pesquisa e Inovação
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO						
ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Resolução	65	2021	Conselho Superior	Aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade (Negeds) do IFPE.		Extensão
Resolução	31	2020	Conselho Superior	Altera, *ad referendum*, a Resolução nº 47/2014, que aprovou o Regimento Interno das Ações da Bolsa Formação do Pronatec no IFPE.	Alteração	Extensão
Resolução	51	2020	Conselho Superior	Aprova o Regulamento de Prestação de Serviços Tecnológicos do IFPE.	Originário	Extensão
Resolução	6	2019	Conselho Superior	Aprova o Regulamento do Programa de Incubação de Empresas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) e dispõe sobre o seu funcionamento.	Originário	Extensão
Resolução	20	2019	Conselho Superior	Aprova o Regulamento de Empresas Juniores do IFPE.	Originário	Extensão
Resolução	36	2018	Conselho Superior	Regulamenta e institui o Núcleo de Tecnologia Assistiva do IFPE.	Originário	Extensão
Resolução	31	2017	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a alteração no Regulamento do Programa Institucional para Concessão de Bolsas de Extensão do IFPE.	Alteração	Extensão
Resolução	10	2016	Conselho Superior	Aprova as alterações no Regulamento dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Deficiência do IFPE.	Alteração	Extensão
Resolução	55	2015	Conselho Superior	Aprova o Documento Orientador de Estágio Curricular do IFPE.	Originário	Extensão
Resolução	54	2015	Conselho Superior	Aprova o Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE.	Originário	Extensão
Resolução	45	2015	Conselho Superior	Institui o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFPE e aprova o seu Regulamento.	Originário	Extensão
Resolução	22	2015	Conselho Superior	Homologa a Resolução *ad referendum* nº 11/2015, que aprova a Proposta do Programa Mais Cultura no IFPE.	Originário	Extensão
Resolução	11	2015	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum,* a Proposta do Programa Mais Cultura no IFPE.	Originário	Extensão
Resolução	61	2014	Conselho Superior	Aprova o Regulamento Geral da Extensão no IFPE.	Originário	Extensão
Resolução	62	2014	Conselho Superior	Aprova o Regulamento Geral dos programas e projetos de extensão do IFPE.	Originário	Extensão
Resolução	74	2014	Conselho Superior	Aprova o Regulamento do Comitê de Extensão do IFPE.	Originário	Extensão
Resolução	80	2014	Conselho Superior	Aprova o Manual de Procedimentos para as Atividades de Extensão do IFPE.	Originário	Extensão
Resolução	81	2014	Conselho Superior	Aprova a Orientação das Ações de Inclusão das Pessoas com Deficiência no IFPE.	Originário	Extensão
Resolução	82	2014	Conselho Superior	Aprova o Regulamento dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Deficiência.	Originário	Extensão
Resolução	83	2014	Conselho Superior	Aprova o Regulamento do Programa Jovem Aprendiz do IFPE.	Originário	Extensão
Resolução	39	2011	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Licenciatura da EaD e o Regulamento das Atividades Técnicas, Científicas e Culturais.	Originário	Extensão
Edital	1	2020	Reitor/a	SUBMISSÃO DE PROJETOS DE EXTENSÃO E SOLICITAÇÃO DE BOLSAS PARA ESTUDANTES PELO PROGRAMA INSTITUCIONAL PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE EXTENSÃO (PIBEX)	Originário	Extensão
Portaria	1185	2020	Reitor/a	Prorroga prazo de Comissão.		
Portaria	1163	2020	Reitor/a	Dispõe sobre a criação de grupo de trabalho (GT) para os Tradutores e Intérpretes de Linguagem de Sinais no âmbito do IFPE.	Originário	Extensão
Portaria	1130	2020	Reitor/a	Retifica a Portaria nº 1.118/2020-GR.	Originário	Extensão
Portaria	1118	2020	Reitor/a	Institui comissão.	Originário	Extensão
Portaria	1090	2020	Reitor/a	Altera a Portaria GR/IFPE nº 449 de 15 de abril de 2020, estabelecendo novas orientações.	Originário	Extensão
Portaria	1091	2020	Reitor/a	Institui comissão para estudo de viabilidade.	Originário	Ensino
Portaria	1078	2020	Reitor/a	Estabelece comissão de elaboração de protocolo para a educação inclusiva em meios digitais.	Originário	Extensão
Portaria	984	2020	Reitor/a	Institui a Comissão do Edital de Seleção PIBEX 2020-2021.	Originário	Extensão
Portaria	940	2020	Reitor/a	Atualiza o Conselho Editoral da Revista Caravana.	Originário	Extensão
Portaria	866	2020	Reitor/a	Institui a Comissão do III Seminário de Agroecologia e do II Seminário de Educação do Campo do IFPE.	Originário	Extensão
Portaria	449	2020	Reitor/a	Estabelece orientações à Reitoria, aos *campi* e à Diretoria de Educação a Distância (DEaD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco quanto às atividades de estágio, em decorrência do coronavírus (Covid-19).	Originário	Extensão
Portaria	598	2020	Reitor/a	Atualiza a Portaria nº 1.365/2019-GR.	Originário	Extensão
Portaria	56	2020	Reitor/a	Institui Comissão de Estudos, Formulação e Implementação da Pós-Graduação Intercultural Indígena e Quilombola.	Originário	Extensão

PRÓ-REITORIA DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL						
ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Resolução	4	2010	Conselho Superior	Aprova a prestação de contas referente ao exercício de 2009 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE.	Originário	Planejamento
Resolução	24	2010	Conselho Superior	Pré-aprova a estrutura organizacional da Reitoria.	Originário	Planejamento
Resolução	48	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação do IFPE.	Originário	Planejamento
Resolução	5	2011	Conselho Superior	Aprecia o Relatório Anual 2010.	Originário	Planejamento
Resolução	20	2012	Conselho Superior	Aprecia o Relatório de Gestão Anual 2011 e emite parecer.	Originário	Planejamento
Resolução	46	2012	Conselho Superior	Aprova o Regimento Geral do IFPE.	Originário	Planejamento
Resolução	46	2012	Conselho Superior	(Republicação) - Aprova o Regimento Geral do IFPE.	Originário	Planejamento
Resolução	28	2013	Conselho Superior	Aprecia e emite parecer favorável sobre o Processo de Contas e Relatório de Gestão Anual 2012 do IFPE.	Originário	Planejamento
Resolução	9	2014	Conselho Superior	Aprova Relatório de Gestão.	Originário	Planejamento
Resolução	41	2014	Conselho Superior	Altera o Estatuto do IFPE.	Alteração	Planejamento
Resolução	73	2014	Conselho Superior	Altera a redação do art. 1º, § 2º, do Estatuto do IFPE.	Alteração	Planejamento
Resolução	67	2015	Conselho Superior	Altera a redação do art. 45 do Estatuto do IFPE.	Alteração	Planejamento
Resolução	57	2015	Conselho Superior	Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPE.	Originário	Planejamento
Resolução	21	2015	Conselho Superior	Aprova o Relatório de Gestão 2014.	Originário	Planejamento
Resolução	19	2016	Conselho Superior	Aprova o Relatório de Gestão e o Processo de Contas do Exercício 2015 do IFPE.	Originário	Planejamento
Resolução	3	2017	Conselho Superior	Promove alterações no Regimento Geral do IFPE, aprovado pela Resolução nº 046/2012.	Alteração	Planejamento
Resolução	13	2017	Conselho Superior	Aprova o Relatório de Gestão 2016 do IFPE.	Originário	Planejamento
Resolução	42	2017	Conselho Superior	Aprova o Regimento Interno da CPA do IFPE.	Originário	Planejamento
Resolução	17	2018	Conselho Superior	Aprova o Relatório de Gestão referente ao exercício 2017 do IFPE.	Originário	Planejamento
Resolução	27	2019	Conselho Superior	Aprova o Relato Integrado referente ao ano de 2018 do IFPE.	Originário	Planejamento
Resolução	93	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a inserção de cursos no PDI do IFPE.	Originário	Planejamento
Resolução	39	2020	Conselho Superior	Aprova o Relatório de Gestão do IFPE relativo ao ano de 2019.	Originário	Planejamento
Edital	36	2020	Reitor/a	CHAMADA PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DOS *CAMPI* PARA OFERTA DE NOVOS CURSOS PARA O CICLO 2022-2025 DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)	Originário	Planejamento
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO						
ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Resolução	48	2017	Conselho Superior	Aprova o Plano de Distribuição Orçamentária do IFPE para o exercício 2018.	Originário	Orçamento e Finanças
Resolução	697	2017	Conselho Superior	Disciplina Procedimentos - Ordem Cronológica de Pagamentos.	Originário	Orçamento e Finanças
Resolução	3	2019	Conselho Superior	Aprova o Plano de Distribuição Orçamentária do IFPE para o exercício 2019.	Originário	Orçamento e Finanças
Resolução	92	2019	Conselho Superior	Aprova o Plano de Distribuição Orçamentária do IFPE para o exercício 2020.	Originário	Orçamento e Finanças
Resolução	35	2020	Conselho Superior	Aprova a reformulação do Plano de Distribuição Orçamentária do IFPE para o exercício 2020.	Originário	Orçamento e Finanças
Edital	2	2019	Reitor/a	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	Originário	Suprimento de Bens e Serviços
Edital	1	2019	Reitor/a	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA	Originário	Suprimento de Bens e Serviços
Edital	6	2019	Reitor/a	OUTSOURCING DE IMPRESSÃO	Originário	Suprimento de Bens e Serviços
Edital	5	2019	Reitor/a	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS CONTÍNUOS, COM MÃO DE OBRA	Originário	Suprimento de Bens e Serviços
Edital	2	2019	Reitor/a	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS	Originário	Suprimento de Bens e Serviços
Edital	1	2018	Reitor/a	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA	Originário	Suprimento de Bens e Serviços
Edital	1	2017	Reitor/a	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VEÍCULOS	Originário	Suprimento de Bens e Serviços
Portaria	1720	2018	Reitor/a	Estabelece critérios e procedimentos para a utilização do Tesouro Gerencial no âmbito do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	807	2018	Reitor/a	Designa representantes do Contrato nº 07/2017.	Originário	Suprimento de Bens e Serviços
Portaria	79	2018	Reitor/a	Designa Comissão de Fiscalização e Execução do Contrato nº 02/2018.	Originário	Suprimento de Bens e Serviços
Portaria	1344	2018	Reitor/a	Designa Equipe de Fiscalização e Execução do Contrato nº 07/2018.	Originário	Suprimento de Bens e Serviços
Portaria	263	2020	Reitor/a	Altera a Portaria nº 1344/2018-GR e substitui servidor.	Alteração	Suprimento de Bens e Serviços
Portaria	808	2018	Reitor/a	Designa representantes do Contrato nº 05/2018.	Originário	Suprimento de Bens e Serviços
Portaria	100	2020	Reitor/a	Altera a Portaria nº 808/2018-GR.	Alteração	Suprimento de Bens e Serviços
Portaria	1316	2018	Reitor/a	Designa representantes do Contrato nº 06/2018.	Originário	Suprimento de Bens e Serviços
Portaria	1456	2018	Reitor/a	Retifica Portaria nº 1316/2018-GR.	Retificação	Suprimento de Bens e Serviços
Portaria	1047	2018	Reitor/a	Designa representantes do Contrato nº 08/2018.	Originário	Suprimento de Bens e Serviços
Portaria	232	2019	Reitor/a	Altera a Portaria nº 1047/2018.	Alteração	Suprimento de Bens e Serviços
Portaria	796	2019	Reitor/a	Altera a Portaria nº 1047/2018.	Alteração	Suprimento de Bens e Serviços
Portaria	1170	2019	Reitor/a	Substitui representantes do Contrato nº 08/2018.	Alteração	Suprimento de Bens e Serviços
Portaria	1219	2018	Reitor/a	Designa representantes do Contrato nº 12/2018.	Originário	Suprimento de Bens e Serviços
Portaria	385	2019	Reitor/a	Designa representantes do Contrato nº 06/2019.	Originário	Suprimento de Bens e Serviços
Portaria	799	2019	Reitor/a	Designa representantes do Contrato nº 07/2019.	Originário	Suprimento de Bens e Serviços
Portaria	562	2020	Reitor/a	Designa representantes do Contrato nº 05/2020.	Originário	Suprimento de Bens e Serviços
Portaria	1107	2020	Reitor/a	Designa servidores para compor Equipe de Planejamento para Contratação de Seguro de Alunos/Estagiários (altera membro da equipe).	Alteração	Suprimento de Bens e Serviços
Portaria	1.326	2020	Reitor/a	Designa representantes.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	1.370	2020	Reitor/a	Retifica Portaria GR/IFPE nº 1.326/2020.	Alteração	Orçamento e Finanças
Portaria	1.607	2019	Reitor/a	Designa substituto eventual.	Originário	Orçamento e Finanças
DEPARTAMENTO DE OBRAS E PROJETOS						
ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Edital	2	2014	Reitor/a	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO *CAMPUS* CABO DE SANTO AGOSTINHO	Originário	Infraestrutura
Edital	2	2017	Reitor/a	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO *CAMPUS* PAULISTA	Originário	Infraestrutura
Edital	4	2017	Reitor/a	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO *CAMPUS* JABOATÃO DOS GUARARAPES	Originário	Infraestrutura
Edital	2	2018	Reitor/a	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO *CAMPUS* PALMARES	Originário	Infraestrutura
Edital	1	2018	Reitor/a	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO *CAMPUS* IGARASSU	Originário	Infraestrutura
Ordem de Serviço	SN	2015	Reitor/a	Construção da sede definitiva do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Infraestrutura
Ordem de Serviço	1	2018	Reitor/a	Construção da sede definitiva do *Campus* Paulista.	Originário	Infraestrutura

Ordem de Serviço	2	2018	Reitor/a	Construção da sede definitiva do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Infraestrutura
Ordem de Serviço	1	2018	Reitor/a	Construção da sede definitiva do *Campus* Palmares.	Originário	Infraestrutura
Ordem de Serviço	1	2018	Reitor/a	Construção da sede definitiva do *Campus* Igarassu.	Originário	Infraestrutura
Nota Técnica	29	2017	Diretor/a do Departamento de Obras e Projetos	Dispõe regras sobre o Sistema de Construção Modular - BAR.	Originário	Infraestrutura
Nota Técnica	9	2018	Diretor/a do Departamento de Obras e Projetos	Estabelece procedimentos de convivência durante a vigência dos contratos de execução de obras.	Originário	Infraestrutura
Nota Técnica	18	2018	Diretor/a do Departamento de Obras e Projetos	Estabelece procedimentos de visitas aos canteiros de obras do IFPE.	Originário	Infraestrutura
Nota Técnica	8	2019	Diretor/a do Departamento de Obras e Projetos	Estabelece procedimentos para utilização do Diário de Obras do IFPE.	Originário	Infraestrutura
Portaria	561	2019	Reitor/a	Designa fiscais técnicos das obras de construção dos c*ampi* da Expansão III.	Originário	Infraestrutura
Portaria	80	2018	Reitor/a	Designa comissão de fiscalização da obra de construção do *Campus* Paulista.	Originário	Infraestrutura
Portaria	288	2018	Reitor/a	Retifica a Portaria IFPE-GR nº 80/2018.	Retificação	Infraestrutura
Portaria	80	2020	Reitor/a	Altera a Portaria nº 80/2018-GR .	Alteração	Infraestrutura
Portaria	79	2018	Reitor/a	Designa comissão de fiscalização da obra de construção do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Infraestrutura
Portaria	289	2018	Reitor/a	Altera a Portaria nº 79/2018-GR.	Alteração	Infraestrutura
Portaria	79	2020	Reitor/a	Altera a Portaria nº 79/2018-GR.	Alteração	Infraestrutura
Portaria	81	2020	Reitor/a	Altera a Portaria nº 289/2018-GR.	Alteração	Infraestrutura
Portaria	1344	2018	Reitor/a	Designa equipe de fiscalização da obra de construção do *Campus* Palmares.	Originário	Infraestrutura
Portaria	263	2020	Reitor/a	Altera a Portaria nº 1344/2018-GR.	Alteração	Infraestrutura
Portaria	1431	2018	Reitor/a	Designa equipe de fiscalização da obra de construção do *Campus* Igarassu.	Originário	Infraestrutura
Portaria	653	2015	Reitor/a	Designa comissão de fiscalização da obra de construção do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Infraestrutura
Portaria	628	2016	Reitor/a	Retifica a Portaria nº 653/2015-GR.	Alteração	Infraestrutura
Portaria	1161	2020	Reitor/a	Altera a Portaria nº 628.2016.	Alteração	Infraestrutura
Portaria	1760	2017	Reitor/a	Altera função em comissão designada na Portaria nº 628/2016-GR.	Alteração	Infraestrutura
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS						
ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Resolução	49	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Plano Institucional de Capacitação dos Servidores do IFPE (PIC).	Originário	Pessoas
Resolução	80	2011	Conselho Superior	Aprova a sistemática para controle de faltas e compensação de aulas.	Originário	Pessoas
Resolução	19	2015	Reitor/a	Fixa as bases de concessão e valores a serem pagos pelo desempenho eventual de atividades desenvolvidas nos processos de execução de concursos ou cursos e dá outras providências.	Originário	Pessoas
Resolução	42	2018	Reitor/a	Aprova, *ad referendum*, a atualização das bases de concessão e valores a serem pagos pelo desempenho eventual de atividades desenvolvidas nos processos de execução de concursos ou cursos de que trata a resolução CONSUP 19/2015, alterada pela Resolução 7/2017.	Revogação	Pessoas
Resolução	84	2019	Reitor/a	Aprova a regulamentação da utilização do Banco de Professor Equivalente (BPEq) no âmbito do IFPE.	Originário	Pessoas
Portaria	524	2012	Reitor/a	Regulamenta o contingenciamento de passagens e diárias.		Pessoas
Portaria	50	2020	Reitor/a	Regulamenta, no âmbito do IFPE, os procedimentos relativos à concessão de diárias e à emissão de passagens.	Revogação	Pessoas
Portaria	1479	2019	Reitor/a	Revoga portarias e retifica os valores contidos no Anexo II da Portaria IFPE/GR nº 680, de 20 de maio de 2019.	Revogação	Pessoas
Portaria	1554	2018	Reitor/a	Regulamenta os valores percentuais da Gratificação por Encargo de Cursos e Concursos.	Originário	Pessoas
Portaria	336	2016	Reitor/a	Delega competência.	Originário	Pessoas
Portaria	359	2018	Reitor/a	Delega competência.	Originário	Pessoas
Portaria	512	2018	Reitor/a	Retifica Portaria IFPE/GR nº 359/2018.	Alteração	Pessoas
Portaria	224	2016	Reitor/a	Delega competência.	Originário	Pessoas
Portaria	1693	2018	Reitor/a	Aprova o fluxo de processo de acumulação de cargos.	Originário	Pessoas
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE						
ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Ordem de Serviço	2	2020	Reitoria	Organizar servidores/as para comporem o Grupo de Trabalho referente à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante a pandemia da Covid-19.	Originário	Assistência Estudantil
Orientação Normativa	1	2019	Reitoria	Dispõe sobre os critérios para utilização da Ação Orçamentária 2994 (Assistência Estudantil).	Originário	Assistência Estudantil
Orientação Normativa	2	2019	Reitoria	Dispõe sobre o Programa de Apoio à Participação em Eventos, integrante da Política de Assistência Estudantil do IFPE.	Originário	Assistência Estudantil
Orientação Normativa	1	2020	Reitoria	Dispõe sobre a execução do Programa Benefício Eventual da Política de Assistência Estudantil do IFPE.	Originário	Assistência Estudantil
Orientação Normativa	2	2020	Reitoria	Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no âmbito do IFPE, inclusive em períodos de calamidade pública e/ ou pandemia.	Originário	Assistência Estudantil
Orientação Normativa	3	2020	Reitoria	Dispõe sobre o apoio institucional à inclusão digital do corpo discente do IFPE.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	1096	2019	Reitoria	Designa servidores para comporem o grupo de trabalho para a elaboração da Política de Educação, Esporte e Lazer do IFPE.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	1218	2019	Reitoria	Institui o Grupo de Trabalho de Nutrição do IFPE.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	1219	2019	Reitoria	Institui o Grupo de Pedagogia do IFPE.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	1220	2019	Reitoria	Institui a Comissão para Compilação dos Dados da Proposta de Reformulação da Política de Assistência Estudantil.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	1221	2019	Reitoria	Institui o Grupo de Psicologia do IFPE.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	1222	2019	Reitoria	Institui o Grupo de Serviço Social do IFPE.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	1223	2019	Reitoria	Institui o grupo de trabalho sobre ações de combate à violência doméstica e o enfrentamento ao assédio.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	1224	2019	Reitoria	Institui a Comissão de Estruturação e Assistência ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	1225	2019	Reitoria	Institui a Comissão para Padronização de Procedimentos nos Refeitórios do IFPE.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	1364	2019	Reitoria	Institui o Grupo de Assistente de Aluno do IFPE.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	85	2020	Reitoria	Institui o grupo de trabalho de Educação Física, Esporte e Lazer do IFPE e o Núcleo de Esporte e Lazer desta Instituição Federal de Ensino.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	266	2020	Reitoria	Designa a servidora ELIANA MARIA BANDEIRA DE ARAÚJO para responder pela função de Assistente da Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE) da Reitoria, no período de 27/2/2020 a 27/3/2020, devido ao afastamento da titular por motivo de férias.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	969	2020	Reitoria	Institui comissão para criação de protocolo de assistência ao discente que, porventura, venha a adoecer durante o período de atividade remota e/ou reposição do calendário acadêmico.	Originário	Assistência Estudantil
Resolução	26	2012	Reitoria	Aprova a Política de Assistência Estudantil do IFPE.	Originário	Assistência Estudantil
Resolução	7	2014	Reitoria	Aprova a regulamentação do Programa Bolsa Permanência no âmbito do IFPE.	Originário	Assistência Estudantil
Resolução	64	2019	Reitoria	Aprova o Regulamento sobre concessão de ajuda de custo para participação dos/as estudante em eventos.	Originário	Assistência Estudantil

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS						
ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Ordem de Serviço	3	2020	Reitor/a	Indica servidores para elaboração do Plano de Dados Abertos do IFPE.	Originário	Tecnologia da Informação
Orientação Normativa	1	2019	Reitor/a	Plano de Contingência de Tecnologia da Informação do IFPE.	Originário	Tecnologia da Informação
Portaria	1427	2015	Reitor/a	Designa o servidor JACKSON NUNES DA SILVA como representante oficial do IFPE junto à Comunidade Acadêmica Federada (CAFE/RNP).	Originário	Tecnologia da Informação
Portaria	1108	2011	Reitor/a	Regulamenta os procedimentos para o uso do Correio Eletrônico Institucional e normatiza as regras para criação e exclusão de caixas postais institucionais no âmbito do IFPE.	Originário	Tecnologia da Informação
Portaria	1800	2015	Reitor/a	Designa servidores para constituirem o Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI) do IFPE.	Originário	Tecnologia da Informação
Portaria	150	2016	Reitor/a	Corrige o nome do Comitê Gestor de Segurança da Informação do IFPE.	Retificação	Tecnologia da Informação
Resolução	61	2015	Conselho Superior	Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IFPE.	Originário	Tecnologia da Informação
Resolução	11	2017	Conselho Superior	Aprova a Política de Segurança da Informação do IFPE.	Originário	Tecnologia da Informação
Resolução	42	2019	Conselho Superior	Aprova a Política de Governança do IFPE.	Originário	Tecnologia da Informação
Resolução	72	2019	Conselho Superior	Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), com vigência de 4 anos (2019-2023), na forma do Anexo desta Resolução.	Originário	Tecnologia da Informação
Resolução	44	2020	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Plano de Transformação Digital do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).	Originário	Tecnologia da Informação
Resolução	49	2020	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 44 de 16 de setembro de 2020, a qual aprovou, *ad referendum*, o Plano de Transformação Digital do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).	Retificação	Tecnologia da Informação
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO						
ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Resolução	24	2019	Reitor/a	Aprova a Política de Comunicação do IFPE.	Originário	Comunicação
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS						
ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Resolução	26	2019	Conselho Superior	Aprova o Regulamento de Mobilidade Estudantil Internacional do IFPE.	Originário	Internacionalização
Resolução	4	2013	Conselho Superior	Aprova a implementação dos Centros de Línguas Estrangeiras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.	Originário	Internacionalização
Resolução	5	2013	Conselho Superior	Aprova o Programa de Acolhimento ao Visitante Internacional - PAVI.	Originário	Internacionalização
Resolução	88	2013	Conselho Superior	Aprova o Regimento Interno do Centro de Línguas Estrangeiras do IFPE (CELLE).	Originário	Internacionalização

ANEXO II

CAMPUS ABREU E LIMA

ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Resolução	28	2014	Conselho Superior	Autorização do curso Técnico em Segurança do Trabalho	Originário	Ensino
Resolução	27	2017	Conselho Superior	Autorização do curso Técnico em Enfermagem.	Originário	Ensino
Resolução	62	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do curso de qualificação profissional em Cuidador de Idosos - Proeja - do IFPE - *Campus* Abreu e Lima.	Originário	Ensino
Resolução	68	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Enfermagem do IFPE - *Campus* Abreu e Lima.	Originário	Ensino
Resolução	21	2020	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 62 de 28 de dezembro de 2018, a qual aprovou, *ad referendum*, a Matriz Curricular do curso de qualificação profissional em Cuidador de Idosos - Proeja - do IFPE - *Campus* Abreu e Lima.	Originário	Ensino
Resolução	27	2020	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de qualificação profissional em Cuidador de Idosos - Proeja - do IFPE -*Campus* Abreu e Lima.	Originário	Ensino
Resolução	53	2020	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 68 de 24 de setembro de 2019, a qual aprovou, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Enfermagem do IFPE - *Campus* Abreu e Lima.	Originário	Ensino
Edital	8	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	VESTIBULAR SIMPLIFICADO IFPE 2020.2	Originário	Ensino
Edital	9	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	ORIENTAÇÕES PARA MATRÍCULA DOS/AS CANDIDATOS/AS APROVADOS/AS NO EXAME DE SELEÇÃO DO IFPE 2020.2	Originário	Ensino
Portaria	1	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa equipe.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	25	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão de Inventário do Almoxarifado.	Originário	Planejamento
Portaria	26	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão de Inventário Patrimonial.	Originário	Infraestrutura
Portaria	30	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão de Elaboração do PPC do Curso de Capacitação Profissional em Agente Comunitário de Saúde.	Originário	Ensino
Portaria	31	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão do CELLE.	Originário	Ensino
Portaria	32	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão de Elaboração do PPC do Curso Proeja em Desenhista de Móveis do IFPE - *Campus* Abreu e Lima.	Originário	Ensino
Portaria	33	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão de Elaboração dos PPCs dos Cursos Técnicos de Segurança do Trabalho nas Modalidades Subsequente e Integrado.	Originário	Ensino
Portaria	34	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão de Elaboração do PPC do Curso Proeja em Ajudante de Linha de Produção do IFPE- *Campus* Abreu e Lima.	Originário	Ensino
Portaria	35	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão de Seleção, Entrega e Monitoramento de Uso dos Tablets Institucionais.	Originário	Ensino
Portaria	36	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão de Monitoria de Disciplinas 2020.1.	Originário	Ensino
Portaria	37	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão de Elaboração do Horário 2020.2.	Originário	Ensino
Portaria	39	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão de Elaboração do PPC do Curso de Formação Inicial e Continuada em Inglês Básico.	Originário	Ensino
Portaria	40	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão do Conselho de Classe.	Originário	Ensino
Portaria	41	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão de Eventos.	Originário	Ensino
Portaria	42	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão de Reformulação do PPC do Curso Técnico em Enfermagem na Modalidade Subsequente.	Originário	Ensino
Portaria	43	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão da Semana de Enfermagem.	Originário	Ensino
Portaria	44	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão de Formatura.	Originário	Ensino
Portaria	45	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão do Workshop de Segurança do Trabalho.	Originário	Ensino
Portaria	46	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão do Núcleo de Artes e Cultura.	Originário	Ensino
Portaria	47	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Altera a Portaria nº 42/2020 e inclui servidoras.	Alteração	Ensino
Portaria	48	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Altera a Portaria nº 41/2020 e incluir servidor.	Alteração	Ensino
Portaria	49	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão de Elaboração do PPC do Curso Pós Técnicos em Enfermagem do Trabalho.	Originário	Ensino

Portaria	51	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Altera a Portaria nº 33/2020.	Alteração	Ensino
Portaria	52	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa Comissão da COPI.	Originário	Ensino
Portaria	61	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa Contrato nº 7/2017 Trivale.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	62	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa Contrato nº 1/2018 Voetur.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	63	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa Contrato nº 5/2019 Imprensa Nacional.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	64	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa Contrato nº 9/2017 Worldnet.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	66	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa Contrato nº 8/2019 Radium.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	68	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa Contrato nº 6/2019 Serval.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	69	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa Contrato nº 8/2016 Ticket.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	70	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa Contrato nº 37/2015 Guardsecure.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	71	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa Contrato nº 10/2019 Correios.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	72	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa Contrato nº 1/2020 Silva e Silva.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	74	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Altera a Portaria nº 43/2020.	Alteração	Ensino
Portaria	79	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa equipe de planejamento da contratação.	Originário	Planejamento
Portaria	83	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão de Elaboração do Manual de Acesso.	Originário	Ensino
Portaria	88	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório.	Originário	Pessoas
Portaria	90	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Retifica Portaria nº 88/2020.	Retificação	Pessoas
Portaria	91	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão de Avaliação de Auxílio Digital.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	92	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão de Seleção de Uso dos Tablets.	Originário	Ensino
Portaria	93	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão do GT de Estágio.	Originário	Ensino
Portaria	94	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Altera a Portaria nº 40/2020.	Alteração	Ensino
Portaria	105	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão dos Docentes Conselheiros de Turma.	Originário	Ensino
Portaria	106	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão para Elaboração do Edital do Curso FIC.	Originário	Ensino
Portaria	107	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Aprova o Regulamento do Conselho de Classe dos Cursos do IFPE.	Originário	Ensino
Portaria	108	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Aprova a Coordenação de Processos Seletivos.	Originário	Ensino
Portaria	109	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Altera a Portaria nº 108/2020.	Alteração	Ensino
Portaria	113	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Altera a Portaria nº 108/2020.	Alteração	Ensino
Portaria	114	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Comissão do Workshop.	Originário	Ensino
Portaria	121	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa responsável pela Conformidade de Gestão.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	125	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa comissão.	Originário	Ensino
Portaria	132	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Institui a Comissão de Elaboração do Horário.	Originário	Ensino
Portaria	133	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Institui Comissão AUTOCAD.	Originário	Ensino
Portaria	134	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Institui Comissão.	Originário	Ensino
Portaria	135	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Institui Comissão.	Originário	Ensino
Portaria	136	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Altera a Portaria nº 33/2020.	Originário	Ensino
Portaria	137	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Altera a Portaria nº 52/2020.	Originário	Ensino
Portaria	138	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Equipe de Planejamento da Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de Materiais para os Laboratórios.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	139	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Institui a Comissão de Elaboração.	Originário	Ensino
Portaria	140	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa Contrato nº 3/2020 Real Mix.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	141	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa Contrato nº 2/2020 Maq Larem.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	142	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa Contrato nº 6/2020 P Serviços Auxiliares.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	143	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Institui Comissão de Monitoria 2020.2.	Originário	Ensino
Portaria	144	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Institui Comissão de Elaboração do Regulamento Auditório.	Originário	Infraestrutura
Portaria	145	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Institui Comissão de Estágio.	Originário	Ensino
Portaria	7	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa responsável pelo Plano Anual de Contratação.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	18	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa Comissão Responsável pelos Estudos Preliminares.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	55	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Institui Núcleo Docente Estruturante.	Originário	Ensino
Portaria	96	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Institui o Conselho de Classe do Curso Técnico em Enfermagem.	Originário	Ensino
Portaria	97	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Institui o Conselho de Classe do Curso Técnico em Segurança do Trabalho.	Originário	Ensino
Portaria	114	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Horário de funcionamento do *Campus*.	Originário	Ensino
Portaria	130	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	declara a revogação de portarias de colegiados.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	20	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa Representante Seguro Sura.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	50	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Estabelece normas para a participação de servidores.	Originário	Pessoas
Portaria	66	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa responsável por solicitação de passagem aérea.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	84	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Dispõe sobre processo no âmbito da Fiscalização de Contratos.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	85	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa Contrato nº 31/2015.	Originário	Orçamento e Finanças

Portaria	91	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa Contrato nº 4/2017.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	62	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Designa Comissão de Fiscalização.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	64	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Aprova o Regulamento Provisório da Biblioteca.	Originário	Ensino
Portaria	5	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Abreu e Lima	Estabelece PAC.	Originário	Ensino

ANEXO III

CAMPUS AFOGADOS DA INGAZEIRA

ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Resolução	6	2010	Conselho Superior	Estabelece, *ad referendum*, o Sistema de Cotas e fixa o percentual de cotas para ingresso de alunos oriundos de escolas públicas da rede estadual ou municipal do território nacional, nos cursos oferecidos nos *Campi* Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns do IFPE.	Originário	Assistência Estudantil
Resolução	28	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do Curso Técnico Subsequente em Saneamento - *Campi* Afogados da Ingazeira e Recife.	Originário	Ensino
Resolução	30	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do Curso Técnico Subsequente em Eletroeletrônica - *Campus* Afogados da Ingazeira.	Originário	Ensino
Resolução	31	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do Curso Técnico Subsequente em Agroindústria - *Campus* Afogados da Ingazeira.	Originário	Ensino
Resolução	61	2010	Conselho Superior	Homologa a Resolução Consup *ad referendum* nº 28/2010.	Originário	Ensino
Resolução	63	2010	Conselho Superior	Homologa a Resolução Consup *ad referendum* nº 30/2010.	Originário	Ensino
Resolução	64	2010	Conselho Superior	Homologa a Resolução Consup *ad referendum* nº 31/2010.	Originário	Ensino
Resolução	39	2012	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, PPC Técnico em Eletroeletrônica do *Campus* Afogados.	Originário	Ensino
Resolução	42	2012	Conselho Superior	Aprova PPC Agroindústria do *Campus* Afogados.	Originário	Ensino
Resolução	43	2012	Conselho Superior	Aprova PPC Saneamento do *Campus* Afogados.	Originário	Ensino
Resolução	54	2012	Conselho Superior	Homologa Resolução 39/2012, que aprova PPC Técnico em Eletroeletrônica do *Campus* Afogados.	Originário	Ensino
Resolução	16	2013	Conselho Superior	Aprova PPC de Qualificação em Panificação e Confeitaria Proeja do *Campus* Afogados.	Originário	Ensino
Resolução	55	2013	Conselho Superior	Aprova PPC do curso Técnico Integrado em Saneamento do *Campus* Afogados.	Originário	Ensino
Resolução	56	2013	Conselho Superior	Aprova PPC do curso Técnico Integrado em Informática do *Campus* Afogados.	Originário	Ensino
Resolução	58	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional em Operação e Manutenção de Computador - Proeja, a ser ofertado pelo *Campus* Afogados da Ingazeira.	Originário	Ensino
Resolução	58	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Computação do IFPE - *Campus* Afogados da Ingazeira.	Originário	Ensino
Resolução	7	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a reformulação do Projeto Pedagógico do curso Técnico em Saneamento Subsequente do IFPE - *Campus* Afogados da Ingazeira.	Originário	Ensino
Resolução	8	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a reformulação do Projeto Pedagógico do curso Técnico em Eletroeletrônica Subsequente do IFPE - *Campus* Afogados da Ingazeira.	Originário	Ensino
Resolução	9	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a reformulação do Projeto Pedagógico do curso Técnico em Agroindústria Subsequente do IFPE - *Campus* Afogados da Ingazeira.	Originário	Ensino
Resolução	29	2019	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo do IFPE - *Campus* Afogados da Ingazeira.	Originário	Ensino
Resolução	80	2019	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 7/2019, a qual aprovou, *ad referendum*, a reformulação do Projeto Pedagógico do curso Técnico em Saneamento Subsequente do IFPE - *Campus* Afogados da Ingazeira.	Originário	Ensino
Resolução	2	2020	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o PPC do curso de Bacharelado em Engenharia Civil - *Campus* Afogados da Ingazeira.	Originário	Ensino
Portaria	61	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	65	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	66	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	136	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Revoga a Portaria nº 118/2016-DGCAI e dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Revogação	Planejamento
Portaria	28	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	121	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	164	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor para acompanhar, fiscalizar e receber material.	Originário	Planejamento
Portaria	197	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	197	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	198	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	257	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	11	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor para acompanhar, fiscalizar e receber material.	Originário	Planejamento
Portaria	36	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor para acompanhar, fiscalizar e receber material.	Originário	Planejamento
Portaria	51	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	111	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	223	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor para acompanhar, fiscalizar e receber material.	Originário	Planejamento
	227	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor para acompanhar, fiscalizar e receber material.	Originário	Planejamento
Portaria	232	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor para acompanhar, fiscalizar e receber material.	Originário	Planejamento
Portaria	7	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor para acompanhar, fiscalizar contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	24	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor para acompanhar, fiscalizar e receber material.	Originário	Planejamento
Portaria	41	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da revogação e designação para realizar a Conformidade de Gestão do *Campus* Afogados da Ingazeira.	Alteração	
Portaria	49	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor para acompanhar, fiscalizar e receber material.	Originário	Planejamento
Portaria	89	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de Pregoeiros.	Originário	Planejamento
Portaria	108	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor para acompanhar e fiscalizar contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	134	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Revogação	Planejamento
Portaria	136	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Revogação	Planejamento

Portaria	137	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	160	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	182	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor para acompanhar, fiscalizar e receber material.	Originário	Planejamento
Portaria	192	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	199	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	200	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	203	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	204	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	206	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da instituição de Comissão de Núcleo Docente Estruturante Bacharelado em Engenharia Civil.	Originário	Ensino
Portaria	209	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor para chefia de departamento - Pesquisa e Extensão.	Alteração	Extensão
Portaria	6	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor com acesso ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).	Alteração	Planejamento
Portaria	10	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	43	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor com acesso ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).	Alteração	Planejamento
Portaria	58	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores como responsáveis diretos pelo Clube de Ciências do *Campus*, sem função gratificada.	Originário	Extensão
Portaria	59	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores como responsáveis pelos treinamentos de estudantes para a Olimpíada de Química e para a Olimpíada Nacional de Ciências.	Originário	Extensão
Portaria	85	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores em acompanhamento e recebimento de matérias.	Originário	Planejamento
Portaria	96	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da instituição de colegiado para desenvolver análise de documentos apresentados pelos estudantes, através do processo seletivo via sistema Fluxo.	Originário	Ensino
Portaria	119	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da instituição de Conselho de Classe do Curso Técnico Integrado em Informática.	Originário	Ensino
Portaria	124	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da instituição de comissão do Colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Computação.	Originário	Ensino
Portaria	127	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da instituição da Equipe Gestora do Laboratório IFMaker do IFPE - *Campus* Afogados da Ingazeira, de acordo com o Edital nº 35/2020 SETEC/MEC.	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	130	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor para proceder com os registros de operações no SIAFI.	Originário	Planejamento
Portaria	132	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da instituição de Conselho de Classe do Curso Técnico em Eletroeletrônica Subsequente.	Originário	Ensino
Portaria	134	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da instituição de Conselho de Classe do Curso Técnico em Saneamento Subsequente.	Originário	Ensino
Portaria	143	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da instituição de Conselho de Classe do Curso Técnico Integrado em Saneamento.	Originário	Ensino
Portaria	144	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da instituição de Conselho de Classe do Curso Técnico Subsequente em Agroindústria.	Originário	Ensino
Portaria	145	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da revogação e designação para realizar a Conformidade de Gestão do *Campus* Afogados da Ingazeira.	Alteração	Ensino
Portaria	146	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da instituição de Conselho de Classe do Curso de Especialização em Educação no Campo.	Originário	Ensino
Portaria	147	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da instituição de Conselho de Classe do Curso Proeja - Panificação e Confeitaria.	Originário	Ensino
Portaria	148	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da instituição de Conselho de Classe do Curso Técnico Integrado em Informática.	Originário	Ensino
Portaria	151	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor na função de Ordenador de Despesas substituto.	Originário	Planejamento
Portaria	157	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor em fiscalização de contrato.	Originário	Tecnologia da Informação
Portaria	158	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor em fiscalização de contrato.	Originário	Tecnologia da Informação
Portaria	159	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor em fiscalização de contrato.	Originário	Tecnologia da Informação
Portaria	160	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor em fiscalização de contrato.	Originário	Tecnologia da Informação
Portaria	161	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor em fiscalização de contrato.	Originário	Tecnologia da Informação
Portaria	4	2021	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidores para acompanhar, fiscalizar e receber material de consumo de TI.	Originário	Planejamento
Portaria	10	2021	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Dispõe acerca da designação de servidor em fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Ordem de Serviço	7	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Indica servidores para formação de Grupo de Trabalho de Reformulação do PPC do Curso de Qualificação Profissional em Panificação e Confeitaria.	Originário	Ensino
Ordem de Serviço	8	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Indica servidores para formação de Grupo de Trabalho de Reformulação do PPC do Curso de Qualificação Profissional em Suporte e Manutenção de Computadores.	Originário	Ensino
Ordem de Serviço	9	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Indica servidores para formação de Grupo de Trabalho de Reformulação do PPC do Curso Técnico Integrado em Saneamento.	Originário	Ensino
Ordem de Serviço	10	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Indica servidores para formação de Grupo de Trabalho de Reformulação do PPC do Curso Técnico Integrado em Informática.	Originário	Ensino
Ordem de Serviço	15	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Indica servidores para compor Grupo de Trabalho para elaboração de material didático-pedagógico.	Originário	Ensino
Ordem de Serviço	19	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Indica equipe que realizará estudo de viabilidade técnica para implantação de Empresa Júnior no IFPE - *Campus* Afogados da Ingazeira.	Originário	Ensino
Ordem de Serviço	20	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Renova os prazos e atualiza os membros na Ordem de Serviço nº 06/2020/DGCAI/IFPE, que indica servidores para compor o Comitê de Risco devido à Covid-19.	Alteração	Gestão Executiva
Ordem de Serviço	21	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Indica servidores para a elaboração de Calendário e Horário Acadêmico.	Revogação	Ensino
Ordem de Serviço	23	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Indica servidores para organização e execução da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2020.	Originário	Extensão
Ordem de Serviço	24	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Indica equipe de planejamento para elaboração de estudo técnico preliminar para eventual aquisição de insumos agropecuários.	Originário	Planejamento
Ordem de Serviço	26	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	Indica equipe de planejamento para elaboração de estudo técnico preliminar para eventual aquisição de material para manutenção predial do IFPE - *Campus* Afogados da Ingazeira.	Originário	Planejamento
Edital	37	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Afogados da Ingazeira	PROCESSO SELETIVO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* E ESTUDOS NO EXTERIOR PARA O ANO DE 2021	Originário	Pessoas

ANEXO IV

CAMPUS BARREIROS

ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Resolução	38	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a matriz curricular da Licenciatura em Química do *Campus* Barreiros.	Originário	Ensino
Resolução	14	2011	Conselho Superior	Aprova a matriz curricular do curso de Tecnologia em Agroecologia do *Campus* Barreiros.	Originário	Ensino
Resolução	21	2011	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso de Licenciatura em Química (*Campus* Barreiros).	Originário	Ensino
Resolução	46	2011	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 14/2011.	Originário	Ensino
Resolução	52	2011	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 21/2011.	Originário	Ensino
Resolução	16	2012	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de Hospedagem do *Campus* Barreiros.	Originário	Ensino
Resolução	19	2012	Conselho Superior	Aprova a matriz curricular do curso Técnico em Agropecuária Integrado do *Campus* Barreiros.	Originário	Ensino
Resolução	44	2012	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso de Agroecologia do *Campus* Barreiros.	Originário	Ensino
Resolução	55	2014	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso de Qualificação Profissional em Operador de Processamento de Frutas e Hortaliças - Proeja - do *Campus* Barreiros.	Originário	Ensino
Resolução	56	2014	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso de Qualificação Profissional em Auxiliar Técnico em Agropecuária - Proeja - do *Campus* Barreiros.	Originário	Ensino
Resolução	58	2014	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso de Qualificação Profissional em Agricultura Familiar - Proeja - do *Campus* Barreiros.	Originário	Ensino
Resolução	50	2015	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio do *Campus* Barreiros.	Originário	Ensino
Resolução	20	2018	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de especialização em Matemática do IFPE - *Campus* Barreiros.	Originário	Ensino
Portaria	163	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Designa Fiscais Contrato nº 08/2020 Empresa Silva & Silva Terceirizados (motoristas).	Originário	Infraestrutura
Portaria	158	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Designa Fiscais INSTRUCON (Serviços de manutenção de câmaras de refrigeração e congelamentos).	Originário	Infraestrutura
Portaria	76	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Designa Fiscais Contrato nº 04/2019 Cooperafat (PNAE).	Originário	Infraestrutura
Portaria	77	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Designa Fiscais Contrato nº 01/2020 Empresa Silva & Silva Terceirizados (terceirizados cozinha).	Originário	Infraestrutura
Portaria	78	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Designa Fiscais Contrato nº 02/2020 Empresa Silva & Silva Terceirizados (terceirizados trabalho rural).	Originário	Infraestrutura
Portaria	61	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Designa Fiscais Fornecimento de Energia Elétrica (CELPE).	Originário	Infraestrutura
Portaria	62	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Designa Fiscais Fornecimento de Combustível (TICKET).	Originário	Infraestrutura
Portaria	64	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Designa Fiscais Contrato nº 06/2019 Associação Mascates Grande (PNAE).	Originário	Infraestrutura
Portaria	127	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Designa Fiscais Contrato nº 06/2020 ACR Comercial LTDA (manutenção de ares-condicionados).	Originário	Infraestrutura
Portaria	159	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Designa Fiscais Contrato nº 03/2020 Empresa Silva & Silva Terceirizados.	Originário	Infraestrutura
Portaria	137	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Designa Comissão Intersetorial responsável pelo Processo Seletivo do Auxílio Digital aos Estudantes do IFPE - *Campus* Barreiros.	Originário	Ensino
Portaria	92	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Institui a Comissão para Criação de Curso Técnico Integrado na Área de Informática.	Originário	Ensino
Portaria	91	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Cria a Comissão para Conduzir a Reformulação do PPC do Curso Técnico em Alimentos.	Originário	Ensino
Portaria	90	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Comissão para Reformulação do PPC do Curso Proeja de Auxiliar Técnico em Agricultura Familiar.	Originário	Ensino
Portaria	94	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Comissão de Reelaboração dos Documentos Reguladores de Estágio I, II, III e IV do Curso Superior de Licenciatura em Química.	Originário	Ensino
Portaria	73	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Química.	Originário	Ensino
Portaria	80	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Cria o Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Licenciatura em Química.	Originário	Ensino
Portaria	118	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Comissão Julgadora para Seleção de Residentes Bolsistas e Preceptores para o Programa de Residência Pedagógica do IFPE - *Campus* Barreiros.	Originário	Ensino
Portaria	177	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Comissão de Recebimento Definitivo da Obra de Reforma Estrutural do Alojamento Masculino do IFPE - *Campus* Barreiros.	Originário	Infraestrutura
Portaria	139	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Comissão de Recebimento Definitivo da Obra de Reforma dos Telhados e Adequação dos Espaços Físicos do IFPE - *Campus* Barreiros.	Originário	Infraestrutura
Portaria	184	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Comissão Responsável pela Elaboração do PPC dos Cursos de Extensão em Língua Estrangeira e Libras.	Originário	Ensino
Portaria	190	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Atribuições da Coordenação do Laboratório de Atendimento à Terceira Idade.	Originário	Ensino
Portaria	189	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Atribuições da Coordenação de Apoio à Pessoa Deficiente.	Originário	Planejamento
Portaria	187	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Altera nomenclatura de função.	Originário	Ensino
Portaria	172	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Atribuições da Coordenação de Especialização em Matemática.	Originário	Ensino
Portaria	171	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Altera nomenclatura de função.	Originário	Planejamento
Portaria	168	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Cria a Equipe de Planejamento da Contratação para Aquisição de Insumos Agrícolas.	Originário	Planejamento
Portaria	110	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Comissão Encarregada de Desfazimento dos Veículos Inservíveis.	Originário	Planejamento
Portaria	93	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Altera membros do Colegiado do Curso Superior de Especialização em Matemática.	Alteração	Ensino
Portaria	81	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Comissão para Conduzir a Seleção do Curso de Especialização em Matemática.	Originário	Ensino
Portaria	73	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Cria o Colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Química.	Originário	Ensino
Portaria	20	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Altera o quadro demonstrativo dos cargos de direção e funções gratificadas.	Alteração	Pessoas
Portaria	63	2012	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Homologa as atribuições dos cargos de direção e funções gratificadas do *Campus* Barreiros.	Originário	Pessoas
Portaria	141	2013	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Atualização de tarifa de energia elétrica e de água dos servidores que residem em Próprio Nacional.	Alteração	Orçamento e Finanças
Portaria	81	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Estabelece os critérios para concessão dos Próprios Nacionais - Residências que venham a ser desocupados.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	125	2013	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Normatiza o prazo de entrega de documentos pela Seção de Registros Escolares e Secretaria de Cursos Superiores.	Originário	Ensino
Portaria	142	2013	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Estabelece critérios de procedimentos para o controle de circulação interna nas dependências do IFPE - *Campus* Barreiros.	Originário	Infraestrutura
Portaria	8	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Estabelece critérios de procedimentos para o controle de animais soltos nas dependências do IFPE - *Campus* Barreiros.	Originário	Infraestrutura
Portaria	36	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Estabelece critérios de procedimentos à solicitação de auxílio financeiro ao estudante.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	37	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Estabelece critérios de procedimentos para o controle de emissão e envio de empenhos aos fornecedores.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	80	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Estabelece o horário de expediente do *Campus* Barreiros.	Originário	Planejamento
Portaria	138	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Regulamenta as orientações para depósito de trabalho de conclusão de curso.	Originário	Ensino

Portaria	139	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Regulamenta as orientações para solicitação de ficha catalográfica.	Originário	Ensino
Portaria	31	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Designa os servidores abaixo relacionados para comporem a Equipe de Fiscalização e Execução do Contrato nº 004/2018- DGCB, oriundo do RDC nº 002/2018, celebrado com a Empresa L&R Santos Construções Ltda.	Originário	Infraestrutura
Portaria	163	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Designa os servidores abaixo relacionados para comporem a Equipe de Fiscalização e Execução do Contrato nº 005/2018- DGCB, oriundo do RDC nº 004/2018, celebrado com a Empresa A R Engenharia e Serviços Eireli.	Originário	Infraestrutura
Portaria	203	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Designa os servidores abaixo relacionados para comporem a Equipe de Fiscalização e Execução do Contrato nº 003/2018- DGCB, oriundo do RDC nº 001/2018, celebrado com a Empresa A R Engenharia e Serviços Eireli.	Alteração	Infraestrutura
Portaria	340	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Lotação de servidores.	Alteração	Pessoas
Portaria	169	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Fiscais Empresa Brasil de Comunicação - EBC.	Originário	Infraestrutura
Portaria	394	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Fiscais SAT - Serviços de Apoio Terceirizado Eireli-ME.	Originário	Infraestrutura
Portaria	366	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Barreiros	Fiscais Guard Secure.	Originário	Infraestrutura

ANEXO V

CAMPUS BELO JARDIM

ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Portaria	187	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	declara a revogação de portarias de colegiados.	Revogação	Gestão Executiva
Portaria	260	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Comissão de Gestão Ambiental.	Originário	Infraestrutura
Portaria	273	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de bacharelado em Engenharia de Software.	Originário	Ensino
Portaria	14	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Homologa Calendário Acadêmico 2020 - Cursos Integrados.	Originário	Ensino
Portaria	15	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Homologa Calendário Acadêmico 2020 - Cursos Subsequentes.	Originário	Ensino
Portaria	16	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Homologa Calendário Acadêmico 2020 - Cursos Superiores.	Originário	Ensino
Portaria	41	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato nº 01/2020.	Originário	Infraestrutura
Portaria	42	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato nº 02/2020.	Originário	Infraestrutura
Portaria	43	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato nº 02/2020.	Originário	Infraestrutura
Portaria	44	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato nº 03/2020.	Originário	Infraestrutura
Portaria	45	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato nº 03/2020.	Originário	Infraestrutura
Portaria	46	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato nº 04/2020.	Originário	Infraestrutura
Portaria	47	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato nº 05/2020.	Originário	Infraestrutura
Portaria	48	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato nº 06/2020.	Originário	Infraestrutura
Portaria	49	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato nº 08/2019.	Originário	Infraestrutura
Portaria	50	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato nº 09/2019.	Originário	Infraestrutura
Portaria	52	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Comissão de Elaboração do Edital do CELLE 2020.	Originário	Ensino
Portaria	62	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Colegiado do Curso de Bacharelado em Engenharia de Software.	Originário	Ensino
Portaria	76	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Comissão para Elaboração do PPC do Curso de Técnico em Agropecuária - Modalidades Integrada e Subsequente.	Originário	Ensino
Portaria	77	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional em Cuidador de Idoso - Proeja.	Originário	Ensino
Portaria	78	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional em Cuidador Infantil - Proeja.	Originário	Ensino
Portaria	83	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Comissão Permanente de Ajuda de Custo.	Originário	Ensino
Portaria	92	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa fiscais do Contrato nº 09/2020.	Originário	Infraestrutura
Portaria	97	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa fiscais do Contrato nº 07/2020.	Originário	Infraestrutura
Portaria	102	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa fiscais do Contrato nº 08/2019.	Originário	Infraestrutura
Portaria	103	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa fiscais do Contrato nº 06/2020.	Originário	Infraestrutura
Portaria	110	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Comissão para Avaliação, Classificação e Baixa de Bens Móveis e Semoventes.	Originário	Infraestrutura
Portaria	116	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa fiscais do Contrato nº 08/2020.	Originário	Infraestrutura
Portaria	127	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa fiscal dos Contratos nº 04/2019 e nº 05/2019.	Originário	Infraestrutura
Portaria	140	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Comissão de Empréstimo dos Tablets Educacionais.	Originário	Ensino
Portaria	141	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Comissão de Estudo de Viabilidade de Curso (EVC) para a implantação da pós-graduação em Especialização *lato sensu* em Enfermagem em Saúde da Família e Comunidade.		
Portaria	143	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Comissão para Seleção do Auxílio Digital.	Originário	Ensino
Portaria	144	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Comissão de Monitoria.	Originário	Ensino
Portaria	152	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Comissão para Elaboração do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso Técnico em Agroindústria Modalidade Subsequente.	Originário	Ensino
Portaria	154	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Comissão para Elaboração do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja-FIC).	Originário	Ensino
Portaria	167	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Comissão de Restauração da Fábrica de Ração.	Originário	Infraestrutura
Portaria	170	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Institui a Comissão para Atuação no Vestibular Simplificado 2020.2.	Originário	Ensino
Portaria	171	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa fiscais do Contrato nº 07/2020.	Originário	Infraestrutura
Portaria	173	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa fiscais do Contrato nº 10/2020.	Originário	Infraestrutura
Portaria	180	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa fiscais do Contrato nº 02/2018.	Originário	Infraestrutura
Portaria	190	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Comissão do Estudo de Viabilidade para Implantação do Curso Superior de Bacharelado em Engenharia de Alimentos.	Originário	Ensino

Portaria	192	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Institui a comissão que organizará a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) do *Campus* Belo Jardim.	Originário	Ensino
Portaria	193	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Institui a Comissão de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	Originário	Ensino
Portaria	196	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Institui a Comissão de Estudo de Viabilidade para Implantação do Curso Superior de Licenciatura em Química.	Originário	Ensino
Portaria	200	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Institui a Comissão de Estudo de Viabilidade para Implantação do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo.	Originário	Ensino
Portaria	209	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa Equipe de Apoio ao Pregão Eletrônico SRP nº 01/2020.	Originário	Infraestrutura
Portaria	210	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa Fiscal Titular e Substituto (Contrato Administrativo nº 11/2020).	Originário	Infraestrutura
Portaria	214	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Institui a Comissão da Equipe Multiprofissional do *Campus* Belo Jardim.	Originário	Ensino
Portaria	215	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Institui a Comissão do Núcleo de Apoio à Pessoa com Deficiência (Napne) do *Campus* Belo Jardim.	Originário	Ensino
Portaria	229	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Institui a Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional em Cuidador Infantil - Proeja.	Originário	Ensino
Portaria	230	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Institui a Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional em Cuidador Idoso - Proeja.	Originário	Ensino
Portaria	231	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Institui a Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Enfermagem em Saúde da Família e Comunidade.	Originário	Ensino
Portaria	232	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Regulamenta a ocupação de espaços físicos nos imóveis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - *Campus* Belo Jardim que sejam disponibilizados como residência funcional a seus servidores e dá outras providências.	Originário	Infraestrutura
Portaria	233	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Dispõe sobre a instituição de comissão para avaliação, incorporação e baixa de semoventes, sua composição e atribuições.	Originário	Infraestrutura
Portaria	234	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Dispõe sobre a instituição de Comissão para Avalização, Classificação, Incorporação e Baixa de Bens Móveis, sua composição e suas atribuições.	Originário	Infraestrutura
Portaria	238	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designação de servidor responsável pela indicação de restos a pagar em 2020.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	8	2021	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Comissão de Horário Acadêmico do IFPE - *Campus* Belo Jardim.	Originário	Ensino
Portaria	9	2021	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa fiscais do Contrato nº 06/2016. Vigilância armada de ronda motorizada.	Originário	Infraestrutura
Portaria	12	2021	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa fiscal do Contrato nº 06/2016. Fornecimento de energia elétrica.	Originário	Infraestrutura
Portaria	13	2021	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa Comissão do Vestibular 2021.1.	Originário	Ensino
Portaria	14	2021	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	Designa Comissão para Inventário de Bens de Consumo.	Originário	Orçamento e Finanças
Edital	5	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	CHAMADA INTERNA PARA O PROGRAMA DE BENEFÍCIO EVENTUAL	Originário	Ensino
Edital	6	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA EMPRÉSTIMO DOS TABLETS EDUCACIONAIS	Originário	Ensino
Edital	7	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	VESTIBULAR SIMPLIFICADO IFPE 2020.2 PARA CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO PRESENCIAIS, NA MODALIDADE SUBSEQUENTE	Originário	Ensino
Edital	8	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Belo Jardim	VESTIBULAR SIMPLIFICADO IFPE 2020.2 PARA CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO	Originário	Ensino
Resolução	30	2013	Conselho Superior	Aprova o Curso de Especialização Técnica em Enfermagem do Trabalho.	Originário	Ensino
Resolução	93	2013	Conselho Superior	Aprova o Curso Técnico em Informática.	Originário	Ensino
Resolução	76	2013	Conselho Superior	Aprova o Curso Superior de Licenciatura em Música.	Originário	Ensino
Resolução	1	2015	Conselho Superior	Aprova o Curso de Qualificação Profissional em Operador Industrial em Alimentos.	Originário	Ensino
Resolução	2	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Curso Técnico em Enfermagem.	Originário	Ensino
Resolução	23	2020	Conselho Superior	Aprova o Curso Superior de Engenharia de Software.	Originário	Ensino

ANEXO VI

CAMPUS CABO DE SANTO AGOSTINHO

ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Resolução	39	2013	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Hospedagem, subsequente, no âmbito do Pronatec (*Campus* Ipojuca - Unidade Remota Cabo de Santo Agostinho).	Originário	Ensino
Resolução	52	2013	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 39/2013, que aprovou, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Hospedagem, subsequente, no âmbito do Pronatec (*Campus* Ipojuca - Unidade Remota Cabo de Santo Agostinho).	Alteração	Ensino
Resolução	83	2013	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso Técnico em Meio Ambiente, subsequente, do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Ensino
Resolução	84	2013	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso Técnico em Logística, subsequente, do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Ensino
Edital	1	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	SELEÇÃO INTERNA PARA EQUIPE ADMINISTRATIVA DO PRONATEC	Originário	Extensão
Edital	2	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	CHAMADA PÚBLICA PARA DOCENTES EXTERNOS DO PRONATEC	Originário	Extensão
Edital	3	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	SELEÇÃO INTERNA PARA DOCENTES DO PRONATEC	Originário	Extensão
Edital	4	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	SELEÇÃO INTERNA PARA EQUIPE ADMINISTRATIVA DO PRONATEC	Originário	Extensão
Edital	5	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	SELEÇÃO INTERNA PARA DOCENTES DO PRONATEC	Originário	Extensão
Edital	6	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	SELEÇÃO INTERNA PARA DOCENTES DO PRONATEC	Originário	Extensão
Edital	7	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	SELEÇÃO INTERNA PARA DOCENTES DO PRONATEC	Originário	Extensão
Edital	8	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	SELEÇÃO INTERNA PARA EQUIPE ADMINISTRATIVA DO PRONATEC	Originário	Extensão
Edital	9	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	SELEÇÃO INTERNA PARA DOCENTES DO PRONATEC	Originário	Extensão
Portaria	17	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria Coordenadoria de Sustentabilidade e Gestão Ambiental (CSGA) e designa responsável.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	18	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria Coordenadoria de Protocolo e Arquivo Geral (CPAG) e designa responsável.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	19	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria Ouvidoria Setorial (OUVI) e designa responsável.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	22	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria Coordenadoria Setorial do Programa Institucional de Acesso, Permanência e Êxito (PROIFPE) e designa responsável.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	24	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria Coordenadoria Setorial do Centro de Libras e Línguas Estrangeiras (CELLE) e designa responsável.	Originário	Gestão Executiva

Portaria	25	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria Coordenadoria de Psicologia (CPSIC) e designa responsável.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	27	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria Cooordenadoria da Área de Formação Geral (CFOG) e designa responsável.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	28	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria Cooordenadoria Setorial do Programa Institucional de Monitoria (MONIT) e designa responsável.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	31	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria Coordenadoria Setorial do Núcleo de Arte e Cultura (NAC) e designa responsável.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	38	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria Coordenadoria Pedagógica (CPED) e designa responsável.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	54	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria Coordenadoria de Políticas Inclusivas (COPI) e designa responsável.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	63	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria Coordenadoria do Serviço Social (CSESO) e designa responsável.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	89	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Autoriza carga horária para atividades esportivas e culturais.	Originário	Pessoas
Portaria	97	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria representação junto ao NIT/IFPE e designa responsável.	Originário	Pesquisa e Inovação
Edital	1	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	CHAMADA PÚBLICA PARA DOCENTES EXTERNOS DO PRONATEC	Originário	Extensão
Edital	2	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	CHAMADA PÚBLICA PARA EQUIPE ADMINISTRATIVA DO PRONATEC	Originário	Extensão
Edital	3	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	SELEÇÃO INTERNA PARA EQUIPE ADMINISTRATIVA DO PRONATEC	Originário	Extensão
Edital	4	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	CHAMADA PÚBLICA PARA DOCENTES EXTERNOS DO PRONATEC	Originário	Extensão
Edital	5	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	CHAMADA PÚBLICA PARA DOCENTES EXTERNOS DO PRONATEC	Originário	Extensão
Edital	6	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	SELEÇÃO INTERNA PARA EQUIPE ADMINISTRATIVA DO PRONATEC	Originário	Extensão
Edital	14	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (CPPD)	Originário	Pessoas
Portaria	29	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Integra o estágio não obrigatório da educação profissional nos projetos pedagógicos do IFPE - *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Ensino
Portaria	45	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria Coordenadoria de Contabilidade (CCONT) e designa responsável.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	67	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Aprova Regimento da Ouvidoria Setorial (OUVI).	Originário	Integridade
Portaria	84	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria Supervisão de Estágios do Curso Técnico em Logística e designa responsável.	Originário	Extensão
Portaria	103	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa Processo Seletivo de Monitoria (07/2015).	Originário	Ensino
Portaria	105	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa Processo Seletivo do CELLE (09/2015).	Originário	Extensão
Portaria	109	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Aprova o Regulamento de Atividades Esportivas e Culturais do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).	Originário	Pessoas
Portaria	110	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Aprova o Regulamento da Biblioteca.	Originário	Ensino
Portaria	125	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa o Processo Seletivo de Monitoria (11/2015).	Originário	Ensino
Portaria	135	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria Supervisão de Estágios do Curso Técnico em Meio Ambiente e designa responsável.	Originário	Extensão
Portaria	143	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa fiscais de contrato.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	145	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa o Processo Seletivo do PROIFPE (10/2015).	Originário	Ensino
Portaria	197	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa concurso (13/2015).	Originário	Gestão Executiva
Portaria	198	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Denomina a Biblioteca do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	201	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (15/2015).	Originário	Extensão
Portaria	221	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (17/2015).	Originário	Extensão
Portaria	222	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (12/2015).	Originário	Extensão
Portaria	263	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (18/2015).	Originário	Extensão
Portaria	267	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Prorroga vigência de edital (12/2015).	Originário	Extensão
Resolução	28	2015	Conselho Superior	Aprova o curso de Qualificação Profissional em Almoxarife - Proeja Concomitante - do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Ensino
Portaria	31	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria Representação junto à ARINTER/IFPE e designa responsável.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	46	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa Processo Seletivo (02/2016).	Originário	Extensão
Portaria	0047	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo.	Originário	Extensão
Portaria	0048	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo.	Originário	Extensão
Portaria	55	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo.	Originário	Ensino
Portaria	87	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Aprova Regulamento - Práticas Profissionais Obrigatórias.	Originário	Ensino
Portaria	88	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria Coordenação de Práticas Profissionais Orientadas do Curso Técnico em Logística e designa responsável.	Originário	Ensino
Portaria	98	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (05/2016).	Originário	Ensino
Portaria	100	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (09/2016).	Originário	Ensino
Portaria	101	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (06/2018).	Originário	Extensão
Portaria	102	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (07/2018).	Originário	Extensão
Portaria	103	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (08/2018).	Originário	Extensão
Portaria	123	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (10/2016).	Originário	Extensão
Portaria	124	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (11/2016).	Originário	Extensão
Portaria	142	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (13/2016).	Originário	Extensão
Portaria	148	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa Comissão Gestora da A3P.	Originário	Planejamento
Portaria	0155	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa concurso (12/2016).	Originário	Extensão
Portaria	170	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Aprova Formulários (Anexos) de Regulamento - PPO.	Originário	Ensino
Portaria	183	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Substitui membro em comissão (A3P).	Alteração	Planejamento
Portaria	186	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Define prazos para requerimentos estudantis.	Originário	Ensino

Portaria	187	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Define prazos para procedimentos da Coordenação de Comunicação e Eventos (CCEV).	Originário	Comunicação
Portaria	188	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Aprova o Regulamento de Serviços Reprográficos do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	194	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (14/2016).	Originário	Extensão
Portaria	200	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (15/2016).	Originário	Ensino
Portaria	201	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (16/2016).	Originário	Ensino
Portaria	221	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (18/2016).	Originário	Extensão
Portaria	224	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Altera a nomenclatura da Coordenadoria de Controle de Informações Institucionais (CCII) e designa responsável.	Alteração	Gestão Executiva
Portaria	240	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Dispensa servidor e extingue a Assessoria para Implantação dos Cursos Técnicos em Cozinha e em Hospedagem.	Revogação	Gestão Executiva
Portaria	246	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Dispensa servidor e extingue Cooordenadoria de Eventos (CEVE).	Revogação	Gestão Executiva
Portaria	261	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Dispensa fiscal de contrato substituta.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	268	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (20/2016).	Originário	Extensão
Portaria	270	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (21/2016).	Originário	Ensino
Portaria	278	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (19/2016).	Originário	Extensão
Portaria	281	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (17/2016).	Originário	Ensino
Portaria	286	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (24/2016).	Originário	Extensão
Portaria	287	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (22/2016).	Originário	Pessoas
Portaria	292	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (23/2016).	Originário	Pessoas
Portaria	309	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (28/2016).	Originário	Extensão
Portaria	331	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (29/2016).	Originário	Extensão
Portaria	333	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa concurso (25/2016).	Originário	Extensão
Portaria	345	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa concurso (26/2016).	Originário	Extensão
Portaria	346	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa concurso (27/2016).	Originário	Extensão
Portaria	365	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Prorroga vigência de processo seletivo.	Originário	Extensão
Resolução	25	2016	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Cozinha, subsequente, do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Ensino
Resolução	26	2016	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Hospedagem, subsequente, do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Ensino
Resolução	27	2016	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente, subsequente, reformulado, do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Alteração	Ensino
Resolução	28	2016	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Logística, subsequente, reformulado, do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Alteração	Ensino
Resolução	32	2016	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 25/2016, que aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Cozinha, subsequente, do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Alteração	Ensino
Resolução	33	2016	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 26/2016, que aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Hospedagem, subsequente, do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Alteração	Ensino
Resolução	34	2016	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 27/2016, que aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente, subsequente, reformulado, do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Alteração	Ensino
Resolução	35	2016	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 28/2016, que aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Logística, subsequente, reformulado, do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Alteração	Ensino
Portaria	112	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (03/2017).	Originário	Extensão
Portaria	113	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Revoga processo seletivo (01/2017).	Revogação	Extensão
Portaria	116	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria Coordenação de Práticas Profissionais Orientadas do Curso Técnico em Hospedagem e designa responsável.	Originário	Ensino
Portaria	119	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (04/2017).	Originário	Extensão
Portaria	123	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Substitui membros em comissão.	Originário	Planejamento
Portaria	129	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria Coordenação de Práticas Profissionais Orientadas do Curso Técnico em Meio Ambiente e designa responsável.	Originário	Ensino
Portaria	146	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (09/2017).	Originário	Extensão
Portaria	147	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (05/2017).	Originário	Extensão
Portaria	148	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (06/2017).	Originário	Extensão

Portaria	154	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (07/2017).	Originário	Extensão
Portaria	163	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa o resultado do I Simulado de Concurso do Curso Técnico em Meio Ambiente (08/2017).	Originário	Ensino
Portaria	164	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (10/2017).	Originário	Extensão
Portaria	178	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Convalida parecer de banca de avaliação especial.	Originário	Ensino
Portaria	183	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (02/2017).	Originário	Ensino

Portaria	184	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (12/2017).	Originário	Extensão
Portaria	191	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa resultado de desafio (11/2017).	Originário	Ensino
Portaria	205	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (13/2017).	Originário	Pessoas
Portaria	298	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria a Supervisão de Estágios do Curso Técnico em Hospedagem e designa responsável.	Originário	Extensão
Portaria	299	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria a Supervisão de Estágios do Curso Técnico em Cozinha e designa responsável.	Originário	Extensão
Portaria	300	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria a Coordenação de Práticas Profissionais Obrigatórias do Curso Técnico em Cozinha e designa responsável.	Originário	Ensino
Portaria	328	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (15/2017).	Originário	Extensão
Portaria	329	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (16/2017).	Originário	Extensão
Portaria	330	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (19/2017).	Originário	Extensão
Portaria	343	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Aprova atualização de Regulamento de PPO.	Alteração	Ensino
Portaria	346	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa gestor ACT 01/2017.	Originário	Extensão
Portaria	426	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa concurso (20/2017).	Originário	Extensão
Portaria	427	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa concurso (18/2017).	Originário	Extensão
Portaria	428	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa concurso (17/2017).	Originário	Extensão
Portaria	429	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa o resultado do II Simulado de Concurso do Curso Técnico em Meio Ambiente (22/2017).	Originário	Ensino
Despacho	S/ nº	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Aprova o PPC do curso de Qualificação Profissional em Inglês Básico.	Originário	Extensão
Despacho	S/ nº	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Aprova o PPC do curso de Qualificação Profissional em Espanhol Básico.	Originário	Extensão
Edital	5	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO - ÁREA PORTUGUÊS/ESPANHOL	Originário	Pessoas
Edital	9	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS EXTERNOS	Originário	Pessoas
Edital	10	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO - ÁREA PORTUGUÊS/ESPANHOL	Originário	Pessoas
Portaria	37	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (14/2017).	Originário	Ensino
Portaria	39	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (23/2017).	Originário	Extensão
Portaria	76	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (02/2018).	Originário	Extensão
Portaria	195	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (03/2018).	Originário	Ensino
Portaria	196	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (22/2017).	Originário	Pessoas
Portaria	202	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (06/2018).	Originário	Extensão
Portaria	203	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (08/2018).	Originário	Extensão
Portaria	204	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (07/2018).	Originário	Extensão
Portaria	208	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (04/2018).	Originário	Pessoas
Portaria	209	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (01/2018).	Originário	Pessoas
Portaria	221	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo eleitoral (12/2018).	Originário	Pessoas
Portaria	287	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Altera nomenclatura de coordenadoria (CFCT para CGCA) e designa responsáveis.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	306	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (13/2018).	Originário	Extensão
Portaria	327	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (14/2018).	Originário	Pessoas
Portaria	356	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (17/2018).	Originário	Extensão
Portaria	357	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (15/2018).	Originário	Extensão
Portaria	360	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (16/2018).	Originário	Extensão
Portaria	373	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (21/2018).	Originário	Extensão
Portaria	374	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (20/2018).	Originário	Extensão
Portaria	375	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (22/2018).	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	381	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (18/2018).	Originário	Ensino
Portaria	383	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (19/2018).	Originário	Ensino
Portaria	386	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (23/2018).	Originário	Extensão
Portaria	387	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (24/2018).	Originário	Extensão
Portaria	388	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Revoga edital de processo seletivo (25/2018).	Revogação	Extensão
Portaria	402	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa Colegiado de Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Especialização em Gestão Estratégica em Logística.	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	404	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (27/2018).	Originário	Pessoas
Portaria	452	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (26/2018).	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	1639	2018	Gabinete da Reitoria	Cria a Coordenação do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Especialização em Gestão Estratégica em Logística e designa responsável. (Obs: Reitoria)	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	43	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização *lato sensu* em Gestão Estratégica em Logística do IFPE - *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	49	2018	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 43/2018, a qual aprovou, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização *lato sensu* em Gestão Estratégica em Logística do IFPE - *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Alteração	Pesquisa e Inovação
Edital	5	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	CONVOCAÇÃO DE CANDIDATA PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA EBTT - SUBSTITUTA (GESTÃO E NEGÓCIOS)	Originário	Pessoas
Edital	15	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	AVISO DE REVOGAÇÃO DE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATA PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA EBTT - SUBSTITUTA (GESTÃO E NEGÓCIOS)	Revogação	Pessoas
Portaria	96	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (02/2019).	Originário	Extensão

Portaria	97	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (03/2019).	Originário	Extensão
Portaria	98	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (01/2019).	Originário	Extensão
Portaria	104	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (08/2019).	Originário	Extensão
Portaria	106	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Inclui discentes no Colegiado do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Especialização em Gestão Estratégica em Logística.	Alteração	Pesquisa e Inovação
Portaria	118	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (04/2019).	Originário	Ensino
Portaria	0122	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (07/2019).	Originário	Pessoas
Portaria	131	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa fiscais de contratos sem cessão de mão-de-obra.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	133	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Dispensa servidores e extingue coordenadoria (CTRA).	Revogação	Gestão Executiva
Portaria	135	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Altera nomenclatura de coordenadoria (CPLAN) e designa responsável.	Alteração	Gestão Executiva
Portaria	138	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Dispensa e designa responsáveis pela Conformidade dos Registros de Gestão no SIAFI.	Alteração	Orçamento e Finanças
Portaria	142	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Altera nomenclatura de coordenadoria (CDQV para NELQ) e designa responsável.	Alteração	Gestão Executiva
Portaria	190	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a Comissão Permanente de Acompanhamento do Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Ensino
Portaria	244	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (09/2019).	Originário	Extensão
Portaria	298	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria a Coordenadoria do Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios (CGEN) e designa responsáveis.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	299	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria a Coordenadoria do Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer (CTHL) e designa responsáveis.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	331	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa equipe de planejamento da contratação.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	347	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Elogia colaboradora externa.	Originário	Pessoas
Portaria	388	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa equipe de planejamento da contratação.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	404	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Recria a Comissão de Desfazimento de Bens.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	407	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria a Coordenadoria do Centro de Empregabilidade e Carreiras (CEC) e designa responsáveis.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	410	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (11/2019).	Originário	Extensão
Portaria	411	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (16/2019).	Originário	Ensino
Portaria	439	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a orientadora titular da Wise Consultoria Júnior.	Originário	Extensão
Portaria	443	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Institui o Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia.	Originário	Ensino
Portaria	445	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa processo seletivo (17/2019).	Originário	Pessoas
Portaria	466	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia.	Originário	Ensino
Portaria	511	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a Equipe de Fiscalização do Contrato nº 09/2019.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	512	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a Equipe de Fiscalização do Contrato nº 10/2019.	Originário	Orçamento e Finanças
Resolução	4	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional em Agente de Informações Turísticas - Proeja - do IFPE - *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Ensino
Resolução	18	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria do IFPE - *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Ensino
Resolução	19	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPE - *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Ensino
Resolução	22	2019	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 19/2019, a qual aprovou, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPE - *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Alteração	Ensino
Resolução	53	2019	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 18/2019, a qual aprovou, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria do IFPE - *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Alteração	Ensino
Resolução	54	2019	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 4/2019, a qual aprovou, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional em Agente de Informações Turísticas - Proeja - do IFPE - *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Alteração	Ensino
Chamada Interna	1	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Benefício Financeiro Eventual Emergencial a Estudantes dos Cursos Técnicos e Superiores Decorrente da Pandemia de Covid-19.	Originário	Assistência Estudantil
Chamada Interna	2	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Distribuição de Kits de Gêneros Alimentícios do PNAE para Estudantes dos Cursos Técnicos Subsequentes e do Proeja.	Originário	Assistência Estudantil
Chamada Interna	3	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Distribuição de Kits de Gêneros Alimentícios do PNAE para Estudantes dos Cursos Técnicos Subsequentes e do Proeja.	Originário	Assistência Estudantil
Chamada Interna	4	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Benefício Financeiro Eventual Emergencial a Estudantes dos Cursos Técnicos e Superiores Decorrente da Pandemia de Covid-19.	Originário	Assistência Estudantil
Edital	1	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	ALTERAÇÃO DE REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE	Originário	Pessoas
Edital	3	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	SELEÇÃO DE ESTUDANTES PARA OS CURSOS FIC INGLÊS BÁSICO E ESPANHOL BÁSICO (CELLE) 2020.1	Originário	Extensão
Edital	4	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	SELEÇÃO DE ESTUDANTES PARA O CLUBE DE CONVERSAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA (CELLE) 2020.1	Originário	Extensão
Edital	5	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	SELEÇÃO DE ESTUDANTES PARA ATIVIDADES EM SUAPE (ACT) 2020.1	Originário	Extensão
Edital	6	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	SELEÇÃO DE ESTUDANTES PARA O CLUBE DE CONVERSAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA (CELLE) 2020.1 (VAGAS OCIOSAS)	Originário	Extensão
Edital	7	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	SELEÇÃO DE ESTUDANTES PARA A ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA EM LOGÍSTICA 2020	Originário	Pesquisa e Inovação
Edital	8	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	SELEÇÃO DE ESTUDANTES PARA O PROGRAMA DE MONITORIA EM 2020.2	Originário	Ensino
Portaria	3	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Institui o Colegiado do Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária.	Originário	Ensino
Portaria	35	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria a Coordenação de Eixo Tecnológico e designa responsáveis.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	61	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Institui a Comissão para a Seleção de Estudantes para os Cursos FIC de Idiomas e de Extensão, ofertados pelo Centro de Libras e Línguas Estrangeiras (CELLE).	Originário	Extensão
Portaria	62	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Institui a Comissão para a Seleção de Estudantes para a 2ª Turma do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Estratégica em Logística.	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	63	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária.	Originário	Ensino
Portaria	64	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Recria o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Bacharelado em Administração.	Alteração	Ensino
Portaria	65	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Recria o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria.	Alteração	Ensino

Portaria	70	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Institui a Comissão para a Seleção de Estudantes para participação no Projeto "Levantamento, Mapeamento e Diagnóstico das Nascentes dos Rios na Área do Complexo Portuário e Industrial de SUAPE", regido pelo ACT nº 01/2019.	Originário	Extensão
Portaria	80	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Recria o Colegiado do Curso Superior de Bacharelado em Administração.	Alteração	Ensino
Portaria	81	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Recria o Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria.	Alteração	Ensino
Portaria	82	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Recria a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho (CAED).	Alteração	Pessoas
Portaria	100	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Recria o Conselho de Classe do Curso Técnico Subsequente em Meio Ambiente.	Alteração	Ensino
Portaria	101	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Recria o Conselho de Classe do Curso Técnico Subsequente em Hospedagem.	Alteração	Ensino
Portaria	102	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Recria o Conselho de Classe do Curso de Qualificação Profissional em Agente de Informações Turísticas - Proeja Concomitante.	Alteração	Ensino
Portaria	103	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Recria o Conselho de Classe do Curso de Qualificação Profissional em Almoxarife - Proeja Concomitante.	Alteração	Ensino
Portaria	104	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Recria o Conselho de Classe do Curso Técnico Subsequente em Logística.	Alteração	Ensino
Portaria	105	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Recria o Conselho de Classe do Curso Técnico Subsequente em Cozinha.	Alteração	Ensino
Portaria	107	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Institui a Comissão de Jubilamento do Curso Técnico Subsequente em Logística.	Originário	Ensino
Portaria	120	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria a Coordenadoria de Laboratórios da CAMB e designa responsável.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	121	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria a Coordenadoria de Laboratórios da CTHL e designa responsável.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	139	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria as Coordenadorias de Atividades Acadêmicas Complementares dos Cursos Superiores e designa responsáveis.	Originário	Ensino
Portaria	140	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria as Coordenadorias de Trabalho de Conclusão dos Cursos Superiores e designa responsáveis.	Originário	Ensino
Portaria	141	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria as Supervisões de Estágios dos Cursos Superiores e designa responsáveis.	Originário	Extensão
Portaria	150	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Atualiza equipes de fiscalização de contratos sem cessão de mão-de-obra.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	151	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Atualiza equipes de fiscalização de contratos com cessão de mão-de-obra	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	152	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Revoga portarias de fiscalização de contratos.	Revogação	Orçamento e Finanças
Portaria	163	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Altera a composição da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho (CAED).	Alteração	Pessoas
Portaria	167	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Recria o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Alteração	Extensão
Portaria	168	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Recria o Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade (Neged) do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Alteração	Extensão
Portaria	176	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a Equipe Gestora do Projeto "Lab. IF Maker" do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Ensino
Portaria	177	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Reconduz a Comissão de Inventário de Almoxarifado - Exercício 2019.	Alteração	Orçamento e Finanças
Portaria	180	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Recria o Núcleo de Apoio às Pessoas com Deficiência (NAPNE).	Alteração	Extensão
Portaria	181	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a Equipe de Planejamento da Contratação de Vigilância Eletrônica com Videomonitoramento.	Originário	Planejamento
Portaria	186	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a orientadora de apoio da Wise Consultoria Júnior.	Originário	Extensão
Portaria	210	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Aprova o Regulamento de Atividades Acadêmicas Complementares dos Cursos Superiores.	Originário	Ensino
Portaria	211	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Aprova o Regulamento de Trabalho de Conclusão dos Cursos Superiores.	Originário	Ensino
Portaria	212	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Aprova o Regulamento de Estágios para os Cursos Superiores.	Originário	Ensino
Portaria	220	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a Equipe de Planejamento da Contratação de Serviços de Limpeza e Conservação Predial.	Originário	Planejamento
Portaria	221	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a Equipe de Planejamento da Contratação de Serviços de Manutenção de Splits.	Originário	Planejamento
Portaria	222	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Modifica a composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia.	Alteração	Ensino
Portaria	223	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Modifica a composição do Colegiado do Curso Superior (CCS) de Tecnologia em Gastronomia.	Alteração	Ensino
Portaria	231	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Dispensa e designa fiscalização do Contrato nº 01/2020.	Alteração	Orçamento e Finanças
Portaria	232	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Dispensa e designa fiscalização do Contrato nº 33/2018.	Alteração	Orçamento e Finanças
Portaria	233	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Dispensa e designa fiscalização do Contrato nº 09/2018.	Alteração	Orçamento e Finanças
Portaria	234	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Dispensa e designa fiscalização do Contrato nº 14/2016.	Alteração	Orçamento e Finanças
Portaria	235	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a Equipe de Fiscalização do Contrato nº 02/2020.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	250	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria a Comissão para Estudos e Implantação da Curricularização da Extensão no Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria.	Originário	Ensino
Portaria	255	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria a Assessoria para Implantação da Curricularização da Extensão nos Cursos Superiores e designa responsável.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	256	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a Equipe de Fiscalização do Contrato nº 03/2020.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	258	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Exclui colaboradora de colegiado e conselhos.	Alteração	Ensino
Portaria	261	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Reconduz a Comissão de Inventário de Almoxarifado - Exercício 2019.	Alteração	Orçamento e Finanças
Portaria	271	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a Equipe de Fiscalização do Contrato nº 04/2020.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	276	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Inclui membro no Colegiado do Curso Superior (CCS) de Bacharelado em Administração.	Alteração	Ensino
Portaria	279	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Institui a Comissão para Elaboração de Regulamento de Práticas Pedagógicas Inovadoras do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Ensino
Portaria	280	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Institui a Comissão Organizadora do II Evento de Empregabilidade do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Extensão
Portaria	284	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a Equipe de Planejamento da Contratação para Aquisição de Projetores.	Originário	Planejamento
Portaria	287	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a Equipe de Planejamento da Contratação para Aquisição de Infraestrutura de TI.	Originário	Planejamento
Portaria	289	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Aprova o Protocolo para Realização de Atividades Práticas dos Cursos de Cozinha e Gastronomia.	Originário	Ensino
Portaria	305	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Aprova o Protocolo para Realização de Atividades Práticas nos Laboratórios de Informática.	Originário	Ensino
Portaria	309	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Revoga o Edital nº 02/2020/DGCCSA/IFPE - Monitoria 2020.1.	Revogação	Ensino

Portaria	318	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a Equipe de Apoio ao Pregão Eletrônico SRP nº 01/2020.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	319	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Cria a Comissão para Estudos e Implantação da Curricularização da Extensão no Curso Superior de Bacharelado em Administração.	Originário	Ensino
Portaria	322	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a Equipe de Planejamento da Contratação para Aquisição de Materiais de Manutenção Predial.	Originário	Planejamento
Portaria	324	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Inclui membros na Comissão Gestora do LAB IF Maker.	Alteração	Ensino
Portaria	326	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Retifica nomenclatura e inclui membro na Comissão Organizadora do II Encontro de Empregabilidade.	Alteração	Extensão
Portaria	338	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a Comissão Organizadora da VI SEMUBI.	Originário	Ensino
Portaria	339	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a Comissão para Implantação do PNAE.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	341	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a Equipe de Fiscalização do Contrato nº 05/2020.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	344	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa responsável para Inscrição de RAPs 2020.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	345	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Denomina a Unidade Móvel de Gastronomia Chef Yoshi Matsumoto.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	346	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Recria a Comissão Institucional de Eventos.	Alteração	Comunicação
Portaria	369	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Inclui membros na Comissão Institucional de Eventos.	Alteração	Comunicação
Portaria	370	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Aprova a atualização do Regulamento de PPO dos Cursos Técnicos.	Alteração	Ensino
Portaria	372	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Ajusta membros na Comissão de Seleção de Estudantes para os Cursos de Idiomas do CELLE.	Alteração	Extensão
Portaria	373	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Homologa o Processo Seletivo de Monitoria 2020.2 (Edital nº 08/2020).	Originário	Ensino
Resolução	3	2020	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária do IFPE - *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Ensino
Resolução	7	2020	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia do IFPE - *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Ensino
Resolução	25	2020	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 03 de 7 de janeiro de 2020, a qual aprovou, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária do IFPE - *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Alteração	Ensino
Resolução	38	2020	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a proposta de criação da WISE Consultoria Júnior do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Originário	Extensão
Resolução	46	2020	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 38 de 18 de agosto de 2020, a qual aprovou, *ad referendum*, a proposta de criação da WISE Consultoria Júnior do *Campus* Cabo de Santo Agostinho.	Alteração	Extensão
Portaria	20	2021	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a Equipe de Fiscalização do Contrato nº 01/2021.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	21	2021	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Designa a Equipe de Fiscalização do Contrato nº 02/2021.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	23	2021	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Revoga, em parte, a Portaria nº 150/2020.	Revogação	Orçamento e Finanças
Portaria	24	2021	Diretor/a-Geral do *Campus* Cabo de Santo Agostinho	Revoga, em parte, a Portaria nº 151/2020.	Revogação	Orçamento e Finanças

ANEXO VII

CAMPUS CARUARU

ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Resolução	6	2010	Conselho Superior	Estabelece, *ad referendum*, o Sistema de Cotas e fixa o percentual de cotas para ingresso de alunos oriundos de escolas públicas da rede estadual ou municipal do território nacional, nos cursos oferecidos nos *Campi* Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns do IFPE.	Originário	Ensino
Resolução	22	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho do IFPE - *Campus* Caruaru.	Originário	Ensino
Resolução	25	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do Curso Técnico Subsequente em Mecatrônica do IFPE - *Campus* Caruaru.	Originário	Ensino
Resolução	29	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do Curso Técnico Subsequente em Edificações do IFPE - *Campi* Caruaru e Recife.	Originário	Ensino
Resolução	26	2011	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso Técnico em Segurança do Trabalho (*Campus* Caruaru).	Originário	Ensino
Resolução	63	2011	Conselho Superior	Aprova a Matriz Curricular do curso de Engenharia Mecânica (*Campus* Caruaru).	Originário	Ensino
Resolução	66	2011	Conselho Superior	Aprova a Matriz Curricular do curso Técnico em Segurança do Trabalho (*Campus* Caruaru).	Originário	Ensino
Resolução	70	2011	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso Técnico em Edificações (*Campus* Caruaru).	Originário	Ensino
Resolução	44	2013	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso Técnico em Mecatrônica (*Campus* Caruaru).	Originário	Ensino
Resolução	59	2013	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso de Qualificação Profissional em Operação e Manutenção de Computador - Proeja (*Campus* Caruaru).	Originário	Extensão
Resolução	69	2014	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso Técnico em Mecatrônica - Subsequente (*Campus* Caruaru).	Alteração	Ensino
Resolução	23	2015	Conselho Superior	Autoriza a turma do 4º período noturno (2013.2) do curso de Engenharia Mecânica, *Campus* Caruaru, a migrar para a matriz do curso integral.	Originário	Ensino
Resolução	13	2015	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de Engenharia Mecânica, reformulado, do *Campus* Caruaru.	Alteração	Ensino
Resolução	12	2015	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de Qualificação Profissional em Bombeiro Civil - Proeja (*Campus* Caruaru).	Originário	Extensão
Resolução	3	2015	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso Técnico em Edificações - Integrado (*Campus* Caruaru).	Originário	Ensino
Resolução	2	2015	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso Técnico em Segurança do Trabalho - Integrado (*Campus* Caruaru).	Originário	Ensino
Resolução	43	2017	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de Qualificação Profissional em Almoxarife de Obras - Proeja (*Campus* Caruaru).	Originário	Extensão
Resolução	41	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de pós-graduação *lato sensu* em Engenharia de Segurança do Trabalho (*Campus* Caruaru).	Originário	Ensino
Resolução	78	2019	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 41/2018, a qual aprovou, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de pós-graduação *lato sensu* em Engenharia de Segurança do Trabalho do IFPE - *Campus* Caruaru.	Originário	Ensino
Resolução	90	2019	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de pós-graduação *lato sensu* em Interdisciplinaridade em Educação e Ciências Humanas do IFPE - *Campus* Caruaru.	Originário	Ensino
Portaria	108	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Altera a Portaria nº 94/2020/DGCC e inclui servidor.	Alteração	Ensino
Portaria	117	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Unifica os setores de Registro Acadêmico e Diplomação (CRAD) e de Coordenação de Turnos (CTUR).	Originário	Infraestrutura

Portaria	90	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Fiscalização do contrato com a empresa Seguros Sura.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	102	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Equipe multiprofissional do *Campus* Caruaru.	Originário	
Portaria	183	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Fiscalização do contrato com a Silva e Silva.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	203	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Fiscalização Silva e Silva - Contrato nº 01/2019.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	31	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Designa Comissão para Estudo Técnico Preliminar da Celpe.	Originário	Infraestrutura
Portaria	46	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Designa Comissão para Mudança de Regime de Trabalho Docente.	Originário	Planejamento
Portaria	60	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Designa Comissão de Permanência e Êxito.	Originário	Planejamento
Portaria	63	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Comissão Análise Compesa.	Originário	Infraestrutura
Portaria	89	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Comissão Professor Substituto.	Originário	Ensino
Portaria	111	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Designa responder cessão de espaço ao *food truck*.	Originário	Infraestrutura
Portaria	298	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Designa Comissão para Análise e Penalização de Contratos.	Originário	Planejamento
Portaria	88	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Comissão Permanente de Acompanhamento do Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFPE - *Campus* Caruaru.	Originário	
Portaria	1	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Estabelece normas para participação de servidores do *Campus* Caruaru em atividades esportivas e culturais vinculadas ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	17	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Comissão de Seleção do PROIFPE Acesso do IFPE - *Campus* Caruaru.	Originário	Ensino
Portaria	32	2012	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Homologa o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPE - *Campus* Caruaru.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	43	2011	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Homologa o Organograma e o Regimento Interno do *Campus* Caruaru.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	46	2011	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Homologa o Regimento Interno do NAPNE do IFPE - *Campus* Caruaru.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	52	2011	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Regulamenta as normas provisórias para empréstimo domiciliar do acervo da Biblioteca.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	64	2011	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Homologa a Política de Segurança da Informação do IFPE - *Campus* Caruaru.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	109	2011	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Regulamenta as normas para utilização do guarda-volumes.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	122	2011	Diretor/a-Geral do *Campus* Caruaru	Normatiza as proibições do Corpo Discente.	Originário	Gestão Executiva

ANEXO VIII

DEAD

ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Edital	35	2020	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE DISCENTE PARA O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA	Originário	Ensino
Edital	34	2020	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA TUTOR A DISTÂNCIA UAB - 2020	Originário	Ensino
Edital	32	2020	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA COORDENADOR DE CURSO UAB - 2020	Originário	Ensino
Edital	31	2020	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR FORMADOR UAB - 2020	Originário	Ensino
Edital	25	2020	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO INTERNO - CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	Originário	Ensino
Edital	21	2020	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR FORMADOR/ORIENTADOR NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	Originário	Ensino
Edital	22	2020	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA TUTOR A DISTÂNCIA NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA	Originário	Ensino
Edital	17	2020	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO PARA DISCENTES - CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA A DISTÂNCIA	Originário	Ensino
Edital	15	2020	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR FORMADOR NOS CURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO	Originário	Ensino
Edital	16	2020	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR MEDIADOR A DISTÂNCIA NOS CURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC	Originário	Ensino
Edital	13	2020	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO DE DISCENTES PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DO IFPE 2020	Originário	Ensino
Edital	12	2020	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO INTERNO SIMPLIFICADO PARA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DOS CURSOS DO PROGRAMA REDE E-TEC BRASIL	Originário	Ensino
Edital	10	2020	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR FORMADOR NOS CURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC	Originário	Ensino
Edital	11	2020	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR MEDIADOR A DISTÂNCIA NOS CURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC	Originário	Ensino
Edital	5	2020	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO PARA PROFESSOR FORMADOR/ORIENTADOR - CIÊNCIA É 10! - 2020	Originário	Ensino
Edital	3	2020	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA COORDENADOR DE CURSO UAB - 2020	Originário	Ensino
Edital	4	2020	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR FORMADOR UAB - 2020	Originário	Ensino
Edital	83	2019	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA TUTOR PRESENCIAL - 2020	Originário	Ensino
Edital	54	2019	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA TUTOR A DISTÂNCIA - 2019	Originário	Ensino
Edital	52	2019	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ADMISSÃO DE DISCENTES PARA O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - "CIÊNCIAS É DEZ!" NA MODALIDADE A DISTÂNCIA	Originário	Ensino
Edital	55	2019	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO INTERNO PARA PROFESSOR FORMADOR - 2019	Originário	Ensino
Edital	51	2019	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA COORDENADOR GERAL E ADJUNTO UAB - 2019	Originário	Ensino
Edital	31	2019	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE DISCENTES PARA O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE MATEMÁTICA NO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA	Originário	Ensino
Edital	30	2019	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE DISCENTES PARA O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA	Originário	Ensino
Edital	41	2019	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA COORDENADOR DE CURSO UAB - 2019	Originário	Ensino
Edital	17	2019	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA TUTOR A DISTÂNCIA UAB - 2019	Originário	Ensino
Edital	16	2019	Reitor/a	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR FORMADOR UAB - 2019	Originário	Ensino

Portaria	1319	2015	Reitor/a	Coordenação de Curso de Matemática - Edna Matilde dos Santos Soares da Silva.	Originário	Ensino
Portaria	1013	2020	Reitor/a	Institui a Comissão de Formação do Moodle.	Originário	Ensino
Portaria	1156	2020	Reitor/a	Institui a Comissão Permanente de Processos Seletivos Relativos a Educação a Distância do IFPE.	Originário	Pessoas
Portaria	714	2020	Reitor/a	Dispensa e designa coordenador-geral do e-Tec/IFPE.	Originário	Ensino
Portaria	482	2020	Reitor/a	Dispensa e designa coordenador-geral do e-Tec/IFPE.	Originário	Ensino
Portaria	483	2020	Reitor/a	Designa cooordenador do curso de Sistema de Energia Renovável.	Originário	Ensino
Portaria	1120	2020	Reitor/a	Autoriza acréscimo de horas por encargos de curso ou concurso.	Originário	Pessoas
Portaria	1129	2020	Reitor/a	Institui o Fórum Permanente do Sistema de Bibliotecas do IFPE.	Originário	Ensino
Portaria	562	2020	Reitor/a	Designa gestores e fiscais de contrato.	Originário	Infraestrutura
Portaria	8	2020	Reitor/a	Designa coordenadores da UAB.	Originário	Ensino
Portaria	1115	2019	Reitor/a	Designa e dispensa coordenador (Especialização em Matemática).	Originário	Ensino
Portaria	1029	2019	Reitor/a	Designa coordenador do curso de Manutenção e Suporte em Informática.	Originário	Ensino
Portaria	923	2019	Reitor/a	Altera a Portaria IFPE/GR nº 1157/2018.	Alteração	
Portaria	385	2019	Reitor/a	Designa gestores e fiscais de contrato.	Originário	Infraestrutura
Portaria	379	2019	Reitor/a	Designa membros de comissão de formatura.	Originário	Infraestrutura
Portaria	360	2019	Reitor/a	Designa coordenador de estágio.	Originário	Ensino
Portaria	48	2019	Reitor/a	Designa coordenador do curso de Manutenção e Suporte em Informática.	Originário	Ensino
Portaria	1457	2018	Reitor/a	Designa e dispensa coordenador de estúdio.	Originário	Infraestrutura
Portaria	282	2018	Reitor/a	Designa chefe de gabinete.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	281	2018	Reitor/a	Designa coordenador de orçamento.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	935	2017	Reitor/a	Designa coordenadora da Biblioteca.	Originário	Infraestrutura
Portaria	1073	2010	Reitor/a	Designa coordenadora de SGA.	Originário	Ensino
Portaria	1333	2018	Reitor/a	Designa DAP.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	1319	2018	Reitor/a	Designa substituto do PI.	Originário	Infraestrutura
Portaria	286	2018	Reitor/a	Comissão do Neged.	Originário	Extensão
Portaria	340	2020	Reitor/a	Comissão do grupo de trabalho que tratará dos procedimentos de aferição, no âmbito do IFPE, da veracidade de informações prestadas por candidatos autodeclarados negros, pardos ou índios.	Originário	Pessoas
Portaria	1157	2018	Reitor/a	Contratação de seguro de estágio.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	1325	2018	Reitor/a	Altera a Portaria nº 312/2017-GR.		
Portaria	1364	2018	Reitor/a	Designa coordenação da Licenciatura em Geografia.	Originário	Ensino
Portaria	1227	2019	Reitor/a	Autoriza redução de carga horária.	Originário	Pessoas
Portaria	48	2019	Reitor/a	Designa coordenador de curso técnico.	Originário	Ensino
Resolução	28	2019	Conselho Superior	Aprova o Projeto de Implantação do Centro de Referência em Educação a Distância (CREaD) do IFPE.	Originário	Gestão Executiva

ANEXO IX

CAMPUS GARANHUNS

ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Portaria	49	2013	Diretor/a-Geral do *Campus* Garanhuns	Delega competência.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	122	2013	Diretor/a-Geral do *Campus* Garanhuns	Estabelece normas e procedimentos para realização de visitas técnicas.	Originário	Ensino
Portaria	123	2013	Diretor/a-Geral do *Campus* Garanhuns	Estabelece normas e procedimentos para realização de ações de extensão.	Originário	Ensino
Portaria	12	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Garanhuns	Estabelece Termo de Uso da Internet para alunos.	Originário	Tecnologia da Informação
Portaria	13	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Garanhuns	Estabelece o Regimento Interno da CPPTI.	Originário	Tecnologia da Informação
Portaria	283	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Garanhuns	Atualiza organograma.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	304	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Garanhuns	Delega autorização para autuação de processos.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	108	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Garanhuns	Institui avaliação de desempenho dos estagiários do *Campus* Garanhuns.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	232	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Garanhuns	Delega competência.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	58	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Garanhuns	Comissão Permanente de Combate ao Mosquito *Aedes aegypti* do IFPE - *Campus* Garanhuns.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	231	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Garanhuns	Designa o Colegiado do Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Elétrica.	Originário	Ensino
Portaria	239	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Garanhuns	Designa a Comissão de Reformulação Parcial dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados do *Campus* Garanhuns.	Originário	Ensino
Portaria	67	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Garanhuns	Atualiza o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais.	Alteração	Extensão
Portaria	98	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Garanhuns	Atualiza o Colegiado de Engenharia Elétrica.	Alteração	Ensino
Resolução	14	2013	Conselho Superior	Curso Técnico de Informática Integrado ao Ensino Médio.	Originário	Ensino
Resolução	18	2013	Conselho Superior	Curso Técnico de Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio.	Originário	Ensino
Resolução	66	2012	Conselho Superior	Curso Técnico de Eletroeletrônica Integrado ao Ensino Médio.	Originário	Ensino
Resolução	13	2014	Conselho Superior	Curso Técnico de Eletroeletrônica Subsequente ao Ensino Médio.	Originário	Ensino
Resolução	49	2015	Conselho Superior	Especialização em Inovação e Desenvolvimento de Software para Web e Dispositivos Móveis.	Originário	Ensino
Resolução	37	2016	Conselho Superior	Bacharelado em Engenharia Elétrica.	Originário	Ensino
Resolução	40	2017	Conselho Superior	Curso Técnico de Meio Ambiente Subsequente ao Ensino Médio.	Originário	Ensino
Portaria	43	2019	Conselho Superior	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.	Originário	Ensino
Portaria	14	2019	Conselho Superior	Especialização em Linguagem e Práticas Sociais.	Originário	Ensino

ANEXO X

CAMPUS IGARASSU

ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Resolução	32	2014	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso Técnico em Informática do *Campus* Igarassu.	Originário	Ensino
Resolução	31	2016	Conselho Superior	Aprova a reformulação do Projeto de Reformulação Curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Logística do *Campus* Igarassu.	Alteração	Ensino

Resolução	30	2017	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso de Qualificação Profissional em Operador de Computador - Proeja - do *Campus* Igarassu.	Originário	Extensão
Resolução	44	2017	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de Qualificação Profissional em Almoxarife - Proeja - do *Campus* Igarassu.	Originário	Extensão
Resolução	25	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso superior de Tecnologia em Gestão da Qualidade do IFPE -*Campus* Igarassu.	Originário	Ensino
Resolução	45	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o PPC do curso de Qualificação Profissional em Almoxarife - Proeja Ressocialização - do *Campus* Igarassu.	Originário	Extensão
Resolução	77	2019	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 25/2018, a qual aprovou, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso superior de Tecnologia em Gestão da Qualidade (Subsequente) do IFPE - *Campus* Igarassu.	Alteração	Ensino
Resolução	10	2020	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso superior de Tecnologia em Sistemas para Internet do IFPE - *Campus* Igarassu.	Originário	Ensino
Resolução	12	2020	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso superior de Bacharelado em Administração do IFPE - *Campus* Igarassu.	Originário	Ensino
Resolução	55	2020	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 45 de 5 de julho de 2019, a qual aprovou, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de Qualificação Profissional em Almoxarife - Proeja Ressocialização - do IFPE - *Campus* Igarassu.	Originário	Ensino
Edital	2	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO (MATEMÁTICA)	Originário	Pessoas
Edital	1	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	ALTERA REGIME DE TRABALHO	Originário	Pessoas
Edital	2	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	PRORROGA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO (MATEMÁTICA)	Alteração	Pessoas
Portaria	66	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa representantes (Guardsecure).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	78	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa representantes (cartão corporativo).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	154	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Altera a Portaria nº 078.2017-DGCIGR (BB - Cartão corporativo).	Alteração	Orçamento e Finanças
Portaria	34	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Aprova normativas internas (TCC, Projeto Integrador e uso do laboratório).	Originário	Ensino
Portaria	107	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Estabelece normas para participação no Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT).	Originário	Pessoas
Portaria	6	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Regulamenta prazo para emissão de documentos acadêmicos.	Originário	Ensino
Portaria	74	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa representantes (Celpe).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	85	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Altera a Portaria nº 66.2015-DGCIGR (Representantes - Guardsecure).	Alteração	Orçamento e Finanças
Portaria	128	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa comissão (Núcleo Docente Estruturante do curso de Gestão da Qualidade).	Originário	Ensino
Portaria	7	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa Núcleo Docente Estruturante (Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet).	Originário	Ensino
Portaria	8	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa Núcleo Docente Estruturante (Bacharelado em Administração).	Originário	Ensino
Portaria	10	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Estabelece o horário de funcionamento do *campus* e revoga as Portarias nº 15/2018 e nº 09/2020.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	12	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa o Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Qualidade.	Originário	Ensino
Portaria	23	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Homologa resultado final de edital de regime de trabalho.	Originário	Pessoas
Portaria	31	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa comissão (Permanência e Êxito).	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	33	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	declara a revogação de portarias de colegiados.	Revogação	Gestão Executiva
Portaria	39	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa o Colegiado do Curso de Aprendizagem em Assistente Administrativo.	Originário	Extensão
Portaria	40	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa responder (Gestor de Conformidades).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	43	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa representantes (ACR Comercial).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	44	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa representantes (Claro S.A. Tel. Fixa).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	46	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa representantes (Worldnet).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	49	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa representantes (Ticket).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	57	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa comissão (Infraestrutura da Sede Definitiva).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	66	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa comissão (Avaliação Especial de Desempenho).	Originário	Pessoas
Portaria	82	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa representantes (Liderança Serv. e Terc.).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	83	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa representantes (P. Serviços Auxiliares - SERVAL).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	85	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa equipe de planejamento de contratação (aquisição de livros).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	88	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa comissão (Revisão-Reformulação do PPC de Logística).	Originário	Ensino
Portaria	92	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Reconduz colegiado de curso superior (Bacharelado em Administração).	Alteração	Ensino
Portaria	93	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Igarassu	Designa equipe de planejamento de contratação (material de construção).	Originário	Orçamento e Finanças

ANEXO XI

CAMPUS IPOJUCA

ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Ordem de Serviço	7	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Equipe de Planejamento da Contratação dos Serviços CFTV.	Originário	Planejamento
Ordem de Serviço	8	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Equipe de Planejamento da Contratação dos Serviços de Limpeza e Conservação.	Originário	Planejamento
Ordem de Serviço	14	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Equipe de Planejamento da Contratação dos Serviços de Correios.	Originário	Planejamento
Ordem de Serviço	15	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Equipe de Planejamento da Aquisição de Insumos Agrícolas.	Originário	Planejamento
Ordem de Serviço	16	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Equipe de Planejamento da Aquisição de Livros.	Originário	Planejamento
Ordem de Serviço	17	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Equipe de Planejamento da Reforma das Calhas dos Blocos A, B, C, D e E.	Originário	Planejamento
Ordem de Serviço	19	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Equipe de Planejamento da Contratação de Serviço de Limpeza e Reparos na Lona do Galpão.	Originário	Planejamento
Resolução	33	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do curso Técnico Subsequente em Petroquímica - *Campus* Ipojuca.	Originário	Ensino
Resolução	39	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular da Licenciatura em Química - *Campus* Ipojuca.	Originário	Ensino
Resolução	40	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do curso Técnico em Construção Naval - *Campus* Ipojuca.	Originário	Ensino

Resolução	7	2011	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso Técnico em Petroquímica Subsequente - *Campus* Ipojuca.	Originário	Ensino
Resolução	22	2011	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso de Licenciatura em Química - *Campus* Ipojuca.	Originário	Ensino
Resolução	68	2014	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de Qualificação Profissional em Agente de Observação de Segurança na Indústria Proeja - *Campus* Ipojuca.	Originário	Ensino
Resolução	2	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a reformulação integral do Projeto Pedagógico do curso Técnico em Automação Industrial Subsequente - *Campus* Ipojuca.	Alteração	Ensino
Resolução	30	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a reformulação integral do Projeto Pedagógico do curso Técnico em Química Subsequente - *Campus* Ipojuca.	Alteração	Ensino
Resolução	31	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a reformulação integral do Projeto Pedagógico do curso Técnico em Construção Naval Subsequente - *Campus* Ipojuca.	Alteração	Ensino
Resolução	32	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a reformulação integral do Projeto Pedagógico do curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente - *Campus* Ipojuca.	Alteração	Ensino
Resolução	34	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de Engenharia Mecânica do IFPE - *Campus* Ipojuca.	Originário	Ensino
Resolução	49	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o PPC do curso de Qualificação Profissional em Eletricista Industrial Proeja - *Campus* Ipojuca.	Originário	Ensino
Resolução	63	2019	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 30/2018, a qual aprovou, *ad referendum*, a reformulação integral do Projeto Pedagógico do curso Técnico em Química Subsequente do IFPE - *Campus* Ipojuca.	Alteração	Ensino
Resolução	9	2020	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso Técnico Integrado em Segurança do Trabalho do IFPE - *Campus* Ipojuca.	Originário	Ensino
Resolução	11	2020	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso Técnico Médio Integrado em Mecânica do IFPE - *Campus* Ipojuca.	Originário	Ensino
Portaria	176	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Institui o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi).	Originário	Extensão
Portaria	175	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Institui o NAPNE.	Originário	Extensão
Portaria	171	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Dispensa e designa gestor de contratos (008/2016, 010/2016, 018/2013, 008/2017, 011/2016, 012/2016, 01/2020, 013/2015, 014/2015, 001/2017, 003/2017, 01/2019, 42/2018, 012/2015, 014/2016, 02/2019, 03/2019, 04/2019, 02/2020).	Alteração	Planejamento
Portaria	169	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Institui o Colegiado da Licenciatura em Química.	Alteração	Ensino
Portaria	166	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Institui a Comissão Especial de Licitação por Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para reforma das calhas dos blocos A, B, C, D e E.	Originário	Planejamento
Portaria	159	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Retifica portaria - Neged.	Retificação	Extensão
Portaria	158	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Institui a Comissão de Desfazimento de Bens.	Originário	Planejamento
Portaria	157	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Institui conselho de classe - CNAV.	Originário	Ensino
Portaria	156	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Institui conselho de classe - CSET.	Originário	Ensino
Portaria	155	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Institui conselho de classe - CISET.	Originário	Ensino
Portaria	177	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Institui conselho de classe - CPET.	Originário	Ensino
Portaria	178	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Altera conselho de classe - CPET.	Alteração	Ensino
Portaria	153	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Institui o Neged.	Originário	Extensão
Portaria	152	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Prorroga o prazo da Comissão de Reformulação de PPC - Curso Técnico de Segurança do Trabalho Subsequente.	Alteração	Ensino
Portaria	75	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Institui a Comissão de Reformulação de PPC - Curso Técnico de Segurança do Trabalho Subsequente.	Originário	Ensino
Portaria	149	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	p149.2020-DGCI - Designa membros - Comissão Horário Geral 2020.2	Alteração	Ensino
Portaria	136	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	p136.2020-DGCI - Comissão Horário Geral 2020.2	Originário	Ensino
Portaria	148	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Institui conselho de classe - CAUT.	Originário	Ensino
Portaria	147	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Institui conselho de classe - CIMEC.	Originário	Ensino
Portaria	146	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Institui conselho de classe - CQUI.	Originário	Ensino
Portaria	145	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Institui colegiado - Bacharelado em Engenharia Mecânica.	Originário	Ensino
Portaria	144	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Institui a Comissão de Monitoria 2020.2.	Originário	Ensino
Portaria	140	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Retifica a Portaria DGCI/IFPE nº 110/2020.	Retificação	Ensino
Portaria	110	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Estabelece as normas e diretrizes para o retorno das atividades de ensino no formato remoto no IFPE - *Campus* Ipojuca.	Originário	Ensino
Portaria	135	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Designa fiscais de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	134	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Designa fiscais de contrato.	Alteração	Planejamento
Portaria	133	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Designa fiscais de contrato.	Alteração	Planejamento
Portaria	132	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Designa fiscais de contrato.	Alteração	Planejamento
Portaria	131	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Designa fiscais de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	127	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	p127.2020-DGCI - Comissão Local (PNAE 2020)	Originário	Planejamento
Portaria	124	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Estabelece diretrizes para organização dos trabalhos dos servidores, no âmbito do IFPE - *Campus* Ipojuca, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19)	Originário	Gestão Executiva
Portaria	121	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Designa membros para a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho (Estágio Probatório).	Originário	Pessoas
Portaria	103	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Sistematiza os procedimentos para realização/aproveitamento das práticas profissionais.	Originário	Ensino
Portaria	85	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Dispensa e designa membros - NDE.	Alteração	Ensino
Portaria	76	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	retifica p072 Institui Comissão Implantação de Incubadora (23296.006736.2020-71)	Retificação	Extensão
Portaria	72	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	p072 Institui Comissão de Implantação de Incubadora (23296.006736.2020-71)	Originário	Extensão
Portaria	69	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Institui o Colegiado da Licenciatura em Química.	Originário	Ensino
Portaria	63	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	p063 Criação Comissão estudo de viabilidade de Implantação de Curso -CNAV	Originário	Ensino
Portaria	60	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	p060 Criação Comissão Adequação Carga Horária - CNAV assinada	Originário	Ensino
Portaria	49	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	p049 Distrbui trabalho docente (Maria Clara Galindo)	Originário	Ensino
Portaria	46	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Designa fiscal de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	45	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Designa fiscal de contrato.	Originário	Planejamento

Portaria	42	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Designa fiscal de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	40	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Designa fiscal de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	39	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Institui Comissão BPM.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	157	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Bacharelado em Engenharia Mecânica.	Originário	Ensino
Portaria	80	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Dispensa e designa fiscal substituto de contrato.	Alteração	Planejamento
Portaria	94	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Dispensa e designa fiscal substituto de contrato.	Alteração	Planejamento
Portaria	126	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Dispensa e designa fiscal substituto de contrato.	Alteração	Planejamento
Portaria	220	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Designa fiscais e gestores titulares e substitutos de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	2	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Designa comissão de fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	7	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Retifica a Portaria nº 002/2018/DGCI.	Alteração	Planejamento
Portaria	166	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Designa fiscal substituto de contrato.	Alteração	Planejamento
Portaria	176	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	p176 09.08.2018 Implementa Plano Manutenção Predial Preventiva e Corretiva	Originário	Planejamento
Portaria	222	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Designa membros para comissão interna - BPM.	Originário	Planejamento
Portaria	18	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Regulamenta horário de funcionamento dos setores da DAP.	Originário	Pessoas
Portaria	19	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Regulamenta horário de funcionamento dos setores da DGCI.	Originário	Pessoas
Portaria	20	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Regulamenta horário de funcionamento dos setores da DEN.	Originário	Pessoas
Portaria	21	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Regulamenta horário de funcionamento dos setores da DEX.	Originário	Pessoas
Portaria	131	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Regulamenta o Núcleo de Arte e Cultura (NAC).	Originário	Ensino
Portaria	77	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Dispensa e designa fiscalização de contrato.	Originário	Planejamento
Portaria	61	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Regulamenta o CELLE.	Originário	Extensão
Portaria	65	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Regulamenta o horário de funcionamento da CBIM e da CTUR.	Originário	Pessoas
Portaria	126	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Atribui responsabilidades à Assessoria DAP.	Originário	Planejamento
Portaria	197	2013	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Altera o Regulamento Interno da Biblioteca.	Alteração	Ensino
Portaria	198	2013	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Normas e procedimentos de utilização dos laboratórios.	Originário	Ensino
Portaria	7	2012	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Cria coordenação.	Originário	Planejamento
Portaria	145	2012	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Cria a Assessoria de Articulação e Relações Institucionais.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	39	2010	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Normatiza os procedimentos para emissão de diárias e passagens.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	34	2009	Diretor/a-Geral do *Campus* Ipojuca	Retifica a Portaria nº 352/2009/GR.	Originário	Gestão Executiva

ANEXO XII

CAMPUS JABOATÃO DOS GUARARAPES

ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Resolução	4	2020	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a reformulação integral do PPC do curso Técnico em Qualidade - *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Ensino
Resolução	15	2020	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do IFPE - *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Ensino
Resolução	47	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o PPC do curso de Qualificação Profissional em Programador Web (Proeja) - *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Ensino
Resolução	48	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o PPC do curso de Qualificação Profissional em Programador de Dispositivos Móveis (Proeja) - *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Ensino
Resolução	96	2019	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 46/2019, a qual aprovou, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de Qualificação Profissional em Programador de Sistemas (Proeja) do IFPE - *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Ensino
Resolução	57	2019	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 47/2019, a qual aprovou, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de Qualificação Profissional em Programador Web (Proeja) do IFPE - *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Ensino
Resolução	59	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de Qualificação Profissional em Assistente Administrativo (Proeja) do IFPE - Campus Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Ensino
Resolução	55	2018	Conselho Superior	Aprova a reformulação integral do Projeto Pedagógico do curso Técnico em Informática para Internet Subsequente - *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Ensino
Ordem de Serviço	1	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Elaboração de estudos preliminares para contratação de serviço contínuo de vigilância do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Orçamento e Finanças
Ordem de Serviço	2	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Elaboração de estudos preliminares para contratação de empresa para prestação de serviço de transporte de mudanças do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Orçamento e Finanças
Ordem de Serviço	3	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Elaboração de estudos preliminares para contratação de empresa para prestação de serviço de desmontagem, montagem e manutenção de arquivos fixos e deslizantes.	Originário	Infraestrutura
Ordem de Serviço	5	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Designa Comissão Local para realização de ações do PNAE no *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Assistência Estudantil
Edital	2	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FINANCEIRO EVENTUAL EM CARÁTER EMERGENCIAL, DECORRENTE DA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS (COVID-19), A ESTUDANTES DO *CAMPUS* JABOATÃO DOS GUARARAPES	Originário	Assistência Estudantil
Edital	7	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FINANCEIRO EVENTUAL EM CARÁTER EMERGENCIAL, DECORRENTE DA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS (COVID-19), A ESTUDANTES DO *CAMPUS* JABOATÃO DOS GUARARAPES	Originário	Assistência Estudantil
Edital	12	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	EDITAL DE MONITORIA	Originário	Ensino

Edital	14	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	EDITAL DE MONITORIA	Originário	Ensino
Edital	15	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FINANCEIRO EVENTUAL EM CARÁTER EMERGENCIAL, DECORRENTE DA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS (COVID-19), A ESTUDANTES DO *CAMPUS* JABOATÃO DOS GUARARAPES	Originário	Assistência Estudantil
Edital	16	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA EMPRÉSTIMO DOS TABLETS	Originário	Ensino
Edital	17	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PROGRAMA DE INCENTIVO À ARTE E CULTURA	Originário	Assistência Estudantil
Edital	18	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	VESTIBULAR SIMPLIFICADO IFPE 2020.2	Originário	Ensino
Edital	19	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	CHAMADA INTERNA PARA O PROGRAMA DE BENEFÍCIO EVENTUAL - CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FINANCEIRO EVENTUAL A ESTUDANTES, EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS (COVID-19), PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE APOIO	Originário	Assistência Estudantil
Edital	20	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	PROCESSO SELETIVO PARA DISCENTES DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO *CAMPUS* JABOATÃO DOS GUARARAPES	Originário	Pesquisa e Inovação
Edital	21	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	ORIENTAÇÃO PARA MATRÍCULAS DOS CANDIDATOS APROVADOS NO EXAME DE SELEÇÃO 2020.2	Originário	Ensino
Edital	22	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - PNAE	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	7	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Regulamento Interno da Biblioteca Ariano Suassuna.	Originário	Ensino
	4	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Ofício Circular nº 004/2020 - Boletim de frequência pandemia.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	1	2021	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Designa responsável por Conformidade de Gestão.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	128	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Fiscal de contrato.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	127	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Designa comissão para planejamento da aquisição de itens para manutenção predial.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	126	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Designa Comissão para Elaboração de Estudo de Viabilidade do Curso Técnico Subsequente em Comércio.	Originário	Ensino
Portaria	125	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Designa Comissão para Elaboração de Estudo de Viabilidade do Curso Técnico Subsequente em Administração.	Originário	Ensino
Portaria	124	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Designa responder por conformidade contábil.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	116	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Designa comissão para acompanhamento de etapas do PNAE.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	115	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Designa comissão para avaliação de bens.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	112	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Designa a Comissão para Processo Seletivo da Pós-Graduação 2021.	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	111	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Designa a Comissão de Mudança e de Ocupação da Sede Definitiva.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	104	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Designa comissão para analisar o ensino remoto.	Originário	Ensino
Portaria	103	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Designa comissão para planejar a aquisição de livros.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	94	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Designa comissão para planejar a contratação de empresa especializada em serviços de manutenção de ar-condicionado do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	89	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Designa comissão para planejar a aquisição de insumos agrícolas e materiais necessários para a área externa da sede definitiva do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	87	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Designa comissão para planejar a aquisição de mobiliário de aço para refeitório, cadeiras escolares e outros setores.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	80	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Mudança do acervo patrimonial.	Originário	Infraestrutura
Portaria	81	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Fiscal de contrato.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	82	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Comissão do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Extensão
Portaria	84	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Delega a responsabilidade pelo acompanhamento e pela fiscalização dos procedimentos dos protocolos de segurança e higiene do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	86	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Comissão para Processo Seletivo Simplificado 2020.2.	Originário	Ensino
Portaria	64	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Comissão de Contratação de Serviços Terceirizados Contínuos com Mão de Obra.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	70	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Institui a Comissão para o Processo de Seleção e Execução do Auxílio Digital do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Ensino
Portaria	71	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Comissão para o processo de empréstimo de tablets, elaboração do edital quanto à execução do empréstimo e devolução dos equipamentos do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Ensino
Portaria	57	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Comissão de Contratação de Serviços de Limpeza e Conservação.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	61	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Fiscal de contrato.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	50	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Institui a Comissão de Planejamento para Contratação de Serviços de Manutenção de Ar-Condicionado do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	51	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Institui a Comissão de Planejamento para Contratação de Serviços de *Outsourcing* de Impressão e Cópias do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	55	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Comissão de Contratação de Serviços de Monitoramento 24 horas do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	41	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Comissão do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Ensino
Portaria	42	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Institui a Comissão para Elaboração de Estudo de Viabilidade de Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Ensino
Portaria	21	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Designa o horário de funcionamento do *Campus* em período de recesso escolar.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	22	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Cria colegiado para apresentação do PCC do curso de Qualificação Profissional em Vendedor (Proeja) - *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Ensino
Portaria	18	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Institui a Comissão Inventariante de Almoxarifado e Patrimônio de 2020 do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	5	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Comissão do Núcleo de Arte e Cultura (NAC) do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Extensão
Portaria	7	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Regulamento Interno da Biblioteca Ariano Suassuna.	Originário	Ensino
Portaria	8	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Retifica a Portaria nº 115/2019/DGCJG, de 27 de novembro de 2019, que designa a Comissão de Apoio de Pregoeiro do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Retificação	Orçamento e Finanças
Portaria	9	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Retifica a Portaria nº 95/2019/DGCJG, de 18 de outubro de 2019, que designa a Comissão de Qualidade de Vida no Trabalho do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Retificação	Pessoas
Edital	1	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR SUBSTITUTO	Originário	Pessoas
Portaria	20	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Dispensa de comissão regida pela Portaria nº 010/2019/DGCJG, de 29 de janeiro de 2019.	Alteração	Pessoas

Portaria	50	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Fiscal do Contrato nº 10/2017.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	91	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	declara a revogação da portaria de colegiados.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	95	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Designa a Comissão de Qualidade de Vida no Trabalho do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Pessoas
Portaria	97	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Regulamento de Atividades Esportivas e Culturais como elemento do programa de Qualidade de Vida no Trabalho do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Pessoas
Portaria	98	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Fiscal do Contrato nº 05/2016.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	107	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Designa o horário de funcionamento do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	115	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Comissão de Apoio de Pregoeiro do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	123	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Fiscal do Contrato nº 10/2015.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	124	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Retifica a portaria de designação de Comissão de Apoio de Pregoeiro.	Retificação	Orçamento e Finanças
Portaria	35	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Fiscal do Contrato nº 13/2017.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	36	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Fiscal do Contrato nº 01/2018.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	37	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Fiscal de contrato.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	56	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Fiscal do Contrato nº 15/2017.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	65	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Fiscal do Contrato nº 09/2015.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	66	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Fiscal do Contrato nº 02/2016.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	69	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Fiscal do Contrato nº 07/2017.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	74	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Fiscal do Contrato nº 01/2018.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	90	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Fiscal do Contrato nº 02/2014.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	96	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Fiscal do Contrato nº 08/2017.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	97	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Fiscal do Contrato nº 10/2017.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	166	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Fiscal do Contrato nº 008/2018.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	167	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Fiscal do Contrato nº 167/2018.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	7	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Substitui fiscal do Contrato nº 02/2016.	Alteração	Orçamento e Finanças
Portaria	31	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Aprova o Regulamento dos Direitos e Deveres dos Usuários da Biblioteca.	Originário	Ensino
Portaria	46	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Fiscal de contrato.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	73	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Regulamenta o uso de tablets educacionais no *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Ensino
Portaria	82	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Regulamenta o uso de laboratórios do *Campus* Jaboatão dos Guararapes.	Originário	Ensino
Portaria	61	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Jaboatão dos Guararapes	Aprova o Regulamento dos Direitos e Deveres do Usuário da Biblioteca.	Originário	Ensino

ANEXO XIII

CAMPUS OLINDA

ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Resolução	59	2014	Conselho Superior	Aprova a Matriz Curricular do Curso Técnico em Artes Visuais (subsequente) do *Campus* Olinda.	Originário	Ensino
Resolução	60	2014	Conselho Superior	Aprova a Matriz Curricular do Curso Técnico em Computação Gráfica (subsequente) do *Campus* Olinda.	Originário	Ensino
Resolução	43	2020	Conselho Superior	Aprova a proposta de implantação da Incubadora de Negócios Criativos no *Campus* Olinda.	Originário	Ensino
Portaria	7	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Retifica a Portaria nº 001/2014.	Retificação	Ensino
Portaria	49	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Compor a Comissão de Estágio do *Campus* Olinda.	Originário	Pessoas
Portaria	50	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Altera a Portaria nº 0041/2015.	Alteração	Ensino
Portaria	56	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Compor a Comissão de Evasão e Retenção.	Originário	Ensino
Portaria	66	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Altera a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).	Alteração	Ensino
Portaria	10	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Fiscal e substituto do contrato da WORLDNET.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	11	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa comissão.	Originário	Infraestrutura
Portaria	12	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Comissão de Julgamento Modelo Vivo.	Originário	Pessoas
Portaria	44	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Comissão de Edital de Monitoria.	Originário	Ensino
Portaria	97	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Fiscal de contrato substituto WORLDNET.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	135	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Estabelece os procedimentos para solicitação de Benefício Eventual.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	148	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Equipe multiprofissional *Campus* Olinda.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	7	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa fiscais de contrato da empresa WORLDNET.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	15	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Retifica a Portaria nº 007/2017.	Retificação	Orçamento e Finanças
Portaria	16	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Retifica a Portaria nº 008/2017.	Retificação	Orçamento e Finanças
Portaria	26	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa Comissão - Julgamento para Credenciamento de Modelo Vivo.	Originário	Pessoas
Portaria	37	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Torna sem efeito as Portarias nº 065/2016 e nº 109/2016.	Revogação	Pessoas

Portaria	96	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Fiscal de contrato CLARO.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	97	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Fiscal de contrato GRUPO NILDO.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	121	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Horário de funcionamento letivo e administrativo do *Campus* Olinda.	Originário	Comunicação
Portaria	14	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa comissão - NAPNE.	Originário	Extensão
Portaria	37	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa fiscal de contrato titular e substituto.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	39	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa fiscal de contrato titular e substituto.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	43	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa fiscal de contrato titular e substituto.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	84	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa fiscal de contrato.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	90	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa fiscal de contrato.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	112	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Retifica a Portaria nº 101/2019/DGCOLI.	Retificação	Pessoas
Portaria	113	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Retifica a Portaria nº 102/2019/DGCOLI.	Retificação	Pessoas
Portaria	116	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Comissão Permanente de Apuração de Infrações Contratuais.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	21	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa a Comissão Permanente do Programa Birô de Criação.	Originário	Pessoas
Portaria	23	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa a Comissão de Criação do Curso Tecnólogo em Artes Visuais.	Originário	Ensino
Portaria	24	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa a Comissão de Criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Artes Visuais.	Originário	Ensino
Portaria	25	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa a Comissão para Reformulação do PPC do Curso Técnico Subsequente em Artes Visuais.	Originário	Ensino
Portaria	36	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa Comissão para elaboração do Projeto Pedagógico do curso de Qualificação Profissional em Inglês Básico na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC) do *Campus* Olinda.	Originário	Ensino
Portaria	41	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Altera a Portaria nº 023/2020/DGCOLI.	Alteração	Ensino
Portaria	45	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa Comissão para Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Música do *Campus* Olinda.	Originário	Ensino
Portaria	46	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa equipe de planejamento para contratação de serviços contínuos terceirizados do *Campus* Olinda.	Originário	Planejamento
Portaria	47	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Altera a Portaria nº 024/2020/DGCOLI.	Alteração	Pessoas
Portaria	51	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa a Comissão de Planejamento e Implementação da Sede Definitiva do IFPE - *Campus* Olinda.	Originário	Planejamento
Portaria	53	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa Comissão de planejamento de reinício do semestre 2020.1 e início do semestre 2020.2 durante a pandemia de Covid-19.	Originário	Ensino
Portaria	54	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Dispensa e designa fiscal de contrato.	Alteração	Orçamento e Finanças
Portaria	55	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Institui Comissão para processo seletivo discente para inclusão digital.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	56	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa Comissão para adequação da infraestrutura aos protocolos de segurança para a retomada gradativa das atividades presenciais no *Campus* Olinda em face da Covid-19.	Originário	Ensino
Portaria	57	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Altera a Portaria nº 041/2020/DGCOLI.	Alteração	Ensino
Portaria	65	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa Comissão Especial para Aquisição de Kits do PNAE no *Campus* Olinda.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	77	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa Comissão para Elaboração de Proposta Pedagógica de Curso de Especialização na área de Design e Educação no *Campus* Olinda.	Originário	Ensino
Portaria	84	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa Comissão de Avaliação Especial de Desempenho.	Originário	Pessoas
Portaria	89	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Institui a Comissão para Elaboração de Estudo de Viabilidade de Implantação do Curso Técnico Integrado em Computação Gráfica.	Originário	Ensino
Portaria	90	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Altera a Portaria nº 065/2020/DGCOLI.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	92	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Olinda	Designa equipe de apoio nos pregões do *Campus* Olinda.	Originário	Orçamento e Finanças

ANEXO XIV

CAMPUS PALMARES

ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Resolução	30	2014	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática do *Campus* Palmares.	Originário	Ensino
Resolução	49	2014	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso de Redes de Computadores do *Campus* Palmares.	Originário	Ensino
Resolução	24	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do curso de Qualificação Profissional em Operador de Computador do *Campus* Palmares.	Originário	Ensino
Resolução	26	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do curso de Qualificação Profissional em Agente de Inclusão Digital na modalidade Proeja Mulheres (Concomitante) do IFPE - *Campus* Palmares.	Originário	Ensino
Resolução	28	2018	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 24/2018, a qual aprovou, *ad referendum*, a Matriz Curricular do curso de Qualificação Profissional em Operador de Computador - Proeja (Concomitante) do *Campus* Palmares.	Originário	Ensino
Resolução	52	2018	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 26/2016, a qual aprovou, *ad referendum*, a Matriz Curricular do curso de Qualificação Profissional em Agente de Inclusão Digital na modalidade Proeja Mulheres (Concomitante) do IFPE - *Campus* Palmares.	Originário	Ensino
Resolução	63	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de Qualificação Profissional em Agente de Inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso à Internet na modalidade Proeja Mulheres do IFPE - *Campus* Palmares.	Originário	Ensino
Resolução	15	2019	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 61/2018, a qual aprovou, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de Qualificação Profissional em Operador de Computador (Proeja) do IFPE - *Campus* Palmares.	Originário	Ensino
Resolução	6	2020	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso Técnico Subsequente em Informática para Internet do IFPE - *Campus* Palmares.	Originário	Ensino
Portaria	135	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Altera organograma do *Campus* Palmares.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	56	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Designa comissão (CAED).	Originário	Pessoas
Portaria	36	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Designa responsável por Conformidade de Gestão.	Originário	Integridade
Portaria	54	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Altera organograma.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	92	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Institui horário de atendimento (CGPE).	Originário	Pessoas
Portaria	94	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Designa representantes (SOLL).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	98	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Designa representantes (Guardsecure).	Originário	Orçamento e Finanças

Portaria	99	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Designa representantes (Ticket).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	101	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Designa representantes (Trivale).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	102	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Designa representantes (Sura).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	103	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Designa representantes (Nildo).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	105	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Revoga portarias de colegiados.	Revogação	Gestão Executiva
Portaria	121	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Designa representantes (Asa Rent).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	128	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Designa representantes (ACR).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	115	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Institui a Comissão de Inventário de Almoxarifado 2019.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	116	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Institui a Comissão de Inventário de Patrimônio 2019.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	24	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Altera organograma (CERC).	Originário	Gestão Executiva
Portaria	48	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Institui agenda de expediente (Covid-19).	Originário	Gestão Executiva
Portaria	64	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Institui equipe de planejamento para contratação (eletrodomésticos).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	66	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Designa servidores para comissão (Auxílio Digital).	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	79	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Designa representantes (Liderança).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	85	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Designa representantes (SAT).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	108	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Designa equipe de pregoeiro.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	110	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Institui equipe de planejamento para contratação (material de construção civil).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	111	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Designa representante (Worldnet).	Alteração	Orçamento e Finanças
Portaria	112	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Designa comissão (Curso Médio Integrado).	Originário	Ensino
Portaria	113	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Designa comissão (Curso de Ensino Superior).	Originário	Ensino
Portaria	115	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Designa equipe de planejamento para contratação (sinalização).	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	118	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Delega competência (inscrição de restos a pagar).	Originário	Orçamento e Finanças
Ordem de Serviço	4	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Condução de veículos (Liderança).	Originário	Infraestrutura
Ordem de Serviço	5	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	Prestação de serviços terceirizados (SAT).	Originário	Infraestrutura
Edital	14	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	EMPRÉSTIMO DE TABLETS	Originário	Assistência Estudantil
Edital	15	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Palmares	CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FINANCEIRO EVENTUAL A ESTUDANTES, EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS (COVID-19), PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE APOIO	Originário	Assistência Estudantil

ANEXO XV

CAMPUS PAULISTA

ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Resolução	26	2014	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática do *Campus* Paulista.	Originário	Ensino
Resolução	31	2014	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso Técnico em Administração do *Campus* Paulista.	Originário	Ensino
Resolução	14	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do curso de Qualificação Profissional em Operador de Computador (Proeja) do *Campus* Paulista.	Originário	Ensino
Resolução	15	2018	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do curso de Qualificação Profissional em Assistente Administrativo (Proeja Mulheres) do *Campus* Paulista.	Originário	Ensino
Resolução	22	2018	Conselho Superior	Homologa a Resolução *ad referendum* nº 14/2018.	Originário	Ensino
Resolução	23	2018	Conselho Superior	Homologa a Resolução *ad referendum* nº 15/2018.	Originário	Ensino
Resolução	65	2018	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de Qualificação Profissional em Operador de Computador (Proeja) do *Campus* Paulista.	Originário	Ensino
Resolução	1	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso superior de Tecnologia em Processos Gerenciais do IFPE - *Campus* Paulista.	Originário	Ensino
Resolução	5	2019	Conselho Superior	Aprova o PPC do curso de Qualificação Profissional em Assistente Administrativo (Proeja Mulheres) do *Campus* Paulista.	Originário	Ensino
Resolução	36	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do *Campus* Paulista.	Originário	Ensino
Resolução	37	2019	Conselho Superior	Homologa a Resolução *ad referendum* nº 1/2019.	Originário	Ensino
Resolução	81	2019	Conselho Superior	Homologa a Resolução *ad referendum* nº 36/2019.	Originário	Ensino
Resolução	1	2020	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a reformulação integral do PPC do curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática do *Campus* Paulista.	Alteração	Ensino
Ordem de Serviço	5	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa responsáveis por processo seletivo de estagiários.	Originário	Pessoas
Ordem de Serviço	11	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Institui GT para confecção de edital sobre transferência externa.	Originário	Ensino
Ordem de Serviço	12	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Altera a composição do GT instituído pela O.S. nº 11/2020.	Alteração	Ensino
Portaria	91	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa fiscais técnicos do Contrato nº 04/2017.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	10	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa responsáveis titular e substituto pela Conformidade de Gestão.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	106	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa gestores de execução do Contrato nº 04/2016.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	107	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa fiscais técnicos do Contrato nº 04/2016.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	113	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa gestores de execução do Contrato nº 05/2016.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	114	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa fiscais técnicos do Contrato nº 05/2016.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	148	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa fiscais técnicos do Contrato nº 06/2016.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	149	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa gestores de execução do Contrato nº 06/2016.	Originário	Orçamento e Finanças

Portaria	12	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa fiscais técnicos do Contrato nº 01/2019.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	13	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa gestores de execução do Contrato nº 01/2019.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	33	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa fiscais técnicos do Contrato nº 05/2015.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	34	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa gestores de execução do Contrato nº 05/2015.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	48	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa equipe de fiscalização do Contrato nº 30/2015.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	104	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa fiscais técnicos do Contrato nº 02/2019.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	105	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa gestores de execução do Contrato nº 02/2019.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	107	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa fiscais técnicos do Contrato nº 04/2019.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	108	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa gestores de execução do Contrato nº 04/2019.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	126	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Institui o Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais.	Originário	Ensino
Portaria	127	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Institui o Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.	Originário	Ensino
Portaria	129	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Institui a Comissão de Planejamento, Acompanhamento e Monitoramento do *Campus* Paulista.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	138	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Institui Comissão para Elaboração de Estudo de Viabilidade e Projeto Pedagógico do Curso Médio Integrado em Desenvolvimento de Sistemas do *Campus* Paulista.	Originário	Ensino
Portaria	152	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Institui a Comissão de Ajuda de Custo.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	153	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa a Comissão de Mudança e de Ocupação da Sede Definitiva.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	154	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Institui a Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Intervenção para Superação da Evasão e Retenção.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	155	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Institui a Comissão para Elaboração de Projeto Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional em Assistente Financeiro (Proeja).	Originário	Ensino
Portaria	157	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Institui a Comissão para Elaboração de Estudo de Viabilidade e Projeto Pedagógico do Curso Médio Integrado em Administração do *Campus* Paulista.	Originário	Ensino
Portaria	4	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa fiscais técnicos do Contrato nº 06/2019.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	5	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa gestores de execução do Contrato nº 06/2019.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	6	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa fiscais técnicos do Contrato nº 02/2017.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	7	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa gestores de execução do Contrato nº 02/2017.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	9	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Retifica as Portarias nº 006/2020 e nº 007/2020.	Retificação	Orçamento e Finanças
Portaria	13	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Institui a Comissão de Recebimento de Bens e Materiais do *Campus* Paulista.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	48	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Institui a Comissão de Desfazimento de Bens Móveis.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	61	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Institui a Comissão para Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso FIC de Assistente Financeiro.	Originário	Extensão
Portaria	65	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Institui o Núcleo de Apoio às Pessoas com Deficiência.	Originário	Extensão
Portaria	66	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Institui o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas.	Originário	Extensão
Portaria	67	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Institui o Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade.	Originário	Extensão
Portaria	68	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Institui o Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais.	Originário	Ensino
Portaria	69	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Institui o Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.	Originário	Ensino
Portaria	71	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Prorroga prazo de comissão e dá outras deliberações.	Alteração	Gestão Executiva
Portaria	81	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa gestores de execução do Contrato nº 01/2020.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	82	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa fiscais técnicos, administrativos e gestores do Contrato nº 03/2015.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	85	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa fiscais técnicos, administrativos e gestores do Contrato nº 03/2020.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	89	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Institui a Comissão de Análise das Inscrições do Auxílio Digital.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	93	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Institui a Comissão de Gestão e Acompanhamento das Aulas Remotas.	Originário	Ensino
Portaria	108	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa fiscais técnicos do Contrato nº 04/2020.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	109	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa gestores de execução do Contrato nº 04/2020.	Alteração	Ensino
Portaria	116	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa a Comissão Organizadora do Encontro Pedagógico 2020.2.	Originário	Ensino
Portaria	117	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho.	Originário	Pessoas
Portaria	118	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa fiscais técnicos do Contrato nº 01/2020.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	121	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa gestores de execução do Contrato nº 04/2017.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	122	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa a Comissão de Elaboração do Horário Acadêmico 2020.2.	Originário	Ensino
Portaria	127	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa fiscais técnicos, administrativos e gestores do Contrato nº 05/2020.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	135	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Altera a Portaria IFPE/*Campus* Paulista nº 023/2020.	Alteração	Ensino
Portaria	136	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa Comissão Local para realização de ações do PNAE com a agricultura familiar no *Campus* Paulista.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	138	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Altera a Portaria IFPE/*Campus* Paulista nº 129/2019.	Alteração	Gestão Executiva
Portaria	139	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Altera a Portaria IFPE/*Campus* Paulista nº 154/2019.	Alteração	Assistência Estudantil
Portaria	140	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Reconduz a Comissão do PPC do curso Médio Integrado em Desenvolvimento de Sistemas.	Alteração	Ensino
Portaria	141	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Prorroga o prazo da Comissão de Mudança e de Ocupação da Sede Definitiva.	Alteração	Gestão Executiva
Portaria	142	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Reconduz a Comissão do PPC do curso de Assistente Financeiro (Proeja).	Alteração	Ensino
Portaria	143	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Reconduz a Comissão do PPC do curso Médio Integrado em Administração.	Alteração	Ensino
Portaria	144	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Prorroga o prazo da Comissão de Elaboração do PPC do curso FIC em Assistente Financeiro.	Alteração	Extensão
Portaria	145	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa a Comissão para Elaboração de Estudos de Viabilidade e PPCs.	Originário	Ensino

Portaria	146	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa a Comissão de Estágio do Curso Tecnólogo em Processos Gerenciais.	Originário	Ensino
Portaria	147	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Aprova o Edital nº 19/2020/DGCPLT.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	148	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Aprova o Edital nº 20/2020/DGCPLT.	Originário	Ensino
Portaria	150	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Designa responsável por restos a pagar 2020.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	157	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	Institui equipe de planejamento de contratação.	Originário	Orçamento e Finanças
Edital	4	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO	Originário	Pessoas
Edital	6	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	PRORROGA VALIDADE DO EDITAL Nº 04/2019/DGCPLT	Alteração	Pessoas
Edital	15	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	PROGRAMA INSTITUCIONAL DE MONITORIA DE CURSOS TÉCNICOS	Originário	Ensino
Edital	16	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	PROGRAMA INSTITUCIONAL DE MONITORIA DE CURSOS SUPERIORES	Originário	Ensino
Edital	17	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE ESTUDANTES EM REGIME ESPECIAL 2020.2	Originário	Ensino
Edital	18	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	CHAMADA INTERNA PARA O PROGRAMA DE BENEFÍCIO EVENTUAL - CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FINANCEIRO EVENTUAL EM CARÁTER EMERGENCIAL, DECORRENTE DA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS (COVID-19), A ESTUDANTES DO *CAMPUS* PAULISTA	Originário	Assistência Estudantil
Edital	19	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Paulista	CHAMADA PÚBLICA PNAE - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	Originário	Assistência Estudantil

ANEXO XVI

CAMPUS PESQUEIRA

ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Ordem de Serviço	1	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Indica servidores para comporem o grupo de trabalho (GT) de planejamento das ações de retorno das atividades presenciais, objetivando o enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus.	Originário	Gestão Executiva
Ordem de Serviço	3	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Define o grupo de trabalho para tratativas institucionais para o processo de cadastramento da necessidade de inclusão digital.	Originário	Assistência Estudantil
Ordem de Serviço	4	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Indica servidores para comporem o grupo de trabalho (GT) que estudou as Portarias nº 400, nº 401 e nº 402 e para que continuem seus trabalhos nas novas Portarias nº 652, nº 653 e nº 847.	Originário	Gestão Executiva
Edital	5	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	SELEÇÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO PARA OS CURSOS TÉCNICOS EM EDIFICAÇÕES E EM ELETROTÉCNICA	Originário	Extensão
Edital	10	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE MONITORIA VOLUNTÁRIA - ENSINO SUPERIOR E ENSINO TÉCNICO	Originário	Ensino
Edital	12	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO PARA OS CURSOS TÉCNICOS	Originário	Extensão
Edital	17	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE MONITORIA VOLUNTÁRIA - ENSINO TÉCNICO	Originário	Ensino
Instrução Normativa	1	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Disciplina o acesso de pessoas e veículos às dependências do IFPE - *Campus* Pesqueira.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	38	2011	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Estabelece a formação do Clube de Astronomia VEGA.	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	54	2013	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Cria o Clube de Matemática do IFPE - *Campus* Pesqueira.	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	34	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Institui o horário de funcionamento dos setores institucionais e dispõe sobre os horários de trabalho dos servidores.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	66	2013	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Institui normatização de utilização do Laboratório de Física Experimental.	Originário	Ensino
Portaria	76	2013	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Institui a Coordenação de Estudos de Língua Estrangeira (CELLE) do *Campus* Pesqueira.	Originário	Extensão
Portaria	35	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Autoriza o cumprimento da jornada de trabalho de seis horas diárias para a Coordenação de Turnos, a Coordenação de Registro Escolar e a Biblioteca.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	54	2014	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Institui o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).	Originário	Extensão
Portaria	19	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Altera o horário de funcionamento da Coordenação de Recursos Gráficos.	Alteração	Gestão Executiva
Portaria	20	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Inclui a Coordenação de Recursos Gráficos na portaria que autoriza o cumprimento de 6 horas para os servidores.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	93	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Altera o horário de funcionamento da Divisão de Extensão.	Alteração	Gestão Executiva
Portaria	94	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Inclui a Divisão de Extensão na portaria que autoriza o cumprimento de 6 horas para os servidores.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	125	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Institui o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi).	Originário	Extensão
Portaria	16	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Comissão de Planejamento e Regulamentação de Estágios do Curso de Enfermagem.	Originário	Ensino
Portaria	161	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Institui o nome da Biblioteca Professora Maria do Rosário de Fátima de Aguiar Sá Barreto dos Santos.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	172	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Proíbe a comercialização de alimentos nas dependências do *Campus*.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	196	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Cria e institucionaliza a Academia de Xadrez.	Originário	Ensino
Portaria	197	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Flexibiliza jornada de trabalho.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	19	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Cria e institucionaliza o Clube de Ciências Forenses e Perícia Criminal do IFPE - *Campus* Pesqueira.	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	56	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Cria a Divisão de Orientação Pedagógica.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	61	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Implementa Instrução Normativa de acesso de pessoas e veículos às dependências do *Campus*.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	64	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Comissão do II Fórum de Enfermagem.	Originário	Ensino
Portaria	68	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre a instituição da Liga Acadêmica de Enfermagem em Terapia Intensiva.	Originário	Ensino
Portaria	115	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização *Lato Sensu* na Área de Enfermagem.		
Portaria	141	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre a criação da Coordenação do Curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	195	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre a nomeação de fiscais para execução do RDC 01/2018.	Originário	Planejamento
Portaria	2	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre designação de equipe de fiscalização de execução do Contrato nº 00606/2018-DGCP, oriundo do RDC nº 001/2018, celebrado com a Empresa Nove Engenharia Ltda.	Originário	Infraestrutura
Portaria	6	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre designação de fiscal titular e de fiscal substituto.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	7	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre designação de fiscal titular e de fiscal substituto.	Originário	Orçamento e Finanças

Portaria	12	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre designação de fiscal titular e de fiscal substituto.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	14	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre designação de fiscal titular e de fiscal substituto.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	15	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre designação de fiscal titular e de fiscal substituto.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	16	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre designação de fiscal titular e de fiscal substituto.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	19	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre designação de fiscal titular e de fiscal substituto.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	20	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre designação de fiscal titular e de fiscal substituto.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	23	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre designação de fiscal titular e de fiscal substituto.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	26	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre designação de fiscal titular e de fiscal substituto.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	27	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre designação de fiscal titular e de fiscal substituto.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	29	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre designação de fiscal titular e de fiscal substituto.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	69	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Regimento Interno da Biblioteca.	Originário	Ensino
Portaria	86	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa servidores responsáveis pela Conformidade de Gestão.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	114	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre comissão de estudos preliminares para o pregão de contração de motoristas.	Originário	Planejamento
Portaria	120	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre comissão de estudos preliminares e gerenciamento de riscos da contratação de locação de fotocopiadora.	Originário	Planejamento
Portaria	122	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre comissão de estudos preliminares e gerenciamento de riscos da contratação de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado.	Originário	Planejamento
Portaria	135	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre designação de fiscal titular e de fiscal substituto.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	144	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa atualização da composição do Colegiado do Curso de Licenciatura em Física.	Alteração	Ensino
Portaria	152	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa atualização da composição do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Engenharia Elétrica.	Alteração	Ensino
Portaria	159	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa criação da Coordenação de Protocolo e Gestão de Documentos do *Campus* Pesqueira.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	165	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa atualização da composição do Colegiado do Curso de Engenharia Elétrica.	Alteração	Ensino
Portaria	166	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa atualização da composição do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Engenharia Elétrica.	Alteração	Ensino
Portaria	167	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa Comissão de Elaboração do Estudo de Viabilidade do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio.		
Portaria	181	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre designação de fiscal titular e de fiscal substituto.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	12	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa a Comissão Permanente de Licitação.	Originário	Planejamento
Portaria	13	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Estabelece o Regulamento de Ensino.	Originário	Ensino
Portaria	27	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa Comissão de Estágios de Enfermagem.	Originário	Ensino
Portaria	28	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Enfermagem.	Originário	Ensino
Portaria	29	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa o Colegiado do Curso de Bacharelado em Enfermagem.	Originário	Ensino
Portaria	40	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa a Comissão de Controle Populacional e Bem-Estar dos Animais.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	44	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa a criação da Comissão de Viabilidade do Curso Superior de Educação Física.		
Portaria	45	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa a Comissão Permanente de Educação Física, Esporte e Lazer.	Originário	Ensino
Portaria	50	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa a Comissão Gestora do Conselho de Classe do IFPE.	Originário	Ensino
Portaria	56	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre designação de comissão de avaliação especial de desempenho dos servidores do IFPE - *Campus* Pesqueira.	Originário	Ensino
Portaria	62	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre designação de fiscal titular e de fiscal substituto.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	63	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre designação de fiscal titular e de fiscal substituto.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	70	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa a Comissão de Elaboração do Estudo de Viabilidade do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia - *Campus* Pesqueira.		
Portaria	74	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa a Comissão de Planejamento da Contratação Através de Pregão para Serviços de Transporte de Água Potável.	Originário	Planejamento
Portaria	83	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa a Comissão de Cálculos de Retroativo do Interstício de 18/24 meses.	Originário	Pessoas
Portaria	85	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre a prorrogação da Portaria nº 167, de 24 de outubro de 2019.		
Portaria	86	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa a composição da Comissão Organizadora dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) do Bacharelado em Enfermagem.	Originário	Ensino
Portaria	87	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa a composição da Comissão de Acompanhamento do Enade 2020 do Curso Licenciatura em Física.	Originário	Ensino
Portaria	88	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa a composição da Comissão de Estudo e Ações Necessárias a Partir dos Resultados Divulgados no Relatório da CPA sobre o Curso de Licenciatura em Física.	Originário	Ensino
Portaria	89	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa a composição da Comissão de Elaboração do Instrumento de Avaliação do Coordenador do Curso de Licenciatura em Física.	Originário	Ensino
Portaria	90	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa a composição da Comissão de Elaboração do Instrumento de Avaliação dos Professores do Curso de Licenciatura em Física.	Originário	Ensino
Portaria	91	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Instaura o Clube de Robótica do IFPE - *Campus* Pesqueira.	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	92	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa a atualização da composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Matemática.	Originário	Ensino
Portaria	93	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa a atualização da Comissão de Reestruturação do Projeto Pedagógico de Curso da Licenciatura em Matemática.	Originário	Ensino
Portaria	96	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa instituir o Núcleo de Pesquisas, Estudos e Extensão em Meio Ambiente e Sustentabilidade (Nupemas).	Originário	Extensão
Portaria	97	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Dispõe sobre equipe competente para elaboração de editais para compras.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	102	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa instituir o Núcleo de Estudos de Engenharia e Ciência Ambiental (METYS).	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	114	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa diretrizes concernentes à organização do trabalho, mediante a publicação do Decreto Legislativo Federal nº 06/2020, bem como da Portaria nº 847/2020/GR/IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	131	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa a Comissão de Elaboração de Viabilidade para Implantação do Curso de Especialização em Energia Solar Fotovoltaica.	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	133	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Designa a Comissão de Organização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Município de Pesqueira.	Originário	Extensão
Portaria	138	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Pesqueira	Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Física.	Originário	Ensino

Resolução	8	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Plano do Curso Técnico em Eletrotécnica Integrado do *Campus* Pesqueira.	Originário	Ensino
Resolução	11	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Plano do Curso Técnico Integrado em Edificações - *Campus* Pesqueira.	Originário	Ensino
Resolução	36	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Matemática Parfor - *Campus* Pesqueira.	Originário	Ensino
Resolução	41	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do Curso Superior de Bacharelado em Enfermagem - *Campus* Pesqueira.	Originário	Ensino
Resolução	46	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Matemática, a ser ministrado no IFPE - *Campus* Pesqueira.	Originário	Ensino
Resolução	54	2010	Conselho Superior	Homologa a Resolução Consup nº 11/2010.	Originário	Ensino
Resolução	68	2010	Conselho Superior	Homologa a Resolução Consup nº 36/2010.	Originário	Ensino
Resolução	73	2010	Conselho Superior	Homologa a Resolução Consup nº 41/2010.	Originário	Ensino
Resolução	77	2010	Conselho Superior	Homologa a Resolução Consup nº 46/2010.	Originário	Ensino
Resolução	28	2011	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, as Matrizes Curriculares dos Cursos Técnico em Eletroeletrônica, Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Edificações, na forma Integrado Regular, e do Curso Técnico em Eletrotécnica, na forma Integrado Proeja, do *Campus* Pesqueira.	Originário	Ensino
Resolução	62	2011	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Enfermagem do *Campus* Pesqueira.	Originário	Ensino
Resolução	1	2012	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Física do *Campus* Pesqueira.	Originário	Ensino
Resolução	6	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física do *Campus* Pesqueira.	Originário	Ensino
Resolução	57	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Auxiliar Administrativo Proeja, a ser ofertado pelo *Campus* Pesqueira.	Originário	Ensino
Resolução	75	2014	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Regimento Interno do *Campus* Pesqueira.	Originário	Gestão Executiva
Resolução	85	2014	Conselho Superior	Homologa a Resolução *ad referendum* nº 75/2014, que aprova o Regimento Interno do *Campus* Pesqueira.	Originário	Ensino
Resolução	38	2016	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Elétrica do *Campus* Pesqueira.	Originário	Ensino
Resolução	51	2019	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do curso de Qualificação Profissional em Auxiliar de Gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho Proeja - *Campus* Pesqueira.	Originário	Ensino
Resolução	45	2020	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de pós-graduação *lato sensu* em Ensino de Física e Matemática do IFPE - *Campus* Pesqueira.	Originário	Ensino
Resolução	52	2020	Conselho Superior	Aprova a reformulação integral do Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Física do IFPE - *Campus* Pesqueira.	Originário	Ensino
Resolução	20	2003	Conselho Superior	Autoriza o funcionamento dos cursos Técnico Industrial em Eletroeletrônica e Técnico Industrial em Eletrotécnica da UNED de Pesqueira/CEFET-PE.	Originário	Ensino
Resolução	48	2006	Conselho Superior	Homologa o Curso Técnico em Edificações Subsequente.	Originário	Ensino

ANEXO XVII

CAMPUS RECIFE

ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Edital	1	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	PROCESSO SELETIVO ÀS COMUNIDADES INTERNA E EXTERNA PARA CURSOS OFERTADOS PELO CELLE	Originário	Extensão
Edital	2	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	PROGRAMA BOLSA CULTURA	Originário	Extensão
Edital	3	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	MUDANÇA DO REGIME DE TRABALHO DOCENTE	Originário	Pessoas
Edital	3	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	CHAMADA INTERNA PARA O PROGRAMA DE BENEFÍCIO EVENTUAL	Originário	Assistência Estudantil
Edital	4	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	PROCESSO SELETIVO PARA O CORPO DISCENTE DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO *LATO SENSU*	Originário	Pesquisa e Inovação
Edital	5	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	PROCESSO SELETIVO DE FINANCIAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	Originário	Pessoas
Edital	6	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	PRORROGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO REMUNERADO DO *CAMPUS* RECIFE DO IFPE	Originário	Pessoas
Edital	6	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	INSCRIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	Originário	Assistência Estudantil
Edital	23	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	CADASTRAMENTO DE ESTUDANTES QUE NECESSITEM DE INCLUSÃO DIGITAL EMERGENCIAL PARA PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES ACADÊMICAS NO MODO REMOTO	Originário	Assistência Estudantil
Ordem de Serviço	1	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Indica membros internos do Centro de História, Memória e Documentação do IFPE - *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Ordem de Serviço	5	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa servidor como coordenador das palestras e seminários direcionados aos corpos discente e docente do curso Técnico em Refrigeração e Climatização.	Originário	Ensino
Ordem de Serviço	6	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa servidor como coordenador dos Laboratórios de Refrigeração Central do curso Técnico em Refrigeração e Climatização.	Originário	Ensino
Ordem de Serviço	10	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa servidora como coordenadora do Laboratório de Mecânica dos Fluidos (sala F43) do curso Técnico em Refrigeração e Climatização.	Originário	Ensino
Ordem de Serviço	16	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Torna sem efeito a Ordem de Serviço nº 02/2020.	Revogação	Ensino
Ordem de Serviço	17	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Torna sem efeito a Ordem de Serviço nº 07/2020.	Revogação	Pessoas
Ordem de Serviço	18	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Torna sem efeito a Ordem de Serviço nº 03/2020.	Revogação	Ensino
Ordem de Serviço	19	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Indica docentes para montagem do horário 2020.2 da CACTM e da CACSEM.	Originário	Ensino
Ordem de Serviço	20	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Indica docentes para montagem do horário 2020.2 da CACTQ.	Originário	Ensino
Portaria	10	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa Colegiado para Banca Avaliadora do Curso de Geografia.	Originário	Ensino
Portaria	11	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa Colegiado para Curso Superior em Geografia.	Originário	Ensino
Portaria	24	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Torna sem efeito a Portaria nº 485/2016/DGCR.	Anulação	Pessoas
Portaria	25	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa localização de servidor.	Originário	Pessoas
Portaria	26	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa localização de servidor.	Originário	Pessoas
Portaria	31	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa Núcleo Docente Estruturante (NDE).	Originário	Ensino
Portaria	39	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Retifica a Portaria nº 586/2019/DGCR.	Retificação	Pessoas
Portaria	41	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa coordenador.	Originário	Pessoas
Portaria	41	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa coordenador.	Originário	Pessoas
Portaria	44	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa membros para instituir o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Radiologia.	Originário	Ensino

Portaria	49	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa lotação.	Originário	Pessoas
Portaria	53	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Retifica a Portaria nº 02/2018/DGCR.	Retificação	Pessoas
Portaria	54	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa coordenador.	Originário	Ensino
Portaria	55	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa representante - Fiscal de contrato.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	64	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa Comissão Disciplinar Discente.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	67	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa o Colegiado do Curso Técnico de Segurança do Trabalho.	Originário	Ensino
Portaria	68	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa o Colegiado do Curso de Engenharia de Segurança do Trabalho.	Originário	Ensino
Portaria	69	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa Comissão de Reformulação - Curso Técnico de Segurança do Trabalho.	Originário	Ensino
Portaria	76	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa coordenador.	Originário	Ensino
Portaria	78	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa orientadores - DASE.	Originário	Ensino
Portaria	80	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa lotação de servidor.	Originário	Pessoas
Portaria	81	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa lotação de servidor.	Originário	Pessoas
Portaria	82	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa coordenador.	Originário	Ensino
Portaria	83	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Indica supervisores de estágio.	Originário	Pessoas
Portaria	85	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa representante - Fiscal do Contrato nº 29/2014, firmado com a empresa SOLL - SERVIÇOS, OBRAS E LOCAÇÃO LTDA.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	86	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa representante - Fiscal do Contrato nº 06/2019, firmado com a empresa SILVA & SILVA TERCEIRIZAÇÃO.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	87	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa representante - Fiscal do Contrato nº 03/2020, firmado com a empresa SENEAPE SOLUÇÕES AMBIENTAIS EIRELI.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	95	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa servidores para a Comissão de Colação de Grau do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	99	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa lotação de servidor.	Originário	Pessoas
Portaria	100	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa lotação de servidor.	Originário	Pessoas
Portaria	109	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Institui a Comissão de Elaboração do Projeto de Proteção Contra Incêndios e do Plano de Atendimento de Emergências do IFPE.	Originário	Infraestrutura
Portaria	119	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa lotação de servidor.	Originário	Pessoas
Portaria	122	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa lotação de servidora.	Originário	Pessoas
Portaria	127	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Concede progressão funcional.	Originário	Pessoas
Portaria	128	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Institui a Comissão Equipe Gestora do LAB IFMaker do IFPE - *Campus* Recife.	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	129	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa lotação de servidor.	Originário	Pessoas
Portaria	147	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Institui a Comissão de Estudo de Viabilidade para a Implementação do Curso Superior de Gestão.	Originário	Ensino
Portaria	148	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Institui a Comissão de Estudo de Viabilidade e de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação em Tecnologias Assistivas.	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	151	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa o Colegiado do Curso de Especialização em Sustentabilidade Urbana.	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	152	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Prorroga a Portaria nº 115/2020/DGCR.	Alteração	Infraestrutura
Portaria	153	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Prorroga a Portaria nº 116/2020/DGCR.	Alteração	Ensino
Portaria	154	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Retifica a Portaria nº 116/2020/DGCR.	Retificação	Ensino
Portaria	160	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa lotação de servidor.	Originário	Pessoas
Portaria	161	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa Comissão - Link DGCR e Prodin.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	163	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Institui Comissão - Sistema Fluxo IFPE.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	164	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Institui Comissão - Estágio Probatório *Campus* Recife.	Originário	Pessoas
Portaria	166	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Institui Comissão - Reformulação Curso Técnico de Eletrotécnica.	Originário	Ensino
Portaria	170	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Institui Comissão para Elaboração de Documento Orientador para Atividades de Ensino de Forma Remota na Retomada do Semestre Letivo 2020.1.	Originário	Ensino
Portaria	171	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Institui Comissão de Capacitação.	Originário	Pessoas
Portaria	178	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa suporte técnico-pedagógico à Coordenação do Curso Técnico em Edificações.	Originário	Ensino
Portaria	179	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa Equipe de Planejamento - Manutenção Preventiva, Limpeza e Conservação de Bens Móveis e Imóveis.	Originário	Infraestrutura
Portaria	181	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa o Colegiado do Curso de Especialização em Educação Ambiental.	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	182	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa o Colegiado para Banca Avaliadora Especial dos Cursos de Telecomunicações, Eletrônica, Eletrotécnica e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.	Originário	Ensino
Portaria	184	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa Comissão de Viabilização de Componente Curricular.	Originário	Ensino
Portaria	185	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa Comissão de Planejamento, Elaboração e Revisão de Portfólios de Ações CATU 2020.	Originário	Ensino
Portaria	187	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Cria o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) e o Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade (Neged).	Originário	Extensão
Portaria	188	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa lotação de servidora.	Originário	Pessoas
Portaria	191	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa coordenador de Física.	Originário	Ensino
Portaria	193	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa ouvidor do *Campus* Recife.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	203	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Institui Comissão Especial para as Recomendações - CGU.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	204	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Institui o Colegiado do Curso Superior em Turismo do 1º semestre de 2020.	Alteração	Ensino
Portaria	205	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Afastamento para doutorado.	Originário	Pessoas
Portaria	208	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa lotação de servidor.	Originário	Pessoas
Portaria	220	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa equipe de planejamento.	Originário	Infraestrutura
Portaria	226	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Regulamenta as orientações normativas sobre a configuração da retomada dos semestres letivos 1 e 2 do ano de 2020 do *Campus* Recife.	Originário	Ensino

Portaria	230	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Revalida a Portaria nº 165/2020/DGCR.	Alteração	Ensino
Portaria	231	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Revalida a Portaria nº 166/2020/DGCR.	Alteração	Ensino
Portaria	232	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Revalida a Portaria nº 177/2020/DGCR.	Alteração	Pesquisa e Inovação
Portaria	233	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa apoio administrativo.	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	235	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Institui a Comissão Especial de Regime Diferenciado de Contratação de Obra de Acessibilidade.	Originário	Infraestrutura
Portaria	261	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa equipe de planejamento.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	281	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Revalida a Portaria Nº 150/2020/DGCR.	Originário	Ensino
Portaria	304	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Cria a Comissão de Seleção Discente do Curso de Especialização em Matemática Comercial, Contábil, Econômica, Atuarial e Financeira - 2020.	Originário	EnsiPesquisa e Inovação
Edital	42	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	INSCRIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	29	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Inclui e exclui na Portaria nº 179/2013/DGCR.	Alteração	Ensino
Portaria	31	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Destitui comissões.	Revogação	Pessoas
Portaria	38	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Regulamenta a utilização de aeronave remotamente pilotada (drone) no *Campus* Recife.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	49	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão de Recebimento das Salas Modulares e Atesto de Nota Fiscal.	Originário	Orçamento e finanças
Portaria	54	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa o Colegiado do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo.	Originário	Ensino
Portaria	55	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Gestão de Turismo.	Originário	Ensino
Portaria	56	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa representante - Fiscal de contrato.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	60	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Autoriza o Plano de Contingência da Biblioteca Joseph Mesel.	Originário	Ensino
Portaria	79	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Atualiza o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Design Gráfico.	Alteração	Ensino
Portaria	101	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Inclui membro no Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Engenharia Mecânica.	Alteração	Ensino
Portaria	102	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa membros para compor o Colegiado do Curso Superior de Engenharia Mecânica.	Alteração	Ensino
Portaria	130	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão de Mapeamento e Atualização das Instalações Elétricas.	Originário	Infraestrutura
Portaria	131	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão de Componentes Curriculares da Área de Formação Geral.	Originário	Ensino
Portaria	132	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa membros para comporem o Núcleo de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais (Napne).	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	133	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Equipe Multiprofissional do IFPE - *Campus* Recife.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	134	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão de Levantamento dos Materiais Utilizados nas Atividades Acadêmicas.	Originário	Ensino
Portaria	135	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Inclui membro na Comissão de Formatura do do IFPE - *Campus* Recife.	Alteração	Ensino
Portaria	142	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão para Estruturação e Elaboração do Projeto Pedagógico da Pós-Graduação *Lato Sensu* do Curso de Especialização em Construções Sustentáveis.	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	163	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão para Iniciação de Trabalhos de Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Superior em Engenharia Mecânica.	Originário	Ensino
Portaria	166	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão para Preparação das Olimpíadas de Química.	Originário	Ensino
Portaria	169	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão para Revisão e Elaboração de Pedidos de Compras de Equipamentos e Utensílios dos Laboratórios Ligados à Coordenação de Engenharia Civil.	Originário	Ensino
Portaria	170	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão para Elaboração do Estudo de Viabilidade de Implantação do Curso Tecnológico em Música.	Originário	Ensino
Portaria	192	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão para Atualização e Requalificação dos Quadros Elétricos e da Subestação.	Originário	Infraestrutura
Portaria	202	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Proíbe o uso de armas de brinquedo no âmbito do *Campus* Recife.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	212	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão do Calendário Acadêmico.	Originário	Ensino
Portaria	213	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão Disciplinar Discente dos Cursos Técnicos em Refrigeração e Climatização, Química, Eletrotécnica, Telecomunicações, Eletrônica e Mecânica e dos Cursos Superiores em Tecnologia em Gestão de Turismo, Engenharia Mecânica e Engenharia Civil do IFPE - *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Portaria	214	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão Disciplinar Discente dos Cursos Técnicos em Edificações, Saneamento e Segurança do Trabalho e dos Cursos Superiores em Tecnologia em Gestão Ambiental, Licenciatura em Geografia, Tecnologia em Design Gráfico, Tecnologia em Radiologia e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do IFPE - *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Portaria	216	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Inclui membro no Colegiado do Curso de Design Gráfico.	Alteração	Ensino
Portaria	217	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Regulamenta os prazos para solicitação de documentos acadêmicos às Secretarias de Registro Escolar (SREs) e à Coordenação de Gestão do Controle Acadêmico (CGCA).	Originário	Gestão Executiva
Portaria	218	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa Conselho de Classe para o Curso Técnico em Edificações.	Originário	Ensino
Portaria	231	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa servidores para a Comissão de Implantação do Centro de História e Memória do IFPE.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	233	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão da Semana Nacional do Meio Ambiente do Mestrado Profissional em Gestão Ambiental.	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	254	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão das Práticas Interpretativas em Música Popular com Ênfase no Frevo.	Originário	Ensino
Portaria	255	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão de Integração Empresa-Escola na Coordenação do Curso de Química (CACTQ).	Originário	Ensino
Portaria	256	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão de Reformulação das Matrizes Curriculares dos Cursos Técnicos Integrados.	Originário	Ensino
Portaria	258	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa o Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Tecnologia em Radiologia.	Originário	Ensino
Portaria	270	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Inclui e exclui membros do Colegiado do Curso Superior de Engenharia Mecânica.	Alteração	Ensino
Portaria	271	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Retifica a Portaria nº 102/2019/DGCR.	Alteração	Ensino
Portaria	308	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Geografia.	Originário	Ensino
Portaria	329	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Regulariza o horário da capela.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	394	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Estabelece o horário de funcionamento do IFPE - *Campus* Recife.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	438	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa Representante - Fiscal de contrato.	Originário	Orçamento e finanças
Portaria	512	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Encerra a atividade da Comissão de Seleção de Corpo Discente da Especialização em Educação Ambiental e Cultural do *Campus* Recife.	Originário	Ensino

Portaria	516	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão de Normatização do Uso de Equipamentos e Espaços do Parque Esportivo do IFPE - *Campus* Recife.	Originário	Gestão Executiva
Portaria	563	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa Representante - Fiscal do Contrato nº 11/2012, firmado com a empresa COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO (COMPESA).	Originário	Orçamento e finanças
Portaria	565	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa Representante - Fiscal do Contrato nº 02/2012, firmado com a empresa COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO (CELPE).	Originário	Orçamento e finanças
Portaria	582	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Indica servidores para comporem o Cadastro de Servidores Habilitados (CSH) a atuar nos Processos Disciplinares Discentes.	Originário	Assistência Estudantil
Resolução	10	2019	Conselho Superior	Aprova a reformulação integral do Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura Plena em Geografia do IFPE - *Campus* Recife.	Alteração	Ensino
Resolução	12	2019	Conselho Superior	Aprova a reformulação integral do Projeto Pedagógico do curso de Tecnologia em Radiologia do IFPE - *Campus* Recife.	Alteração	Ensino
Resolução	32	2019	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Práticas Interpretativas em Música Popular com Ênfase no Frevo do IFPE - *Campus* Recife.	Originário	Pesquisa e Inovação
Portaria	328	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão de Reformulação do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo.	Originário	Ensino
Portaria	586	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Inclui membro na composição do Núcleo Docente Estruturante do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas.	Alteração	Ensino
Portaria	630	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão de Elaboração e Atualização do Projeto Pedagógico do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Desenvolvimento de Sistemas Embarcados.	Originário	Ensino
Portaria	10	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa banca para compor a Comissão Disciplinar Discente.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	13	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa fiscais do Contrato nº 29/2014.	Originário	Orçamento e Finanças
Portaria	14	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Exclui servidor das Portarias nº 517/2016/DGCR e nº 524/2016/DGCR, referentes aos Contratos nº 29/2014 e nº 06/2016.	Alteração	Orçamento e Finanças
Portaria	74	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão Disciplinar Discente Específica.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	90	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Regulamenta os prazos para emissão de documentos acadêmicos pelas Secretarias de Registro Escolar (SREs) e pela Coordenação de Gestão do Controle Acadêmico (CGCA).	Originário	Ensino
Portaria	108	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Exclui e inclui membros na Comissão de Atualização do Projeto Político Pedagógico do Curso de Tecnologia em Radiologia.	Alteração	Ensino
Portaria	110	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Exclui e inclui membros no Colegiado e Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Tecnologia em Radiologia.	Alteração	Ensino
Portaria	136	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa o Colegiado do Curso Superior em Engenharia Mecânica.	Originário	Ensino
Portaria	326	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Encerra o trabalho de comissões.	Revogação	Orçamento e Finanças
Portaria	351	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Exclui membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Engenharia Mecânica.	Alteração	Ensino
Portaria	352	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Exclui e inclui membros na Comissão de Gestão de Laboratórios - DASE do IFPE - *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Portaria	534	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Altera a Portaria nº 136/2017/DGCR.	Alteração	Ensino
Portaria	536	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Altera a Portaria nº 317/2017/DGCR.	Alteração	Ensino
Resolução	1	2017	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Ambiental do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	9	2017	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 44/2016, que aprova, *ad referendum*, a alteração da denominação do curso técnico em Refrigeração e Ar Condicionado para curso técnico em Refrigeração e Climatização, na modalidade Integrado Proeja, do *Campus* Recife.	Alteração	Ensino
Resolução	10	2017	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 01/2017, que aprova, *ad referendum*, o PPC do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Portaria	57	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa o Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo.	Originário	Ensino
Portaria	400	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa a Comissão do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Elétrica do IFPE - *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	21	2016	Conselho Superior	Aprova o Projeto de Curso do Mestrado Acadêmico em Tecnologia das Radiações do *Campus* Recife	Originário	Pesquisa e Inovação
Resolução	36	2016	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Mecânica do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	26	2015	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional em Agente de Observação de Segurança na Indústria do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	27	2015	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Refrigeração e Climatização, subsequente, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	41	2015	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional em Eletricista Instalador Predial, Proeja, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	10	2014	Conselho Superior	Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Química, integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Recife.	Alteração	Ensino
Resolução	11	2014	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Química, subsequente, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	12	2014	Conselho Superior	Aprova a reformulação integral do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Saneamento, subsequente, do *Campus* Recife.	Alteração	Ensino
Resolução	36	2014	Conselho Superior	Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações, integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Recife.	Alteração	Ensino
Resolução	37	2014	Conselho Superior	Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Saneamento, integrado ao Ensino Médio, do Campus Recife.	Alteração	Ensino
Resolução	46	2014	Conselho Superior	Aprova a alteração da denominação do curso de Engenharia de Produção Civil para Engenharia Civil do IFPE - *Campus* Recife.	Alteração	Ensino
Resolução	54	2014	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Eletrônica, integrado, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	57	2014	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Civil, reformulado, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	67	2014	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Eletrônica, subsequente, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	70	2014	Conselho Superior	Altera a Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Radiologia do *Campus* Recife.	Alteração	Ensino
Resolução	43	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Telecomunicações, na forma subsequente, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	77	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na forma subsequente, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	78	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na forma integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	79	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletrotécnica, na forma subsequente, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	80	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletrotécnica, na forma integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino

Resolução	81	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Mecânica, na forma integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	82	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Mecânica, na forma subsequente, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	60	2012	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Análise de Sistemas do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	64	2012	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 060/2012, que aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Análise de Sistemas do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	65	2012	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações Subsequente do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Portaria	257	2011	Diretor/a-Geral do *Campus* Recife	Designa o Colegiado do Curso Superior em Gestão de Turismo.	Originário	Ensino
Resolução	6	2011	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Saneamento (Subsequente) do *Campus* Recife, a ser ministrado a partir de 2011.1.	Originário	Ensino
Resolução	9	2011	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia, a ser ministrado no *Campus* Recife a partir de 2011.1.	Originário	Ensino
Resolução	13	2011	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	10	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Plano do Curso de Engenharia de Produção Civil - *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	28	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do Curso Técnico Subsequente em Saneamento - *Campi* Afogados da Ingazeira e Recife.	Originário	Ensino
Resolução	29	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do Curso Técnico Subsequente em Edificações - *Campi* Caruaru e Recife.	Originário	Ensino
Resolução	12	2014	Conselho Superior	Aprova a reformulação integral do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Saneamento, subsequente, do *Campus* Recife.	Alteração	Ensino
Resolução	37	2014	Conselho Superior	Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Saneamento, integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Recife.	Alteração	Ensino
Resolução	32	2011	Conselho Superior	Homologa a Resolução Consup *ad referendum* nº 06/2011.	Originário	Ensino
Resolução	38	2008	Conselho Superior	Aprova o Plano de Curso Técnico em Saneamento Ambiental.	Originário	Ensino
Resolução	26	2005	Conselho Superior	Aprova o Plano de Curso Técnico em Saneamento Ambiental do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFETPE).	Originário	Ensino
Resolução	11	2001	Conselho Superior	Autoriza o funcionamento dos cursos de nível técnico em Saneamento Ambiental e em Segurança do Trabalho.	Originário	Ensino
Resolução	35	2014	Conselho Superior	Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações, subsequente, do *Campus* Recife.	Alteração	Ensino
Resolução	36	2014	Conselho Superior	Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações, integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Recife.	Alteração	Ensino
Resolução	65	2012	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações Subsequente - *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Portaria	490	2009	Conselho Superior	Aprova cursos.	Originário	Ensino
Resolução	39	2008	Conselho Superior	Aprova o Plano de Curso Técnico Integrado em Edificações.	Originário	Ensino
Resolução	13	2005	Conselho Superior	Aprova o Plano do Curso Técnico em Edificações do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFETPE).	Originário	Ensino
Resolução	2	2000	Conselho Superior	Autoriza o funcionamento dos Cursos Técnicos de Construção de Edifícios e de Serviços Turísticos e Hospedagem no CEFETPE.	Originário	Ensino
Resolução	82	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Mecânica, na forma subsequente, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	81	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Mecânica, na forma integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Portaria	1156	2009	Conselho Superior	Aprova o Plano de Curso Técnico Subsequente em Mecânica.	Originário	Ensino
Resolução	67	2014	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Eletrônica, subsequente, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	54	2014	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Eletrônica, integrado, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	11	2008	Conselho Superior	Aprova o Plano de Curso Técnico Integrado de Eletrônica.	Originário	Ensino
Resolução	19	2005	Conselho Superior	Aprova o Plano de Curso Técnico em Eletrônica com ênfase em Automação Industrial do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFETPE).	Originário	Ensino
Resolução	43	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Telecomunicações, na forma subsequente, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	22	2005	Conselho Superior	Aprova o Plano de Curso Técnico em Telecomunicações com ênfase em Telefonia do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFETPE).	Originário	Ensino
Resolução	77	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na forma subsequente, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	78	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na forma integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Portaria	772	2009	Conselho Superior	Aprova o Plano de Curso Técnico Integrado de Segurança do Trabalho.	Originário	Ensino
Resolução	11	2004	Conselho Superior	Aprova o Plano de Curso Técnico de Segurança do Trabalho.	Originário	Ensino
Resolução	11	2001	Conselho Superior	Aprova o funcionamento dos cursos de nível técnico em Saneamento Ambiental e em Segurança do Trabalho.	Originário	Ensino
Resolução	13	2006	Conselho Superior	Aprova o Plano de Curso Técnico em Serviços Turísticos de Eventos, Hospedagem e Agenciamento do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFETPE).	Originário	Ensino
Resolução	10	2005	Conselho Superior	Homologa e altera a Resolução nº 03/2003, que trata da autorização para funcionamento do Curso Técnico de Turismo do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFETPE).	Originário	Ensino
Resolução	13	2008	Conselho Superior	Aprova o Plano de Curso Técnico em Mecânica Industrial - Integrado.	Originário	Ensino
Resolução	1	2005	Conselho Superior	Aprova o Plano de Curso Técnico em Mecânica Industrial.	Originário	Ensino
Resolução	4	2000	Conselho Superior	Estende os efeitos da Resolução nº 02 do Conselho Diretor aos demais Cursos Técnicos do CEFETPE.	Originário	Ensino
Resolução	11	2014	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Química, subsequente, do *campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	10	2014	Conselho Superior	Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Química, integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Recife.	Alteração	Ensino
Resolução	7	2007	Conselho Superior	Aprova o Plano de Curso Técnico em Química Industrial do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFETPE).	Originário	Ensino
Resolução	35	2008	Conselho Superior	Aprova o Plano de Curso Técnico Integrado em Química Industrial.	Originário	Ensino
Resolução	23	2005	Conselho Superior	Aprova o Plano de Curso Técnico em Química Industrial do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFETPE).	Originário	Ensino
Resolução	27	2015	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Refrigeração e Climatização, subsequente, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	40	2008	Conselho Superior	Aprova o Plano de Curso Técnico em Refrigeração e Climatização.	Originário	Ensino
Portaria	667	2009	Conselho Superior	Aprova o Plano de Curso Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado - Proeja.	Originário	Ensino
Resolução	12	2005	Conselho Superior	Aprova o Plano do Curso Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFETPE).	Originário	Ensino
Resolução	79	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletrotécnica, na forma subsequente, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	80	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletrotécnica, na forma integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	12	2008	Conselho Superior	Aprova o Plano de Curso Técnico Industrial em Eletrotécnica Integrado.	Originário	Ensino
Resolução	41	2008	Conselho Superior	Aprova o Plano de Curso Industrial de Nível Médio Integrado em Eletrotécnica - Proeja.	Originário	Ensino
Resolução	54	2014	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Civil Reformulado do *Campus* Recife.	Alteração	Ensino
Resolução	36	2016	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Mecânica do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	10	2019	Conselho Superior	Aprova a reformulação integral do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Geografia do IFPE - *Campus* Recife.	Alteração	Ensino

Resolução	54	2014	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Eletrônica, integrado, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	36	2014	Conselho Superior	Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações, integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Recife.	Alteração	Ensino
Resolução	37	2014	Conselho Superior	Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Saneamento, integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Recife.	Alteração	Ensino
Resolução	78	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na forma integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	81	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Mecânica, na forma integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	10	2014	Conselho Superior	Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Química, integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Recife.	Alteração	Ensino
Resolução	60	2012	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	12	2019	Conselho Superior	Aprova a reformulação integral do Projeto Pedagógico do curso de Tecnologia em Radiologia do IFPE - *Campus* Recife.	Alteração	Ensino
Portaria	598	2013	Conselho Superior	Renovação do Reconhecimento dos Cursos Superiores de Graduação.	Originário	Ensino
Resolução	1	2017	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Ambiental do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	35	2014	Conselho Superior	Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações, subsequente, do *Campus* Recife.	Alteração	Ensino
Resolução	67	2014	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Eletrônica, subsequente, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	82	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Mecânica, na forma subsequente, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	11	2014	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Química, subsequente, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	27	2015	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Refrigeração e Climatização, subsequente, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	12	2014	Conselho Superior	Aprova a reformulação integral do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Saneamento, subsequente, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	77	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na forma subsequente, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino
Resolução	43	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Telecomunicações, na forma subsequente, do *Campus* Recife.	Originário	Ensino

ANEXO XVIII

CAMPUS VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

ESPÉCIE	NÚMERO	ANO	EMITENTE	EMENTA	TIPO	**MACROPROCESSO**
Portaria	167	2021	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Regulamenta as práticas profissionais obrigatórias previstas nos projetos pedagógicos dos cursos técnicos integrados e subsequentes de discentes do IFPE - *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Pessoas
Portaria	166	2021	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Regulamenta os estágios no *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	5	2021	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Institui a Comissão Institucional de Formatura do *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Ensino
Portaria	3	2021	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão		Originário	Ensino
Portaria	1	2021	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa servidores para comporem a Equipe de Fiscalização e Execução do Contrato nº 001/2021 - DGVSA, oriundo do RDC nº 001/2020.	Originário	Infraestrutura
Portaria	159	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Práticas de estágios presenciais e remotas realizadas por discentes do IFPE/CVSA durante o período de pandemia provocada pelo novo coronavírus (Covid-19).	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	158	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão para Elaboração de Estudo de Viabilidade de Curso (EVC) de Especialização em Ciências Humanas, Filosofia e Educação.	Originário	Ensino
Portaria	153	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão para Estudo de Viabilidade do Curso Técnico Subsequente em Informática.	Originário	Ensino
Portaria	152	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão para Estudo de Viabilidade do Curso de Especialização em Ensino de Ciências e Matemática.	Originário	Ensino
Portaria	151	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão para Estudo de Viabilidade do Curso Técnico Subsequente em Agroecologia.	Originário	Ensino
Portaria	150	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão para Estudo de Viabilidade do Curso Técnico Subsequente em Alimentos.	Originário	Ensino
Portaria	149	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão para utilização do PNAE.	Originário	Infraestrutura
Portaria	148	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão para Estudo de Viabilidade para Funcionamento do Curso Técnico Integrado em Química.	Originário	Ensino
Portaria	147	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão para Estudo de Viabilidade de Criação do Curso Técnico Subsequente em Aquicultura.	Originário	Ensino
Portaria	146	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão para apoiar a IRP para aquisição de mobiliários escolares.	Originário	Infraestrutura
Portaria	145	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão para Aquisição de Mobiliários Escolares.	Originário	Infraestrutura
Portaria	139	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão para apoiar a operacionalização da IRP de insumos agrícolas.	Originário	Infraestrutura
Portaria	138	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão para planejamento da IRP de insumos agrícolas.	Originário	Infraestrutura
Portaria	137	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão de Inventário de Semoventes e Equipamentos de Montaria.	Originário	Infraestrutura
Portaria	136	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão de Apoio para a RDC de Reforma dos Alojamentos Masculinos do IFPE - *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Infraestrutura
Portaria	131	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão da Equipe de Planejamento da Contratação de Reforma do Alojamento Masculino do *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Infraestrutura
Portaria	130	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa fiscais do Contrato nº 07/2020, efetivado com a Empresa SILVA & SILVA TERCEIRIZAÇÃO LTDA - ME.	Originário	Infraestrutura
Portaria	129	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa fiscais do Contrato nº 06/2020, efetivado com a Empresa SILVA & SILVA TERCEIRIZAÇÃO LTDA - ME.	Originário	Infraestrutura
Portaria	128	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa fiscais do Contrato nº 04/2020, efetivado com a Empresa SILVA & SILVA TERCEIRIZAÇÃO LTDA - ME.	Originário	Infraestrutura
Portaria	127	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa fiscais do Contrato nº 05/2019, efetivado com a Empresa SILVA & SILVA TERCEIRIZAÇÃO LTDA - ME.	Originário	Infraestrutura
Portaria	73	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Bacharelado em Agronomia.	Originário	Ensino
Portaria	71	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão para Elaboração do Projeto de Especialização em Tecnologias Sustentáveis nas Ciências Agrárias.	Originário	Ensino
Portaria	70	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa equipe multiprofissional.	Originário	Ensino
Portaria	38	2020	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa comissão para desenvolver atividades administrativas pedagógicas junto à Coordenação-Geral de Produção.	Originário	Ensino
Portaria	299	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Fiscal do Contrato nº 005/2019, firmado com a Empresa SILVA & SILVA TERCEIRIZAÇÃO LTDA - ME.	Originário	Infraestrutura
Portaria	298	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Fiscal do Contrato nº 04/2019, firmado com a Empresa SILVA & SILVA TERCEIRIZAÇÃO LTDA - ME.	Originário	Infraestrutura

Portaria	297	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Fiscal de contrato firmado com a Empresa SILVA & SILVA TERCEIRIZAÇÃO LTDA - ME.	Originário	Infraestrutura
Portaria	246	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão de Jubilamento do Curso de Bacharelado em Agronomia.	Originário	Ensino
Portaria	245	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão de Jubilamento do Curso de Licenciatura em Química.	Originário	Ensino
Portaria	244	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão de Jubilamento do Curso Técnico Integrado em Agroindústria.	Originário	Ensino
Portaria	243	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão de Jubilamento do Curso Técnico Integrado em Agropecuária.	Originário	Ensino
Portaria	242	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão de Jubilamento do Curso Técnico Subsequente em Agricultura.	Originário	Ensino
Portaria	241	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão de Jubilamento do Curso Técnico Subsequente em Agroindústria.	Originário	Ensino
Portaria	240	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão de Jubilamento do Curso Técnico Subsequente em Zootecnia.	Originário	Ensino
Portaria	239	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão de Jubilamento do Curso Técnico Proeja em Agricultura Familiar.	Originário	Ensino
Portaria	238	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão de Jubilamento do Curso Técnico Proeja em Informática.	Originário	Ensino
Portaria	140	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Fiscal de contrato com a Instrucon Comércios e Serviços de Refrigeração EIRELI.	Originário	Infraestrutura
Portaria	139	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Fiscal de contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.	Originário	Infraestrutura
Portaria	126	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Solicitação de ajuda de custo para participação em eventos por discente.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	123	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Fiscal do Contrato nº 05/2018, firmado com a EMPRESA IMPRENSA NACIONAL.	Originário	Infraestrutura
Portaria	122	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa fiscal do Contrato nº 26/2013, firmado com a empresa SILVA E SILVA TERCEIRIZAÇÃO LTDA.	Originário	Ensino
Portaria	121	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Fiscal do Contrato nº 04/2018, firmado com a PORTOCALLE COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS LTDA.	Originário	Ensino
Portaria	120	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Altera composição de comissão do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi).	Retificação	Ensino
Portaria	119	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa o coordenador de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Química.	Originário	Ensino
Portaria	115	2019	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa comissão para doação ou desfazimento dos bens do *Campus* que se encontram atualmente na condição de ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis.	Originário	Infraestrutura
Portaria	296	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa fiscal do Contrato nº 02/2018, firmado com EMPRESA MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS SOUZA.	Originário	Infraestrutura
Portaria	234	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Equipe de Planejamento da Contratação de Eventos.	Originário	Infraestrutura
Portaria	229	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Substituição de membro em comissão da Portaria nº 165/2018.	Alteração	Ensino
Portaria	207	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Estabelece o horário de trabalho das servidoras intérpretes de libras.	Originário	Infraestrutura
Portaria	198	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Fiscal do Contrato nº 03/2016, firmado com a EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO.	Originário	Infraestrutura
Portaria	195	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Regulamentação interna e uso dos laboratórios no IFPE - *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Ensino
Portaria	191	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa fiscal do Contrato nº 07/2018, firmado com a Empresa Money Turismo EIRELI - EPP.	Originário	Infraestrutura
Portaria	176	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Colégio de Coordenadores de Cursos do IFPE - *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Ensino
Portaria	163	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa fiscal do Contrato nº 06/2018, firmado com a ART-JET Comércios e Serviços de Informática LTDA.	Originário	Infraestrutura
Portaria	159	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão responsável pelo planejamento para elaboração dos estudos preliminares para contratação de serviços contínuos terceirizados.	Originário	Infraestrutura
Portaria	151	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Equipe de Planejamento da Contratação de empresa para eventuais serviços de agenciamento de viagens para voos regulares domésticos e internacionais.	Originário	Infraestrutura
Portaria	148	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa fiscal do Contrato nº 01/2015, firmado com a Celpe.		
Portaria	123	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão de Análise e Desenvolvimento de Sistema de Informação.	Originário	Ensino
Portaria	51	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Retificação da Portaria nº 295/2017/DG.	Alteração	Ensino
Portaria	49	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Aprova o Documento Orientador de Estágio Curricular dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do *Campus* Vitória de Santo Antão e seus formulários, identificados como Anexos I a XII.	Originário	Ensino
Portaria	30	2018	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Colegiado do Curso de Bacharelado em Agronomia.	Originário	Ensino
Portaria	282	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão Especial de Chamada Pública.	Originário	Infraestrutura
Portaria	271	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Fiscal do Contrato nº 01/2017, firmado com a Empresa CLARO S.A.	Originário	Infraestrutura
Portaria	223	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Fiscal do Contrato nº 05/2017, firmado com a INSTRUCON COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	Originário	Infraestrutura
Portaria	222	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Fiscal do Contrato nº 04/2017, firmado com o GRUPO NILDO SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA.	Originário	Infraestrutura
Portaria	221	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Fiscal do Contrato nº 03/2017, firmado com a PORTOCALLE COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS LTDA.	Originário	Infraestrutura
Portaria	220	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Fiscal do Contrato nº 02/2017, firmado com a SEGUROS SURA S.A.	Originário	Infraestrutura
Portaria	212	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Destitui e designa membros do NDE do curso de Bacharelado em Agronomia.	Originário	Ensino
Portaria	202	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa fiscal do Contrato nº 01/2013, firmado com a EMPRESA IMPRENSA NACIONAL.	Originário	Infraestrutura
Portaria	167	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa fiscal do Contrato nº 03/2016, firmado com a EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO.	Originário	Infraestrutura
Portaria	150	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão para definir e implementar política de tratamento/descarte dos resíduos gerados na produção geral do *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Infraestrutura
Portaria	131	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão de Estágio do *Campus* Vitória de Santo Antão como colegiado de gestão das questões pertinentes à matéria.	Originário	Ensino
Portaria	130	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão responsável pelo acompanhamento do Plano Institucional Estratégico para permanência e êxito dos estudantes do IFPE - *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Assistência Estudantil
Portaria	81	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão Permanente de Licitação.	Originário	Infraestrutura
Portaria	43	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa a Comissão de Reformulação Total do PPC do Curso de Licenciatura em Química.	Originário	Ensino
Portaria	41	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão de avaliação das atividades complementares acadêmicas dos discentes do curso de Bacharelado em Agronomia do IFPE - *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Ensino
Portaria	28	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão responsável por estabelecer critérios de uso racional dos recursos hídricos do *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Infraestrutura
Portaria	22	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa fiscal do Contrato nº 05/2016, firmado com a empresa SEGUROS SURA S.A.	Originário	Infraestrutura
Portaria	21	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa fiscal do Contrato nº 07/2016, firmado com a empresa TICKET SOLUÇÕES HDGFT S.A.	Originário	Infraestrutura
Portaria	20	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa fiscal do Contrato nº 05/2016, firmado com a empresa TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA.	Originário	Infraestrutura

Portaria	17	2017	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Designa fiscal do Contrato nº 26/2013, firmado com a empresa SILVA E SILVA TERCEIRIZAÇÃO.	Originário	Infraestrutura
Portaria	287	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Fiscal do Contrato nº 04/2015, firmado com a empresa GUARDSECURE SEGURANÇA EMPRESARIAL LTDA.	Originário	Infraestrutura
Portaria	286	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Fiscal do Contrato nº 01/2016, firmado com a empresa PETROCARD ADMINISTRAÇÃO DE CRÉDITO LTDA.	Originário	Infraestrutura
Portaria	216	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Fiscal do Contrato nº 20/2014, firmado com a empresa SERVAL - SERVIÇOS AUXILIARES LTDA.	Originário	Infraestrutura
Portaria	211	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Fiscal de contrato Contrato nº 01/2015, firmado com a CELPE	Originário	Infraestrutura
Portaria	147	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Fiscal do Contrato nº 04/2015, firmado com a empresa MBM SEGURADORA - SEGURO DISCENTES.	Originário	Infraestrutura
Portaria	124	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Contrato nº 17/2012, firmado com a vencedora da licitação, Maria das Graças dos Santos.	Originário	Infraestrutura
Portaria	122	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Altera fiscal do Contrato nº 29/2016, firmado com a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.	Alteração	Infraestrutura
Portaria	6	2016	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Fiscal do Contrato nº 01/2016, firmado com a Empresa PETROCARD ADMINISTRAÇÃO DE CRÉDITOS LTDA.	Originário	Infraestrutura
Portaria	136	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão de Bem-Estar Animal.	Originário	Ensino
Portaria	108	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão para Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso Superior em Engenharia de Alimentos.	Originário	Ensino
Portaria	107	2015	Diretor/a-Geral do *Campus* Vitória de Santo Antão	Comissão para Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente em Alimentos.	Originário	Ensino
Resolução	54	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio - *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Ensino
Resolução	70	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroindústria, na forma subsequente, do *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Ensino
Resolução	71	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio do *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Ensino
Resolução	72	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agricultura, na forma integrado - Proeja, reestruturado, do *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Ensino
Resolução	73	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional em Manutenção e Suporte em Informática - Proeja do *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Ensino
Resolução	74	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio, na modalidade Proeja, do *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Ensino
Resolução	75	2013	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química do *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Ensino
Resolução	3	2012	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a alteração na Matriz Curricular do curso de Agronomia do *Campus* Vitória de Santo Antão.	Alteração	Ensino
Resolução	7	2012	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a substituição na Matriz Curricular do curso de Agronomia do *Campus* Vitória de Santo Antão.	Alteração	Ensino
Resolução	13	2012	Conselho Superior	Homologa a Resolução *ad referendum* nº 003/2012.	Originário	Ensino
Resolução	15	2012	Conselho Superior	Homologa a Resolução *ad referendum* nº 007/2012.	Originário	Ensino
Resolução	22	2012	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, as alterações nas Matrizes Curriculares dos Cursos Técnicos em Agricultura, Agroindústria e Zootecnia, na modalidade subsequente, do *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Ensino
Resolução	30	2012	Conselho Superior	Homologa a Resolução *ad referendum* nº 022/2012.	Originário	Ensino
Resolução	70	2012	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na forma subsequente, do *Campus* Vitória de Santo Antão - a ser ofertado através do Pronatec.	Originário	Ensino
Resolução	77	2012	Conselho Superior	Homologa a Resolução nº 070/2012 *ad referendum*, que aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na forma subsequente, do *Campus* Vitória de Santo Antão - a ser ofertado através do Pronatec.	Originário	Ensino
Resolução	89	2012	Conselho Superior	Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Alimentos, na modalidade Pronatec, do IFPE - *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Ensino
Resolução	78	2011	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, a Matriz Curricular do Curso de Bacharelado em Agronomia do *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Ensino
Resolução	82	2011	Conselho Superior	Homologa a Resolução Consup *ad referendum* nº 78/2011.	Originário	Ensino
Resolução	7	2010	Conselho Superior	Aprova, *ad referendum*, o Plano de Curso da Licenciatura em Química do *Campus* Vitória de Santo Antão.	Originário	Ensino
Resolução	15	2010	Conselho Superior	Homologa a Resolução Consup *ad referendum* nº 07/2010.	Originário	Ensino

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

PORTARIAS DE 21 DE JULHO DE 2022

O Vice-Reitor da Universidade Federal de Goiás, tendo em vista o que consta na Portaria nº 450/MP, de 06/11/2002, no Decreto nº 9.739 de 28/03/2019, resolve:

Nº 2.717 - Prorrogar, por dois anos, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, em regime de Dedicação Exclusiva, área: Química Orgânica, realizado pelo Instituto de Química, objeto do Edital nº 24, publicado no D.O.U. de 10/12/2019, homologado através do Edital nº 64, publicado no D.O.U. de 03/12/2020, seção 3, página 103. (Processo nº 23070.044119/2019-84)

Nº 2.719 - Prorrogar, por dois anos, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, em regime de Dedicação Exclusiva, área: Gravura, realizado pela Faculdade de Artes Visuais, objeto do Edital nº 06, publicado no D.O.U. de 20/05/2019, homologado através do Edital nº 154, publicado no D.O.U. de 01/11/2019, seção 3, página 80, sendo a data final da prorrogação até 14/08/2025, em virtude da suspensão autorizada pela Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, do Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020 e da Lei nº 14.314, de 24 de março de 2022. (Processos nº 23070.014736/2019-55 e 23070.027528/2020-50)

Nº 2.720 - Prorrogar, por dois anos, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, em regime de Dedicação Exclusiva, área: Doenças Infecciosas/Doenças Bacterianas dos Animais, realizado pela Escola de Veterinária e Zootecnia, objeto do Edital nº 06, publicado no D.O.U. de 20/05/2019, homologado através do Edital nº 156, publicado no D.O.U. de 07/11/2019, seção 3, página 78, sendo a data final da prorrogação até 20/08/2025, em virtude da suspensão autorizada pela Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, do Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020 e da Lei nº 14.314, de 24 de março de 2022. (Processos nº 23070.014232/2019-35 e 23070.027528/2020-50)

Nº 2.721 - Prorrogar, por dois anos, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, em regime de Dedicação Exclusiva, área: Reprodução Animal, realizado pela Escola de Veterinária e Zootecnia, objeto do Edital nº 06, publicado no D.O.U. de 20/05/2019, homologado através do Edital nº 158, publicado no D.O.U. de 07/11/2019, seção 3, página 78, sendo a data final da prorrogação até 20/08/2025, em virtude da suspensão autorizada pela Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, do Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020 e da Lei nº 14.314, de 24 de março de 2022. (Processos nº 23070.014152/2019-80 e 23070.027528/2020-50)

Nº 2.722 - Prorrogar, por dois anos, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, em regime de Dedicação Exclusiva, área: Micologia, realizado pelo Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública, objeto do Edital nº 06, publicado no D.O.U. de 20/05/2019, homologado através do Edital nº 132, publicado no D.O.U. de 01/10/2019, seção 3, página 77, sendo a data final da prorrogação até 14/07/2025, em virtude da suspensão autorizada pela Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, do Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020 e da Lei nº 14.314, de 24 de março de 2022. (Processos nº 23070.014778/2019-96 e 23070.027528/2020-50)

Nº 2.724 - Prorrogar, por dois anos, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, em regime de Dedicação Exclusiva, área: Enfermagem em Saúde Coletiva, realizado pela Faculdade de Enfermagem, objeto do Edital nº 06, publicado no D.O.U. de 20/05/2019, homologado através do Edital nº 159, publicado no D.O.U. de 07/11/2019, seção 3, página 78, sendo a data final da prorrogação até 20/08/2025, em virtude da suspensão autorizada pela Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, do Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020 e da Lei nº 14.314, de 24 de março de 2022. (Processos nº 23070.014006/2019-54 e 23070.027528/2020-50)

Nº 2.725 - Prorrogar, por dois anos, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, em regime de Dedicação Exclusiva, área: Ensino de História/Estágio Supervisionado em História, realizado pela Faculdade de História, objeto do Edital nº 06, publicado no D.O.U. de 20/05/2019, homologado através do Edital nº 129, publicado no D.O.U. de 30/09/2019, seção 3, página 98, sendo a data final da prorrogação até 13/07/2025, em virtude da suspensão autorizada pela Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, do Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020 e da Lei nº 14.314, de 24 de março de 2022. (Processos nº 23070.014307/2019-88 e 23070.027528/2020-50)

Nº 2.726 - Prorrogar, por dois anos, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, em regime de Dedicação Exclusiva, área: Odontopediatria, realizado pela Faculdade de Odontologia, objeto do Edital nº 06, publicado no D.O.U. de 20/05/2019, homologado através do Edital nº 135, publicado no D.O.U. de 01/10/2019, seção 3, página 77, sendo a data final da prorrogação

até 14/07/2025, em virtude da suspensão autorizada pela Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, do Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020 e da Lei nº 14.314, de 24 de março de 2022. (Processos nº 23070.014288/2019-90 e 23070.027528/2020-50)

Nº 2.727 - Prorrogar, por dois anos, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, em regime de Dedicação Exclusiva, área: Desenho de Moda, realizado pela Faculdade de Artes Visuais, objeto do Edital nº 06, publicado no D.O.U. de 20/05/2019, homologado através do Edital nº 140, publicado no D.O.U. de 17/10/2019, seção 3, página 66, sendo a data final da prorrogação até 30/07/2025, em virtude da suspensão autorizada pela Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, do Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020 e da Lei nº 14.314, de 24 de março de 2022. (Processos nº 23070.014521/2019-34 e 23070.027528/2020-50)

Nº 2.729 - Prorrogar, por dois anos, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, em regime de Dedicação Exclusiva, área: Sistemas, Gestão e Tecnologias de Informação, realizado pela Faculdade de Informação e Comunicação, objeto do Edital nº 06, publicado no D.O.U. de 20/05/2019, homologado através do Edital nº 165, publicado no D.O.U. de 14/11/2019, seção 3, página 78, sendo a data final da prorrogação até 27/08/2025, em virtude da suspensão autorizada pela Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, do Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020 e da Lei nº 14.314, de 24 de março de 2022. (Processos nº 23070.015147/2019-94 e 23070.027528/2020-50)

Nº 2.731 - Prorrogar, por dois anos, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, em regime de Dedicação Exclusiva, área: Parasitologia, realizado pelo Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública, objeto do Edital nº 06, publicado no D.O.U. de 20/05/2019, homologado através do Edital nº 148, publicado no D.O.U. de 24/10/2019, seção 3, página 74, sendo a data final da prorrogação até 06/08/2025, em virtude da suspensão autorizada pela Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, do Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020 e da Lei nº 14.314, de 24 de março de 2022. (Processos nº 23070.014933/2019-74 e 23070.027528/2020-50)

JESIEL FREITAS CARVALHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 11 - CONSAD, DE 30 DE JUNHO DE 2022

Institui o Programa de Gestão e Desempenho dos servidores técnico-administrativos em educação e dos servidores com função de gestão na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Administração - CONSAD, usando das atribuições que lhe confere o inciso XI, do artigo 19 do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO a importância dos princípios da eficiência, eficácia e da economicidade para a Administração Pública;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 44, 116, 117, 138 e 139, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO a Lei nº 12.551, de 15 de dezembro de 2011, que equipara os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meio pessoais e diretos;

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, em especial o disposto no artigo 6º, § 6º;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, em especial o disposto nos arts. 3º, 4º e 24;

CONSIDERANDO o Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, que dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

CONSIDERANDO a importância de regulamentar o Programa de Gestão e Desempenho no âmbito da UFRN; e

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.075713/2022-52, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa de Gestão e Desempenho dos servidores técnico-administrativos em educação e dos servidores com função de gestão na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Parágrafo único. No caso de servidor docente com função de gestão, os efeitos desta Resolução se aplicam apenas a carga horária dedicada à gestão.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 2º Para fins desta Resolução, considera-se:

I - dirigente da unidade de administração: gestor responsável pela condução de unidades de administração executiva, acadêmica e suplementar conforme relacionadas no inciso IV;

II - gestor de unidade: autoridade imediatamente superior ao chefe imediato;

III - chefe imediato: autoridade imediatamente superior ao servidor e responsável pela unidade de localização;

IV - unidade de administração: unidade com competências e atribuições, definidas no Regimento Geral da UFRN e no Regimento Interno da Reitoria, para desempenhar as seguintes funções de administração:

a) administração executiva: Gabinete do Reitor, Pró-Reitorias, Superintendências, Secretarias, Ouvidoria, Corregedoria, Auditoria Interna, Assessoria de Comunicação e Assessorias Especiais;

b) administração acadêmica: Centros Acadêmicos e Unidades Acadêmicas Especializadas; e

c) administração suplementar: Unidades Suplementares, excetuando-se aquelas que são vinculadas administrativamente aos centros e unidades acadêmicas especializadas.

V - unidades de lotação: unidade máxima dentro da hierarquia organizacional na qual a unidade de localização está vinculada.

VI - unidade de localização: local no qual o servidor exerce suas atividades, podendo ser uma unidade organizacional definida em regimento ou uma unidade funcional;

VII - processos de trabalho: conjunto de atividades inter-relacionadas e realizadas para a prestação de serviços aos usuários;

VIII - atividades: conjunto de ações específicas a serem realizadas, visando entregas no âmbito de projetos e processos de trabalho;

IX - entregas: resultado das atividades desenvolvidas pelo servidor;

X - relatório de acompanhamento: documento elaborado pelo dirigente da unidade de administração, gestor da unidade e/ou chefia imediata que avalia o alcance de metas, as dificuldades encontradas e as oportunidades de melhoria pelos servidores participantes e pela unidade competente durante a execução do Programa de Gestão e Desempenho;

XI - termo de ciência e responsabilidade: documento que sintetiza os direitos e deveres do servidor no Programa de Gestão e Desempenho.

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO

Art. 3º O Programa de Gestão e Desempenho - PGD no âmbito da UFRN tem por finalidade disciplinar a execução das atividades da força de trabalho da Universidade, buscando a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços ao usuário.

Art. 4º São diretrizes a serem observadas na execução do Programa de Gestão e Desempenho:

I - alinhamento estratégico;

II - planejamento;

III - comunicação efetiva;

IV - foco em resultados e expectativas claras e tangíveis;

V - engajamento, autonomia e confiança;

VI - foco no aprendizado e melhoria contínua dos processos de trabalho;

VII - transparência, eficiência e responsabilidade;

VIII - liderança;

IX - integração do trabalho presencial e teletrabalho;

X - preservação do convívio social e laboral;

XI - qualidade de vida do servidor no trabalho.

Parágrafo único. O alinhamento estratégico estabelecido no inciso I dar-se-á com a confluência aos Planos e Políticas da UFRN.

CAPÍTULO III

DAS MODALIDADES DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

Art. 5º As atividades do Programa de Gestão e Desempenho serão executadas por meio das seguintes modalidades:

I - presencial: atividade laboral executada integralmente nas dependências físicas da Universidade, compreendendo a totalidade da jornada de trabalho servidor;

II - teletrabalho: atividade laboral executada, no todo ou em parte, fora das dependências físicas da Universidade com a utilização de tecnologia da informação e comunicação, compreendendo os seguintes regimes de execução:

a) regime de execução integral: quando a integralidade das atividades do servidor é executada fora das dependências físicas da Universidade mediante jornada total de trabalho cumprida remotamente;

b) regime de execução parcial: quando parte das atividades do servidor é realizada dentro das dependências físicas da Universidade e parte é realizada fora das dependências físicas da instituição mediante jornada de trabalho híbrida.

§ 1º A participação no Programa de Gestão e Desempenho, independentemente da modalidade, considerará as atribuições do cargo e respeitará a jornada de trabalho do participante.

§ 2º A execução de atividades na modalidade de teletrabalho não constituirá direito adquirido do servidor, ocorrendo em função da conveniência e do interesse do serviço como ferramenta de gestão.

CAPÍTULO IV

DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Art. 6º A implementação do Programa de Gestão e Desempenho dependerá do cadastro dos seguintes planos:

I - Plano Estratégico da Unidade de Administração;

II - Plano Gerencial da Unidade de Localização; e

III - Plano Individual de Trabalho.

§ 1º A Unidade de Administração deverá indicar sua participação no Programa de Gestão e Desempenho.

§ 2º Os Centros Acadêmicos e Unidades Acadêmicas Especializadas deverão aprovar o Plano Estratégico da Unidade de Administração no seu respectivo Conselho.

§ 3º A implementação do Programa de Gestão e Desempenho nas unidades de localização dependerá da decisão da chefia imediata e ficará condicionada à indicação de participação da Unidade de Administração.

§ 4º A implementação do Programa de Gestão e Desempenho nas unidades de localização poderá ser suspensa por decisão da chefia imediata, devidamente justificada e homologada pelo gestor da unidade.

§ 5º As unidades que não implementarem o Programa de Gestão e Desempenho seguirão as regras estabelecidas no Capítulo IX.

Seção I

Dos Planos Estratégicos das Unidades de Administração

Art. 7º Os Planos Estratégicos das Unidades de Administração, referem-se a documentos que reúnem os macroprocessos, as diretrizes e metas dos Planos Institucionais referentes à Unidade de Administração, indicando as prioridades das respectivas unidades de lotação.

Parágrafo único. Os Planos serão elaborados anualmente pelos dirigentes das unidades de administração em conjunto com os gestores das unidades.

Seção II

Dos Planos Gerenciais das Unidades de Localização

Art. 8º. Os Planos Gerenciais das Unidades de Localização referem-se aos documentos elaborados com base nos Planos Estratégicos das Unidades de Administração que auxiliarão as chefias imediatas no planejamento e acompanhamento das unidades de localização, contemplando suas atribuições, processos de trabalho, atividades, entregas e escala de trabalho presencial dos servidores.

Parágrafo único. Os Planos Gerenciais das Unidades de Localização serão elaborados anualmente pela chefia imediata das unidades de localização, com a participação dos servidores e homologados pelo gestor da unidade.

Seção III

Dos Planos Individuais de Trabalho

Art. 9º. Os Planos Individuais de Trabalho referem-se aos documentos elaborados com base nos Planos Gerenciais das Unidades de Localização, com entregas previamente definidas, auxiliando no cumprimento e execução das atividades dos servidores.

Parágrafo único. Os Planos Individuais de Trabalho serão elaborados anualmente e homologados pelas chefias imediatas, com a participação dos servidores.

Art. 10. O horário de trabalho referente às atividades executadas presencialmente, seja na modalidade de trabalho presencial ou de teletrabalho em regime de execução parcial, deverá ser registrado no Plano Individual de Trabalho do servidor e será convertido automaticamente em uma entrega.

CAPÍTULO V

DA PARTICIPAÇÃO DO SERVIDOR

Art. 11. Participarão do Programa de Gestão e Desempenho:

I - servidores técnico-administrativos em educação;

II - servidores ocupantes de cargo de gestão.

Art. 12. Para a efetivação da participação do servidor no Programa de Gestão e Desempenho, além de serem observados os procedimentos descritos nos arts. 9º e 10, deverá ser indicada no Plano Individual de Trabalho a modalidade de execução das atividades do servidor.

Seção I

Da participação na modalidade de trabalho presencial

Art. 13. Implementado o Programa de Gestão e Desempenho nas Unidades de Localização, com indicação prévia da participação da Unidade de Administração, pressupõe-se a execução das atividades do servidor na modalidade de trabalho presencial, salvo o registro no Plano Individual de Trabalho pela opção da modalidade de teletrabalho.

Seção II

Da participação na modalidade de teletrabalho

Art. 14. A participação do servidor na modalidade de teletrabalho somente ocorrerá mediante a opção no Plano Individual de Trabalho, observados os requisitos e vedações do arts. 15 e 16.

Art. 15. São requisitos para a participação do servidor na modalidade de teletrabalho:

I - formalização da modalidade de teletrabalho no Plano Individual de Trabalho;

II - assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade pelo servidor;

III - capacidade plena de funcionamento dos setores;

IV - perfil adequado do servidor para a realização do teletrabalho, avaliado pela chefia imediata; e

V - compatibilidade da modalidade de teletrabalho com as atividades a serem desenvolvidas pelo servidor bem como ausência de prejuízo para a administração.

Art. 16. É vedada a participação dos servidores na modalidade teletrabalho que:

I - desenvolvam atividades que exijam a presença física no setor;

II - executem atividades cujas atribuições não sejam compatíveis com o teletrabalho;

III - não disponham de recursos tecnológicos necessários para realização de seu trabalho;

IV - cumpram jornada de trabalho flexibilizada de seis horas diárias em função da prestação de atendimento ininterrupto ao público, sem redução salarial;

V - apresentem contraindicações por motivos de saúde, constatadas em perícia médica.

Art. 17. O servidor poderá solicitar o desligamento da modalidade de teletrabalho, a qualquer tempo, mediante comunicação.

Art. 18. O servidor será desligado da modalidade de teletrabalho, mediante decisão do gestor da unidade, ouvida a chefia imediata:

I - no interesse da administração, conveniência, necessidade ou redimensionamento da força de trabalho, devidamente justificada, observada antecedência de até 10 (dez) dias;

II - pela superveniência das hipóteses de vedação previstas no art. 16;

III - pelo descumprimento do estabelecido no Plano Individual de Trabalho.

§ 1º O descumprimento do disposto no inciso III do caput por 2 (dois) meses consecutivos, registrados nos relatórios de acompanhamento mensal, implicará o desligamento do servidor independentemente das situações estabelecidas nos incisos I e II, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

§ 2º O servidor que tenha sido desligado, nos termos previstos no § 1º deste artigo, poderá retornar à modalidade de teletrabalho no próximo ciclo de planejamento anual.

Art. 19. Além dos requisitos gerais para a participação na modalidade, somente será admitido o teletrabalho com o servidor residindo no exterior:

I - para servidores efetivos que tenham concluído o estágio probatório;

II - em regime de execução integral;

III - no interesse da administração;

IV - se houver Programa de Gestão e Desempenho instituído na unidade de localização do servidor;

V - com autorização específica do Reitor, permitida a delegação ao Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, vedada a subdelegação, ouvida a Câmara de Gestão de Pessoas do CONSAD;

VI - por prazo determinado;

VII - com manutenção das regras referentes ao pagamento de vantagens, remuneratórias ou indenizatórias, como se estivesse em exercício no território nacional; e

VIII - em substituição a:

a) afastamento para estudo no exterior previsto no art. 95 da Lei nº 8.112/90, quando a participação no curso puder ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo;

b) exercício provisório de que trata o § 2º do art. 84 da Lei nº 8.112/90;

c) acompanhamento de cônjuge afastado nos termos do disposto nos art. 95 e art. 96 da Lei nº 8.112/90;

d) remoção de que trata a alínea "b" do inciso III do parágrafo único do art. 36 da Lei nº 8.112/90, quando o tratamento médico necessite ser realizado no exterior; ou

e) licença para acompanhamento de cônjuge que não seja servidor público deslocado para trabalho no exterior, nos termos do disposto no caput do art. 84 da Lei nº 8.112/90.

§ 1º Nas hipóteses previstas no inciso VIII do caput, o prazo de teletrabalho no exterior terá o tempo de duração do fato que o justifica.

§ 2º A autorização para teletrabalho no exterior poderá ser revogada por razões técnicas ou de conveniência e oportunidade, por meio de decisão fundamentada.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, será concedido prazo de dois meses para o servidor retornar às atividades presenciais ou ao teletrabalho a partir do território nacional, conforme os termos da revogação da autorização de teletrabalho.

§ 4º O prazo estabelecido no § 3º poderá ser reduzido mediante justificativa do Reitor, permitida a delegação ao Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, vedada a subdelegação.

§ 5º O participante do Programa de Gestão e Desempenho manterá a execução das atividades estabelecidas por sua chefia imediata até o retorno efetivo à atividade presencial.

§ 6º É de responsabilidade do servidor observar as diferenças de fuso horário do país em que pretende residir para fins de atendimento da jornada de trabalho fixada pelo órgão ou pela entidade de exercício.

§ 7º Na hipótese prevista na alínea "e" do inciso VIII do caput, caberá ao requerente comprovar o vínculo empregatício do cônjuge no exterior.

CAPÍTULO VI

DO REGISTRO E ACOMPANHAMENTO DO SERVIDOR NO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO

Art. 20. O servidor que execute atividade na modalidade presencial ou na modalidade de teletrabalho deverá registrar a conclusão das entregas previstas em seu Plano Individual de Trabalho com frequência diária ou semanal no Sistema Eletrônico do Programa de Gestão e Desempenho (POLARE).

Art. 21. O acompanhamento das entregas do servidor deverá ser realizado de forma contínua pela chefia imediata por meio de reuniões ou outras ferramentas de suporte, cuja periodicidade e metodologia deverão ser previamente acordadas e registradas no Plano Individual do Servidor.

§ 1º Os resultados do acompanhamento mensal das entregas concluídas que estão registradas nos respectivos relatórios serão convertidos no registro de frequência do SIGRH.

§ 2º As formas de acompanhamento oferecerão informações sobre os resultados das entregas previstas no Plano Individual de Trabalho, possibilitando feedbacks, proposição de melhorias de desempenho e preenchimento dos formulários da avaliação de desempenho do servidor de forma mais efetiva.

CAPÍTULO VII

DOS RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO

Art. 22. O acompanhamento do Programa de Gestão e Desempenho dar-se-á com a realização dos seguintes relatórios:

I - relatórios semanais, contendo a modalidade de trabalho dos servidores e o percentual das entregas realizadas;

II - relatórios mensais, contendo a modalidade de trabalho dos servidores e o percentual das entregas realizadas e homologadas pela chefia imediata;

III - relatórios semestrais de acompanhamento da unidade de localização, contendo as atividades da unidade de localização consolidadas pelas entregas realizadas nos Planos Individuais de Trabalho dos servidores e homologadas pelo gestor da unidade; e

IV - relatório de avaliação das unidades consolidadas pelas atividades realizadas nos Planos Gerenciais das Unidades de Localização e homologadas pelo dirigente da unidade de administração.

Parágrafo único. Os relatórios descritos nos incisos I ao IV serão divulgados em portal institucional.

CAPÍTULO VIII

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 23. Constituem deveres do servidor participante de Programa de Gestão e Desempenho:

§ 1º Na modalidade presencial e na modalidade de teletrabalho:

I - participar junto à chefia imediata da elaboração de seu Plano Individual de Trabalho;

II - cumprir o estabelecido no Plano Individual de Trabalho;

III - registrar nos relatórios de acompanhamento a conclusão das entregas previstas em seu Plano Individual de Trabalho;

IV - assinar termo de ciência e responsabilidade;

V - manter dados cadastrais e de contato, especialmente o e-mail institucional e contatos telefônicos, permanentemente atualizados;

VI - consultar permanentemente, no horário de trabalho, a sua caixa postal individual de correio eletrônico, os Sistemas Integrados de Gestão (SIG) e demais formas de comunicação internas e externas;

VII - manter a chefia imediata informada acerca da evolução do trabalho;

VIII - comunicar à chefia imediata a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das entregas ou possível redistribuição do trabalho;

IX - atuar em outras atividades, desde que previamente cadastradas no Plano Individual de Trabalho, caso seja verificada a necessidade por parte da chefia imediata, respeitadas a natureza do cargo;

X - cumprir diretamente suas atividades, sendo vedada a utilização de terceiros, servidores ou não, para o cumprimento das entregas estabelecidas;

XI - prestar esclarecimentos à chefia imediata, caso seja verificado o descumprimento das disposições contidas neste parágrafo, que serão repassados ao gestor da unidade para tomar as medidas cabíveis;

§ 2º Exclusivamente na modalidade de teletrabalho:

I - atender às convocações efetuadas via e-mail institucional para comparecimento à unidade de localização sempre que sua presença física for necessária e houver interesse da Administração Pública, quando convocado com antecedência mínima prevista no Plano Individual de Trabalho;

II - permanecer disponível para contato, por todos os meios de comunicação, no período definido pelo servidor e cadastrado no Plano Individual de Trabalho, observado o horário de funcionamento da unidade de localização e os limites máximos da jornada de trabalho diária;

III - o servidor deverá informar e manter atualizado número de telefone, fixo ou móvel, de livre divulgação tanto dentro da Instituição quanto para o público externo que necessitar contatá-lo;

IV - zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas e externas de segurança da informação e adoção de cautelas adicionais necessárias;

V - providenciar as estruturas física e tecnológica necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão à internet, à energia elétrica e ao telefone, entre outras despesas decorrentes da modalidade.

Art. 24. Compete à chefia imediata da unidade de localização:

I - elaborar Plano Gerencial da Unidade de Localização;

II - elaborar Plano Individual de Trabalho com o servidor;

III - acompanhar a adaptação e o desempenho dos servidores no Programa de Gestão e Desempenho;

IV - aferir o cumprimento das entregas estabelecidas;

V - registrar e/ou homologar periodicamente a evolução das atividades do Programa de Gestão e Desempenho nos relatórios de acompanhamento mensal, nos termos do art. 22 desta Resolução;

VI - revisar o Plano Individual de Trabalho dos servidores, quando necessário.

Art. 25. Compete ao gestor da unidade:

I - participar da elaboração do Plano Estratégico da Unidade de Administração;

II - homologar os Planos Gerenciais das Unidades de Localização;

III - acompanhar os resultados obtidos pela unidade sob sua gestão;

IV - analisar os relatórios semestrais de acompanhamento da unidade de localização, encaminhados pela chefia imediata, para fins de homologação;

V - adotar as medidas administrativas para o desligamento do servidor participante da modalidade teletrabalho, em caso do não cumprimento das entregas estabelecidas, mesmo após a revisão ou reformulação do Plano Individual de Trabalho, desde que o servidor tenha dado causa ao descumprimento, ouvida a chefia imediata.

Art. 26. Compete ao dirigente da unidade de administração:

I - elaborar o Plano Estratégico da Unidade de Administração com a participação dos gestores das unidades sob sua gestão;

II - supervisionar os acompanhamentos das atividades das unidades sob sua gestão;

III - acompanhar os resultados obtidos em face das metas fixadas para sua unidade;

IV - elaborar relatório anual de avaliação da unidade de administração.

Art. 27. Compete à Câmara de Gestão de Pessoas (CGP):

I - analisar, em última instância, os recursos interpostos;

II - analisar o relatório a que se refere o art. 42 e encaminhar para homologação do Conselho de Administração - CONSAD;

III - emitir parecer acerca dos pedidos de participação na modalidade de teletrabalho com servidor residindo no exterior e posterior encaminhamento ao Reitor.

Art. 28. Compete à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp):

I - divulgar em portal institucional os relatórios dispostos no art. 22 desta Resolução; e

II - elaborar anualmente relatório de análise do Programa de Gestão e Desempenho a que se refere o art. 42.

Art. 29. Compete à Superintendência de Tecnologia da Informação (STI):

I - desenvolver e gerir o Sistema Eletrônico do Programa de Gestão e Desempenho (POLARE); e

II - viabilizar o acesso remoto e controlado dos servidores em teletrabalho aos sistemas da UFRN.

CAPÍTULO IX

DA NÃO IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO

Art. 30. As unidades que não implementarem o Programa de Gestão e Desempenho deverão cadastrar os planos mencionados nos artigos 7º, 8º e 9º, permanecendo os servidores no exercício das suas atividades exclusivamente de forma presencial, com o sistema de frequência do ponto eletrônico.

Parágrafo único. O cadastro dos planos referidos no art. 30 e os respectivos relatórios de acompanhamento servirão de subsídio para os processos de Gestão de Pessoas da instituição, tais como dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho e o programa de capacitação dos servidores, conforme previsto na Lei nº 11.091/05 que trata do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

Art. 31. O servidor que não esteja inserido no Programa de Gestão e Desempenho deverá registrar nos relatórios de acompanhamento a conclusão das entregas previstas em seu Plano Individual de Trabalho, com frequência diária ou semanal no Sistema Eletrônico do Programa de Gestão de Trabalho (POLARE).

Art. 32. Constituem deveres do servidor não participante de Programa de Gestão e Desempenho os incisos I, II, III, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI, § 1º do art. 23 desta Resolução.

CAPÍTULO X

DOS PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO E DOS RECURSOS

Art. 33. Poderá ser interposto pedido de reconsideração à autoridade ou unidade que proferiu atos decisórios.

Art. 34. Do pedido de reconsideração caberá recurso à autoridade ou unidade imediatamente superior.

Art. 35. O pedido de reconsideração e o recurso deverão ser protocolados no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação da decisão ou da ciência pessoal do interessado.

Art. 36. Fica delegada à Câmara de Gestão de Pessoas do CONSAD a competência para decidir em última instância sobre os recursos referentes às decisões das Unidades de Administração.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37. Nos deslocamentos em caráter eventual ou transitório ocorridos no interesse da administração para localidade diversa da sede do órgão do servidor, o participante do Programa de Gestão e Desempenho fará jus a diárias e passagens e será utilizado como ponto de referência:

I - a localidade a partir da qual exercer as suas funções remotamente; ou

II - caso implique menor despesa para a administração pública federal, o endereço da instituição.

Parágrafo único. O participante do Programa de Gestão e Desempenho na modalidade teletrabalho que residir em localidade diversa da sede da instituição não fará jus a reembolso de qualquer natureza ou a diárias e passagens referentes às despesas decorrentes do comparecimento presencial à unidade de exercício.

Art. 38. Não será devido o pagamento de adicional noturno aos participantes do Programa de Gestão e Desempenho.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos casos em que for comprovada a atividade, ainda que remota, prestada em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, desde que haja necessidade comprovada da administração pública federal e autorização concedida por sua chefia imediata.

Art. 39. É vedado o pagamento ao participante do Programa de Gestão e Desempenho na modalidade teletrabalho em regime de execução integral de:

I - adicionais ocupacionais de insalubridade, periculosidade ou irradiação ionizante; e

II - gratificação por atividades com raios X ou substâncias radioativas.

Art. 40 Em casos excepcionais e de acordo com a disponibilidade, a unidade poderá providenciar, integral ou parcialmente, os equipamentos e mobiliários necessários à execução da atividade, mediante assinatura de Termo de Acautelamento, disponível no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC.

Art. 41. A Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP) promoverá continuamente ações de desenvolvimento aos servidores e gestores relativas ao desempenho das atividades e adoção de boas práticas de trabalho.

Art. 42. Anualmente, a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP) elaborará relatório de análise do Programa de Gestão e Desempenho - PGD, constituindo comissão própria para esse fim.

§ 1º O relatório a que se refere o caput será submetido à análise da Câmara de Gestão de Pessoas e Conselho de Administração - CONSAD.

§ 2º O relatório bem como as manifestações técnicas da Câmara de Gestão de Pessoas e Conselho de Administração - CONSAD previstas no § 1º poderão indicar, não se limitando a:

I - necessidade de reformulação da norma de procedimentos gerais;

II - orientações específicas para as unidades.

§ 3º A Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP) deverá divulgar o relatório de que trata o caput em portal institucional.

Art. 43. Normas complementares sobre prazos e procedimentos operacionais necessários para o cumprimento desta Resolução poderão ser editadas pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP).

Art. 44. Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho de Administração - CONSAD.

Art. 45. As unidades, independente de adesão ao Programa de Gestão e Desempenho, terão o prazo até o dia 29 de dezembro de 2023 para cadastrar no Sistema Eletrônico do Programa de Gestão e Desempenho da UFRN (POLARE) os planos elencados nos artigos 7º, 8º e 9º.

Art. 46. Esta resolução entrará em vigor no dia 01 de agosto de 2022 e a implementação do Programa de Gestão e Desempenho fica condicionada à disponibilização do Sistema Eletrônico do Programa de Gestão e Desempenho da UFRN (POLARE).

JOSÉ DANIEL DINIZ MELO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

PORTARIA Nº 2.017, DE 22 DE JULHO DE 2022

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 9 de agosto de 2018, publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 154, Seção 2, Página 1, de 10 de agosto de 2018, combinado com o Art. 80, Incisos I e III, do Regimento Geral da Ufac; e considerando o que consta no processo 23107.019228/2022-02, resolve:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 1656, de 24 de junho de 2022, publicada no DOU nº 119, de 27 de junho de 2022, Seção 1, Páginas 109 e 110; que homologou o resultado final do concurso público regido pelo edital PRODGEP nº 01/2022, nos seguintes termos:

I - Onde se lê:

[...]

Assistente em Administração - PCD

Classificação	Candidato	Pontuação Final
1º	Kelly da Silva Campos	56
2º	Amanda Paula Gualberto Sousa	55

[...]

II - Leia-se:

[...]

Assistente em Administração - PCD

Classificação	Candidato	Pontuação Final
1º	Amanda Paula Gualberto Sousa	55
2º	Kelly da Silva Campos	56

[...]

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de publicação no Boletim Interno.

MARGARIDA DE AQUINO CUNHA



Ministério da Infraestrutura

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 973, DE 18 DE JULHO DE 2022

Institui o Regulamento de Sinalização Viária.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o inciso VIII do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.005514/2022-43, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Resolução institui o Regulamento de Sinalização Viária, com o objetivo de estabelecer as especificações e requisitos técnicos a serem adotados em todo o território nacional, por todos os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), quando da implementação das soluções adotadas pela Engenharia de Tráfego e Sinalização.

Art. 2º Este Regulamento é constituído pelos volumes do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito (MBST), os quais dispõem, especificamente, acerca das seguintes modalidades de sinalização:

MBST Volume I - Sinalização Vertical de Regulamentação (Anexo I);
MBST Volume II - Sinalização Vertical de Advertência (Anexo II);
MBST Volume III - Sinalização Vertical de Indicação (Anexo III);
MBST Volume IV - Sinalização Horizontal (Anexo IV);
MBST Volume V - Sinalização Semafórica (Anexo V);
MBST Volume VI - Dispositivos auxiliares (Anexo VI);
MBST Volume VII - Sinalização Temporária (Anexo VII);
MBST Volume VIII - Sinalização Cicloviária (Anexo VIII); e
MBST Volume IX - Sinalização de cruzamento rodoferroviário (Anexo IX).

CAPÍTULO II

DO USO DE SINALIZAÇÃO NÃO PREVISTA NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

Art. 3º O órgão ou entidade executivo de trânsito ou rodoviário interessado em submeter à análise do CONTRAN a utilização de sinalização de trânsito não prevista no CTB, em caráter experimental e por período prefixado, nos termos do § 2º do art. 80 do CTB, deve encaminhar solicitação ao órgão máximo executivo de trânsito da União contendo:

I - requerimento descrevendo a finalidade, aplicabilidade e vantagens da sinalização experimental;

II - descrição detalhada do projeto, com desenhos e/ou imagens;

III - estatística sobre ocorrência de acidentes antes da implantação da sinalização;

IV - informação detalhada do local em que a sinalização experimental será implantada;

V - período em que a sinalização será utilizada em caráter excepcional; e

VI - termo de responsabilidade por eventuais danos causados pela sinalização.

Art. 4º A critério e conforme prazo definido pelo órgão máximo executivo de trânsito da União, poderão ser requisitadas ao interessado informações adicionais acerca de testes, ensaios, avaliações, instalações experimentais e congêneres.

Art. 5º O órgão máximo executivo de trânsito da União deve autorizar o uso, testes, ou a proibição da utilização da sinalização de trânsito experimental.

§ 1º A autorização de que trata o caput é conferida a título precário, mediante portaria específica contendo o local de utilização da sinalização e o prazo determinado.

§ 2º Durante o período de experiência da sinalização de trânsito de que trata este Capítulo, o requerente deve fornecer ao órgão máximo executivo de trânsito da União relatórios técnicos, em periodicidade por ele definida, contendo, minimamente, a evolução das estatísticas de acidentes de trânsito no local de implantação, a satisfação dos usuários e a avaliação de desempenho do uso da sinalização.

Art. 6º Não é permitida a implantação de sinalização de trânsito experimental antes da autorização de uso expedida pelo órgão máximo executivo de trânsito da União.

Art. 7º Concluído o período experimental, o órgão máximo executivo de trânsito da União deve remeter ao CONTRAN os resultados obtidos para avaliação da viabilidade de utilização perene da sinalização de trânsito proposta.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º As disposições contidas no presente Regulamento aplicam-se a todas as soluções de Engenharia de Tráfego e Sinalização implementadas a partir de 1º de agosto de 2022.

Parágrafo único. As soluções de Engenharia de Tráfego e Sinalização implementadas até 31 de julho de 2022 que não atenderem às especificações do presente Regulamento deverão ser substituídas ou adequadas até 31 de julho de 2025.

Art. 9º Os Anexos desta Resolução encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do órgão máximo executivo de trânsito da União.

Art. 10. Ficam revogados:

I - o art. 12, o inciso III do art. 14 e o Anexo II da Resolução CONTRAN nº 585, de 23 de março de 2016; e

II - as Resoluções CONTRAN:

nº 31, de 25 de maio de 1998;
nº 38, de 21 de maio de 1998;
nº 160, de 22 de abril de 2004;
nº 180, de 26 de agosto de 2005;
nº 236, de 11 de maio de 2007;
nº 243, de 22 de junho de 2007;
nº 348, de 17 de maio de 2010;
nº 483, de 09 de abril de 2014;
nº 486, de 07 de maio de 2014;
nº 550, de 17 de setembro de 2015;
nº 600, de 24 de maio de 2016;
nº 601, de 24 de maio de 2016;
nº 690, de 27 de setembro de 2017;
nº 704, de 10 de outubro de 2017;
nº 857, de 19 de julho de 2021;
nº 873, de 13 de setembro de 2021; e
nº 874, de 13 de setembro de 2021.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

BRUNO EUSTÁQUIO FERREIRA CASTRO DE CARVALHO
Presidente do Conselho
Em Exercício

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

FELIPE RIBEIRO DE MELLO
Ministério do Meio Ambiente

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
Ministério da Saúde

SILVINEI VASQUES
Ministério da Justiça e Segurança Pública

GLENDA BEZERRA LUSTOSA
Ministério da Economia

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 974, DE 18 DE JULHO DE 2022

Altera Resolução CONTRAN nº 872, de 13 de setembro de 2021, que estabelece os requisitos necessários à circulação de Combinações de Veículos de Carga (CVC) com Peso Bruto Total Combinado superior a 74 toneladas e inferior ou igual a 91 toneladas destinadas ao transporte de cana-de-açúcar, para dispor sobre a capacitação do condutor dessa CVC.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.066966/2019-04, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução CONTRAN nº 872, de 13 de setembro de 2021, que estabelece os requisitos necessários à circulação de Combinações de Veículos de Carga (CVC) com Peso Bruto Total Combinado superior a 74 toneladas e inferior ou igual a 91 toneladas destinadas ao transporte de cana-de-açúcar, para dispor sobre a capacitação do condutor dessa CVC.

Art. 2º A Resolução CONTRAN nº 872, de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 12. .....

Parágrafo único. Até que seja regulamentada a capacitação de que trata o caput, fica autorizada a condução da CVC por condutor capacitado no curso especializado de transporte de cargas indivisíveis, definido em normativo específico do CONTRAN." (NR)

Art. 3º Fica revogada a Deliberação CONTRAN nº 256, de 12 de abril de 2022.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO EUSTÁQUIO FERREIRA CASTRO DE CARVALHO
Presidente do Conselho
Em Exercício

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

FELIPE RIBEIRO DE MELLO
Ministério do Meio Ambiente

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
Ministério da Saúde

SILVINEI VASQUES
Ministério da Justiça e Segurança Pública

GLENDA BEZERRA LUSTOSA
Ministério da Economia

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 975, DE 18 DE JULHO DE 2022

Referenda a Deliberação CONTRAN nº 257, de 4 de maio de 2022, que dispõe sobre o Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC).

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 12 e o art. 268-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.009435/2022-10, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Deliberação CONTRAN nº 257, de 4 de maio de 2022, que dispõe sobre o Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC).

Art. 2º O RNPC, administrado pelo órgão máximo executivo de trânsito da União, é o registro que contém a relação dos condutores que não cometeram, nos últimos doze meses, infração de trânsito sujeita à pontuação prevista no art. 259 do CTB.

Parágrafo único. Para cômputo das infrações de que trata o caput, somente serão consideradas aquelas cuja instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades houver sido encerrada.

Art. 3º Para ser cadastrado no RNPC, o condutor deverá conceder autorização prévia, por meio de aplicativo ou outro meio eletrônico regulamentado pelo órgão máximo executivo de trânsito da União.

§ 1º Após conceder autorização, caso haja atendimento do requisito previsto no art. 2º, o condutor será cadastrado no RNPC, independentemente de comunicação pelo órgão máximo executivo de trânsito da União.

§ 2º A autorização prévia de que trata o caput implica em consentimento do condutor para que os demais cidadãos visualizem seu cadastro no RNPC, observado o disposto no inciso XII do art. 5º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 4º A atualização dos dados constantes no RNPC será realizada até o oitavo dia útil de cada mês, pelo órgão máximo executivo de trânsito da União.

Art. 5º O cadastro no RNPC será excluído:

I - por solicitação do cadastrado, na forma do caput do art. 3º;

II - quando for atribuída ao cadastrado pontuação por infração, observado o disposto no parágrafo único do art. 2º;

III - quando o cadastrado tiver o direito de dirigir suspenso;

IV - quando a Carteira Nacional de Habilitação do cadastrado estiver cassada ou com validade vencida há mais de trinta dias; ou

V - quando o cadastrado estiver cumprindo pena privativa de liberdade.

Parágrafo único. Para cumprimento do inciso V, deverá haver integração entre o RNPC e sistema do Poder Judiciário, na forma regulamentada pelo órgão máximo executivo de trânsito da União.

Art. 6º A consulta ao RNPC é garantida a todos os cidadãos e se dará mediante o fornecimento do nome completo e CPF do condutor.

Parágrafo único. A consulta de que trata o caput retornará a informação de que o condutor pesquisado está cadastrado ou não no RNPC.

Art. 7º O RNPC poderá ser utilizado para a concessão de benefícios de qualquer natureza aos condutores cadastrados.

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão utilizar o RNPC para conceder benefícios fiscais ou tarifários aos condutores cadastrados, na forma da legislação específica de cada ente da Federação.

Art. 8º O RNPC será implementado pelo órgão máximo executivo de trânsito da União em até cento e oitenta dias.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

BRUNO EUSTÁQUIO FERREIRA CASTRO DE CARVALHO
Presidente do Conselho
Em Exercício

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

FELIPE RIBEIRO DE MELLO
Ministério do Meio Ambiente

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
Ministério da Saúde

SILVINEI VASQUES
Ministério da Justiça e Segurança Pública

GLENDA BEZERRA LUSTOSA
Ministério da Economia

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 976, DE 18 DE JULHO DE 2022

Referenda a Deliberação CONTRAN nº 259, de 26 de maio de 2022, que altera a Resolução CONTRAN nº 886, de 13 de dezembro de 2021, que regulamenta as especificações, a produção e a expedição da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 159, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.016844/2021-83, resolve:

Art. 1º Esta Resolução referenda a Deliberação CONTRAN nº 259, de 26 de maio de 2022, que altera a Resolução CONTRAN nº 886, de 13 de dezembro de 2021, que regulamenta as especificações, a produção e a expedição da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Art. 2º A Resolução CONTRAN nº 886, de 2021, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 11-A:

"Art. 11-A. Os Anexos desta Resolução serão disponibilizados no sítio eletrônico do órgão máximo executivo de trânsito da União."

Art. 3º Os Anexos da Resolução CONTRAN nº 886, de 2021, passam a vigorar com as alterações constantes no Anexo desta Resolução.

Art. 4º As especificações técnicas, indicação e localização dos itens de segurança e composição das cores da CNH serão disponibilizados para as empresas credenciadas ou em processo de credenciamento junto ao órgão máximo executivo de trânsito da União para produzir a CNH.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

BRUNO EUSTÁQUIO FERREIRA CASTRO DE CARVALHO
Presidente do Conselho
Em Exercício

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

FELIPE RIBEIRO DE MELLO
Ministério do Meio Ambiente

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
Ministério da Saúde

SILVINEI VASQUES
Ministério da Justiça e Segurança Pública

GLENDA BEZERRA LUSTOSA
Ministério da Economia

ANEXO I

MODELO DE CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO E DE AUTORIZAÇÃO PARA CONDUZIR CICLOMOTOR

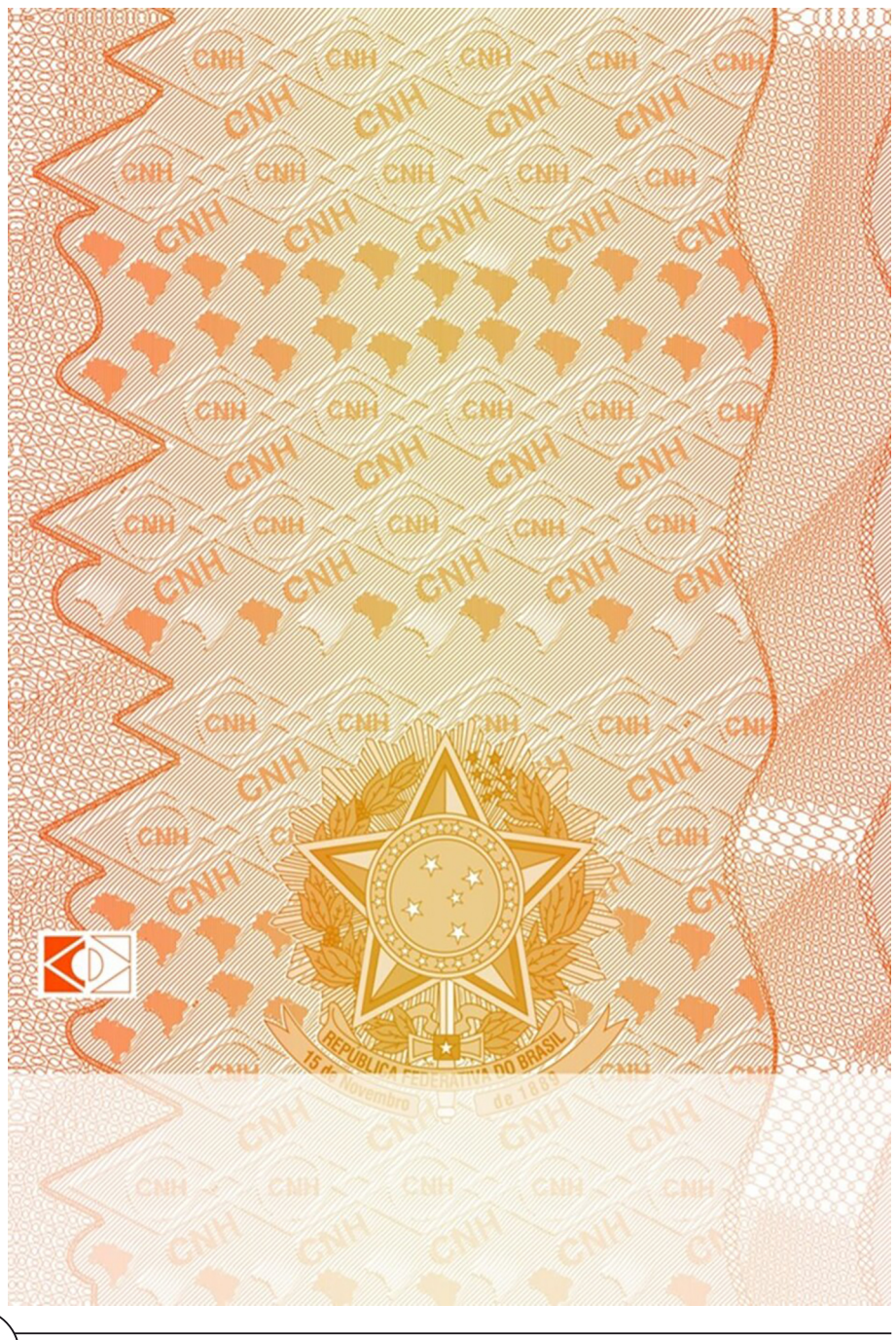
ANVERSO DA CARTEIRA



ANVERSO DA CARTEIRA - PERSONALIZAÇÃO



VERSO DA CARTEIRA



VERSO DA CARTEIRA PERSONALIZAÇÃO



ANEXO II

TABELA DE ABREVIATURAS A SEREM IMPRESSAS
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

Código	Texto Original	Texto Impresso na CNH
15	Exerce atividade remunerada	EAR
A	Obrigatório o uso de lentes corretivas	A
B	Obrigatório o uso de prótese auditiva	B
C	Obrigatório o uso de acelerador à esquerda	C
D	Obrigatório o uso de veículo com transmissão automática	D
E	Obrigatório o uso de empunhadura/manopla/pômo no volante	E
F	Obrigatório o uso de veículo com direção hidráulica	F
G	Obrigatório o uso de veículo com embreagem manual ou com automação de embreagem ou com transmissão automática	G
H	Obrigatório o uso de acelerador e freio manual	H
I	Obrigatório o uso de adaptação dos comandos de painel ao Volante	I
J	Obrigatório o uso de adaptação dos comandos de painel para os membros Inferiores e/ou outras partes do corpo	J
K	Obrigatório o uso de veículo com prolongamento da alavanca de câmbio e/ou almofadas (fixas) de compensação de altura e/ou profundidade	K
L	Obrigatório o uso de veículo com prolongadores dos pedais e elevação do assoalho e/ou almofadas fixas de compensação de altura e/ou profundidade	L
M	Obrigatório o uso de motocicleta com pedal de câmbio Adaptado	M
N	Obrigatório o uso de motocicleta com pedal do freio traseiro Adaptado	N
O	Obrigatório o uso de motocicleta com manopla do freio dianteiro adaptada	O
P	Obrigatório o uso de motocicleta com manopla de embreagem adaptada	P
Q	Obrigatório o uso de motocicleta com carro lateral ou triciclo	Q
R	Obrigatório o uso de motoneta com carro lateral ou triciclo	R
S	Obrigatório o uso de motocicleta com automação de troca de Marchas	S
T	Vedado dirigir em rodovias e vias de trânsito rápido	T
U	Vedado dirigir após o pôr-do-sol	U
V	Obrigatório o uso de capacete de segurança com viseira protetora sem limitação de campo visual	V
X	Outras restrições	X

ANEXO III

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DOS DADOS VARIÁVEIS DA CNH.

O padrão estabelecido no Anexo 6 da Convenção de Viena de 1968 para o documento de habilitação estabelece um conjunto de dados obrigatórios com numerações padronizadas que devem figurar no anverso e no verso do documento nacional. Os dados obrigatórios são indicados pela numeração 1, 2, 3, 4a, 4b, 4c, 5, 6, 7, 9 e 12.

Com relação às imagens da fotografia e assinatura, necessárias à emissão da CNH, o processo de captura e armazenamento deverá ser feito diretamente pelos Órgãos e Entidades Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal ou, sendo necessária a terceirização desses serviços, os mesmos somente deverão ser realizados pelas empresas inscritas e credenciadas junto à SENATRAN, observadas as normas e especificações estabelecidas em Portaria da SENATRAN para o banco de imagens do RENACH.

1. FOTOGRAFIA: a mais recente possível, que garanta o perfeito reconhecimento fisionômico do candidato ou condutor, impressa no documento, por processo eletrônico, obtida do original aposta no formulário RENACH ou através de outro mecanismo de captura eletrônica de imagem. A fotografia deverá atender às seguintes características:

a) Colorida;

b) Dimensão padrão 3x4 cm (seja em papel, seja em meio eletrônico);

c) O fundo deverá ser na cor branca;

d) Representar a visão completa da cabeça do condutor e ombros, com a imagem da face centralizada na fotografia, devendo a área da face ocupar mais de 50% da fotografia;

e) O candidato ou condutor não poderá estar utilizando óculos, bonés, gorros, chapéus ou qualquer outro item de vestuário/acessório que cubra parte do rosto ou da cabeça;

f) A imagem da face não poderá ter qualquer tipo de inclinação (para direita ou esquerda, para cima ou para baixo), devendo a fotografia representar o condutor olhando para frente, sem piscar;

g) A imagem não poderá conter qualquer tipo de manchas, alterações, deformações, retoques ou correções.

2. ASSINATURA DO CONDUTOR: impressa no documento, por processo eletrônico, obtida da original aposta no formulário RENACH, com tinta da cor preta de ponta grossa, ou através de outro mecanismo de captura eletrônica da imagem;

3. ASSINATURA DO EMISSOR: impressa no documento, por processo eletrônico, obtida da original em papel, com tinta da cor preta de ponta grossa, ou através de outro mecanismo de captura eletrônica da imagem;

4. NOME: constar, sempre que possível, o nome completo do condutor. Este campo será utilizado para preenchimento do nome social ou nome civil do portador;

5. NÚMERO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE: constar o número do documento de identidade seguida da sigla da entidade expedidora e UF;

6. NÚMERO DO CPF: constar o número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas;

7. DATA. LOCAL E UF DE NASCIMENTO: constar dia, mês e ano, local e UF obtidos do documento de identidade;

8. FILIAÇÃO: constar os nomes completos do pai biológico e afetivo, mãe biológica e afetiva, nessa sequência, respectivamente;

9. NACIONALIDADE: constar a nacionalidade do condutor;

10. PERMISSÃO / CNH DEFINITIVA: O ícone "P" será impresso quando se tratar de Permissão para dirigir ou icone "D" quando se tratar de CNH Definitiva;

11. ACC: Quando se tratar de "ACC" a sigla deverá ser impressa em caixeta específica ou hachurada quando não for o caso;

12. CATEGORIA: indicar a(s) letra(s) correspondente à(s) categoria(s) na(s) qual(is) o condutor for habilitado e hachurada no caso de se tratar de uma ACC sem adição de categoria, sendo a "ACC" e a categoria "A" excludentes, não existindo simultaneamente. A impressão será realizada na cor vermelha;

13. Nº DE REGISTRO: atribuir o número de registro do condutor. A impressão será realizada na cor vermelha;

14. VALIDADE: constar dia, mês e ano que prescreverá a validade do exame de aptidão física e mental do condutor. A impressão será realizada na cor vermelha;

15. DATA DA 1ª HABILITAÇÃO: constar dia, mês e ano da primeira habilitação do condutor;

16. OBSERVAÇÕES: dentro deste campo deverão constar as restrições médicas e a informação sobre o exercício de atividade remunerada, conforme Anexo II desta Resolução;

17. LOCAL: nome da cidade e estado de emissão da CNH;

18. DATA DE EMISSÃO: constar dia, mês e ano da expedição do documento;

19. CÓDIGO NUMÉRICO DE VALIDAÇÃO: com 11 (onze) dígitos gerados a partir de algoritmo específico e de propriedade da SENATRAN, composto pelos dados individuais de cada CNH, permitindo a validação do documento;

20. NÚMERO DO FORMULÁRIO RENACH: constar o número do formulário RENACH do Estado emissor;

21. ZONA DE LEITURA MECÂNICA (MRZ): possui dados identificatórios do condutor e da CNH.

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 977, DE 18 DE JULHO DE 2022

Altera a Resolução CONTRAN nº 941, de 28 de março de 2022, que estabelece procedimentos para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular a ser realizada pelos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, habilitada para a prestação dos serviços de vistoria veicular.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o inciso I do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.009311/2022-26, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução CONTRAN nº 941, de 28 de março de 2022, que estabelece procedimentos para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular a ser realizada pelos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, habilitada para a prestação dos serviços de vistoria veicular.

Art. 2º A Resolução CONTRAN nº 941, de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º-A. A vistoria de identificação veicular poderá ser dispensada nos seguintes casos:

I - fusão, cisão ou incorporação de pessoas jurídicas, previstas no Capítulo X da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que impliquem na transferência de propriedade de veículos entre as empresas que realizaram a reorganização societária;

II - transferência, entre entes públicos, de veículos de propriedade da Administração Pública; e

III - transferência de veículos entre filiais da mesma empresa.

Parágrafo único. A dispensa de que trata o caput se dará a critério do órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, mediante análise do caso concreto, podendo ser exigidos documentos complementares para verificar as características veiculares."

.....

Art. 5º Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal que optarem por realizar a habilitação de pessoa jurídica de direito público ou privado para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular devem observar o cumprimento dos seguintes requisitos, por parte dos interessados:

....." (NR)

Art. 3º Fica revogada a Resolução CONTRAN nº 22, de 17 de fevereiro de 1998.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

BRUNO EUSTÁQUIO FERREIRA CASTRO DE CARVALHO
Presidente do Conselho
Em Exercício

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

FELIPE RIBEIRO DE MELLO
Ministério do Meio Ambiente

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
Ministério da Saúde

SILVINEI VASQUES
Ministério da Justiça e Segurança Pública

GLENDA BEZERRA LUSTOSA
Ministério da Economia

ATA DA 187ª ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2022

Aos vinte de junho de dois mil e vinte e dois, o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) reuniu-se no auditório do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), situada no 1º subsolo, Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco F, bem como por videoconferência, via Microsoft Teams, contando com a presença de seus integrantes, representantes dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações, Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvim; da Educação, Marcelo Lopes da Ponte; da Defesa, André Laranja Sá Corrêa; da Saúde, Arnaldo Correia de Medeiros; da Justiça e Segurança Pública, Silvinei Vasques, sob a Presidência do Secretário-Executivo do Ministério da Infraestrutura, Bruno Eustáquio Ferreira Castro de Carvalho, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta. I - ABERTURA DA REUNIÃO: Após a verificação do quórum regulamentar pelo Secretário-Executivo, Frederico de Moura Carneiro, a reunião foi aberta às 17h02m pelo Senhor Presidente em exercício do CONTRAN. II - ASSUNTOS GERAIS: 1) O Presidente em exercício do CONTRAN, após saudações iniciais, agradeceu ao Presidente do FNDE e Conselheiro representante do Ministério da Educação, Marcelo Lopes da Ponte, pelo espaço cedido para a realização da presente reunião. Destacou ser a sua segunda participação na reunião como Presidente em exercício do CONTRAN, informando que havia sugerido ao Secretário-Executivo do CONTRAN, Frederico de Moura Carneiro, uma agenda itinerante do Conselho, a fim de conhecer melhor o trabalho desenvolvido pelas pessoas que contribuem com os assuntos deliberados pelo Colegiado. 2) O Conselheiro representante do Ministério da Educação saudou todos os presentes e externou a alegria de receber a presente reunião no FNDE, deixando a autarquia à disposição do Conselho. 3) Os Conselheiros deliberaram e aprovaram a Ata da 2ª Reunião Extraordinária do CONTRAN de 2022. Após, o Presidente do CONTRAN incumbiu ao Secretário-Executivo do CONTRAN a condução da presente reunião. 4) O Secretário-Executivo do CONTRAN ressaltou que a matéria "Educação" é muito cara para o setor de trânsito, que é sustentada por 3 (três) pilares: engenharia, esforço legal e a educação. Sendo que a educação é considerado a base de todas as outras áreas. 5) Com a palavra, o Conselheiro representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Silvinei Vasques, ressaltou que a pauta a ser deliberada pelo CONTRAN é importante, considerando que algumas sugestões que foram acatadas nas reuniões prévias do CONTRAN partiram da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Elogiou, ainda, a dinâmica que tem se dado nas reuniões do Conselho, destacando a celeridade que há nas deliberações das matérias. Ressaltou, ainda, que as ações promovidas pelo CONTRAN e SENATRAN têm sido de suma importância na redução do trabalho da PRF, contribuindo de maneira satisfatória no que consiste à defesa da vida, que é o foco principal do órgão. 6) Em seguida, o Conselheiro representante do Ministério da Saúde, Arnaldo Correia de Medeiros, destacou que as pautas do CONTRAN tem uma relação muito próxima com os assuntos relacionados à "saúde" e que sente-se privilegiado em participar das reuniões do Conselho. 7) Estavam ainda presentes os servidores dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações, José Antônio Silvério; Educação, Djailson Dantas de Medeiros; da Defesa, Carlos Custódio França; da Saúde, Giovanny Araújo de França; da Justiça e Segurança Pública, Amanda de Almeida Dantas; da Economia, Glenda Bezerra Lustosa; e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Alaércio Londe Silva. 8) Foram convidados à reunião para auxiliar nos trabalhos e debates os seguintes servidores da SENATRAN: Celso Mizuno, Chefe de Gabinete; Rodrigo César Neiva Borges, Diretor do Departamento de Regulação e Fiscalização; Daniel Mariz Tavares, Diretor do Departamento de Segurança no Trânsito; Izabela Rizzotti, Coordenadora-Geral de Normatização; Agnaldo Filho, Gerente de Projetos do Departamento de Regulação e Fiscalização; Julio Zambon, Coordenador de Segurança Veicular; e Thiago Fayad Queiroz, Assistente Técnico Administrativo Superior Júnior. 9) Em acordo entre os membros do Conselho, houve a inversão da Pauta, sendo antecipado o item 4 (quatro). III - ORDEM DO DIA: 1) Processo Administrativo nº 80000.117036/2016-36, Interessado: CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, Assunto: Minuta da Resolução que estabelece o critério de identificação de veículos, a que se refere o art. 114 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). O Secretário-Executivo esclareceu que a presente matéria consolida e revisa 6 (seis) outros normativos existentes. Salientou que o tema foi debatido em grupo de trabalho criado no âmbito da Câmara Temática de Assuntos Veiculares (CTAV). Além disso, relatou que o assunto foi colocado em consulta pública, obtendo 294 (duzentos e noventa e quatro) contribuições apresentadas, sendo 189 (cento e oitenta e nove) incorporadas ao texto que ora submetido aos Conselheiros. Ressaltou que as alterações contempladas foram discutidas e validadas com o setor automobilístico, incluindo as principais associações de fabricantes de veículos como a ANFAVEA, ABEIFA, ANFIR e FABUS. Após expostas as razões da proposta em questão, o Conselho decidiu aprovar, por unanimidade, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 968/2022, cuja ementa é: "Estabelece o critério de identificação de veículos, a que se refere o art. 114 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB)". 2) Processo Administrativo nº 50000.033462/2021-14, Interessado: CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, Assunto: Minuta da Resolução que dispõe sobre o sistema de Placas de Identificação de Veículos (PIV) registrados no território nacional. O Secretário-Executivo relatou que a matéria trazida à baila refere-se a consolidação de 20 (vinte) normas em uma única Resolução, dessa forma, cumprindo a determinação do Decreto Nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, um projeto do Governo Federal conhecido como "revisaço". Esclareceu que o tema é objeto da agenda regulatória do CONTRAN e da SENATRAN para o segundo semestre de 2022 no que tange ao mérito e que, por isso, grande parte das contribuições recebidas pela consulta pública não foram consideradas nesse primeiro momento, afirmando as discussões, tão logo, serão retomadas junto às Câmaras Temáticas do CONTRAN. Além da consolidação, importou destacar quatro pontos importantes que foram incorporados ao texto normativo: a) previsão da placa preta para veículos de coleção que tenham, pelo menos, 80% de originalidade; b) dispensa da obrigatoriedade da placa traseira de tratores; c) alterações técnicas com relação à instalação de placas, dispondo sobre furos e inclinação do dispositivo na traseira do veículo; d) consolidação da regulamentação sobre veículos de representação diplomática e sua identificação. Após expostas as razões da proposta em questão, o Conselho decidiu aprovar, por unanimidade, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 969/2022, cuja ementa é: "Dispõe sobre o sistema de Placas de Identificação de Veículos (PIV) registrados no território nacional". 3) Processo Administrativo nº 50000.033607/2021-87, Interessado: CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, Assunto: Minuta da Resolução que estabelece as características e especificações técnicas dos sistemas de sinalização, iluminação e seus dispositivos e dispõe sobre o uso de luzes intermitentes em veículos. O Secretário-Executivo do CONTRAN relatou que o presente item trata de revisão e consolidação de 10 (dez) normas do CONTRAN, que tratavam, separadamente, sobre o mesmo assunto. Salientou, ainda, que parte dos assuntos inseridos na minuta foram discutidos pela Câmara Temática de Assuntos Veiculares e submetidos à consulta pública, resultando em 40 (quarenta) contribuições apresentadas, sendo acatado 14 (quatorze) contribuições. Após o Secretário-Executivo do CONTRAN expor as razões da proposta em questão, o Conselho decidiu aprovar, por unanimidade, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 970/2022, cuja ementa é: "Dispõe sobre as características e especificações técnicas dos sistemas de sinalização, de iluminação e seus dispositivos, bem como sobre o uso de lanternas especiais em veículos". Em seguida, o Conselheiro suplente representante do Ministério da Educação sugeriu que fosse aprovado, em bloco, os itens 4 e 5 por se tratarem de matéria semelhantes. Sugestão foi acatada pelo Colegiado. 4) Processo Administrativo nº 50000.007616/2021-12, Interessado: CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, Assunto: Minuta da Resolução que referenda a Deliberação CONTRAN nº 254, de 25 de março de 2022, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Rio de Janeiro. Após o Secretário-Executivo do CONTRAN expor as razões da proposta em questão, o Conselho decidiu aprovar, por unanimidade, em bloco, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 971/2022, cuja ementa é: "Referenda a Deliberação CONTRAN nº 254, de 25 de março de 2022, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Rio de Janeiro". 5) Processo Administrativo nº 50000.007641/2021-04, Interessado: CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, Assunto: Minuta da Resolução que referenda a Deliberação CONTRAN nº 258, de 19 de maio de 2022, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Piauí. Após o Secretário-Executivo do CONTRAN expor as razões da proposta em questão, o Conselho decidiu aprovar, por unanimidade, em bloco, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 972/2022, cuja ementa é: "Referenda a Deliberação CONTRAN nº 258, de 19 de maio de 2022, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Piauí". IV - ENCERRAMENTO: 1) Após a apreciação das matérias, o Secretário-Executivo do CONTRAN informou que, de maneira antecipada, o Conselho conseguiu cumprir a agenda determinada pelo Decreto Nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, consolidando e revisando todas as normas editadas pelo Colegiado, havendo uma expressiva redução do arcabouço normativo. Explicou que, com essa simplificação, a sociedade e os agentes envolvidos no setor de trânsito se beneficiarão no que tange ao processo normativo. Informou que a SENATRAN fará a consolidação de normativos de sua competência. Avisou, ainda, que a próxima reunião do CONTRAN está prevista para ocorrer no dia 18 de julho de 2022. Em seguida, informou que foram constituídas 6 (seis) Câmaras Temáticas de assessoramento ao CONTRAN para o próximo biênio, e que a reunião inaugural dessas Câmaras ocorrerá no dia 27 de junho de 2022, às 10h00, no formato híbrido (presencial e videoconferência), no Auditório Eliseu Resende da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Além disso, esclareceu que após a reunião inaugural os membros das Câmaras Temáticas se reunirão nos dias 27 e 28 de junho de 2022, e que serão distribuídas matérias para análise das câmaras. Ademais, o Secretário-Executivo do CONTRAN agradeceu ao Presidente do FNDE e Conselheiro representante do Ministério da Educação por ceder o espaço da autarquia para recepcionar a presente reunião. 2) Em seguida, em razão da falha na comunicação que ocorreu na videoconferência com o Presidente do CONTRAN em exercício e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelo Secretário-Executivo do CONTRAN às 17h22 e determinada a lavratura da presente Ata.

BRUNO EUSTÁQUIO FERREIRA CASTRO DE CARVALHO
Presidente do Conselho
Em Exercício

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

FELIPE RIBEIRO DE MELLO
Ministério do Meio Ambiente

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
Ministério da Saúde

SILVINEI VASQUES
Ministério da Justiça e Segurança Pública

GLENDA BEZERRA LUSTOSA
Ministério da Economia

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 922, DE 20 DE JULHO DE 2022

Estabelece os procedimentos para acesso aos dados dos sistemas e subsistemas informatizados da Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN).

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso das competências que lhe conferem os incisos VIII, IX, X e XIV, XXX e XXXI do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, no Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, e no que consta no processo administrativo nº 80001.037971/2007-19, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria estabelece os procedimentos para acesso aos dados dos sistemas e subsistemas informatizados da Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN).

§ 1º A concessão de acesso aos dados de que trata o caput observará as disposições constantes na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação (LAI), na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019.

§ 2º A SENATRAN, independentemente de requerimento, promoverá a divulgação, no sítio eletrônico do Ministério da Infraestrutura (MINFRA), de informações de interesse coletivo ou geral, em conformidade com o art. 7º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a LAI.

§ 3º As hipóteses legais de concessão de acesso a dados pessoais pela SENATRAN serão indicadas no sítio eletrônico do MINFRA, destacando-se a finalidade e os procedimentos utilizados para a concessão, na forma prevista no inciso I do art. 23 da LGPD.

Art. 2º Para fins desta Portaria, consideram-se:

I - dados: informações não processadas, que podem ser utilizadas para produção e transmissão de conhecimento, contidas em qualquer meio, suporte ou formato;

II - dados pessoais: qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

III - dados pessoais sensíveis:

a) dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político;

b) dado referente à saúde ou à vida sexual; e

c) dado genético ou biométrico, quando vinculado a pessoa natural;

IV - dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

V - titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que sejam objeto de tratamento;

VI - dados estatísticos: dados anonimizados e quantitativos relativos a veículos, condutores, infrações e acidentes de trânsito, cujo titular não pode ser identificado;

VII - tratamento: toda operação realizada com dados, referentes a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

VIII - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados, nesta Portaria representado pela SENATRAN;

IX - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados em nome do controlador, designada pela SENATRAN como responsável pela operação de seus sistemas e subsistemas informatizados;

X - uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados ou tratamento compartilhado de bancos de dados por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

XI - requerente: pessoa jurídica de direito público ou privado que solicita acesso aos sistemas e subsistemas informatizados da SENATRAN;

XII - acesso: ato de ingressar nos bancos de dados da SENATRAN para obter informações, realizar consultas e/ou efetuar registros relativos a veículos automotores, condutores habilitados, infrações, acidentes e estatísticas de trânsito, diretamente ou por meio da geração de arquivos eletrônicos, mediante autorização específica;

XIII - acesso on-line: espécie de ingresso no sistema, em que há troca de informações entre servidores e sistemas, sendo que um acesso pode representar uma ou mais transações no sistema;

XIV - transação eletrônica: troca de informações entre servidores e sistemas, para obter informações, realizar consultas, efetuar registros e enviar arquivos;

XV - consulta: espécie de transação eletrônica que se limita à obtenção de determinado dado, informação e/ou cadastro;

XVI - registro: espécie de transação eletrônica que abrange ações de ingresso de dados e informações;

XVII - cadastro de veículo: inserção das informações sobre chassi, monobloco, agregados e características originais do veículo no Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM), cujo procedimento é adotado para todos os veículos que entrarão em circulação no território nacional, possibilitando seu registro no órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal competente;

XVIII - geração de arquivos eletrônicos: conjunto de dados e informações extraídos dos sistemas e subsistemas informatizados da SENATRAN com periodicidade diária, semanal, mensal ou anual; e

XIX - pré-autorizada: quando há a antecipação da autorização para acesso aos sistemas da SENATRAN.

CAPÍTULO II

DO ACESSO

Art. 3º O acesso aos sistemas e subsistemas informatizados da SENATRAN será concedido diretamente ao requerente, não sendo permitido, a qualquer título, ceder a terceiros o direito de acesso, bem como os dados e as informações obtidos, sem prévia e expressa autorização da SENATRAN, observando-se as normas de restrições de acesso à informação previstas no Capítulo IV da LAI e na LGPD.

Art. 4º Os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) terão acesso aos sistemas e subsistemas informatizados da SENATRAN para desempenho das atribuições legais previstas no CTB.

§ 1º O acesso aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários municipais, aos órgãos e entidades executivos rodoviários estaduais e às polícias militares dos Estados e do Distrito Federal será disponibilizado pelos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal.

§ 2º Excepcionalmente, o acesso aos sistemas e subsistemas informatizados da SENATRAN será concedido aos órgãos ou entidades de que trata o § 1º diretamente pela SENATRAN.

Art. 5º Quando o órgão ou entidade integrante do SNT habilitar órgão ou entidade pública ou privada para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito, a SENATRAN concederá acesso aos sistemas e subsistemas informatizados por meio de autorização específica.

Art. 6º Os órgãos e entidades públicos não integrantes do SNT terão acesso aos sistemas e subsistemas informatizados da SENATRAN para obtenção de dados públicos que não estejam sujeitos a restrição de acesso, nos termos do Decreto nº 10.046, de 2019.

§ 1º O acesso a dados pessoais será concedido para atender finalidades específicas de execução de políticas públicas e de atribuições legais, nos termos do art. 26 da LGPD.

§ 2º Não se aplicam as disposições da LGPD para a concessão de acesso a dados pessoais constantes nos sistemas e subsistemas informatizados da SENATRAN aos órgãos e entidades públicos para fins de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado, ou atividades de investigação e repressão de infrações penais, nos termos do inciso III do art. 4º da LGPD.

§ 3º Os órgãos e entidades públicos previstos no § 2º deverão adotar medidas de salvaguardas, de governança, de segurança e de controle dos dados compartilhados.

Art. 7º As pessoas jurídicas de direito privado terão acesso aos sistemas e subsistemas informatizados da SENATRAN para obtenção de dados públicos que não estejam sujeitos a restrição de acesso, nos termos da LAI e da LGPD.

Parágrafo único. A concessão de acesso a dados pessoais somente poderá ser realizada nas hipóteses previstas no art. 7º, combinado com o art. 26 da LGPD.

CAPÍTULO III

DO REQUERIMENTO DE ACESSO

Art. 8º O requerimento para concessão de acesso aos sistemas e subsistemas informatizados da SENATRAN poderá ser realizado:

I - preferencialmente, por plataforma própria da SENATRAN, disponibilizado no sítio eletrônico do MINFRA;

II - por peticionamento eletrônico, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do MINFRA; ou

III - por peticionamento junto ao Protocolo do MINFRA, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", CEP: 70044-902, pessoalmente ou por correspondência.

Art. 9º O requerimento de acesso por órgãos e entidades públicos deve ser encaminhado pela autoridade máxima do órgão ou entidade requerente, contendo as seguintes informações:

I - endereço completo do órgão (logradouro, complemento, bairro, cidade, unidade da federação e CEP), número de telefone e endereço eletrônico para contato;

II - especificação detalhada do acesso a ser concedido; e

III - justificativa de que o requerimento se enquadra no que dispõem os arts. 4º e 6º.

Art. 10. O requerimento de acesso por pessoas jurídicas de direito privado deverá ser encaminhado pelo respectivo representante legal, contendo as seguintes informações:

I - a especificação detalhada do acesso a ser concedido; e

II - justificativa de que o requerimento se enquadra no que dispõe o art. 7º.

§ 1º São exigências para a concessão de acesso:

I - contrato, estatuto social e/ou regimento e suas alterações, devidamente registrados;

II - cartão de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

III - endereço completo (logradouro, complemento, bairro, cidade, unidade da federação e CEP), número de telefone e endereço eletrônico para contato;

IV - ato de outorga de poderes ao representante legal da pessoa jurídica de direito privado;

V - cédula de identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do(s) representante(s) legal(is);

VI - designação de responsável(is) técnico(s) pelo acesso aos sistemas;

VII - cédula de identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF) de responsável(is) técnico(s) pelo acesso aos sistemas;

VIII - nada consta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), obtido no endereço eletrônico http://www.portaldatranparencia.gov.br;

IX - nada consta na Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União, obtido no endereço eletrônico http://portal2.tcu.gov.br; e

X - nada consta no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa, obtido no endereço eletrônico http://cnj.jus.br.

§ 2º No caso da modalidade de requerimento de acesso por meio da plataforma própria da SENATRAN, além das exigências previstas no § 1º, o requerente deverá assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (TCMS) no ato do requerimento.

CAPÍTULO IV

DA ANÁLISE DO REQUERIMENTO

Art. 11. Após a apresentação do requerimento, a SENATRAN se manifestará pelo deferimento ou indeferimento do pedido de acesso, analisando:

I - a legalidade da concessão do acesso;

II - o enquadramento legal do acesso a ser concedido; e

III - o cumprimento das exigências previstas nos arts. 9º e 10.

§ 1º A SENATRAN poderá se manifestar pela concessão parcial do requerimento de acesso quando não se verificar o enquadramento legal de parte do acesso a ser concedido.

§ 2º A SENATRAN poderá negar o requerimento de acesso por motivo relevante, devidamente justificado.

CAPÍTULO V

DA AUTORIZAÇÃO DE ACESSO

Art. 12. A SENATRAN poderá conceder o acesso aos seus sistemas e subsistemas informatizados por meio de:

I - termo de autorização;

II - portaria de credenciamento; ou

III - plataforma própria da SENATRAN.

Art. 13. O termo de autorização conterá:

I - o enquadramento legal do acesso a ser concedido;

II - os dados a serem disponibilizados e a forma de acesso;

III - as obrigações do requerente quanto ao uso da informação e o dever de sigilo aos dados; e

IV - o prazo de vigência.

§ 1º No caso de acesso concedido a pessoa jurídica de direito privado, além das informações previstas no caput, o termo de autorização deverá conter a forma de pagamento dos valores referentes à disponibilização dos dados.

§ 2º Fica dispensada a emissão de termo de autorização aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios e aos órgãos ou entidades executivos rodoviários dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que:

I - atendam ao que dispõe o art. 9º;

II - estejam integrados ao SNT;

III - estejam habilitados no Sistema RENAINF; e

IV - acessem o Sistema RENAINF por meio dos canais do órgão ou entidade executivo de trânsito do respectivo Estado ou do Distrito Federal.

§ 3º Os requerimentos dos órgãos e entidades que atendam ao disposto no § 2º para disponibilização de acesso aos sistemas e subsistemas informatizados da SENATRAN deverão ser entregues diretamente ao operador, por meio do e-mail sne.senatran@serpro.gov.br, ou poderão ser realizados por meio da plataforma própria da SENATRAN.

§ 4º Verificado o atendimento ao disposto no § 2º, fica autorizada a celebração de contrato entre os órgãos e entidades de que trata o § 2º com o operador.

Art. 14. A portaria de credenciamento de que trata o inciso II do art. 12, emitida pela SENATRAN para credenciar pessoas jurídicas de direito privado para o exercício de atividades previstas na legislação de trânsito, substituirá o termo de autorização previsto no art. 13 para acesso aos dados necessários à execução da atividade credenciada.

§ 1º Além de atender aos requisitos previstos em normativo específico para o credenciamento, a pessoa jurídica de direito privado deverá apresentar os documentos indicados no art. 10.

§ 2º Caso a pessoa jurídica de direito privado tenha interesse no acesso a dados adicionais àqueles necessários à execução da atividade credenciada, deverá apresentar novo requerimento, atendendo aos requisitos previstos no art. 10.

Art. 15. Ficam pré-autorizadas as solicitações efetuadas por meio da plataforma própria da SENATRAN, referentes a acessos para:

I - validar informações; ou

II - disponibilizar dados:

a) anonimizados;

b) estatísticos; ou

c) cuja titularidade for do próprio requerente.

Art. 16. Após concedida a autorização de acesso, qualquer alteração nos dados cadastrais da pessoa jurídica de direito privado ou na competência legal da autoridade do órgão ou entidade público autorizado deve ser comunicada à SENATRAN, pelo mesmo meio utilizado para o requerimento, no prazo de 15 (quinze) dias contado da data da alteração, sob pena de revogação da autorização.

Art. 17. O acesso será concedido em caráter precário, podendo ser revogado a qualquer momento pela SENATRAN, mediante notificação prévia ao autorizado.

§ 1º Em situações excepcionais, quando houver risco iminente de danos ao Estado ou a terceiros, a SENATRAN poderá suspender cautelarmente o acesso de qualquer órgão ou entidade.

§ 2º No caso do § 1º, o acesso ficará suspenso apenas pelo prazo necessário para apuração dos fatos e eliminação do risco.

§ 3º Será garantido ao autorizado o direito ao contraditório e à ampla defesa, com os meios e recursos que lhe são inerentes.

CAPÍTULO VI

DA CONTRATAÇÃO

Art. 18. Após concedida a autorização de acesso, o autorizado deverá celebrar contrato junto ao operador, exclusivamente por meio da plataforma própria da SENATRAN.

Art. 19. O contrato deverá conter cláusulas estabelecendo:

I - vigência, que deve ser fixada de acordo com o prazo da autorização concedida pela SENATRAN;

II - prerrogativa da União, exercida pela SENATRAN, de conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre o acesso aos sistemas;

III - menção expressa à autorização concedida pela SENATRAN ao autorizado;

IV - enquadramento legal do acesso a ser concedido;

V - medidas técnicas, administrativas e de segurança aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, adotadas pelos agentes de tratamento;

VI - imediata rescisão do contrato na hipótese de revogação da autorização pela SENATRAN; e

VII - penalidades cabíveis pelo descumprimento do contrato.

Art. 20. Como anexo ao contrato, deverá constar o TCMS constante no Anexo I do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, a ser assinado individualmente por aqueles que venham a ser cadastrados para ter acesso aos sistemas e subsistemas informatizados da SENATRAN, obrigando-os a manter o sigilo da informação, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa.

§ 1º O operador deverá manter arquivados todos os TCMS referentes ao uso dos sistemas e subsistemas informatizados da SENATRAN pelo prazo de 5 (cinco) anos após a desabilitação do cadastrado.

§ 2º Quando solicitada pela SENATRAN, o operador deverá disponibilizar imediatamente cópia do TCMS.

CAPÍTULO VII

DOS VALORES E PAGAMENTO PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 21. O autorizado deverá ressarcir ao operador os valores referentes à disponibilização das informações ou ao acesso aos sistemas e subsistemas informatizados da SENATRAN, conforme normativo específico.

§ 1º Quando o acesso de que trata o caput exigir o desenvolvimento de novas soluções tecnológicas específicas, o interessado deverá ressarcir os respectivos valores relativos aos investimentos e custeio.

§ 2º O operador submeterá à prévia aprovação da SENATRAN o documento de gerenciamento do projeto de desenvolvimento da nova solução tecnológica, contendo escopo, orçamento e prazo de execução.

§ 3º Toda e qualquer solução tecnológica desenvolvida pelo operador a partir dos sistemas e subsistemas informatizados da SENATRAN são de propriedade da SENATRAN e encontram-se sob sua exclusiva tutela.

§ 4º Fica vedada a disponibilização a terceiros dos produtos ou soluções tecnológicas desenvolvidos pela SENATRAN ou pelo operador, oriundos dos dados dos sistemas e subsistemas informatizados, incluindo sua documentação técnica, sem a prévia autorização formal da SENATRAN, sob pena de rescisão do respectivo instrumento firmado.

§ 5º Os pagamentos previstos neste artigo deverão ser efetuados pelo autorizado diretamente ao operador.

CAPÍTULO VIII

DAS FORMAS DE ACESSO

Art. 22. O acesso aos sistemas e subsistemas informatizados da SENATRAN poderá se dar:

I - de forma direta ao banco de dados, por meio de webservice ou outro mecanismo similar, a partir da integração com o sistema informatizado do autorizado, promovida pelo operador, mediante leiaute definido pela SENATRAN; ou

II - mediante interface própria que utilize os dados necessários dos sistemas e subsistemas da SENATRAN, customizada conforme critérios de necessidade, conveniência e oportunidade.

CAPÍTULO IX

DOS SERVIÇOS

Art. 23. O operador disponibilizará os seguintes serviços aos interessados, referentes aos dados de veículos, condutores habilitados, infrações, acidentes e estatísticas de trânsito dos sistemas e subsistemas informatizados da SENATRAN:

I - geração de arquivos eletrônicos;

II - registro de informações para atualização das bases de dados;

III - consulta entre servidores (troca de transações on-line);

IV - consulta on-line em terminal ou ambiente web; e

V - consulta por webservice.

Art. 24. O operador fica previamente autorizado pela SENATRAN a disponibilizar os serviços relativos aos acessos descritos no art. 15.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. Cabe à SENATRAN coordenar e supervisionar os procedimentos para elaboração e o acompanhamento de seus respectivos contratos de receitas e despesas, convênios, acordos e congêneres.

Art. 26. Os órgãos e entidades públicos e privados autorizados a acessar os sistemas e subsistemas informatizados da SENATRAN deverão desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições contidas nesta Portaria.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades de que trata o caput deverão manter as mesmas condições documentais de habilitação durante todo o período da autorização de acesso.

Art. 27. Compete aos órgãos e entidades públicos e privados autorizados a acessar os sistemas e subsistemas informatizados da SENATRAN, sob pena de imediata revogação da autorização:

I - comunicar imediatamente à SENATRAN:

a) a utilização indevida das informações por seus agentes ou terceiros;

b) a existência de inconsistência nos dados acessados;

c) qualquer instabilidade, fragilidade ou vulnerabilidade verificada na segurança dos ambientes das respectivas bases ou sistemas internos que receberão os dados dos sistemas e subsistemas da SENATRAN; ou

d) a substituição dos funcionários autorizados a acessar os sistemas e subsistemas da SENATRAN;

II - substituir imediatamente os funcionários cadastrados para acesso aos dados em caso de cometimento de qualquer irregularidade ou conduta inadequada, sem prejuízo de informar imediatamente à SENATRAN sobre a irregularidade praticada;

III - utilizar programas e equipamentos que garantam a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações acessadas, nos termos do art. 1º do Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018;

IV - utilizar serviço de rede de telecomunicações que atenda aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Comitê Gestor da Segurança da Informação de que trata o Capítulo V do Decreto nº 9.637, de 2018; e

V - adequar o uso dos sistemas às diretrizes e configurações estipuladas pela SENATRAN.

Art. 28. Os órgãos e entidades públicos que tiverem ciência de acesso ou utilização indevida de informações por seus agentes deverão comunicar o fato à SENATRAN e instaurar o devido procedimento administrativo disciplinar, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. A conclusão do procedimento investigatório deverá ser encaminhada para a SENATRAN, para acompanhamento e adoção das providências cabíveis.

Art. 29. O agente público vinculado à SENATRAN que disponibilizar ou utilizar dados ou informações em desacordo com o regramento determinado nesta Portaria responderá administrativamente por sua utilização indevida.

Art. 30. Quando solicitado, o operador deverá disponibilizar à SENATRAN:

I - cópia dos contratos firmados com os órgãos e entidades públicos e privados autorizados a acessar os sistemas e subsistemas da SENATRAN;

II - relatório mensal detalhado contendo o número e os tipos de acessos efetuados por cada órgão ou entidade, relativos ao mês anterior; e

III - relatório mensal detalhado contendo o faturamento efetuado aos órgãos e entidades, relativo ao mês anterior.

Art. 31. Os Termos de Autorização e demais documentos relacionados emitidos com base na Portaria DENATRAN nº 15, de 2016, permanecem vigentes até o seu vencimento.

Art. 32. Ficam revogadas as Portarias DENATRAN:

I - nº 15, de 18 de janeiro de 2016;

II - nº 135, de 15 de julho de 2016;

III - nº 72, de 12 de maio de 2017;

IV - nº 489, de 4 de maio de 2018; e

V - nº 763, de 24 de junho de 2021.

Art. 33. Esta Portaria entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA Nº 930, DE 20 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 922, de 28 de março de 2022, e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.013150/2022-75, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 922, de 2022, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica CIAT - CENTRO DE INSPEÇÃO AUTOMOTIVA DE TERESÓPOLIS LTDA., inscrita no CNPJ nº 15.097.006/0001-04, situada na Rua Wilhelm Cristian Kleme, nº 220, Ermitage, Município de Teresópolis/RJ, CEP: 25.975-550, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 8.640, DE 20 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos art. art. 37, inciso X, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 121, de 4 de maio de 2018 e considerando o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no Decreto nº 10.153, de 3 de dezembro de 2019 e CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 00058.042640/2022-45, resolve:

Art. 1º Estabelecer os critérios para a proteção de dados das manifestações recebidas por meio do sistema informatizado de atendimento do Fale com a ANAC.

Art. 2º O acesso às manifestações recebidas na Agência por meio do sistema informatizado de atendimento do Fale com a ANAC deverá ser realizado somente por usuários autorizados pelo ponto focal do Serviço Especializado de Atendimento a Manifestações - SEAM de cada Unidade Organizacional - UORG, pela Gerência Técnica de Gestão da Informação - GTGI/GSIN/SAF ou pela Ouvidoria, nos termos desta Portaria.

Art. 3º O ponto focal de cada SEAM deverá indicar à GTGI/GSIN/SAF, área responsável pelo cadastramento, os usuários internos da unidade autorizados a acessarem o sistema informatizado de atendimento e comunicar qualquer alteração nas autorizações concedidas.

§ 1º A indicação do usuário interno deverá conter nome completo, unidade de exercício, login e o nome dos grupos em que deverá ser realizado o cadastro.

§ 2º Os usuários internos terão acesso aos dados e informações das manifestações que tramitarem pelo SEAM nos quais possuam cadastro.

Art. 4º As empresas contratadas para a execução dos serviços de Central de Atendimento e de Suporte ao Sistema de Atendimento deverão solicitar à GTGI/GSIN/SAF o cadastro de seus colaboradores autorizados a acessarem o sistema.

§ 1º A solicitação deverá conter nome completo, CPF, endereço de correio eletrônico, o nome dos grupos em que deverá ser realizado o cadastro de cada usuário e termo de confidencialidade assinado pelo colaborador a ser cadastrado.

§ 2º Os colaboradores terão acesso aos grupos essenciais para a execução dos serviços contratados.

§ 3º Não será permitido o cadastramento de usuários genéricos.

§ 4º O cadastro para acesso aos grupos de segunda instância e denúncias no sistema informatizado de atendimento do Fale com a ANAC dos colaboradores das empresas contratadas deverá ser precedido de autorização da Ouvidoria.

Art. 5º O acesso às manifestações de grupos em que o usuário não possua cadastro deverá ser precedido de autorização da GTGI/GSIN/SAF, com exceção das manifestações contidas em grupos de segunda instância e denúncias, que devem possuir autorização prévia da Ouvidoria.

§ 1º A solicitação de acesso prevista no caput deverá conter, no mínimo, o nome do solicitante, área de lotação, as informações requeridas, as razões para conhecimento e a concordância da chefia imediata.

§ 2º Serão preservados os registros de solicitação e de concessão de acesso aos grupos.

Art. 6º As manifestações do tipo "denúncia" não terão os dados pessoais dos manifestantes armazenadas no sistema informatizado de atendimento do Fale com a ANAC.

§ 1º Para fins de controle, deverá ser registrado o nome do usuário e as respectivas datas de acesso a "denúncias" e "comunicações" por meio do sistema informatizado de atendimento do Fale com a ANAC.

§ 2º A unidade técnica responsável pela apuração de "denúncia" poderá requisitar à Ouvidoria informações sobre a identidade do denunciante, quando for indispensável à análise dos fatos relatados.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

LÉLIO TRIDA SENE

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 8.622, DE 19 DE JULHO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1.422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.030598/2022-21, resolve:

Art. 1º Considerar inscrito no cadastro e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação: Norbe VI;

II - Indicador de localidade: 9PCZ;

III - Indicativo de chamada da EPTA: Norbe VI ;

IV - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma Flutuante;

V - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos;

VI - Altitude em relação ao nível do mar: 41,68 metros;

VII - Resistência do pavimento: 12,8 toneladas;

VIII - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 22,2 metros;

IX - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

X - Classe: 1;

XI - Categoria: H2; e

XII - Sistema de combustível homologado: Não Possui.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 2 de agosto de 2025.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 3.302/SIA, de 23 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2019, Seção 1, página 35.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.643, DE 20 DE JULHO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.027230/2022-85, resolve:

Art. 1º Excluir o Aeródromo Privado abaixo do cadastro de aeródromos da ANAC, fechando-o ao tráfego aéreo:

I - denominação: Fazenda Santa Maria;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0538;

III - município (UF): Aral Moreira (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 22° 50' 22'' S / 055° 15' 48'' W.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 3099/SIA de 29 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 2020, Seção 1, Página 70.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 8.512, DE 7 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00066.000908/2022-72, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária ÁGUIA ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA, CNPJ nº 20.450.700/0001-95, com sede social em Cacoal (RO), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2022-06-00LX-03-00, emitido em 23 de junho de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.518, DE 7 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.032078/2022-41, resolve:

Art. 1º Tornar pública a interrupção da prerrogativa para exploração de serviços aéreos da sociedade empresária ROTORWEST SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ nº 08.353.544/0001-49, com sede social no Campinas (SP).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.537, DE 8 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.032855/2022-58, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária AERO AGRÍCOLA SÃO PATRÍCIO LTDA, CNPJ nº 18.555.472/0001-76, com sede social em Itaqui (RS), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2014-11-5IJC-04-01, emitido em 27 de junho de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.538, DE 8 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.032428/2022-70, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária TOPOCART TOPOGRAFIA ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS LTDA, CNPJ nº 26.994.285/0001-17, com sede social em Brasília (DF), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2022-06-00MA-06-00, emitido em 28 de junho de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.547, DE 11 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.017067/2022-31, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária AEROCARTA S.A ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS, CNPJ nº 31.332.778/0001-21, com sede social em São Paulo (SP), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2022-06-00LZ-05-00, emitido em 23 de junho de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.554, DE 11 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.018162/2022-52, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária MADRID AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 02.377.342/0001-50, com sede social em Recife (PE), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2013-07-2IGM-01-01, emitido em 18 de novembro de 2019.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.576, DE 13 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00066.001397/2021-25, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária TORRES E TORRES LTDA, CNPJ nº 36.154.819/0001-50, com sede social em Gaúcha do Norte (MT), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2022-03-00KR-01-00, emitido em 11 de março de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.578, DE 13 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.010323/2022-60, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária SOCANA AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 05.555.880/0001-86, com sede social em Pontal (SP), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2010-07-0IAF-01-02, emitido em 24 de março de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.588, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.032540/2022-19, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária SEMEAR AEROAGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 32.127.602/0001-09, com sede social em Campo Novo do Parecis (MT), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2019-08-0OFM-02-00, emitido em 02 de setembro de 2019.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.601, DE 15 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.010156/2022-57, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária MAP TRANSPORTES AÉREOS LTDA, CNPJ nº 10.483.635/0001-40, com sede social em Manaus (AM), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2012-06-0PAM-01-01, emitido em 14 de junho de 2012.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.602, DE 15 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE E PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso VIII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o que consta no processo nº 00058.036828/2022-54, resolve:

Art. 1º Aprovar nos termos do Anexo desta Portaria, a Instrução Suplementar nº 91-001, Revisão F (IS nº 91-001F), intitulada "Aprovação operacional de navegação baseada em desempenho (PBN)".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/iac-e-is/is) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Fica expressamente revogada a Portaria nº 1777/SPO, de 24 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 26 de maio de 2017, Seção 1, página 116, que aprovou a IS nº 91-001E.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.616, DE 19 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.019104/2022-46, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária GEOJÁ MAPAS DIGITAIS E AEROLEVANTAMENTO LTDA., CNPJ nº 04.307.683/0001-85, com sede social no São Paulo (SP), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2022-07-00MB-01-00, emitido em 12 de julho de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.623, DE 19 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso VIII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o que consta no processo nº 00058.036825/2022-11, resolve:

Art. 1º Aprovar nos termos do Anexo desta Portaria, a Instrução Suplementar nº 91-005, Revisão D (IS nº 91-005D), intitulada "Aprovação operacional para operação em espaço aéreo com separação vertical mínima reduzida (RVSM)".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/iac-e-is/is) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Fica expressamente revogada a Portaria nº 1573/SPO, de 23 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 31 de maio de 2019, Seção 1, página 41, que aprovou a IS nº 91-005C.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.625, DE 19 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.031225/2022-66, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária BTN INFORMAÇÃO DO TRÂNSITO E SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS LTDA., CNPJ nº 14.006.629/0001-53, com sede social no São Paulo (SP), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2020-04-00GQ-02-00, emitido em 04 de novembro de 2020.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.633, DE 20 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.032534/2022-53, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária AVIAÇÃO AGRÍCOLA SANTA TEREZINHA LTDA., CNPJ nº 03.427.121/0001-02, com sede social no Carazinho (RS), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2010-12-5IBJ-01-02, emitido em 29 de novembro de 2019.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.634, DE 20 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução 659, de 02 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.021684/2022-31, resolve:

Art. 1º Tornar pública a interrupção da prerrogativa para exploração de serviços aéreos da sociedade empresária AGSUL AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 29.460.925/0001-05, com sede social em Itararé (SP).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.635, DE 20 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.032576/2022-94, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária AEROAGRÍCOLA FORMEHL & BORTOLOTTI LTDA., CNPJ nº 20.130.054/0001-89, com sede social no Porto Nacional (TO), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2019-09-60FO-02-00, emitido em 27 de setembro de 2019.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.638, DE 20 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00066.004889/2022-53, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária BRASIL VIDA TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 06.234.656/0001-55, com sede social no Goiânia (GO), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2005-11-0CEC-03-02, emitido em 05 de julho de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.646, DE 21 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00066.008831/2022-89, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária OPALAIR TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 25.164.879/0001-38, com sede social no Santarém (PA), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2020-03-00EI-01-01, emitido em 04 de maio de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 8.617, DE 19 DE JULHO DE 2022

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL no uso das atribuições que lhes conferem o Art. 8º da Portaria nº 4.919/SPO, de 30 de abril de 2021, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC n°135 e 91 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.031230/2022-79, resolve:

Art. 1º Tornar pública a revogação do Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2004-05-6CGN-01-01, emitido em favor da sociedade empresária JK TÁXI AÉREO LTDA, CNPJ 01.905.920/0001-11, a contar de 19 de julho de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO DINIZ DEL BEL

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

UNIDADE REGIONAL DE PORTO VELHO-RO

DELIBERAÇÃO Nº 5, DE 11 DE ABRIL DE 2022

Processo nº 50300.007372/2021-93. Fiscalizada: LAIRANA & CARVAJAL NAVEGACAO E TURISMO LTDA. - EPP, CNPJ nº 08.701.445/0001-00. Objeto e Fundamento Legal:

O Chefe da Unidade Regional de Porto Velho (UREPV), no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 60 do Regimento Interno, delibera pela subsistência do Auto de Infração n° 005321-0 (SEI 1504259), por restarem confirmadas a autoria e materialidade da infração tipificada no art. 23, inciso XVII, da Resolução nº 1274-ANTAQ, decidindo, assim, pela aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor R$ 367,50 (trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

PAULO SÉRGIO DA SILVA CUNHA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 220, DE 22 DE JULHO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 081, de 18 de julho de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.313315/2019-70, delibera:

Art. 1º Referendar a Deliberação nº 208, de 30 de junho de 2022, que aprovou a celebração, pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, pela ECO101 Concessionária de Rodovias S/A, e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, do Aditamento 2 ao Termo de Arrolamento e Transferência de Bens oficializado na assunção da BR-101/ES/BA - Entroncamento BA-698 (acesso à Mucuri) - Divisa ES/RJ, pela concessionária, para incluir o trecho do Contorno de Iconha com extensão de 7,670 km; e, ainda, suprimir o trecho urbano do munícipio de Iconha/ES, segmento do km 373+302m (Long. 314608,28 m E e Lat. 7700931,83 m N) ao km 379+830 (Long. 309406,08 m E e Lat. 7698310,90 m N), com extensão de 6,528 km, arrolado no referido Termo, devolvendo-o à administração do DNIT.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 221, DE 22 DE JULHO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 069, de 15 de julho de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.104907/2021-17, delibera:

Art. 1º Aprovar a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Competências s/nº entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, com o objetivo de fixar a vigência em 60 (sessenta) meses, a partir da assinatura do Primeiro Termo Aditivo, bem como incluir o Plano de Trabalho Ferroviário para o Porto de Santos.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 222, DE 22 DE JULHO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DGS - 081, de 18 de julho de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.028715/2022-88, delibera:

Art. 1º Deferir, com base na Resolução nº 5.830, de 10 de outubro de 2018, o parcelamento de débitos requerido pela empresa Walmar Transportes e Locações Ltda, CNPJ nº 10.860.911/0001-42, nas seguintes condições:

I - valor total do débito: R$ 52.640,00 (cinquenta e dois mil e seiscentos e quarenta reais); e

II - quantidade de parcelas: 50 (cinquenta) parcelas.

Parágrafo único. Os valores das parcelas deverão ser fixados de acordo com o art. 12 da Resolução nº 5.830, de 2018.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 223, DE 22 DE JULHO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições constantes da Resolução nº 5.830, de 10 de outubro de 2018, fundamentada no Voto DLL - 006, de 18 de julho de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.028539/2022-84, delibera:

Art. 1º Deferir o parcelamento de débitos requerido pela empresa LL Pereira Transportes Ltda, CNPJ nº 18.995.507/0001-98, nas seguintes condições:

I - valor total do débito: R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais); e

II - quantidade de parcelas: 60 (sessenta) parcelas.

§ 1º Em consonância com o disposto no art. 10, §§ 4º e 5º, da Resolução nº 5.830, de 2018, foi efetuado o pagamento do valor de R$ 2.333,33 (dois mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

§ 2º Os valores das demais parcelas deverão ser fixados de acordo com o art. 12 da Resolução nº 5.830, de 10 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

DECISÃO SUFER Nº 25, DE 11 DE JULHO DE 2022

O Superintendente de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso XVII do Anexo à Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução ANTT nº 5.963, de 10 de março de 2022, e em conformidade com o que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.101300/2022-66, decide:

Art. 1º Atestar o cumprimento, pela Concessionária VALE S.A., dos requisitos previstos no art. 6º, incisos I e II da Portaria nº 106, de 19 de agosto de 2021, do Ministério da Infraestrutura.

Parágrafo único. O ateste de que trata o caput deste artigo é válido estritamente para os projetos descritos nos autos do processo em epígrafe, que visam o Projeto Superestrutura de Via Permanente - Estrada de Ferro Vitória a Minas, que tem como objetivo principal o reembolso dos investimentos realizados nos últimos 24 meses (data-base: maio de 2020 a maio de 2022) e projeção de investimentos até 2027.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ISMAEL TRINKS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 669, DE 21 DE JULHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do artigo 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 36; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.119887/2022-60, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 16.624.611/0098-73, para modificar a prestação do serviço, conforme indicado abaixo:

I - suprimir a linha GOIÂNIA (GO) - BELO HORIZONTE (MG), prefixo nº 12-0031-00; e

II - implantar a linha GOIÂNIA (GO) - BELO HORIZONTE (MG), prefixo nº 12-0031-60, com as seguintes seções:

a) de GOIÂNIA (GO) para ARAXA (MG) e LUZ (MG); e

b) de ITUMBIARA para BELO HORIZONTE (MG).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 670, DE 21 DE JULHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do artigo 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 36; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.119870/2022-11, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 16.624.611/0098-73, para modificar a prestação de serviço, conforme descrito abaixo:

I - suprimir a linha PIRAPORÃ (MG) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 06-0146-00.

II - implantar a linha PIRAPORÃ (MG) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 06-0146-60, com as seções de VÁRZEA DA PALMA (MG), CORINTO (MG), CURVELO (MG), PARAOPEBA (MG) e SETE LAGOAS (MG) para SÃO PAULO (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 671, DE 21 DE JULHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 40; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.119417/2022-04, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA., CNPJ nº 18.449.504/0001-59, para modificar a prestação do serviço com a supressão da linha RIO VERDE (GO) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 12-0488-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 672, DE 21 DE JULHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 40; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.119399/2022-52, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA., CNPJ nº 18.449.504/0001-59, para modificar a prestação do serviço com a supressão da linha GOIÂNIA (GO) - BELÉM (PA), via GOIANÉSIA (GO), prefixo 12-0433-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 673, DE 21 DE JULHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 92; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.115244/2022-47, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., CNPJ nº 82.647.884/0001-35, para modificar a prestação do serviço com a supressão da linha CURITIBA (PR) - PORTO ALEGRE (RS), prefixo 09-0525-30.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 674, DE 21 DE JULHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 40; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.119393/2022-85, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA., CNPJ nº 18.449.504/0001-59, para modificar a prestação do serviço com a supressão da linha GOIÂNIA (GO) - SOROCABA (SP), prefixo 12-0079-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 675, DE 21 DE JULHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 40; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.119367/2022-57, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA., CNPJ nº 18.449.504/0001-59, para modificar a prestação do serviço com a supressão da linha SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP) - CURITIBA (PR), prefixo 08-0193-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 676, DE 21 DE JULHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 40; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.119372/2022-60, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA., CNPJ nº 18.449.504/0001-59, para modificar a prestação do serviço com a supressão da linha CUIABÁ (MT) - SÃO PAULO (SP), prefixo 11-0007-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 677, DE 21 DE JULHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objetos da modificação operacional constam da Licença Operacional - LOP de nº 51; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.113899/2022-81, decide:

Art. 1º Deferir o pedido do CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES, CNPJ nº 23.542.573/0001-42, para a implantação do TERMINAL RODOVIÁRIO DE BETIM (MG), como terminal adicional, para a realização de embarque e desembarque de passageiros na linha BELO HORIZONTE (MG) - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP), prefixo 06-0273-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 679, DE 22 DE JULHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XII do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.120135/2022-41, decide:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Decisão para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 2015 implica a renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Decisão.

Art. 8º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
AGENCIA DE VIAGENS NOVO VERAO TRANSPORTE E TURISMO LTDA	006503	12.892.631/0001-41
BRAZ TOUR LOCADORA E TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA	006504	46.894.404/0001-77
CONFIANCA TURISMO LTDA	006505	46.315.713/0001-45
CSL INSTALACOES ELETRICAS E HIDRAULICAS LTDA	006506	28.685.553/0001-44
FARIAS FILHOS - TRANSPORTES LTDA	006507	41.734.350/0001-69
FRATATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA	002025	23.157.758/0001-33
LISBOA STELMAN TRANSPORTE LTDA	006508	45.449.927/0001-41
LUCAS ANDRE DE ASSIS LTDA	006509	37.252.596/0001-27
PRIME RIO MOBILIDADE CORPORATIVA EIRELI	006510	43.382.239/0001-86
RC LOCADORA E TRANSPORTES LTDA.	002069	32.861.161/0001-66
RMB TURISMO LTDA	006511	46.370.673/0001-34
SC MINAS TRANSPORTES LTDA.	006512	35.294.771/0001-13
SMR TRANSPORTES E EVENTOS LTDA	006513	46.871.354/0001-02
THAIS FREITAS MOREIRA LTDA	006514	29.396.621/0001-18
TRANS VIP AGENCIA DE VIAGENS E LOCADORA DE VEICULOS LTDA	006515	15.070.082/0001-18
VALPARAISO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	006516	45.987.472/0001-18
WENDEL GARUFFI CARDOSO TRANSPORTES LTDA	006517	12.421.548/0001-94
WK MARTINS TRANSPORTES LTDA	006518	46.179.394/0001-98

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

DECISÃO SUROD Nº 169, DE 15 DE JULHO DE 2022

Declara de utilidade pública áreas complementadas para as obras de implantação de marginais entre os km 296+600m e o km 297+950m administrada pela ECO101 - Concessionária de Rodovias S/A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, visando atendimento ao disposto na Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001 e Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e tendo em vista as atribuições constantes da Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018 e Resolução ANTT nº 5.963, de 10 de março de 2022, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.100656/2022-82, decide:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação à fins rodoviários, em favor da União, o(s) bem(ns) imóvel(is) alcançado(s) pelas coordenadas planas descritas no anexo desta Decisão, as quais definem as poligonais complementares de utilidade pública necessárias às obras de implantação de marginais entre os km 296+600m e o km 297+950m da Rodovia BR-101/ES nos municípios de Viana/ES e Cariacica/ES.

Art. 2º Fica a ECO101 - Concessionária de Rodovias S/A autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação da obra referenciada no art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A ECO101 - Concessionária de Rodovias S/A fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A execução das desapropriações sobre bens de propriedade dos Estados e Municípios estará condicionada à autorização prévia do Poder Legislativo, se for o caso.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:	Implantação de marginais entre os km 296+600m e o km 297+950m da Rodovia BR-101/ES nos municípios de Viana/ES e Cariacica/ES.			
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 24	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM

PERÍMETRO 01					
VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA (m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS				
	N	E			
P01	7.749.442,58	352.720,60	170°47'31,08 "	7,25	772,24 m²
P02	7.749.435,42	352.721,76	200°50'15,63"	21,87	
P03	7.749.414,98	352.713,98	205°34'18,04"	18,33	
P04	7.749.398,44	352.706,06	209°17'17,81"	28,38	
P05	7.749.373,69	352.692,18	225°25'52,02"	15,81	
P06	7.749.362,60	352.680,92	18°28'00,99"	2,86	
P07	7.749.365,31	352.681,82	16°44'12,12"	14,61	
P08	7.749.379,30	352.686,03	23°22'22,08"	58,85	
P09	7.749.433,32	352.709,37	50°28'39,47"	14,55	
P01	7.749.442,58	352.720,60			

PERÍMETRO 02					
VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA (m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS				
	N	E			
P01	7.749.410,36	352.622,24	203°30'06,29"	16,56	894,94 m²
P02	7.749.395,17	352.615,64	202°50'56,89"	19,50	
P03	7.749.377,21	352.608,07	203°25'32,97"	19,48	
P04	7.749.359,33	352.600,32	202°57'32,55"	19,74	
P05	7.749.341,15	352.592,62	203°10'46,51"	19,85	
P06	7.749.322,90	352.584,81	283°11'19,67"	14,45	
P07	7.749.326,20	352.570,74	33°40'39,44"	1,19	
P08	7.749.327,19	352.571,40	33°40'39,44"	8,83	
P09	7.749.334,54	352.576,30	28°35'21,98"	17,88	
P10	7.749.350,24	352.584,85	24°53'48,48"	28,46	
P11	7.749.376,06	352.596,83	31°20'57,95"	42,04	
P12	7.749.411,97	352.618,71	114°30'14,98"	3,88	
P01	7.749.410,36	352.622,24			

PERÍMETRO 03					
VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA (m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS				
	N	E			
P01	7.749.323,28	352.667,79	164°16'58,28"	23,35	142,28 m²
P02	7.749.300,80	352.674,11	202°35'05,50"	0,26	
P03	7.749.300,56	352.674,01	284°28'53,51"	8,57	
P04	7.749.302,71	352.665,71	278°11'35,30"	5,49	
P05	7.749.303,49	352.660,27	22°36'05,69"	11,88	
P06	7.749.314,45	352.664,84	18°28'00,99"	9,31	
P01	7.749.323,28	352.667,79			
PERÍMETRO 04					
VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA (m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS				
	N	E			
P01	7.749.294,32	352.671,42	202°35'05,50"	4,30	278,00 m²
P02	7.749.290,35	352.669,76	222°59'42,37"	2,21	
P03	7.749.288,73	352.668,26	222°59'42,37"	37,21	
P04	7.749.261,52	352.642,88	22°15'07,99"	12,02	
P05	7.749.272,64	352.647,43	22°36'05,69"	22,35	
P06	7.749.293,28	352.656,02	22°36'05,69"	1,45	
P07	7.749.294,62	352.656,58	91°09'19,63"	14,84	
P01	7.749.294,32	352.671,42			
PERÍMETRO 05					
VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA (m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS				
	N	E			
P01	7.749.315,19	352.581,51	203°10'46,51"	10,67	841,01 m²
P02	7.749.305,38	352.577,31	203°31'31,87"	19,60	
P03	7.749.287,42	352.569,48	203°43'10,79"	19,57	
P04	7.749.269,50	352.561,61	203°25'43,74"	19,49	
P05	7.749.251,61	352.553,86	203°50'22,97"	14,56	
P06	7.749.238,30	352.547,98	293°50'22,97"	2,31	
P07	7.749.239,23	352.545,87	8°25'22,73"	28,17	
P08	7.749.267,10	352.549,99	18°36'52,55"	54,71	
P09	7.749.318,95	352.567,46	101°53'35,47"	7,36	
P10	7.749.317,43	352.574,66	108°06'56,90"	7,21	
P01	7.749.315,19	352.581,51			
PERÍMETRO 06					
VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA (m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS				
	N	E			
P01	7.749.192,00	352.528,01	240°02'15,78"	25,42	240,44 m²
P02	7.749.179,30	352.505,99	150°00'01,1""	18,98	
P03	7.749.162,87	352.515,48	23°07'28,37"	18,86	
P04	7.749.180,21	352.522,88	23°30'17,48"	12,86	
P01	7.749.192,00	352.528,01			
PERÍMETRO 07					
VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA (m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS				
	N	E			
P01	7.749.151,67	352.606,61	136°26'32,75"	23,84	272,97 m²
P02	7.749.134,39	352.623,03	226°24'18,09"	3,37	
P03	7.749.132,06	352.620,59	145°40'02,48"	20,62	
P04	7.749.115,04	352.632,22	230°23'15,20"	4,54	
P05	7.749.112,15	352.628,72	322°25'22,53"	22,88	
P06	7.749.130,28	352.614,77	323°35'59,90"	11,90	
P07	7.749.139,86	352.607,71	340°12'05,85"	10,17	
P08	7.749.149,43	352.604,26	46°24'18,09"	3,24	
P01	7.749.151,67	352.606,61			
PERÍMETRO 08					
VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA (m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS				
	N	E			
P01	7.749.111,80	352.628,28	142°22'50,16"	15,62	475,07 m²
P02	7.749.099,43	352.637,81	232°08'20,44"	30,89	
P03	7.749.080,47	352.613,43	318°58'57,99"	14,73	
P04	7.749.091,59	352.603,76	50°30'03,91"	31,78	
P01	7.749.111,80	352.628,28			
PERÍMETRO 09					
VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA (m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS				
	N	E			
P01	7.749.115,54	352.577,53	133°20'04,68"	23,94	1.814,88 m²
P02	7.749.099,10	352.594,95	208°24'19,91"	96,14	
P03	7.749.014,54	352.549,22	226°12'45,21"	7,34	
P04	7.749.009,46	352.543,92	243°02'43,79"	4,70	
P05	7.749.007,33	352.539,73	210°27'31,23"	46,55	
P06	7.748.967,20	352.516,13	358°47'29,48"	15,88	
P07	7.748.983,08	352.515,79	41°39'42,82"	11,05	
P08	7.748.991,33	352.523,14	36°49'49,43"	14,02	
P09	7.749.002,55	352.531,54	30°20'08,97"	17,68	
P10	7.749.017,81	352.540,47	39°57'07,96"	4,85	
P11	7.749.021,53	352.543,58	21°44'06,39"	27,75	
P12	7.749.047,30	352.553,86	19°04'16,48"	24,02	
P13	7.749.070,01	352.561,71	17°41'22,30"	32,10	
P14	7.749.100,59	352.571,46	22°06'29,51"	16,13	
P01	7.749.115,54	352.577,53			
PERÍMETRO 10					
VÉRTICES			AZIMUTE	DISTÂNCIA (m)	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²)
PONTOS	COORDENADAS				
	N	E			
P01	7.748.902,51	352.437,08	91°00'22,62"	12,26	234,51 m²
P02	7.748.902,30	352.449,33	89°23'51,02"	0,32	
P03	7.748.902,30	352.449,65	175°26'53,37"	10,47	
P04	7.748.891,86	352.450,48	270°03'05,84"	38,52	
P05	7.748.891,90	352.411,96	43°02'08,67"	1,87	
P06	7.748.893,27	352.413,23	78°00'55,86"	22,62	
P07	7.748.897,96	352.435,36	20°37'43,84"	4,86	
P01	7.748.902,51	352.437,08			
ÁREA TOTAL (m²)					5.966,34 m²

Nota: O total das áreas objeto desta declaração de utilidade pública é de 5.966,34 m².

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
DIRETORIA COLEGIADA

PORTARIA Nº 4.194, DE 20 DE JULHO DE 2022

Dispõe, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, sobre critérios e procedimentos gerais sobre o Programa de Gestão de Desempenho - PGD

A DIRETORIA COLEGIADA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, representada pelo Diretor-Geral Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos arts. 12 e 174 do Regimento Interno aprovado pela Resolução/CONSAD nº 39, de 17 de novembro de 2020, publicada no DOU de 19 de novembro de 2020, o art. 82, caput, inciso XII da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o art. 4 do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, do Conselho de Administração do DNIT, e tendo em vista o art. 19 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, o Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, o Decreto nº 1.867, de 17 de abril de 1996, o Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, a Instrução Normativa nº 2, de 12 de setembro de 2018, da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, a Portaria nº 21, de 26 de janeiro de 2021, do Ministério da Infraestrutura, o Relato nº 46/2022/DIREX/DNIT SEDE, incluído na Ata da 8ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 08 de julho de 2022, e o constante no processo nº 50600.002524/2020-04, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º ESTABELECER, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, orientações, critérios e procedimentos gerais sobre o Programa de Gestão de Desempenho - PGD, conforme previsto no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022.

Seção I

Dos objetivos

Art. 2º São objetivos do PGD no DNIT:

I - controle efetivo da produtividade e das atividades realizadas, por meio do acompanhamento de metas, prazos e entregas realizadas pelos agentes públicos e pelas unidades;

II - aumento da produtividade e da qualidade das atividades realizadas, com resultados de impacto institucional e social;

III - aumento da qualidade técnica dos trabalhos e dos procedimentos adotados pelo DNIT, bem como o desenvolvimento de práticas e instrumentos de gestão que forneçam organização, padronização e mensuração de processos de trabalho;

IV - melhoria dos programas de qualidade de vida dos seus agentes públicos, permitindo que o participante escolha seu ambiente de trabalho e evite deslocamento diário;

V - manutenção de talentos no DNIT e redução dos níveis de absenteísmos em decorrência de doenças ocupacionais;

VI - redução da ociosidade pela sistematização e informatização das demandas; e

VII - redução de custos do DNIT.

Seção II

Do âmbito de aplicação

Art. 3º O PGD se aplica aos seguintes agentes públicos em exercício no DNIT:

I - servidores públicos ocupantes de cargo efetivo;

II - servidores públicos ocupantes de cargo em comissão;

III - empregados públicos; e

IV - contratados por tempo determinado, nos termos do disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Todos os participantes receberão atividades, a serem executadas segundo plano de trabalho pactuado e estabelecido com a chefia, por meio do sistema informatizado de gestão de desempenho, independentemente da modalidade a que estiverem submetidos.

Art. 4º Esta Portaria se aplica às seguintes unidades de lotação:

I - Diretoria-Geral;

II - Diretoria-Executiva;

III - Procuradoria Federal Especializada;

IV - Corregedoria;

V - Auditoria Interna;

VI - Diretoria de Administração e Finanças;

VII - Diretoria de Infraestrutura Ferroviária;

VIII - Diretoria de Infraestrutura Rodoviária;

IX - Diretoria de Planejamento e Pesquisa;

X - Diretoria de Infraestrutura Aquaviária; e

XI - Superintendências Regionais.

Seção III

Das vedações

Art. 5º É vedada:

I - a residência do participante no exterior;

II - a participação de:

a) ocupantes de Cargos Comissionados Executivos - CCE do nível 13 ou superior;

b) agentes públicos que estejam desempenhando a função de chefe de serviço das Unidades Locais previstas no Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução nº 39, de 17 de novembro de 2020, do Conselho de Administração do DNIT;

c) fiscais técnicos cujas atividades devam ser executadas presencialmente, em qualquer modalidade.

III - a participação de chefias no tipo cruzado, a não ser em casos especiais, desde que os chefes de ambas as unidades envolvidas apresentem justificativa fundamentada.

Parágrafo único. A vedação prévia no inciso III do caput se estende aos casos de substituição de cargos vagos ou de nomeação em interinidade.

Seção IV

Das modalidades

Art. 6º As modalidades do PGD são as previstas no art. 6º do Decreto nº 11.072, 2022:

I - presencial; e

II - teletrabalho.

§ 1º Na modalidade presencial, o participante:

I - executará suas atividades fisicamente em sua sede de lotação, estando dispensado do controle de frequência;

II - deverá estar disponível no período definido pela chefia imediata, em horário comercial, de funcionamento do DNIT; e

III - deverá estar disponível por todos os meios de comunicação, inclusive na plataforma tecnológica oficial utilizada pelo DNIT para executar reuniões e o telefone fixo ou móvel.

§ 2º Na modalidade teletrabalho, o participante:

I - executará suas atividades fora das dependências físicas de sua sede de lotação, estando dispensado do controle de frequência; e

II - deverá estar disponível no período definido pela chefia imediata, em horário comercial, de funcionamento do DNIT; e

III - deverá estar disponível por todos os meios de comunicação, inclusive na plataforma tecnológica oficial utilizada pelo DNIT para executar reuniões e o telefone fixo ou móvel.

§ 3º Os participantes das modalidades presencial e teletrabalho devem atender às convocações para comparecimento pessoal na sua unidade de lotação, desde que realizadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 4º A partir do dia 15 de agosto de 2022, as chefias deverão manter o percentual mínimo de 70% (setenta por cento) de todos os seus agentes públicos em regime presencial.

§ 5º Em nenhuma hipótese, o gestor da unidade poderá deixar estagiários e funcionários terceirizados sem supervisão adequada, devendo garantir que pelo menos um agente público execute suas atividades na modalidade presencial.

Seção V

Do PGD cruzado

Art. 7º As atividades de uma unidade poderão ser executadas por agente público participante de outra unidade, desde que autorizado formalmente pelos dirigentes de ambas, denominando-se PGD cruzado.

Art. 8º O PGD cruzado será utilizado com o objetivo de otimizar a força de trabalho das unidades, sem a necessidade de mudança de lotação ou remoção do agente público.

Seção VI

Das atividades e do acompanhamento

Art. 9º As atividades a serem executadas por meio do PGD são os constantes no Anexo I.

Parágrafo único. Na modalidade de teletrabalho, deverão ser observadas as vedações estabelecidas no art. 5º, § 2º, da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia - SGP/ME.

Art. 10. A execução das atividades será acompanhada pela Coordenação-Geral de Modernização e Gestão Estratégica/CGMGE, subordinada à Diretoria Executiva, de modo a monitorar a acurácia dos tempos de execução e o atingimento das metas pactuadas.

Art. 11. Ao identificar a necessidade de atualização da tabela de atividades, a unidade organizacional deverá propor sua atualização à CGMGE, de forma fundamentada.

CAPÍTULO II

DA GOVERNANÇA DO PROGRAMA

Art. 12. A instituição do PGD é ato discricionário da autoridade máxima da Autarquia e ocorrerá no interesse da administração, não constituindo direito do agente público.

§ 1º A autoridade máxima da entidade poderá suspender ou revogar o PGD por razões técnicas ou de conveniência e oportunidade.

§ 2º A instituição do PGD não poderá implicar dano à manutenção da capacidade plena de atendimento ao público interno e externo, que deverá ocorrer, preferencialmente, mediante agendamento.

Art. 13. O PGD será monitorado pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/CGGP subordinada à Diretoria de Administração e Finanças.

Art. 14. Semestralmente, o dirigente de cada unidade deverá avaliar a execução do PGD, quanto:

I - à qualidade das entregas realizadas;

II - ao ganho de produtividade geral;

III - à alocação de recurso; e

IV - ao atingimento das metas e dos resultados estipulados.

§ 1º As avaliações de que trata o caput subsidiarão a elaboração do relatório de execução semestral, conforme modelo constante no Anexo II, encaminhando-se à Diretoria de Administração e Finanças.

§ 2º Cada unidade submeterá as avaliações para consolidação anual pela Diretoria Executiva, seguida de aprovação pela Diretoria Colegiada e divulgação dos resultados obtidos no sítio eletrônico do DNIT, nos termos do art. 4º, § 3º do Decreto nº 11.072, 2022.

§ 3º A CGGP deverá realizar análise técnica dos relatórios, manifestando-se conclusivamente nos termos da Instrução Normativa nº 65, de 2020, bem como elaborar o relatório gerencial, a ser apresentado à Diretoria Colegiada do DNIT.

§ 4º Após apresentação à Diretoria Colegiada o relatório gerencial do PGD será encaminhado pela CGGP ao órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec, e ao órgão central do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg, nos termos do art. 4º, §§ 5º e 6º do Decreto nº 11.072, 2022.

Art. 15. São competências da CGGP e dos Serviços de Gestão de Pessoas/SGP das Superintendências Regionais do DNIT:

I - mediar e resolver conflitos decorrentes da relação entre chefia e agentes públicos participantes do PGD;

II - executar a gestão das informações no Sistema de Registro Eletrônico de Frequência - Sisref e no PGD, tais como realizar o controle de adesão de participantes, verificar periodicamente esse quantitativo e correlacionar aos registros do Sisref;

III - comunicar à CGMGE sobre a saída de participante do PGD; e

IV - executar alterações afetas à gestão de pessoas, tanto as decorrentes de publicação de portarias, quanto as realizadas diretamente no sistema de gestão de desempenho, tais como:

a) nomeação e designação de participante para cargo de chefia;

b) troca de participante de unidade de lotação;

c) adição de participante em mais de uma unidade;

d) concessão do perfil de chefia ao participante e seu substituto;

Parágrafo único. Além das competências de que trata o caput, compete à CGGP adicionar participantes de unidades diferentes no PGD cruzado.

Art. 16. Compete à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação/CGTI implementar e manter o sistema informatizado do programa de gestão, conforme Capítulo V da Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 2020

§ 1º Será responsabilidade da CGTI o acesso remoto e controlado dos agentes públicos atuando em programa de gestão aos sistemas da autarquia, bem como a divulgação dos requisitos tecnológicos mínimos para o referido acesso.

§ 2º Os agentes públicos atuando em programa de gestão poderão valer-se do serviço de suporte ao usuário, observado o horário de expediente da autarquia.

Art. 17. Os casos omissos sobre a governança do PGD serão deliberados pela Diretoria de Administração e Finanças e pela Diretoria Executiva, em conjunto.

CAPÍTULO III

DAS REGRAS DO PGD

Seção I

Da autorização

Art. 18. A participação do agente público no PGD dependerá de sua prévia solicitação, seguida da autorização da chefia imediata e do dirigente da unidade, observando-se a legislação pertinente em vigor.

§ 1º O dirigente da unidade deverá avaliar, dentre outros, os seguintes critérios:

I - a compatibilidade entre as atividades a serem desempenhadas e as competências técnicas do interessado;

II - a jornada de trabalho do interessado, nos termos do art. 8º do Decreto nº 11.072, 2022; e

III - a disponibilidade de estrutura necessária, física e tecnológica pelo interessado, no caso da modalidade teletrabalho, nos termos do art. 9º, inciso IV, do Decreto nº 11.072, 2022.

§ 2º O dirigente da unidade motivará a negativa, comunicando ao interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da solicitação.

Art. 19. Caso autorizada a solicitação do agente público, será firmado plano de trabalho no sistema informatizado, que conterá no mínimo as informações constantes no art. 11 do Decreto nº 11.072, 2022.

§ 1º O plano de trabalho poderá ser ajustado durante sua execução mediante repactuação entre o participante e a chefia imediata, sendo passível de redefinição por necessidade do serviço, não caracterizando motivo para penalização.

§ 2º O desligamento do agente público do programa de gestão ficará a cargo do dirigente da unidade aplicando-se o disposto nos arts. 19 e 21 da Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 2020.

§ 3º O participante do PGD comunicará à sua chefia imediata a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e dos prazos ou possível redistribuição das atividades constantes do seu plano de trabalho.

Seção II

Das atribuições e das responsabilidades

Art. 20. O participante, mesmo que porventura tenha executado todas as atividades previstas no plano de trabalho, antes do término do período pactuado, deverá permanecer em disponibilidade constante para contato por telefonia fixa ou móvel e pelos demais meios de comunicação utilizados no âmbito da Autarquia, pelo período acordado com a chefia, conforme prevê o art. 22 da IN nº 65/2020/SGP/ME, não podendo extrapolar o horário de funcionamento da unidade.

§ 1º A indisponibilidade para contato com a chefia e o não fornecimento de meios de comunicação à chefia implicarão no desligamento imediato do agente público do Programa, não sendo aplicados os prazos do art. 22 desta Portaria.

§ 2º Para fins de atendimento ao §6º do art. 9º do Decreto nº 11.072/2022, o agente público deverá informar e manter atualizado número de telefone, fixo ou móvel, de livre divulgação tanto dentro do órgão ou da entidade quanto para o público externo que necessitar contatá-lo, caso tenha, ou os ramais da sua unidade de lotação.

Art. 21. É dever do agente público ter ciência das atribuições e responsabilidades a ele atinentes, conforme preceituam os arts. 22 e 23 da IN nº 65/2020/SGP/ME, ou normativo que vier a substitui-la.

Art. 22. O participante do PGD na modalidade teletrabalho deverá retornar, no prazo de trinta dias, à atividade presencial na Autarquia:

I - se for excluído da modalidade teletrabalho ou do PGD; ou

II - se o PGD for suspenso ou revogado; e

III - na hipótese do inciso II do art. 5º desta Portaria.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso II do caput, o prazo poderá ser reduzido mediante apresentação de justificativa da autoridade referida no art. 12 desta Portaria.

§ 2º O participante do PGD na modalidade teletrabalho poderá retornar ao trabalho presencial, independentemente do interesse da administração, a qualquer momento.

§ 3º Na hipótese prevista no §2º do caput, a Autarquia poderá requerer a comunicação do retorno ao trabalho com antecedência mínima de trinta dias.

§ 4º O participante do PGD manterá a execução das atividades estabelecidas por sua chefia imediata até o retorno efetivo à atividade presencial.

§ 5º O agente público que se enquadra no inciso II do art. 5º desta portaria e esteja em PGD na data de publicação, será automaticamente desligado do programa em 15 de agosto de 2022.

Seção III

Das vantagens e das proibições

Art. 23. A participação do agente público no PGD:

I - não importará em alteração da sua lotação;

II - não implicará em qualquer indenização de ajuda de custo adicional e auxílio moradia ao participante, nos termos dos arts. 14 e 15 do Decreto nº 11.072, 2022, e arts. 29, 30, 31, 34, 35 e 36 da Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 2020;

III - implicará na vedação de guarda de veículo oficial na residência de agente público, independentemente da modalidade; e

IV - não implicará em pagamento de adicional noturno.

Parágrafo único. Somente serão devidos os pagamentos de adicionais ocupacionais de insalubridade, periculosidade ou irradiação ionizante e gratificação por atividades com raios X ou substâncias radioativas nos dias em que o agente público estiver em PGD presencial.

Art. 24. O participante do PGD que efetue viagem a serviço, no interesse da Administração, para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana, utilizando-se sempre como ponto de referência sua unidade de lotação, para fins de definição do valor do custeio.

§ 1º A pedido do participante, o DNIT poderá emitir as passagens aéreas entre a localidade de domicílio permanente do participante, registrada em seus assentos funcionais, e o destino.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, se a opção mais econômica for a emissão de passagens a partir de sua unidade de lotação, fica o participante obrigado a ressarcir o valor da diferença das passagens no prazo de 10 (dez) dias a contar do final da viagem.

Seção IV

Da avaliação das entregas do plano de trabalho

Art. 25. A chefia imediata deverá aferir as entregas realizadas, quanto ao atingimento ou não das metas estipuladas, mediante análise fundamentada, em até 15 (quinze) dias após o término do plano de trabalho.

§ 1º A aferição de que trata o caput deve ser registrada em sistema disponibilizado pelo DNIT, utilizando a escala de 0 a 10.

§ 2º Somente serão consideradas aceitas as entregas cuja nota atribuída pela chefia imediata seja igual ou superior a 5.

§ 3º Em caso de avaliação com nota inferior a 5, a critério da chefia imediata, poderá ser oferecido novo prazo para o participante realizar a correção da atividade, sendo vedada a reincidência.

§ 4º No caso de reincidência, o participante deverá ser excluído do PGD, sendo vedado o seu retorno durante o período de 6 (seis) meses.

§ 5º Caso o participante não atinja a meta de desempenho estabelecida para a unidade, conforme o estabelecido no §2º do caput, deverá ser excluído do PGD presencial ou teletrabalho, sendo vedado o seu retorno durante o período de 6 (seis) meses nessas modalidades.

Art. 26. O participante que efetue serviço externo ao DNIT, de qualquer natureza, deverá, além de comunicar à chefia imediata para o registro do código correspondente no Sisref, prever e apresentar no plano de trabalho a inclusão da atividade "elaboração de documentos diversos", contendo um relatório sobre as atividades efetivamente desempenhadas durante o período em que realizou o serviço externo.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. Ficam aprovados os seguintes Anexos a esta Portaria:

I - ANEXO I - TABELA DE ATIVIDADES;

II - ANEXO II - RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO;

III - ANEXO III - CRITÉRIOS MÍNIMOS PARA A AVALIAÇÃO DAS ENTREGAS; e

IV - ANEXO IV - TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADES.

Art. 28. REVOGAR a Instrução Normativa/DNIT nº 06, de 12 de março de 2021.

Art. 29. Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de agosto de 2022.

EUCLIDES BANDEIRA DE SOUZA NETO
Diretor-Geral
Substituto

ANEXO I

TABELA DE ATIVIDADES

As atividades realizadas no DNIT observarão a seguinte classificação, devendo ser aprovadas no plano de trabalho, e as entregas, validadas pela Chefia Imediata:

I - Atividades com entregas definidas posteriormente, em casos específicos;

II - Atividades com entregas definidas previamente, sendo a regra.

As atividades de "Participação em Reuniões" e "Participação em Comissão" deverão ser inseridas no plano de trabalho para contabilização das horas dispendidas, mas não serão avaliadas, por possuírem natureza distinta das demais atividades e por não produzirem uma entrega passível de avaliação pela chefia imediata.

As atividades são descritas a seguir:

1. Atendimento/Assessoria/Chefia: atividades com entrega não pactuada previamente, cuja comprovação ocorra por meio da entrega de relatório de atividades executadas durante o cronograma estabelecido. Restringe-se a participantes que ocupem cargos em comissão e/ou função de confiança, que atuem como assessores, ou a agentes públicos que atuem em atividades de atendimento remoto (whatsapp, email, telefone) cuja demanda não possa ser estimada ou planejada. A atividade de atendimento não deverá ser utilizada indiscriminadamente, cabendo à chefia imediata analisar criteriosamente sua utilização nos planos de trabalhos de seus subordinados.

2. Participação em Reuniões (sessão pública, audiência): atividade sem entrega, que pode ser comprovada com a participação em reunião. Tem como objetivo programar e estimar a quantidade de horas de participação em reuniões, bem como otimizar a escolha dos participantes, conforme a relevância da participação. Em caso de necessidade de elaboração de ata ou relatório de reunião, utilizar a atividade de "Elaboração de Documentos".

3. Participação em Comissões: atividade sem entrega, que pode ser comprovada com a participação em atividades das Comissões e, quando couber, por meio da Portaria de designação para compor a Comissão. Enquadram-se nessa categoria, a título de exemplo, as Comissões de Tomada de Contas Especial - TCE e Comissões de Apoio à Licitação. As Comissões de Processo Administrativo Disciplinar - PAD conduzidas no âmbito da Corregedoria do DNIT não devem ser registradas nos planos de trabalho, pois possuem código específico a ser registrado no SISREF.

4. Levantamento de necessidades e subsídios: atividade que consiste no levantamento de informações existentes, com a elaboração de compilado (formato de planilha, documento informativo), sem a necessidade de elaboração de análise, consistindo em etapa prévia ao planejamento. Exemplos: etapas de levantamento de necessidades para orçamento, capacitação, informações sobre contratos e obras.

5. Planejamento: atividade que consiste na elaboração de planos (formato de documento, nota técnica, planilha), com a análise de informações e estabelecimento de etapas e ações, com maior complexidade técnica. Exemplos: planos de ação, de capacitação, de contratações etc.

6. Análise: atividade que consiste na análise de processos, projetos, estudos, orçamento e produtos, bem como demonstrações contábeis, com a elaboração de relatório, parecer ou nota técnica conclusiva sobre os assuntos. Considera-se uma atividade passiva, que necessita de solicitação de outrem.

7. Elaboração: atividade ativa (não necessita de provocação exterior), que se divide em três tipos:

a. Documentos: elaboração de respostas, relatórios, nota técnica, despacho, ofícios, boletins de desempenho, ou seja, documentos de texto, em geral;

b. Apresentações e materiais: elaboração de documentos que utilizem texto e imagem, como mapas, bases de conhecimento, material de divulgação, apostilas, formulários, releases, anúncios, arte gráfica, projetos etc.;

c. Planilhas: elaboração de planilhas de informações, como planilha de preços, custos, memórias de cálculo, controles, orçamento etc.

8. Verificação: atividade que consiste na conferência de documentos e itens, com a elaboração de checklist e/ou relatórios de conformidade, bem como a inclusão de documentos, emissão de certidões, quando solicitado.

9. Estudo e Pesquisa: atividade que consiste no estudo e pesquisa de assuntos que servirão à instrução e análise de documentos correlatos, bem como avaliação de inovações normativas e/ou institucionais. Tem como entrega a elaboração de relatório, nota informativa, planilhas. Aplica-se também à elaboração de pesquisa de preços em atividades preparatórias para contratações.

10. Cadastro/Registro e Controle: atividade que consiste na realização de cadastro e/ou registro em sistemas ou planilhas de controle. A entrega é o cadastro/registro efetuado e, a depender da complexidade do registro, poderá ser definida o tempo de cada registro, podendo ser pactuado em bloco, de acordo com a definição da chefia.

11. Medição: atividade que consiste no processamento de medições de instrumentos formais (contratos, convênios, outros). A entrega pode ser: (i) o processo de suporte documental ou (ii) o processo de pagamento, contendo as etapas de verificação documental, análise e elaboração de documento técnico que demonstra os quantitativos executados e os valores (R$) equivalentes no período da medição e demais documentos pertinentes. A atividade de fiscalização de campo não se enquadra nesta atividade

Organizador	Atividades	Entrega esperada	Complexidade	Parâmetro para definição de complexidade	Tempo de execução em regime presencial (horas)	Tempo de execução em teletrabalho (horas)	Ganho percentual de produtividade
Atendimento/Assessoria/ Chefia	Atividades de atendimento por chegada de demandas em geral (por *email*, telefone, *whatsapp*, *teams*, etc)	Relatório de entregas posterior	A	Tempo necessário	4	4	0%
			B	Tempo necessário	8	8	0%
			C	Tempo necessário	16	16	0%
			D	Tempo necessário	20	20	0%
			E	Tempo necessário	24	24	0%
			F	Tempo necessário	40	40	0%
Reuniões/Similares	Participar de reuniões e similares (audiências, sessão pública)	Participação	A	Tempo necessário	1	1	0%
			B	Tempo necessário	2	2	0%
			C	Tempo necessário	4	4	0%
			D	Tempo necessário	8	8	0%
Participação em Comissões	Participação em Comissões	Atas, Relatório, Normativo, Documentos elaborados.	A	Tempo necessário	1	1	0%
			B	Tempo necessário	2	2	0%
			C	Tempo necessário	4	4	0%
			D	Tempo necessário	8	8	0%
Levantamento de necessidades e subsídios	Elaborar levantamento de necessidades/ dados, compilação de informações (orçamento, pessoal, capacitação, material, contratações, etc...) e fornecer subsídios para respostas (defesa e recursos)	Planilha, documento informativo, compilado de informações	A	Alta previsibilidade	1,25	1	20%
			B	Alta previsibilidade, exige concentração	5	4	20%
			C	Média previsibilidade, concentração média	10	8	20%
			D	Baixa previsibilidade, alta concentração	20	16	20%
			E	Alta concentração, análise técnica específica	24	20	17%
Planejamento	Elaborar planejamento (exemplo: ações de governança, capacitação, orçamento, contratações, metas, outros)	Planos, nota técnica, planilhas, outros.	A	Altíssima previsibilidade	1	1	0%
			B	Alta previsibilidade	4,5	4	11%
			C	Alta previsibilidade, exige concentração	9	8	11%
			D	Média previsibilidade, concentração média	18	16	11%
			E	Baixa previsibilidade, alta concentração	22	20	9%
			E	Alta concentração, análise técnica específica	44	40	9%
Análise	Analisar conteúdo de processos, estudos, anteprojetos, projetos, demonstrações contábeis	Relatório de análise, parecer, nota técnica, ofícios, etc	A	Alta previsibilidade	1,5	1	33%
			B	Alta previsibilidade, exige concentração	3	2	33%
			C	Média previsibilidade, concentração média	5	4	20%
			D	Baixa previsibilidade, alta concentração	10	8	20%
			E	Alta concentração, análise técnica específica	20	16	20%
			F	Altissimo grau de concentração, análise técnica	36	30	20%
			G	Altissimo grau de concentração, análise técnica específica	44	40	9%
Elaboração de Planilhas	Elaborar e/ou atualizar planilhas (preços, custos, memórias de cálculo...)	Planilha finalizada	A	Alta previsibilidade	1,25	1	20%
			B	Alta previsibilidade, exige concentração	2,5	2	20%
			C	Média previsibilidade, concentração média	5	4	20%
			D	Baixa previsibilidade, alta concentração	10	8	20%
			E	Alta concentração, análise técnica específica	20	16	20%
Elaboração de Documentos diversos	Elaborar e/ou atualizar documentos diversos	Relatório, Nota Técnica, Despacho, Ofício, CronogramaNotificação, Mapa de Risco, Outros	A	Alta previsibilidade	0,75	0,5	33%
			B	Alta previsibilidade, exige concentração	1,25	1	20%
			C	Média previsibilidade, concentração média	2,5	2	20%
			D	Baixa previsibilidade, alta concentração	5	4	20%
			E	Alta concentração, análise técnica específica	10	8	20%

			F	Altíssimo grau de concentração, análise técnica específica	20	16	20%
			G	Altíssimo grau de concentração, análise técnica específica	40	32	20%
Elaboração de material	Elaborar e/ou atualizar material (imagens e texto)	mapas, base de conhecimento, divulgação, apostilas, release, anúncios, arte gráfica, projetos...	A	Alta previsibilidade	1	1	10%
			B	Alta previsibilidade, exige concentração	4	4	0%
			C	Média previsibilidade, concentração média	8	8	0%
			D	Baixa previsibilidade, alta concentração	16	16	0%
			E	Alta concentração, análise técnica específica	20	20	0%
Verificação	Realizar conferência de documentos e itens necessários a outros encaminhamentos	Checklist, Relatório de conformidade	A	Alta previsibilidade	0,5	0,5	0%
			B	Alta previsibilidade, exige concentração	1	1	0%
			C	Média previsibilidade, concentração média	2	2	0%
			D	Baixa previsibilidade, alta concentração	4	4	0%
Pesquisa e Estudo	Realizar pesquisa ou estudos (de preço, sobre legislação e normativos, manuais, documentos técnicos ou bibliografia especializada, assuntos diversos...)	Relatório, Nota Técnica	A	Alta previsibilidade	1,25	1	20%
			B	Alta previsibilidade, exige concentração	2,5	2	20%
			C	Média previsibilidade, concentração média	5	4	20%
			D	Baixa previsibilidade, alta concentração	10	8	20%
			E	Alta concentração, análise técnica específica	20	16	20%
Cadastro/Registro em Sistemas	Cadastrar e atualizar dados em sistemas/baixa de dados (SIAFI, SIAPE, SIGEPE, SIAC, SIASG, SAPIENS, SEI, SUPRA, SAPE, SIOR, COMPOR, COMPRASNET)	Cadastro efetuado, relatório de controle, planilha	A	Quantidade de cadastros	0,25	0,25	0%
			B	Quantidade de cadastros	0,5	0,5	0%
			C	Quantidade de cadastros	1	1	0%
			D	Quantidade de cadastros	2	2	0%
			E	Quantidade de cadastros	4	4	0%
Medição	Aferir, Organizar; Processar e Efetuar pagamento	Relatório, Nota Técnica, Despacho, Ofício, Notificação, Cadastro em sistema; Outros	A	Alta previsibilidade	0,75	0,5	33%
			B	Alta previsibilidade, Alta concentração	1,25	1	20%
			C	Média previsibilidade, Alta concentração	2,5	2	20%
			D	Baixa previsibilidade, Alta concentração	5	4	20%

ANEXO II

RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO

FORÇA DE TRABALHO	
Total de agentes públicos lotados na unidade (A)	
Total de agentes públicos participantes do programa de gestão (B)	
Mês 1	
Mês 2	
Mês 3	
Mês 4	
Mês 5	
Mês 6	
Proporção percentual entre os participantes e o total de agentes públicos da unidade (A/B)	
CUSTOS	
Custos com deslocamentos a serviço realizados no período (diárias e passagens)	R$
Mês 1	
Mês 2	
Mês 3	
Mês 4	
Mês 5	
Mês 6	
ANÁLISE GERENCIAL	
Como você avalia os produtos entregues dentro do programa de gestão em relação ao serviço presencial? ( ) Houve melhoria da qualidade dos produtos entregues. ( ) Os produtos entregues mantêm a mesma qualidade. ( ) Houve piora na qualidade dos produtos entregues. Alguma observação?	
A unidade está enfrentando dificuldades com a execução do programa de gestão? ( ) Sim. ( ) Não. Em caso afirmativo, descreva as dificuldades:	
Houve a adoção de novas práticas na unidade decorrentes do programa de gestão?	
Você tem sugestões para aperfeiçoar o programa de gestão?	
Local e data DIRIGENTE DA UNIDADE Cargo	

ANEXO III

CRITÉRIOS MÍNIMOS PARA A AVALIAÇÃO DAS ENTREGAS

Adequação quanto aos aspectos formais: 30% da avaliação

a) Formato de documento correto (10%): 1/0

b) Uso de vocabulário adequado e clareza da linguagem (10%): 1 a 5

c) Prazo (10%): 1/0

- Entregou no prazo
- Entregou com atraso

Adequação quanto aos aspectos materiais: 70% da avaliação

d) A entrega atende ao solicitado (10%)? 1/0

e) Cumpriu os requisitos mínimos para análise (etapas/checklist) (10%)? 1/0

f) Possui análise fundamentada (Causa e consequência, profundidade na pesquisa de informações e correlação com outros processos) (40%)? 1 a 5

g) Houve necessidade de correção estrutural (10%)? (argumentação desconexa) 1/0

ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADES

Declaro ciência e concordância com a vedação de pagamentos das vantagens a que se referem os artigos 29 a 36 da Instrução Normativa nº 65 de 2020.

Declaro ciência quanto à vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas.

Declaro ciência e concordância quanto às disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que couber, e quanto às orientações da Portaria nº 15.543/SEDGG/ME de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal.

Declaro que tenho a estrutura necessária, física e tecnológica, para a execução plena das atividades em PGD presencial e teletrabalho.

Declaro ciência quanto à responsabilidade de comunicar à chefia imediata a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e dos prazos ou possível redistribuição das atividades constantes do plano de trabalho.

Declaro que estou disponível para contato pela chefia imediata durante o horário de funcionamento da Autarquia, por todos os meios de comunicação, inclusive número de telefone, fixo ou móvel.

Declaro que meu telefone funcional e ramal da unidade de lotação são de livre divulgação tanto dentro da Autarquia quanto para o público externo que necessitar entrar em contato.

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA

PORTARIA Nº 4.214, DE 21 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 101, incisos I, XII, XIII e o art. 113, inciso XII do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 39, de 17 de novembro de 2020, do Conselho de Administração do DNIT e considerando a Ata da 28ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada de 2021, realizada em 18 de julho de 2022, constante nos autos do processo nº 50600.026828/2019-15, resolve:

Art. 1º - INCLUIR segmento da BR-230/CE, referente ao contorno urbano do município de Campos Sales, conforme se segue:

Contorno de Campos Sales
CÓDIGO: 230CCE1015
LOCAL DE INÍCIO: Entr. BR-230 (km 230,5)
LOCAL DE FIM: Entr. CE-187
KM INICIAL: 0,0
KM FINAL: 1,44
EXTENSÃO: 1,44 km
SUPERFÍCIE: PLA
Contorno de Campos Sales
CÓDIGO: 230CCE1020
LOCAL DE INÍCIO: Entr. CE-187
LOCAL DE FIM: Entr. BR-230 (km 236,2)
KM INICIAL: 1,44
KM FINAL: 5,79
EXTENSÃO: 4,35 km
SUPERFÍCIE: PLA

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data da sua publicação.

LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 4.623, DE 22 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/35643 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOSERVI VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 11.572.781/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1292/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.624, DE 22 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/37743 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VH3 SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 30.357.344/0001-13, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1289/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.625, DE 22 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/47168 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa TECNOGUARDA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA , CNPJ nº 02.361.081/0001-80, sediada em Goiás, para adquirir:

Da empresa cedente GLOBALSEG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.078.994/0001-08:
18 (dezoito) Revólveres calibre 38
Da empresa cedente GLOBALSEG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.078.994/0005-31:
7 (sete) Revólveres calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.626, DE 22 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/53039 - DPF/JZO/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0154-00, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.627, DE 22 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/53045 - DPF/VDC/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0150-86, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Espingarda calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.628, DE 22 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/53833 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa GLADIUS - CENTRO DE TREINAMENTO DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA - EPP, CNPJ nº 27.307.184/0001-93, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Espingardas calibre 12
4 (quatro) Pistolas calibre .380
2000 (duas mil) Munições calibre .380
1000 (uma mil) Munições calibre 12
5000 (cinco mil) Munições calibre 38
20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38
19 (dezenove) Gramas de pólvora
27000 (vinte e sete mil) Projéteis calibre 38
10000 (dez mil) Espoletas calibre .380
10000 (dez mil) Projéteis calibre .380
5000 (cinco mil) Buchas calibre 12
256 (duzentos e cinquenta e seis) Quilos de chumbo calibre 12
5000 (cinco mil) Espoletas calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.629, DE 22 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/53952 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa G.I EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.473.476/0002-70, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
270 (duzentos e setenta) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

DECISÃO Nº 6/2022/ASSESSORIA-SENACON/GAB-SENACON/SENACON

Processo: 08012.001385/2022-19
Representante: Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (ex officio)
Representadas: Anayamma Cristina de Souza Santos e Peculiar Fantasy Padaria e Confeitaria LTDA.
Advogada: Deborah Sztajnberg (OAB/RJ 86.824)
Assunto: Averiguações Preliminares de Irregularidades e Condutas Infrativas
Ementa: Comercialização de gêneros alimentícios com formato de órgãos genitais. Marketing e exposição dos produtos com vinculação indissociável à sexualidade. Necessidade de proteção de crianças e adolescentes por meio da restrição à comercialização dos produtos apenas a pessoas adultas. Necessidade de remoção de letreiros com signos e mensagens eróticas e de ocultação de vitrines visualmente acessíveis fora do estabelecimento. Recurso administrativo conhecido e não provido.
Dispositivo: Pelo exposto, nego provimento ao recurso interposto por Anayamma Cristina de Souza Santos e Peculiar Fantasy Padaria e Confeitaria LTDA. Intimem-se as recorrentes. Em seguida, retornem-se os autos ao DPDC, para continuidade do procedimento.

RODRIGO ROCA
Secretário

DECISÃO Nº 11/2022/ASSESSORIA-SENACON/GAB-SENACON/SENACON

Processo: 08012.001476/2019-59
Representante: Instituto Defesa Coletiva
Representadas: Banco Cetelem S.A.
Advogados: Marcos Cavalcante de Oliveira (OAB/DF 56.261) e Lívia Borges Ferro Fortes Alvarenga (OAB/DF 24.108)
Assunto: Prática Abusiva
Ementa: Processo administrativo sancionador. Oferta abusiva de empréstimos consignados por telefone baseada na prevalência da fraqueza ou da ignorância do consumidor idoso. Aquisição e manutenção ilícita de bancos de dados com informações pessoais sensíveis de aposentados e de pessoas em via de se aposentar. Averiguação preliminar com objeto diverso do processo administrativo instaurado. Ausência de nulidade. Reconhecimento das infrações administrativas previstas nos arts. 12, V, e 13, XIII, do Decreto n.º 2.181/97. Recurso administrativo conhecido e não provido.
Dispositivo: Pelo exposto, nego provimento ao recurso interposto pelo Banco Cetelem S.A. Intime-se o recorrente para ciência da decisão e pagamento da multa, fixada em R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução n.º 30/2013 do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, sob pena de inscrição de débito em dívida ativa da União, nos termos do art. 55 do Decreto n.º 2.181/97. Em seguida, remetam-se os autos à CGCTSA, para fiscalização do cumprimento da decisão.

RODRIGO ROCA
Secretário

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHO Nº 780/2022

Assunto: Defesa do Consumidor: Processo Administrativo Decorrente de Averiguação Preliminar Interessado(a): Ante os indícios de infração ao disposto no art. 4º, caput, VI, art. 6º, IV, art. 37, caput, art. 39 caput, inciso III, IV, da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), acolho as Notas Técnicas de nº 27, 69, 60, 62, 65, 77, 64, 68, 71, 72, 61, 66, 70, 75, 74, 58, 67; 73, 76, 79, 28, 29, 30, 31, 32 e 78 de 2022/CSA-SENACON/CGCTSA/DPDC/SENACON/MJ, elaboradas pela Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas (CGCTSA), cujos relatórios e fundamentações passam a fazer parte integrante da presente decisão, e determino, assim, a instauração dos seguintes processos administrativos:08012.001935/2022-08; 08012.001971/2022-63;08012.001974/2022-05;08012.001976/2022-96;
08012.001979/2022-20; 08012.001964/2022-61; 08012.001963/2022-17;
08012.001960/2022-83; 08012.001959/2022-59; 08012.001958/2022-12;
08012.001953/2022-81; 08012.001954/2022-26; 08012.001955/2022-71;
08012.001956/2022-15; 08012.001957/2022-60; 08012.001968/2022-40;
08012.001967/2022-03; 08012.001966/2022-51; 08012.001965/2022-14
08012.001962/2022-72; 08012.001961/2022-28; 08012.001973/2022-52;
08012.001975/2022-41; 08012.001977/2022-31; 08012.001978/2022-85;
08012.001981/2022-07, no âmbito deste Departamento de Proteção e Defesa do

Consumidor (DPDC), em face das empresas: Liq Corp S.A. (67.313.221/0001-90); Atento Brasil S.A. (02.879.250/0001-79); Algar Telecom S.A. (71.208.516/0001-74); Neobpo Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A. (24.765.823/0001-76); Teleperformance CRM S.A. (06.975.199/0001-50); AeC Centro de Contatos (02.455.233/0001-04); Konecta Brazil Outsourcing Ltda (08.911.199/0001-11); Concentrix Brasil Ltda (19.447.199/0007-14); TIM S.A. (02.421.421/0029-12); Telefônica Brasil S/A (02.558.157/0001-62); CLARO S.A (40.432.544/0001-47); SKY Brasil Serviços Ltda (72.820.822/0001-20); Crefisa S.A. (60.779.196/0001-96); Banco C6 Consignado (61.348.538/0001-86); Banco Itaú S.A. (60.701.190/0001-04); BV Financeira S.A. (01.149.953/0001-89); Banco Mercantil do Brasil S.A. (17.184.037/0001-10); Banco do Brasil S.A. (00.000.000/0001-91); Banco Daycoval S.A. (62.232.889/0001-90); Banco Pan S.A. (59.285.411/0001-13); Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Banco BMG S.A. (61.186.680/0001-74); Banco Bradesco S.A. (60.746.948/0001-12); Banco Cetelem S.A. (00.558.456/0001-71); Banco Safra S.A. (58.160.789/0001-28) e Banco Santander S.A. (90.400.888/0001-42), notificando-as para que apresentem defesa, na forma do disposto nos arts. 42 e 44 do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, alterado pelo Decreto nº 10.887, de 7 de dezembro de 2021. Determino, ainda, a expedição de ofício, nos termos do art. 106 da Lei nº 8.078, de 1990, aos dirigentes dos Procons estaduais e municipais das capitais, bem como aos demais membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, com cópia da presente decisão, para conhecimento e providências que entenderem pertinentes bem como de Ofício, à ANTAEL e a ANDP.

LAURA POSTAL TIRELLI
Diretora

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

Despacho nº 78/2022/DINAC_IGUALDADE_DE_DIREITOS/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: RODRIGO ANTONIO DA SILVA PAIS
Processo: 08084.003587/2022-51

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 20, inc. I, alíneas "b" e "c", da Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020.

Despacho nº 96/2022/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE EXPULSÃO
Expulsanda: LISBETH YUSMILA VALDIRIO
Processo nº 08704.002362/2019-38

A Coordenadora de Processos Migratórios, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, mantém, pelos seus próprios fundamentos, a decisão administrativa ora impugnada e, portanto, INDEFERE o pedido de reconsideração, por falta de amparo legal.

Despacho nº 97/2022/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE EXPULSÃO
Expulsanda: ZANDILE PRUDENCE MALINGA
Processo nº 08704.001900/2018-96

A Coordenadora de Processos Migratórios, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, mantém, pelos seus próprios fundamentos, a decisão administrativa ora impugnada e, portanto, INDEFERE o pedido de reconsideração, por falta de amparo legal.

Despacho nº 98/2022/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE EXPULSÃO
Expulsanda: GENDA SOMBREO CARIAGA
Processo nº 08018.002150/2019-99

A Coordenadora de Processos Migratórios, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, mantém, pelos seus próprios fundamentos, a decisão administrativa ora impugnada e, portanto, INDEFERE o pedido de reconsideração, por falta de amparo legal.

Despacho nº 99/2022/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE EXPULSÃO
Expulsando: PRINCE LAWRENCE CHIDI ANIGBO
Processo nº 08000.006788/2010-50

A Coordenadora de Processos Migratórios, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, mantém, pelos seus próprios fundamentos, a decisão administrativa ora impugnada e, portanto, INDEFERE o pedido de reconsideração, por falta de amparo legal.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

DESPACHO Nº 318, DE 22 DE JULHO DE 2022

DESPACHO Nº 318/2022/CPCIND/DPJUS/SENAJUS

Processo MJ nº: 08017.001321/2022-78

Trailer: "DRAGON BALL SUPER - SUPER HERO - TRAILER 1A"

Tendo em vista a abertura de procedimento de reconsideração da classificação indicativa do trailer "DRAGON BALL SUPER - SUPER HERO - TRAILER 1A", com fulcro no art. 60 da Portaria MJSP n°502 de 23 e § 1º do mesmo dispositivo, determina-se a alteração da classificação indicativa atribuída à obra, para "livre", contendo violência, conforme especificações apresentadas na NOTA TÉCNICA Nº 27/2022/CPCIND/DPJUS/SENAJUS/MJ.

EDUARDO DE ARAUJO NEPOMUCENO
Coordenador

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
COMITÊ GESTOR DO SISTEMA NACIONAL DE ANÁLISE BALÍSTICA

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 21 DE JUNHO DE 2022

Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor do Sistema Nacional de Análise Balística.

O COMITÊ GESTOR DO SISTEMA NACIONAL DE ANÁLISE BALÍSTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso III, do Decreto nº 10.711, de 2 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Comitê Gestor do Sistema Nacional de Análise Balística, nos termos do anexo a esta Resolução.

Parágrafo único. A íntegra do Regimento Interno será publicada no sítio eletrônico do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

LEHI SUDY DOS SANTOS
Coordenador do Comitê

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ GESTOR DO SISTEMA NACIONAL DE ANÁLISE BALÍSTICA

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º O Sistema Nacional de Análise Balística contará com um Comitê Gestor, com a finalidade de promover a coordenação das ações dos órgãos gerenciadores das partições lógicas do Banco Nacional de Perfis Balísticos e a integração dos dados nos âmbitos da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 2º O Comitê Gestor do Sistema Nacional de Análise Balística, instituído pelo Decreto nº 10.711, de 2 de junho de 2021, rege-se por este Regimento Interno e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Seção I

Da Composição

Art. 3º O Comitê Gestor será composto pelos seguintes representantes:

I - seis do Ministério da Justiça e Segurança Pública, dos quais:

a) dois peritos criminais federais do setor de balística forense da Polícia Federal;

b) dois da Secretaria Nacional de Segurança Pública; e

c) dois da Secretaria-Executiva.

II - cinco dos Estados ou do Distrito Federal, um de cada Região.

§ 1º O Comitê Gestor será coordenado por perito criminal federal, com experiência em balística forense, indicado e designado pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

§ 2º O Coordenador do Comitê Gestor exercerá, ainda, a função de administrador do Sistema Nacional de Análise Balística e do Banco Nacional de Perfis Balísticos.

§ 3º A Secretaria-Executiva do Comitê Gestor será exercida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública

§ 4º Cada membro do Comitê Gestor terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 5º Os membros do Comitê Gestor de que trata o inciso I do caput e respectivos suplentes serão indicados e designados em ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

§ 6º Os membros do Comitê Gestor de que trata o inciso II do caput e respectivos suplentes serão indicados pelos dirigentes máximos dos órgãos de criminalística dos Estados ou do Distrito Federal que representam e designados em ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

§ 7º Os membros de que trata o inciso II do caput deverão ser:

I - peritos criminais com experiência em balística forense; e

II - aprovados pelos órgãos de criminalística dos entes federativos de cada Região que sejam signatários de acordo de cooperação técnica de adesão ao SINAB.

§ 8º Na hipótese de não haver consenso entre os entes federativos da Região para a indicação de seu representante, será adotado o critério de revezamento entre os Estados e o Distrito Federal, por ordem alfabética, considerado o nome do ente federativo.

§ 9º Na hipótese de adoção do revezamento a que se refere o § 8º, a Região será representada por um de seus entes federativos pelo prazo de dois anos.

§ 10º Encerrado o prazo a que se refere o § 9º, assumirá o representante do ente federativo indicado à sucessão pela ordem adotada no critério de revezamento.

§ 11º Na hipótese prevista no § 10º, o dirigente máximo do órgão de criminalística dos Estados ou do Distrito Federal indicará o representante que comporá o Comitê Gestor.

§ 12º O mandato dos membros do Comitê Gestor será de dois anos.

Seção II

Da Estrutura

Art. 4º O Comitê Gestor poderá instituir grupos de trabalho com a finalidade de assessorá-lo em temas específicos.

Art. 5º Com relação aos grupos de trabalho:

I - serão instituídos e compostos na forma de ato do Comitê Gestor;

II - serão compostos por, no máximo, sete membros;

III - terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e

IV - estarão limitados a, no máximo, três em operação simultânea.

Art. 6º A participação no Comitê Gestor e nos grupos de trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 7º Ao Comitê Gestor compete:

I - promover:

a) a padronização de procedimentos e de técnicas de coleta, higienização, triagem, preparo, confronto prévio, seleção, inserção, exclusão, cadastramento e análise de perfis balísticos bem como da gestão de resultados e emissão de laudos periciais referentes ao Banco Nacional de Perfis Balísticos;

b) o armazenamento e a manutenção dos dados balísticos no Banco Nacional de Perfis Balísticos; e

c) a padronização das atividades de capacitação, treinamento e produção de conhecimento científico na área de balística forense, com vistas a aprimorar o Sistema Nacional de Análise Balística;

II - estabelecer:

a) as medidas de segurança para garantir a confiabilidade e o sigilo dos dados;

b) os requisitos técnicos para a realização das auditorias no Banco Nacional de Perfis Balísticos e nos laboratórios de balística forense que integram o Sistema Nacional de Análise Balística;

c) critérios mínimos para funcionamento das unidades que integram o SINAB, gestão de resultados e requisitos mínimos para elaboração dos laudos periciais referentes ao Banco Nacional de Perfis Balísticos;

d) as diretrizes para aceitação de casos no Banco Nacional de Perfis Balísticos;

e) as regras para requisição e transferência de itens entre centrais do Sistema Nacional de Análise Balística; e

f) os procedimentos para garantir o controle de qualidade do Banco Nacional de Perfis Balísticos.

III - editar seu regimento interno.

Art. 8º À Secretaria-Executiva do Comitê Gestor compete:

I - assessorar o coordenador na gestão, orientação, planejamento e supervisão das atividades do Comitê Gestor;

II - propor calendário de reuniões;

III - elaborar, previamente a cada reunião, lista com a confirmação de presença dos convocados;

IV - organizar e distribuir os documentos correlatos à pauta da reunião;

V - fornecer aos membros do colegiado as informações necessárias à apreciação dos assuntos em pauta;

VI - encaminhar minuta de resolução do Comitê Gestor para apreciação da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça e Segurança Pública, quando necessário;

VII - lavrar as resoluções e atas das reuniões e encaminhá-las ao coordenador e demais membros do colegiado, bem como aos convidados;

VIII - subscrever as atas das reuniões após aprovadas pelos participantes;
IX - organizar, enumerar e distribuir as resoluções expedidas pelo colegiado;
X - organizar, manter e disponibilizar o acervo documental do colegiado;
XI - disponibilizar as deliberações do colegiado em local específico de sítio oficial do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
XII - apresentar relatórios semestrais das atividades do Comitê Gestor;
XIII - dar conhecimento aos membros do Comitê Gestor, tempestivamente, sobre deliberações decorrentes de reuniões e eventos de seu interesse; e
XIV - divulgar calendário de eventos de interesse do Comitê Gestor.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS

Art. 9° Ao coordenador do Comitê Gestor, sem prejuízo da sua atuação como membro do colegiado, incumbe:
I - coordenar, orientar e supervisionar as atividades do colegiado;
II - elaborar e apresentar a pauta da reunião contendo as propostas a serem apreciadas;
III - convocar, conduzir, suspender e encerrar as reuniões ordinárias e extraordinárias;
IV - proferir voto de desempate no processo decisório;
V - representar o Comitê Gestor junto a órgãos e entidades, públicas ou privadas;
VI - decidir questões de ordem;
VII - resolver os casos omissos de natureza administrativa;
VIII - baixar as resoluções decorrentes de decisões do Comitê;
IX - examinar, aprovar e subscrever as atas das reuniões;
X - efetivar os convites, nos termos do caput e § 4º do art. 11º e § 5º do art. 13º.

§ 1º O coordenador do Comitê Gestor poderá decidir, ad referendum do colegiado, sobre questões de urgência e relevância.
§ 2º As decisões tomadas na forma do § 1º deverão ser comunicadas de imediato aos membros do Comitê Gestor e submetidas ao colegiado na primeira reunião subsequente, para ratificação ou anulação.

Art. 10. Aos membros do Comitê Gestor incumbe:
I - representar seu órgão, entidade ou região geográfica nas reuniões ordinárias e extraordinárias;
II - aprovar o calendário de reuniões;
III - analisar, debater e votar as matérias em deliberação;
IV - revisar as minutas de documentos apresentadas ao Comitê Gestor;
V - propor a inclusão de matérias de interesse na pauta das reuniões;
VI - sugerir ao coordenador que convide pessoas, órgãos ou entidades para participar de suas atividades ou prestar esclarecimento de matérias a serem apreciadas;
VII - requerer à Secretaria-Executiva do Comitê Gestor informações e documentos necessários ao desempenho de suas atividades;
VIII - acessar a documentação do acervo do Comitê Gestor;
IX - examinar e aprovar as atas das reuniões que participou com direito a voto;
X - propor a realização de reuniões extraordinárias, na forma prevista neste Regimento;
XI - comunicar a impossibilidade de seu comparecimento à reunião, e informar quanto à participação do suplente;
XII - cumprir e fazer cumprir as decisões do Comitê Gestor;
XIII - compartilhar conhecimentos e informações institucionais que contribuam para o alcance dos objetivos propostos pelo Comitê Gestor;
XIV - informar a Secretaria-Executiva sobre participação em reuniões e eventos de interesse do Comitê Gestor;
XV - propor a realização de estudos técnicos relacionados com o Sistema Nacional de Análise Balística;
XVI - propor a criação e compor comissões e grupos de trabalho para tratar dos assuntos relacionados com o Sistema Nacional de Análise Balística;
XVII - informar, quando for representante de região geográfica, aos representados das respectivas regiões geográficas as atividades do Comitê Gestor; e
XVIII - apresentar ao Comitê Gestor, quando for representante de região geográfica, manifestações dos seus representados acerca dos assuntos de interesse do Sistema Nacional de Análise Balística.

CAPÍTULO V

DAS REUNIÕES

Seção I

Da Periodicidade

Art. 11. O Comitê Gestor se reunirá, em caráter ordinário, bimestralmente, e em caráter extraordinário, mediante convocação de seu Coordenador ou por solicitação de, no mínimo, seis de seus membros.
§ 1º As reuniões serão convocadas com a antecedência de, no mínimo:
I - vinte e cinco dias para as ordinárias; e
II - sete dias para as extraordinárias.
§ 2º A convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias será encaminhada aos membros do colegiado e conterá dia, horário e local da reunião, além da pauta e da documentação pertinente.
§ 3º O quórum de reunião será de maioria absoluta.
§ 4º O Coordenador do Comitê Gestor poderá convidar especialistas e representantes de outros órgãos e entidades, públicos ou privados, incluindo indicados nos termos do inciso VI do art 10º, para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

Art. 12. Os membros do Comitê Gestor e dos grupos de trabalho que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por videoconferência, nos termos do disposto no Decreto nº 10.416, de 7 de julho de 2020, e os membros que se encontrarem em outros entes federativos e, excepcionalmente, não puderem comparecer, participarão da reunião por meio de videoconferência.

Seção II

Das Deliberações

Art. 13. As deliberações do Comitê Gestor serão buscadas inicialmente por consenso, caso contrário, serão adotadas por maioria absoluta, em processo nominal aberto.
§ 1º O quórum de aprovação das deliberações será de maioria simples dos membros presentes à reunião com direito a voto.
§ 2º O coordenador do comitê terá direito a voto ordinário, além do voto de qualidade em caso de empate.
§ 3º A prerrogativa de comparecimento à reunião é primariamente do membro titular, e no caso de impossibilidade deste, do membro suplente.
§ 4º O membro do Comitê Gestor titular, ou na sua ausência o suplente, presente à reunião, terá direito ao uso da palavra e a voto.
§ 5º Somente poderão comparecer à reunião o titular e suplemente concomitantemente em situações excepcionais após expressa convocação do coordenador do comitê.
§ 6º O suplente que acompanhar o titular na reunião, conforme convocação do parágrafo anterior, terá direito ao uso da palavra, mas não a voto.

Art. 14. A ausência do titular e do suplente deverá ser justificada até o primeiro dia útil subsequente à reunião.
§ 1º No caso de não comparecimento de, pelo menos, um dos representantes, titular ou suplente, dos órgãos previstos nos incisos I e II do art. 3º deste Regimento, a três reuniões, no período de um ano, o coordenador do Comitê Gestor solicitará ao dirigente do órgão a substituição do seu representante.
§ 2º No caso de não comparecimento a três reuniões, no período de um ano, de pelo menos um dos representantes, titular ou suplente, de região geográfica, as unidades da Federação que a compõem deverão ser comunicadas para providências quanto à sua representação.

Seção III

Da Pauta e Ata

Art. 15. A pauta da reunião será encaminhada aos membros no ato da convocação, da qual deverão constar:
I -minuta da ata da reunião anterior;
II - os documentos relativos aos assuntos a serem apreciados; e
III - a relação dos órgãos, entidades, ou profissionais convidados.

Art. 16. As reuniões seguirão a seguinte ordem de temas:
I - abertura da sessão;
II - aprovação da ata;
III - leitura do expediente das comunicações e da ordem do dia;
IV - apresentação de decisões ad referendum tomadas a partir da última reunião nos termos do § 1º do art. 9º, para ratificação ou anulação;
V - exposição e discussão de cada item da ordem do dia, seguidos de deliberação do plenário;
VI - outros assuntos; e
VII - encerramento.

Parágrafo único. O coordenador do Comitê Gestor poderá definir tempo máximo para manifestação de cada membro do colegiado de modo a que todos possam usar a palavra por igual período.

Art. 17. As reuniões tratarão exclusivamente das matérias objeto da convocação, não permitida qualquer deliberação sobre assunto não constante da pauta, exceto quanto à matéria objeto de requerimento de urgência aprovado pelo colegiado.

Art. 18. As reuniões serão registradas em ata, numerada de forma sequencial e com lista de presença anexada.

Art. 19. As decisões do Comitê Gestor poderão ser formalizadas em resoluções, as quais deverão ser publicadas no Diário Oficial da União.

CAPÍTULO VI

DOS GRUPOS DE TRABALHO

Seção I

Dos Grupos de Trabalho

Art. 20. Os grupos de trabalho serão instituídos nos termos dos art. 4º e 5º.
§ 1º A composição de cada grupo de trabalho será definida em reunião do Comitê Gestor, caso a caso, a depender do objetivo específico ao qual se destina o mesmo.
§ 2º As reuniões dos grupos de trabalho ocorrerão presencialmente ou por videoconferência, com a presença de no mínimo 50% dos membros, a partir da convocação de seu coordenador com antecedência mínima de 48 horas.
§ 3º Ao final de seu período de funcionamento, os grupos de trabalho deverão apresentar relatório ou outros documentos que apresentem suas conclusões, sugestões de encaminhamentos e/ou contribuições que subsidiem as futuras deliberações do Comitê Gestor com relação ao tema em estudo.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. Os serviços de apoio técnico-operacional e administrativo demandados pelo Comitê Gestor e sua Secretaria Executiva serão providos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 22. Este Regimento poderá ser alterado, a qualquer tempo, por aprovação da maioria qualificada de dois terços dos membros do Comitê Gestor.

Art. 23. Os casos omissos ou as dúvidas de interpretação deste Regimento serão resolvidos em reunião do Comitê Gestor, ou por seu coordenador ad referendum do referido colegiado.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

PORTARIA CADE Nº 215, DE 1º DE JUNHO DE 2022

Estabelece procedimentos e fluxos operacionais para a execução de despesas de exercícios anteriores e reconhecimento de dívida sem cobertura contratual no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX e X do art. 10 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e pelo inciso IX do art. 19 do Regimento Interno do Cade, aprovado pela Resolução nº 22, de 19 de junho de 2019, tendo em vista a necessidade de padronizar os procedimentos para a execução de despesas de exercícios anteriores e o reconhecimento de dívida sem cobertura contratual no âmbito do Cade, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A execução de despesas de exercícios anteriores e o reconhecimento de dívida sem cobertura contratual serão realizados nos termos desta Portaria.

Art. 2º Fica instituído o Guia de despesas de exercícios anteriores e reconhecimento de dívida sem cobertura contratual do Cade, anexo a esta Portaria, cujas regras e rotinas são de observância obrigatória.

§ 1º As atualizações do Guia serão disponibilizadas no portal da intranet e na página da internet do Cade.

§ 2º Caberá à Diretoria de Administração e Planejamento promover a atualização e o aprimoramento do Guia de acordo com as alterações da legislação, as recomendações dos órgãos de controle, a doutrina, a jurisprudência e as boas práticas administrativas.

CAPÍTULO II

DAS DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 3º As despesas de exercícios anteriores são as despesas de exercícios encerrados para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, mas que não se tenham processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, conforme disposto no art. 37 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se:
I - despesas que não se tenham processado na época própria são aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação;
II - restos a pagar com prescrição interrompida são despesas cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor; e
III - compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício como a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente (art 1º, parágrafo único, Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968).

Art. 4º A assunção de despesas de exercícios anteriores deverá obedecer ao fluxo estabelecido no Guia anexo.

CAPÍTULO III

DO RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Art. 5º Considera-se reconhecimento de dívida a assunção de despesas, por parte da Administração, sem a devida cobertura contratual, desde que configurada a boa-fé do contratado, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

Parágrafo único. O reconhecimento de dívida ocorre em decorrência, dentre outras, de:
I - fornecimento de serviço ou produto decorrente de contratação declarada nula;
II - fornecimento de serviço ou produto, após a extinção do prazo de vigência do contrato;
III - termo aditivo de prorrogação assinado intempestivamente, ou seja, após o término do prazo de vigência do contrato;

IV - entrega de produto ou serviço não previsto no contrato;

V - entrega de produto ou serviço, em quantidade superior ao previsto no contrato, antes da alteração contratual, via termo aditivo, ou diante de acréscimo contratual em desobediência aos limites previstos na legislação; e

VI - ausência de instrumento contratual adequado ao objeto contratado.

Art. 6º O reconhecimento de dívida deverá obedecer ao fluxo estabelecido no Guia anexo.

Art. 7º É dispensável a análise jurídica em contratações de pequeno valor (art. 75, I ou II, e § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021), nos casos em que houver utilização de minutas previamente padronizadas pela Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Sem prejuízo da responsabilização do ordenador de despesa e demais consequências advindas da inobservância do disposto na legislação, não haverá execução de despesa de exercícios anteriores ou reconhecimento de dívida sem cobertura contratual se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

Art. 9º No caso de insuficiência de recursos orçamentários, deverá o ordenador de despesas propor a abertura de créditos adicionais ou incluir sua previsão na Lei Orçamentária Anual do ano seguinte, com a finalidade de atender a despesa.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO

PORTARIA CADE Nº 297, DE 21 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 10 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e pelo inciso IX do art. 19 do Regimento Interno do Cade, aprovado pela Resolução nº 22, de 19 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD, com a finalidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos e acumulados no seu âmbito de atuação para garantir a sua destinação final, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º À CPAD compete:

I - elaborar e orientar a aplicação do código de classificação e da tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim, após aprovação do Arquivo Nacional;

II - orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no Cade, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor;

III - orientar a aplicação do código de classificação e a tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio, expedida pelo Conselho Nacional de Arquivos - Conarq, assim como proceder às adaptações necessárias e dirimir possíveis dúvidas sobre sua aplicação;

IV - estabelecer os prazos de guarda e destinação dos documentos de arquivo relativos às atividades-meio não constantes na tabela referida no inciso anterior, submetendo à aprovação do Arquivo Nacional;

V - assegurar a adequada aplicação das normas legais vigentes na transferência, no recolhimento e na eliminação dos documentos de arquivo; e

VI - promover o aperfeiçoamento das atividades arquivísticas e de gestão documental no Cade.

Art. 3º A CPAD será composta pelos seguintes membros titulares:

I - Coordenador-Geral Processual, que a presidirá;

II - Chefe do Serviço de Informação e Documentação;

III - Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas;

IV - Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Logística; e

V - Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação.

§ 1º Os membros titulares da CPAD, em seus impedimentos ou ausências, serão substituídos pelos seus substitutos formais.

§ 2º A CPAD poderá convocar servidor do Cade ou especialista externo para auxiliar na análise de conjuntos documentais.

Art. 4º A Comissão se reunirá em caráter ordinário semestralmente e em caráter extraordinário por convocação do seu Presidente ou pela maioria dos seus membros.

§ 1º O quórum da reunião da CPAD é de maioria simples dos membros e o quórum de aprovação é de maioria simples dos membros presentes.

§ 2º Além do voto ordinário, o Presidente da CPAD terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 3º Os membros da CPAD poderão se reunir presencialmente, por meio de recursos de teleconferência, videoconferência ou outros meios similares que permitam a comunicação em tempo real.

Art. 5º A CPAD poderá instituir grupos técnicos com o objetivo de auxiliar na análise de conjuntos documentais.

Art. 6º Os grupos técnicos:

I - serão compostos na forma de ato do Presidente da CPAD;

II - não poderão ter mais de cinco membros;

III - terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e

IV - estão limitados a três operando simultaneamente.

Art. 7º A Secretaria-Executiva da CPAD será exercida por dois servidores das unidades organizacionais que a compõem, cabendo ao Presidente da CPAD indicar o Secretário e o Secretário Adjunto.

Art. 8º A participação no Comitê e em seus grupos técnicos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pela CPAD.

Art. 10. Fica revogada a Portaria Cade nº 630, de 19 de dezembro de 2018.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 9, DE 21 DE JULHO DE 2022

DESPACHO SG ARQUIVAMENTO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO Nº 9/2022
Inquérito Administrativo nº 08700.003599/2018-95. Representante: Associação Brasileira de Criptoativos e Blockchain. Advogados: Rodrigo Caldas de Carvalho Borges e outros. Representados: Banco do Brasil S.A.; Banco Bradesco S.A. ; Banco Itaú Unibanco S.A.; Banco Santander S.A.; Banco Inter S.A.; e Banco Cooperativo Sicredi S.A. Advogados: Aline Crivelari, Caroline Scopel Cecatto, Mário Renato Balardim Borges, Pedro Octávio Begalli Jr., Vinícius Marques de Carvalho, Vitor Jardim Machado Barbosa, Flavio Augusto Ferreira do Nascimento, Marcelo Antônio C. Queiroga Lopes Filho, Paola Regina Petrozzielo Pugliese, Vinicius Hercos da Cunha, Ana Luiza Vieira Franco, José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Luiz Felipe Rosa Ramos e outros. Acolho a Nota Técnica nº 25/2022/CGAA2/SGA1/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pelo arquivamento do presente feito pela ausência de indícios de infração à ordem econômica constantes dos autos. Ao setor processual.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHO Nº 1.013, DE 20 DE JULHO DE 2022

DESPACHO SG Nº 1013/2022
Ato de Concentração nº 08700.002525/2022-18
Requerentes: ContiTech Global Holding Netherlands B.V. e Printing Solutions Sweden Holding AB
Advogados(as): Barbara Rosenberg, Marcos Exposto, Luiz Antônio Galvão e Julia Krein

Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999, integro as razões do Parecer nº 18/2022/CGAA3/SGA1/SG (SEI nº 1091157) à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, inciso XII, e 57, inciso I, da Lei nº 12.529, de 2011, decido pela aprovação sem restrições do presente ato de concentração.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

DESPACHOS DE 22 DE JULHO DE 2022

DESPACHO SG Nº 1.038/2022
Ato de Concentração nº 08700.004268/2022-59. Requerentes: Eneva S.A., Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A., Centrais Elétricas de Sergipe S.A. e Centrais Elétricas Barra dos Coqueiros S.A. Advogados: Luciana Martorano, Ana Paula Paschoalini, Vitor Jardim Barbosa, Gustavo H. Kastrup, Luisa Marcelino Bono. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 1.039/2022
Ato de Concentração nº 08700.004984/2022-36. Requerentes: Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. e Empresa de Participações Vista Alegre Ltda. Advogados: Adriana Giannini, Fabianna Morselli e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 1.040/2022
Ato de Concentração nº 08700.004550/2022-36. Requerentes: Atacadão S.A. e Armazém Mateus S.A. Advogados: Eduardo Caminati, Marcio Bueno, Guilherme Misale, Marcela Carvalho, Barbara Rosenberg, Guilherme Morgulis, Marcela Abras Lorenzetti e Gabriela Pletsch da Luz. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 1.041/2022
Processo Administrativo nº 08700.002086/2015-14 (Apartado de Acesso Restrito 08700.009125/2014-23)
Representante: Cade ex officio
Representados: Alusa Engenharia (atualmente denominada Alumini Engenharia S.A.); Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A.; Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.; Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A.; Engevix Engenharia S.A.; Galvão Engenharia S.A.; GDK S.A.; Iesa Óleo e Gás S.A.; Jaraguá Equipamentos Industriais Ltda.; Mendes Júnior Trading Engenharia S.A.; MPE Montagens e Projetos Especiais S.A.; Promon Engenharia Ltda.; Schahin Engenharia S.A.; Skanska Brasil Ltda.; SOG Óleo e Gás S.A.; Techint Engenharia e Construções S.A.; Tomé Engenharia S.A.; UTC Engenharia S.A.; Agenor Franklin Magalhães Medeiros; Alberto Elísio Vilaça Gomes; Alberto Jesus Padilla Lizondo; Alessandro Carraro; Alfredo Rafael Collado; André Gustavo de Farias Pereira; Antônio Carlos D´Agosto Miranda; Augusto Ribeiro de Mendonça Neto; Carlos Alberto de Oliveira e Silva; Carlos Eduardo Strauch Albero; Carlos Maurício Lima de Paula Barros; César Luiz de Godoy Pereira; José Cláudio Gago Lima; Cristiano Kok; Dalton dos Santos Avancini; Dario de Queiroz Galvão Filho; Dorian Luiz Valeriano Zen; Edison Freire Coutinho; Eduardo Hermelino Leite; Elton Negrão de Azevedo Junior; Erton Medeiros Fonseca; Euler Gravatá de Menezes; Francisco Vera Codina; Gabriel Aidar Abouchar; Gerson de Mello Almada; Guilherme Pires de Mello; Guilherme Rosetti Mendes; Henrique Quintão Federici; João Ricardo Auler; José Adelmário Pinheiro Filho; José Antunes Sobrinho; José Carlos Lopes Mendes; José Cláudio Gago Lima; José Luis Fernandes; José Octavio Lisboa de Alvarenga; Leandro de Aguiar; Leonel Queiroz Vianna Neto; Luiz Augusto Distrutti; Márcio Faria da Silva; Marcos Pereira Berti; Mario Costa Andrade Neto; Maurício Mendonça Godoy; Nasareno das Neves; Othon Zanóide de Moraes Filho; Paulo Massa Filho; Paulo Roberto Dalmazzo; Pedro Luiz Pereira da Silva; Petrônio Braz Júnior; Renato Augusto Rodrigues; Renato Ribeiro Abreu; Ricardo Ourique Marques; Ricardo Ribeiro Pessoa; Roberto Ribeiro de Mendonça; Rodolfo Andriani; Rogério Santos de Araújo; Saulo Vinícius Rocha Silveira; Sérgio Cunha Mendes; Tadeu Rodrigues Maia; e Valdir Lima Carreiro.
Advogados: Paulo Guilherme de Mendonça Lopes, Beatriz Catta Preta, José Carlos da Matta Berardo, Marcela Junqueira Cesar Pirola, Ana Paula Martinez, Alexandre Ditzel Faraco, Marcos Drummond Malvar, Ana Fernanda Ayres Delloso, Bruno Hartkoff Rocha, Daniel Oliveira Andreoli, Guilherme Khouri Barrionuevo, Eduardo Caminati Anders, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, Barbara Rosenberg, Luís Bernardo Coelho Cascão, Amanda Fabbri Barelli, Pedro Alberto do Amaral Dutra, Julio Cesar Cavalcante Aires, Paola Regina Petrozziello Pugliese, Milena Fernandes Mundim, Vinícius Hercos da Cunha, Gustavo Cortês de Lima, Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth, Fernanda Gadelha Araujo Lima, José Roberto Manesco, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, Luís Justiniano Hayek Fernandes, Marçal Justen Filho, Cesar Augusto Guimarães Pereira, Paolo Zupo Mazzucato, Ricardo Noronha Inglez de Souza, Bruno Greca Consentino, Milton Campilongo, Celso Fernandes Campilongo, Heloisa Ramos de Campos Mello, Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo, Percival José Bariani Junior, Patricia Bandouk Carvalho, Tatiana Lins Cruz, Eduardo Boccuzzi, Alfeu Alves Pinto, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Ricardo Casanova Motta, Ludmila Somensi, Sidnei Garcia Diaz, José Antônio Garcia, Tercio Sampaio Ferraz Junior, Ricardo Tosto de Oliveira Carvalho, Zanon de Paula Barros, Marlus Heriberto Arns de Oliveira, André Pinto Donadio, Arthur Lima Guedes, Gilberto Mendes Calasans Gomes, Guilherme Henrique Magaldi Netto, José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Rafael Menezes Trindade Barretto, Breno Gravatá de Menezes, Maria Cecilia Dias de Andrade Santos, Ticiana Nogueira da Cruz Lima, Vinicius Marques de Carvalho, Conrado Donati Antunes, João Daniel Rassi, Marta Cristina Cury Saad Gimenes, Guilherme San Juan Araujo, Luciana Zanella Louzado, José Carlos de Jesus Gonçalves, Maria Madalena Antunes Gonçalves, Débora Canal de Farias, Victor Cavalcanti Couto, André Marques Gilberto, Alessandra Cristina Cavalcanti Sabino, Henrique Zelante Rodrigues Netto, Luís Carlos Dias Torres, Andrea Vainer, Vitor Alexandre de Oliveira e Moraes, Maria de Fátima Rezende, Salo de Carvalho, Marco Antonio Fonseca Junior, Bruno de Luca Drago, Rogério Pires da Silva, Rodrigo Maluf Cardoso, Beatriz Medeiros Navarro Santos, Erika Vieira Sang, Flavia Chiquito dos Santos, Olavo Zago Chinaglia, Adjair da Cunha dos Santos, Renato Mobille Bispo da Cruz, Camila Franciele Righetti, Vicente Bagnoli, Douglas Telpis Ferrante, Armando de Souza Mesquita Neto, Patrícia Agra Araújo, Daniela Zaitz Kolar, Victor do Santos Rufino, Luciano Feldens, Débora Poeta W. Feldens, Isabela de Oliveira Pannunzio, André Carmelingo Alves, Ana Claudia Medeiros Approbato Machado, João Ricardo Oliveira Munhoz, Maria Augusta Fidalgo, Daniel Ayres Kalume Reis, Paulo Tiago Sulino Muliterno, Luiz Eduardo Spinola Jahic, Stefanie Christine Schmitt Giglio, Raisa Dvorah Rechter, Lilian Christine Reolon, Renato Guazzelli Mancini Ramos Vianna e outros.

Decido pelo encerramento da fase instrutória, ficando os Signatários de Acordo de Leniência e Compromissários de TCC notificados para apresentação de alegações no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação deste Despacho. Passado este prazo, ficam os demais Representados notificados para apresentação das alegações no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 73 da Lei nº 12.529/2011 c.c. art. 156 do Regimento Interno do Cade, a fim de que, em seguida, a Superintendência-Geral profira suas conclusões definitivas acerca dos fatos. Ao Protocolo.

DESPACHO SG Nº 1.019/2022
Ato de Concentração nº 08700.001462/2022-82
Requerentes: GDCY Holding Ltd. ("GDCY"), ADM Ventures Investment Corp. ("ADM"), Amaggi Exportação e Importação Ltda. ("Amaggi"), Cargill, Incorporated ("Cargill") e Louis Dreyfus Company North Latam Holdings BV ("LDC")
Advogados: Guilherme Favaro Ribas, Natan Maximiano Munhoz Rodrigo França Vianna e Matheus Policarpo Ferreira.

Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784, de 1999, integro as razões do Parecer nº 17/2022/CGAA1/SGA1/SG/CADE (SEI 1091889) à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e art. 57, I, da Lei nº 12.529, de 2011, decido pela aprovação sem restrições do presente Ato de Concentração.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 7 (CGAA 7)

DESPACHO Nº 26, DE 21 DE JULHO DE 2022

DESPACHO DECISÓRIO Nº 26/2022/CGAA7/SGA2/SG/CADE
Processo nº 08700.001164/2018-14
Processo Administrativo nº 08700.001164/2018-14 (Apartado de Acesso aos Representados nº 08700.000745/2018-21)
Representante: CADE ex officio.
Representados: Azevedo Bento S/A Comércio e Indústria, Refisa Indústria e Comércio Ltda., SPO Indústria e Comércio Ltda., Clóvis Heitor Castro, Cristiano Luiz Pereira, Darcy Carvalho Silveira, Davi Alves de Lima, Edimar Henrique de Oliveira, Edson Geraldo da Silva Bento, Elisangela Alves de Lima Morais, Elislande Alves de Lima, Ênio Costa de Oliveira, Gabriel Teixeira Martinho, Gilberto Alves de Lima, Lauro Barata Soares de Figueiredo, Rafael Luiz Pereira, Sidinei de Souza Padilha, Valdecio Alves de Lima.
Advogados: Joyce Honda, Ricardo Lara Gaillard, José Antônio Miguel Neto, Marina Stella de Barros Monteiro, Jamily Schlickmann, José Vlademir Meister, Cleverson Marinho Teixeira, Marcelo de Souza Teixeira, Carlos Magalhães, Gabriel Nogueira Dias, George Filgueira, Mariana Melato Araújo, Marcelo Cama Proença Fernandes, Cristiane Sartori Gattiboni, Débora Gattiboni Lopes, Marcela Mattiuzzo, Julia Gonçalves Braga, Vinícius Marques de Carvalho e outros.

Ficam os Representados e seus respectivos Advogados intimados acerca da juntada da Certidão SEI 1092649 ao Apartado de Acesso Restrito aos Representados nº 08700.000745/2018-21, contendo os links e orientações para acesso e participação nas audiências virtuais de oitivas testemunhais e colheita de depoimentos pessoais, por meio da plataforma Zoom, a serem realizadas no âmbito do Processo Administrativo nº 08700.001164/2018-14, nos termos da Nota Técnica nº 35/2022/CGAA7/SGA2/SG/CADE (SEI 1083166), acolhida pelo Despacho SG nº 873/2022 (SEI 1083167).

ADEMIR PICANÇO DE FIGUEIREDO
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 8 (CGAA 8)

DESPACHO Nº 37, DE 21 DE JULHO DE 2022

DESPACHO DECISÓRIO Nº 37/2022/CGAA8/SGA2/SG/CADE
Processo nº 08700.003345/2017-96
Processo Administrativo nº 08700.003341/2017-16 (Apartado de Acesso Restrito aos Representados nº 08700.003345/2017-96)
Representante: CADE ex-officio.
Representada: Propav Construção e Montagem Ltda. (atual denominação da Blaspint Manutenção Industrial Ltda.); Construtora Colares Linhares S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A.; Ecman Engenharia S.A.; Egesa Engenharia S.A.; Estre Ambiental S/A; Infraner Montagem e Construção Ltda. (atual denominação da Pollydutos Montagem e Construção Ltda); MCE Engenharia Ltda.; Multitek Engenharia Ltda.; NM Engenharia e Construções Ltda.; Método Engenharia Ltda (atual denominação da Potencial Engenharia S.A.); Produman Engenharia S.A.; Qualiman Montagens Industriais Ltda.; Sarin Engenharia Ltda. e UTC Engenharia S.A.; Aluízio Pinto de Oliveira; Francisco Assis de Oliveira Rocha; Francisco Eduardo Martins Caiafa Júnior; Gildo Rodrigues Machado; José Lima Oliver Junior; Luis Alfeu Alves de Mendonça; Luiz Fernando Nave; Nelson Cortonesi Maramaldo; Reinaldo Neto da Silva; Roberto Guidoni Sobrinho; Ronaldo de Vasconcelos Maciel; Sávio Rolemberg Albuquerque de Aguiar e Wilson Quintella Filho.
Advogados: Flávia Firgulha da Costa Sousa, Eric Hadmann Jasper, Luiz Filipe Couto Dutra, Eduardo Grebler, Rafael Moura Cordeiro da Silva, Guilherme Favaro Corvo Ribas, Rodrigo França Vianna, Bruno Badan Martins, Juarez Loures de Oliveira, Diego Antonio Almeida de Oliveira, Eduardo Diamantino Bonfim e Silva, Frederico Diamantino Bonfim e Silva, Fernando Alves Duarte, Pedro Henrique Favilla Duarte, Onias Marcos dos Reis, Tiago Machado Cortez, Renata Foizer Silva Manzoni, Marcelo Laplane, Luciano Barbosa Theodoro, Nathanael Almeida Pinto, Vicente Bagnoli, Douglas Telpis Ferrante, Arão José Gabriel Neto, Tharyk Jaccoud Paixão, Josiana Gonzaga de Carvalho e outros.

Nos termos do art. 70, §5º da Lei nº 12.529/2011 e do art. 152, §§1º e 2º do RI-Cade, defiro o pedido de dilação do prazo de defesa solicitado pelo Representado Francisco de Assis de Oliveira Rocha (SEI 1091002), aplicando-se a todos os demais Representados a prorrogação do prazo de defesa por 10 dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao final do prazo regular de defesa.

FERNANDA GARCIA MACHADO
Coordenadora-Geral

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MMA Nº 191, DE 22 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, Constituição, e tendo em vista o que consta do processo Administrativo nº 02000.001968/2022-01, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de analisar e propor as estruturas de governança do Fundo Amazônia e seus objetivos como instrumento de financiamento das políticas públicas nacionais.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será composto por representantes, titular e suplente, na forma a seguir:

I - um representante da Secretaria-Executiva, que o coordenará;
II - um representante da Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais;
III - um representante da Secretaria de Clima e Relações Internacionais; e
IV - um representante do Departamento de Recursos Externos.

§1º Os membros do Grupo de Trabalho serão indicados pelos dirigentes máximos das unidades e das entidades que representam e designados por ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente.

§2º Cada membro do Grupo de Trabalho terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§3º O Grupo de Trabalho se reunirá ordinariamente a cada 15 (quinze) dias, e extraordinariamente mediante convocação do seu coordenador.

§4º O quórum de reunião do Grupo de Trabalho será de 4 (quatro) representantes titulares, ou respectivos suplentes, que deliberará por maioria simples dos presentes.

§5º Em casos de empate, o Coordenador do Grupo de Trabalho terá direito a voto de qualidade.

§6º As reuniões serão realizadas preferencialmente no Ministério do Meio Ambiente, salvo em relação a membros que se encontrem em outras unidades federativas, que poderão participar por videoconferência.

Art. 3º O Grupo de Trabalho poderá convidar, para participar das reuniões, representantes da sociedade civil e de órgãos e entidades públicas, sempre que seus conhecimentos, habilidades e competências sejam necessários ao cumprimento de sua finalidade.

Art. 4º A participação no Grupo de Trabalho será considerada prestação de serviço público relevante e não ensejará remuneração, sendo vedado o reembolso de despesas relativas à participação em reuniões ordinárias ou extraordinárias.

Art. 5º Caberá à Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente prestar apoio administrativo ao Grupo de Trabalho.

Art. 6º O Grupo de Trabalho terá o prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser renovado por igual período, para conclusão dos trabalhos, a contar da data da primeira reunião.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor em 02 de agosto de 2022.

FELIPE RIBEIRO DE MELLO

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 19 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 9.158, de 21 de setembro de 2017, e o que consta no Processo nº 29000.023626/1991-50, resolve:

I - deferir, nos termos dos arts. 4º e 5º do Decreto nº 9.158, de 21 de setembro de 2017, o Pedido de Prorrogação do Prazo da Outorga da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Nova Maurício, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: PCH.PH.MG.027722-3.01, outorgada à Tríade Energias Renováveis S.A., por meio do Decreto s/nº, de 31 de outubro de 1991; e

II - informar o valor anual de R$ 977.425,96 (novecentos e setenta e sete mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos), referente à data-base de fevereiro de 2022, a ser pago em favor da modicidade tarifária a título de Uso de Bem Público - UBP da PCH Nova Maurício.

ADOLFO SACHSIDA
Ministro

DESPACHO DE 19 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 9.158, de 21 de setembro de 2017, e o que consta no Processo nº 29000.023626/1991-50, resolve:

I - deferir, nos termos dos arts. 4º e 5º do Decreto nº 9.158, de 21 de setembro de 2017, o Pedido de Prorrogação do Prazo da Outorga da Usina Hidrelétrica denominada UHE Glória, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: UHE.PH.MG.001034-0.01, outorgada à Companhia Energética Rio Preto, por meio do Decreto s/nº, de 31 de outubro de 1991; e

II - informar o valor anual de R$ 83.157,18 (oitenta e três mil, cento e cinquenta e sete reais e dezoito centavos), referente à data-base de fevereiro de 2022, a ser pago em favor da modicidade tarifária a título de Uso de Bem Público - UBP da UHE Glória.

ADOLFO SACHSIDA
Ministro

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 19 DE JULHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 12.226 - Processo nº 48500.005716/2017-45. Interessado: N F Energias Renováveis SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, CNPJ nº 26.289.432/0001-58, a implantar e explorar a UFV Panorama I, CEG UFV.RS.RN.038210-8.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 90.000 kW de Potência Instalada, localizada em Ceará-Mirim, no estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.227 - Processo nº 48500.005715/2017-09. Interessado: N F Energias Renováveis SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, CNPJ nº 26.289.432/0001-58, a implantar e explorar a UFV Panorama II, CEG UFV.RS.RN.038211-6.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 90.000 kW de Potência Instalada, localizada em Ceará-Mirim, no estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

As íntegras destas Resoluções constam nos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.898, DE 19 DE JULHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001116/2021-94, decide conhecer do recurso administrativo interposto pela Enel Distribuição Goiás Cadastrada sob o CNPJ 01.543.032/0001-04 em face do Despacho nº 771, de 2022, emitido pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública, que deu provimento parcial ao pedido de devolução em dobro de valores faturados a maior, decorrentes de classificação incorreta de unidades consumidoras sob responsabilidade da empresa Cerealista Sudeste Ltda, para, no mérito, negar-lhe provimento.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.899, DE 19 DE JULHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004859/2021-16, decide conhecer do recurso administrativo interposto pelo consumidor William Meneses Camargos, em face ao Despacho nº 900, de 2022, emitido pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA, que negou provimento à reclamação acerca da devolução de valores faturados a maior pela Cemig Distribuição S.A. cadastrado sob o CNPJ 06.981.180/0001-16 decorrente do erro de classificação de unidade consumidora sob sua responsabilidade, para, no mérito, negar-lhe provimento.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.900, DE 19 DE JULHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005691/2021-66, decide conhecer do recurso administrativo interposto pelo consumidor Veja Nutris Alimentos Ltda, cadastrada sob o CNPJ 26.947.047/0001-50 em face ao Despacho nº 901, de 2022, emitido pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA, que negou provimento à reclamação acerca da devolução de valores faturados a maior pela Enel Distribuição Goiás, decorrente do erro de classificação de unidade consumidora sob sua responsabilidade, para, no mérito, negar-lhe provimento.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.901, DE 19 DE JULHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta dos processos n.º 48500.005661/2022-31, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Pedido de Impugnação interposto pela Magatec Serviços Técnicos Ltda, cadastrada sob o CNPJ 30.669.162/0001-88 em face de decisão da Câmara de Comercialização de Energia -CCEE, e m sua 1.262ª reunião, referente ao Termo de Notificação nº CCEE02802/2022.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.816, DE 20 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme as atribuições estipuladas na Portaria nº 4.742, de 26 de setembro de 2017, e tendo em vista o que consta da Resolução Normativa nº 875, de 10 de março de 2020, e dos Processos nº 48500.000423/2022-39 e nº 48500.004578/2021-63, decide: (i) revogar o Despacho nº 1.645, de 20 de junho de 2022, que concedeu à LC Geração de Energia Ltda., inscrita no CNPJ nº 43.551.675/0001-31, o Registro para elaboração dos EVTE da UHE Fé Esperança em virtude do trecho onde está prevista a usina passar por revisão de inventário, nos termos do Despacho nº 3.281, de 15 de outubro de 2021; e (ii) incluir no Despacho nº 3.281, de 15 de outubro de 2021, o item (iii) com o seguinte comando: "suspender os efeitos do Despacho nº 3.785, de 19 setembro de 2011, no que se refere aos aproveitamentos hidrelétricos UHE Paredão M1, UHE Paredão A e UHE Fé Esperança".

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO

DESPACHO Nº 1.937, DE 20 DE JULHO DE 2022

Processo nº: 48500.005696/2014-60. Interessadas: Primo Energética Ltda. e PCH CAIUA 3 Ltda. Decisão: alterar a titularidade do Registro Ativo, Despacho nº 4.460, de 2014, e do DRS, Despacho nº 602, de 2017, combinado com os Despachos nº 1.647, de 2018, e nº 2.193, de 2021, referentes à PCH Caiuá 3, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MG.037227-7.01, da Primo Energética Ltda. para a PCH CAIUA 3 Ltda. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 1.968, DE 22 DE JULHO DE 2022

Processo nº: 48500.003604/2022-17. Interessada: Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil. Decisão: dar provimento ao recurso administrativo referente ao Despacho nº 1.446, de 2022. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 22 DE JULHO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 23 de julho de 2022.

Nº 1.978 - Processo nº: 48500.002321/2020-96. Interessados: Baraúnas XV Energética S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Baraúnas XV (Antiga Massaroca I). Unidades Geradoras: UG7 a UG9, UG12 e UG13, de 3.465,00 kW cada. Localização: Município de Sento Sé, no estado da Bahia.

Nº 1.979 - Processo nº: 48500.001902/2020-19. Interessados: Morro Branco II Energética S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Morro Branco II. Unidades Geradoras: UG1, de 3.465,00 kW. Localização: Município de Sento Sé, no estado da Bahia.

Nº 1.981 - Processo nº: 48500.005497/2021-81. Interessados: NK 129 Empreendimentos e Participações S/A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UTE Povoação 1. Unidades Geradoras: UG1, de 9.370,00 kW. Localização: Município de Linhares, no estado do Espírito Santo.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

DESPACHO Nº 1.980, DE 22 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.001300/2014-13, decide, a partir da publicação do presente despacho, anular o Despacho nº 1.499, de 6 de junho de 2022 - suspensão da operação comercial da unidade geradora UG 08 da EOL Ventos de Santa Joana XIV, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.PI.031368-8, com potência instalada de 2.000,00 kW, localizada no município Caldeirão Grande do Piauí, no estado do Piauí, outorgada à Ventos de Santa Joana XIV Energias Renováveis S.A., bem como estabelecer prazo de até 10 (dez) dias corridos, para que Ventos de Santa Joana XIV Energias Renováveis S.A., apresente justificativas e argumentos acerca da possibilidade de suspensão da operação comercial da UG08 da Ventos de Santa Joana XIV.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO Nº 1.967, DE 22 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.005404/2022-07, decide por: (i) negar provimento à reclamação interposta pela Comercial de Produtos Alimentícios Tio João Ltda.

GUSTAVO MANGUEIRA DE ANDRADE SALES

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 1.970, DE 22 DE JULHO DE 2022

Processo nº: 48500.005489/2018-39. Interessado: Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE, CNPJ nº 61.416.244/0001-44. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 451.562,07 (quatrocentos e cinquenta e um mil, quinhentos e sessenta e dois reais e sete centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0075-0008/2015; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

CARMEN SILVIA SANCHES
Superintendente Adjunta

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO
Relação nº 99/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
870.098/2021-LUCIANA MOURA DE ALMEIDA LEITE LTDA
871.466/2019-QUIUQUI MINERACAO LTDA
870.083/2021-QUIUQUI MINERACAO LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
871.721/2021-PEDREIRAS DO BRASIL S A-OF. N°29615/2022/DIFAM-BA/ANM
805.190/1971-MINERAÇÃO ESTRELA LTDA ME-OF. N°30735/2022/DIFAM-BA/ANM
Fase de Licenciamento
Nega provimento a defesa apresentada(1193)
871.554/2014-BRITADOR MACAUBENSE LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
870.451/2014-ANKARA ENGENHARIA LTDA-OF. N°26847/2022/DIFAM-BA/ANM
873.362/2006-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-OF. N°28505/2022/DIFAM-BA/ANM
871.583/2015-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-OF. N°27447/2022/DIFAM-BA/ANM
871.050/2006-MARCEL MINERACAO LTDA-OF. N°28086/2022/DIFAM-BA/ANM
870.191/2012-PEDREIRA TRIUNFO LTDA-OF. N°28175/2022/DIFAM-BA/ANM
870.408/2016-MINERACAO MAROTO LTDA-OF. N°28362/2022/DIFAM-BA/ANM
873.361/2006-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-OF. N°28367/2022/DIFAM-BA/ANM
871.780/2013-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-OF. N°28745/2022/DIFAM-BA/ANM
871.942/2014-GRAN MINAS ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA-OF. N°28750/2022/DIFAM-BA/ANM
872.294/2014-H. C. DE MATOS & CIA LTDA-OF. N°29155/2022/DIFAM-BA/ANM
870.355/2010-OTTOMAR MINERAÇÃO LTDA-OF. N°28949/2022/DIFAM-BA/ANM
871.272/2009-BRANCO SUPREMO MINERACAO EIRELI-OF. N°29578/2022/DIFAM-BA/ANM
871.467/2005-INTERGRAN INDUSTRIA E COMERCIO DE GRANITOS LTDA-OF. N°29739/2022/DIFAM-BA/ANM
870.462/1999-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-OF. N°29883/2022/DIFAM-BA/ANM
874.084/2008-MINERIOS E METAIS DA BAHIA LTDA.-OF. N°29884/2022/DIFAM-BA/ANM
870.854/2006-BARRETO ARAUJO CONSTRUCOES E TERRAPLANAGEM EIRELI-OF. N°29977/2022/DIFAM-BA/ANM
872.117/2006-MINERACAO DOIS MIL EIRELI-OF. N°30159/2022/DIFAM-BA/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
870.597/2022-IBEROBRAS CONSTRUCAO CIVIL E EMPREITADAS LTDA-Registro de Licença N° 45/2022 - Vencimento em Indeterminado
872.150/2021-LUCIANA MOURA DE ALMEIDA LEITE LTDA-Registro de Licença N° 39/2022 - Vencimento em 28/10/2024
870.226/2022-CERAMICA VELHO CHICO LTDA-Registro de Licença N° 40/2022 - Vencimento em Indeterminada
870.751/2021-MORAUTO LOCADORA DE VEICULOS E MAQUINAS EIRELI ME-Registro de Licença N° 41/2022 - Vencimento em 05/05/2023
871.918/2021-A E C EXTRACAO DE AREIA LTDA-Registro de Licença N° 42/2022 - Vencimento em 16/04/2025
870.506/2022-S.A. PAULISTA DE CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO-Registro de Licença N° 43/2022 - Vencimento em 21/01/2024
870.019/2022-PIEDADE EXPLORACAO DE MINERIOS E TRANSPORTES LTDA-Registro de Licença N° 47/2022 - Vencimento em 24/11/2026
871.297/2020-CASTANHO EXTRACAO DE AREIA EIRELI-Registro de Licença N° 58/2022 - Vencimento em 21/09/2040
872.406/2021-ALAN FREIRE FERNANDES-Registro de Licença N° 46/2022 - Vencimento em Indeterminado
870.241/2022-QUIUQUI MINERACAO LTDA-Registro de Licença N° 52/2022 - Vencimento em 21/09/2022
872.421/2021-HF TRANSPORTES E CERAMICA LTDA-Registro de Licença N° 44/2022 - Vencimento em 23/11/2026
872.188/2021-BRITA FORTE LTDA-Registro de Licença N° 48/2022 - Vencimento em Indeterminado
870.220/2020-ILDENE ARAÚJO FONSECA JARDIM ME-Registro de Licença N° 49/2022 - Vencimento em Indeterminada
872.256/2021-QUIUQUI MINERACAO LTDA-Registro de Licença N° 51/2022 - Vencimento em 08/11/2022
870.681/2020-LUIZ CARLOS SCOTON-Registro de Licença N° 53/2022 - Vencimento em INDETERMINADO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
870.598/2022-IBEROBRAS CONSTRUCAO CIVIL E EMPREITADAS LTDA-OF. N°27739/2022/DIFAM-BA/ANM
870.490/2022-SAO FRANCISCO COMERCIO E CONSTRUCOES LTDA-OF. N°27760/2022/DIFAM-BA/ANM
872.113/2021-TRANSPENHA TRANSPORTE DE MAQUINAS LTDA-OF. N°28873/2022/DIFAM-BA/ANM
872.275/2021-ADIVAL ALVES DOS ANJOS-OF. N°29100/2022/DIFAM-BA/ANM
871.768/2021-DANIELA TEODORO SANTOS BRITO EXTRACAO DE AREIA-OF. N°29149/2022/DIFAM-BA/ANM
870.462/2022-SAO BENTO COMERCIO DE AREIA E CASCALHO LTDA-OF. N°27763/2022/DIFAM-BA/ANM
870.502/2020-GILVAN ANANIAS BRAZ-OF. N°224/2020/DIFAM-BA/GER-BA
870.338/2022-MINERACAO PEDRA COLORIDA EIRELI-OF. N°30618/2022/DIFAM-BA/ANM
870.578/2022-SS EVO MINERACAO LTDA-OF. N°29699/2022/DIFAM-BA/ANM
870.179/2022-METRO QUADRADO EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°29705/2022/DIFAM-BA/ANM
870.577/2022-SS EVO MINERACAO LTDA-OF. N°29885/2022/DIFAM-BA/ANM
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
872.324/2021-ARTHUR BRANDÃO MONIZ DE ARAGÃO
870.353/2022-CONSTRUTORA A GASPAR S/A
872.241/2021-ANDRE RODRIGUES DE SOUZA
870.546/2020-A.L.F TERRAPLENAGEM LTDA
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
870.068/2020-CERAMICA IGUATEMI LTDA EPP
870.098/2020-GRACIETE SANTOS DE OLIVEIRA RICHARD
870.440/2020-JOSE MENEZES
870.443/2020-MINERAÇÃO NOVENTA MIL EIRELI
870.600/2020-CERAMICA BARRO ALTO EIRELI
871.258/2020-ANTONIO TADEU MUTERLE
871.160/2018-COSELLE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA ME

CARLA FERREIRA VIEIRA MARTINS
Gerente

DESPACHO
Relação nº 100/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
870.094/2014-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE NOVO HORIZONTE - PLG N°167/2022 - Prazo 5 anos
871.510/2020-RINALDO MEDEIROS LEITE - PLG N°169/2022 - Prazo 1 anos
871.671/2016-MAX FONSECA OLIVEIRA RABELO - PLG N°168/2022 - Prazo 1 anos

CARLA FERREIRA VIEIRA MARTINS
Gerente

DESPACHO
Relação nº 101/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
870.098/2021-LUCIANA MOURA DE ALMEIDA LEITE LTDA
871.458/2021-MINERACAO ITINGA DA SERRA LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
871.336/2002-ÁGUAS DO PORTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUAS LTDA-OF. N°31364/2022/DIFAM-BA/ANM
870.343/1998-EMPRESA DE ÁGUAS ITAY LTDA-OF. N°31487/2022/DIFAM-BA/ANM
870.307/2010-INDUSTRIA DE BEBIDAS SAO MIGUEL LTDA-OF. N°31484/2022/DIFAM-BA/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
870.803/2014-MINERACAO MACAUBAS LTDA ME-OF. N°25359/2022/DIFAM-BA/ANM
870.803/2014-MINERACAO MACAUBAS LTDA ME-OF. N°27727/2022/DIFAM-BA/ANM
871.346/2013-BASITA MINERACAO LTDA-OF. N°27792/2022/DIFAM-BA/ANM
871.942/2014-GRAN MINAS ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA-OF. N°28750/2022/DIFAM-BA/ANM
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
872.343/2012-COOPERATIVA DOS EXTRATORES E GARIMPEIROS DE QUARTZO E FELDESPATO DA BAHIA - COOFELBA
871.844/2010-SIDNEY DINIZ DE ALMEIDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
872.275/2021-ADIVAL ALVES DOS ANJOS-OF. N°29100/2022/DIFAM-BA/ANM
870.239/2022-MADVEL MATERIAIS DE CONTRUÇÃO E UTILITÁRIOS LTDA ME-OF. N°30668/2022/DIFAM-BA/ANM
870.268/2022-ALOISIO LOURENCO DE CARVALHO NETO 05467858599-OF. N°30301/2022/DIFAM-BA/ANM
870.805/2020-CLELIA SANTOS MIRANDA ARTESANATOS EIRELI-OF. N°30622/2022/DIFAM-BA/ANM
870.616/2022-A.T.B MINERACAO LTDA-OF. N°30672/2022/DIFAM-BA/ANM
871.083/2020-MINERACAO NOVO OESTE FERREIRA & ALVES LTDA-OF. N°30835/2022/DIFAM-BA/ANM
871.420/2020-CERÂMICA PLANALTO LTDA EPP-OF. N°31142/2022/DIFAM-BA/ANM
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
872.333/2021-IMEDIATO ENGENHARIA LTDA
870.353/2022-CONSTRUTORA A GASPAR S/A
870.614/2022-A.T.B MINERACAO LTDA
870.615/2022-A.T.B MINERACAO LTDA
871.978/2017-TR MINERACAO E TRANSPORTES LTDA
870.584/2022-SOMAR EXTRACAO E COMERCIO DE MINERAIS LTDA
872.245/2021-MINERACAO DOIS MIL EIRELI
870.280/2021-RITA PEZZINI GOBBI
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
870.177/2021-ALDONSO FERREIRA DE ANDRADE
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
870.798/2020-ANTONIO FERNANDES FERREIRA FILHO
872.354/2021-OURO BRANCO DA BAHIA EIRELI
870.351/2022-ADRIEL DO NASCIMENTO SILVA
871.091/2020-MANOEL MESSIAS MONTEIRO DE SOUZA
870.973/2020-COOPERATIVA DE QUARTZO DA BAHIA LTDA CQB
871.274/2020-R DE ALMEIDA SILVA
871.423/2020-BASTOS & SILVA LTDA
871.081/2020-CERÂMICA NOVO OESTE LTDA ME
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
870.946/2020-CERÂMICA CIMENTEX LTDA-Registro de Licença N° 54/2022 - Vencimento em 21/08/2023
872.410/2021-MINERACAO ITINGA DA SERRA LTDA-Registro de Licença N° 55/2022 - Vencimento em 30/09/2026
872.343/2021-MINERACAO AZEVEDO LTDA-Registro de Licença N° 56/2022 - Vencimento em 14/06/2026
871.323/2020-TEIXEIRA & LIMA LTDA-Registro de Licença N° 57/2022 - Vencimento em 09/10/2023
870.493/2021-BASTOS & SILVA LTDA-Registro de Licença N° 59/2022 - Vencimento em 20/05/2026
871.493/2020-PEDRA DO SOL BRASIL MINERADORA LTDA.-Registro de Licença N° 61/2022 - Vencimento em 23/11/2025
870.623/2021-ITAPOROROCA BRITAS LTDA ME-Registro de Licença N° 62/2022 - Vencimento em 20/05/2026
870.459/2021-DORVAL ARPINI JUNIOR LTDA-Registro de Licença N° 63/2022 - Vencimento em 25/02/2026
870.600/2022-IBEROBRAS CONSTRUCAO CIVIL E EMPREITADAS LTDA-Registro de Licença N° 65/2022 - Vencimento em 11/04/2026
870.281/2021-RITA PEZZINI GOBBI-Registro de Licença N° 64/2022 - Vencimento em 26/01/2024
870.467/2021-MADVEL MATERIAIS DE CONTRUÇÃO E UTILITÁRIOS LTDA ME-Registro de Licença N° 60/2022 - Vencimento em 22/02/2024
Fase de Requerimento de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1863)
870.399/2020-MORAUTO LOCADORA DE VEICULOS E MAQUINAS EIRELI ME

CARLA FERREIRA VIEIRA MARTINS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
Relação nº 34/2022

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
868.944/1996-AGUAS MINERAIS ROSARIO DO SUL - EIRELI-OF. N°30196/2022/SEOUT-MS/ANM
Determina a interdição da lavra(442)
868.944/1996-AGUAS MINERAIS ROSARIO DO SUL - EIRELI- N° do Termo de Interdição:01/2022-ANM/MS, de 16/05/2022- Lacre N° S/Nº
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
868.156/2014-PORTO DE AREIA ANJO DA GUARDA EIRELI ME- Registro de Licença N° 9/2016 - GERÊNCIA REGIONAL/MS - Vencimento em 08/06/2026

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 35/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
868.070/2014-AFONSO ALVARO FONTES MUSOLINO-OF. N°30285/2022/SEOUT-MS/ANM
868.071/2014-AFONSO ALVARO FONTES MUSOLINO-OF. N°30285/2022/SEOUT-MS/ANM
868.072/2014-AFONSO ALVARO FONTES MUSOLINO-OF. N°30285/2022/SEOUT-MS/ANM
868.073/2014-AFONSO ALVARO FONTES MUSOLINO-OF. N°30285/2022/SEOUT-MS/ANM
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
868.021/2019-3A MINING S.A.-CORUMBÁ/MS - Guia n° 83/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MS-300.000t/ano-MINÉRIO DE FERRO- Vigência da Guia:2 ANOS
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
868.194/2019-MAURICIO CAMPOS DE JESUS- Alvará n°2545/2020 - Cessionario:48079.868099/2022-86-MINERADORA CORRESOLO LTDA- CPF ou CNPJ 46.979.220/0001- 00
868.194/2019-MAURICIO CAMPOS DE JESUS- Alvará n°2545/2020 - Cessionario:48079.868099/2022-86-MINERADORA CORRESOLO LTDA- CPF ou CNPJ 46.979.220/0001- 00
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.286/2021-ANDRE TADEU RODRIGUES DA SILVA-OF. N°868286/2021

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 55/2021

Fase de Concessão de Lavra
Determina arquivamento definitivo do processo(410)
008.128/1960-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 158/2022

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
830.018/1992-CROS MINERACAO LTDA-OF. N°29821/2022/DFMNM-MG/ANM
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
831.735/2015-T. T. C. MINERACAO, CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA- Registro de Licença N° 4610?/2016 - Vencimento em 01/06/2024.
831.735/2016-MN PEDREIRA ALMENARA EIRELI- Registro de Licença N° 5023?/2018 - Vencimento em 16/06/2041.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
831.735/2015-T. T. C. MINERACAO, CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA-OF. N°30443/2022/DFMNM-MG/ANM
831.735/2016-MN PEDREIRA ALMENARA EIRELI-OF. N°29859/2022/DFMNM-MG/ANM
831.718/2017-LEANDRO A VICENTINI GALLI LTDA-OF. N°29632/2022/DFMNM-MG/ANM
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
833.581/2014-Abel Polino Transportes e Extração de Areia EIRELI e Extração de Areia EIRELI- AI N°4452/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc. Adm. 48054.932704/2022-68)
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.163/1989-CAMAGRAN CACHOEIRO MARMORES E GRANITOS LTDA-OF. N°30315/2022/DFMNM-MG/ANM
830.126/2010-MINERACAO RIO SUL LTDA-OF. N°30250/2022/DFMNM-MG/ANM
830.179/2000-MTRANSMINAS MINERACOES LTDA-OF. N°29981/2022/DFMNM-MG/ANM
831.985/2001-N2JC MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°29852/2022/DFMNM-MG/ANM
832.037/2016-BRASMATEC MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°29450/2022/DFMNM-MG/ANM
830.117/2000-CSN CIMENTOS S.A.-OF. N°29449/2022/DFMNM-MG/ANM
830.218/1982-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO-OF. N°29431/2022/DFMNM-MG/ANM
832.663/2009-JKS MINERAÇÂO LTDA-OF. N°29328/2022/DFMNM-MG/ANM
830.220/2005-MINERAÇÃO MATILDES LTDA-OF. N°29070/2022/DFMNM-MG/ANM
830.176/2004-GRANITOS VALE DO JEQUITINHONHA EIRELI-OF. N°29015/2022/DFMNM-MG/ANM
830.207/2006-AREAL SANTA RITA LTDA-OF. N°29013/2022/DFMNM-MG/ANM
830.571/2011-MARCONE APARECIDO SARAIVA PIRES-OF. N°29007/2022/DFMNM-MG/ANM
834.955/2010-MBL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°29005/2022/DFMNM-MG/ANM
830.825/2008-MINERAÇÃO GRANDUVALE LTDA-OF. N°29000/2022/DFMNM-MG/ANM
800.317/1978-MINERACAO LEAL E ROSA LTDA-OF. N°28999/2022/DFMNM-MG/ANM
831.069/1984-LHOIST DORESOPOLIS INDUSTRIA E COMERCIO DE CAL LTDA.-OF. N°29333/2022/DFMNM-MG/ANM
830.228/2002-SERRAMAG MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°28176/2022/DFMNM-MG/ANM
830.205/2004-SERRAMAG MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°28177/2022/DFMNM-MG/ANM

834.850/2008-CATALAO INDUSTRIA E COMERCIO DE AREIA LTDA ME-OF. N°28172/2022/DFMNM-MG/ANM
830.684/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE PRODUCAO MINERAL LTDA-OF. N°28163/2022/DFMNM-MG/ANM
834.819/2007-GAR MINERACAO, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO S.A-OF. N°28152/2022/DFMNM-MG/ANM
830.073/2007-MBS COMERCIO E LOCACAO EIRELI-OF. N°27509/2022/DFMNM-MG/ANM
830.045/1990-MINERAÇÃO PERDIZES LTDA-OF. N°27470/2022/DFMNM-MG/ANM
834.870/2007-COSTA E VITA LTDA ME-OF. N°27449/2022/DFMNM-MG/ANM
830.145/2018-EXPRESSO CARDOSO LTDA-OF. N°26294/2022/DFMNM-MG/ANM
830.086/2017-EXPRESSO CARDOSO LTDA-OF. N°26292/2022/DFMNM-MG/ANM
830.600/2014-PRATINHA TRANSPORTES, COMERCIO E MINERACÃO LTDA-OF. N°26291/2022/DFMNM-MG/ANM
831.462/2000-URIACY MARCUS DE SOUZA-OF. N°26289/2022/DFMNM-MG/ANM
830.685/2014-AREAL PEIXOTO LTDA ME-OF. N°26204/2022/DFMNM-MG/ANM
830.873/2013-MINERACAO PEDRABELLA LTDA-OF. N°26128/2022/DFMNM-MG/ANM
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
830.107/2021-GEDEAO BASTOS DE SOUZA
830.258/2021-PAULO CEZAR SILVA CARDOSO
830.748/2021-GRANTAURO MINERACAO LTDA
830.329/2021-WILLIAM CARDOSO SOUTO
830.467/2021-PAULO RICARDO BRANDEMBURG
830.581/2021-LEAO DE JUDA MINERACAO LTDA
830.841/2021-GRANTAURO MINERACAO LTDA
830.926/2021-ELMO COELHO RODRIGUES
831.617/2021-MUDA 21 ENGENHARIA DE MEIO AMBIENTE EIRELI
831.738/2021-WELTON DOS SANTOS PRATES DIAS
831.862/2021-NEMUEL CARVALHO RIBEIRO EIRELI
832.365/2021-ALBION MINERALS EIRELI
832.361/2021-ALBION MINERALS EIRELI
832.326/2021-ALBION MINERALS EIRELI
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
830.030/2022-PROSPERO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA-OF. N°30381/2022/DFMNM-MG/ANM
830.183/2019-ANTONIO CORDEIRO DE FARIA CPF 36808342687-OF. N°29616/2022/DFMNM-MG/ANM
832.948/2021-CERAMICA RIO BRANCO LTDA-OF. N°26227/2022/DFMNM-MG/ANM
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
830.200/2022-MUNICIPIO DE PERDIZES
830.841/2022-CARLOS OTONE PENA
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
832.920/2021-MINERAÇÃO CARAÍ LTDA-OF. N°26229/2022/DFMNM-MG/ANM
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
830.036/2022-MUNICIPIO DE DIVINO-OF. N°30306/2022/DFMNM-MG/ANM
830.314/2022-MUNICIPIO DE ALTO RIO DOCE-OF. N°29840/2022/DFMNM-MG/ANM
Homologa desistência do requerimento de Registro de Extração(840)
830.407/2022-MUNICIPIO DE CARMO DO PARANAIBA

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 159/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
830.091/2022-ODF GRANITOS EIRELI -Alvará N°3749/2022
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
832.245/2017-EDMAR ALMEIDA DE OLIVEIRA-OF. N°30749/2022/DIFIP-MG/ANM
833.283/2014-NATASHA GONÇALVES MAIA VILELA-OF. N°30745/2022/DIFIP-MG/ANM
830.387/2018-FSTW MINERADORA LTDA-OF. N°30425/2022/DIFIP-MG/ANM
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
831.642/2013-C 3 MINERAÇÃO LTDA- Área de 878,74 ha para 642,95? ha-GRANITO (uso: Rocha de Revestimento).-MUTUM/MG
832.239/2016-COSTA E VITA LTDA ME- Área de 255,67 ha para 49,97 ha.-AREIA e CASCALHO, (AGREGADO para uso na construção civil).-LASSANCE/MG
831.753/2015-MINERACAO CASCAVEL EIRELI- Área de 841,71 ha para 456,38 ha-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-FRANCISCO DUMONT/MG
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
830.994/2017-LEONARDO SIQUEIRA HUDSON-ARGILA (uso: Industrial).-BOM DESPACHO/MG
831.761/2016-MICAPEL-MINERACAO CAPAO DAS PEDRAS LTDA-MINÉRIO DE OURO/PRATA (uso: Industrial).-CONCEIÇÃO DO PARÁ/ ONÇA DO PITANGUI/ PITANGUI/MG
832.684/2016-ALFIE MINERIOS LTDA-FELDSPATO (uso: Industrial).-MERCÊS/MG
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(253)
832.828/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME-OF. N°30585/2022/DIFIP-MG/ANM
832.827/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME-OF. N°30582/2022/DIFIP-MG/ANM
832.825/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME-OF. N°30580/2022/DIFIP-MG/ANM
832.826/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME-OF. N°30577/2022/DIFIP-MG/ANM
832.833/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME-OF. N°30575/2022/DIFIP-MG/ANM
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
832.828/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME
832.827/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME
832.825/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME
832.826/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME
832.833/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.183/2014-R3M MINERAÇÃO LTDA-OF. N°30434/2022/DIFIP-MG/ANM
833.228/2013-MINA RICA MINERACAO SPE LTDA-OF. N°30423/2022/DIFIP-MG/ANM
830.211/2020-"SELOMITRAL SERVICOS DE LOCACOES-OF. N°30414/2022/DIFIP-MG/ANM
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
830.161/2000-BRITAC LTDA-OF. N°25917/2022/DFMNM-MG/ANM
003.963/1950-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-OF. N°30752/2022/DIFIP-MG/ANM
003.962/1950-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-OF. N°30625/2022/DIFIP-MG/ANM
008.542/1966-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-OF. N°30619/2022/DIFIP-MG/ANM
824.673/1971-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-OF. N°30598/2022/DIFIP-MG/ANM
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
830.161/2000-BRITAC LTDA- AI N° 4221 /2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc. Adm. 48054.932441/2022-97)
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
001.803/1958-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-AREIA.
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
830.959/2014-R & I LOCACOES DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-BARÃO DE MONTE ALTO/MG, PATROCÍNIO DO MURIAÉ/MG - Guia n° 145/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-GRANITO- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
830.708/2016-ANDERSON ANTONIO DAVI 84736216620-OF. N°26791/2022/DFMNM-MG/ANM
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
832.866/2010-Abel Polino Transportes e Extração de Areia EIRELI- AI N°4434 e 4435 /2022/GER-MG/DFMNM-MG. -(Proc. Adm.48054.932689/2022-58 e 48054.932690/2022-82)
831.572/2005-CERÂMICA DUAS IRMÃS,- AI N°1023 e 1024/2022/DFMNM-MG/ANM. - (Proc. Adm. 48054.930807/2022-93 e 48054.930808/2022-38)
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.303/2016-MARCIO BATISTA DE ANDRADE-OF. N°26126/2022/DFMNM-MG/ANM
837.150/1994-GRANSENA EXPORTACAO E COMERCIO LTDA-OF. N°25892/2022/DFMNM-MG/ANM
832.349/2015-ERCAL SOLUCOES LTDA-OF. N°25891/2022/DFMNM-MG/ANM
832.506/2005-MINERACAO PICO DE SERRA LTDA-OF. N°25890/2022/DFMNM-MG/ANM
832.104/2004-HEMATITA MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°25885/2022/DFMNM-MG/ANM
833.033/1989-SF MINERACAO LTDA-OF. N°25840/2022/DFMNM-MG/ANM
830.232/1980-BRAMINEX MINERACAO DE CALCARIO SA-OF. N°25838/2022/DFMNM-MG/ANM
801.203/1976-INDÚSTRIAS BRASILEIRAS DE ARTIGOS REFRATÁRIOS LTDA.-OF. N°25800/2022/DFMNM-MG/ANM
806.172/1975-SERMIL - SERVIÇOS DE MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°25037/2022/DFMNM-MG/ANM
830.700/2010-VM5 EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINERAIS LTDA. ME-OF. N°26813/2022/DFMNM-MG/ANM
832.176/2014-PEDREIRA ERVALIA LTDA-OF. N°8683/2022/DFMNM-MG/ANM
830.734/2008-AREAL GOLCONDA LTDA.-OF. N°30310/2022/UAGV-MG/ANM
830.051/1981-BAUMINAS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°30683/2022/DFMNM-MG/ANM
Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)
832.869/1992- MINERAÇÃO ENGENHO LTDA
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
837.062/1993-MINAS GEMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°25888/2022/DFMNM-MG/ANM-60 dias
834.699/2010-MINERAÇÃO RIO GRANDE LTDA-OF. N°25887/2022/DFMNM-MG/ANM-30 dias
831.917/1999-AMET-MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ME-OF. N°30470/2022/DIFIP-MG/ANM-60 dias
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)
831.715/2000-MINERACAO VALE DO RIO SANTANA LTDA-OF. N°2648/13-DGTM, publicado no DOU em 04/12/2013
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
832.691/2021-ISNALDO RODRIGUES
832.487/2021-JOSE SOIER NETO
832.456/2021-MOZART NUNES COELHO NETO
831.741/2021-ALBION MINERALS EIRELI
832.325/2021-ALBION MINERALS EIRELI
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
832.976/2021-SERDON PARTICIPACOES E TRANSPORTES LTDA
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
830.188/2022-MUNICÍPIO DE CAMPESTRE-OF. N°26844/2022/DFMNM-MG/ANM
830.161/2022-MUNICIPIO DE BOM JESUS DA PENHA-OF. N°26843/2022/DFMNM-MG/ANM

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 160/2022

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito Auto de Infração(608)
001.335/1940-Intercement Brasil S A- AI N°4413 e 4414/2022/DFMNM-MG/ANM - (Proc. Adm. 48054.932663/2022-18 e 48054.932664/2022-54)
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
832.635/2014-HELCIO DE OLIVEIRA QUINTAO- Registro de Licença N° 3731/2022-ONDE SE LÊ -HELCIO DE OLIVEIRA QUINTAO, inscrito no CPF sob o nº 108.662.806-34, - LEIA-SE: HÉLCIO DE OLIVEIRA QUINTÃO ME, inscrita no CNPJ sob o nº 33.752.728/0001-29.

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 161/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
830.347/2014-MACARANI MINERACAO S A -Alvará N°3739/2022
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.150/2015-PETRAMINAS MARMORE LTDA-OF. N°30102/2022/UAPC-MG/ANM
834.872/2010-BRAMATEX GRANITOS LTDA.-OF. N°28194 e 28344/2022/UAGV-MG/ANM
834.873/2010-BRAMATEX GRANITOS LTDA.-OF. N°30151/2022/UAGV-MG/ANM
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
896.243/2003-MEC MINERAÇÃO EMERICK CESAR LTDA-OF. N°26445/2022/DFMNM-MG/ANM
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
830.133/2015-FABIANO ALMEIDA DE SOUZA
832.036/2004-LUCIANE PIRES FELIX
830.007/2017-RICARDO BRANGIONI VIEIRA
830.641/2013-SANDRA APARECIDA CAMPOS FI
830.097/2013-MINERADORA VMS & RR LTDA
830.511/2016-MINERACAO CORCOVADO DE MINAS LTDA
830.484/2016-AREAL DESCOBERTO LTDA.
830.135/2016-VANICE A DE ASSIS COSTA - EIRELI
Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1730)

832.359/2009-RODRIGO MONTEIRO SILVA BASTOS ME-OF. N°29822/2022/UAGV-MG/ANM
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
830.946/1991-AREIAL NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-OF. N°26687/2022/DFMNM-MG/ANM
831.385/2019-ANA ISABEL RAMOS DE CARVALHO-OF. N°26577/2022/DFMNM-MG/ANM
830.364/2021-MINERACAO BARBOSA OLIVEIRA LTDA-OF. N°26719/2022/DFMNM-MG/ANM
831.452/2019-N A CONSTRUCOES LTDA-OF. N°26574/2022/DFMNM-MG/ANM
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
830.946/1991-AREIAL NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-OF. N°26688/2022/DFMNM-MG/ANM
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
830.946/1991-AREIAL NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-OF. N°26689/2022/DFMNM-MG/ANM
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
830.946/1991-Areial Nossa Senhora Aparecida Eireli Me- AI N°4327/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc. Adm. 48054.932566/2022-17)
831.385/2019-ANA ISABEL RAMOS DE CARVALHO ME- AI N°4316 e 4317 /2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc. Adm.-48054.932555/2022-37 e 48054.932557/2022-26)
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.715/1999-MINERACAO SANTA IZABEL LTDA-OF. N°26749/2022/DFMNM-MG/ANM
831.889/1999-MINERACAO LIMEIRA,COMERCIO, EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA-OF. N°26753/2022/DFMNM-MG/ANM
831.091/2013-VALE S.A.-OF. N°26756/2022/DFMNM-MG/ANM
834.805/2011-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°26470/2022/DFMNM-MG/ANM
833.264/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°25732/2022/DFMNM-MG/ANM
832.766/2021-R C CARVALHO - MINERACAO POR DO SOL EIRELI-OF. N°26443/2022/DFMNM-MG/ANM
832.766/2021-R C CARVALHO - MINERACAO POR DO SOL EIRELI-OF. N°26443/2022/DFMNM-MG/ANM
830.415/2018-MINERAÇÃO DULCE VALADARES LTDA-OF. N°26307/2022/DFMNM-MG/ANM
834.711/2011-IRMÃOS MOTA MINERAÇÃO LTDA - ME-OF. N°30475/2022/UAPC-MG/ANM
830.746/2008-MINERADORA SUCURI LTDA-OF. N°30131/2022/UAPC-MG/ANM
830.223/2010-ALVASIL ALYSSON VALLADARES DA SILVA LTDA ME-OF. N°30616/2022/DFMNM-MG/ANM
830.043/2007-HORIZONTES LTDA.-OF. N°30631/2022/DFMNM-MG/ANM
830.028/2010-AGUIA MINERACAO E COMERCIO LTDA-OF. N°30649/2022/DFMNM-MG/ANM
815.720/1973-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°30681/2022/DFMNM-MG/ANM -
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
830.746/2008-MINERADORA SUCURI LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
832.224/2021-JOSUE NAVES DE PADUA-OF. N°26586/2022/DFMNM-MG/ANM
830.846/2022-TELHAS SALINAS PRODUTOS CERAMICOS LTDA-OF. N°30609/2022/DFMNM-MG/ANM
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
831.549/2017-CERAMICA PASSARO VERDE LTDA
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
832.913/2021-LAZARO VAZ-OF. N°26230/2022/DFMNM-MG/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
832.057/2021-RAFAEL TIMBO MOURAO
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
831.519/2010-TERRATIVA MINERAIS S/A
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
830.569/2022-MUNICIPIO DE ESTRELA DALVA-OF. N°26573/2022/DFMNM-MG/ANM
830.458/2022-MUNICIPIO DE SANTA JULIANA-OF. N°26572/2022/DFMNM-MG/ANM

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 163/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
830.534/2022-ELIAS SIQUEIRA BAGNI-Registro de Licença N° 89/2022 - Vencimento em validade por tempo indeterminado.
830.610/2022-SANTA JULIANA BIOENERGIA LTDA.-Registro de Licença N° 90/2022 - Vencimento em validade por tempo indeterminado.

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 164/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
830.073/2020-IND E COM DE CERAMICA JOAO DE BARRO LTDA-Registro de Licença N° 91/2022 - Vencimento em 12/11/2035

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 165/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

830.994/2022-WILSON JOSE DE OLIVEIRA - 18325858672-Registro de Licença N° 92/2022 - Vencimento em 20/04/2027

831.684/2021-HIPOLITO CAETANO DA SILVA JUNIOR-Registro de Licença N° 93/2022 - Vencimento em 07/07/2031

830.440/2020-MINERAÇAO CAMPO ALEGRE EIRELI-Registro de Licença N° 87/2022 - Vencimento em Por tempo indeterminado

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO

Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE PARAÍBA

DESPACHO
Relação nº 49/2022

Não conhece o recurso interposto(1837)
846.212/2003 - Interposto por Pedreiras do Brasil S A
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
846.118/2011-EDILSON AZEVEDO GAMBARRA DA NOBREGA

ARNALDO BEZERRA LOPES DE ALMEIDA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Relação nº 13/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
886.207/2010-PORTO DE AREIA RIO MACHADO LTDA ME-OF. N°26922/2022/SEREM-RO
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
886.131/2021-LEONARDO LOPES SOUZA ME-OF. N°4272962/2022
886.133/2021-LEONARDO LOPES SOUZA ME-OF. N°4273914/2022
886.132/2021-LEONARDO LOPES SOUZA ME-OF. N°4273362/2022
886.134/2021-MINERACAO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S.A.-OF. N°4274222/2022
886.136/2021-MINERACAO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S.A.-OF. N°4269962/2022
886.324/2021-ALEXANDRE FRANCISCO PETOLCHCKNY-OF. N°4256103/2022
886.348/2021-LEONARDO LOPES SOUZA ME-OF. N°4270017/2022
886.126/2021-JÚLIO EMERSON AMORIM CHAGA-OF. N°4249041/2022
886.112/2022-M. S. M. INDUSTRIAL LTDA-OF. N°4402568/2022

JOAQUIM RIBEIRO NETO
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SERGIPE

DESPACHO
Relação nº 18/2022

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
878.028/2005-INDUSTRIA ALIMENTICIA NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA-OF. N°31695/2022/SEOUFI-SE/ANM
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
878.011/2020-ALMEIDA & GERALCINO SERVICOS EM GERAL LTDA-Cessionário:Comércio de Areia União Ltda- CNPJ 13.868.884/0001-42- Registro de Licença N° 22/2021- Vencimento da Licença: 05.05.2030
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
878.019/2022-EVANDA VIEIRA GOIS
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
878.112/2021-MARCOS DE JESUS SANTOS-Registro de Licença N° 17/2022 - Vencimento em 30.07.2024

GEORGE EUSTAQUIO SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHO
Relação nº 54/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
800.330/2021-GRANISTONE AMAZON MINERACAO LTDA-MILHÃ/CE - Guia n° 5/2022-4.000TONELADAS-QUARTZO- Vigência da Guia:03 ANOS
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
800.231/2018-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA. -Alvará N°3.300/2019
800.428/2018-N GREEN MINERAIS LTDA -Alvará N°7334/2019
800.240/2020-JAIME LUIZ DE OLIVEIRA E VIEIRA -Alvará N°476/2021
800.241/2020-JAIME LUIZ DE OLIVEIRA E VIEIRA -Alvará N°477/2021
Indefere pedido de reconsideração(263)
800.354/2013-MARCOS OLIVEIRA GARCIA
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
800.469/2014-LEPANTO MINERAÇÃO LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
800.268/2019-GRB GRAFITE DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.- Cessionário:VTF MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 33.075.465/0001-60- Alvará n°3270/2020
800.473/2006-TECNOCER INDUSTRIA E COMERCIO DE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA- Cessionário:INCENOR INDÚSTRIA CERÂMICA DO NORDESTE LTDA- CPF ou CNPJ 04.496.698/0001-39- Alvará n°8405/2007
Não conhece requerimento protocolizado(270)
800.101/2021-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA
800.107/2021-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA
800.176/2021-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA
800.167/2021-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA
800.164/2021-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA
800.141/2021-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA
800.140/2021-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA
800.135/2021-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA
800.108/2021-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA
800.175/2020-DANIEL RODRIGUES BRANDÃO
800.214/2020-FOXFIRE METALS INTERMEDIACAO COMERCIAL LTDA
800.212/2020-FOXFIRE METALS INTERMEDIACAO COMERCIAL LTDA
800.213/2020-FOXFIRE METALS INTERMEDIACAO COMERCIAL LTDA
800.136/2020-FOXFIRE METALS INTERMEDIACAO COMERCIAL LTDA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.224/2017-MPP INDÚSTRIA E MINERAÇÃO EIRELI ME
800.366/2013-LIMESTONE MARMORES DO BRASIL LTDA
800.171/2013-GEOBRASIL MINERAÇÃO LTDA ME
800.094/2001-JOSÉ WILSON ALVES CHAVES
800.065/2001-INDAIÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA
800.443/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
800.678/2016-DJ GRANITOS EIRELI- Área de 598 ha para 465,07 ha-Granito-Coreaú/CE
800.676/2016-DJ GRANITOS EIRELI- Área de 999,18 ha para 492,39 ha-Mármore-Santa Quitéria/CE
800.030/2017-IMARF INDUSTRIA DE GRANITOS DO CEARA LTDA- Área de 824,51 ha para 118,82 ha-Quartzito-Aratuba/CE

800.279/2017-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA- Área de 871,86 ha para 175,02 ha-Calcário Dolomítico, Calcário Silicoso-Forquilha/CE
800.258/2017-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA- Área de 410,77 ha para 195,34 ha-Mármore-Tauá/CE
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
800.697/2014-LEPANTO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°4960/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
800.713/2013-MINERACAO MARTINS LTDA- Alvará n° 12530/2013 - Cessionário: BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA- CNPJ 31.493.008/0001-60
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
800.206/2019-OSCAR RODRIGUES JUNIOR
800.708/2021-EDISLAN PANZERI DA SILVA
800.198/2019-FRANCISCA MEDEIROS GURGEL
800.029/2020-CID OSCAR AUGUSTO JUNIOR
800.094/2020-TATAGIBA REPRESENTAÇÕES LTDA. ME
800.102/2020-FRANCISCO SAVIO CAMPOS JUNIOR
800.513/2021-DIOMAGRAN MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME
800.149/2019-AGROPAULO AGROINDUSTRIAL S.A
800.409/2018-CARVALHO LOCAÇÕES E SERVICOS LTDA
800.099/2021-RP MINERAÇÃO LTDA
800.096/2021-MDN MINERAÇÃO DO NORDESTE LTDA
800.094/2021-EDGAR BELCHIOR XIMENES NETO
800.362/2021-WAR CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA
800.310/2021-AZIMUTE MINERACAO E CONSTRUCAO LTDA
800.152/2021-RP MINERAÇÃO LTDA
800.142/2021-RP MINERAÇÃO LTDA
800.329/2020-CALMAP INDÚSTRIA DE CALCÁRIO LTDA
800.162/2020-MG3 GRANITOS LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
800.206/2021-AZIMUTE MINERACAO E CONSTRUCAO LTDA
800.023/2021-AG SERVICOS, TRANSPORTES E CONSTRUCOES LTDA
800.236/2020-CONSTRUTORA ABROLHOS LTDA
800.260/2019-DEL MARE MINERACAO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.037/2022-METANEIDE LTDA-OF. N°27627/2022
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
800.029/2018-SAN MARCOS REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA

VANESSA MARIA MAMEDE CAVALCANTI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 268/2022

Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
857.203/1995-FRANCISCO DO NASCIMENTO MOURA- Cessionário:EDINEIA BRANDT- CNPJ 419.152.912-91- PLG n°144/2010
857.222/1995-FRANCISCO DO NASCIMENTO MOURA- Cessionário:PAULO HENRIQUE DE BRITO RIBEIRO- CNPJ 971.952.351-49- PLG n°163/2010
857.228/1995-FRANCISCO DO NASCIMENTO MOURA- Cessionário:COOPERATIVA GARIMPEIRA SOBERANA DO TAPAJOS- CNPJ 39.836.313/0001-10- PLG n°169/2010
857.229/1995-FRANCISCO DO NASCIMENTO MOURA- Cessionário:COOPERATIVA GARIMPEIRA SOBERANA DO TAPAJOS- CNPJ 39.836.313/0001-10- PLG n°170/2010
857.230/1995-FRANCISCO DO NASCIMENTO MOURA- Cessionário:COOPERATIVA GARIMPEIRA SOBERANA DO TAPAJOS- CNPJ 39.836.313/0001-10- PLG n°171/2010
Despacho publicado(1971)
857.203/1995-FRANCISCO DO NASCIMENTO MOURA-Determino tornar sem efeito o ato de publicação de Cessão Total de Direitos 30/03/2022
857.222/1995-FRANCISCO DO NASCIMENTO MOURA-Determino tornar sem efeito o ato de publicação de Cessão Total de Direitos 30/03/2022
857.228/1995-FRANCISCO DO NASCIMENTO MOURA-Determino tornar sem efeito o ato de publicação de Cessão Total de Direitos 30/03/2022
857.229/1995-FRANCISCO DO NASCIMENTO MOURA-Determino tornar sem efeito o ato de publicação de Cessão Total de Direitos 30/03/2022
857.230/1995-FRANCISCO DO NASCIMENTO MOURA-Determino tornar sem efeito o ato de publicação de Cessão Total de Direitos 30/03/2022

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 279/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
850.759/2018-DOMENICK HALLIDAY CORREA GARCIA E SILVA-OF. N°29769/2022/DIFAM-PA/ANM

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 281/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
850.070/2021-COOPERATIVA MISTA DE MINERADORES, AGRICULTORES E COMERCIANTES DO PARA
850.613/2020-FRANCINETE MOREIRA LIMA
850.251/2021-DANIEL FERNANDES MARTINS
850.149/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - COOGAVEPE
850.808/2015-ABELARDO DA SILVA MACIEL
850.809/2015-ABELARDO DA SILVA MACIEL
850.810/2015-ABELARDO DA SILVA MACIEL
850.811/2015-ABELARDO DA SILVA MACIEL
851.273/2017-PAULO SERGIO CARVALHO
850.069/2018-GLEIDSON LIMA BEZERRA
850.340/2021-COOPERATIVA DE MINERACAO DE GARIMPEIROS DE CARAJAS - COOMIGAC
850.595/2021-CCOOPE DE PEQ. MINERADORES DE OURO E P.PRECIOSAS DE N.BANDEIRANTES E OUTROS MUNI
851.443/2020-MARIA DA GLORIA FERRAZ PEREIRA
850.072/2021-COOPERATIVA MISTA DE MINERADORES, AGRICULTORES E COMERCIANTES DO PARA
Homologa desistência do requerimento de PLG(613)
850.475/2020-PEDRO PAULO DE ALMEIDA GOMES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
850.013/2020-LUIZ CELSO RODRIGUES BARBOSA-OF. N°30605/2022/DIOUT-PA/ANM
851.054/2021-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS BRASILEIROS - COOPBRASIL-OF. N°30664/2022/DIOUT-PA/ANM
850.659/2019-LUKAS YAGO MORAES E SILVA-OF. N°31244/2022/DIOUT-PA/ANM
850.003/2022-JOSE CARLOS DE FARIAS-OF. N°31194/2022/DIOUT-PA/ANM
850.178/2022-JESULINO RODRIGUES DA ROCHA-OF. N°31147/2022/DIOUT-PA/ANM
Indefere por Interferencia Total(1339)
850.073/2022-WILLYAM PEREIRA SALES
850.072/2022-WILLYAM PEREIRA SALES
850.058/2022-ANDRE RAMALHO MAGGI
850.059/2022-ANDRE RAMALHO MAGGI
850.079/2022-JONAS SCHAEFFER MAGGI
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
850.042/2022-JOSE NATAL RIBEIRO NOLETO
850.043/2022-JOSE NATAL RIBEIRO NOLETO
850.094/2022-CATILENE OLIVEIRA RUAS MICELI

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 282/2022

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
851.159/2012-CUNHA TERRAPLENAGEM E SERVICOS LTDA-OF. N°30763/2022/DIOUT-PA/ANM
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
850.304/2012-GEOTERRA SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença N° 23/2013 - Vencimento em 31/10/2023
851.410/2013-GEOTERRA SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença N° 11/2015 - Vencimento em 14/10/2030
850.062/2017-GEOLOGIA CANAÃ EXTRATIVISMO MINERAL EIRELI- Registro de Licença N° 10/2017 - Vencimento em 30/11/2030
851.269/2017-ETEC EMPRESA TECNICA DE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA-Registro de Licença N° 33/2019 - Vencimento em 28/09/2023
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
850.253/2015-J C DA SILVA & CIA LTDA ME.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
851.518/2021-EVANDRO DO CARMO CARVALHO DE AZEVEDO-OF. N°30366/2022/DIOUT-PA/ANM
851.392/2020-EDILUCIA CARVALHO BEZERRA-OF. N°30588/2022/DIOUT-PA/ANM
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
850.319/2022-SAO JORGE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS CERAMICOS EIRELI
850.409/2022-ANDERSON JOSÉ BILL
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
851.008/2020-CFA CONSTRUCOES TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 283/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
851.750/2021-RESECOM CONSTRUTORA LTDA-Registro de Licença N° 36/2022 - Vencimento em 02/12/2023
850.049/2022-CERAMICA INACER EIRELI-Registro de Licença N° 34/2022 - Vencimento em 02/12/2023
850.055/2022-ANTONIO MARCOS RUFINO TEXEIRA-Registro de Licença N° 35/2022 - Vencimento em Prazo Indeterminado
850.112/2021-RONALDO RIVA-Registro de Licença N° 37/2022 - Vencimento em 08/01/2023

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 284/2022

Fase de Licenciamento
Torna sem efeito exigência(766)
850.730/2013-ANTONIO DA SILVA LISBOA-OF. N°2064 e 2065/2020/DIFAM-PA/GER-PA-DOU de 18/12/2020
851.866/2013-JAIME BAPTISTA-OF. N°1983 e 1984/2020/DIFAM-PA/GER-PA-DOU de 18/12/2020
850.253/2015-J C DA SILVA & CIA LTDA ME.-OF. N°1682, 1683, 1684, 1685, 1686, 21315/2021/DIFAM-PA/ANM-DOU de 16/09/2021

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
Relação nº 76/2022

Fase de Concessão de Lavra
Autoriza o aditamento de substância mineral(2914)
000.532/1953-MINERAÇÃO JOSE MARCELINO DE OLIVEIRA & CIA LTDA-TÂNTALO e NIÓBIO-Portaria de Lavra N°69066020, DOU de 05/01/1970
Fase de Direito de Requerer a Lavra
declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
848.076/2002-JAIRO BEZERRA DE LIMA
848.083/2006-MONT GRANITOS S A
848.005/2007-QUIMICA INDUSTRIAL ITAMIL LTDA
848.127/2011-MINERAÇÃO NORUEGA II LTDA ME
848.292/2012-LIMESTONE MARMORES DO BRASIL LTDA
848.283/1999-H & R EXPORTACAO E IMPORTACAO DE MINERIOS LTDA
848.035/2004-PAULO JOSÉ DE CARVALHO POLI
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
848.268/2017-CALVALE - CALCINACAO VALE DO SOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
848.207/2007-FRANCISCO GUEDES JUNIOR-OF. N°31425/2022/NUOUT-RN/ANM
848.325/2012-CERAMICA TAVARES LTDA-OF. N°32033/2022/NUOUT-RN/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.091/2012-SERVENG CIVILSAN S A EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-OF. N°31612/2022/NUOUT-RN/ANM

848.093/2012-SERVENG CIVILSAN S A EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-OF. N°31613/2022/NUOUT-RN/ANM
848.097/2012-SERVENG CIVILSAN S A EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-OF. N°31615/2022/NUOUT-RN/ANM
848.098/2012-SERVENG CIVILSAN S A EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-OF. N°31616/2022/NUOUT-RN/ANM
848.102/2012-SERVENG CIVILSAN S A EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-OF. N°31618/2022/NUOUT-RN/ANM
848.099/2012-SERVENG CIVILSAN S A EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-OF. N°31674/2022/NUOUT-RN/ANM
848.094/2012-SERVENG CIVILSAN S A EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-OF. N°31673/2022/NUOUT-RN/ANM
848.735/2010-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°31970/2022/NUOUT-RN/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
848.052/2011-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°31764/2022/NUOUT-RN/ANM-60 dias
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
848.265/2021-CABUGI BRITAGEM E LOCACOES EIRELI-OF. N°30940/2022/NUOUT-RN/ANM
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
848.128/2020-JOSE VIRGULINO DA SILVA FILHO
Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
848.103/2022-ALEXANDRE ESTRELA

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO TOCANTINS

DESPACHO
Relação nº 51/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
864.043/2015-RIO GRANITO LTDA-PALMEIRÓPOLIS/TO - Guia n° 06/2022-20.000, 20.000 e 10.000Toneladas-Calcário Calcítico, Calcário Dolomítico e Mármore-Vigência da Guia:03 (três)
864.086/2019-RIO GRANITO LTDA-PARANÃ/TO - Guia n° 05/2022-10.000Toneladas-Mármore- Vigência da Guia:03 (três)
864.608/2021-VIVA MINERACAO E REPRESENTACOES LTDA-SANDOLÂNDIA/TO - Guia n° 04/2022-300.000; 6.000 e 50.000Toneladas-Minério de Ferro, Minério de Manganês e Minério de Ouro- Vigência da Guia:03 (três)
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
864.180/2014-CELMO GERALDO AMORIM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
864.431/2021-MIGUEL ANGELO MUZETTI-Registro de Licença N° 24/2022 - Vencimento em 23/11/2022

FABIO LUCIO MARTINS JUNIOR
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS
DIVISÃO NACIONAL DE GESTÃO DAS RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 409/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Alexandre Borges Bernardes - 830542/19
Brasil Exportação de Marmores e Granitos Ltda - 832379/18
c. Carvalho Araujo Licencia Engenharia Eireli - 831678/20
Ceramica Luiza Ltda - 831254/20
Cidef do Brasil Ltda - 832845/14
Ciro Gomes Neto - 830526/19
Comercio de Areia e Transportes Andrade Dias Ltda - 832446/14
Daniel Seabra de Souza Eireli - 830020/21, 830022/21, 830052/21
Edvaldo de Almeida - 831699/20, 831701/20, 831702/20, 830340/21
Felipe de Souza Mota - 832189/15
Gilmar Dos Santos e Silva - 832428/16, 832429/16, 832430/16, 832431/16
Iram Carlos Junior - 831319/18
jn Distribuidora de Agua Ltda - 832286/18
Jose Roberto Segura - 831630/20
Ketel Ling Minerais do Brasil Ltda - 830030/21
Leandro Meier - 831609/20
Luciano Ferreira Marra - 831437/18
Macarani Mineracao s a - 830381/14
Marcos Antônio Jacom - 831775/20
Marilene Franca Goncalves - 831703/20
Marlon Vinicius Fernandes Ribeiro - 830302/19
Matheus Henrique Godoi Amparado - 830670/19
Mineração Costa Franco Comércio Exportação e Importação LTDA. - 833100/14
Minerbras Minerações Brasileiras Ltda me - 831814/12
Nsps Mineração Ltda - 830381/19
Paulo Vitor Ferreira da Silva - 831666/20
Renata Medina da Silva - 831727/20, 831729/20
Sara Fernandes Francisco - 830118/21
Vistoriaço Vistoria Vale do Aço Eireli - 832052/12
wf Transportes e Serviços - 830354/19

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Chefe de Divisão

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 1 (MG)

DESPACHO
Relação nº 412/2022

Advertência para pagamento de Taxa Anual por Hectare/Cumprimento de Decisão Judicial/Prazo para pagamento: 30 (trinta) dias (222):Brasroma Mineração Comércio e Indústria Ltda: 830178/1995-Auto de Advertência 1/2022; 833749/1996-Auto de Advertência 2/2022; 830685/1996-Auto de Advertência 3/2022; 833748/1996-Auto de Advertência 6/2022; 830155/1995-Autos de Advertência 007/2000 e 008/2022; 830308/1995-Autos de Advertência 11/2022 e 12/2022; 830154/1995-Autos de Advertência 13/2022 e 14/2022; 830520/1997-Auto de Advertência 16/2022; 830303/1995-Autos de Advertência 19/2022 e 20/2022; 832629/1995-Autos de Advertência 23/2022 e 24/2022; 830152/1995-Auto de Advertência 30/2022; 832559/1996-Autos de Advertência 31/2022 e 32/2022; 832200/1995-Autos de Advertência 33/2022 e 34/2022; 832626/1995-Autos de Advertência 35/2022 e 36/2022; 837851/1994-Autos de Advertência 37/2022 e 38/2022; 831753/1995-Autos de Advertência 39/2022 e 40/2022; 830687/1995-Auto de Advertência 41/2022; 830316/1995-Autos de Advertência 42/2022 e 43/2022; 837900/1994-Autos de Advertência 44/2022 e 45/2022; 833647/1995-Autos de Advertência 46/2022 e 47/2022; 832637/1995-Autos de Advertência 48/2022 e 49/2022; 832615/1995-Autos de Advertência 50/2022 e 51/2022; 837853/1994-Autos de Advertência 52/2022 e 53/2022; 830686/1995-Autos de Advertência 54/2022 e 55/2022; 833372/1996-Autos de Advertência 58/2022 e 59/2022; 830559/1996-Autos de Advertência 60/2022 e 61/2022; 830251/1996-Autos de Advertência 62/2022 e 63/2022; 833450/1996-Autos de Advertência 64/2022 e 65/2022; 833451/1996-Autos de Advertência 66/2022 e 67/2022; 830159/1995-Autos de Advertência 68/2022 e 69/2022; 838068/1994-Autos de Advertência 71/2022 e 72/2022; 833648/1995-Autos de Advertência 73/2022 e 74/2022; 830684/1996-Auto de Advertência 77/2022.

BRAZMINCO LTDA: 831260/1997-Autos de Advertência 21/2022 e 22/2022; 834905/1995-Auto de Advertência 57/2022; 835357/1995-Auto de Advertência 70/2022; 832158/2002-Autos de Advertência 75/2022 e 76/2022.

Úrsula Paula Deroma: 834749/1995-Autos de Advertência 4/2022 e 5/2022; 834352/1995-Auto de Advertência 15/2022; 834759/1995-Autos de Advertência 28/2022 e 29/2022; 834621/1994-Auto de Advertência 56/2022.

Antônio Edson Deroma Júnior: 835371/1995-Autos de Advertência 9/2022 e 10/2022; 835123/1995-Autos de Advertência 17/2022 e 18/2022; 835632/1995-Autos de Advertência 25/2022 e 26/2022; 834911/1995-Auto de Advertência 27/2022; 835109/1995-Autos de Advertência 78/2022 e 79/2022; 835633/1995-Autos de Advertência 80/2022 e 81/2022.

SUZANE SANTOS VILELA
Chefe de Serviço

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 4 (BA, SE, AL)

DESPACHO
Relação nº 410/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62) Geraldo Soares Barreto Filho - 878085/16 - Not.1/2022 - R$ 477,51 Mauro Ribeiro - 878035/16 - Not.2/2020 - R$ 178,34 Vulcano Export Mineracao Exportacao e Importacao - 878115/15 - Not.1/2020 - R$ 3.700,91

JOSÉ ROMILDO FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 413/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
e m Neves Distribuidora Eireli - 871463/18
Everaldo Bispo Dos Santos - 871130/18
Fabricio de Paula Fricks - 870609/18
jl da Silva Construções e Locações me - 871375/18
Lazaro Pereira de Sousa - 871865/18
Marcio Jose Alves de Oliveira Filho - Mineracao - 870191/19, 870192/19
Mhg Sondagens de Granitos Ltda me - 870375/18
Mineração Emil Ltda me - 870070/18
Mineração Gran Premium Ltda - 870460/18, 870461/18, 870705/18
Paulo Cesar Nogueira Dos Santos - 871856/18
Robson Antonio Guimaraes - 871578/18, 871699/18
Rogerio Andrade Dos Santos - 871117/18
Sérgio Lamounier - 870855/91
Wallasse Guedes Correia - 871584/14

JOSÉ ROMILDO FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR
Chefe de Serviço

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS

DESPACHO
Relação nº 17/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
866.640/2019-MINERACAO DORICA LTDA-OF. N°30742/2022/DIGTM/ANM
866.641/2019-MINERACAO DORICA LTDA-OF. N°30742/2022/DIGTM/ANM
866.642/2019-MINERACAO DORICA LTDA-OF. N°30742/2022/DIGTM/ANM
866.644/2019-MINERACAO DORICA LTDA-OF. N°30742/2022/DIGTM/ANM
868.101/2020-MINERACOES DO BRASIL LTDA-OF. N°31177/2022/DIGTM/ANM
868.174/2020-MINERACOES DO BRASIL LTDA-OF. N°31177/2022/DIGTM/ANM
868.233/2021-MINERACOES DO BRASIL LTDA-OF. N°31177/2022/DIGTM/ANM
868.234/2021-MINERACOES DO BRASIL LTDA-OF. N°31177/2022/DIGTM/ANM
868.234/2021-MINERACOES DO BRASIL LTDA-OF. N°31177/2022/DIGTM/ANM
868.235/2021-MINERACOES DO BRASIL LTDA-OF. N°31177/2022/DIGTM/ANM
868.241/2021-MINERACOES DO BRASIL LTDA-OF. N°31177/2022/DIGTM/ANM
868.243/2021-MINERACOES DO BRASIL LTDA-OF. N°31177/2022/DIGTM/ANM

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 24/2022

Aprova atos de Incorporação de Empresa/ Direitos minerários e determina sua averbação(1950)
Incorporadora: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA - CNPJ61.409.892/0001-73 - Direitos incorporados:
Processo nº 850.149/2001 - VOTORANTIM METAIS S.A - Alvara de Pesquisa nº 615/2001
Incorporadora: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA - CNPJ61.409.892/0001-73 - Direitos incorporados:
Processo nº 850.150/2001 - VOTORANTIM METAIS S.A - Alvara de Pesquisa nº 6.716/2001
Incorporadora: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA - CNPJ61.409.892/0001-73 - Direitos incorporados:
Processo nº 850.239/2002 - VOTORANTIM METAIS S.A - Alvara de Pesquisa nº 5.806/2001
Incorporadora: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA - CNPJ61.409.892/0001-73 - Direitos incorporados:
Processo nº 832.237/2013 - VOTORANTIM METAIS S.A - Alvara de Pesquisa nº 14259/2015
Incorporadora: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA - CNPJ61.409.892/0001-73 - Direitos incorporados:
Processo nº 833.918/2013 - VOTORANTIM METAIS S.A - Alvara de Pesquisa nº 15.019/2015
Incorporadora: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA - CNPJ61.409.892/0001-73 - Direitos incorporados:
Processo nº 850.308/2008 - VOTORANTIM METAIS S.A - Alvara de Pesquisa nº 10.697/2009
Incorporadora: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA - CNPJ61.409.892/0001-73 - Direitos incorporados:
Processo nº 840.182/2008 - VOTORANTIM METAIS S.A - Direito de Requerer a Lavra
Incorporadora: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA - CNPJ61.409.892/0001-73 - Direitos incorporados:

Processo nº 850.390/2007 - VOTORANTIM METAIS S.A - Direito de Requerer a Lavra
Incorporadora: Direito de Requerer a Lavra - CNPJ61.409.892/0001-73 - Direitos incorporados:
Processo nº 850.391/2007 - VOTORANTIM METAIS S.A - Direito de Requerer a Lavra
Incorporadora: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA - CNPJ61.409.892/0001-73 - Direitos incorporados:
Processo nº 850.392/2007 - VOTORANTIM METAIS S.A - Direito de Requerer a Lavra
Incorporadora: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA - CNPJ61.409.892/0001-73 - Direitos incorporados:
Processo nº 830.752/1980 - MINERAÇÃO ZONA DA MATA LTDA. - Requerimento de Lavra
Incorporadora: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA - CNPJ61.409.892/0001-73 - Direitos incorporados:
Processo nº 830.705/1981 - MINERAÇÃO ZONA DA MATA LTDA. - Requerimento de Lavra
Incorporadora: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA - CNPJ61.409.892/0001-73 - Direitos incorporados:
Processo nº 830.706/1981 - MINERAÇÃO ZONA DA MATA LTDA. - Requerimento de Lavra
Incorporadora: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA - CNPJ61.409.892/0001-73 - Direitos incorporados:
Processo nº 830.707/1981 - MINERAÇÃO ZONA DA MATA LTDA. - Requerimento de Lavra
Incorporadora: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA - CNPJ61.409.892/0001-73 - Direitos incorporados:
Processo nº 830.752/1981 - MINERAÇÃO ZONA DA MATA LTDA. - Requerimento de Lavra
Incorporadora: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA - CNPJ61.409.892/0001-73 - Direitos incorporados:
Processo nº 830.754/1981 - MINERAÇÃO ZONA DA MATA LTDA. - Requerimento de Lavra
Incorporadora: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - CBA - CNPJ61.409.892/0001-73 - Direitos incorporados:
Processo nº 830.219/1982 - MINERAÇÃO ZONA DA MATA LTDA. - Requerimento de Lavra
Incorporadora: CR ALMEIDAS/A ENGENHARIADE OBRAS - CNPJ33.059.908/0001-20 - Direitos incorporados:
Processo nº 880.280/1980 - GEO PAN EXTRATIVA DE RECURSOS MINERAIS LTDA - Portaria de Lavra nº 397/1989
Incorporadora: SEIVAL SUL MINERAÇÃO S.A - CNPJ04.527.315/0001-42 - Direitos incorporados:
Processo nº 910.512/1985 - COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO CANDIOTA - Grupamento Mineiro nº 86/1988
Incorporadora: SEIVAL SUL MINERAÇÃO S.A - CNPJ04.527.315/0001-42 - Direitos incorporados:
Processo nº 802.356/1975 - COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO CANDIOTA - Portaria de Lavra nº 134/2017
Incorporadora: SEIVAL SUL MINERAÇÃO S.A - CNPJ04.527.315/0001-42 - Direitos incorporados:
Processo nº 805.851/1975 - COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO CANDIOTA - Portaria de Lavra nº 135/2017
Incorporadora: SEIVAL SUL MINERAÇÃO S.A - CNPJ04.527.315/0001-42 - Direitos incorporados:
Processo nº 805.850/1975 - COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO CANDIOTA - Portaria de Lavra nº 136/2017
Incorporadora: SEIVAL SUL MINERAÇÃO S.A - CNPJ04.527.315/0001-42 - Direitos incorporados:
Processo nº 802.357/1975 - COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO CANDIOTA - Portaria de Lavra nº 137/2017
Aprova atos de Cisão de Empresa/Direitos Minerários e determina sua averbação(1938)
Beneficiária: INTERCEMENT ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS S.A - CNPJ 40.885.298/0001-89 - INTERCEMENT BRASIL S.A. - Direitos Cindidos: Processo nº 002.627/1934 - Manifesto de Mina Nº 369/1936
Beneficiária: INTERCEMENT ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS S.A - CNPJ 40.885.298/0001-89 - INTERCEMENT BRASIL S.A. - Direitos Cindidos: Processo nº 802.344/1970 - Portaria de Lavra Nº 81.361/1978
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
815.212/2009-EVANIA CROZETTA MAZON- Alvará n°6988/2009 - Cessionário: Gabriel Crozetta Mazon -ME- CNPJ 33.475.657/0001-64
Fase de Concessão de Lavra
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
803.726/1970-OLIVERIO - MINERACAO DE CAULIM LTDA- Portaria de Lavra nº 587/1980- Cessionário:ARGISUL MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 19.829.763/0001-78
006.997/1953-OLIVERIO - MINERACAO DE CAULIM LTDA- Portaria de Lavra nº 43.693/1958- Cessionário:ARGISUL MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 19.829.763/0001-78
820.166/1997-BFB PARTICIPAÇÕES S.A- Portaria de Lavra nº 315/2002- Cessionário:MINERADORA PAINEIRAS LTDA- CNPJ 03.966.369/0001-41

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 47/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

4978/2022-840.341/2021-ATAPUZ BENEFICIAMENTO DE AREIA LTDA-
4979/2022-840.360/2021-BRITEX MINERACOES LTDA-
4980/2022-840.367/2021-ATAPUZ BENEFICIAMENTO DE AREIA LTDA-
4981/2022-840.086/2022-PEDREIRA HERVAL LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

4982/2022-840.033/2022-CICERO JANIO PEREIRA DE SA-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO- EIXO CENTRAL/MG

DESPACHO
Relação nº 3/2022

CONCESSÃO DE LAVRA - 2530 (CONC LAV/BARRAGENS DESEMBARGO PUBLICADO) Determina o Desembargo da Barragem de mineração da Vale/AS - Processo Minerário 27203.002.771/1935-61 Barragem 7 - Auto de Desembargo Nº 01/2022/DIRC/SBM-ANM/COPGBM-C

CONCESSÃO DE LAVRA - 2515 (CONC LAV/BARRAGENS EMBARGO PUBLICADO) Determina o embargo da barragem de mineração da Itaminas Comércio de Minérios S.A. - Processo Minerário 27203.005962/1956-17 Barragem B1 - AUTO DE EMBARGO Nº 55/2022/DIRC/SBM-ANM/COPGBM-C

CLAUDINEI OLIVEIRA CRUZ
Coordenador

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 500, DE 22 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.212508/2020-59. resolve: Autorizar a empresa ENGENHARIA E COMÉRCIO BANDEIRANTES LTDA., a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no CNPJ listado abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP n.º 3/2019.

CNPJ
59.598.029/0001-60

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 501, DE 22 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.212643/2020-02. resolve: Autorizar a empresa G.C INDUSTRIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE LUBRIFICANTES LTDA, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no CNPJ listado abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP nº 140/2012.

CNPJ
00.248.414/0001-34

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 502, DE 22 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.216360/2022-93, resolve: autorizar a empresa TRR CAVALINHO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ nº 21.984.184/0001-41, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista (TRR) localizada a Rua Solferino Agostini 1.000, Santa Lúcia, Marau/RS, 99150.000,[Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -28:25:14,500; -52:12:50,400 . A capacidade total de armazenamento é de 90 m³. Fica revogada a Autorização SDL-ANP n.º 213, de 10 de junho de 2008.

TQ	Ø (m)	Comp. (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
01	1,86	5,50	15,00	II ou III	Aéreo Horizontal
02	1,86	5,50	15,00	II ou III	Aéreo Horizontal
03	1,86	5,50	15,00	II ou III	Aéreo Horizontal
04	1,86	5,50	15,00	II ou III	Aéreo Horizontal
05	2,55	6,00	30,00	II ou III	Aéreo Horizontal

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 503, DE 22 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 08 de Março de 2007, e considerando o que consta no Processo nº 48610.216360/2022-93, resolve: habilitar e autorizar a empresa TRR CAVALINHO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA - CNPJ nº 21.984.184/0001-41, a exercer a atividade de Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 504, DE 22 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.216580/2022-17. resolve: Autorizar a empresa AEROPREST COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo.

CNPJ
02.532.141/0001-80

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 505, DE 22 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 18, de 19 de junho de 2009, e considerando o que consta no Processo nº 48610.209350/2022-00, resolve: habilitar e autorizar a empresa GUIA LUB LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ nº 44.620.150/0001-73, a exercer a atividade de produção de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial, com a produção terceirizada tendo como empresa contratada Lubrificantes Fênix Ltda, CNPJ 59.723.874/0001-10.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.002, DE 22 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 1º inciso III, e o que consta do processo nº 48610.212769/2020-79, torna público o cancelamento da autorização ANP nº 153, de 20 de junho de 2002, por requerimento da sociedade MINASGÁS S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO - CNPJ nº 02.046.455/0001-73.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.003, DE 22 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 1°, inciso III e o que consta do processo nº 48610.217772/2022-41, torna público o cancelamento da autorização ANP nº 296, de 04/05/2020, por requerimento do agente autorizado COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCOOL, CNPJ nº 60.881.299/0001-62, para o exercício da atividade de agente de comércio exterior.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DIRETORIA III

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 506, DE 22 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista os documentos que constam do processos ANP nº 48610.221714/2021-31, e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP n.º 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Empresa Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO, cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 02.709.449/0058-94, autorizada a operar um Terminal Aquaviário para movimentação e armazenamento de produtos inflamáveis e combustíveis Classes I a III (Norma ABNT NBR 17.505) localizado no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, composto pelas seguintes instalações:

a) 19 (dezenove) Tanques verticais com as seguintes características:

Tanque TAG	Diâmetro (m)	Altura (m)	Capacidade arqueada (m3)	Produto
TQ-601	67,083	13,600	47.600,700	Petróleo e Derivados
TQ-602	67,063	13,560	47.878,932	Petróleo e Derivados
TQ-603	45,667	13,960	22.817,554	Derivados
TQ-604	45,675	14,520	23.524,652	Petróleo e Derivados
TQ-605	45,707	13,870	22.794,787	Derivados
TQ-606	45,679	13,960	22.748.805	Derivados
TQ-607	45,687	13,920	22.723,298	Derivados
TQ-608	45,673	13,920	22.709,330	Derivados
TQ-609	45,672	13,990	22.779,660	Derivados
TQ-610	45,710	13,980	23.007,940	Derivados
TQ-611	79,246	13,620	66.495,823	Petróleo
TQ-612	86,539	14,460	84.300,099	Petróleo
TQ-613	86,529	13,400	78.228,256	Petróleo
TQ-614	86,520	14,410	83.924,620	Petróleo
TQ-615	86,522	13,350	78.540,671	Petróleo
TQ-616	63,020	13,600	42.952,643	Nafta petroquímica e condensado petroquímico
TQ-617	63,023	13,620	43.014,077	Nafta petroquímica e condensado petroquímico
TQ-618	63,011	13,680	43.211,587	Nafta petroquímica e condensado petroquímico
TQ-619	63,016	13,720	43.296,111	Nafta petroquímica e condensado petroquímico

b) 2 (dois) dutos portuários, com as seguintes características:

Duto	Produto	Diâmetro (")	Extensão (m)
OSCAN 34 Norte	Petróleo e Derivados	34	11.600
OSCAN 34 Sul	Petróleo e Derivados	34	11.600

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º Ficam revogados os itens do Anexos I da Autorização nº 170/2001, de 28 de setembro de 2001, outorgada por esta ANP à empresa PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO, publicada no Diário Oficial da União nº 188, de 1º de outubro de 2001, correspondentes aos tanques e dutos do Terminal Almirante Soares Dutra, Código DCPT: 000853.

Art. 4º Fica revogada a Autorização ANP n° 24, de 16 de fevereiro de 2000, publicada no DOU de 17 de fevereiro de 2000.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 507, DE 22 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP n. º 48610.210026/2021-45 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP n.º 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Empresa Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO, cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 02.709.449/0014-73, autorizada a operar dutos da linha de cluster da Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste - LUBNOR, para movimentação de produtos inflamáveis e combustíveis Classe III (Norma ABNT NBR 17.505) no município de Fortaleza, Estado do Ceará, composto pelas seguintes instalações:

1.9 (nove) dutos portuários:

Identificação	Origem	Destino	Material	Diâmetro Nominal(pol)	Extensão (km)	Produtos	Pressão Máxima (kgf/cm²)	Vazão Máxima (m³/h)
8"-HC-400598-Ba	Ponto A - LUBNOR	Cia. Docas - Ponto B	API 5L Gr. B	8	0,680	Lubrificante NH-10	15	350
8"-HC-400596-Ba	Ponto A - LUBNOR	Cia. Docas - Ponto B	API 5L Gr. B	8	0,680	Lubrificante NH-20	15	350
10"-HC-400589-Ba	Ponto A - LUBNOR	Cia. Docas - Ponto B	API 5L Gr. B	10	0,680	Lubrificante NH-140	15	280
8"-HC-400581-Ba	Ponto A - LUBNOR	Cia. Docas - Ponto B	API 5L Gr. B	8	0,680	ISOVOLT	15	350
6''-HC-400214-Ba	Cia. Docas - Ponto B	Cais do Porto de Mucuripe	API 5L Gr. B	6	0,510	Marine Fuel	10	150
8''-HC-400598-Ba	Cia. Docas - Ponto B	Píer de Mucuripe	API 5L Gr. B	8	1,120	Lubrificante NH-10	15	350
8''-HC-400596-Ba	Cia. Docas - Ponto B	Píer de Mucuripe	API 5L Gr. B	8	1,120	Lubrificante NH-20	15	350
10''-HC-400589-Ba	Cia. Docas - Ponto B	Píer de Mucuripe	API 5L Gr. B	10	1,120	Lubrificante NH-140	15	280
8''-HC-400581-Ba	Cia. Docas - Ponto B	Píer de Mucuripe	API 5L Gr. B	8	1,120	ISOVOLT	15	200

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º Fica revogada a Autorização de Operação ANP nº 12, publicada no Diário Oficial da União em 14 de janeiro de 2005.

Art. 4º Ficam revogados os itens referentes aos seguintes dutos na Autorização de Operação ANP nº 13, publicada no Diário Oficial da União em 14 de janeiro de 2005:

Origem	Destino	Extensão (km)	Diâmetro Nominal(pol)	Produtos
Cia. Docas - Ponto B	Cais do Porto de Mucuripe	0,510	6	Marine Fuel
Cia. Docas - Ponto B	Píer de Mucuripe	1,120	8	Lubrificante NH-10
Cia. Docas - Ponto B	Píer de Mucuripe	1,120	8	Lubrificante NH-20
Cia. Docas - Ponto B	Píer de Mucuripe	1,120	10	Lubrificante NH-140
Cia. Docas - Ponto B	Píer de Mucuripe	1,120	8	ISOVOLT

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA

CNPJ: 06.977.747/0001-80

EXTRATO DA ATA DA 13ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA EPE REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2022

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de 2022, às quatorze horas, no Escritório Central da Empresa, na Praça Pio X, número 54, 7° andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, participaram da 13ª Assembleia Geral Extraordinária da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Companhia fechada, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 06.977.747/0001-80, a Procuradora da Fazenda Nacional CLAUDIA APARECIDA DE SOUZA TRINDADE, representante da União, única acionista, conforme Portaria nº 17, de 26 de junho de 2019, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Presidente da EPE THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA e a Secretária-Geral da EPE ALESSANDRA LOPES COSTA ALVES DOS SANTOS. Por não haver no momento Presidente ou Substituto do Conselho de Administração, assumiu os trabalhos o Sr. Thiago Barral, que abriu a sessão, secretariada por mim, Alessandra Lopes. A seguir, convidou para compor a mesa a Sra. Claudia Trindade. Constituída a mesa diretora dos trabalhos, o Presidente declarou instalada a 13ª Assembleia Geral Extraordinária e comunicou que essa sessão foi designada por meio dos Ofícios SEI Nº 165812/2022/ME, de 01 de junho de 2022, e SEI Nº 179339/2022/ME, de 15 de junho de 2022, e a matéria para deliberação foi encaminhada pela EPE ao representante do acionista pelo Ofício n. 0840/2022/PR/EPE, de 20 de junho de 2022. Thiago Barral esclareceu que a EPE foi dispensada da publicação do Edital de Convocação, tendo em vista a presença do único acionista, que foi regularmente cientificado. O Presidente da mesa informou, também, que a ata seria lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, de acordo com o §1º do Art. 130 da Lei nº 6.404/1976. Em seguida, tendo em vista que o voto da União foi antecipado, sendo do conhecimento de todos, foi dispensada a leitura do texto do edital de convocação, que teve a seguinte Ordem do Dia: (a) Eleição de Conselheira de Administração e (b) Proposta de remuneração dos membros estatutários. Em prosseguimento aos trabalhos, colocou em votação os itens da Ordem do Dia, tendo sido adotadas as seguintes DECISÕES: (a) pela eleição de RAFAELLA PEÇANHA GUZELA, para compor o Conselho de Administração, como representante do Ministério da Economia, em recondução, com prazo de gestão unificado até 12 de dezembro de 2023; e (b) matéria retirada de pauta a pedido da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme Ofício Circular SEI nº 2516/2022/ME. Em seguida, nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos da 13ª Assembleia Geral Extraordinária da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), da qual eu, Alessandra Lopes, fiz lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 21/07/2022 sob o nº 1873738.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 1.602, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no art. 2º do Decreto nº 6.168, de 24 de julho de 2007, no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007, nos Pareceres dos Requerimentos (3055635, 3056439, 3058866, 3057196, 3057213, 3057214 e 3058867) e na Ata da 183ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação - Hanseníase (3073100), de 1º de julho de 2022, resolve:

Indeferir os requerimentos formulados pelos reclamantes de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase e que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios em hospitais-colônia, constantes do Anexo desta Portaria.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

ANEXO

REQUERENTE	PROCESSO SEI/MMFDH
A. G. D. O.	00135.201761/2017-16
E. G. M.	00135.219291/2021-15
F. A. D. V.	00009.000127/2010-29
J. F. M.	00005.012822/2008-59
L. L. D. S.	00135.209739/2022-73
M. A. D. F.	00135.209255/2022-24
S. S. D. O.	00135.209258/2022-68

PORTARIA Nº 1.604, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.027186/2015-41 (2015.01.75268), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de BENEDITO SANTOS, filho de ROSARIA MARCONDES DOS SANTOS.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.605, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73882, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por NICANOR DIMAS DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 028.148.358-23.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.606, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.027104/2015-68 (2015.01.75270), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RUBENS SANT'ANA, inscrito no CPF sob o nº 338.188.358-53.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.607, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73881, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RICARDO SOLFERINI, inscrito no CPF sob o nº 030.105.458-43.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.608, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73841, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por GILBERTO FERREIRA PAIVA, inscrito no CPF sob o nº 830.470.428-53.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.609, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.027098/2015-49 (2015.01.75271), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DOMINGOS SÁVIO GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº 026.001.338-28.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.610, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.027097/2015-02 (2015.01.75273), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANGELO ANTONIO BORGES, inscrito no CPF sob o nº 601.949.018-15.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.611, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73839, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FLÁVIO ANTÔNIO DE CAMARGO, inscrito no CPF sob o nº 978.483.798-68.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.612, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.027106/2015-57 (2015.01.75274), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por VENILTON MARTINS MOTA, inscrito no CPF sob o nº 831.126.698-00.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.613, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.027807/2015-96 (2015.01.75277), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FERNANDO AURÉLIO DE PAULA CARVALHO, inscrito no CPF sob o nº 738.993.308-97.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.614, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73838, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CARLOS ALBERTO MARTINS VITOR, inscrito no CPF sob o nº 028.175.538-88.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.615, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.027808/2015-31 (2015.01.75278), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por IVAN XAVIER LUIZ, inscrito no CPF sob o nº 947.611.758-34.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.616, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.027812/2015-07 (2015.01.75279), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por BENEDITO FARIA RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº 787.806.408-34.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.617, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.027810/2015-18 (2015.01.75280), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por BENEDITO BATISTA FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 790.043.188-87.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.618, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.027809/2015-85 (2015.01.75281), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por VITOR DE PAULA PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 054.034.018-90.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.619, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.027815/2015-32 (2015.01.75282), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO MAZIERO, inscrito no CPF sob o nº 359.500.568-68.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.620, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.027813/2015-43 (2015.01.75283), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por VICENTE PEREIRA LEITE, inscrito no CPF sob o nº 790.021.378-34.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.621, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.027811/2015-54 (2015.01.75284), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de WALTER SANTANA DA ROCHA, filho de MARIA BALBINA DA CONCEIÇÃO.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.622, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.029279/2015-18 (2015.01.75305), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JORGE DE OLIVEIRA FILHO, inscrito no CPF sob o nº 954.701.748-91.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.623, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.031402/2015-52 (2015.01.75332), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de GILBERTO MYSLINSKY, filho de BENEDITA RIBEIRO MYSLINSKY.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.624, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73821, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por AFONSO FAUSTINO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 789.956.478-68.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.625, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.031406/2015-31 (2015.01.75329), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOÃO RIBEIRO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 314.675.558-00.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.626, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.031408/2015-20 (2015.01.75330), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ APARECIDO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 235.480.536-53.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.627, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73816, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FRANZ KLIM, inscrito no CPF sob o nº 520.659.608-68.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.628, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.031401/2015-16 (2015.01.75331), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOSÉ AUGUSTO CERUTI, filho de MARIA BENEDITA DA CONCEIÇÃO.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.629, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73815, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por BENEDITO PIRES DE CAMARGO, inscrito no CPF sob o nº 019.392.288-67.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.630, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.035411/2015-12 (2015.01.75463), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOÃO DOMINGOS FAGUNDES, inscrito no CPF sob o nº 026.048.828-33.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.631, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.035413/2015-10 (2015.01.75464), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de VALMIR MARIO DE CASTRO, filho de ELPIDIA DE CARVALHO CASTRO.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.632, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73814, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIZ CARLOS CIARALLO, inscrito no CPF sob o nº 043.502.418-33.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.633, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.037179/2015-57 (2015.01.75548), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARCOS LEAL, inscrito no CPF sob o nº 030.541.158-60.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.634, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73813, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de ARI ANTONIO DE SIQUEIRA, filho de CONSTANTINA MORAES SIQUEIRA.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.635, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.021153/2015-97 (2015.01.76045), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CÉLIA RENI BOSSO LOPES, inscrita no CPF sob o nº 039.510.668-06.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.636, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73812, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ CLAUDIO ZACARIAS, inscrito no CPF sob o nº 601.868.108-06.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.637, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.004278/2016-33 (2016.01.75854), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por SYLVIO HILSDORF, inscrito no CPF sob o nº 773.255.838-34.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.638, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73787, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DIMAS DE PAULO DE MORAES, inscrito no CPF sob o nº 029.458.778-05.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.639, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73785, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO RAIMUNDO ESQUIVEL, inscrito no CPF sob o nº 054.560.817-17.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.640, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.021643/2016-74 (2016.01.76093), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de FRED HILSDORF, filho de BENEDITA ALVES HILSDORF.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.641, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73784, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de ARILTON CARDOSO DE AGUIAR, filho de SANTELINA LUIZA DE AGUIAR.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.642, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73783, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ARIOVALDO MOURA, inscrito no CPF sob o nº 008.422.008-27.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.643, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.031320/2016-99 (2016.01.76271), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de ACACIO LUIZ DE GOUVÊA, filho de BENEDITA MARIA DE GOUVÊA.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.644, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73782, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por AMAURI ACACIO FERRARI, inscrito no CPF sob o nº 039.068.118-08.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.645, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.045978/2016-88 (2016.01.76490), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de ANTONIO ALVES DE ALCANTARA, filho de FRANCISCA DE ASSIS ALVES LOPES.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.646, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.005713/2017-28 (2017.01.76791), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JORGE DE OLIVEIRA RODRIGUES, inscrito no CPF sob o nº 032.541.068-22.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.647, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.032785/2017-48 (2017.01.77077), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de DERCI CREMON, filho de LUZIA BARAZIOLI.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.648, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73780, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por GEREMIA TIERNO, inscrito no CPF sob o nº 222.321.258-15.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.649, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.032782/2017-12 (2017.01.77081), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CESAR FRAQUETA, inscrito no CPF sob o nº 879.770.368-00.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.650, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.032786/2017-92 (2017.01.77082), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RENÊ GRAMINHANI, inscrito no CPF sob o nº 047.826.358-93.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.651, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73779, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOÃO GUEVARA SIMON, inscrito no CPF sob o nº 381.901.928-68.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.652, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.032787/2017-37 (2017.01.77083), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de ANTONIO ABARCA LUENGO, filho de MARIA DA CONCEIÇÃO LUENGO GUTIERRES.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.653, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74029, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FRANCISCO CORREA SOBRINHO, inscrito no CPF sob o nº 010.916.248-01.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.654, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73776, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de DARCIO RENTE, filho de AURORA FERNANDES RENTE.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.655, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74148, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA MENDES DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 003.309.718-67.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.656, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74215, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ FERREIRA DO CARMO, inscrito no CPF sob o nº 073.284.628-50.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.657, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.020448/2015-46 (2015.01.75054), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de MAURO BATISTA DOS SANTOS, filho de FRANCISCA DE MATOS SANTOS.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.658, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73775, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por GUILLERMO ELADIO DEL CARMEN ABARCA GALLEGUILLOS, inscrito no CPF sob o nº 004.342.888-61.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.659, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.026569/2015-00 (2015.01.75245), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MAUROESSIL MAURO CURSINO ELYSEO, inscrito no CPF sob o nº 046.637.008-37.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.660, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73774, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JACKSON HORÁCIO, inscrito no CPF sob o nº 618.244.028-72.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.661, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.045327/2016-98 (2016.01.76450), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOÃO MARTINS LIMA, inscrito no CPF sob o nº 702.760.808-15.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.662, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.049949/2016-95 (2016.01.76537), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MIGUEL RUPP, inscrito no CPF sob o nº 533.619.038-15.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.663, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73773, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por APARECIDO DONIZETI AUGUSTO, inscrito no CPF sob o nº 057.022.288-55.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.664, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.058708/2016-37 (2016.01.76628), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por APARECIDO BEZERRA NUNES, inscrito no CPF sob o nº 807.557.718-34.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.665, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.025713/2015-82 (2015.01.75197), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de VICTOR ROBERTO DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA, filho de WAGNA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.666, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73772, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ATAIDE FRANCISCO GOMES, inscrito no CPF sob o nº 789.450.978-72.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.667, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73769, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por NIVALDO APARECIDO FERNANDES, inscrito no CPF sob o nº 032.368.058-54.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.668, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73717, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por OSNI DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 052.342.868-51.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.669, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.008035/2016-74 (2016.01.75925), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por WALMAR VIEIRA SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 637.001.667-53.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.670, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73715, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANDERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 019.391.428-06.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.671, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.008389/2016-19 (2016.01.75930), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ FERNANDO FERRAIOLO SILVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 035.799.848-02.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.672, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73566, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ELZIO APARECIDO NOGUEIRA, inscrito no CPF sob o nº 184.651.108-91.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.673, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73528, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de PAULO ROBERTO DA SILVA MARINS, filho de MARIA JOSÉ MARINS.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.674, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73520, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIZ JACINTO DA SILVA FILHO, inscrito no CPF sob o nº 010.398.478-03.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.675, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.016251/2016-93 (2016.01.76035), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO JORGE ALVES, inscrito no CPF sob o nº 380.849.457-34.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.676, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73514, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ARI BENEDITO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 928.947.208-15.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.677, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.73017, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de OSVALDO CANDIDO CORREIA VITVICKI, filho de CESARIA CORREIA VITVICKI.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.678, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.73010, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOÃO DONIZETE DINIZ, filho de SOLANGE GUEDES DE SOUZA.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.679, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.020172/2016-87 (2016.01.76078), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LERONILDO TIMÓTEO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 248.436.447-49.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.680, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.006068/2017-61 (2017.01.76793), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CELIO RIBEIRO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 774.555.767-49.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.681, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.010117/2018-41 (2018.01.77790), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JORGE ALBERTO BASTOS DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 072.611.602-53.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.682, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74202, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSE ALBINO DE MELO, inscrito no CPF sob o nº 860.621.318-72.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.683, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.020449/2015-91 (2015.01.75058), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ADEMIR SILVESTRE DA COSTA, inscrito no CPF sob o nº 671.159.428-20.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.684, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72613, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ROSALVO FRANCISCO DE MELO, inscrito no CPF sob o nº 789.838.518-72.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.685, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.035899/2015-88 (2015.01.75470), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ADEMAR RECHE, inscrito no CPF sob o nº 660.765.878-49.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.686, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.030885/2016-59 (2016.01.76268), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FRANCISCO RIBEIRO PALMA, inscrito no CPF sob o nº 468.631.688-04.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.687, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72539, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ IZIDORO DIAS, inscrito no CPF sob o nº 831.446.338-87.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.688, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72203, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PAULO RAMOS MORATO, inscrito no CPF sob o nº 991.890.038-53.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.689, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71105, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOÃO DA SILVA SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 738.157.648-15.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.690, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.038345/2015-32 (2015.01.75562), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RENATO PAVAM, inscrito no CPF sob o nº 059.984.848-00.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.691, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.033165/2016-45 (2016.01.76282), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSIMAR ALVES BEZERRA, inscrito no CPF sob o nº 060.383.508-29.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.692, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.032783/2017-59 (2017.01.77084), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de ALCIDES PESSOTTI, filho de JULIA PASQUALETTI PESSOTTI.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.693, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.065939/2017-88 (2017.01.77571), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EDILSON FERREIRA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 611.695.528-20.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.694, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.025822/2015-08 (2015.01.75132), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MANUEL AIRES DE MOURA, inscrito no CPF sob o nº 053.707.444-91.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.695, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08802.001751/2019-38 (2019.01.78771), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por BRÁS MARINHO, inscrito no CPF sob o nº 936.221.638-87.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.696, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.024336/2015-64 (2015.01.75122), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JORQUE PINTO MAIA, filho de ROSALINA DE ANDRADE MAIA.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.697, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.013722/2015-21 (2015.01.74847), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por AGAPITO JOSÉ DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 809.197.748-49.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.698, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.006501/2015-04 (2015.01.74665), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ELENA MARIA RODRIGUES VALLE MILMAN, inscrita no CPF sob o nº 702.703.507-30.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.699, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08802.001742/2019-47 (2019.01.78786), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de MILTON BISPO DOS SANTOS, filho de MARTINA BISPO DOS SANTOS.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.700, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74245, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTÔNIO NAHAS JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 196.343.586-91.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.701, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74207, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA JURACI ELIAS, inscrita no CPF sob o nº 080.097.938-92.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.702, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73582, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ LUIZ STUDART DE ALBUQUERQUE SOMBRA, inscrito no CPF sob o nº 216.770.267-15.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.703, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.003665/2015-71 (2015.01.74603), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por AMAURI VALMIRO, inscrito no CPF sob o nº 172.083.946-87.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.704, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.003706/2015-20 (2015.01.74608), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de OVIDIO MIRANDA DO PRADO FILHO, filho de MARIA AMELIA GUEDES DO PRADO.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.705, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.031404/2015-41 (2015.01.75333), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por NELSON EVARISTO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 739.417.788-20.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.706, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.031399/2015-77 (2015.01.75336), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de CLAUDIONOR PIRES DOS SANTOS, filho de MARIA DA GLORIA PIRES DOS SANTOS.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.707, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado em favor da COMUNIDADE INDÍGENA DE GUYRAROKÁ, nos autos do Requerimento de Anistia nº 08802.004523/2015-96 (2015.01.75233).

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.708, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73837, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DONIZETE DE PAULA SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 901.761.628-87.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.709, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73781, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de WILSON GARCIA, filho de ROSA FORNI GARCIA.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.710, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.010926/2015-18 (2015.01.74776), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por SERGIO LUIS TIOZO, inscrito no CPF sob o nº 039.486.498-04.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.711, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.003709/2015-63 (2015.01.74609), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de EURICO DE LELIS SANTOS, filho de GERALDA PEDROSA ALVARENGA.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.712, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.010923/2015-76 (2015.01.74779), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EDUARDO FIM, inscrito no CPF sob o nº 936.345.288-34.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.713, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.013133/2015-42 (2015.01.74804), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por OTACÍLIO TAVARES DE ANDRADE, inscrito no CPF sob o nº 739.581.318-91.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.714, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.003664/2015-27 (2015.01.74602), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por GENIVALDO FRIMAIO, inscrito no CPF sob o nº 039.486.378-06.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.715, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017090/2015-74 (2015.01.74807), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ELIDMAR FLÔRES, inscrito no CPF sob o nº 548.338.508-00.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.716, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.003663/2015-82 (2015.01.74601), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JAIME PATRICIO AVILES HERNANDEZ, inscrito no CPF sob o nº 007.969.978-29.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.717, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.014613/2015-21 (2015.01.74865), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JULIO LUCIO PINHEIRO, inscrito no CPF sob o nº 019.713.178-61.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.718, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.003661/2015-93 (2015.01.74599), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EDSON LEONARDO RODRIGUES, inscrito no CPF sob o nº 029.724.578-38.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.719, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017100/2015-71 (2015.01.74876), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por SAULO ROBERTO MARTINS, inscrito no CPF sob o nº 051.774.438-41.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.720, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.000489/2015-16 (2015.01.74592), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EVANDRO JOSÉ MILANI, inscrito no CPF sob o nº 030.452.368-20.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.721, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017081/2015-83 (2015.01.74928), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO VERONEIS, inscrito no CPF sob o nº 000.875.248-64.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.722, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.000491/2015-95 (2015.01.74578), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por NELSON RUFINO DE TOLEDO, inscrito no CPF sob o nº 895.143.608-00.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.723, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017063/2015-00 (2015.01.74931), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CARLOS ROBERTO ALECRIM, inscrito no CPF sob o nº 034.248.338-27.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.724, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.000490/2015-41 (2015.01.74577), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por NELSON MARINOTTI, inscrito no CPF sob o nº 028.594.308-14.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.725, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017060/2015-68 (2015.01.74932), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CEZAR AUGUSTO DORNA, inscrito no CPF sob o nº 052.875.968-04.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.726, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.000486/2015-82 (2015.01.74575), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por SIDNEY GAVIOLI, inscrito no CPF sob o nº 005.892.308-08.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.727, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.000483/2015-49 (2015.01.74574), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por BELIONISIO PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO, inscrito no CPF sob o nº 671.369.318-00.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.728, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.000482/2015-02 (2015.01.74573), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por VALDIR ALVES, inscrito no CPF sob o nº 860.905.858-15.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.729, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.003662/2015-38 (2015.01.74600), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ DARCI CORRÊA, inscrito no CPF sob o nº 295.539.118-20.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.730, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74499, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EDUARDO ONGARO, inscrito no CPF sob o nº 031.796.518-22.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.731, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74497, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CARIVALDO GERMANO, inscrito no CPF sob o nº 005.975.648-92.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.732, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74496, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ADILSON GIMENES, inscrito no CPF sob o nº 030.896.848-45.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.733, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74495, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FLÁVIO EUGÊNIO DÉA, inscrito no CPF sob o nº 404.728.258-87.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.734, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74494, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de VILSON CHRISTIANO, filho de CLARICE PEREIRA CHRISTIANO.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.735, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74493, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de LAERCIO GERLACH, filho de AMELIA RODRIGUES GERLACH.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.736, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017079/2015-12 (2015.01.74933), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO CARLOS DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 029.791.018-34.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.737, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017078/2015-60 (2015.01.74934), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por AMADEO NUNES, inscrito no CPF sob o nº 420.318.858-04.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.738, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74492, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ CARLOS VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº 880.771.798-00.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.739, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017077/2015-15 (2015.01.74935), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de ALCIDES RODRIGUES, filho de MARIANA CECÍLIA DA SILVA.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.740, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017076/2015-71 (2015.01.74936), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por AGAPITO DIONISIO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 935.672.788-00.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.741, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74491, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ NATAL PAZIN, inscrito no CPF sob o nº 524.326.028-20.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.742, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017062/2015-57 (2015.01.74937), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIZ JUSCELINO DE MELO, inscrito no CPF sob o nº 918.814.398-87.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.743, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74489, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANGEL BERENGENO HENRIQUEZ, inscrito no CPF sob o nº 494.460.968-04.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.744, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017049/2015-06 (2015.01.74938), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por GERALDO FRANCISCO PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 789.796.178-87.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.745, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74487, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ ANTONIO TEIXEIRA, inscrito no CPF sob o nº 991.939.908-63.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.746, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017050/2015-22 (2015.01.74939), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MIGUEL ALVES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 609.684.438-34.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.747, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74278, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ADENOR EVARISTO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 814.376.258-00.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.748, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017052/2015-11 (2015.01.74940), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por NILSON ABARCA LUENGA, inscrito no CPF sob o nº 571.138.318-34.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.749, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74276, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por SERAFIM PEDRO SARTORI, inscrito no CPF sob o nº 473.194.618-20.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.750, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74275, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PAULO IBELLI, inscrito no CPF sob o nº 684.981.288-20.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.751, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017051/2015-77 (2015.01.74941), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ ANTONIO RODRIGUES, inscrito no CPF sob o nº 103.178.138-20.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.752, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74273, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIZ SEVERIANO THOMÉ, inscrito no CPF sob o nº 414.082.848-04.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.753, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017053/2015-66 (2015.01.74942), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIO EDGARD GOMES, inscrito no CPF sob o nº 041.057.128-88.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.754, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74272, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FAUSTO MOREIRA DE ALMEIDA, inscrito no CPF sob o nº 828.780.058-72.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.755, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017055/2015-55 (2015.01.74943), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FLÁVIO POCOPETEZ, inscrito no CPF sob o nº 001.464.608-04.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.756, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74269, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de EDSON ALVARES GARCIA, filho de CELIA RODELLA GARCIA.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.757, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74268, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de EDUARDO BEZERRA DE FRANÇA, filho de MARIA ALVES DE FRANÇA.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.758, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017056/2015-08 (2015.01.74944), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por WALMES ELISEU VACCARI DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 635.809.188-34.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.759, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74267, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARTIM MEDINA TEER, inscrito no CPF sob o nº 872.914.448-53.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.760, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017057/2015-44 (2015.01.74945), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MAURO GABRIEL BERNARDI, inscrito no CPF sob o nº 029.999.618-20.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.761, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74265, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por HAROLDO DE CASTRO, inscrito no CPF sob o nº 008.420.338-23.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.762, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017061/2015-11 (2015.01.74948), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DJALMA CANDIDO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 338.028.828-49.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.763, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74264, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO CARLOS INOCENTINI, inscrito no CPF sob o nº 008.805.448-99.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.764, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017096/2015-41 (2015.01.74950), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por OSMAR EMÍDIO JOSÉ, inscrito no CPF sob o nº 789.310.298-53.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.765, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017097/2015-96 (2015.01.74951), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por SEBASTIÃO APARECIDO MARTINS EUZÉBIO, inscrito no CPF sob o nº 628.193.728-72.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.766, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017098/2015-31 (2015.01.74952), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por SILO DE SILLOS MOREIRA, inscrito no CPF sob o nº 787.677.688-49.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.767, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74262, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PEDRO GASPAR RAMOS, inscrito no CPF sob o nº 415.804.868-00.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.768, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74261, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de AILTON DA SILVA, filho de ALZIRA MANDA.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.769, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017101/2015-16 (2015.01.74953), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ALVARO DO NASCIMENTO NAVARRO, inscrito no CPF sob o nº 008.801.688-97.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.770, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74260, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de EVERALDO RODRIGUES DA SILVA, filho de MARTA MARIA DA SILVA.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.771, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017095/2015-05 (2015.01.74955), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO SOARES FILHO, inscrito no CPF sob o nº 664.509.698-49.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.772, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74249, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de AUGUSTO DE AQUINO GUEDES, filho de MARIA DE AQUINO GUEDES.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.773, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017099/2015-85 (2015.01.74956), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de GONÇALO JUSTINO DE MORAES, filho de CELESTINA PEREIRA.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.774, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74119, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por WAGNER GONÇALVES LIMA, inscrito no CPF sob o nº 844.641.868-15.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.775, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017093/2015-16 (2015.01.74957), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EDSON ALBERTO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 008.950.788-64.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.776, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.017344/2015-54 (2015.01.74959), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOSÉ DARIO PEREIRA, filho de CECILIA ALVES NOGUEIRA.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.777, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74118, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOEL MOITAS DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 571.133.008-04.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.778, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.020451/2015-60 (2015.01.75053), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JORGE DANIEL DA SILVA, filho de VICENTINA MARIA DE JESUS DA SILVA.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.779, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74117, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOÃO BORGES, inscrito no CPF sob o nº 528.263.928-91.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.780, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.020455/2015-48 (2015.01.75056), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por WAGNER MAUER, inscrito no CPF sob o nº 054.919.168-20.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.781, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74109, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ RAFAEL ADÃO, inscrito no CPF sob o nº 434.805.196-87.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.782, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.020453/2015-59 (2015.01.75057), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOSÉ CARLOS PREZOTO, filho de MARIA APARECIDA SALVATI PREZOTO.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.783, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74104, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por TIAGO NOGUEIRA, inscrito no CPF sob o nº 058.661.928-37.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.784, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.020723/2015-21 (2015.01.75063), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EDVALDO ANTONIO FRIZZI, inscrito no CPF sob o nº 008.915.448-79.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.785, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74089, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PAULO EDUARDO CLARO, inscrito no CPF sob o nº 035.568.968-50.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.786, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.020721/2015-32 (2015.01.75064), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de WALTER ANTONIO VIDO, filho de JANDIRA ALBERTINA POLIDORO VIDO.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.787, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74088, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIZ BARBARA, inscrito no CPF sob o nº 689.063.588-49.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.788, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.020719/2015-63 (2015.01.75065), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de EDSON ANTONIO PEZENTI, filho de JACY LAGE PEZENTI.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.789, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.020713/2015-96 (2015.01.75067), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DORIVAL FALAMESCA PINHEIRO, inscrito no CPF sob o nº 649.757.978-87.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.790, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73910, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOÃO ROBERTO BALOG, filho de SINESIA GONÇALVES BALOG.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.791, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.020712/2015-41 (2015.01.75068), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ ALFREDO LOPES FILHO, inscrito no CPF sob o nº 842.794.518-34.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.792, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73908, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOÃO BATISTA DE MELO, filho de ESMERINDA MARIA DA CONCEIÇÃO.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.793, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.020714/2015-31 (2015.01.75069), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por BENEDITO PIVARO, inscrito no CPF sob o nº 496.365.298-68.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.794, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73904, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MOACIR VEIGA, inscrito no CPF sob o nº 406.802.908-34.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.795, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.020715/2015-85 (2015.01.75070), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CELSO LUIZ CREADO ESCOBAR, inscrito no CPF sob o nº 541.856.298-34.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.796, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73897, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DANIEL FAUSTINO MACHADO, inscrito no CPF sob o nº 740.179.858-15.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.797, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.020717/2015-74 (2015.01.75071), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RONEY GONZAGA, inscrito no CPF sob o nº 028.817.828-92.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.798, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73895, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOÃO LOPES DE MORAES, filho de SALVATINA BUENO.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.799, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73888, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de ANTONIO RUBENS GALVANI, filho de IOLANDA SALLA GALVANI.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.800, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.020720/2015-98 (2015.01.75073), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por APARECIDO JESUS CORREA DE MELLO, inscrito no CPF sob o nº 527.021.468-72.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.801, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73887, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MAURO CESTARI, inscrito no CPF sob o nº 008.572.718-06.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.802, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.020718/2015-19 (2015.01.75074), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de CARLOS GAVIOLI, filho de MARIA FILIPE GAVIOLI.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.803, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.020899/2015-83 (2015.01.75076), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DIONÍSIO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 755.334.308-06.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.804, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.022293/2015-82 (2015.01.75092), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOSÉ CARLOS FERREIRA FILHO, filho de ROSA DA SILVA.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.805, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.027101/2015-24 (2015.01.75258), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO BENTO DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 975.473.018-00.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.806, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.027125/2015-83 (2015.01.75263), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARTA BATISTA DE ALMEIDA, inscrita no CPF sob o nº 032.550.948-44.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.807, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73886, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CENECIR HONORIO, inscrito no CPF sob o nº 266.203.598-68.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.808, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.027100/2015-80 (2015.01.75265), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ROGÉRIO BATISTA CAMPHORA, inscrito no CPF sob o nº 026.211.388-02.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.809, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73885, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ APARECIDO RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº 004.200.628-74.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.810, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 08000.027124/2015-39 (2015.01.75267), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ROSALINA BATISTA DE MORAES, inscrita no CPF sob o nº 031.109.058-33.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.811, DE 21 DE JULHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 4ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 26 de maio de 2022, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73883, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CELSO PAULO MATHIAS, inscrito no CPF sob o nº 987.222.718-72.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 401, DE 13 DE JULHO DE 2022

Estabelece os procedimentos para o recebimento e execução, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, de créditos descentralizados por outros órgãos da Administração Pública Federal.

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal; tendo em conta o disposto no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979; no Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020; na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e no Decreto nº 11.024, de 31 de março de 2022, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta portaria estabelece critérios e procedimentos para a formalização de descentralizações de créditos orçamentários entre o Ministério das Relações Exteriores e outros órgãos da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, regulamentando a celebração, o acompanhamento da execução e a prestação de contas dos termos de execução descentralizada - TED, de que trata o Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

Art. 2º A descentralização de créditos orçamentários de que trata esta portaria será motivada e terá as seguintes finalidades:

I - execução de programas, de projetos e de atividades de interesse recíproco, em regime de colaboração mútua;

II - execução de atividades específicas pela unidade descentralizada em benefício da unidade descentralizadora; ou

III - ressarcimento de despesas.

§ 1º As descentralizações de crédito de que tratam os incisos I e II do caput serão realizadas por meio da celebração de TED.

§ 2º É dispensável a celebração de TED para a descentralização de créditos:

I - de até R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), para as finalidades de que tratam os incisos I e II do caput; e

II - de quaisquer valores, para a finalidade de que trata o inciso III do caput.

§ 3º As descentralizações de créditos para o Ministério das Relações Exteriores serão realizadas, preferencialmente, para as finalidades previstas nos incisos I e II do caput.

§ 4º O Ministério das Relações Exteriores realizará despesas passíveis de ressarcimento somente quando disponibilizar de Ação Orçamentária compatível e em casos de justificada emergência, devidamente comprovada.

§ 5º O limite estabelecido no inciso I do § 2º será alterado sempre que revisto o valor pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, conforme § 4º do art. 3º do Decreto nº 10.426, de 2020.

§ 6º Na descentralização de créditos de que trata o inciso I do § 2º, é vedado o fracionamento de descentralizações para a consecução de um único objeto.

Art. 3º Sempre que for conveniente, os termos de execução descentralizadas, os planos de trabalho e o relatório de cumprimento do objeto serão feitos com base nos modelos disponibilizados pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, na Plataforma +Brasil, conforme o art. 25, do Decreto nº 10.426, de 2020.

Parágrafo único. A não-adoção dos modelos a que se refere o caput deverá ser justificada no expediente administrativo.

Art. 4º Os termos de execução descentralizada celebrados no âmbito do Ministério das Relações Exteriores observarão o disposto no Decreto nº 10.426, de 2020, não sendo aplicáveis a esses instrumentos as normas relativas aos convênios e aos contratos de repasse, conforme dispõe o art. 26, do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

CAPÍTULO II

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Art. 5º. Fica delegada a competência para assinatura de Termo de Execução Descentralizada (TED):

I - ao Secretário-Geral das Relações Exteriores para TEDs com valor igual ou superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), vedada a subdelegação;

II - ao titular da Secretaria de Gestão Administrativa para TEDs com valor inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e igual ou superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), vedada a subdelegação; e

III - aos Secretários e aos Diretores de Departamento e equivalentes para TEDs com valor igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a serem firmados no âmbito das respectivas unidades, vedada a subdelegação.

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Art. 6º Compete à unidade descentralizada observar, quando da contratação de terceiros para a execução do TED, as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas federais sobre licitações e contratos administrativos, inclusive os procedimentos definidos para os casos de dispensa ou inexigibilidade, assim como as disposições do Guia de Administração dos Postos - GAP, nas hipóteses de contratações no exterior.

Art. 7º Nas hipóteses de dispensa de celebração de TED de que trata o §3º do art. 3º do Decreto n° 10.426, de 2020, a descentralização dos créditos orçamentários será realizada por meio da troca de Ofícios entre a unidade descentralizadora e a unidade finalística do Ministério das Relações Exteriores que tenha competência sobre o tema de interesse da unidade descentralizadora, seguida da emissão da nota de movimentação de crédito e pela nota de programação financeira, da unidade descentralizadora para a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do MRE.

Parágrafo único. O processamento dos pedidos de descentralização orçamentária de que trata este artigo seguirá o roteiro indicado no art. 1º do Anexo a esta portaria, além do que dispõe o Decreto nº 10.426, de 2020.

Art. 8º Nas hipóteses de descentralização orçamentária com celebração de TED, o processo deverá iniciar-se com a troca de Ofícios entre a unidade descentralizadora e a unidade finalística do Ministério das Relações Exteriores que tenha competência sobre o tema de interesse da unidade descentralizadora, nos quais serão descritas as ações e projetos que se pretende executar.

§ 1º A Unidade descentralizadora deverá encaminhar à unidade finalística do MRE a proposta de celebração de TED, devidamente preenchido.

§ 2º O processamento dos pedidos de descentralização orçamentária de que trata este artigo seguirá o roteiro indicado no art. 2º do Anexo a esta portaria.

Art. 9º Os atos praticados por delegação de competência deverão indicar esta situação na respectiva fundamentação.

Art. 10. Os TED de que trata essa portaria serão operacionalizados na Plataforma +Brasil.

Art. 11. Ficam convalidados os atos praticados que se enquadrem nas regras de delegação de competência constantes da presente Portaria, desde que demonstrados, na instrução processual, além do cumprimento dos demais requisitos legais, a ausência de lesão ao interesse público, a inexistência de prejuízos a terceiros e a devida motivação.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor em 1° de setembro de 2022.

FERNANDO SIMAS MAGALHÃES

ANEXO

Roteiro para o processamento de propostas de descentralização orçamentária no âmbito do Ministério das Relações Exteriores

Art. 1º Nas hipóteses de dispensa de celebração de TED (§3º do art. 3º do Decreto n° 10.426, de 2020), o seguinte roteiro será seguido:

I - Recebido o Ofício com a proposta de descentralização, a unidade finalística responsável pelo tema no MRE deverá, caso esteja de acordo, enviar Ofício de aceitação à unidade descentralizadora e encaminhar cópias de ambos os Ofícios e seus documentos anexos à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, por meio da plataforma eletrônica de tramitação de documentos "e-Docs".

II - No caso de descentralização de recursos para execução no exterior, a unidade finalística responsável no MRE deverá contatar o posto no exterior que executará as ações ou programas e solicitar que sejam providenciadas ao menos três cotações, de diferentes fornecedores, relacionados à despesa objeto da descentralização, sempre observando as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas federais sobre licitações e contratos administrativos, inclusive os procedimentos definidos para os casos de dispensa ou inexigibilidade, assim como as disposições do Guia de Administração dos Postos - GAP.

III - De posse das cotações, a área finalística deverá informar ao órgão descentralizador o valor da despesa e os códigos da Unidade Gestora (UG) e de Gestão que receberão o destaque (UG 240005 - COF/MRE; Gestão 00001 - Tesouro).

IV - A área finalística deverá, então, solicitar do órgão descentralizador os números da nota de movimentação de crédito e da nota de programação financeira correspondentes, tão logo os recursos sejam descentralizados, e informar à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças por meio da plataforma "e-DOCS".

V - A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças atestará o recebimento dos recursos descentralizados; providenciará a criação de código interno e dará conhecimento destas informações à área finalística.

VI - Na hipótese de a área finalística responsável não ser Unidade Gestora Coordenadora (UGC), a área finalística deverá autorizar, por despacho telegráfico, com a UGC responsável pela autorização da despesa em segunda distribuição, o posto a realizar a contratação referente à despesa objeto da descentralização junto ao fornecedor que oferecer a proposta mais econômica e deverá instruir ao posto a solicitar os recursos necessários à UGC correspondente, conforme modelo de telegrama constante do item 2.3 do GAP, indicando o valor total solicitado em dólares e moeda local.

VII - Ainda na hipótese de a área finalística responsável não ser Unidade Gestora Coordenadora (UGC), a área finalística transmitirá a solicitação à UGC correspondente, anexando a nota de movimentação de crédito e o código interno correspondentes, também por meio da plataforma eletrônica de documentos "e-Docs" a fim de que seja providenciado o envio dos recursos (Autorização ou DRF) ao posto no exterior que executará a despesa.

VIII - Caso a área finalística responsável seja Unidade Gestora Coordenadora (UGC), esta deverá encaminhar à COF a DRF, quando se tratar de execução de posto aderente ao SIAFI ou a solicitação de provisão dos créditos para o Escritório Financeiro em Nova York (EFNY).

IX - No caso de postos não aderentes ao SIAFI, o posto deverá informar à área finalística responsável, com cópia para a DAEX ou DPAG e para a COF, o valor em dólares que deverá ser enviado para o EFNY, de modo a possibilitar que a Unidade Gestora Coordenadora (UGC) expeça a Autorização correspondente.

X - Caso os recursos descentralizados visem ao pagamento de contribuições voluntárias a organismos internacionais, a área finalística deverá enviar minimemo à COF e à DAEX, anexando o despacho telegráfico informando ao posto sobre o envio dos recursos, a nota de movimentação de crédito e o código interno correspondentes, e solicitando a emissão de DRF, no caso de posto executor aderente ao SIAFI, ou da Autorização para pagamento pelo Escritório Financeiro em Nova York (EFNY), no caso de postos não aderentes ao SIAFI.

XI - Após a execução do orçamento descentralizado, o posto no exterior deverá recolher à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (nos casos de postos aderentes ao SIAFI) ou ao EFNY (nos casos de postos não aderentes ao SIAFI) os saldos dos crédito orçamentários descentralizados e não empenhados e os recursos financeiros não utilizados até 30 dias após a conclusão do objeto ou encerramento do TED, ou até 21 dias antes da data estabelecida para encerramento do exercício financeiro, o que ocorrer primeiro, de modo a permitir a devolução desses saldos até quinze dias antes do encerramento do exercício financeiro, conforme dispõe o art. 29, § 1º, do Decreto nº 10.426, de 2020.

XII - Às descentralizações efetivadas após a data estabelecida para encerramento do exercício financeiro não se aplicam as disposições do inciso anterior, hipótese em que os partícipes acordarão nova data para a devolução dos créditos.

XIII - Após o encerramento do TED ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro, os créditos orçamentários e os recursos financeiros serão devolvidos no prazo de trinta dias, contado da data do encerramento ou da conclusão, conforme o art. 29, § 2º, do Decreto nº 10.426, de 2020.

XIV - O posto enviará à unidade finalística documentos comprobatórios de prestação de contas, para posterior envio ao órgão cedente.

XV - A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças enviará à área finalística responsável e ao órgão descentralizador cópias da nota de movimentação de crédito e da nota de programação financeira de devolução dos saldos eventualmente remanescentes.

Art. 2º Nas hipóteses de celebração de TED, o seguinte roteiro será seguido:

I - Recebido o Ofício com a proposta de descentralização, a unidade finalística responsável pelo tema no MRE deverá, caso esteja de acordo, solicitar ao posto que executará a despesa um Plano de Trabalho contendo os elementos indicados no art. 8º, do Decreto n° 10.426, de 2020. Enviará, então, ofício de aceitação e o Plano de Trabalho à unidade descentralizadora, solicitando minuta do TED.

II - A área finalística deverá solicitar, por meio da plataforma eletrônica de tramitação de documentos "e-Docs", a anuência da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças quanto à minuta de TED para descentralização dos recursos.

III - A área finalística deverá, então, encaminhar as minutas de TED e de Plano de Trabalho para assinatura pelo órgão descentralizador. De posse das minutas de TED e de Plano de Trabalho já assinadas pelo órgão descentralizador, a área finalística dará prosseguimento ao processo de colheita de assinaturas das autoridades competentes no MRE, à luz das delegações de competência contidas no art. 3º. desta Portaria.

IV - A área finalística encaminhará cópias dos documentos assinados ao Departamento de Comunicação Social (DCOM), para publicação na área correspondente da página eletrônica do MRE, bem como informará ao posto executor da assinatura.

V - A área finalística deverá informar ao posto da assinatura do TED, solicitar ao órgão descentralizador os números de nota de movimentação de crédito e de nota de programação financeira para posterior informação à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças.

VI - A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (COF) deverá conferir o recebimento dos recursos descentralizados, providenciar a criação de códigos internos e dar conhecimento destes à área finalística.

VII - Caso a área finalística responsável seja Unidade Gestora Coordenadora (UGC), deverá encaminhar à COF a DRF, em se tratando de execução por posto aderente ao SIAFI, ou de pedido à COF, para provisão dos créditos para o EFNY e inclusão dos dados no SIGEF, no caso de postos não aderentes ao SIAFI, a fim de permitir o envio, pela UGC, de Autorização para pagamento pelo Escritório Financeiro em Nova York (EFNY).

VIII - No caso de postos não aderentes ao SIAFI, o posto deverá informar à área finalística responsável, com cópia a DAEX ou DPAG e para a COF, o valor em dólares que deverá ser enviado pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (COF) para o EFNY, de modo a possibilitar que a UGC expeça a Autorização correspondente.

IX - Caso a área finalística não seja Unidade Gestora Coordenadora (UGC), a área finalística deverá autorizar, por despacho telegráfico, com a UGC responsável pela autorização da despesa em segunda distribuição, o posto a realizar a contratação ou pagamento referente à despesa objeto da descentralização junto ao fornecedor que oferecer a proposta mais econômica, sempre observando as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas federais sobre licitações e contratos administrativos, inclusive os procedimentos definidos para os casos de dispensa ou inexigibilidade, assim como as disposições do Guia de Administração dos Postos - GAP. A área finalística também deverá instruir ao posto a solicitar os recursos necessários à UGC correspondente, conforme modelo de telegrama constante do item 2.3 do GAP, indicando o valor total solicitado em dólares e moeda local.

X - Caso a área finalística não seja Unidade Gestora Coordenadora (UGC), deverá solicitar, por E-docs, à UGC correspondente a emissão de DRF, no caso de posto executor aderente ao SIAFI, ou da Autorização para pagamento pelo Escritório Financeiro em Nova York (EFNY), no caso de postos não aderentes ao SIAFI, informando o número do minimemo mencionado no inciso II.

XI - Caso os recursos descentralizados visem ao pagamento de contribuições voluntárias periódicas a organismos internacionais, a área finalística deverá solicitar por E-docs à DAEX, a emissão de DRF, no caso de posto executor aderente ao SIAFI, ou da Autorização para pagamento pelo Escritório Financeiro em Nova York (EFNY), no caso de postos não aderentes ao SIAFI, informando o número do minimemo mencionado no inciso II e anexando o despacho telegráfico que informa ao posto sobre o envio dos recursos.

XII - Após a execução do projeto ou ação objeto da descentralização de recursos orçamentários, o posto deverá enviar à área finalística responsável Relatório de Cumprimento e documentos comprobatórios para prestação de contas.

XIII - Ato contínuo, o posto deverá recolher junto ao EFNY ou à COF, como corresponda, eventual saldo remanescente dos crédito orçamentários descentralizados e não empenhados e os recursos financeiros não utilizados até 30 dias após a conclusão do objeto ou encerramento do TED, ou até 21 dias antes da data estabelecida para encerramento do exercício financeiro, o que ocorrer primeiro, de modo a permitir a devolução desses saldos até quinze dias antes do encerramento do exercício financeiro, conforme dispõe o art. 29, § 1º, do Decreto nº 10.426, de 2020.

XIV - Às descentralizações efetivadas após a data estabelecida para encerramento do exercício financeiro não se aplicam as disposições do inciso anterior, hipótese em que os partícipes acordarão nova data para a devolução dos créditos.

XV - Após o encerramento do TED ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro, os créditos orçamentários e os recursos financeiros serão devolvidos no prazo de trinta dias, contado da data do encerramento ou da conclusão, conforme o art. 29, § 2º, do Decreto nº 10.426, de 2020.

XVI - Nesta hipótese, caberá à COF encaminhar ao órgão descentralizar as notas de movimentação de crédito e de programação financeira e arquivar o processo.

PORTARIA Nº 402, DE 22 DE JULHO DE 2022

Aprova o novo Guia de Administração dos Postos (GAP 2022) do Ministério das Relações Exteriores.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, com a redação dada pelo Decreto nº 10.241, de 13 de fevereiro de 2020, tendo em conta o disposto no art. 123 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como a necessidade de atualizar as normas de gestão e de execução financeira, orçamentária e patrimonial das Repartições do Ministério das Relações Exteriores no exterior, resolve:

Art. 1º Aprovar a versão atualizada do Guia de Administração dos Postos (GAP 2022) do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 2º Designar a Secretaria de Gestão Administrativa (SGAD) como unidade responsável pelo tratamento de eventuais questões relativas à interpretação ou implementação das disposições do GAP 2022.

Art. 3º Ficam revogadas:

I - a Portaria n° 380, de 1º de julho de 2016; e

II - a Portaria nº 358, de 6 de agosto de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor 7 (sete) dias após a data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 3.039, DE 19 DE JULHO DE 2022

Qualifica Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, pertencente à Central de Regulação das Urgências (CRU) de Capanema (Macro Nordeste) e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Pará e Município de São Domingos do Capim.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.095, de 23 de maio de 2014, que habilita 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) para a Base Descentralizada do Município de São Domingos do Capim (PA), pertencente à Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Capanema (PA);

Considerando o Título II - Do componente do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU 192), da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 288, de 12 de março de 2018, que define a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/2017/GM/MS, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de São Domingos do Capim/PA na Proposta SAIPS nº 155578 e a correspondente avaliação pela Coordenação Geral de Urgência - Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, através de Parecer Técnico nº 369/2022, constante do NUP-SEI: 25000.052252/2022-69, resolve:

Art. 1º Fica qualificada a Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, pertencente à Central de Regulação das Urgências de Capanema (Macro Nordeste), no Município descrito no Anexo I.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos de acordo com art. 928, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, devendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 137.186,40 (cento e trinta e sete mil, cento e oitenta e seis reais e quarenta centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Pará e Município de São Domingos do Capim.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º ao Fundo Municipal de Saúde de São Domingos do Capim, IBGE 150720, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do Orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 8ª (oitava) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	CRU	Nº PROPOSTA SAIPS	DESCRIÇÃO	AMAZÔNIA LEGAL	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	VALOR CUSTEIO A SER INCORPORADO (ANUAL R$)
PA	150720	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	7071396	MUNICIPAL	CAPANEMA (MACRO NORDESTE)	155578	USB	SIM	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 E UNIDADES MÓVEIS QUALIFICADAS	137.186,40

PORTARIA GM/MS Nº 3.040, DE 19 DE JULHO DE 2022

Qualifica Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, pertencente à Central de Regulação das Urgências de Guanambi/BA e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado da Bahia e Município de Jacaraci.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.279, de 29 de dezembro de 2016, que habilita o Município de Jacaraci (BA), a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) para a Base descentralizada, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente a Central de regulação das Urgências Regional de Guanambi (BA) e autoriza a transferência de custeio ao município;

Considerando o Título II - Do componente do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 288, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/2017/GM/MS, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Jacaraci/BA na Proposta SAIPS nº 152113 e a correspondente avaliação pela Coordenação Geral de Urgência - Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, através de Parecer Técnico nº 376/2022, constante do NUP-SEI: 25000.493624/2017-46, resolve:

Art. 1º Fica qualificada a Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, pertencente à Central de Regulação das Urgências de Guanambi/BA, do Município de Jacaraci/BA, conforme Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos de acordo com art. 928, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, devendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 105.528,00 (cento e cinco mil e quinhentos e vinte e oito reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado da Bahia e Município de Jacaraci.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º ao Fundo Municipal de Saúde de Jacaraci, IBGE 291740, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do Orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 8ª (oitava) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS	Nº PROPOSTA SAIPS	DESCRIÇÃO	AMAZÔNIA LEGAL	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	VALOR CUSTEIO A SER INCORPORADO (ANUAL R$)
BA	291740	JACARACI	7447825	MUNICIPAL	GUANAMBI	152113	USB	NÃO	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 E UNIDADES MÓVEIS QUALIFICADAS	105.528,00

PORTARIA GM/MS Nº 3.041, DE 19 DE JULHO DE 2022

Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN Tipo II e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Paraná e Município de Maringá.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as Redes do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Maringá na Proposta SAIPS nº 150978 e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Internação Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGHID/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.049925/2022-01, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN Tipo II, do estabelecimento de saúde descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A referida unidade de saúde poderá ser submetida à avaliação de técnicos da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos no Título X, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, terá suspenso os efeitos de sua habilitação.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 985.500,00 (novecentos e oitenta e cinco mil e quinhentos reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Paraná e do Município de Maringá.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Maringá, IBGE 411520, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 8ª (oitava) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR ANUAL (LEITOS NOVOS)
PR	411520	MARINGÁ	SANTA CASA DE MARINGÁ HOSPITAL E MAT. M. AUXILIADORA	2594714	MUNICIPAL	150978	II	26.10 - UNIDADE DE TERAPIA NEONATAL TIPO II - UTIN II	05	05	985.500,00

PORTARIA GM COAPO Nº 3.042, DE 19 DE JULHO DE 2022

Qualifica Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, pertencente à Central de Regulação das Urgências de Patos/PB e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado da Paraíba e Município de Condado.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 288, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.521, de 6 de julho de 2021, que habilita Unidades de Suporte Básico (USB), Unidades de Suporte Avançado (USA) e Motolância, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), de Estados e Municípios;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Condado/PB na Proposta SAIPS nº 152461 e a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Urgência - Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, através de Parecer Técnico nº 249/2022, constante do NUP-SEI nº 25000.111347/2021-41, resolve:

Art. 1º Fica qualificada a Unidade de Suporte Básico (USB) do Município de Condado/PB, CNES 7140282, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, pertencente à Central de Regulação das Urgências de Patos/PB, conforme Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos de acordo com art. 928, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, devendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 105.528,00 (cento e cinco mil quinhentos e vinte e oito reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado da Paraíba e Município de Condado.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º ao Fundo Municipal de Saúde de Condado/PB, IBGE 250450, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do Orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 8ª (oitava) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS	Nº PROPOSTA SAIPS	DESCRIÇÃO	AMAZÔNIA LEGAL	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	VALOR ANUAL
PB	250450	CONDADO	7140282	MUNICIPAL	PATOS	152461	USB	NÃO	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGENCIAS SAMU 192 QUALIFICADA	R$ 105.528,00

PORTARIA GM/MS Nº 3.043, DE 19 DE JULHO DE 2022

Habilita Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional e Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral/Parenteral e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado de Santa Catarina e Município de Brusque.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 120, de 14 de abril de 2009, que aprova as Normas de Classificação, Credenciamento e Habilitação dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional no âmbito do SUS e Parâmetros para composição de Teto Financeiro em Terapia Nutricional (Anexo IV) a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para o custeio da Terapia Nutricional;

Considerando o Capítulo IX - Da Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/2017/GM/MS, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC);

Considerando a Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 02 de fevereiro de 2022, que consolida as normas sobre Atenção Especializada à Saúde;

Considerando a Resolução CIB/SC nº 183, de 24 de agosto de 2021, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Santa Catarina; e

Considerando a documentação apresentada pelo Estado de Santa Catarina na Proposta SAIPS nº 150448 e a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Atenção Especializada - Departamento de Atenção Especializada e Temática - CGAE/DAET/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.020367/2022-94, resolve:

Art. 1º Fica habilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional e Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral/Parenteral, o estabelecimento descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 299.141,42 (duzentos e noventa e nove mil, cento e quarenta e um reais e quarenta e dois centavo) a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado de Santa Catarina e Município de Brusque.

Art. 3º Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Brusque, IBGE 420290, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 8ª (oitava) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	VALOR ANUAL (R$)
SC	420290	BRUSQUE	HOSPITAL AZAMBUJA	2522411	MUNICIPAL	150448	23.01 - UNIDADE DE ASSISTÊNCIA DE ALTA COMPLEXIDADE EM TERAPIA NUTRICIONAL	299.141,42
							23.04 - ENTERAL E PARENTERAL	

PORTARIA GM/MS Nº 3.044, DE 19 DE JULHO DE 2022

Habilita estabelecimento de saúde como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional e Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral/Parenteral e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado da Bahia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 120, de 14 de abril de 2009, que aprova as Normas de Classificação, Credenciamento e Habilitação dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional no âmbito do SUS e Parâmetros para composição de Teto Financeiro em Terapia Nutricional (Anexo IV) a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para o custeio da Terapia Nutricional;

Considerando o art. 704 ao art. 711 do Capítulo IX - Da Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6 de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 22 de fevereiro de 2022, que consolida as normas sobre atenção especializada à saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC);

Considerando a Resolução CIB/BA nº 234, de 18 de novembro de 2021, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado da Bahia; e

Considerando a documentação apresentada pelo Estado da Bahia na Proposta SAIPS nº 150972 e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Departamento de Atenção Especializada e Temática - CGAE/DAET/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.037869/2022-54, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Hospital Geral Ernesto Simões Filho, CNES 0004073, localizado no Município de Salvador/BA, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional e Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral/Parenteral, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 265.948,11 (duzentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais e onze centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado da Bahia.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde da Bahia, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 8ª (oitava) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	VALOR ANUAL (R$)
BA	292740	SALVADOR	HOSPITAL GERAL ERNESTO SIMOES FILHO	0004073	ESTADUAL	150972	23.01 - UNIDADE DE ASSISTÊNCIA DE ALTA COMPLEXIDADE EM TERAPIA NUTRICIONAL	265.948,11
							23.04 - ENTERAL E PARENTERAL	

PORTARIA GM/MS Nº 3.045, DE 19 DE JULHO DE 2022

Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Pediátrico Tipo II e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Distrito Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as Redes do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC);

Considerando a Resolução CIB/DF nº 58, de 10 de dezembro de 2021, da Comissão Intergestores Bipartite do Distrito Federal; e

Considerando a documentação apresentada pelo Distrito Federal na Proposta SAIPS nº 153.681 e a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Internação Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência - CGHID/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI - 25000.076343/2022-90, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Pediátrico Tipo II do estabelecimento descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A referida unidade de saúde poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos no Título X, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, terá suspenso os efeitos de sua habilitação.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 1.182.600,00 (um milhão, cento e oitenta e dois mil e seiscentos reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Distrito Federal.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde do Distrito Federal, IBGE 530000, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 8ª (oitava) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR ANUAL (LEITOS NOVOS)
DF	530000	BRASILIA	INSTITUTO DE CARDIOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL	3276678	ESTADUAL	153681	II	26.03 - UTI II PEDIÁTRICA	6	6	1.182.600,00

PORTARIA GM/MS Nº 3.046, DE 19 DE JULHO DE 2022

Desabilita leitos de UTI Adulto Tipo II, habilita leitos de Unidade Coronariana - UCO Tipo II e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Rio Grande do Sul.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 463, de 18 de dezembro de 2009, que altera o número de leitos das Unidades de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.210, de 18 de dezembro de 2009, que estabelece recursos a serem incorporados ao teto financeiro anual de média e alta complexidade do Estado do Rio Grande do Sul;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as Redes do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 404, de 25 de fevereiro de 2022, que estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), de Municípios, Estados e Distrito Federal;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a documentação apresentada pelo Estado do Rio Grande do Sul na Proposta SAIPS nº 154392 e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Internação Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGHID/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.054436/2022-63, resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Tipo II do estabelecimento de saúde descrito no Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Ficam habilitados leitos da Unidade Coronariana - UCO Tipo II, do estabelecimento de saúde descrito no Anexo II a esta Portaria.

Parágrafo único. A referida unidade de saúde poderá ser submetida à avaliação de técnicos da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos no Título X, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, terá suspenso os efeitos de sua habilitação.

Art. 3º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 170.176,32 (cento e setenta mil, cento e setenta e seis reais e trinta e dois centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. O recurso financeiro destinado ao custeio dos leitos da Unidade Coronariana - UCO Tipo II corresponde a diferença entre o valor de custeio dos leitos de UTI Tipo II desabilitados e o valor de custeio dos leitos habilitados no art. 2º.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 3º, ao Fundo Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 8ª (oitava) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA DESABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS DESABILITADOS	TOTAL Nº DE LEITOS	VALOR ANUAL DA HABILITAÇÃO (R$ ANO)
RS	431020	IJUI	HOSPITAL DE CARIDADE DE IJUI	2261057	ESTADUAL	II	26.01 - UTI II ADULTO	2	13	355.423,68

ANEXO II

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR ANUAL (LEITOS NOVOS)	VALOR JÁ INCORPORADO AO TETO MAC(R$)	VALOR ANUAL A SER ACRESCIDO AO TETO MAC (R$ ANO)
RS	431020	IJUI	HOSPITAL DE CARIDADE DE IJUI	2261057	ESTADUAL	154392	II	26.08 - UTI CORONARIANA TIPO II	2	2	525.600,00	355.423,68	170.176,32

PORTARIA GM/MS Nº 3.047, DE 19 DE JULHO DE 2022

Qualifica Unidades de Suporte Básico (USB), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, pertencentes à Central de Regulação das Urgências de Curitiba (Metropolitano) e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Paraná e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.655, de 10 de julho de 2007, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, Regional de Curitiba (PR);

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.071, de 23 de dezembro de 2008, que redefine os recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 - Regional de Curitiba - PR;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.456, de 26 de outubro de 2012, Redefine o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio da Central de Regulação das Urgências e habilita Unidades de Suporte Básico e Avançado a receberem recursos de custeio destinados ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional Curitiba (PR) e autoriza a transferência de custeio aos Fundos Municipais de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 4.423, de 28 de dezembro de 2018, que renova a qualificação e especifica a composição do incentivo de custeio da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB), Unidade de Suporte Avançado (USA) e Unidade Móvel Aérea (Aeromédico) da Regional de Curitiba (PR) pertencentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192);

Considerando o Título II - Do componente do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 288, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/2017/GM/MS, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a documentação apresentada pelo Municípios nas Propostas SAIPS e a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Urgência - Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, através de Parecer Técnico nº 349/2022, constante do NUP-SEI 25000.146254/2020-56, resolve:

Art. 1º Ficam qualificada as Unidades de Suporte Básico (USB), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, pertencentes à Central de Regulação das Urgências (CRU) de Curitiba (Metropolitano), dos Municípios descritos no Anexo.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos de acordo com art. 928, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, devendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 844.224,00 (oitocentos e quarenta e quatro mil duzentos e vinte e quatro reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Paraná e Municípios, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º aos Fundos Municipais de Saúde, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do Orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 8ª (oitava) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS	SAIPS	DESCRIÇÃO	AMAZÔNIA LEGAL	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	VALOR A SER INCORPORADO (ANUAL R$)
PR	410690	CURITIBA	6982409	MUNICIPAL	CURITIBA (METROPOLITANO)	156100	USB	NÃO	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 E UNIDADES MÓVEIS QUALIFICADAS	R$ 105.528,00
			7350252				USB			R$ 105.528,00
			7350260				USB			R$ 105.528,00
			7350279				USB			R$ 105.528,00
			7350295				USB			R$ 105.528,00
			7350309				USB			R$ 105.528,00
	410425	CAMPO MAGRO	7165951			156819	USB			R$ 105.528,00
	412760	TIJUCAS DO SUL	9076891			153011	USB			R$ 105.528,00
TOTAL										R$ 844.224,00

PORTARIA GM/MS Nº 3.048, DE 19 DE JULHO DE 2022

Habilita Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional e Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral/Parenteral e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado de Minas Gerais e Município de Curvelo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 120, de 14 de abril de 2009, que aprova as Normas de Classificação, Credenciamento e Habilitação dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional no âmbito do SUS e Parâmetros para composição de Teto Financeiro em Terapia Nutricional (Anexo IV) a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para o custeio da Terapia Nutricional;

Considerando o Capítulo IX - Da Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/2017/GM/MS, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC);

Considerando a Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 22 de fevereiro de 2022, que consolida as normas sobre atenção especializada à saúde;

Considerando a Resolução CIB/MG nº 530, de 9 de agosto de 2021, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Minas Gerais; e

Considerando a documentação apresentada pelo Estado de Minas Gerais na Proposta SAIPS nº 155326 e a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Atenção Especializada - Departamento de Atenção Especializada e Temática - CGAE/DAET/SAES/MS, constante no NUP-SEI 25000.068196/2022-84, resolve:

Art. 1º Fica habilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional e Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral/Parenteral, o estabelecimento descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 127.686,51 (cento e vinte e sete mil seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado de Minas Gerais e Município de Curvelo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Curvelo, IBGE 312090, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 8ª (oitava) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	VALOR ANUAL (R$)
MG	312090	CURVELO	HOSPITAL SANTO ANTONIO	2178559	MUNICIPAL	155326	23.01 - UNIDADE DE ASSISTÊNCIA DE ALTA COMPLEXIDADE EM TERAPIA NUTRICIONAL	127.686,51
							23.04 - ENTERAL E PARENTERAL	

PORTARIA GM/MS 3.049, DE 20 DE JULHO DE 2022

Habilita Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional e Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral/Parenteral e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Distrito Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 120, de 14 de abril de 2009, que aprova as Normas de Classificação, Credenciamento e Habilitação dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional no âmbito do SUS e Parâmetros para composição de Teto Financeiro em Terapia Nutricional (Anexo IV) a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para o custeio da Terapia Nutricional;

Considerando o Capítulo IX - da assistência de alta complexidade em terapia nutricional, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/2017/GM/MS, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC);

Considerando a Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 22 de fevereiro de 2022, que consolida as normas sobre atenção especializada à saúde;

Considerando a Resolução CIB/DF nº 35, de 17 de agosto de 2021, da Comissão Intergestores Bipartite do Distrito Federal; e

Considerando a documentação apresentada pelo Distrito Federal na Proposta SAIPS nº 151041 e a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Atenção Especializada - Departamento de Atenção Especializada e Temática - CGAE/DAET/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.183759/2021-82, resolve:

Art. 1º Fica habilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional e Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral/Parenteral, o estabelecimento descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 241.257,74 (duzentos e quarenta e um mil duzentos e cinquenta e sete reais e setenta e quatro centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Distrito Federal.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde do Distrito Federal, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 8ª (oitava) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	VALOR ANUAL (R$)
DF	530010	BRASILIA	HOSPITAL DA CRIANCA DE BRASILIA JOSE ALENCAR HCB	6876617	ESTADUAL	151041	23.01 - UNIDADE DE ASSISTÊNCIA DE ALTA COMPLEXIDADE EM TERAPIA NUTRICIONAL	241.257,74
							23.04 - ENTERAL E PARENTERAL	

PORTARIA GM/MS 3.050, DE 20 DE JULHO DE 2022

Habilita Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional e Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral/Parenteral e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado de Sergipe.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 120, de 14 de abril de 2009, que aprova as normas de Classificação, Credenciamento e Habilitação dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional no âmbito do SUS e Parâmetros para composição de Teto Financeiro em Terapia Nutricional (Anexo IV) a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para o custeio da Terapia Nutricional;

Considerando o Capítulo IX - Da Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/2017/GM/MS, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 22 de fevereiro de 2022, que consolida as normas sobre atenção especializada à saúde;

Considerando a Portaria nº 639/GM/MS, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC);

Considerando a Resolução CIE/SE nº 142, de 26 de novembro de 2021, do Colegiado Interfederativo Estadual de Sergipe; e

Considerando a documentação apresentada pelo Estado de Sergipe na Proposta SAIPS nº 152693 e a correspondente avaliação pela Coordenação Geral de Atenção Especializada - Departamento de Atenção Especializada e Temática - CGAE/DAET/SAES/MS, constante no NUP-SEI 25000.020425/2022-80, resolve:

Art. 1º Fica habilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional e Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral/Parenteral, o estabelecimento descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 341.105,39 (trezentos e quarenta e um mil, cento e cinco reais e trinta e nove centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado de Sergipe.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde de Sergipe, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 8ª (oitava) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	VALOR ANUAL (R$)
SE	280030	ARACAJU	HOSPITAL DE CIRURGIA	0002283	ESTADUAL	152693	23.01 - UNIDADE DE ASSISTÊNCIA DE ALTA COMPLEXIDADE EM TERAPIA NUTRICIONAL	341.105,39
							23.04 - ENTERAL E PARENTERAL	

PORTARIA GM/MS, 3.051 DE 20 DE JULHO DE 2022

Habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Sul) e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de Santa Catarina e Município de Palhoça.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 1.535, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados as Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

Considerando o Anexo III - Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) - Título IV - Do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de Serviços de Urgência 24 horas - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Palhoça (SC) na Proposta SAIPS nº 152472 e a correspondente avaliação por meio do Parecer Técnico nº 267/2022-CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.038407/2022-54, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h Sul, Opção III, Nova, no município descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 1.200.000,00 (um milhão, duzentos mil reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de Santa Catarina e Município de Palhoça.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Palhoça, IBGE 421190, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 7ª (sétima) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	OPÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	AMAZONIA LEGAL	VALOR ANUAL (R$)
SC	421190	PALHOÇA	0697370	MUNICIPAL	152472	III	82.41 - UPA 24H NOVA OPCAO III	NÃO	1.200.000,00

PORTARIA GM/MS Nº 3.052, DE 20 DE JULHO DE 2022

Habilita e qualifica Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de São Paulo e Município de Campinas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 1.535, de 25 de setembro de 2017, que redefine os Incentivos relacionados à Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

Considerando o Anexo III - Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) - Título IV - Do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de Serviços de Urgência 24 horas - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Campinas/SP na Proposta SAIPS nº 117536 e a correspondente avaliação por meio do de Parecer Técnico nº 1379/2021-CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.177819/2021-28, resolve:

Art. 1º Fica habilitada e qualificada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h - Unidade de Pronto Atendimento Dr. Sérgio Arouca), no município descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação, em conformidade com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de São Paulo e Município de Campinas.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Campinas/SP, IBGE 350950, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585.0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 7ª (sétima) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	OPÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	AMAZONIA LEGAL	VALOR ANUAL R$
SP	350950	CAMPINAS	5874998	MUNICIPAL	117536	VIII	82.06 - UPA 24H AMPLIADA OPÇÃO VIII	NÃO	3.600.000,00

PORTARIA GM/MS Nº 3.056, DE 20 DE JULHO DE 2022

Habilita leitos de Unidade Coronariana (UCO) e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de Santa Catarina.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as Redes do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a documentação apresentada pelo Estado de Santa Catarina na Proposta SAIPS 155396 e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Internação Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGHID/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.081218/2022-00, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade da Unidade Coronariana - UCO Tipo II do estabelecimento de saúde descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A referida unidade de saúde poderá ser submetida à avaliação de técnicos da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos no Título X, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, terá suspenso os efeitos de sua habilitação.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 2.628.000,00 (dois milhões e seiscentos e vinte e oito mil reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde de Santa Catarina, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 8ª (oitava) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR ANUAL (LEITOS NOVOS)
SC	421950	XANXERE	HOSPITAL REGIONAL SAO PAULO ASSEC	2411393	ESTADUAL	155396	II	26.08 - UTI CORONARIANA TIPO II	10	10	R$ 2.628.000,00

PORTARIA GM/MS Nº 3.057, DE 20 DE JULHO DE 2022

Qualifica Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente à Central de Regulação das Urgências (CRU) de Camaçari/BA e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado da Bahia e Município de Itanagra.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 4.091, de 17 de dezembro de 2010, que habilita o Município de Itanagra (BA) a receber o quantitativo referente às Unidades de Suporte Básico destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Camaçari (BA);

Considerando o Título II - Do Componente do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) - do Livro II, do Anexo III da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 288, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Itanagra (BA) na Proposta SAIPS nº 155176 e a correspondente avaliação por meio do Parecer Técnico nº 375/2022-CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.147225/2021-92, resolve:

Art. 1º Fica qualificada a Unidade de Suporte Básico (USB), do Município de Itanagra (BA), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente à Central de Regulação das Urgências (CRU) de Camaçari/BA, conforme Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos de acordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 105.528,00 (cento e cinco mil e quinhentos e vinte e oito reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado da Bahia e Município de Itanagra.

Art. 3º Fica especificada a composição do incentivo da Unidade de Suporte Básico (USB), no qual são detalhados os valores de habilitação e qualificação, bem como, o valor a ser incorporado ao Teto MAC do Estado da Bahia e Município de Itanagra.

Parágrafo único. O detalhamento do incentivo em valores específicos para a habilitação e para a qualificação da unidade não acarretará impacto nos limites financeiros de Média e Alta Complexidade do Estado e Município, além do estabelecido no art. 2º desta Portaria.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º ao Fundo Municipal de Saúde de Itanagra, IBGE 291590, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao incentivo financeiro de que trata esta Portaria pode ser aplicado no custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade, desde que garantida a manutenção da unidade habilitada e qualificada.

Art. 5º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do Orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 8ª (oitava) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	DESCRIÇÃO	GESTÃO	AMAZÔNIA LEGAL	Nº PROPOSTA SAIPS	CRU	CÓDIGO DE INCENTIVO HABILITAÇÃO	CÓDIGO DE INCENTIVO QUALIFICAÇÃO	INCENTIVO FINANCEIRO DE HABILITAÇÃO ANUAL (R$)	INCENTIVO FINANCEIRO DE QUALIFICAÇÃO - VALOR ANUAL A SER INFORPORADO (R$)	TOTAL ANUAL (R$)
BA	291590	ITANAGRA	6994822	USB	MUNICIPAL	NÃO	155176	CAMAÇARI	82.50 - UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR USB SAMU 192	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 E UNIDADES MÓVEIS QUALIFICADAS	157.500,00	105.528,00	263.028,00

PORTARIA GM/MS Nº 3.058, DE 20 DE JULHO DE 2022

Altera a habilitação de estabelecimento de Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - Unacon para Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia com Serviços de Radioterapia e de Hematologia e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Paraná e Município de Apucarana.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6 de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Seção III - Da Habilitação de Estabelecimentos de Saúde na Alta Complexidade em Oncologia - da Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 22 de fevereiro de 2022, que consolida as normas sobre atenção especializada à saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC);

Considerando a manifestação da Secretaria de Estado de Saúde do Paraná, bem como a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/PR, por meio das Deliberações CIB nº 036, 1º de abril de 2021 e nº 028/2022, de 24 de fevereiro de 2022; e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Apucarana/PR nas Propostas SAIPS nº 138017 e 132771 e a correspondente avaliação pela Coordenação Geral de Atenção Especializada - Departamento de Atenção Especializada e Temática - CGAE/DAET/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.047855/2022-49, resolve:

Art. 1º Fica alterada a habilitação do estabelecimento da Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - Unacon para Unacon com Serviços de Radioterapia e de Hematologia, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 3.137.579,00 (três milhões, cento e trinta e sete mil, quinhentos e setenta e nove reais) a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Paraná e Município de Apucarana.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde do Apucarana, IBGE 410140, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 8ª (oitava) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO (ATUAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO (NOVA)	VALOR ANUAL A SER ACRESCIDO (R$)
UF	410140	APUCARANA	HOSPITAL DA PROVIDENCIA	2439360	MUNICIPAL	138017/132771	17.06 - UNACON	17.07 - UNACON COM SERVIÇO DE RADIOTERAPIA 17.08 - UNACON COM SERVIÇO DE HEMATOLOGIA	3.137.579,00

PORTARIA GM/MS Nº 3.064, DE 20 DE JULHO DE 2022

Habilita Unidade de Pronto Atendimento - UPA e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Pará e Município de Bragança.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 1.535, de 25 de setembro de 2017, que redefine os Incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o art. 892 - o recurso de custeio mensal de UPA 24h Nova e UPA 24h Ampliada será acrescido em 30% (trinta por cento) em UPA 24h localizada em município situado na Amazônia Legal - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/2017/GM/MS, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de de Bragança/PA na Proposta SAIPS nº 135338 e a correspondente avaliação pela Coordenação Geral de Urgência - Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, através de Parecer Técnico nº 308/2022, constante do NUP-SEI nº 25000.043695/2022-69, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h, Nova (Opção VIII), no Município descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Pará e Município de Bragança.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Bragança, IBGE 150170, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585.0015 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 7ª (sétima) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	OPÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	AMAZONIA LEGAL	VALOR ANUAL
PA	150170	Bragança	0038482	MUNICIPAL	135338	VIII	82.43 - UPA 24H NOVA OPCAO VIII	SIM	3.900.000,00

PORTARIA GM/MS Nº 3.066, DE 20 DE JULHO DE 2022

Habilita Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de São Paulo e Município de São Carlos.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 1.535, de 25 de setembro de 2017, que redefine os Incentivos relacionados à Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

Considerando o Anexo III - Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) - Título IV - Do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de Serviços de Urgência 24 horas - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos estados, Distrito Federal e municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de São Carlos/SP na Proposta SAIPS nº 153502 e a correspondente avaliação por meio do Parecer Técnico nº 118/2022-CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.014237/2022-12, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Cidade Aracy, nova, Opção III), no município descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de São Paulo e Município de São Carlos.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de São Carlos, IBGE 354890, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585.0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 7ª (sétima) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	OPÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	AMAZONIA LEGAL	VALOR ANUAL
SP	354890	SÃO CARLOS	0287687	MUNICIPAL	153502	III	82.41 - UPA 24H NOVA OPCAO III	NÃO	R$ 1.200.000,00

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 713, DE 20 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os §§ 1º e 2º do art. 24 do Anexo XCIII à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e seguintes da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica delegada ao Departamento de Cooperação Técnica e Desenvolvimento em Saúde a competência para publicar no Diário Oficial da União os extratos dos resultados das análises dos projetos apresentados pelas entidades de reconhecida excelência no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 do Anexo XCIII à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Revogar a Portaria SE/MS nº 511, de 28 de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 219, na data de 23 de novembro de 2021, Seção 1, página 106.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA CONJUNTA Nº 12, DE 13 DE JULHO DE 2022

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas das Ictioses Hereditárias.

A SECRETÁRIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE e a SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de se atualizarem os parâmetros sobre as Ictioses Hereditárias no Brasil e diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com estas doenças;

Considerando que os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando o Registro de Deliberação nº 636/2021 e o Relatório de Recomendação nº 641 - junho de 2021 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), a atualização da busca e avaliação da literatura; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (DGITS/SCTIE/MS), do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS) e do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS), resolvem:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Ictioses Hereditárias.

Parágrafo único. O Protocolo objeto deste artigo, que contém o conceito geral das Ictioses Hereditárias, critérios de diagnóstico, critérios de inclusão e de exclusão, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, disponível no sítio https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou de seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais relacionados ao uso de procedimento ou medicamento preconizados para o tratamento das Ictioses Hereditárias.

Art. 3º Os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, conforme suas competências e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com essas doenças em todas as etapas descritas no anexo a esta Portaria, disponível no sítio citado no parágrafo único do art. 1º.

Art. 4º Fica revogada a Portaria Conjunta SAES/SCTIE/MS nº 12, de 27 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 146, de 04 de agosto de 2021, seção 1, páginas 169.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

SANDRA DE CASTRO BARROS

SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PORTARIA GAB/SAPS Nº 40, DE 21 DE JULHO DE 2022

Prorroga a duração das atividades da CTAPNPS

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por mais 12 (doze) meses, a duração das atividades da Câmara Técnica Assessora da Política Nacional de Promoção da Saúde - CTAPNPS instituída pela Portaria GAB/SAPS nº 43, de 13 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria GAB/SAPS nº 32, de 1º de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 123-D, de 1 de julho de 2022, Seção 1, páginas 14 a 16:

Onde se lê:

AM	13005	Baixo Amazonas	130290	Maués	R$ 45.065,42	R$ 315.457,94
AM	13005	Baixo Amazonas	130340	Parintins	R$ 22.707,89	R$ 158.955,23

Leia-se:

AM	13005	Baixo Amazonas	130290	Maués	R$ 22.707,89	R$ 158.955,23
AM	13005	Baixo Amazonas	130340	Parintins	R$ 45.065,42	R$ 315.457,94

Onde se lê:

PR	41017	17ª RS Londrina	410080	Alvorada do Sul	R$ 2.324,66	R$ 16.272,62
PR	41017	17ª RS Londrina	410190	Assaí	R$ 2.324,66	R$ 16.272,62
PR	41017	17ª RS Londrina	410280	Bela Vista do Paraíso	R$ 2.324,66	R$ 16.272,62
PR	41017	17ª RS Londrina	410340	Cafeara	R$ 2.324,66	R$ 16.272,62
PR	41017	17ª RS Londrina	410370	Cambé	R$ 2.324,66	R$ 16.272,62
PR	41017	17ª RS Londrina	410510	Centenário do Sul	R$ 2.324,66	R$ 16.272,62
PR	41017	17ª RS Londrina	410800	Florestópolis	R$ 2.324,66	R$ 16.272,62
PR	41017	17ª RS Londrina	410920	Guaraci	R$ 2.324,66	R$ 16.272,62
PR	41017	17ª RS Londrina	410980	Ibiporã	R$ 2.324,66	R$ 16.272,62
PR	41017	17ª RS Londrina	411190	Jaguapitã	R$ 2.324,66	R$ 16.272,62
PR	41017	17ª RS Londrina	411270	Jataizinho	R$ 2.324,66	R$ 16.272,62
PR	41017	17ª RS Londrina	411370	Londrina	R$ 2.324,66	R$ 16.272,62
PR	41017	17ª RS Londrina	411380	Lupionópolis	R$ 2.324,66	R$ 16.272,62
PR	41017	17ª RS Londrina	411965	Pitangueiras	R$ 2.324,66	R$ 16.272,62
PR	41017	17ª RS Londrina	412000	Porecatu	R$ 2.324,66	R$ 16.272,62
PR	41017	17ª RS Londrina	412050	Primeiro de Maio	R$ 2.324,66	R$ 16.272,62
PR	41017	17ª RS Londrina	412240	Rolândia	R$ 2.324,66	R$ 16.272,62
PR	41017	17ª RS Londrina	412650	Sertanópolis	R$ 2.324,66	R$ 16.272,62
PR	41017	17ª RS Londrina	412667	Tamarana	R$ 2.324,66	R$ 16.272,62

Leia-se:

PR	41017	17ª RS Londrina	410080	Alvorada do Sul	R$2.208,43	R$ 15.459,01
PR	41017	17ª RS Londrina	410190	Assaí	R$2.208,43	R$ 15.459,01
PR	41017	17ª RS Londrina	410280	Bela Vista do Paraíso	R$2.208,43	R$ 15.459,01
PR	41017	17ª RS Londrina	410340	Cafeara	R$ 2.208,43	R$ 15.459,01
PR	41017	17ª RS Londrina	410370	Cambé	R$ 4.416,82	R$ 30.917,74
PR	41017	17ª RS Londrina	410510	Centenário do Sul	R$ 2.208,43	R$ 15.459,01
PR	41017	17ª RS Londrina	410800	Florestópolis	R$ 2.208,43	R$ 15.459,01
PR	41017	17ª RS Londrina	410920	Guaraci	R$ 2.208,43	R$ 15.459,01
PR	41017	17ª RS Londrina	410980	Ibiporã	R$ 2.208,43	R$ 15.459,01
PR	41017	17ª RS Londrina	411190	Jaguapitã	R$ 2.208,43	R$ 15.459,01
PR	41017	17ª RS Londrina	411270	Jataizinho	R$ 2.208,43	R$ 15.459,01
PR	41017	17ª RS Londrina	411370	Londrina	R$ 2.208,43	R$ 15.459,01
PR	41017	17ª RS Londrina	411380	Lupionópolis	R$ 2.208,43	R$ 15.459,01
PR	41017	17ª RS Londrina	411965	Pitangueiras	R$ 2.208,43	R$ 15.459,01
PR	41017	17ª RS Londrina	412000	Porecatu	R$ 2.208,43	R$ 15.459,01
PR	41017	17ª RS Londrina	412050	Primeiro de Maio	R$ 2.208,43	R$ 15.459,01
PR	41017	17ª RS Londrina	412240	Rolândia	R$ 2.208,43	R$ 15.459,01
PR	41017	17ª RS Londrina	412650	Sertanópolis	R$ 2.208,43	R$ 15.459,01
PR	41017	17ª RS Londrina	412667	Tamarana	R$ 2.208,43	R$ 15.459,01

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Regimental - RR Nº 21, de 26 de janeiro de 2022, publicada no DOU, em 31 de janeiro de 2022, Edição 21, Seção 1, página 223.
Onde se lê: "ANEXO I

QUADRO DE CARGOS DA ANS			
UNIDADES	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Total
DIRETORIA COLEGIADA			
I - DIRETORIA COLEGIADA - DICOL	Diretor- Presidente/DIGES	CD I	1
	Diretor - DIOPE	CD II	1
	Diretor - DIPRO	CD II	1
	Diretor - DIFIS	CD II	1
	Diretor - DIDES	CD II	1
1.1 SECRETARIA-EXECUTIVA DE COMISSÃO DE ÉTICA - SECEA	Coordenador	CCT III	1
PRESIDÊNCIA			
1. SECRETARIA EXECUTIVA DA ANS - SECEX	Secretário Executivo	CGE I	1
		CCT IV	1
1.1 SECRETARIA EXECUTIVA ADJUNTA - SEADJ	Secretário Executivo Adjunto	CGE II	1
1.2 ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - ARINS	Assessor-Chefe	CGE IV	1
1.3 ASSESSORIA PARLAMENTAR - ASPAR	Assessor-Chefe	CGE IV	1
1.4 ASSESSORIA DE PROTEÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES - APDI	Assessor-Chefe	CGE IV	1
1.4.1 COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS - COAPD	Coordenador	CCT V	1
1.5 ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DA PRESIDÊNCIA - ASSAP	Assessor-Chefe	CGE IV	1
1.5.1 COORDENADORIA DE APOIO À DIRETORIA COLEGIADA - COADC	Coordenador	CCT IV	1
1.6 COORDENADORIA DE RECURSOS E ASSESSORAMENTO DA DIRETORIA COLEGIADA - COREC	Coordenador	CCTV	1
		CCT IV	1
1.7 ASSESSORIA DE EVENTOS INSTITUCIONAIS - ASSEI	Assessor-Chefe	CGE IV	1
	Assessor	CA III	1
1.8 GERÊNCIA-GERAL DE ANÁLISE TÉCNICA DA PRESIDÊNCIA - GGATP	Gerente-Geral	CGE II	1
1.8.1 ASSESSORIA DE ANÁLISE TÉCNICA DA PRESIDÊNCIA - ASATP	Assessor	CCT V	1
1.8.1.1 COORDENADORIA DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CAINF	Coordenador	CCT IV	1
1.8.2 ASSESSORIA DE AVALIAÇÃO DE RISCOS INSTITUCIONAIS - ASARI	Assessor	CCT V	1
1.8.2.1 COORDENADORIA DE GESTÃO DE INTEGRIDADE - COGINT	Coordenador	CCT II	1
1.9 GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO - GPLAN	Gerente	CGE III	1
1.9.1 COORDENADORIA DE QUALIDADE REGULATÓRIA - COQAR	Coordenador	CCT V	1

1.9.2 COORDENADORIA DE MONITORAMENTO - COMON	Coordenador	CCT V	1
1.10 GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - GCOMS	Gerente	CGE III	1
1.10.1 COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCOMS	Coordenador	CCT II	
1.11 ASSESSORIA DE INFORMAÇÃO E PESQUISA ESTRATÉGICA - ASSIPE	Assessor-Chefe	CGE IV	1
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL - DIDES			
1. DIRETORIA ADJUNTA - DIRAD/DIDES	Diretor-Adjunto	CGE II	1
		CCT IV	1
		CCT IV	1
		CCT IV	1
		CCT IV	1
		CCT IV	1
		CCT IV	1
		CCT IV	1
		CCT IV	1
1.1. ASSESSORIA DE INFORMAÇÃO DA DIDES - ASSINF	Assessor	CCT IV	1
1.2. ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DA DIDES - ASADM/DIDES	Assessor	CCT IV	1
1.3. ASSESSORIA NORMATIVA DA DIDES - ASSNT/DIDES	Assessor	CCT V	1
1.4. GERÊNCIA DE INTEGRAÇÃO E RESSARCIMENTO AO SUS - GEIRS	Gerente	CGE III	1
1.4.1. COORDENADORIA TECNOLÓGICA DE RESSARCIMENTO AO SUS - COTEC	Coordenador	CCT IV	1
1.4.2. COORDENADORIA DE ANÁLISE DE IMPUGNAÇÕES - COAIM	Coordenador	CCT IV	1
1.4.3. COORDENADORIA DE ANÁLISE PRELIMINAR DE RECURSOS - COARE	Coordenador	CCT IV	1
1.4.4. COORDENADORIA DE ESTÍMULO À ADIMPLÊNCIA - COEAD	Coordenador	CCT IV	1
1.4.5. COORDENADORIA DE GESTÃO DOCUMENTAL - COGED	Coordenador	CCT IV	1
1.5. GERÊNCIA DE ANÁLISE SETORIAL E CONTRATUALIZAÇÃO COM PRESTADORES - GASNT	Gerente	CGE III	1
1.5.1. COORDENADORIA CONTRATUALIZAÇÃO - COCTT	Coordenador	CCT IV	1
1.5.2. COORDENADORIA DE REPRESENTAÇÕES - COREP	Coordenador	CCT IV	1
1.6. GERÊNCIA DE ESTÍMULO À INOVAÇÃO E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE SETORIAL - GEEIQ	Gerente	CGE III	1
		CCT III	1
1.6.1. COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO E ESTÍMULO À QUALIFICAÇÃO E ACREDITAÇÃO DE OPERADORAS - COAEO	Coordenador	CCT V	1
1.6.2. COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO E ESTÍMULO À QUALIFICAÇÃO DE PRESTADORES- COAEP	Coordenador	CCT IV	1
1.6.3. COORDENADORIA DE INDUÇÃO À MELHORIA DA QUALIDADE SETORIAL - COIME	Coordenador	CCT IV	1
1.7. GERÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO, INTEROPERABILIDADE E ANÁLISE DE INFORMAÇÃO - GEPIN	Gerente	CGE III	1
1.7.1. COORDENADORIA DE APOIO À PADRONIZAÇÃO E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES - COAPI	Coordenador	CGE IV	1
1.7.2. COORDENADORIA DADOS - CODAD	Coordenador	CCT IV	1
1.7.3. COORDENADORIA DE ANÁLISE E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS - COINE	Coordenador	CCT IV	1
1.7.4. COORDENADORIA DE ESTRUTURA DE DADOS E TERMINOLOGIAS- COEST	Coordenador	CCT III	1
1.7.5. COORDENADORIA DE INTEROPERABILIDADE E MONITORAMENTO - COIMO	Coordenador	CCT IV	1
DIRETORIA DE NORMAS E HABILITAÇÃO DAS OPERADORAS - DIOPE			
1. DIOPE	Assessor	CA II	1
		CCT IV	1
		CCT IV	1
1.1 DIRETORIA ADJUNTA - DIRAD/DIOPE	Diretor-Adjunto	CGE II	1
		CCT II	1
		CCT II	1
		CCT II	1
		CCT II	1
		CCT II	1
		CCT II	1
1.1.1 ASSESSORIA NORMATIVA - ASSNT/DIOPE	Gerente	CGE III	1
1.1.2 ASSESSORIA DE APOIO À GESTÃO - ASSEG	Assessor	CGE IV	1
1.1.3 GERÊNCIA GERAL DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS OPERADORAS E MERCADO - GGAME	Gerente-Geral	CGE II	1
		CCT III	1
		CCT III	1
		CCT III	1
1.1.3.1 GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO REGULAR DAS OPERADORAS - GEAOP	Gerente	CGE III	1
1.1.3.1.1 COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE OPERADORAS - COAOP	Coordenador	CCT V	1
1.1.3.1.2 COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS PERIÓDICAS - COIEP	Coordenador	CCT V	1
1.1.3.2 GERÊNCIA DE HABILITAÇÃO E ESTUDOS DE MERCADO - GEHAE	Gerente	CGE III	1
1.1.3.2.1 COORDENADORIA DE HABILITAÇÃO - COHAB	Coordenador	CCT V	1
1.1.3.2.2 COORDENADORIA DE ESTUDOS DE MERCADO - CESME	Coordenador	CCT V	1
1.1.4 GERÊNCIA-GERAL DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL E DE REGIMES DE RESOLUÇÃO - GGAER	Gerente-Geral	CGE II	1
1.1.4.1 GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL DAS OPERADORAS - GEAES	Gerente	CGE III	1
1.1.4.1.1 COORDENADORIA DE PROCEDIMENTOS DE ADEQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - COPAEF	Coordenador	CCT V	1
1.1.4.1.2 COORDENADORIA DE DIREÇÃO FISCAL - CODIF	Coordenador	CCT V	1
1.1.4.1.3 COORDENADORIA DE INDISPONIBILIDADE DE BENS - COIND	Coordenador	CCT V	1
1.1.4.2 GERÊNCIA DE REGIMES DE RESOLUÇÃO - GERER	Gerente	CGE III	1
1.1.4.2.1 COORDENADORIA DE CANCELAMENTO DE REGISTRO E DE LIQUIDAÇÃO - COCAL	Coordenador	CCT V	1
1.1.4.2.2 COORDENADORIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - COPRE	Coordenador	CCT V	1
1.1.4.2.3 COORDENADORIA DE INQUÉRITOS - COINQ	Coordenador	CCT V	1
DIRETORIA DE NORMAS E HABILITAÇÃO DOS PRODUTOS - DIPRO			
1 - DIRETORIA ADJUNTA - DIRAD/DIPRO	Diretor Adjunto	CGE II	1
1.1 - ASSESSORIA DE GESTÃO DA DIPRO - AGEST/DIPRO	Assessor	CCT IV	1
1.2 - ASSESSORIA NORMATIVA DOS PRODUTOS - ASSNT/DIPRO	Assessor	CCT V	1
		CCT IV	1
		CCT IV	1
1.3. GERÊNCIA-GERAL DE REGULAÇÃO DA ESTRUTURA DOS PRODUTOS - GGREP	Gerente-Geral	CGE II	1
		CCT IV	1
1.3.1 GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO REGULATÓRIO DAS REDES ASSISTENCIAIS - GEARA	Gerente	CGE III	1
1.3.1.1 COORDENADORIA DE MONITORAMENTO DAS REDES ASSISTENCIAIS - COMRA	Coordenador	CCT IV	1
1.3.1.2 COORDENADORIA REGULATÓRIA DA ESTRUTURA DAS REDES ASSISTENCIAIS - COERA	Coordenador	CCT IV	1
1.3.2 GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS PRODUTOS - GEMOP	Gerente	CGE III	1
1.3.2.1 COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO DO REGISTRO DOS PRODUTOS - COMAP	Coordenador	CCT IV	1
1.3.2.2 COORDENADORIA REGULATÓRIA DE ACESSO AOS PRODUTOS - CORAP	Coordenador	CCT IV	1
1.3.2.3 COORDENADORIA REGULATÓRIA DE MOBILIDADE ENTRE PRODUTOS - COMOP	Coordenador	CCT IV	1
1.3.3 GERÊNCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA E ATUARIAL DOS PRODUTOS - GEFAP	Gerente	CGE III	1
1.3.3.1 COORDENADORIA DE MONITORAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRODOS PRODUTOS - COMEP	Coordenador	CCT IV	1
1.3.3.2 COORDENADORIA ATUARIAL DE PRECIFICAÇÃO E FINANCIAMENTO DOS PRODUTOS - COAFP	Coordenador	CCT IV	1
1.3.3.3 COORDENADORIA REGULATÓRIA DO MODELO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS PRODUTOS - COREF	Coordenador	CCT IV	1
1.3.3.4 COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DO FINANCIAMENTO DOS PRODUTOS - COFIP	Coordenador	CCT IV	1
1.4. GERÊNCIA-GERAL DE REGULAÇÃO ASSISTENCIAL - GGRAS	Gerente-Geral	CGE II	1
1.4.1. GERÊNCIA DE DIREÇÃO TÉCNICA - GEDIT	Gerente	CGE III	1
1.4.1.1 COORDENADORIA DE DIREÇÃO TÉCNICA - CODIT	Coordenador	CCT IV	1
1.4.1.2 COORDENADORIA DE PLANO DE RECUPERAÇÃO ASSISTENCIAL - COPRASS	Coordenador	CCT IV	1
1.4.2. GERÊNCIA DE MONITORAMENTO ASSISTENCIAL - GMOA	Gerente	CGE III	1
1.4.2.1 COORDENADORIA DE MONITORAMENTO ASSISTENCIAL - COMOA	Coordenador	CCT IV	1
1.4.3. GERÊNCIA DE COBERTURA ASSISTÊNCIAL E INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE - GCITS	Gerente	CGE III	1
1.4.3.1 COORDENADORIA DE GESTÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE - COGEST	Coordenador	CCT IV	1
1.4.3.2 COORDENADORIA DE MECANISMOS DE REGULAÇÃO E COBERTURA ASSISTENCIAL - COMEC	Coordenador	CCT IV	1
1.4.3.3 COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO ECONÔMICA EM SAÚDE - CAECS	Coordenador	CCT IV	1
1.4.4 COORDENADORIA DE APOIO À GESTÃO - CAGES	Coordenador	CCT IV	1
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO - DIFIS			
1. DIRETORIA ADJUNTA - DIRAD/DIFIS	Diretor-Adjunto	CGE II	1

1.1 ASSESSORIA TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO - ASSTF	Assessor	CGE III	1
1.1.1 ASSESSORIA DE INFORMAÇÃO - ASSIF	Assessor	CGE IV	1
		CCT IV	1
		CCT III	1
1.1.2 ASSESSORIA DE SISTEMAS - ASSIS	Assessor	CGE IV	1
		CCT IV	1
1.1.3 ASSESSORIA NORMATIVA - ASSNT/DIFIS	Assessor	CGE IV	1
		CCT V	1
		CCT V	1
1.1.3.1 COORDENADORIA DE ASSUNTOS NORMATIVOS E INSTITUCIONAIS - COANI	Coordenador	CCT V	1
		CCT IV	1
1.1.3.2 COORDENADORIA DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - COAJU	Coordenador	CCT V	1
		CCT IV	1
1.1.4. COORDENADORIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS - COADM	Coordenador	CCT V	1
		CCT III	1
1.2 GERÊNCIA GERAL DE OPERAÇÕES FISCALIZATÓRIAS - GGOFI	Gerente-Geral	CGE II	1
1.2.1 GERÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES, JULGAMENTO E INTERVENÇÃO - GEPJI	Gerente	CGE III	1
		CCT V	1
		CCT IV	1
		CCT III	1
1.2.1.1 COORDENADORIA DE INTERVENÇÃO - COINT	Coordenador	CCT V	1
1.2.1.2 COORDENADORIA DE NÚCLEOS - CONUC	Coordenador	CCT V	1
1.2.1.3 COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO E JULGAMENTO - COPEJ	Coordenador	CCT V	1
		CCT IV	1
1.2.2 GERÊNCIA DE ATENDIMENTO, MEDIAÇÃO E ANÁLISE FISCALIZATÓRIA - GAMAF	Gerente	CGE III	1
	Assessor	CA III	1
		CCT IV	1
		CCT III	1
1.2.2.1 COORDENADORIA TÉCNICA DE NIP NÃO ASSISTENCIAL - COTNA	Coordenador	CCT V	1
1.2.2.2 COORDENADORIA DA CENTRAL DE ATENDIMENTO - COCEN	Coordenador	CCT V	1
		CCT III	1
1.2.2.3 COORDENADORIA DE MEDIAÇÃO E ANÁLISE - COMEA	Coordenador	CCT V	1
1.2.3 NÚCLEOS			
1.2.3.1 NÚCLEO BAHIA - BA	Chefe	CCT V	1
1.2.3.2 NÚCLEO CEARÁ - CE	Chefe	CCT V	1
1.2.3.3 NÚCLEO DISTRITO FEDERAL - DF	Chefe	CCT V	1
1.2.3.4 NÚCLEO MATO GROSSO - MT	Chefe	CCT V	1
1.2.3.5 NÚCLEO MINAS GERAIS - MG	Chefe	CCT V	1
1.2.3.6 NÚCLEO PARÁ - PA	Chefe	CCT V	1
1.2.3.7 NÚCLEO PARANÁ - PR	Chefe	CCT V	1
1.2.3.8 NÚCLEO PERNAMBUCO - PE	Chefe	CCT V	1
1.2.3.9 NÚCLEO RIBEIRÃO PRETO - RP	Chefe	CCT V	1
1.2.3.10 NÚCLEO RIO DE JANEIRO - RJ	Chefe	CCT V	1
		CCT III	1
1.2.3.11 NÚCLEO RIO GRANDE DO SUL - RS	Chefe	CCT V	1
1.2.3.12 NÚCLEO SÃO PAULO - SP	Chefe	CCT V	1
		CCT III	1
DIRETORIA DE GESTÃO			
1. DIRETORIA ADJUNTA - DIRAD/DIGES	Diretor-Adjunto	CGE II	1
		CCT III	1
1.1 ASSESSORIA NORMATIVA - ASSNT/DIGES	Assessor	CCT V	1
		CCT IV	2
	Assessor	CCT IV	1
1.2 ASSESSORIA DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE - AGES		CCT II	1
1.3 GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - GGAFI	Gerente-Geral	CGE II	1
1.3.1 ASSESSORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - ASSAF	Assessor	CCT IV	1
1.3.2 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE - CCONT	Coordenador	CCT V	1
1.3.3 COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA NO DISTRITO FEDERAL - CAD/DF	Coordenador	CCT V	1
		CCT III	1
1.3.4 GERÊNCIA DE FINANÇAS - GEFIN	Gerente	CGE III	1
		CCT II	1
1.3.4.1 COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO - COARR	Coordenador	CCT V	1
1.3.4.2 COORDENADORIA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA - COEFI	Coordenador	CCT V	1
1.3.4.3 COORDENADORIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CPROR	Coordenador	CCT IV	1
1.3.4.4 COORDENADORIA DE COBRANÇA E PARCELAMENTO - CCPAR	Coordenador	CCT V	1
1.3.5 GERÊNCIA DE CONTRATOS E LICITAÇÕES - GECOL	Gerente	CGE III	1
		CCT IV	2
1.3.5.1 COORDENADORIA DE LICITAÇÕES - COLIC	Coordenador	CCT V	1
1.3.5.2 COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS - COGEC	Coordenador	CCT V	1
1.3.6 GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - GEASI	Gerente	CGE III	1
		CCT I	1
1.3.6.1 COORDENADORIA DE TRANSPORTES - CTRAN	Coordenador	CCT IV	1
1.3.6.2 COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO - COPAL	Coordenador	CCT IV	1
1.3.6.3 COORDENADORIA DE SERVIÇOS DESCENTRALIZADOS - COSED	Coordenador	CCT IV	1
1.3.6.4 COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA - CINFE	Coordenador	CCT IV	1
1.4 GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO - GETI	Gerente	CGE III	1
		CCT IV	5
1.4.1 COORDENADORIA DE MONITORAMENTO E APOIO À GESTÃO - COMAG	Coordenador	CCT IV	1
1.4.2 COORDENADORIA DE SEGURANÇA E INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA - COSIT	Coordenador	CCT V	1
1.4.3 COORDENADORIA DE SISTEMAS APLICATIVOS - COSAP	Coordenador	CCT V	1
1.5 GERÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - GEQIN	Gerente	CGE III	1
		CCT IV	2
1.5.1 COORDENADORIA DE INOVAÇÃO, PROJETOS E PROCESSOS - COINP	Coordenador	CCT V	1
1.5.2 COORDENADORIA DE GESTÃO DOCUMENTAL E PROCESSO ELETRÔNICO - CGDOP	Coordenador	CCT V	1
		CCT III	1
1.6 GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS - GERH	Gerente	CGE III	1
		CCT III	3
		CCT II	1
1.6.1 ASSESSORIA DE RECURSOS HUMANOS - ASSRH	Assessor	CA III	1
1.6.2 COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - CODAP	Coordenador	CCT V	1
1.6.3 COORDENADORIA DE LEGISLAÇÃO E BENEFÍCIOS - COLEB	Coordenador	CCT V	1
1.6.4 COORDENADORIA DE CARREIRA E DESENVOLVIMENTO - CCADE	Coordenador	CCT V	1
1.6.5 COORDENADORIA DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA - COSAQ	Coordenador	CCT V	1
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À ANS - PROGE			
PROGE	Procurador-Geral	CGE II	1
1. ASSESSORIA ESPECIAL DA PROGE - ASSEP	Assessor	CCT IV	1
1.1 COORDENADORIA DE SUPORTE ADMINISTRATIVO E INSTITUCIONAL - COSAI	Coordenador	CCT III	1
2. ASSESSORIA DE APOIO AS REUNIÕES DE DIRETORIA COLEGIADA E DEMAIS ASSUNTOS - ASSERDC	Assessor	CCT III	1
3. GERÊNCIA DE CONTENCIOSO - GECON	Gerente	CGE III	1
4. GERÊNCIA DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA - GEADM	Gerente	CGE III	1

5. GERÊNCIA DE CONSULTORIA NORMATIVA - GECOS	Gerente	CGE III	1
6. GERÊNCIA DE DÍVIDA ATIVA - GEDAT	Gerente	CGE III	1
OUVIDORIA			
1. OUVIDORIA - OUVID	Ouvidor	CGE II	1
1.1 COORDENADORIA DE OPERAÇÕES DA OUVIDORIA - COPEO	Coordenador	CCT V	1
1.2 ASSESSORIA DE INFORMAÇÕES DA OUVIDORIA - ASINF	Assessor	CCT IV	1
CORREGEDORIA			
1. CORREGEDORIA - PPCOR	Corregedor	CGE III	1
1.1 COORDENADORIA DE ASSUNTOS DISCIPLINARES- COASD	Coordenador	CCT V	1
AUDITORIA INTERNA			
1 AUDITORIA INTERNA - AUDIT	Auditor Chefe	CGE III	1
1.1 COORDENADORIA DE CONTROLE DE AUDITORIAS - COAUD	Coordenador	CCT IV	1

";
Leia-se: "ANEXO I

QUADRO DE CARGOS DA ANS			
UNIDADES	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Total
DIRETORIA COLEGIADA			
I - DIRETORIA COLEGIADA - DICOL	Diretor- Presidente/DIGES	CD I	1
	Diretor - DIOPE	CD II	1
	Diretor - DIPRO	CD II	1
	Diretor - DIFIS	CD II	1
	Diretor - DIDES	CD II	1
1.1 SECRETARIA-EXECUTIVA DE COMISSÃO DE ÉTICA - SECEA	Coordenador	CCT III	1
PRESIDÊNCIA			
1. SECRETARIA EXECUTIVA DA ANS - SECEX	Secretário Executivo	CGE I	1
		CCT IV	1
1.1 SECRETARIA EXECUTIVA ADJUNTA - SEADJ	Secretário Executivo Adjunto	CGE II	1
1.2 ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - ARINS	Assessor-Chefe	CGE IV	1
1.3 ASSESSORIA PARLAMENTAR - ASPAR	Assessor-Chefe	CGE IV	1
1.4 ASSESSORIA DE PROTEÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES - APDI	Assessor-Chefe	CGE IV	1
1.4.1 COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS - COAPD	Coordenador	CCT V	1
1.5 ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DA PRESIDÊNCIA - ASSAP	Assessor-Chefe	CGE IV	1
1.5.1 COORDENADORIA DE APOIO À DIRETORIA COLEGIADA - COADC	Coordenador	CCT IV	1
1.6 COORDENADORIA DE RECURSOS E ASSESSORAMENTO DA DIRETORIA COLEGIADA - COREC	Coordenador	CCTV	1
		CCT IV	1
1.7 ASSESSORIA DE EVENTOS INSTITUCIONAIS - ASSEI	Assessor-Chefe	CGE IV	1
	Assessor	CA III	1
1.8 GERÊNCIA-GERAL DE ANÁLISE TÉCNICA DA PRESIDÊNCIA - GGATP	Gerente-Geral	CGE II	1
1.8.1 ASSESSORIA DE ANÁLISE TÉCNICA DA PRESIDÊNCIA - ASATP	Assessor	CCT V	1
1.8.1.1 COORDENADORIA DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CAINF	Coordenador	CCT IV	1
1.8.2 ASSESSORIA DE AVALIAÇÃO DE RISCOS INSTITUCIONAIS - ASARI	Assessor	CCT V	1
1.8.2.1 COORDENADORIA DE GESTÃO DE INTEGRIDADE - COGINT	Coordenador	CCT II	1
1.9 GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO - GPLAN	Gerente	CGE III	1
1.9.1 COORDENADORIA DE QUALIDADE REGULATÓRIA - COQAR	Coordenador	CCT V	1
1.9.2 COORDENADORIA DE MONITORAMENTO - COMON	Coordenador	CCT V	1
1.10 GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - GCOMS	Gerente	CGE III	1
1.10.1 COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCOMS	Coordenador	CCT II	
1.11 ASSESSORIA DE INFORMAÇÃO E PESQUISA ESTRATÉGICA - ASSIPE	Assessor-Chefe	CGE IV	1
1.12 COORDENADORIA DE INQUÉRITOS - COINQ	Coordenador	CCT V	1
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL - DIDES			
1. DIRETORIA ADJUNTA - DIRAD/DIDES	Diretor-Adjunto	CGE II	1
		CCT IV	1
		CCT IV	1
		CCT IV	1
		CCT IV	1
		CCT IV	1
		CCT IV	1
1.1. ASSESSORIA DE INFORMAÇÃO DA DIDES - ASSINF	Assessor	CCT IV	1
1.2. ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DA DIDES - ASADM/DIDES	Assessor	CCT IV	1
1.3. ASSESSORIA NORMATIVA DA DIDES - ASSNT/DIDES	Assessor	CCT V	1
1.4. GERÊNCIA DE INTEGRAÇÃO E RESSARCIMENTO AO SUS - GEIRS	Gerente	CGE III	1
1.4.1. COORDENADORIA TECNOLÓGICA DE RESSARCIMENTO AO SUS - COTEC	Coordenador	CCT IV	1
1.4.2. COORDENADORIA DE ANÁLISE DE IMPUGNAÇÕES - COAIM	Coordenador	CCT IV	1
1.4.3. COORDENADORIA DE ANÁLISE PRELIMINAR DE RECURSOS - COARE	Coordenador	CCT IV	1
1.4.4. COORDENADORIA DE ESTÍMULO À ADIMPLÊNCIA - COEAD	Coordenador	CCT IV	1
1.4.5. COORDENADORIA DE GESTÃO DOCUMENTAL - COGED	Coordenador	CCT IV	1
1.5. GERÊNCIA DE ANÁLISE SETORIAL E CONTRATUALIZAÇÃO COM PRESTADORES - GASNT	Gerente	CGE III	1
1.5.1. COORDENADORIA CONTRATUALIZAÇÃO - COCTT	Coordenador	CCT IV	1
1.5.2. COORDENADORIA DE REPRESENTAÇÕES - COREP	Coordenador	CCT IV	1
1.6. GERÊNCIA DE ESTÍMULO À INOVAÇÃO E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE SETORIAL - GEEIQ	Gerente	CGE III	1
		CCT III	1
1.6.1. COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO E ESTÍMULO À QUALIFICAÇÃO E ACREDITAÇÃO DE OPERADORAS - COAEO	Coordenador	CCT V	1
1.6.2. COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO E ESTÍMULO À QUALIFICAÇÃO DE PRESTADORES- COAEP	Coordenador	CCT IV	1
1.6.3. COORDENADORIA DE INDUÇÃO À MELHORIA DA QUALIDADE SETORIAL - COIME	Coordenador	CCT IV	1
1.7. GERÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO, INTEROPERABILIDADE E ANÁLISE DE INFORMAÇÃO - GEPIN	Gerente	CGE III	1
1.7.1. COORDENADORIA DE APOIO À PADRONIZAÇÃO E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES - COAPI	Coordenador	CGE IV	1
1.7.2. COORDENADORIA DADOS - CODAD	Coordenador	CCT IV	1
1.7.3. COORDENADORIA DE ANÁLISE E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS - COINE	Coordenador	CCT IV	1
1.7.4. COORDENADORIA DE ESTRUTURA DE DADOS E TERMINOLOGIAS- COEST	Coordenador	CCT III	1
1.7.5. COORDENADORIA DE INTEROPERABILIDADE E MONITORAMENTO - COIMO	Coordenador	CCT IV	1
DIRETORIA DE NORMAS E HABILITAÇÃO DAS OPERADORAS - DIOPE			
1. DIOPE	Assessor	CA II	1
		CCT IV	1
		CCT IV	1
1.1 DIRETORIA ADJUNTA - DIRAD/DIOPE	Diretor-Adjunto	CGE II	1
		CCT II	1
		CCT II	1
		CCT II	1

		CCT II	1
		CCT II	1
		CCT II	1
1.1.1 ASSESSORIA NORMATIVA - ASSNT/DIOPE	Gerente	CGE III	1
1.1.2 ASSESSORIA DE APOIO À GESTÃO - ASSEG	Assessor	CGE IV	1
1.1.3 GERÊNCIA GERAL DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS OPERADORAS E MERCADO - GGAME	Gerente-Geral	CGE II	1
		CCT III	1
		CCT III	1
		CCT III	1
1.1.3.1 GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO REGULAR DAS OPERADORAS - GEAOP	Gerente	CGE III	1
1.1.3.1.1 COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE OPERADORAS - COAOP	Coordenador	CCT V	1
1.1.3.1.2 COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS PERIÓDICAS - COIEP	Coordenador	CCT V	1
1.1.3.2 GERÊNCIA DE HABILITAÇÃO E ESTUDOS DE MERCADO - GEHAE	Gerente	CGE III	1
1.1.3.2.1 COORDENADORIA DE HABILITAÇÃO - COHAB	Coordenador	CCT V	1
1.1.3.2.2 COORDENADORIA DE ESTUDOS DE MERCADO - CESME	Coordenador	CCT V	1
1.1.4 GERÊNCIA-GERAL DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL E DE REGIMES DE RESOLUÇÃO - GGAER	Gerente-Geral	CGE II	1
1.1.4.1 GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL DAS OPERADORAS - GEAES	Gerente	CGE III	1
1.1.4.1.1 COORDENADORIA DE PROCEDIMENTOS DE ADEQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - COPAEF	Coordenador	CCT V	1
1.1.4.1.2 COORDENADORIA DE DIREÇÃO FISCAL - CODIF	Coordenador	CCT V	1
1.1.4.1.3 COORDENADORIA DE INDISPONIBILIDADE DE BENS - COIND	Coordenador	CCT V	1
1.1.4.2 GERÊNCIA DE REGIMES DE RESOLUÇÃO - GERER	Gerente	CGE III	1
1.1.4.2.1 COORDENADORIA DE CANCELAMENTO DE REGISTRO E DE LIQUIDAÇÃO - COCAL	Coordenador	CCT V	1
1.1.4.2.2 COORDENADORIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - COPRE	Coordenador	CCT V	1
DIRETORIA DE NORMAS E HABILITAÇÃO DOS PRODUTOS - DIPRO			
1 - DIRETORIA ADJUNTA - DIRAD/DIPRO	Diretor Adjunto	CGE II	1
1.1 - ASSESSORIA DE GESTÃO DA DIPRO - AGEST/DIPRO	Assessor	CCT IV	1
1.2 - ASSESSORIA NORMATIVA DOS PRODUTOS - ASSNT/DIPRO	Assessor	CCT V	1
		CCT IV	1
		CCT IV	1
1.3. GERÊNCIA-GERAL DE REGULAÇÃO DA ESTRUTURA DOS PRODUTOS - GGREP	Gerente-Geral	CGE II	1
		CCT IV	1
1.3.1 GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO REGULATÓRIO DAS REDES ASSISTENCIAIS - GEARA	Gerente	CGE III	1
1.3.1.1 COORDENADORIA DE MONITORAMENTO DAS REDES ASSISTENCIAIS - COMRA	Coordenador	CCT IV	1
1.3.1.2 COORDENADORIA REGULATÓRIA DA ESTRUTURA DAS REDES ASSISTENCIAIS - COERA	Coordenador	CCT IV	1
1.3.2 GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS PRODUTOS - GEMOP	Gerente	CGE III	1
1.3.2.1 COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO DO REGISTRO DOS PRODUTOS - COMAP	Coordenador	CCT IV	1
1.3.2.2 COORDENADORIA REGULATÓRIA DE ACESSO AOS PRODUTOS - CORAP	Coordenador	CCT IV	1
1.3.2.3 COORDENADORIA REGULATÓRIA DE MOBILIDADE ENTRE PRODUTOS - COMOP	Coordenador	CCT IV	1
1.3.3 GERÊNCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA E ATUARIAL DOS PRODUTOS - GEFAP	Gerente	CGE III	1
1.3.3.1 COORDENADORIA DE MONITORAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRODOS PRODUTOS - COMEP	Coordenador	CCT IV	1
1.3.3.2 COORDENADORIA ATUARIAL DE PRECIFICAÇÃO E FINANCIAMENTO DOS PRODUTOS - COAFP	Coordenador	CCT IV	1
1.3.3.3 COORDENADORIA REGULATÓRIA DO MODELO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS PRODUTOS - COREF	Coordenador	CCT IV	1
1.3.3.4 COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DO FINANCIAMENTO DOS PRODUTOS - COFIP	Coordenador	CCT IV	1
1.4. GERÊNCIA-GERAL DE REGULAÇÃO ASSISTENCIAL - GGRAS	Gerente-Geral	CGE II	1
1.4.1. GERÊNCIA DE DIREÇÃO TÉCNICA - GEDIT	Gerente	CGE III	1
1.4.1.1 COORDENADORIA DE DIREÇÃO TÉCNICA - CODIT	Coordenador	CCT IV	1
1.4.1.2 COORDENADORIA DE PLANO DE RECUPERAÇÃO ASSISTENCIAL - COPRASS	Coordenador	CCT IV	1
1.4.2. GERÊNCIA DE MONITORAMENTO ASSISTENCIAL - GEMOA	Gerente	CGE III	1
1.4.2.1 COORDENADORIA DE MONITORAMENTO ASSISTENCIAL - COMOA	Coordenador	CCT IV	1
1.4.3. GERÊNCIA DE COBERTURA ASSISTÊNCIAL E INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE - GCITS	Gerente	CGE III	1
1.4.3.1 COORDENADORIA DE GESTÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE - COGEST	Coordenador	CCT IV	1
1.4.3.2 COORDENADORIA DE MECANISMOS DE REGULAÇÃO E COBERTURA ASSISTENCIAL - COMEC	Coordenador	CCT IV	1
1.4.3.3 COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO ECONÔMICA EM SAÚDE - CAECS	Coordenador	CCT IV	1
1.4.4 COORDENADORIA DE APOIO À GESTÃO - CAGES	Coordenador	CCT IV	1
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO - DIFIS			
1. DIRETORIA ADJUNTA - DIRAD/DIFIS	Diretor-Adjunto	CGE II	1
1.1 ASSESSORIA TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO - ASSTF	Assessor	CGE III	1
1.1.1 ASSESSORIA DE INFORMAÇÃO - ASSIF	Assessor	CGE IV	1
		CCT IV	1
		CCT III	1
1.1.2 ASSESSORIA DE SISTEMAS - ASSIS	Assessor	CGE IV	1
		CCT IV	1
1.1.3 ASSESSORIA NORMATIVA - ASSNT/DIFIS	Assessor	CGE IV	1
		CCT V	1
		CCT V	1
1.1.3.1 COORDENADORIA DE ASSUNTOS NORMATIVOS E INSTITUCIONAIS - COANI	Coordenador	CCT V	1
		CCT IV	1
1.1.3.2 COORDENADORIA DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - COAJU	Coordenador	CCT V	1
		CCT IV	1
1.1.4. COORDENADORIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS - COADM	Coordenador	CCT V	1
		CCT III	1
1.2 GERÊNCIA GERAL DE OPERAÇÕES FISCALIZATÓRIAS - GGOFI	Gerente-Geral	CGE II	1
1.2.1 GERÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES, JULGAMENTO E INTERVENÇÃO - GEPJI	Gerente	CGE III	1
		CCT V	1
		CCT IV	1
		CCT III	1
1.2.1.1 COORDENADORIA DE INTERVENÇÃO - COINT	Coordenador	CCT V	1
1.2.1.2 COORDENADORIA DE NÚCLEOS - CONUC	Coordenador	CCT V	1
1.2.1.3 COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO E JULGAMENTO - COPEJ	Coordenador	CCT V	1
		CCT IV	1
1.2.2 GERÊNCIA DE ATENDIMENTO, MEDIAÇÃO E ANÁLISE FISCALIZATÓRIA - GAMAF	Gerente	CGE III	1
	Assessor	CA III	1
		CCT IV	1
		CCT III	1
1.2.2.1 COORDENADORIA TÉCNICA DE NIP NÃO ASSISTENCIAL - COTNA	Coordenador	CCT V	1
1.2.2.2 COORDENADORIA DA CENTRAL DE ATENDIMENTO - COCEN	Coordenador	CCT V	1
		CCT III	1
1.2.2.3 COORDENADORIA DE MEDIAÇÃO E ANÁLISE - COMEA	Coordenador	CCT V	1
1.2.3 NÚCLEOS			
1.2.3.1 NÚCLEO BAHIA - BA	Chefe	CCT V	1
1.2.3.2 NÚCLEO CEARÁ - CE	Chefe	CCT V	1
1.2.3.3 NÚCLEO DISTRITO FEDERAL - DF	Chefe	CCT V	1
1.2.3.4 NÚCLEO MATO GROSSO - MT	Chefe	CCT V	1
1.2.3.5 NÚCLEO MINAS GERAIS - MG	Chefe	CCT V	1
1.2.3.6 NÚCLEO PARÁ - PA	Chefe	CCT V	1
1.2.3.7 NÚCLEO PARANÁ - PR	Chefe	CCT V	1
1.2.3.8 NÚCLEO PERNAMBUCO - PE	Chefe	CCT V	1
1.2.3.9 NÚCLEO RIBEIRÃO PRETO - RP	Chefe	CCT V	1
1.2.3.10 NÚCLEO RIO DE JANEIRO - RJ	Chefe	CCT V	1
		CCT III	1

1.2.3.11 NÚCLEO RIO GRANDE DO SUL - RS	Chefe	CCT V	1
1.2.3.12 NÚCLEO SÃO PAULO - SP	Chefe	CCT V	1
		CCT III	1
DIRETORIA DE GESTÃO			
1. DIRETORIA ADJUNTA - DIRAD/DIGES	Diretor-Adjunto	CGE II	1
		CCT III	1
1.1 ASSESSORIA NORMATIVA - ASSNT/DIGES	Assessor	CCT V	1
		CCT IV	2
	Assessor	CCT IV	1
1.2 ASSESSORIA DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE - AGES		CCT II	1
1.3 GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - GGAFI	Gerente-Geral	CGE II	1
1.3.1 ASSESSORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - ASSAF	Assessor	CCT IV	1
1.3.2 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE - CCONT	Coordenador	CCT V	1
1.3.3 COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA NO DISTRITO FEDERAL - CAD/DF	Coordenador	CCT V	1
		CCT III	1
1.3.4 GERÊNCIA DE FINANÇAS - GEFIN	Gerente	CGE III	1
		CCT II	1
1.3.4.1 COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO - COARR	Coordenador	CCT V	1
1.3.4.2 COORDENADORIA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA - COEFI	Coordenador	CCT V	1
1.3.4.3 COORDENADORIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CPROR	Coordenador	CCT IV	1
1.3.4.4 COORDENADORIA DE COBRANÇA E PARCELAMENTO - CCPAR	Coordenador	CCT V	1
1.3.5 GERÊNCIA DE CONTRATOS E LICITAÇÕES - GECOL	Gerente	CGE III	1
		CCT IV	2
1.3.5.1 COORDENADORIA DE LICITAÇÕES - COLIC	Coordenador	CCT V	1
1.3.5.2 COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS - COGEC	Coordenador	CCT V	1
1.3.6 GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - GEASI	Gerente	CGE III	1
		CCT I	1
1.3.6.1 COORDENADORIA DE TRANSPORTES - CTRAN	Coordenador	CCT IV	1
1.3.6.2 COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO - COPAL	Coordenador	CCT IV	1
1.3.6.3 COORDENADORIA DE SERVIÇOS DESCENTRALIZADOS - COSED	Coordenador	CCT IV	1
1.3.6.4 COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA - CINFE	Coordenador	CCT IV	1
1.4 GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO - GETI	Gerente	CGE III	1
		CCT IV	5
1.4.1 COORDENADORIA DE MONITORAMENTO E APOIO À GESTÃO - COMAG	Coordenador	CCT IV	1
1.4.2 COORDENADORIA DE SEGURANÇA E INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA - COSIT	Coordenador	CCT V	1
1.4.3 COORDENADORIA DE SISTEMAS APLICATIVOS - COSAP	Coordenador	CCT V	1
1.5 GERÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - GEQIN	Gerente	CGE III	1
		CCT IV	2
1.5.1 COORDENADORIA DE INOVAÇÃO, PROJETOS E PROCESSOS - COINP	Coordenador	CCT V	1
1.5.2 COORDENADORIA DE GESTÃO DOCUMENTAL E PROCESSO ELETRÔNICO - CGDOP	Coordenador	CCT V	1
		CCT III	1
1.6 GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS - GERH	Gerente	CGE III	1
		CCT III	3
		CCT II	1
1.6.1 ASSESSORIA DE RECURSOS HUMANOS - ASSRH	Assessor	CA III	1
1.6.2 COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - CODAP	Coordenador	CCT V	1
1.6.3 COORDENADORIA DE LEGISLAÇÃO E BENEFÍCIOS - COLEB	Coordenador	CCT V	1
1.6.4 COORDENADORIA DE CARREIRA E DESENVOLVIMENTO - CCADE	Coordenador	CCT V	1
1.6.5 COORDENADORIA DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA - COSAQ	Coordenador	CCT V	1
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À ANS - PROGE			
PROGE	Procurador-Geral	CGE II	1
1. ASSESSORIA ESPECIAL DA PROGE - ASSEP	Assessor	CCT IV	1
1.1 COORDENADORIA DE SUPORTE ADMINISTRATIVO E INSTITUCIONAL - COSAI	Coordenador	CCT III	1
2. ASSESSORIA DE APOIO AS REUNIÕES DE DIRETORIA COLEGIADA E DEMAIS ASSUNTOS - ASSERDC	Assessor	CCT III	1
3. GERÊNCIA DE CONTENCIOSO - GECON	Gerente	CGE III	1
4. GERÊNCIA DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA - GEADM	Gerente	CGE III	1
5. GERÊNCIA DE CONSULTORIA NORMATIVA - GECOS	Gerente	CGE III	1
6. GERÊNCIA DE DÍVIDA ATIVA - GEDAT	Gerente	CGE III	1
OUVIDORIA			
1. OUVIDORIA - OUVID	Ouvidor	CGE II	1
1.1 COORDENADORIA DE OPERAÇÕES DA OUVIDORIA - COPEO	Coordenador	CCT V	1
1.2 ASSESSORIA DE INFORMAÇÕES DA OUVIDORIA - ASINF	Assessor	CCT IV	1
CORREGEDORIA			
1. CORREGEDORIA - PPCOR	Corregedor	CGE III	1
1.1 COORDENADORIA DE ASSUNTOS DISCIPLINARES- COASD	Coordenador	CCT V	1
AUDITORIA INTERNA			
1 AUDITORIA INTERNA - AUDIT	Auditor Chefe	CGE III	1
1.1 COORDENADORIA DE CONTROLE DE AUDITORIAS - COAUD	Coordenador	CCT IV	1

"

No Anexo I - b da Resolução Regimental - RR Nº 21, de 26 de janeiro de 2022, publicada no DOU, em 31 de janeiro de 2022, Edição 21, Seção 1, página 223. ONDE SE LÊ: "Art. 5º À Gerência-Geral de Regulação Assistencial - GGRAS compete:

(...)

§ 3º Subordinam-se à GMOA a Coordenadoria de Monitoramento Assistencial - COMOA, a quem compete auxiliar em especial, no exercício das atribuições previstas nos incisos V, VII a XII, e XIV a XVI do caput deste artigo, além de coordenar os processos de trabalho executados pelos servidores desta área, sem prejuízo da execução de outras tarefas determinadas pelo Gerente."

LEIA-SE: "Art. 5º À Gerência-Geral de Regulação Assistencial - GGRAS compete:

(...)

§ 3º Subordinam-se à GEMOA a Coordenadoria de Monitoramento Assistencial - COMOA, a quem compete auxiliar em especial, no exercício das atribuições previstas nos incisos V, VII a XII, e XIV a XVI do caput deste artigo, além de coordenar os processos de trabalho executados pelos servidores desta área, sem prejuízo da execução de outras tarefas determinadas pelo Gerente."

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 24 DE JUNHO DE 2022

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei 9.961 de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 574ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 24 de junho de 2022, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo: 33910.017453/2020-13

Decisão: Aprovado à unanimidade o VOTO Nº 7/2022/COAJU/ASSNT-DIFIS/ASSTF/DIRAD-DIFIS/DIFIS, pela declaração do cumprimento do Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta - TCAC nº 004/2021 celebrado com a ASSOCIAÇÃO DO FISCO DE ALAGOAS - ASFAL o que acarreta a extinção do curso do processo sancionador nº 33910.012597/2019-40, o qual deverá ser arquivado, nos termos do art. 15 da RN nº 372, de 2015. Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO NUNES DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO DE 18 DE JULHO DE 2022

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 575ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 18 de julho de 2022, julgou os seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Decisão
33910.008244/2021-60	Unimed de Londrina - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância, pela improcedência da alegação de omissão de DLP.
33910.009487/2021-15	Unimed Governador Valadares Cooperativa de Trabalho Médico LTDA	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURÍCIO NUNES DA SILVA
Diretor - Presidente
Substituto

DECISÃO DE 18 DE JULHO DE 2022

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 575ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 18 de julho de 2022, julgou os seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Decisão
33910.019920/2021-21	Unimed Caratinga Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância.
33902.253957/2014-56	Irmandade de Misericórdia de Porto Ferreira	DIDES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURÍCIO NUNES DA SILVA
Diretor - Presidente
Substituto

DECISÃO DE 18 DE JULHO DE 2022

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 575ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 18 de julho de 2022, julgou os seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Registro ANS	Natureza do Débito	Valor do Débito (R$)
33910.010438/2022-14	Biovida Saúde Ltda.	415111	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 28046128	979.446,44 (pagáveis em 30 parcelas de R$ 32.648,21)
33910.015163/2022-05	Instituto Curitiba de Saúde	419010	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 28407281	571.094,10 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 9.518,24)
33910.019030/2022-08	Instituto Curitiba de Saúde	419010	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 28964363	1.222.250,93 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 20.370,85)
33910.020272/2022-36	Plena Saúde Ltda.	348830	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 28901503	540.210,41 (pagáveis em 15 parcelas de R$ 36.014,03)

Os autos dos processos em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURÍCIO NUNES DA SILVA
Diretor - Presidente
Substituto

Ministério do Trabalho e Previdência

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.044, DE 22 DE JULHO DE 2022

Aprova as Demonstrações Financeiras Consolidadas e o Relatório de Gestão do FGTS, referentes ao exercício de 2021.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o inciso IV do art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, resolve:

Art. 1º Aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas e o Relatório de Gestão do FGTS, referentes ao exercício de 2021.

Parágrafo único - As Demonstrações Financeiras Consolidadas e o Relatório de Gestão do FGTS deverão ser disponibilizadas no sítio do FGTS (www.fgts.gov.br) na aba "Transparência e Prestação de Contas".

Art. 2º O Grupo de Apoio Permanente (GAP) deverá acompanhar o cumprimento das recomendações ou determinações feitas pelos órgãos de controle a partir de auditorias que vierem a ser efetuadas.

Art. 3º Fica declarada a revogação das seguintes resoluções do Conselho Curador do FGTS:

I - Resolução nº 862, de 22 de agosto de 2017; e

II - Resolução nº 933, de 19 de agosto de 2019.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO DE SOUZA MOREIRA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.045, DE 22 DE JULHO DE 2022

Autoriza a distribuição de parte do resultado positivo auferido pelo FGTS no exercício 2021, para crédito nas contas vinculadas de titularidade dos trabalhadores.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 13, § 5º, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e

Considerando o resultado auferido pelo FGTS durante o exercício de 2021, no valor de R$ 13.335.488.653,18 (treze bilhões, trezentos e trinta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e três reais e dezoito centavos); e

Considerando o saldo efetivo das contas vinculadas apurados para fins de distribuição, nos termos da Resolução nº 854, de 18 de julho de 2017, no montante de R$ 480.293.882.439,58 (quatrocentos e oitenta bilhões, duzentos e noventa e três milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais e cinquenta e oito centavos), resolve:

Art. 1º Autorizar a distribuição de até R$ 13.202.133.766,65 (treze bilhões, duzentos e dois milhões, cento e trinta e três mil, setecentos e sessenta e seis reais, e sessenta e cinco centavos) referentes à parte do resultado positivo auferido pelo FGTS no exercício 2021, conforme o § 5º do art. 13 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

§ 1º O valor de distribuição referido no caput deverá ser creditado proporcionalmente aos saldos das contas vinculadas de titularidade dos trabalhadores no FGTS registrados na posição de 31 de dezembro de 2021, sendo que o índice a ser utilizado em relação a estes corresponde a 0,02748761.

§ 2º O Agente Operador do FGTS deverá adotar as providências necessárias para que as contas vinculadas alcançadas por esta resolução recebam os créditos da distribuição de resultados do exercício 2021 até o dia 31 de agosto de 2022.

Art. 2º Fica declarada a revogação das seguintes Resoluções do Conselho Curador do FGTS:

I - Resolução nº 972, de 11 de agosto de 2020; e

II - Resolução nº 1.003, de 17 de agosto de 2021.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO DE SOUZA MOREIRA
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHO DE 22 DE JULHO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na ANÁLISE TÉCNICA Nº 275/2022 (SEI 26479461), resolve: RETIFICAR o despacho publicado no DOU, de 22/07/2022, Seção 1, N 138, pag.89 (SEI 26617759), por erro material, onde se lê: Subsecretário de Relações do Trabalho, leia-se: Coordenador-Geral de Registro Sindical.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 666, DE 20 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.006563/2021-91, resolve:

Art.1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano PreviFiea, CNPB nº 2009.0033-65, administrado pela Sociedade de Previdência Complementar do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - PREVISC, CNPJ nº 80.150.857/0001-27.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

Ministério do Turismo

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 96-E, DE 22 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos da legislação indicada, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2025.

22-0447 SÓ LOVE
Processo: 01416.006962/2022-77
Proponente: URCA FILMES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 05.256.465/0001-21
Valor total aprovado: R$ 2.734.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.500.000,00
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 27099-7
Aprovado pela Reunião Extraordinária de Diretoria Colegiada nº. 04, realizada em 15/07/2022

22-0449 BRISA NORDESTINA
Processo: 01416.006793/2022-75
Proponente: SMALL RIDERS PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS SERVIÇOS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 39.324.499/0001-28
Valor total aprovado: R$ 530.261,55
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 503.748,48
Banco: 001 - agência: 2795-2 conta corrente: 100024-1
Aprovado pela Reunião Extraordinária de Diretoria Colegiada nº. 04, realizada em 15/07/2022

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada, e cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2024.

22-0448 O FILME - BAILE DA SAUDADE
Processo: 01416.006777/2022-82
Proponente: IT FILMES, COMUNICAÇÃO E ENTRETENIMENTO LTDA
Cidade/UF: Betim/MG
CNPJ: 10.957.732/0001-28
Valor total aprovado: R$ 1.993.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 253.000,00
Banco: 001 - agência: 0750-1 conta corrente: 128815-6
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.590.000,00
Banco: 001 - agência: 0750-1 conta corrente: 128816-4
Aprovado pela Reunião Extraordinária de Diretoria Colegiada nº. 04, realizada em 15/07/2022

Art. 3º As Deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 25-E, DE 22 DE JULHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 4 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os remanejamentos de fontes de recursos e suas revisões orçamentárias dos projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas.

17-0057 MARIEL MARISCOT
Processo: 01416.004689/2017-89
Proponente: FILMES DO EQUADOR LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 73.619.637/0001-34
Valor total aprovado: R$ 1.081.410,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 550.000,00
Banco: 001 - agência: 1251-3 conta corrente: 43808-1
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº 2.228-1/01: de R$ 477.339,50 para R$ 461.632,67
Banco: 001 - agência: 1251-3 conta corrente: 43346-2
Prazo de captação: até 31/12/2023

17-0665 RUAS DA GLÓRIA
Processo: 01416.026865/2017-33
Proponente: SYNDROME FILMES E PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.409.976/0001-97
Valor total aprovado: R$ 4.292.159,30
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 462.433,45 para R$ 1.289.595,53
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 26857-7
Prazo de captação: até 31/12/2023

22-0143 RATLINES
Processo: 01416.012646/2019-39
Proponente: BOUTIQUE FILMES E PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 16.729.130/0001-08
Valor total aprovado: R$ 6.022.681,22
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 2.256.779,96
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 8391-7
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.000.000,00 para R$ 743.220,04
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 8393-3
Prazo de captação: até 31/12/2025

22-0371 JUSTINO
Processo: 01416.001147/2022-11
Proponente: MERCADO CULTURAL LTDA
Cidade/UF: Brasília / DF
CNPJ: 03.093.490/0001-06
Valor total aprovado: R$ 13.947.431,25
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1003-0conta corrente: 70210-2
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1003-0 conta corrente: 70317-6
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 2.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1003-0 conta corrente: 70211-0
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº 2.228-1/01: de R$ 1.000.000,00 para R$ 600.000,00
Banco: 001 - agência: 1003-0 conta corrente: 70209-9
Prazo de captação: até 31/12/2024

Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

LAÍS SANTOYO LOPES DA FONSECA
Substituta

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 41, DE 22 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 459, de 05/08/2021, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02 e Portaria SPHAN 07/88;

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Portaria SPHAN 07/88;

IV - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo V desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

VI - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VII - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VIII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

IX - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HERBERT MOURA REGO

ANEXO I

01-Processo nº 01421.001516/2013-14
Projeto: Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial no Complexo eólico de Jandaíra - Novo layout
Arqueólogo Coordenador: Onésimo Jerônimo Santos
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Departamento de História - Larq/CCHLA - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Área de Abrangência: Município de Jandaíra, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

ANEXO II

01-Processo nº 01425.000903/2015-57
Projeto: Pré-história e Paleoambientes na Região do Pantanal (Mato Grosso - Brasil)
Arqueóloga Coordenadora: Verônica Wesolowski de Aguiar
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Etnologia da USP - MAE/USP
Área de Abrangência: Municípios de Juscimeira, Cuiabá, Chapada dos Guimarães e Rondonópolis, estado de Mato Grosso
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

02-Processo nº 01494.000442/2013-37
Projeto: O Povo das Águas: Carta Arqueológica das Estearias da Porção Centro Norte da Baixada Maranhense
Arqueólogo Coordenador: Alexandre Guida Navarro
Área de Abrangência: Municípios de Santa Helena, Palmeirândia, Nova Olinda do Maranhão, Pedro do Rosário, Presidente Sarney, Pinheiros, Peri Mirim, São Bento, São Vicente Férrer, Penalva e Lago Açu, estado do Maranhão
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

ANEXO III

01-Processo nº 01506.000646/2022-82
Projeto: Acompanhamento arqueológico das obras para Reforma da Praça do Monumento e Acesso à Casa do Grito, localizados no Conjunto do Ipiranga, Parque da Independência
Arqueóloga Coordenadora: Angélica Aparecida Moreira da Silva
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia - Departamento do Patrimônio Histórico - DPH, Secretaria Municipal de Cultura - Prefeitura do Município de São Paulo
Área de Abrangência: Município de São Paulo, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

02-Processo nº 01506.000774/2022-26
Projeto: Arqueologia na bacia dos rios Mogi-Guaçu e Pardo - Etapa I: Águas da Prata e a Revolução Constitucionalista de 32
Arqueóloga Coordenadora: Elaine Carvalho da Silva
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Águas da Prata, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

03-Processo nº 01506.000465/2022-56
Projeto: Prospecção e Acompanhamento Arqueológico no âmbito do Projeto de Restauro do sobrado Coronel Esmédio, imóvel sede do Museu Histórico e Pedagógico das Monções
Arqueólogo Coordenador: Sergio Bruno dos Reis Almeida
Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar (FUNDAMAR)
Abrangência: Município de Porto Feliz, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 19 (dezenove) meses

04-Processo nº 01512.000200/2022-79
Projeto: Arqueologia na Tríplice Fronteira: o povoamento original do Sul do Brasil
Arqueólogo Coordenador: Gustavo Peretti Wagner
Apoio Institucional: Reserva Técnica de Arqueologia do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (ICH/UFPEL)
Área de Abrangência: Município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

05-Processo nº 01494.000265/2022-80
Projeto: Pesquisa Acadêmica para Identificação e Caracterização do Sítio Arqueológico Petrolina
Arqueóloga Coordenadora: Danielly Morais Rocha Marques
Apoio Institucional: Centro de Pesquisa em Arqueologia e História "Timbira" - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMA SUL)
Área de Abrangência: Município de Imperatriz, estado do Maranhão
Prazo de validade: 24 (vinte e quatro) meses

06-Processo nº 01514.002186/2018-41
Projeto: Pesquisa Arqueológica junto às Obras de Ampliação e Melhorias no SAA de Diamantina e Programa de Educação Patrimonial
Arqueólogo Coordenador: Fernando Walter da Silva Costa
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)
Área de Abrangência: Município de Diamantina, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 14 (quatorze) meses

07-Processo nº 01500.002396/2021-94
Projeto: Monitoramento e Resgate Arqueológico - Avenida Presidente Vargas nº 1122 - Fase II
Arqueólogo Coordenador: Giovani Scaramella
Apoio Institucional: Instituto dOrbigny
Área de Abrangência: Município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

08-Processo nº 01500.003038/2021-07
Projeto: Prospecção e Salvamento Arqueológico Avenida Tomé de Sousa 140 e 144
Arqueóloga Coordenadora: Guadalupe do Nascimento Campos
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Brasileira
Área de Abrangência: Município do rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

ANEXO IV

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Frimesa Cooperativa Central
Empreendimento: Linha de Distribuição em Alta Tensão 138 kV Frimesa - Seccionamento (Medianeira - São Miguel do Iguaçu)
Processo nº 01508.000362/2021-95
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Linha de Distribuição em Alta Tensão 138 kV Frimesa - Seccionamento (Medianeira - São Miguel do Iguaçu)
Arqueólogos Coordenadores: Cleiton Silva da Silveira e Fábio Isídio dos Santos
Arqueólogo de Campo: Murilo Galho Ribeiro
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Medianeira, estado do Paraná
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: M C Santana Eireli
Empreendimento: Projeto Rios do Futuro
Processo nº 01492.000159/2022-16
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Projeto Rios do Futuro
Arqueólogo Coordenador: Kelton Lima Monteiro Mendes
Arqueóloga de Campo: Tallyta Suenny Araújo da Silva
Apoio Institucional: Museu do Estado do Pará - Governo do Estado do Pará
Área de Abrangência: Município de Portel, estado do Pará
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

ANEXO V

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Bocaina Geração de Energia Elétrica SPE Ltda
Empreendimento: PCH Bocaina
Processo nº 01401.000070/2022-21
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de instalação da PCH Bocaina
Arqueóloga Coordenadora: Vania Leandro de Sousa
Arqueólogo de Campo: Eliezer Botelho da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e História Indígena - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Área de Abrangência: Municípios de Rio Negro e Rio Verde, estado de Mato Grosso do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Tack Cascata 2 Incorporadora SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Cascata II
Processo nº 01506.000828/2022-53
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Residencial Cascata II
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: Jouran de Deus Ferreira
Apoio institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de abrangência: Município de Marília, no estado de São Paulo
Prazo da autorização: 04 (quatro) meses

03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Cesbe Participações S.A
Empreendimento: Linha de Transmissão 500 kV SE Cobra/ Seccionamento LT TERESINA II - Tianguá II
Processo nº 01402.000198/2022-85
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento Linha de Transmissão 500 kV SE Cobra/ Seccionamento LT TERESINA II - Tianguá II
Arqueólogo Coordenador: Pedro Henrique Santos Gaspar Melo
Arqueóloga de Campo: Ana Flávia Sousa Silva
Apoio Institucional: Museu Dom Avelar Brandão Vilela - Fundação Cultural Cristo Rei
Área de Abrangência: Município de Capitão de Campos, estado do Piauí
Prazo de Validade: 03 (três) meses

04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Lastro Dezenove Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Lastro Dezenove Empreendimentos Imobiliários Ltda - Valle do Douro
Processo nº 01402.000588/2021-74
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico a ser executado na área do empreendimento do Lastro Dezenove Empreendimentos Imobiliários Ltda - Valle do Douro
Arqueóloga Coordenadora: Amanda Caroline Carvalho de Siqueira
Arqueólogo de Campo: Pablo Roggers Amaral Rodrigues
Apoio Institucional: Museu Dom Avelar Brandão Vilela - Fundação Cultural Cristo
Área de Abrangência: Município de Teresina, estado do Piauí
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

05-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: M.A Silva e Cia Ltda - Vivamar
Empreendimento: Sede Vivamar
Processo nº 01494.000110/2022-43
Projeto: Acompanhamento Arqueológico referente ao empreendimento Sede da Vivamar
Arqueólogos Coordenadores: Ricardo Luís Figueiredo Santos e Jessiane Montenegro Barboza dos Santos
Arqueólogos Campo: Ricardo Luís Figueiredo Santos e Jessiane Montenegro Barboza dos Santos
Área de Abrangência: Município de Paço do Lumiar, estado do Maranhão
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

06-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Aqua-Foz Aquário de Foz do Iguaçu S.A
Empreendimento: Empreendimento Aqua-Foz - Aquário de Foz do Iguaçu
Processo nº 01508.000437/2022-19
Projeto: Acompanhamento Arqueológico durante as obras de implantação do Empreendimento Aqua-Foz - Aquário de Foz do Iguaçu
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueóloga de Campo: Amanda Almeida Cardoso
Área de Abrangência: Município de Foz do Iguaçu, estado do Paraná
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Pedra Branca Geração de Energia Elétrica SPE Ltda
Empreendimento: PCH Pedra Branca
Processo nº 01401.000073/2022-65
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico PCH Pedra Branca
Arqueóloga Coordenadora: Vânia Leandro de Sousa
Arqueólogo de Campo: Eliezer Botelho da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e História Indígena - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Área de Abrangência: Municípios de Paraíso das Águas e Chapadão do Sul, estado do Mato Grosso do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Fótons de São Willian Energias Renováveis S.A
Empreendimento: Complexo Fotovoltaico Queimada Nova I - Fótons de São Willian 01 a 06 300.0 MW
Processo nº 01498.000228/2022-31
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Complexo Fotovoltaico Queimada Nova I - Fótons de São Willian 01 a 06 300.0 MW
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Gabriel Farias Carneiro
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Ciências Naturais - Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP
Área de Abrangência: Município de Afrânio, estado de Pernambuco
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Kardex Administração e Serviços Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Fazenda II
Processo nº 01490.000242/2021-24
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área diretamente afetada pelo Loteamento Fazenda II
Arqueólogo Coordenador: Adilon Pereira Inuma
Arqueólogo de Campo: Cícero Alves Rodrigues
Apoio Institucional: Museu da Amazônia - Núcleo de Arqueologia e Etnologia (MUSA-NAE)
Área de Abrangência: Município de Iranduba, estado do Amazonas
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: UFV Vista Alegre I e UFV Vista alegre II Energia SPE Ltda
Empreendimento: Complexo Fotovoltaico Vista Alegre I a XVI
Processo nº 01514.000688/2022-14
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Complexo Fotovoltaico Vista Alegre I a XVI
Arqueóloga Coordenadora: Sâmara dos Reis
Arqueólogos de Campo: Maurício Rocha Ribeiro Monteiro e Paulo César Bezerra Neri Júnior

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Janaúba, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 03 (três) meses

11-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: WV Locações E Transportes Eireli
Empreendimento: Jazida Dendezeiros
Processo nº 01504.000390/2021-42
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Jazida Dendezeiros
Arqueólogo Coordenador: Ronaldo José Ferreira Alves Santos
Arqueólogo de Campo: Ronaldo José Ferreira Alves Santos
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Xingó - MAX - Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Área de Abrangência: Município de Itabaiana, estado de Sergipe
Prazo de Validade: 03 (três) meses

12-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Colibri Solar Energia Ltda
Empreendimento: Usina Fotovoltaica Colibri
Processo nº 01502.001438/2021-50
Projeto: Monitoramento Arqueológico na Área da Usina Fotovoltaica Colibri
Arqueólogo Coordenador: Fábio Isidio dos Santos
Arqueólogo de Campo: Julio Toledo de Faria
Área de Abrangência: Município de Mansidão, estado da Bahia
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

13-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Dana Importação e Exportação Ltda
Empreendimento: Sítio Liberdade
Processo nº 01409.000029/2022-85
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Sítio Liberdade
Arqueólogo Coordenador: Mauro Almeida e Silva
Arqueólogo de Campo: Mauro Almeida e Silva
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de São Mateus, estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

14-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Cajugram Granitos e Mármores do Brasil Ltda
Empreendimento: Mina F2 Bege
Processo nº 01409.000092/2022-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Mina F2 Bege
Arqueólogo Coordenador: Paulo João de Oliveira Júnior
Arqueólogo de Campo: Otávio Augusto Pereira Freitas
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Muniz Freire, estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

15-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Olimóveis Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Feltrin
Processo nº 01512.000088/2022-76
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Feltrin
Arqueóloga Coordenadora: Estefânia Jaékel da Rosa
Arqueólogo de Campo: Átila Perillo Filho
Apoio Institucional: Laboratório de Cultura Material e Arqueologia, Núcleo de Pré História e Arqueologia (Lacuma/Nupha) - Universidade de Passo Fundo (UPF)
Área de Abrangência: Município de Farroupilha, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

16-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Fundação Renova
Empreendimento: Obras da Ponte e Passarela Santa Rita
Processo nº 01514.000675/2022-45
Projeto: Acompanhamento Arqueológico nas Obras da Ponte e Passarela Santa Rita
Arqueóloga Coordenadora: Flávia Maria da Mata Reis
Arqueóloga de Campo: Juliana Maria Brandão Moreira
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
Área de Abrangência: Município de Mariana, estado de Minas Gerais
Prazo de validade: 05 (cinco) meses

17-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Olimóveis Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Piemonte
Processo nº 01512.000622/2018-68
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Piemonte
Arqueóloga Coordenadora: Estefânia Jaékel da Rosa
Arqueólogo de Campo: Freddy Bager Junior
Apoio Institucional: Laboratório de Cultura Material e Arqueologia, Núcleo de Pré História e Arqueologia (Lacuma/Nupha) - Universidade de Passo Fundo (UPF)
Área de Abrangência: Município de Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

18-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Laboratório Teuto Brasileiro S/A
Empreendimento: Subestação 138 KV Teuto
Processo nº 01516.000109/2022-13
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Subestação 138 KV Teuto
Arqueólogo Coordenador: Fabio Isidio dos Santos
Arqueóloga de Campo: Fabiana Chagas Moreira
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Museu Antropológico - Universidade Federal de Goiás (UFG)
Área de Abrangência: Município de Anápolis, estado de Goiás
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

19-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Talisson Rafael Carvalho Micheletti
Empreendimento: Chácara Linha Universo
Processo nº 01410.000071/2021-86
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Chácara Linha Universo
Arqueóloga Coordenadora: Maria Coimbra de Oliveira
Arqueóloga de Campo: Maria Coimbra de Oliveira
Apoio Institucional: Museu Regional de Arqueologia de Rondônia - Prefeitura Municipal de Presidente Médici
Área de Abrangência: Município de Ji-Paraná, estado de Rondônia
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

20-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Agrobarra Agropecuária Barra Nova Ltda
Empreendimento: Sítio Arcangelo
Processo nº 01409.000289/2021-70
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Sítio Arcangelo
Arqueólogo Coordenador: Mauro Almeida e Silva
Arqueólogo de Campo: Mauro Almeida e Silva
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Jaguaré, estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

21-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Chão de Casa Urbanizadora Ltda
Empreendimento: Bairro Planejado Nossa Senhora de Guadalupe
Processo nº 01504.000077/2022-95
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Bairro Planejado Nossa Senhora de Guadalupe
Arqueólogos Coordenadores: Marcelo Iury de Oliveira, Daniella Mendes Neiva Oliveira e Jacqueline Barreto Leite
Arqueóloga de Campo: Priscyla Fernanda Viana Oliveira
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Xingó (MAX) - Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Área de Abrangência: Município de Estância, estado de Sergipe
Prazo de Validade: 03 (três) meses

22-Enquadramento: Nível III
Empreendedor: Tenda Negócios Imobiliários S.A
Empreendimento: Condomínio Residencial Outeiro Santo
Processo nº 01500.000149/2022-34
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento Outeiro Santo
Arqueóloga Coordenadora: Sílvia Alves Peixoto
Arqueólogo de Campo: Diogo de Cerqueira Pinto
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Brasileira
Área de Abrangência: Município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

23-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Nova Juba Energética S/A
Empreendimento: CGH Jubinha II B e LT 13,8 Kv de 8,7 Km
Processo nº 01425.000548/2018-69
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Área de Implantação da CGH Jubinha II B e LT 13,8 Kv de 8,7 Km
Arqueólogo Coordenador: Márcio Antônio Telles
Arqueólogos de Campo: Júlio Cesar Alves de Castro e Wilderval Sebastião de Lima
Área de Abrangência: Município de Tangará da Serra, estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 18 (dezoito) meses

24-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Idealiza Urbanismo Ltda
Empreendimento: Estância do Laranjal
Processo nº 01512.000679/2021-62
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do empreendimento Estância do Laranjal
Arqueólogo Coordenador: Jonathan Duarte Marth
Arqueóloga de Campo: Victória Ferreira Ulguim
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciências e Tecnologia (LA-MCT) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)
Área de Abrangência: Município de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

25-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: RAIZ Energia e Combustíveis S.A
Empreendimento: Usina Termoelétrica UTE Integração e Linha de Transmissão 500 kV UTE SUAPE II
Processo nº 01498.000051/2022-73
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Usina Termoelétrica UTE Integração e Linha de Transmissão 500 kV UTE SUAPE II
Arqueólogo Coordenador: Renato Kipnis
Arqueóloga de Campo: Patrícia da Silva Hackbart
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Ciências Naturais - Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP
Área de Abrangência: Municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, estado do Pernambuco
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

26-Enquadramento IN: III
Empreendedor: Panorama 01 Energia SPE Ltda
Empreendimento: Complexo Solar Raios do Parnaíba
Processo nº 01402.000062/2019-70
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Complexo Solar Raios do Parnaíba
Arqueóloga Coordenadora: Ana Caroline Teixeira Maciel
Arqueóloga de Campo: Ana Emília de Oliveira Costa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Pré-Histórica do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial - Universidade Federal do Vale do São Francisco - Serra da Capivara
Área de Abrangência: Município de Ribeiro Gonçalves, estado do Piauí
Prazo de Validade: 15 (quinze) meses

27-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: M&L Empreendimentos Ltda
Empreendimento: Cantinho da Paz
Processo nº 01409.000215/2021-33
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Programa Integrado de Educação Patrimonial Empreendimento Cantinho da Paz
Arqueólogo Coordenador: Marcellus D'Almeida de Almeida
Arqueólogo de Campo: Luiz Geovanni de Castro Souza
Endosso Institucional: Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Adam Orssich - IPAE
Área de Abrangência: Município de Linhares, estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

28-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Petróleo Sabbá S/A
Empreendimento: Área de Ampliação da Base de Combustíveis da Petróleo Sabbá
Processo nº 01494.000245/2022-17
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Ampliação da Base de Combustíveis da Petróleo Sabbá
Arqueólogas Coordenadoras: Rafaela Fonseca Oliveira e Sâmara dos Reis
Arqueólogo de Campo: Ricardo Luís Figueiredo Santos
Apoio Institucional: Reserva Técnica da Universidade Federal do Maranhão - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Área de Abrangência: Município de São Luís, estado do Maranhão
Prazo de Validade: 03 (três) meses

29-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Empreendimento: Pavimentação do segmento da rodovia BR-419/MS, trecho: BR-163 (A) (Rio Verde de Mato Grosso) - ENTR. BR-060(B)/267(B) (Jardim) - Km 189,3 - km 244,00 Lote 04

Processo nº 01401.000074/2021-29
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das obras de implantação e pavimentação do segmento da rodovia BR-419/MS, trecho: BR-163 (A) (Rio Verde de Mato Grosso) - ENTR. BR-060(B)/267(B) (Jardim) - Km 189,3 - km 244,00 Lote 04.
Arqueóloga Coordenador: Fábio Israel Vieira de Campos
Arqueólogos de Campo: Gil Passos de Mattos e Fábio Israel Vieira de Campos
Área de Abrangência: Municípios de Aquidauana e Anastácio, estado do Mato Grosso do Sul
Prazo de Validade: 23 (vinte e três) meses

30-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Alliance João Pessoa 22 Construções SPE Ltda
Empreendimento: Moa Alliance House
Processo nº 01408.000028/2022-41
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do empreendimento Moa Alliance House
Arqueólogo Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueóloga de Campo: Maria Marta Beatriz Maciel de Oliveira
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Paleontologia - LABAP - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Área de Abrangência: Município de João Pessoa, estado da Paraíba
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 24, de 13 de maio de 2022, Seção 1, Anexo IV, Página 110, Renovação nº 01, processo nº 01450.002871/2021-65, publicada em 16/05/2022, onde se lê: "Arqueólogo de Campo: Leandro Borges Bispo", leia-se: "Arqueólogos de Campo: Leandro Borges Bispo; Deise Lemos Carvalho; Alexandre Araújo de Oliveira Santana; Edclei Siqueira de Oliveira; Pedro Pedraza Venere e Wender Alves De Souza".

Na Portaria nº 36, de 04 de julho de 2022, Seção 1, Anexo III, Página 219, Autorização nº 04, processo nº 01510.000338/2022-98, publicada em 05/07/2022, onde se lê: "Arqueólogo de Campo: Silvano Silveira da Costa", leia-se: "Arqueólogo de Campo: Aléxis Tessele Cruz".

"Na Portaria nº 29, de 03 de junho de 2022, Seção 1, Anexo V, Página 260, Autorização nº 25, processo nº 01422.000733/2021-89, publicada em 06/06/2022, onde se lê: Arqueólogo de Campo: Wesley Charles de Oliveira; leia-se: Arqueólogos de campo: Kaic Bueno Batista e Andreiza Oliveira Silva".

Na Portaria nº 24, de 13 de maio de 2022, Seção 1, Anexo V, Página 112, Autorização nº 26, processo nº 01494.000447/2021-70, publicada em 16/05/2022, inclua se: "Apoio Institucional: Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão - Governo do Estado do Maranhão".

Na Portaria nº 23, de 06 de maio de 2022, Seção 1, Anexo V, Página 120, Autorização nº 44, processo nº 01494.000312/2021-12, publicada em 09/05/2022, inclua se: "Apoio Institucional: Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão - Governo do Estado do Maranhão".

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 494, DE 20 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre o Edital Prêmio Funarte Olimpíadas das Artes Visuais.

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, nomeado pela Portaria nº 356, de 19 de abril de 2021, publicada no D.O.U. 20 de abril de 2021, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 07 de abril de 2004, publicado no D.O.U. de 08 de abril de 2004;

CONSIDERANDO:

O disposto na Portaria nº 29/2009, ratificada pela Portaria Mtur nº 680, de 30 de setembro de 2020, pelo Decreto nº 9.853/2019 e, supletivamente, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas eventuais modificações no que lhe for aplicável, resolve:

Art. 1º - Instituir o Prêmio Funarte Olimpíadas das Artes Visuais.

Art. 2º - Divulgar o edital que estabelece as normas de seleção para a concessão de prêmios aos interessados, que será publicado na seção 3 do Diário Oficial da União e na página eletrônica da Funarte: https://www.gov.br/funarte/pt-br

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor no dia 25 de julho de 2022, em virtude do item 6.1 do referido edital.

TAMOIO ATHAYDE MARCONDES

Controladoria-Geral da União

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA CGU Nº 19, DE 22 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre o procedimento de julgamento antecipado dos processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas.

O MINISTRO DE ESTADO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e o art. 67 do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, com fundamento no inciso I do art. 6º da Portaria CGU nº 1.973, de 31 de agosto de 2021, considerando os incisos I, III, IV, XI e XIII do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 9.681, de 03 de janeiro de 2019, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 8º e no caput do art. 9º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no art. 27 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, e no inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, e com base no processo nº 00190.104758/2022-40, resolve:

Art. 1º Esta Portaria Normativa dispõe sobre o procedimento de julgamento antecipado do mérito nos processos administrativos de responsabilização - PARs instaurados ou avocados pela Controladoria-Geral da União - CGU, nos quais a pessoa jurídica admita a sua responsabilidade objetiva pela prática de atos lesivos investigados.

Art. 2º Deverão constar do pedido de julgamento antecipado apresentado pela pessoa jurídica:

I - a admissão de sua responsabilidade objetiva pela prática dos atos lesivos investigados, acompanhada de provas e relato detalhados do que for de seu conhecimento;

II - o compromisso de:

a) ressarcir os valores correspondentes aos danos a que tenha dado causa;

b) perder a vantagem auferida, quando for possível sua estimação;

c) pagar o valor da multa prevista no inciso I do art. 6º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, acompanhado dos elementos que permitam o seu cálculo e a dosimetria;

d) atender os pedidos de informações relacionados aos fatos do processo, que sejam de seu conhecimento;

e) não interpor recursos administrativos contra o julgamento que defira integralmente a proposta;

f) dispensar a apresentação de peça de defesa; e

g) desistir de ações judiciais relativas ao processo administrativo;

III - a forma e os prazos de pagamento das obrigações financeiras decorrentes dos compromissos do inciso II.

Art. 3º O pedido a que se refere o art. 2º será apresentado perante a Corregedoria-Geral da União - CRG, que poderá, discricionariamente:

I - rejeitar a proposta, determinando a continuidade da apuração; ou

II - concordar com o pedido e proceder à elaboração de relatório final, recomendando o julgamento antecipado do processo.

§ 1º Caso o pedido seja ofertado no âmbito de investigação preliminar - IP ou de investigação preliminar sumária - IPS, a decisão a que se refere o inciso II do caput equivalerá à da instauração do PAR.

§ 2º Na proposta de julgamento antecipado de que trata esta Portaria Normativa, poderão ser aplicadas as disposições previstas nos artigos 355 e 356 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, e na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 4º A desistência do pedido ou sua rejeição não importará em reconhecimento da prática do ato lesivo investigado e, em nenhuma hipótese, configurará justificativa para impor ou agravar as sanções aplicáveis à pessoa jurídica.

§ 1º Não se fará divulgação da desistência ou rejeição da proposta.

§ 2º Na hipótese do caput, a Administração Pública não poderá utilizar os documentos recebidos em razão da apresentação da proposta.

Art. 5º No caso de concordância com o pedido, o relatório final a que se refere o inciso II do art. 3º conterá:

I - a descrição sucinta das imputações realizadas em face da pessoa jurídica processada e das provas que lhe dão sustentação;

II - a análise da proposta de pagamento das obrigações financeiras assumidas pela pessoa jurídica;

III - a conclusão fundamentada a respeito do atendimento das condições para o deferimento do pedido de julgamento antecipado nos termos previstos por esta Portaria Normativa;

IV - a sugestão de aplicação isolada da sanção de multa prevista na Lei nº 12.846, de 2013, sem aplicação cumulada da sanção de publicação extraordinária da decisão condenatória; e

V - a sugestão de atenuação das sanções impeditivas de licitar e contratar com o Poder Público, quando cabíveis.

§ 1º No cálculo da multa será concedido o benefício das seguintes atenuantes, de acordo com o momento processual de oferta da proposta:

I - antes da instauração do processo administrativo de responsabilização, concessão do percentual máximo dos fatores estabelecidos pelos incisos II, III e IV do art. 23 do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022;

II - até o prazo para apresentação da defesa escrita, concessão do percentual máximo do fator estabelecido pelo inciso II, de 1% (um por cento) do fator estabelecido pelo inciso III e de 1,5% (um e meio por cento) do inciso IV do art. 23 do Decreto nº 11.129, de 2022;

III - até o prazo para apresentação de alegações finais, concessão do percentual máximo do fator estabelecido pelo inciso II, de 0,5% (meio por cento) do fator estabelecido pelo inciso III e de 1% (um por cento) do inciso IV do art. 23 do Decreto nº 11.129, de 2022; e

IV - após o prazo para apresentação de alegações finais, concessão do percentual máximo do fator estabelecido pelo inciso II e de 0,5% (meio por cento) do inciso IV do art. 23 do Decreto nº 11.129, de 2022.

§ 2º Em nenhuma hipótese a multa do inciso I do art. 6º da Lei nº 12.846, de 2013, poderá ser inferior à vantagem auferida pela pessoa jurídica, quando for possível sua estimação.

Art. 6º Preenchidos os requisitos de que trata esta Portaria Normativa, o Ministro da CGU realizará o julgamento antecipado do mérito.

§ 1º O julgamento de que trata o caput será precedido de manifestação jurídica elaborada pela Consultoria Jurídica da Controladoria-Geral da União.

§ 2º Os respectivos registros das sanções serão excluídos do Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, tão logo cumpridos os compromissos estabelecidos na proposta da pessoa jurídica.

Art. 7º Os benefícios desta Portaria Normativa poderão ser concedidos às pessoas jurídicas cujos processos administrativos de responsabilização já se encontrem instaurados e não julgados, desde que:

I - apresentem pedido de julgamento antecipado no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de entrada em vigor desta Portaria Normativa; e

II - a prescrição das infrações apuradas no processo não esteja prevista para ocorrer no prazo mencionado no inciso I deste artigo.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, os benefícios contemplarão a concessão do percentual máximo dos fatores estabelecidos pelos incisos II, III e IV do art. 18 do Decreto nº 8.420, de 2015, caso o relatório final do PAR já tenha sido elaborado com proposta de cálculo de multa realizada com base no referido decreto.

Art. 8º Esta Portaria Normativa não se aplica:

I - aos processos relativos a atos lesivos praticados pelas mesmas pessoas jurídicas nos 3 (três) anos seguintes ao julgamento antecipado previsto nesta Portaria Normativa; e

II - quando cabível a celebração de acordo de leniência, nos termos do art. 16 da Lei nº 12.846, de 2013.

Art. 9º Esta Portaria Normativa entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria PGR/MPF nº 554, de 18 de julho de 2022, publicada no D.O.U., Seção 1, pág. 135, de 20 de julho de 2022, onde se lê: "§ 2º A seleção dos membros considerará preferencialmente o domínio de idiomas (inglês e espanhol) e a antiguidade nas respectivas carreiras.", leia-se: "§ 2º A seleção dos membros considerará preferencialmente o domínio de idiomas (inglês e espanhol) e a antiguidade nas respectivas categorias."

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA Nº 900, DE 17 DE JULHO DE 2022

ICP n.º 08190.003347/22-79

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Terceira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO que no julgamento do processo 2016.01.1.076445-3, já transitado em julgado, a 8ª Turma Cível do e. TJDFT condenou a rede de supermercados Pão de Açúcar ao pagamento do valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por danos morais coletivos, em razão da conduta reiterada da empresa em praticar preços diferentes dos anunciados nas gôndolas e nos caixas de pagamento, além do pagamento de multa no valor de R$ 1.000,00 (mil reais) para cada produto encontrado com preços diferenciados;

CONSIDERANDO a condenação, ainda, da rede de supermercados, em informar, em suas lojas, a necessidade de os consumidores prestarem atenção entre os preços anunciados e os preços pagos, visto que, diante das reiteradas constatações da mencionada prática, mostra-se tal imposição necessária, a fim de conferir maior publicidade e efetividade ao direito básico de informação ao consumidor, disposto no artigo 6º, inciso III, do CDC;

CONSIDERANDO a instauração de notícia de fato acerca da existência da cobrança supostamente irregular de valor superior em produtos pelo supermercado Pão de Açúcar da 308 Sul, localizado na Asa Sul em Brasília;

CONSIDERANDO que, em fiscalizações realizadas pelo Procon - DF, nos estabelecimentos no Pão de Açúcar do Distrito Federal, somente no mês de outubro de 2021, verificou-se que, das 11 (onze) lojas fiscalizadas, 10 (dez) foram autuadas por discrepância entre os valores dos produtos e os oficialmente cobrados pelos caixas, conforme procedimentos administrativos anexados aos autos

CONSIDERANDO que não foram encontrados informativos ou qualquer outro meio de divulgação, no interior dos estabelecimentos, alertando sobre a necessidade dos consumidores prestarem atenção quanto aos preços apresentados nas gôndolas de produtos e aqueles cobrados nos caixas de pagamento, como registrado nos documentos lavrados nos respectivos locais;

CONSIDERANDO a recalcitrância da empresa, mesmo após condenação transitado em julgado, em praticar, de forma sistemática, nos estabelecimentos de sua rede de supermercados do DF, a cobrança diferenciada de valores dos produtos encontrados nas gôndulas e aqueles oficialmente cobrado pelos caixas, bem como não disponibilizar de placas, informativos ou qualquer outro meio de informação nos interiores dos estabelecimentos comerciais da rede de supermercados Pão de Açúcar no Distrito Federal, alertando sobre a necessidade de os consumidores prestarem atenção quanto aos preços apresentados nas gôndulas de produtos e aqueles cobrados nos caixas de pagamento;

CONSIDERANDO que, num total de 27 produtos encontrados com preços diferenciados, sendo 23 (vinte três) deles com preços praticados a maior entre o valor encontrado nas gôndolas e aqueles cobrados nos caixas de pagamento;

CONSIDERANDO a necessidade da defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos stricto sensu, bem como garantir aos consumidores a adoção de providências quanto a rotina adequada quanto precificação, armazenamento e qualidade (adequação para consumo) de produtos e serviços, com a devida obediência aos critérios legais estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor CDC;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos;, resolve:

Com suporte nas Leis Federai n.ºs 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, instaurar

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 3ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, que terá por objeto apurar eventuais os danos materiais e morais causados aos a consumidores das redes de supermercados pertencentes ao Grupo Pão de Açúcar-GPA, razão social Companhia Brasileira de Distribuição Ltda., diante da constatação, em diversas reclamações de consumidores e da fiscalização do Procon-DF, acerca da prática reiterada de cobranças de preços superiores aos fixados nas gôndolas àqueles produtos constantes nos caixas dos estabelecimentos dos referidos hipermercados e da venda de produtos impróprios para consumo.

1.1.1. comunique-se a E. Câmara de Coordenação e Revisão Cível Especializada;

1.1.2. publique-se esta portaria.

YARA MACIEL CAMELO
Promotora de Justiça

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA

PORTARIA Nº 89 - 4ª PROURB, DE 21 DE JULHO DE 2022

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL ETERRITÓRIOS, por intermédio da Quarta Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos artigos 127 c/c 129, incisos III e IX, da Constituição Federal; artigo 5º, inciso III, alíneas "b", "c" e "d" c/c artigo 6º, inciso XIV, alíneas "f" e "g", inciso XIX, alíneas "a" e "b", inciso XX, c/c artigo 7º, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; e art. 2º c/c art. 11, inciso XV c/c art. 22 da Resolução nº 90 do CSMPDFT-Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, de 14 de setembro de 2009;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a missão constitucional de defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem como suas funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública

para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que o art. 129, inciso II, da Constituição Federal dispõe ser função institucional do Ministério Público "zelar pelo

efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia";

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público a expedição de

recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (LC 75/93, art. 6º, XX);

CONSIDERANDO que o artigo 182 da Constituição da República de 1988 estabelece que "a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes";

CONSIDERANDO que a função social da cidade, o planejamento urbanístico, a justa distribuição do ônus e do benefício na execução da política urbanística constituem princípios próprios do Direito Urbanístico;

CONSIDERANDO que as normas urbanísticas têm por escopo restringir o exercício do direito de propriedade para assegurar o

desenvolvimento ordenado da cidade, de sorte a regular os espaços

habitáveis, buscando harmonizar o interesse do proprietário urbano com a preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, com vistas a assegurar o bem-estar de seus habitantes;

CONSIDERANDO que o teor dos Relatórios Técnicos nºs 421/2022 e 672/2022 de lavra da APMAG/SPD- Assessoria Pericial em Meio Ambiente e Geoprocessamento da Secretaria de Perícias e Diligênciasdo MPDFT, aponta a ocupação irregular da área pública localizada nas proximidades do Ribeirão do Torto e do Córrego Açude, conforme poligonal da área com as respectivas coordenadas planimétricas constantes dos mencionados relatórios;

CONSIDERANDO que a ocupação irregular constitui em tese crimes contra a ordem urbanística e ao meio ambiente;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos, bem como a adoção de providências para o restabelecimento da ordem urbanística e do meio ambiente; resolve:

Instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

para investigar os fatos, bem como adotar providências para restaurar a ordem urbanística e ambiental violadas em decorrência da ocupação da área pública localizada nas proximidades do Ribeirão do Torto e do Córrego Açude, conforme poligonal da área com as respectivas coordenadas planimétricas constantes dos Relatórios Técnicos nºs 421/2022 e 672/2022 de lavra da APMAG/SPD - Assessoria Pericial em Meio Ambiente e Geoprocessamento da Secretaria de Perícias e Diligências do MPDFT.

Ab initio, determino a adoção das seguintes providências:

a) Autue-se a presente portaria promovendo-se os registros necessários no Sistema de Acompanhamento dos Feitos e Requerimentos do MPDFT;

b) Comunique-se a instauração do presente procedimento à 3ª

Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada;

c) Expeçam-se ofícios aos seguintes órgãos:

c.1) DEMA para encaminhar cópia dos pareceres técnicos e requisitar a instauração de inquérito policial para investigar os fatos;

c.2) Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística para encaminhar cópia dos pareceres técnicos e requisitar a vistoria da edificação para fins de expedir as autuações pertinentes em caso de constatação de irregularidades;

d) Providencie a Chefia de Gabinete a juntada da sentença e julgados proferidos pelas instâncias superiores, nos autos do processo nº 2012.01.1.004122-6 mencionado no Relatório Técnico nº 421/2022- APMAG/SPD;

e) Proceda-se ao controle do prazo previsto no artigo 13-A, § 1º,

da Resolução nº 66, de 14 de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT - 1

(um) ano - informando sobre a eventual necessidade de prorrogação do referido prazo com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

MARILDA DOS REIS FONTINELE
Promotora de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL

DECISÃO Nº 1.615, DE 18 DE JULHO DE 2022

REFERÊNCIA: PGEA 1.29.000.002502/2022-15. ASSUNTO: Trabalho não presencial fora do território Nacional. INTERESSADO: PR/RS. SERVIDOR: JULIAN RITZEL FARRET, Analista do MPU/Direito, matrícula nº 28.557, lotado no Gabinete de Procuradora da República na PRM Santa Maria, RS, Dra. Bruna Pfaffenzeller.

Tendo em vista a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas, PGR-00282196/2022, bem como o disposto no art. 15 e no art. 23, I, "c", 2 e 3, da Portaria PGR/MPU nº 81, de 7 de outubro de 2021, AUTORIZO, na qualidade de medida excepcional o desempenho pelo interessado das atividades relativas à modalidade de teletrabalho em Buenos Aires, Argentina, pelo período da pesquisa para seu curso de doutorado, de setembro de 2022 a junho de 2023, DEVENDO, antes da designação no sistema e início das atividades:

a) a chefia imediata anexar nos autos o plano de trabalho conforme art. 22, e o documento que descreva a forma de cumprimento dos incisos II e III do artigo 21 e §1º da Portaria 81/2021 e;

b) o gestor da Unidade anexar nos autos declaração de compromisso de comunicação imediata à Secretaria Geral para revogação do ato, caso os deveres e responsabilidades da chefia imediata não estejam sendo cumpridos, caso as atividades desempenhadas pelo servidor se tornem incompatíveis com o trabalho não presencial, caso não haja mais interesse da administração na manutenção da autorização, bem como o surgimento de qualquer vedação disposta no normativo.

O início das atividades está condicionado à designação pela chefia no Sistema de Controle Eletrônico de Trabalho não presencial, observados os requisitos estabelecidos pela Portaria PGR/MPU nº 81/2021.

Determino a publicação no Diário Oficial da União, DOU, nos termos do Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, por se tratar de exigência da CAPES, como concedente da bolsa, nos termos da Cláusula Sexta, Subcláusula Segunda, item IV, do Termo de Outorga e Aceite de Bolsa.

PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO
Secretário-Geral
Em exercício

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

PORTARIA PRES CFC Nº 33, DE 14 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre o Crédito Adicional Suplementar de dotações orçamentárias ao orçamento analítico do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para o exercício de 2022.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais; em especial ao previsto no inciso XVIII do Art. 17 da Resolução CFC nº 1.612/2021; no inciso XI do Art. 10 da Resolução CFC nº 1.616/2021; na Resolução CFC n.º 1.161/2009 e na Resolução CFC n.º 1.644/2021, resolve:

Art. 1º Aprova o Crédito Adicional Suplementar no orçamento do CFC para o exercício financeiro de 2022, no valor de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) para as seguintes rubricas:

SUPLEMENTAÇÃO

Conta	Descrição	Valor
6.3	Execução da despesa	135.000,00
6.3.1	Despesas correntes	60.000,00
6.3.1.3	Uso de bens e serviços	60.000,00
6.3.1.3.02	Serviços	60.000,00
6.3.1.3.02.01.023	Seguros de bens móveis	60.000,00
6.3.2	Despesas de capital	75.000,00
6.3.2.1	Investimentos	75.000,00
6.3.2.1.03	Equipamentos e materiais permanentes	75.000,00
6.3.2.1.03.01.006	Equipamentos de processamento de dados	75.000,00
Total das suplementações		135.000,00

Art. 2º O valor a ser utilizado será coberto com recursos provenientes da anulação das seguintes dotações:

ANULAÇÃO

Conta	Descrição	Valor
6.3	Execução da despesa	135.000,00
6.3.1	Despesas correntes	135.000,00
6.3.1.3	Uso de bens e serviços	50.000,00
6.3.1.3.02.01	Serviços	50.000,00
6.3.1.3.02.01.020	Serviços de representações	50.000,00
6.3.1.6	Tributárias e contributivas	85.000,00
6.3.1.6.01.01	Tributos	85.000,00
6.3.1.6.01.01.002	Impostos e taxas	85.000,00
Total das anulações		135.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR